JAN HUYGEN VAN LINSCHOTEN

ITINERÁRIO,
VIAGEM OU NAVEGAÇÃO PARA AS ÍNDIAS ORIENTAIS OU PORTUGUESAS

Edição preparada por
Arie Pos e Rui Manuel Loureiro

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
LISBOA 1997

Edição apoiada por:
ORIGIN e
PHILIPS

Colecção Outras Margens

Título original: *Itinerario, Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien* (1596)

Autor: Jan Huygen van Linschoten

Edição preparada por:
Arie Pos e Rui Manuel Loureiro

Tradução do neerlandês de: Arie Pos

© Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Capa: Fernando Felgueiras
Revisão: Francisco Paiva Boléo
Fotocomposição e fotolito: Atelier de Imagem, Publicações e Artes Gráficas, Lda.
Impressão e acabamento: Gráfica Maiadouro, S. A.

1.ª edição: Novembro de 1997
Tiragem: 1500 exemplares
ISBN: 972-8325-38-X
Depósito legal: 117 997/97

CNCDP – Catalogação na Fonte

Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas / Jan Huygen van Linschoten; Arie Pos [ed. lit.]; Rui Manuel Loureiro [ed. lit.]. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. – 416 p: 39 gravuras; 28 cm. – (Outras Margens). – ISBN 972.8325.38.X

INTRODUÇÃO

O *Itinerário* do holandês Jan Huygen van Linschoten é sem dúvida uma das obras-chave da história da expansão marítima europeia. Publicado em Amesterdão em 1596, disponibilizou informações preciosas sobre o tráfico e a navegação da carreira da Índia, até então reservadas quase exclusivamente aos portugueses, numa época em que ingleses e holandeses esboçavam os primeiros projectos de estabelecimento das suas próprias rotas para as Índias portuguesa e espanhola. As aspirações destes últimos no sentido de montarem um comércio directo e independente da inimiga coroa espanhola, que desde 1580 também dominava Portugal, originariam uma guerra marítima de escala mundial. O livro despertou de facto um enorme interesse e foi de imediato traduzido para inglês (1598), alemão (1598-1600), latim (1599) e francês (1610), sendo várias das suas partes repetidamente editadas nas populares colectâneas de relatos de viagens e descobrimentos da época. O *Itinerário* teria uma influência notável na rápida expansão marítima holandesa e inglesa de inícios do século XVII, e consequentemente no declínio do império mercantil português na Índia.

1. Ascendência e família

Jan Huygen (João, filho de Hugo) van Linschoten nasceu no final de 1562 ou no início de 1563, na cidade de Harlemo, sendo o primeiro filho do casamento de Huig Joostenszoon, nascido na mesma cidade em 1532, e Marijtgin Tin Henrixdochter, viúva com dois filhos gémeos do primeiro marido, oriunda de Schoonhoven, uma pequena vila situada entre as cidades de Roterdão e Utreque. A família, na qual nasceram ainda um filho e uma filha, mudou-se de Harlemo para a cidade de Enkhuizen, provavelmente devido à perseguição dos católicos pelos calvinistas que controlavam a cidade, a qual foi tomada pelos espanhóis depois de um cerco prolongado (1572-1573). Um documento datado de 1578, existente nos arquivos da cidade de Enkhuizen, refere Huig Joostenszoon como «notário público, de 46 anos de idade». Outro documento, de 14 de Fevereiro de 1579, identifica-o como taberneiro de «O Falcão Dourado», enquanto uma referência de 1581 fala nele como taberneiro de «As Armas de Harlemo». Na altura, a posição de taberneiro tinha um estatuto considerável, envolvendo amiúde cargos de responsabilidade como os de notário, prestamista e banqueiro, como acontecia com Huig Joostenszoon. Este parece ter sido um homem de certas posses, já que existem registos de vários empréstimos seus a armadores, avalizados por hipotecas sobre navios, um tipo de investimento especulativo frequente na altura, especialmente numa comunidade tão estreitamente ligada à navegação como era a cidade de Enkhuizen, e que podia dar lucros elevados a quem soubesse calcular os riscos.

2. A cidade de Enkhuizen

Enkhuizen, situada na margem oeste do então Zuiderzee (agora Ysselmeer), na Frísia Ocidental, tinha na segunda metade do século XVI uma população de cerca de 40 000 habitantes e era uma das mais importantes cidades portuárias da Holanda. Dispunha de uma frota de pesca de quatrocentos navios e era conhecida como a «cidade do arenque», devido à importância da indústria da pesca, preparação e exportação desta espécie, da qual três exemplares estão representados no brasão da cidade, e que constituía a maior riqueza económica do país. Quando, de 1530 em diante, o transporte de produtos de Portugal e Espanha para o Norte (Antuérpia) gradualmente deixou de ser efectuado por embarcações portuguesas e espanholas, um número crescente de navios da Zelândia e da Holanda apropriou-se do negócio. Portugal tinha até começado a fretar «iates» holandeses para o transporte de cargas entre Lisboa, o Brasil e a África Ocidental. Fora da época das pescas, a frota de Enkhuizen fazia um vaivém entre Enkhuizen e os portos de Setúbal, Lisboa e Sevilha, levando arenque salgado e voltando com sal de Setúbal (para salgar o arenque!) e variados produtos do Mediterrâneo, das Américas e do Oriente.

Os navegadores de Enkhuizen ganharam fama de serem os melhores da Holanda e o imperador Carlos V recorria frequentemente aos seus serviços, não só para as suas viagens pessoais entre Espanha e a Flandres mas mesmo para transportar tropas e para bombardear o inimigo, como sucedeu durante a invasão de Tunes (1530). Também Filipe II fez a sua — única — viagem de Espanha à Flandres num navio de Enkhuizen. A situação estratégica da cidade portuária levou Carlos V a escolhê-la, em 1543, como base naval para atravessar o Zuiderzee a fim de atacar o território do seu inimigo, o duque de Guéldria, situado na margem oposta. Decidiu igualmente tornar a cidade seu baluarte contra invasões por mar destas regiões. Mandou fortalecê-la com muros altos e fortes, muitas torres de defesa e um fosso profundo e largo, erguendo ainda fortificações que a transformaram no porto mais bem protegido da Holanda.

A cidade tinha um clima religioso ameno e os primeiros efeitos da Reforma, iniciada por Martinho Lutero na Alemanha em 1517, só se fizeram sentir por volta de 1560. A tolerância dos governadores católicos da cidade protegeu os protestantes das medidas drásticas impostas pelo bispo de Utreque e pelos oficiais do Santo Ofício em Haia. Quando, em 1568, a força das perseguições aumentou, os governadores autorizaram cerca de 350 aderentes da nova doutrina a saírem da cidade e a atravessarem o Zuiderzee gelado a caminho da cidade de Emden, na Frísia Oriental, um dos centros do movimento calvinista.

A revogação dos privilégios tradicionais da nobreza e da burguesia flamengas e holandesas levou à revolta aberta contra Filipe II em 1568, que foi também alimentada pelo descontentamento relativo à perseguição religiosa e ao modo férreo com que o duque de Alba iniciou o seu mandato de governador em 1567. Guilherme de Orange, vindo da Alemanha, invadiu os Países Baixos com três exércitos de mercenários, e não obstante o fracasso da campanha marcou o início da resistência armada contra os espanhóis, que conduziria a uma guerra de oitenta anos (1568-1648). Convencido da posição-chave de Enkhuizen para o domínio do Zuiderzee, Orange estava determinado a

colocar um forte contingente de tropas na cidade, por terra, por mar, ou através de negociações. Mandou emissários secretos aos governadores e tentou convencê-los pessoalmente a darem entrada aos seus homens. Todas as tentativas falharam, mas conseguiu estabelecer relações amigáveis, em virtude de os governadores, embora católicos, serem também patriotas que se opunham à tirania de Filipe II.

Nos primeiros anos da revolta, a cidade acolheu um grande número de protestantes refugiados das províncias meridionais, da cidade conquistada de Harlemo e de Amesterdão, reforçando o crescente ambiente anti-espanhol. A tomada do porto estratégico de Brielle, em Abril de 1572, por uma frota dos «Watergeuzen» (mendigos do mar), corsários de Orange, vinda de Inglaterra — por sinal numa nova tentativa de chegar a Enkhuizen, falhada por motivo de ventos contrários que impossibilitaram a entrada no Zuiderzee e forçaram os navios a descer ao longo da costa holandesa e, por falta de comida e água, a aportar a Brielle, que na altura encontraram sem guarnição espanhola —, causou grande entusiasmo pela causa de Orange na Frísia Ocidental. Em Maio de 1572, os partidários de Orange apoderaram-se do governo da cidade de Enkhuizen e declararam-na do seu lado, tornando-a na primeira cidade holandesa a fazer esta proclamação arriscada. Os habitantes, no entanto, continuavam determinados a não deixar entrar soldados orangistas ou espanhóis e a manter o controle das fortificações da cidade. Os espanhóis fizeram várias tentativas infrutíferas para entrar na cidade por terra e por mar. Uma última tentativa por mar, com uma forte armada vinda de Amesterdão, acabou numa derrota ingloriosa, ficando os pesados galeões espanhóis encalhados nos bancos de areia do Zuiderzee, devido às manobras hábeis dos navios dos «Watergeuzen», que assim ganharam controle do Zuiderzee, sendo finalmente autorizados a usar o porto de Enkhuizen como base. Como cidade fortificada no Zuiderzee livre, Enkhuizen conheceu um rápido crescimento da actividade comercial, tornando-se um florescente porto internacional, onde se juntavam mercadores, armadores e navegadores interessados na exploração de novos caminhos para o comércio mundial. Mesmo depois da rápida ascensão de Amesterdão como principal cidade da Holanda livre, a partir de 1580, Enkhuizen manteve um papel importante como cidade portuária e mercantil.

3. De Enkhuizen a Goa, ida e volta

Desde jovem em contacto diário com o mundo da navegação, das viagens aventurosas, dos países, povos e produtos exóticos e do tráfico internacional, Jan Huygen, como muitos rapazes do seu tempo e da sua idade, aos dezasseis anos resolve sair de casa e partir em busca de uma nova vida em terras longínquas. Além das muitas aventuras que deve ter ouvido contar na taberna do pai, também a leitura de livros sobre gentes e terras remotas despertou o seu interesse para as viagens. Com o aval dos pais, embarca no dia 6 de Dezembro de 1579 para Espanha, a fim de se juntar aos dois meio-irmãos gémeos que já viviam em Sevilha, com a ajuda dos quais espera «melhorar a sua situação e ganhar experiência do país e da língua».

Chegado a Sevilha no primeiro dia de Janeiro de 1580, só ali encontra um irmão, já que o outro, Willem Tin, partira para a corte espanhola em Madrid. A questão da

sucessão do rei de Portugal, depois da morte do cardeal D. Henrique, leva o outro irmão — cujo nome se desconhece — a Badajoz, com o objectivo de se juntar aos muitos que esperavam uma oportunidade para se porem ao serviço do rei Filipe II, que ali se encontrava com a sua corte, esperando o resultado da campanha do duque de Alba para estabelecer o poder espanhol em Portugal. Como a questão estava já resolvida à sua chegada, decide não continuar viagem para Portugal, pondo-se ao serviço de um emissário espanhol que está de partida para Itália. Mas no caminho, em Salamanca, é acometido por uma doença grave, que lhe provoca a morte.

No dia 1 de Setembro de 1580, já com «alguma experiência da língua», também Jan Huygen sai de Sevilha, na companhia de um fidalgo holandês de viagem para Portugal. A caminho de Lisboa, encontra o irmão Willem Tin em Badajoz. Ao chegar a Lisboa adoece gravemente, mas depois de ter sido sangrado sete vezes recupera. «Vendo pouco proveito» com o fidalgo holandês, resolve ficar na cidade e pôr-se temporariamente ao serviço de um comerciante para ganhar prática nos negócios, à espera de melhores dias. Finalmente, em 1583, surge-lhe a grande oportunidade da vida para satisfazer o desejo de viajar, numa posição atraente e segura. O dominicano D. Vicente da Fonseca, muito estimado pelo novo rei, é nomeado arcebispo de Goa, enquanto o irmão de Jan Huygen, por intercedência do seu amo que era secretário de Filipe II, recebe o cargo de escrivão numa das naus da armada que parte para a Índia nesse ano e na qual viaja o novo arcebispo. Sendo o secretário um «grande amigo especial» do arcebispo recém-eleito, facilmente Jan Huygen é aceite ao serviço de D. Vicente. O irmão Willem Tin ainda arranja maneira de embarcar como escrivão na nau em que seguem o arcebispo e Jan Huygen.

Não é de espantar que os dois irmãos embarquem para o Oriente ao serviço dos portugueses, pois grande parte do pessoal das naus portuguesas era constituída por estrangeiros, e entre estes um número considerável de holandeses e flamengos. Iam como arcabuzeiros, músicos, condestáveis, encarregados de negócios e servidores dos viajantes de alta posição, para mais tarde tentarem a sua sorte na comunidade multicultural indiana. Pode-se no entanto estranhar a facilidade com que Jan Huygen e o seu irmão obtiveram posições junto de pessoas tão influentes como eram um secretário do próprio rei e o novo arcebispo de Goa. Já que não eram fidalgos nem religiosos, tudo parece ter ficado a dever-se a um conjunto de factores auspiciosos, entre os quais podiam contar-se um nível razoável de educação, conhecimentos de línguas, uma boa folha de serviços e o favor e simpatia dos respectivos amos[1]. No que diz respeito a Jan Huygen, embora não se tenham certezas acerca do seu nível de ensino (talvez frequentasse a escola latina em Enkhuizen, mas não chegou a entrar na universidade), das suas obras pode-se concluir que dominava bem o português e o espanhol, e que, no mínimo, tinha um razoável domínio passivo do francês e do latim, assim como alguns conhecimentos de italiano.

Os irmãos partem de Lisboa na armada que se faz à vela no dia 8 de Abril de 1583 e que chega a Goa a 21 de Setembro, no termo de uma próspera viagem.

[1] Para além disso, uma dedicatória muito reverente a Alberto de Áustria, que Linschoten incluiu na carta que desenhou da cidade de Goa, poderia abrir a hipótese de Linschoten ter sido um protegido do cardeal-arquiduque e vice-rei de Portugal.

O cargo de Willem Tin obriga-o a ficar em Cochim e a voltar na mesma armada para Portugal no início de 1584. Jan Huygen estabelece-se em Goa, como guarda-livros do arcebispo. Este parece ter adquirido grande confiança no holandês, que por sua vez lhe dedica grande simpatia. Quando D. Vicente volta a Portugal (1586) a fim de informar pessoalmente o rei de certas desavenças ocorridas entre si e o vice-rei e outros governadores, deixa a casa nas mãos do seu mordomo, encarregando Jan Huygen da cobrança das suas rendas e da manutenção da casa, a troco de um rendimento que lhe permite viver desafogadamente. Jan Huygen permanece em Goa, à espera do regresso do seu amo, mas em Setembro de 1588 recebe a notícia de que o arcebispo morrera na viagem para Portugal. Ao grande desgosto que sente, junta-se a notícia da morte do seu irmão Willem Tin, enquanto que em 1585 já lhe fora comunicada a morte do pai. Resolve voltar à pátria na primeira oportunidade que se lhe ofereça.

Pouco depois, chega a Goa a nau *Santa Cruz*, em que Dirck Gerritsz Pomp, um amigo holandês residente em Goa e também proveniente de Enkhuizen, volta como condestável de uma segunda viagem à China e ao Japão. A mesma nau é de seguida fretada para transportar um carregamento de pimenta para Lisboa. Pomp aproveita a viagem para voltar à Holanda e Jan Huygen decide acompanhá-lo, conseguindo lugar a bordo como feitor da pimenta ao serviço da casa comercial alemã dos Fugger e Welser. É provável que na sua decisão de abandonar Goa na primeira oportunidade tenham pesado outras razões. A morte do seu amo fazia dele um desempregado, ao mesmo tempo que as desavenças entre o arcebispo e o poder temporal na Índia podiam complicar as suas possibilidades de encontrar outra colocação. Entretanto, a Inquisição em Goa, por ordem de Filipe II, ia apertando a perseguição a holandeses e flamengos na Índia. Poderá mesmo ter tido alguma dificuldade em obter o passaporte necessário para sair de Goa pelas vias normais, razão pela qual o ofício de que foi incumbido pelos Fugger e Welser lhe serviu lindamente.

A nau parte de Goa em 23 de Novembro de 1588 para tomar pimenta em Cochim, fazendo-se à vela em Janeiro do ano seguinte, rumo a Portugal, integrada na armada desse ano. A viagem de volta é menos feliz do que a viagem de ida. Péssimas condições atmosféricas e uma má navegação complicam a jornada. A 15 de Maio de 1589 chegam à ilha de Santa Helena, onde já se encontram cinco outros navios portugueses, entre os quais o galeão da pimenta de Malaca, em que vinha como feitor o flamengo Gerrit van Afhuysen, amigo de Jan Huygen dos tempos de Lisboa, antes da partida para o Oriente. Juntamente com os outros navios, a *Santa Cruz* parte em 21 de Maio rumo aos Açores, onde encontram mau tempo e navios inimigos dos ingleses, que desde a fracassada tentativa de invasão da «Invencível Armada» (1588) cruzam o mar junto às ilhas a fim de interceptarem naus espanholas e portuguesas de regresso da América e da Índia. Um ataque dos ingleses força a pequena frota a refugiar-se debaixo das fortificações na barra desprotegida de Angra, na ilha Terceira. Na noite de 4 de Agosto, uma tempestade violenta faz encalhar o galeão de Malaca. Com medo de outras tempestades, as outras naus seguem caminho para Lisboa no dia 8 de Agosto, ficando Linschoten nos Açores para ajudar o seu amigo no salvamento da pimenta do galeão. Só em fins de 1591 aparece um navio, por sinal holandês, oriundo de Flissinga, em que pode fazer a última parte do trajecto até Lisboa, onde chega a 2 Janeiro de 1592. Fica na cidade para despachar os seus negócios até

17 de Julho, dia em que parte para Setúbal, onde se encontram alguns navios holandeses. Embarca num deles, que se faz à vela a 22 de Julho. Em 3 de Setembro de 1592 está de volta a Enkhuizen, depois de uma ausência de mais de doze anos e meio, encontrando na cidade a mãe, o irmão e a irmã mais novos de boa saúde.

4. De volta a Enkhuizen

No seu regresso, Jan Huygen encontra o país em circunstâncias bem diferentes, enquanto a cidade de onde partira se mostrava próspera e cheia de actividade. As províncias meridionais (a Bélgica) tinham-se separado do norte, o qual desde 1588 estava unido na República das Sete Províncias Neerlandesas Unidas (as províncias de Guéldria, Holanda, Zelândia, Utreque, Frísia, Over-Yssel e Groninga), libertando-se gradualmente dos espanhóis devido ao êxito das campanhas conduzidas em 1590--1597 pelo príncipe Maurício — filho de Guilherme de Orange, assassinado em 1584. O comércio crescia e faziam-se planos para grandes empreendimentos marítimos, pois pretendia-se encontrar — tal como os ingleses já o faziam — rotas marítimas autónomas. A experiência oriental e as informações de Jan Huygen chegavam em boa hora e vinham bem a propósito, já que ele podia indicar os caminhos para todos os portos e costas do Oriente e informar os comerciantes acerca dos povos e produtos que lá podiam encontrar.

Segundo parece, já antes da sua chegada a Enkhuizen Jan Huygen utilizava o sobrenome «van Linschoten», facto para o qual até agora não se encontrou uma explicação satisfatória. Existia uma família nobre chamada Van Linschoten, que habitava uma casa senhorial do mesmo nome perto da aldeia homóloga na província de Utreque, relativamente perto da pequena vila de Schoonhoven, de onde era proveniente a mãe de Jan Huygen. Porém, nem do lado do pai, nem do lado da mãe, existiam aparentemente ligações com a família referida. No entanto, tudo leva a crer que Jan Huygen tivesse autorização oficial para usar o apelido, já que assim assinava as dedicatórias das suas obras ao príncipe e aos Estados Gerais. Considerando que Jan Huygen foi para a Índia com um cargo mais ou menos oficial e por um prazo não limitado, podia ter sentido a necessidade de obter um estatuto de fidalgo — condição dificilmente dispensável para quem quisesse entrar nos serviços governamentais —, estatuto esse que podia ser adquirido através de dinheiro ou «aderências» no local certo. Como avança McKew Parr, «se Jan de facto tivesse obtido um *libro de sangue* oficial em Goa, este seria aceite sem perguntas na Holanda» (McKew Parr, p. XXIII), já que o país se encontrava ainda oficialmente sujeito à autoridade soberana de Filipe II.

5. Contactos e amizades

Neste ambiente extremamente receptivo às suas vivências, Jan Huygen não tardou a travar conhecimento e a estabelecer amizade com pessoas de relevo implicadas nos preparativos para as explorações marítimas. No seu regresso, encontrou o amigo Dirck Gerritsz Pomp, que tinha já adquirido tal fama de conhecedor e relator do

mundo oriental, que usara a alcunha de Dirck China. Pouco se sabe sobre a vida de Pomp na Holanda, mas em 1598 embarcou na expedição de Mahu e De Cordes, que pretendia encontrar o caminho para a Índia pelo estreito de Magalhães. Em 1599, frente a Valparaíso, foi preso pelos espanhóis juntamente com o iate que capitaneava. Em 1 de Julho de 1604 foi desembarcado em Lisboa, num resgate de prisioneiros. De volta a Enkhuizen, embarcou numa última viagem à Índia (1606-1608).

Em Enkhuizen, os dois amigos conheceram o ex-piloto Lucas Janszoon Waghenaer (1534-1605), o melhor perito holandês em navegação e o mais famoso dos cartógrafos marítimos da altura, autor do primeiro atlas marítimo holandês com um guia náutico, o *Spieghel der Zeevaerdt* (Espelho da Navegação, 2 vols., 1584-1585), muitas vezes traduzido e reeditado. Waghenaer publicou em 1592 uma edição melhorada e aumentada da obra, o *Thresoor der Zeevaert* (Tesouro da Navegação), na qual utilizou informações de Dirck Gerritsz Pomp e de Jan Huygen. Pomp, que estava de regresso a Enkhuizen em Abril de 1590, «com 3000 ducados no bolso», deu uma entrevista a Waghenaer, um resumo da qual foi publicado no *Thresoor der Zeevaert*, juntamente com dois trechos de uma carta que Jan Huygen tinha mandado de Goa aos pais em 1584 (ver Anexo) e com dois outros textos de um informador não identificado. Assim, o livro de Waghenaer veio a incluir as primeiras informações fidedignas sobre o Oriente disponíveis na Holanda. Mais tarde, Jan Huygen ajudaria Waghenaer na preparação de uma edição popular, destinada «aos mareantes comuns», da última obra, o *Enchuyser Zeecaertboek* (Livro de Mapas Marítimos de Enkhuizen, 1598).

Desde 1585 vivia também, em Enkhuizen, Berent ten Broecke (1550-1633), mais conhecido sob o seu nome latinizado de Bernardus Paludanus, doutorado em filosofia (1579) e medicina (1580) pela universidade de Pádua. Era um cientista de renome internacional, muito viajado, que em 1586 foi nomeado médico municipal da cidade de Enkhuizen. Numa longa viagem de Pádua, onde então estudava, ao Próximo Oriente, visitou Trípoli, Jerusalém, Belém, Damiata, Alexandria e o Cairo, de onde se aventurou várias vezes pelo deserto. Mais tarde fez viagens a Roma e Nápoles e às ilhas de Malta e Sicília. Regressou das suas viagens com uma grande colecção de raridades naturais, à qual nos anos seguintes foi juntando tudo o que lhe chegava às mãos de várias partes do mundo, enviado ou trazido por navegadores ou colegas cientistas nacionais e estrangeiros. A sua colecção, para a qual Jan Huygen contribuiu substancialmente, era famosa, e muitos cientistas viajaram até Enkhuizen só para admirarem o seu tesouro. Quando em 1591 a Universidade de Leida o convidou para a função de prefeito do jardim de ervas medicinais, juntou ao pedido a cláusula de ele, «com todas as raridades coleccionadas, tanto de ervas, frutos, rebentos, animais, criaturas, minerais, terras, peçonhas, pedras, mármores, corais, etc., como outras que possui, fixar residência na mesma cidade». Paludanus recusou e a vaga foi preenchida pelo seu famoso colega e amigo Clusius (Jules Charles de l'Écluse ou, sob o seu nome latinizado, Carolus Clusius, 1526-1609).

A amizade com o cientista Paludanus permitiu que este colaborasse no *Itinerário*, para o qual redigiu umas setenta anotações. Estas «Annotationes Doctoris Paludani», realçadas tipograficamente no texto e de extensão muito variável (de umas quantas linhas até à maior parte de um capítulo), podiam atribuir ao texto um estatuto científico que Jan Huygen não lhe podia dar. No entanto, as anotações contribuem às

grafia e geografia na Holanda, centralizado em Amesterdão. Plancius mandou em 1592 alguns homens (entre eles, provavelmente, os irmãos De Houtman) «espiar» junto dos pilotos portugueses em Lisboa. Conseguiram adquirir um conjunto de cartas portuguesas e espanholas, entre as quais várias desenhadas à mão por Bartolomeu Lasso. Plancius entregou os mapas a Cornelis Claesz, que estava interessado em publicá-los. No pedido de privilégio para publicar o primeiro, o famoso *Nova et exacta terrarum orbis tabula* de Plancius (1592), Claesz pediu igualmente privilégio «para desenhar ou imprimir as 25 cartas especiais, adquiridas a Bartolomeu Lasso, cosmógrafo e navegador do rei de Espanha, pelos bons ofícios do Sr. Petrus Plancius, mas pagas pelo mesmo». Claesz recebeu dos Estados Gerais autorização para a edição de novos desenhos das mesmas. Entre 1592 e 1595, Claesz publicou, para além do planisfério de Plancius, oito cartas adaptadas de Lasso por Plancius e gravadas pelos irmãos Van Doetechem. Eram as primeiras cartas impressas dos territórios ultramarinos publicadas nos Países Baixos. Trata-se de cópias das oito cartas de um atlas de Lasso datado de 1590, que se conserva no Museu Marítimo Prins Hendrik, em Roterdão. Cinco das cartas de Lasso foram usadas uma segunda vez, desta feita gravadas pelos irmãos Van Langren, para a edição do *Itinerário*. Cornelis Claesz nunca chegou a editar um grande atlas completo, mas já em 1598 pôde apresentar um «mini-atlas» de todo o mundo (*Caert-thresoor*, Tesouro de cartas), devido às suas ligações com os experientes gravadores/cartógrafos Jodocus Hondius e Petrus Kaerius. O texto do atlas foi preparado por Cornelis Taemsz.

Em 1596, Cornelis Claesz editou o *Itinerário*, juntamente com seis cartas gravadas pelos irmãos Arnoldus e Henricus van Langren (um planisfério e as referidas cinco cartas baseadas em Lasso) e trinta gravuras e seis desenhos topográficos executados por Joannes e Baptista van Doetechem, baseados em desenhos do próprio Jan Huygen. As cartas e gravuras são objecto de um pequeno estudo que serve de introdução ao álbum de estampas que acompanha a presente edição.

6. Novas viagens, ou Linschoten e as explorações holandesas do caminho para a Índia

Após o seu regresso da Índia em Setembro de 1592, Linschoten dedicou-se ao trabalho de preparar para publicação as suas memórias e informações. Presume-se que à chegada já trouxesse muitos apontamentos ou mesmo parte da obra escrita. Nos últimos anos na Índia, e especialmente durante a sua estada na ilha Terceira, deve ter tido tempo para organizar os seus apontamentos. Não se sabe de que recursos vivia nos seus primeiros anos em Enkhuizen, mas deve ter regressado com algum dinheiro, e parece ter feito ocasionalmente trabalhos como tradutor. Pelo menos, aparece nos registos de Enkhuizen em Junho de 1602 reivindicando numa acção judicial contra um concidadão o pagamento de traduções do português para o neerlandês, feitas no ano de 1593.

Entretanto, na Holanda faziam-se planos para encontrar o caminho para a Índia pelo cabo do Norte, planos esses que tinham toda a atenção de Jan Huygen, porque estava convencido de que esse caminho, uma vez encontrado, seria «sem compara-

ção, e mesmo seis vezes mais curto» do que o caminho utilizado pelos portugueses. A iniciativa para o empreendimento veio em 1593 de Balthasar de Moucheron (1552--c. 1610), um grande armador flamengo especializado na navegação para o mar Branco, que, após a queda de Antuérpia, se tinha estabelecido na cidade de Midelburgo, Zelândia. Nas negociações sobre o projecto, para as quais Linschoten também fora chamado, decidiu-se que as províncias da Holanda e da Zelândia armariam cada uma o seu navio. A intenção não era navegar logo e directamente até à Índia, mas primeiro delinear e reconhecer o caminho. Plancius conseguiu convencer o governo de Amesterdão a mandar mais dois navios que acompanhariam os outros dois até ao cabo do Norte, para em seguida tentarem circumnavegar a ilha de Nova Zembla, cujo lado norte suspeitava estar ligado a terra firme. De Moucheron, pelo contrário, preferia o caminho pela ilha de Waigatsj, portanto ao sul de Nova Zembla, para assim tentar descobrir o ponto mais setentrional da Ásia (cabo Tabin, como se presumia). Linschoten foi incumbido do ofício de fiscal no navio *Mercúrio*, armado pelo almirantado da Noorderkwartier (secção norte) da Holanda. Custou-lhe ter de deixar de novo Enkhuizen, tão pouco tempo depois do seu regresso das Índias orientais. «Tinha acabado», escrevia, «de terminar a minha descrição das mesmas e só muito pouco tempo tinha desfrutado do país natal e da renovada conversação com os meus amigos quase extintos».

Em 5 de Junho de 1594, o *Mercúrio* e o *Cisne* (o navio zelandês) zarparam da barra de Texel. Tiveram mais sorte do que os dois navios de Amesterdão, que, impedidos pelo gelo, tiveram de desistir ao norte da ilha de Nova Zembla. Passando pelo estreito de Yugor — que baptizaram estreito de Nassau —, entre Waigatsj e a Rússia, os dois navios entraram no mar de Kara, que atravessaram para chegar à península dos Samoiedos. Aqui consideraram concluída a expedição, pois não se via senão mar aberto e estavam convencidos de que podiam continuar sem problemas até à China. Em 11 de Agosto deram início à viagem de volta, chegando a 16 de Setembro a Texel, em conjunto com os outros dois navios que tinham encontrado no caminho.

O êxito do empreendimento era, como se soube mais tarde, inteiramente fictício, mas enorme quando visto na perspectiva e segundo os prognósticos de Linschoten. Embora houvesse quem achasse que «apresentava as coisas de uma forma exagerada», ele podia apontar para o fracasso total do caminho alternativo sugerido pelo seu rival Plancius. De um dia para o outro, ficou conhecido como um dos maiores descobridores e peritos de navegação do país. Foi mesmo chamado a Haia, para em pessoa relatar os sucessos da viagem ao príncipe Maurício e ao chefe do governo da República, Oldenbarnevelt, o que veio aumentar ainda mais a consideração pela sua pessoa.

Entretanto também se faziam planos para explorar o caminho para a Índia pelo sul. Provavelmente ao serviço de um grupo de comerciantes de Amesterdão, Cornelis de Houtman (c. 1565-1599) encontrava-se em finais de 1592 em Lisboa, a fim de recolher informações secretas sobre o comércio e os produtos disponíveis nas várias partes da Ásia. Foi preso pelas autoridades portuguesas e só voltou à Holanda em inícios de 1594. Em Março do mesmo ano, nove comerciantes de Amesterdão fundaram a Companhia dos Países Longínquos (Compagnie van Verre), com o objectivo de estabelecer uma carreira comercial para a Índia pela rota meridional, uma necessidade urgente, já que no mesmo ano «Filipe II proibiu expressamente que navegado-

res e marinheiros e até navios holandeses e zelandeses fossem às Índias orientais e ao Brasil, por saber que os Holandeses queriam buscar directamente os produtos orientais de que foram privados nos portos portugueses que ele lhes tinha fechado» (Houwens Post, *Ocidente*, LVIII, p. 128). Esta proibição vinha reforçar de forma mais definitiva vários embargos anteriores, pelos quais o monarca desde 1580 tinha tentado em vão sufocar a revolta e o comércio nos Países Baixos. Tais medidas tinham por consequência, por exemplo, que na navegação holandesa para Portugal e Espanha, de acordo com contratos de frete dos anos de 1591 a 1602, não se registassem na viagem de volta transportes de pimenta nem de quaisquer outros produtos orientais a partir do porto de Lisboa (Gaastra, p. 15). Para além disso, as quantidades de pimenta que vinham de Lisboa para o Norte ficavam muito aquém da procura, destinando-se — desde o fecho da desembocadura do rio Escalda pelos holandeses em 1585, entrada para o até então mais importante porto de Antuérpia — principalmente ao porto alemão de Hamburgo, para além de terem baixado consideravelmente desde 1592, devido às operações de corsários ingleses, razão que motivou o aumento do preço da pimenta. Uma carreira directa holandesa, portanto, tinha excelentes perspectivas comerciais, sob todos os aspectos.

Os comerciantes da Companhia colheram avidamente informações para a preparação da viagem, informações essas que ficaram conservadas num conjunto de manuscritos guardados no Museu Marítimo Neerlandês de Amesterdão (inv. N.° A. 4592). Trata-se de uma cópia que pertencia a um dos principais armadores da «primeira navegação dos holandeses para a Índia». Além de notícias recentes, tais como uma declaração de Houtman acerca dos «países chamados Índias Orientais ou Conquistas de Portugal», um «Memorando feito por Plancius» (baseado no *Reys-gheschrift* de Linschoten), o texto da carta que Linschoten em 1584 enviou de Goa aos pais, e uma entrevista com Dirck Gerritsz Pomp realizada em 15 de Abril de 1595 (depois da partida da primeira frota), o códice contém fragmentos traduzidos das obras de, entre outros, González de Mendoza, Jerónimo Osório (livro oitavo do *De rebus Emmanuelis*, 1571), Marco Polo e Ludovico de Varthema, os dois últimos tirados de uma tardia tradução neerlandesa (Antuérpia, 1563) do *Novus Orbis Regionum ac Insularum veteribus incognitarum* de Simon Grynaeus (Basileia, 1532). Nos documentos não se encontra qualquer referência ao *Itinerário*, embora se tenha a certeza de que o texto de Linschoten, então ainda inédito, foi utilizado na «primeira navegação», e especialmente o seu *Reys-gheschrift*, que teria saído do prelo pouco antes do início da viagem. Uma sua recomendação expressa mostrou-se até de importância vital para o êxito do empreendimento. Com efeito, no *Itinerário* ele aconselhara que se evitasse a costa da Índia e de Malaca e se tentasse navegar directamente para a Insulíndia, para assim se ficar fora do alcance da poderosa armada portuguesa estacionada em Goa, não arriscando um encontro com naus portuguesas nas proximidades da fortaleza de Malaca. Assim o fez a frota de quatro navios com 240 homens a bordo, que em 2 de Abril de 1595 partiu da barra de Texel sob o comando de Cornelis de Houtman, o qual levava consigo o *Reys-gheschrift* e, pelo menos, fragmentos do *Itinerário* de Linschoten.

Nesse mesmo dia 2 de Abril de 1595, Linschoten casou com Reinu Meinertsdochter Semeyns, uma viúva com três filhos, filha de um conselheiro do príncipe Maurício e presidente da câmara de Enkhuizen. Três meses depois, Linschoten estava

de novo em viagem. O seu partido tinha levado a melhor nas disputas sobre o caminho a seguir nas explorações pelo Norte, e em 1595 a República mandou armar sete navios pelos almirantados de Amesterdão, secção norte da Holanda, Midelburgo e Roterdão. Esperava-se iniciar o comércio com a China e Japão pelo caminho setentrional, e, prometendo liberdade de direitos de entrada e saída, o governo conseguiu com êxito despertar o interesse de investidores privados. Muitos se juntaram em sociedades comerciais e despacharam dinheiro e mercadorias nos navios. Linschoten participou na viagem, desta vez como fiscal-mor dos Estados Gerais e do príncipe Maurício, a bordo do navio *Esperança de Enkhuizen*.

A viagem foi um fracasso, pois devido a uma partida tardia — a 2 de Julho de 1595 — os navios encontraram mau tempo e muito mais gelo do que na primeira tentativa. Por duas vezes conseguiram chegar à entrada do mar de Kara, mas de ambas as vezes foi impossível passar mais além, por causa do gelo que tornava o mar intransitável. A 15 de Setembro decidiram regressar, e após uma viagem dificultada pelo frio, doenças e «escuridões repentinas», o navio *Esperança* chegou sozinho à barra de Texel, em 26 de Outubro. Linschoten recebeu então a notícia de que a mulher tinha dado à luz uma filha, baptizada com o nome de Marietje Jansdochter van Linschoten, a 24 de Agosto. Esta filha apenas é conhecida através do registo de baptismo, podendo-se concluir que teria morrido ainda nova.

Tal como Plancius em 1594, Linschoten perdia agora prestígio, vendo desacreditada a rota que propusera. Segundo o ambicioso geógrafo de Amesterdão, restava ainda uma terceira possibilidade: continuar até às proximidades do pólo norte e daí seguir rumo a leste. Uma nova viagem desastrosa (1595-1597), celebrizada por uma invernada forçada em Nova Zembla, pôs fim a esta ilusão.

Em Agosto de 1597, regressaram três dos quatro navios que em 1595 tinham partido na «primeira navegação para a Índia», onde haviam conseguido chegar pela rota meridional. Do ponto de vista comercial, a viagem não foi um grande sucesso, embora os produtos trazidos para o mercado holandês compensassem os custos; mas ficara demonstrado que os holandeses podiam atingir a Índia e lá podiam comerciar. Já no ano seguinte, a mesma companhia, agora chamada Companhia Velha (Oude Compagnie), à qual se juntara um grupo de comerciantes flamengos, enviou para a Índia uma frota de oito navios, sob o comando de Jacob Cornelisz van Neck (1564-1638). Os três navios mais velozes atingiram Bantam em 1599, voltando com um grande e precioso carregamento de produtos orientais. Parte da frota continuou até às Molucas, onde nas ilhas de Banda e Ternate foram instalados os primeiros estabelecimentos holandeses. Dentro de pouco tempo, comerciantes holandeses juntaram-se em seis novas companhias, e no ano de 1601 já quinze frotas, com um total de 65 navios, tinham feito a viagem às Índias Orientais, 50 dos quais completaram a jornada de regresso (no mesmo período de 1595 a 1601, saíram de Portugal 38 naus e voltaram 22). A feroz concorrência entre as companhias fazia subir os preços de compra no mercado oriental e baixar os preços de venda na Holanda, prejudicando os lucros dos comerciantes, razão pela qual Oldenbarnevelt, em 20 de Março de 1602, fundou uma companhia geral, a Companhia das Índias Orientais (Verenigde Oostindische Compagnie, VOC), com uma patente dos Estados Gerais, garantindo o monopólio comercial nas regiões a leste do cabo da Boa Esperança, até ao estreito de Magalhães.

O sucesso do comércio oriental desviou as atenções da rota do norte, mas Linschoten não desistiu: os portugueses também não tinham encontrado a rota do sul à primeira tentativa, mas só depois de «muitos anos e grandes investimentos infrutíferos». Agora tinha de combater em duas frentes: contra aqueles que queriam abandonar a rota do norte e contra aqueles que queriam continuar as explorações nórdicas mas por outro caminho, ou seja, os partidários de Plancius. Linschoten não quis ceder, e até à sua morte permaneceu convencido de que a sua rota era a mais indicada.

7. Últimos anos em Enkhuizen

Depois da viagem de 1595, Linschoten permaneceu em Enkhuizen. Não deve ter tido muito tempo para rever provas do *Itinerário*, já que a sua dedicatória aos Estados Gerais data de 1 de Janeiro de 1596. No dia 8 de Março de 1597, os Estados Gerais davam ordem para, em reconhecimento da dedicatória, serem pagos a Jan Huygen 300 florins. O almirantado de Amesterdão despachou no dia 26 do mesmo mês um pagamento de 200 florins ao escritor, por ter recebido «alguns exemplares da sua viagem para as Índias Orientais». Já que dados mais concretos não existem, destes dois factos talvez se possa concluir — com as devidas cautelas — que o livro foi publicado em finais de 1596.

Em 1597 Linschoten foi nomeado tesoureiro da cidade e em 1606 provedor do hospital municipal. Juntamente com a mulher parece ter levado uma vida sem grandes preocupações financeiras. Por um lado, ele e o sogro eram donos de terras, por outro lado, o testamento feito em 1613 pela sua viúva indicava que ela podia dispor de «bens móveis e imóveis, tais como terras, areais, casa, jardim, ouro, prata, amoedada e não amoedada, jóias, mobiliário, etc.»

Em 1598 foi publicada a *Historia Naturael ende Morael van de Westersche Indien*, uma tradução da autoria de Linschoten da obra homónima *Historia Natural y Moral de las Indias* (espanholas, entenda-se), do espanhol José de Acosta. Tudo leva a crer que pelo menos o plano de traduzir o livro já datasse de quatro anos antes, visto que o privilégio do *Itinerário*, de Outubro de 1594, mencionava já a mesma tradução como «segundo livro» a ser publicado. O atraso na publicação da tradução deve ter tido a ver com o facto de Linschoten, pouco depois de o privilégio ser concedido, ter elaborado a breve descrição das Índias espanholas para o suplemento do *Itinerário*.

Nas duas viagens de 1594 e 1595, Linschoten tivera ordens para anotar tudo o que acontecia, para depois apresentar o seu relato aos Estados Gerais. Fê-lo em diários mantidos «de dia a dia e de hora a hora» e «directamente e sem parcialidade». Só em 1601 publicou os diários, os quais lhe foram cedidos para o efeito pelo príncipe Maurício, que os tinha na sua posse. Os relatos não podiam contar com um grande interesse da parte do público, uma vez que Gerrit de Veer já tinha publicado a sua famosa e saborosa *Waerachtighe beschryvinghe van drie seylagien, ter werelt noyt so vreemt gehoort* (Verdadeira descrição de três viagens por mar, tão estranhas que nunca se ouviu igual no mundo, 1599), onde relatava o sucesso das viagens de 1594, 1595 e 1596-1597. O livro foi traduzido em várias línguas e gozou de popularidade internacional, devido à descrição da invernada de Willem Barentsz e seus companheiros na

ilha de Nova Zembla. Jan Huygen decidiu publicar os diários, justamente por achar que De Veer tinha escrito um livro de pouco rigor histórico, para agradar e divertir o público. Para dar a conhecer os verdadeiros acontecimentos, publicou os seus diários, aproveitando a ocasião para, no prefácio, atacar Plancius, que «com mil e uma argumentações inventadas» pretendia desacreditar a rota proposta por Linschoten, enquanto as suas próprias ideias haviam ficado desonradas «pela tão infeliz e trágica última viagem de Willem Barentsz».

Após a edição dos diários das suas viagens nórdicas em 1601, Linschoten apenas publicou, traduzida do espanhol, a *Missive ofte Placaet van de Coninck van Spangien ghesonden aenden Hartoch van Lerma, aengaende het bannen ende verjaghen van de Moriscos*, ... (Missiva ou ordenação do Rei de Espanha, enviada ao Duque de Lerma, acerca do desterro e expulsão dos mouriscos (...), datada de 11 de Setembro do ano de 1609, Enkhuizen, 1609).

Nos últimos anos da sua vida, Jan Huygen continuou a ser consultado sobre assuntos marítimos. Assim, em 1606 foi nomeado membro de uma comissão que tinha de verificar as possibilidades da fundação de uma Companhia das Índias Ocidentais, não só com o objectivo de estabelecer colónias mas também para enfraquecer o poder do inimigo ibérico no Atlântico e na América. O plano foi arquivado por ser considerado inoportuno na altura, já que a República estava em negociações importantes com os espanhóis, as quais podiam ser seriamente prejudicadas pelo avanço do projecto. As negociações conduziram em 1609 a uma trégua de doze anos, após a qual, em 1621, foi fundada a Companhia das Índias Ocidentais.

Em 2 de Fevereiro de 1611 foi requisitado o parecer de Jan Huygen pela última vez, durante a preparação da expedição de Jan Cornelisz May (1611-1612) ao Oceano Ártico e à América. Provavelmente já doente, não pôde honrar o convite para participar numa reunião, morrendo no dia 8 de Fevereiro de 1611, com 48 anos de idade.

8. A obra de Jan Huygen van Linschoten

Além do *Itinerário*, do qual a seguir falaremos mais amplamente, Linschoten redigiu um conjunto de textos suplementares de importância vital para os projectos marítimos holandeses. O *Itinerário* limitava-se à descrição da Ásia portuguesa e das experiências e observações pessoais de Linschoten, na viagem de ida e volta e durante a sua permanência na Índia e nos Açores. Mas os conhecimentos resultantes da longa convivência com portugueses e espanhóis também faziam dele a pessoa indicada para dar uma imagem mais completa do mundo conhecido por intermédio dos descobrimentos ibéricos. É fácil de perceber como tudo isto interessava a Cornelis Claesz, o qual, sabendo o que Jan Huygen tinha entre mãos, vislumbrava possibilidades de publicar um conjunto de obras que abrangeria todas as terras conhecidas e que poderia servir de comentário a uma série completa de seis cartas que abarcavam todas as partes do mundo. A iniciativa de inserir as cartas na obra parece ter vindo de Cornelis Claesz, que deve ter alimentado grandes expectativas em relação ao trabalho de Linschoten. A execução técnica e estética das cartas contrasta consideravelmente com a medíocre execução tipográfica do livro. Como o próprio editor dizia no

frontispício do volume que seguiu o *Itinerário*: «os custos para estas cartas bem executadas e perfeitas, assim como para a descrição que as acompanha, fizeram-se porque assim exigia a anterior obra primorosa de Jan Huygen». Assim, para complementar a extensão territorial que figurava nas cartas, Linschoten preparou, num trabalho em conjunto com Paludanus, uma descrição das partes não abordadas no *Itinerário* (nomeadamente as Américas e a costa ocidental da África): a *Beschryvinghe* («Descrição de toda a costa da Guiné, Manicongo, Angola, Monomotapa e para além do cabo de S. Agostinho no Brasil [...], assim como a descrição, junta à carta, da ilha de Madagáscar, com a multidão de ilhas situada neste mar índico e a situação da terra firme do cabo da Boa Esperança, passando por Monomotapa e Sofala até Moçambique e mais além, passando por Quíloa, Gorga, Melinde, Amara, Baru, Magadoxo, Doara, etc. até ao mar Vermelho»). No que diz respeito à costa ocidental da África, a *Beschryvinghe* incluía dados já referidos no *Itinerário*, razão pela qual o editor avisava: «e o que ao leitor possa faltar da descrição, encontrará por extenso no (primeiro) livro de Jan Huygen van Linschoten».

Se bem que Cornelis Claesz e Jan Huygen pudessem assim proporcionar uma geografia completa do mundo sob domínio ibérico para o «leitor comum», os navegadores holandeses exigiam mais, e para ir ao encontro das suas necessidades Linschoten preparou o seu *Reys-gheschrift vande Navigatien der Portugaloysers in Orienten* (Roteiro das Navegações dos Portugueses no Oriente, 1595). Esta obra teve uma enorme importância para a navegação prática holandesa, muito superior à do *Itinerário*. Tratava-se de um conjunto de roteiros de pilotos portugueses e espanhóis, traduzidos para o holandês por Jan Huygen, onde se descrevia em grande pormenor a navegação de ida e volta de Portugal para a Índia; da Índia para Malaca, China, Japão, Java e Sunda; da China para a Índia espanhola; de toda a costa do Brasil; da terra firme e das Antilhas da Índia espanhola; e ainda a navegação do cabo de Lopo Gonçalves para Angola. Inclui esta obra traduções de roteiros da carreira da Índia de, entre outros, Diogo Afonso (da versão original, considerada irremediavelmente perdida) e Vicente Rodrigues (que até se admite ter conhecido Linschoten pessoalmente), extractos do livro de bordo da nau *Santa Cruz* acerca das suas viagens a Macau, China e Japão nos anos de 1585 e 1586, em que participou Dirck Gerritsz Pomp, as anotações do capitão e piloto espanhol Francisco de Galle da sua viagem de ida e volta do México para as Filipinas e Macau (1584) e um relato da viagem de Nuno da Silva, piloto-cativo do almirante inglês Francis Drake, da ilha de Cabo Verde ao estreito de Magalhães (1577). O *Reys-gheschrift* proporcionava assim referências marítimas bastante completas para a navegação prática, colhidas junto das melhores e mais actualizadas fontes disponíveis na altura. A obra incluía ainda uma lista das «graduações e alturas de todos os principais portos, rios, cabos, ilhas e lugares da navegação dos portugueses e espanhóis» e uma «instrução e memória da declinação da agulha das bússolas na navegação e nas carreiras de Portugal para a Índia Oriental», constituída, como era costume na época, por uma parte descritiva e uma parte sob a forma de perguntas e respostas.

A edição contava assim com três textos distintos, quando um outro foi acrescentado: o *Extract* («Um certo extracto e sumário de todas as rendas, domínios, direitos alfandegários, taxas, impostos, tributos, décimas, terças e rendimentos do Rei de

Espanha sobre todos os seus reinos, países, províncias e senhorios, tal como foram tirados dos registos originais das respectivas Câmaras de Contas, com uma declaração curta e clara do governo, poder e origem dos reis de Portugal»). Segundo a dedicatória de Linschoten, datada de 1596, o texto foi publicado a conselho de François Maelson, não para fazer temer ainda mais o rei de Espanha e não apenas como curiosidade, mas sim para «dar aos bons e fiéis patrícios razão para louvar e agradecer ao Todo-Poderoso, pela graça e protecção paternal que pelo seu braço forte nos quis providenciar, assegurando o tão conveniente actual governo contra um tamanho poder e domínio». Os dados sobre as rendas do rei de Espanha diziam respeito ao ano de 1578 e as informações acerca de Portugal eram de uma data mais recente, já do tempo do reinado de Filipe II.

9. Datação do *Itinerário* e do conjunto em que se insere. Uma excursão bibliográfica

Como ficou dito, o *Itinerário* foi publicado em conjunto com três outros textos: o *Reys-gheschrift*, o *Extract* e a *Beschryvinghe*. A história da edição é bastante confusa e ainda aguarda uma investigação bibliográfica mais elaborada. São conhecidos vários conjuntos da primeira edição que entre si mostram diferenças. São compostos de unidades tipográficas distintas, três das quais existem em várias versões, enquanto que duas não estão presentes em todos os exemplares. São as seguintes unidades:

1.	frontispício do *Itinerário*:	caderno de VIII pp.
2.	texto do *Itinerário*:	pp. 1-160
3.	Beschrijvinghe	pp. 1-82 + II
4a.	*Reys-gheschrift*:	pp. 1-134
5.	frontispício do *Extract*:	caderno de IV pp.
4b.	*Extract*:	pp. 135-148 + VIII
6.	«Inhout des Boecks»	caderno de VIII pp.

1. Do primeiro caderno, incluindo o frontispício, o privilégio, a dedicatória, o proémio, panegíricos e um retrato de Linschoten, existem pelo menos duas versões, uma que data a dedicatória de «... 1595», outra com a data de «1 de Janeiro de 1596».

2. Do texto do *Itinerário* existe uma versão, de 160 páginas, divididas em treze cadernos marcados de A a N.

3. Da *Beschryvinghe* existem pelo menos quatro versões, todas referindo M.D.XCVI (1596) como ano de publicação, mas uma com uma gravura de frontispício diferente das três outras. As duas primeiras não têm paginação, as outras são paginadas. Nas três primeiras versões, os textos das duas partes foram compostos separadamente. A última versão foi composta de uma vez e tem uma paginação contínua.

4a. Do *Reys-gheschrift* conhece-se apenas uma versão, dividida em sete cadernos, marcados Aa a Mm. O primeiro caderno contém o frontispício (ano de publicação M.D.XCV [1595]), uma dedicatória e os panegíricos. Os restantes cadernos contêm o texto do *Reys-gheschrift* (pp. 13-134) e o texto do *Extract* (pp. 135-147).

5. Para ser inserido entre os textos do *Reys-gheschrift* e do *Extract*, foi composto um caderno de quatro páginas sem paginação. A primeira página é o frontispício do *Extract*, que refere como ano de publicação CIↃ.IↃXCVI (1596). A segunda página ficou em branco. A terceira página contém uma dedicatória, igualmente datada de 1596. A quarta página contém um pequeno panegírico em latim. Foram encontradas duas versões, com panegíricos diferentes.

4b. Do *Extract* conhece-se apenas uma versão. O texto preenche as páginas 135 a 147 do último caderno (Mm) do *Reys-gheschrift* (4a.). A última página ficou em branco.

6. O «Inhout des Boecks» (Índice) preenche um caderno de 8 páginas, do qual se conhece apenas uma versão.

Na execução tipográfica dos frontispícios, existe grande similaridade entre o *Itinerário* e o *Reys-gheschrift*. A composição e divisão de título e subtítulo são feitas da mesma maneira, mostrando ambas as páginas a mesma gravura, da autoria de L. Cornelisz: no centro, o desenho de uma nau com várias outras embarcações ao fundo, e nos quatro cantos, «cartuchos» com panoramas das cidades de Antuérpia, Amesterdão, Midelburgo e Enkhuizen. Os frontispícios da *Beschryvinghe* e do *Extract* mostram igualmente similaridades no arranjo tipográfico. A primeira contém uma gravura (mapa mundi ou planisfério) da autoria de Jodocus Hondius, a segunda uma gravura, também de Hondius, da Península Ibérica com o título «Hispania».

No fim de uma das versões da *Beschryvinghe* encontra-se uma página com um «aviso para os encadernadores de como e onde devem ser encadernadas as gravuras e cartas pertencentes a este livro». Aqui fala-se no «*Itinerário*, ou a primeira parte» e na «segunda parte, ou *Reys-gheschrift*» e ainda na «descrição de Angola e Guiné, que segue imediatamente o *Itinerário*» e na «descrição da América, que segue imediatamente a descrição de Angola». Daqui pode-se concluir que a ordem na altura prevista pelo editor era a seguinte:

a. *Itinerário*;
b. *Beschryvinghe*, a saber, 1.° a de Angola e Guiné e 2.° a da América;
c. *Reys-gheschrift*.

No fim de vários conjuntos dos quatro textos, encontra-se o «Inhout des Boecks», um índice sumário do conteúdo do livro, dividido em duas partes: o sumário do conteúdo do *Itinerário* e o sumário do conteúdo do *Reys-gheschrift* e do *Extract*. No primeiro sumário não está incluída a *Beschryvinghe*, cuja existência apenas se depreende de referências efémeras no índice das gravuras e das cartas. A referência mais significativa encontra-se no título do índice:

> «Segue-se o índice das gravuras e cartas pertencentes ao *Itinerário*, e de onde devem ser colocadas, para memória dos encadernadores, e também para saber como devem ser encadernadas a carta da Guiné, Congo e Angola, a carta das Antilhas e Brasil, e a descrição das mesmas regiões (*cujas folhas não são numeradas*).»

A última informação, entre parênteses, é estranha, já que várias versões da *Beschryvinghe* têm uma paginação normal. Pode-se, portanto, concluir que o índice fora feito antes de serem impressas as versões da *Beschryvinghe* que têm paginação. O segundo sumário abrange o *Reys-gheschrift* e o *Extract* e é seguido por uma listagem de erros e gralhas encontrados no *Itinerário* e no *Reys-gheschrift*. Nesta listagem não estão incluídos erros ou gralhas da *Beschryvinghe* e do *Extract*.

O caso mais interessante é o do *Reys-gheschrift*, que através da paginação contínua e das marcas de composição se mostra inseparavelmente ligado ao *Extract*. O último caderno contém as duas últimas páginas do *Reys-gheschrift* e o texto completo do *Extract*. Entre os dois textos foi mais tarde inserido o pequeno caderno de quatro páginas (5), não marcado e sem paginação, que refere 1596 como ano de publicação.

O que se pode concluir de todos estes dados aparentemente áridos e meramente bibliográficos? A primeira conclusão é que o *Reys-gheschrift* e o *Extract* não podiam ser publicados separadamente, não só por causa da paginação contínua mas também pela sua divisão em cadernos. Tirando um caderno, tiravam-se as duas últimas páginas do primeiro texto; juntando um caderno, ficava-se automaticamente também com o *Extract*. Isto quer dizer que o *Extract* já estava incluído na edição do *Reys-gheschrift* datada de 1595. Na altura, esta edição teria sido publicada sem os índices que também incluem o *Itinerário*. Em 1596, apenas se inseriu um pequeno caderno com o frontispício, a dedicatória, etc. do *Extract* e, já que se concluía a publicação do conjunto total, os índices completos. As marcas de A a N dos cadernos do *Itinerário* e de Aa a Mm dos cadernos do *Reys-gheschrift* e do *Extract*, podem levar a crer que os dois textos tenham sido compostos mais ou menos pela mesma altura. Talvez primeiro o texto do *Itinerário* e a seguir o *Reys-gheschrift* e o *Extract*. Já se sabia que o *Reys-gheschrift* iria ser publicado a curto prazo, razão pela qual se começou logo com o frontispício. Do *Itinerário*, só se compôs por enquanto o texto corrente, sendo mais tarde compostas as duas versões do primeiro caderno, com o frontispício, a dedicatória, etc. A *Beschryvinghe* foi composta depois dos três outros textos, provavelmente na mesma altura em que se compôs o caderno a ser inserido entre o *Reys-gheschrift* e o *Extract*. Já se sabia que ia ser publicado a curto prazo, razão pela qual também aqui se começou a composição logo com o frontispício. O «Aviso aos encadernadores», que fecha o último caderno de uma das versões da *Beschryvinghe*, leva a crer que *Itinerário* e *Beschryvinghe* tenham sido postos à venda em conjunto, e com as cartas e gravuras, em 1596.

De uma maneira ou outra, todos os factos indicam claramente que o editor estava com muita pressa na última fase da preparação da edição e que fazia vários pequenos acertos tipográficos para dar um aspecto uniforme às várias partes do conjunto.

A composição pouco cuidada do texto do *Itinerário* parece indicar que este trabalho fora também feito à pressa. Devido à ausência de Jan Huygen, o livro ficou mal revisto e foram acrescentados resumos à margem, por vezes pouco adequados. Torna-se assim possível que o *Itinerário* propriamente e o *Reys-gheschrift/Extract*

tenham sido ambos impressos ainda antes da «primeira navegação», sendo na altura apenas publicado o *Reys-gheschrift/Extract*. Assim também se pode explicar o facto de ter havido tempo para rever o texto impresso de ambos os livros antes da publicação do *Itinerário* e da *Beschryvinghe* em 1596. Atendendo à utilidade directa do *Reys-gheschrift* para a «primeira navegação», que se iniciou no dia 2 de Abril de 1595, este tinha de estar disponível antes desta data. Do conteúdo da dedicatória e dos panegíricos, pode-se de facto concluir que o livro foi publicado depois de Linschoten voltar da primeira expedição ao Norte (Junho-Setembro 1594) e antes do início da segunda expedição fracassada (Julho-Outubro 1595). Talvez algumas cópias do *Itinerário* tenham sido entregues aos navegadores da primeira navegação, com caderno de frontispício ou sem ele. Para a edição do *Itinerário* em conjunto com a *Beschryvinghe* de 1596, ter-se-ia então composto o primeiro caderno de frontispício.

Outros dados interessantes encontram-se no privilégio para a publicação do livro. No *Itinerário* foi, como era costume, incluído um «Extracto do Registo de Resoluções dos Senhores Estados-Gerais dos Países Baixos Unidos», datado de sábado, dia 8 de Outubro de 1594 (portanto, apenas três semanas após o regresso de Linschoten da sua primeira viagem ao Norte), que reza assim:

> «A solicitação de Jan Huygen van Linschoten, foi ao mesmo concedida a patente para nos próximos dez anos seguintes, em exclusividade, poder fazer imprimir, vender e distribuir nas Províncias Unidas dois livros: um intitulado, no primeiro volume, *Itinerário* ou Livro da viagem de Jan Huyghen van Linschoten às Índias Orientais ou Portuguesas, contendo uma breve descrição dos mesmos países e costas marítimas, com indicação de todos os principais portos, rios, cabos e lugares até agora descobertos e conhecidos pelos portugueses, etc. O segundo volume, um relato sumário de todos os domínios, rendas e todos os rendimentos do rei de Espanha, etc. E o terceiro volume, contendo muitas e várias navegações para Goa, Cochim, Bengala, Pegu, Malaca, Sião, etc. E um segundo livro, História natural e moral das Índias Ocidentais, no qual se contam as coisas mais notáveis do céu e dos elementos, metais, plantas e animais das mesmas, e as cerimónias, leis, governos e guerras dos indianos, composto por José de Acosta, etc. Proibindo, etc., desde que seja entregue um exemplar aos Estados Gerais em função na altura.
>
> Corresponde ao Registo referido,
> Aerssens (escrivão dos Estados Gerais)»

Atendendo ao conteúdo do registo, o primeiro livro seria portanto composto por: 1. Itinerário propriamente dito; 2. Extract; 3. Reys-gheschrift. Disto pode concluir-se com alguma probabilidade que, na altura, pelo menos os dois últimos textos ainda não estariam compostos na tipografia, pois uma vez compostos a ordem seria diferente: o *Extract* ia a seguir ao *Reys-gheschrift*, por óbvias razões económicas, já que o texto do *Itinerário* preenchia 13 cadernos completos sem que sobrasse uma única página, enquanto o *Extract* ultrapassava um caderno de 12 páginas mas não preenchia um caderno de 16 e o *Reys-gheschrift* ultrapassava em duas páginas os 11 cadernos, possibilitando a composição do *Extract* nas restantes folhas de um caderno de 16.

Acerca do *Reys-gheschrift* é importante notar que no privilégio ainda não se fala em roteiros para as Índias Ocidentais, o que corresponde a um «Aviso ao Leitor» que no *Reys-gheschrift* segue os roteiros orientais e antecede os ocidentais. No aviso, Linschoten diz:

> «embora no princípio apenas me tivesse proposto fazer menção das viagens ou navegações, rotas e situações das costas, ilhas e todas as regiões orientais (...), já que encontrei entre as minhas outras memórias e papéis a navegação de todos os portos, rios e cabos da costa do Brasil e da navegação dos portugueses para estas regiões, assim como (...) das Antilhas e (...) da terra firme de Nova Espanha, e igualmente da contracosta de Angola ou Etiópia, etc., não pude deixar de incluí-las aqui a seguir (...), visto esta navegação também se estar a tornar corrente na nossa nação e esperando que a mesma possa servir de incentivo para mais empreendimentos, por maior louvor, honra e glória do Santo Evangelho e da Majestade Divina, com prosperidade e bênção destes nossos Países Baixos, etc.»

O segundo livro referido no privilégio é a tradução feita por Linschoten do livro homólogo do espanhol José de Acosta, tradução essa que só veio a ser publicada em 1598. Pode-se, portanto, concluir que só depois de Outubro de 1594 se tenha lançado o projecto de elaborar os roteiros e as descrições da costa ocidental da África e do Brasil. Porquê? Provavelmente porque, uma vez encontrados os roteiros ocidentais e decidida a inclusão das cartas no livro (das quais igualmente não se fala no privilégio), se tornou necessário fornecer a curto prazo textos para acompanhar as cartas destas regiões. Para esse efeito o livro de Acosta não servia, já que era uma descrição que se limitava à América, demasiado extenso para o efeito e um livro bem elaborado e completo em si. Outra razão importante para se ter decidido publicar o livro na forma como foi publicado em 1596 foi, claro está, para aproveitar o enorme interesse por este mundo desconhecido suscitado pela «primeira navegação». Sob muitos aspectos, a publicação do *Itinerário* nesta forma foi uma volumosa «publicação de circunstância».

Ainda outras indicações para a ordem de publicação podem ser encontradas nas dedicatórias. A dedicatória do *Itinerário* data de 1 de Janeiro de 1596. A dedicatória do *Reys-gheschrift* não tem data e a do *Extract*, que se encontra no caderno inserido mais tarde, refere apenas o ano de 1596. É no entanto interessante ver a quem se dirigem as respectivas dedicatórias. Pode-se facilmente detectar uma hierarquia que não corresponde à ordem referida no privilégio mas sim à sua ordem de publicação. O *Reysgheschrift* é dedicado ao príncipe Maurício, o *Itinerário* a todos os representantes nos Estados Gerais, e o *Extract* aos representantes dos Estados da Holanda e da Frísia Ocidental. A *Beschryvinghe* não tem dedicatória.

Além da questão da ordem da sua publicação, há a questão da datação dos respectivos textos, de quando foram escritos ou, pelo menos, concluídos. Já referimos que Linschoten, ao partir para a sua primeira viagem ao Norte, em Junho de 1594, dizia ter acabado o *Itinerário* há muito pouco tempo. No que diz respeito à datação do *Reysgheschrift*, existem indicações de que foi escrito depois do *Itinerário*. O próprio escritor diz no cap. 18 do *Reys-gheschrift*, quando fala dos ventos «terrenhos» na Índia: «tudo a esse respeito já declarámos mais amplamente no meu *Itinerário* e descrição da Índia»

(p. 35, I). No *Itinerário* não se encontra qualquer referência ao *Reys-gheschrift*. Talvez não seja desnecessário salientar que este facto não implica forçosamente que Linschoten não pudesse ter utilizado dados dos roteiros no seu *Itinerário*. Tinha os roteiros à mão, pelo menos os orientais, e podia perfeitamente consultá-los quando precisasse. O *Reys-gheschrift* deve ter sido acabado entre Outubro de 1594 e Abril de 1595. A *Beschryvinghe* foi igualmente composta após o *Itinerário*, como já podíamos concluir do seu frontispício. Além disso, Paludanus acaba a sua descrição da África com as palavras: «O que toca à costa de Adém, passando pela Arábia Fértil e o golfo da Pérsia até Goa, foi suficientemente tratado neste livro para o qual remeto o leitor.» A descrição da América de Linschoten, por sua vez, abre com a seguinte declaração:

> «Já que o autor desta Viagem e o tipógrafo ambos despenderam grandes custos e esforços para incluir neste livro algumas cartas perfeitas da América, por muitas vezes as naus da Índia na viagem de ida ou de volta descaírem para estas costas, principalmente a do Brasil, (..) consideraram também conveniente juntar aqui uma pequena descrição do mesmo país, indicando assim ao benevolente leitor os lugares principais onde, nos tempos correntes, se encontra a mais frequente navegação.»

Tudo leva a crer que a *Beschryvinghe* fora redigida, no mínimo, depois de Outubro de 1594, mas mais provavelmente só nos primeiros meses de 1595, ou seja, pouco tempo antes da partida da «primeira navegação». No texto de Paludanus existem pequenas indicações que parecem apoiar essa tese. Paludanus dá como motivação para a sua descrição da costa ocidental da África: «Porque os navios da carreira da Índia circumnavegam a maior parte da África, juntaram-se a este livro certas cartas que delineiam as partes da África por onde passa essa rota»; e quando fala da costa da Guiné diz: «para onde o nosso povo agora também começa a navegar». A seguir, cita mesmo algumas observações referentes à costa ocidental da África que diz serem provenientes de compatriotas que passaram por lá *neste ano*. Ora, acontece que navios holandeses começaram a navegar para a costa da Guiné em finais de 1594 e que uma expedição comandada por P. de Marees lá aportou no ano de 1595, numa primeira tentativa holandesa de explorar a «costa do ouro» da Mina.

10. O conteúdo do *Itinerário*

O objectivo de Linschoten ao escrever a sua obra parece ter sido o de fornecer uma relação tão completa quanto possível de todas as suas experiências, conhecimentos e informações acerca da Índia que considerava de interesse para o leitor holandês da altura. Assim, proporcionava informes: 1. marítimos, acerca da navegação dos portugueses para e na Índia; 2. comerciais e económicos, acerca dos portos comerciais da Índia, os mercadores, os produtos, os preços, as quantidades, etc.; 3. geográficos e etnográficos, sobre os países e povos do Oriente; 4. botânicos e zoológicos, sobre a flora e fauna orientais; 5. históricos, sobre a história da presença portuguesa no Oriente e sobre os vários países orientais; 6. pessoais, sobre as suas experiências e impressões durante a estada na Índia. Não foi fácil abordar todos estes

temas com a devida profundidade num relato fluente, razão pela qual optou por uma organização tanto quanto possível tópica, não escapando a algumas repetições, já que a matéria muito diversa nem sempre se deixava separar convenientemente. Levando em conta que Linschoten não foi, como ele próprio confessa modestamente, um escritor experiente, não se saiu mal, talvez justamente por não utilizar um estilo e uma organização de natureza científica ou literária, mas sim o seu próprio estilo simples e directo, bastante vivo e com o sentido de humor do bom conversador, que o aproxima de certo modo de Fernão Mendes Pinto.

Como o título principal, *Itinerário*, já sugere, a espinha dorsal do relato compõe-se da viagem de ida, da estada na Índia e da viagem de volta. Os vários tópicos são aprofundados mais ou menos na ordem em que se inserem na cronologia deste *Itinerário*. Assim, os 99 capítulos do *Itinerário* podem ser divididos em 8 partes temáticas:

1. Viagem de ida e navegação portuguesa para a Índia: 1-3
2. Descrição da costa e das cidades e países do Oriente:
   - 2.1 para além do cabo da Boa Esperança até Goa: 4-9
   - 2.2 o litoral asiático, de Goa até Malaca: 10-18
   - 2.3 a Insulíndia: 19-22
   - 2.4 China: 23-24
   - 2.5 Macau: 25
   - 2.6 Japão: 26
3. Goa e arredores
   - 3.1 Geografia e história de Goa: 27-28
   - 3.2 Etnografia de Goa: 29-33
   - 3.3 Clima de Goa: 34
   - 3.4 Moedas, pesos e medidas de Goa: 35
   - 3.5 Etnografia da Índia: 36-43
   - 3.6 Religiões da Índia: 44
4. Natureza da Índia
   - 4.1 Gado, aves e outros animais da Índia: 45-47
   - 4.2 Animais marinhos da Índia: 48
   - 4.3 Frutos, árvores, plantas e ervas da Índia: 49-61
   - 4.4 Especiarias e ervas medicinais da Índia: 62-83
   - 4.5 Pedras preciosas da Índia: 84-91
5. Acontecimentos durante a estada na Índia: 92
6. Viagem de volta e navegação portuguesa para Portugal: 93
7. Descrições das ilhas atlânticas: 94-98
8. Acontecimentos durante a estada na Terceira e regresso à Holanda: 99

Nada leva a crer que Linschoten, durante a sua estada na Índia, alguma vez tivesse viajado, para além de excursões pelos arredores de Goa. Apenas conheceu pessoalmente os portos de escala na viagem de ida e de volta e as cidades e ilhas onde permaneceu mais tempo: a ilha de Moçambique (15 dias: 5-20/8/1583), Goa (cinco anos e dois meses: 20/9/1583-23/11/1588); Onor (8 dias: 28/11-6/12/1588); Cananor (dia e meio: 11-13/12/1588); Cochim (quase um mês: 24/12/1588-

-20/1/1589); ilha de Santa Helena (nove dias: 12-21/5/1589); ilha Terceira (dois anos e quatro meses: 24/7/1589 — Dezembro de 1591). Da listagem depreende-se logo que os pontos fortes das observações pessoais de Linschoten como testemunha dos acontecimentos da época são, para além dos relatos da viagem de ida e volta, as descrições das suas estadas em Goa e na Terceira. Da lista também se pode concluir que grande parte do *Itinerário* não se baseia em informação de primeira mão.

11. Fontes de Linschoten

O facto de Jan Huygen não ter visitado a maior parte dos países e localidades que descreve, coloca a questão das fontes em que se baseia quando não fala das suas próprias experiências. Para além de várias fontes escritas, um lugar especialmente importante é reservado aos amigos e conhecidos que lhe serviam de informadores e por vezes figuram mesmo na obra como tal. Deste modo, Dirck Gerritsz forneceu informações em primeira mão acerca da China, Macau e Japão, assim como Gerrit van Afhuysen acerca de Malaca. Jan Huygen tinha contactos com um outro amigo flamengo em Ceilão, e em Goa conheceu pessoalmente várias pessoas que lhe contaram as suas aventuras. Entre estas últimas salientam-se os ingleses da expedição de Ralph Fitch, alguns sobreviventes da fracassada expedição da armada de Goa contra os «nicolus», e dois irmãos judeus que tinham vivido o naufrágio da nau *Santiago*. Os relatos baseados nas suas histórias contam-se entre as partes mais vivas e interessantes do livro. Se comparados com fontes coetâneas existentes (o relato de Fitch, a *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental* de Francisco Rodrigues Silveira, o *Soldado prático* de Diogo do Couto e o relato do naufrágio da *Santiago* de Manuel Godinho Cardoso na *História trágico-marítima*), não só mostram o enorme rigor factual de Jan Huygen, mas fornecem também detalhes que faltam nas outras versões. De igual interesse são as descrições dos acontecimentos vividos por ele próprio em Goa, nas quais dá um retrato bem pormenorizado e por vezes impiedoso da sociedade indo-portuguesa, que tem o seu cúmulo na descrição dos últimos e desgraçados anos de um lapidário flamengo seu amigo, que acaba por morrer às mãos da esposa indiana e de um soldado português seu amante.

No que diz respeito às fontes escritas que utilizou, estas raramente vêm referidas como tal no livro, o que complica consideravelmente a sua identificação. No entanto, vários investigadores trabalharam já este campo, conseguindo detectar que para os dados sumários acerca de terras e povos que apresenta nos capítulos 7 a 22, Linschoten recorreu frequentemente ao Canto X de *Os Lusíadas* de Camões. Nos capítulos 49 a 88, está patente uma influência dominante e decisiva dos *Colóquios dos simples* (Goa, 1563) de Garcia de Orta. Linschoten possuía um exemplar da primeira edição desta obra, exemplar esse que está guardado na Biblioteca da Universidade de Leida (n.° 1366 G 12). No frontispício figuram duas anotações intrigantes. A primeira: «A Linsçoten AD 1585»; a segunda: «De Linsçoten o qual o ve(n)deu a mestres Pedr'çalvz. da nau joanes.» Acontece que em 1588 chegou a Lisboa, vinda da Índia, uma nau chamada *S. João*. A 8 de Maio de 1590 partiu de novo de Lisboa

para a Índia, integrada na armada deste ano e tendo por capitão um Pero Gonçalves. Não conseguindo passar a linha equinocial, voltou a Lisboa em finais de Setembro. No entanto, nem a nau nem o mestre vêm referidos no *Itinerário*, apesar do registo minucioso que Linschoten dá das naus que entram e saem de Goa e dos Açores. Dos dados disponíveis depreende-se que Linschoten teve o livro na sua posse ao menos entre 1585 e 1588, período que corresponde em grande parte à ausência do seu amo de Goa, e no máximo até 1591, pouco tempo antes de ele voltar à Holanda da Terceira ou de Lisboa, onde ainda pode ter encontrado o «mestre». Torna-se assim provável que nestes anos tenha redigido o texto relativo às plantas orientais, tendo-o concluído antes do regresso à Holanda. As semelhanças entre esta parte do livro e a carta aos pais de 1584 apontam para a possibilidade de Linschoten ter lido o livro de Orta e ter tirado apontamentos para o que viria a ser o seu *Itinerário* ainda antes de 1585. Outra obra que utilizou nas suas descrições da flora oriental foi o *Tractado de las drogas y medecinas de las Indias Orientales* (Burgos, 1578) de Cristóvão da Costa. Porém, até agora foram encontradas muito poucas derivações irrefutáveis deste texto. De ambos os livros existiam na altura traduções em latim da autoria de Clusius (Orta: *Aromatum et simplicium*, Antuérpia, 1567; Costa: *Aromatum et medicamentorum*, Antuérpia, 1582), que foram utilizadas por Paludanus e talvez, no caso de Costa, pelo próprio Linschoten, o que ainda complica mais a atribuição das influências. Não obstante, dos muitos trechos inspirados em Orta, vê-se claramente que Linschoten, ao contrário de Paludanus, se baseou no texto original dos *Colóquios*.

Uma outra fonte é indicada por Linschoten no fim da sua descrição da China. Trata-se da *Historia del gran Reyno de la China* de Juan González de Mendoza, da qual Linschoten destilou os capítulos 23 e 24. Parece ter utilizado a versão original espanhola (Roma, 1585), embora também refira a versão latina. Porém, não refere a versão holandesa do livro, traduzido do italiano por Cornelis Taemsz, amigo de Linschoten, publicado por Cornelis Claesz em 1595, facto que constitui mais um argumento para a teoria de que o *Itinerário* nesse ano já estivesse no prelo.

Para além dos textos acima referidos, que constituem as principais fontes escritas, Linschoten refere muitos outros autores, sem que estes pareçam ter tido muito mais do que um papel de mera referência para um facto ou teoria. Ainda estão por estudar as influências concretas de duas fontes italianas, que vêm mencionadas na bibliografia relativa ao *Itinerário*: o *Historiarum Indicarum libri XVI* (1588) do jesuíta italiano Giovanni Pietro Maffei e *Delle navigationi et viaggi* (3 vols., 1550-1559) de Ramusio. Sabe-se que Jan Huygen possuía um exemplar do último livro e que o utilizou para a sua descrição da América.

Um caso misterioso encontra-se nos capítulos 88 a 91, dedicados ao reconhecimento e à avaliação de pedras preciosas, nos quais predomina o tom de um livro de instruções e pode verificar-se uma diferença de estilo — mais complexo e menos claro — em relação ao resto da obra. A abordagem muito especializada do assunto e a falta de qualquer referência ao resto da obra ou a experiências pessoais de Linschoten podem mesmo levantar dúvidas acerca da autoria do trecho, já que nada indica que Linschoten tenha sido um entendido na matéria. As diferenças estilísticas e a ausência de referências ao texto nos capítulos anteriores, que tratam das pedras

preciosas na Índia (porém, numa ordem diferente), levam a crer que o texto tenha sido inserido posteriormente. Até agora não se encontraram fontes publicadas em que Linschoten se possa ter baseado. No entanto, os já referidos documentos da preparação da primeira navegação incluem um relatório anónimo sobre o mesmo assunto, que, embora tratasse as pedras na mesma ordem e utilizasse um método de cálculo semelhante, é diferente e ainda mais pormenorizado, o que abre a hipótese de Linschoten ter adaptado o mesmo relatório ou um relatório similar, elaborado por um perito na matéria, dos quais conheceu vários em Goa.

Talvez não seja inoportuno notar que até agora não se encontrou na obra qualquer influência dos principais cronistas da Ásia portuguesa, a não ser umas pequenas insinuações que pudessem apontar para Lopes de Castanheda. Nomeadamente João de Barros poderia ter proporcionado informações valiosas para Linschoten, tal como o referido Fernão Lopes de Castanheda, embora ambos tratassem de um período muito anterior ao da presença de Linschoten na Índia. Parece que Linschoten preferiu a «história oral» na versão dos seus contemporâneos, contada nos meios que frequentava. Sendo assim, mais uma vez se pode verificar o rigor e credibilidade de Jan Huygen, desta vez em comparação com os textos de Barros e Castanheda, mas especialmente com as *Décadas* de Diogo do Couto, publicadas depois do *Itinerário*, que tratam do período da estada de Jan Huygen na Índia.

12. Informações secretas

Devido à importância que o *Itinerário* teve para a navegação e o comércio dos holandeses na Índia, as informações que dá a esse respeito merecem atenção especial. Não se averiguou ainda quais as fontes que Linschoten teria utilizado, mas, mais uma vez, os dados que fornece, acerca da navegação na carreira da Índia, da situação dos portos, do comércio (especialmente da pimenta) e de moedas, pesos e medidas, mostram grande rigor e segurança. Sabemos que para os dados que diziam respeito à navegação podia recorrer aos roteiros que tinha na sua posse e que traduziu no *Reys-gheschrift*. De facto, os dados marítimos e topográficos do *Itinerário* correspondem na maioria das vezes minuciosamente aos roteiros, o que leva a crer que Linschoten se serviu amiúde destes últimos. O rigor das suas informações acerca das naus, da composição das tripulações e da vida a bordo, etc., pode remontar às suas experiências pessoais nas viagens de ida e volta; mas então Linschoten deveria ter uma memória fabulosa ou teria tomado apontamentos muito detalhados desde o início da viagem. Mesmo assim, é difícil imaginar que tivesse tido oportunidade para juntar as informações correctíssimas acerca dos soldos e quintaladas de toda a tripulação, do capitão até aos grumetes, sem recorrer a documentos oficiais. O mesmo se verifica no caso do regimento e dos rendimentos das capitanias nas praças orientais, e com a organização do trato da pimenta. Os dados correspondem, na sua maior parte, rigorosamente aos dados mais tarde apresentados no *Livro* (1607) de Luís Figueiredo Falcão. Tudo mostra que Linschoten estava muitíssimo bem informado e que sabia onde procurar os dados mais actualizados. A questão fulcral que fica ainda por resolver é: quem lhe possibilitou o acesso a todos estes dados,

que não só abrangem os roteiros, a carreira da Índia, o trato da pimenta e os regimentos das capitanias, mas mesmo os rendimentos anuais da Coroa espanhola, que Linschoten apresentou no seu *Extract*? Na altura, todos estes documentos teriam sido considerados secretos ou, pelo menos, de acesso reservado. Pode-se portanto concluir que Linschoten teria bons contactos a alto nível e ampla oportunidade de consultar e copiar os documentos, sendo certo que nem todos existiriam na residência do arcebispo de Goa.

13. Um olhar crítico

De modo geral, Linschoten mostra-se um espírito aberto mas crítico na apresentação dos factos e dados que fornece. Várias vezes corrige informações com base nas suas próprias experiências, transmite as suas dúvidas acerca de certas teorias ou propõe explicações alternativas para fenómenos estranhos. No entanto, foge por vezes à regra, como quando afirma que no reino de Anhalt a terra produz por si própria chávenas perfeitas (Dedicatória), ou que em Goa os cornos dos bois, deitados ao chão, criam raízes (cap. 61), ou ainda quando fala da eficácia medicinal de todas as partes do rinoceronte, «até do seu esterco e água» (cap. 47). Para além destes raros casos, encontram-se ainda alguns vestígios do imaginário lendário clássico e medieval, tais como a lenda da esperteza do castor (cap. 70), da rémora que arrasta um navio contra as correntes do mar (cap. 48) e das ilhas encantadas (cap. 96).

No ponto de vista de Linschoten face à presença portuguesa na Índia, predomina um mesmo olhar crítico, que corresponde em muitos aspectos às visões igualmente críticas de contemporâneos portugueses, tais como Fernão Mendes Pinto, Diogo do Couto e Francisco Rodrigues Silveira. Como eles, assinala a falta de eficácia, a corrupção, a injustiça e a burocracia do poder, o estado deplorável em que se encontram as naus e a navegação, o incumprimento das normas de segurança nos navios, a vã cobiça e a perversão moral dos portugueses na Índia, enfim, a decadência geral do Império. Como não-português escrevendo para não-portugueses, não tem peias na língua ao fazer observações sobre o carácter nacional português. Critica fortemente o sentimento de superioridade dos portugueses na Índia em relação às outras nacionalidades, a sua soberba e ostentação, o seu desrespeito pelas leis e normas sociais, as suas intrigas e invejas, a insubordinação dos soldados, as invocações despropositadas da honra e da origem fidalga, a ociosidade e infidelidade das mulheres portuguesas (e indianas), e a cobiça de todos, desde o vice-rei aos soldados, passando pelos membros do clero.

14. Linschoten, católico ou calvinista?

Uma das perguntas que mais chamaram a atenção de estudiosos da obra de Linschoten prende-se com a questão da posição religiosa do escritor. Existem várias teorias a esse respeito. Para uns, Linschoten teria tido uma posição «moderadamente indiferente» perante a fé católica, para mais tarde, de volta à Holanda, assumir o calvinismo, mudança que teria querido salientar em alguns passos da parte final do *Itine-*

rário. Para outros, Jan Huygen mudou, depois do seu regresso, de «bom católico» para «bom calvinista». Ainda outros, afirmam que teria vivido como um bom católico, com este espírito escrevendo a maior parte do livro. Mais tarde, na Holanda, teria escrito o último capítulo, inspirado pelo espírito calvinista de uma confiança religiosa inabalável, depois de se ter convertido ao calvinismo.

H. Terpstra, fazendo o balanço das várias opiniões na sua introdução à mais recente edição holandesa do *Itinerário* (1955), afirma, baseando-se nalguns passos do texto onde se criticam ironicamente alguns excessos de zelo católico, que Jan Huygen se mostra «decididamente anti-católico», para concluir que Linschoten escreveu o livro inteiro após o regresso à Holanda. Sem pretender proferir aqui a última palavra sobre a questão, importa sublinhar que Jan Huygen apenas se mostra decididamente calvinista no último capítulo do livro, e que antes disso só são de assinalar algumas poucas e incipientes insinuações «protestantizantes» nos capítulos 92 e 93. Para além do mais, e justamente por causa disso, parece pouco provável que o livro fosse escrito por inteiro só depois da chegada à Holanda.

No que toca aos passos «decididamente anti-católicos», estes não vão além das críticas ironizantes de todos os tempos (a cobiça de relíquias, os excessos de zelo religioso em tempos de grande apuro e a perversidade do clero) e, ainda por cima, muitas vezes não se dirigem contra a religião mas sim contra os portugueses, que preferem ir ao fundo, fazendo orações e promessas, a manobrar as bombas do navio, e que, como caçadores de troféus armados em devotos, cortam em pedaços a porta da igreja de S. Tomé. Tudo leva a crer que Jan Huygen foi na verdade um bom católico mas não um fanático. Também os seus repetidos e fortes ataques aos jesuítas (que foram suprimidos da tradução latina que o próprio Jan Huygen co-financiou), na altura eram mais vulgares nos meios católicos do que entre calvinistas. Até é provável que o arcebispo seu amo, membro da ordem de S. Domingos, não tivesse tido opiniões muito diferentes a esse respeito.

Concluindo, pode-se afirmar que Linschoten muito provavelmente saiu da Holanda como católico e voltou como católico. Depois do seu regresso, teria então optado pelo calvinismo, a doutrina vigente em Enkhuizen e por toda a Holanda. Assim, fica aberta a possibilidade de ele ter escrito ou elaborado o último capítulo já de regresso a Enkhuizen e explicado o espírito calvinista com que conclui a obra.

15. Linschoten, espião dos holandeses?

Tem-se especulado muito sobre a questão de Linschoten ter sido ou não um espião dos holandeses que premeditadamente colhia informações acerca da carreira da Índia e sobre o império comercial português na Ásia, para as entregar mais tarde às autoridades empenhadas na expansão marítima holandesa. Tudo leva a crer que a afirmação de Linschoten ter sido um espião não é senão uma resposta fácil à premente pergunta «quem lhe facilitou acesso a todos os dados secretos que apresentou no seu livro e porquê?» Nenhuma indicação permite afirmar que Linschoten foi para a Índia como espião. Bem pelo contrário, Jan Huygen partiu da Holanda numa altura em que a guerra contra Espanha ainda não tinha atingido proporções que justificas-

sem tais aspirações, nem Portugal podia sequer ser considerado inimigo dos holandeses. Só muitos anos depois de 1580, e não só por causa das medidas restritivas que Filipe II como rei de Portugal e Espanha ia impondo ao comércio e navegação dos holandeses, se começou a pensar em explorar os caminhos marítimos para as Índias portuguesa e espanhola. É bem significativo que os primeiros projectos a esse respeito datem do início dos anos 90 e só tenham surgido pouco tempo antes de Linschoten voltar à Holanda (nomeadamente, a espionagem de Houtman e outros junto de pilotos portugueses em Lisboa). Nem sequer é de supor que Linschoten soubesse algo a respeito destes planos antes de voltar à pátria.

Além do mais, para entrar ao serviço do novo arcebispo de Goa, Linschoten deveria possuir boas referências, além de ser um bom católico. Este último facto desmente desde já uma eventual «trama calvinista». A «espionagem» de Linschoten deve ter começado inocentemente, pelo simples facto de ele manter um diário ou livro de apontamentos em que anotava o que lhe parecia de interesse. E tinha uma vivíssima curiosidade por muitas coisas e um notável talento para escolher e sintetizar por escrito o que lhe parecia digno de registo. Para além disso, tinha um certo jeito para o desenho, e fazia esboços de pessoas nos seus trajes típicos, de plantas e árvores exóticas, e de cenas rurais e de rua.

Que ninguém duvidasse das suas boas intenções, prova-se pelo facto de vários dos seus desenhos topográficos terem sido feitos a pedido de portugueses ou a eles dedicados, nomeadamente os grandes planos de Goa e da ilha Terceira. Ao que parece, também outros desenhos, especialmente o do leilão na Rua Direita em Goa, pelas suas legendas em português, foram feitos para serem mostrados a portugueses. Outro argumento importante contra a tese de espionagem, é o facto de ninguém, nem o próprio Linschoten, ter pensado que voltaria tão cedo para a Holanda. O arcebispo, ao partir em viagem para Lisboa em 1586, deixou-o incumbido das suas contas e da manutenção da casa, e o próprio Jan Huygen em 1584 entretinha a ideia de voltar para a Holanda por terra, mas no caminho passar algum tempo em Itália, a fim de aprender a língua. Não propriamente um caminho cómodo nem um modo eficaz de operar para um espião carregado de documentos secretos. Até é de duvidar que Linschoten se tornasse um espião na Índia, já que informações acerca da situação política nos Países Baixos e no resto da Europa só chegavam a Goa com muito atraso e muito fragmentariamente.

Outra questão era a da ilha Terceira, onde passou dois anos. Os habitantes da ilha ainda traziam na memória os tempos da luta do Prior do Crato pela Coroa portuguesa. D. António, embora rei aclamado depois da morte do cardeal D. Henrique, em Agosto de 1580, foi expulso de Lisboa pelo duque de Alba. A ilha Terceira manteve-se fiel ao Prior e a cidade de Angra foi o último reduto de resistência a Filipe II. Os espanhóis estavam mal vistos na ilha por causa da maneira como tinham imposto o seu domínio nos Açores e tratado os habitantes partidários do Prior. As notícias do continente chegavam mais facilmente aos Açores, mesmo trazidas por navios holandeses, e vivia-se no dia a dia o terror dos navios ingleses que rodeavam as ilhas. Aqui, uma tomada de consciência da situação política era possível e credível, tendo em conta os contactos que Jan Huygen manteve com presos ingleses e com altos oficiais portugueses.

Durante a sua estada na Terceira, Jan Huygen teve também tempo para trabalhar na sua obra e juntar mais informações. Os contactos com o meio anti-espanhol da ilha podem mesmo ter despertado o seu interesse pela organização mais sistemática dos apontamentos que tinha recolhido como memorial e passatempo, de maneira que pudessem ser úteis aos seus compatriotas. Só depois de chegado à Holanda, e de ter conhecimento dos planos marítimos, se deve ter dado conta da extrema importância que as informações que possuía tinham adquirido, devido às mudanças conjunturais ocorridas durante a sua ausência do país. Muitos outros holandeses voltaram antes dele da Índia, onde estiveram ao serviço dos portugueses. Contudo, só Jan Huygen voltou com um vasto conjunto de informações escritas, colhidas meticulosamente durante toda a sua ausência, as quais se tornaram uma sólida base de conhecimento do mundo oriental para os holandeses que então iniciavam a sua expansão marítima. Portanto, espião? Nem pensar. Herói nacional? Só pelas circunstâncias.

16. Influência do *Itinerário*

O *Itinerário* e o *Reys-gheschrift* não só tiveram grande influência na expansão marítima holandesa, mas igualmente um considerável impacto na navegação inglesa, e também, embora mais tarde, alguma importância na expansão marítima francesa. Os dois textos logo mostraram o respectivo valor na «primeira navegação» dos holandeses para a Índia, servindo igualmente de referência nas viagens seguintes. Até um certo ponto, o *Itinerário* podia mesmo funcionar como meio de propaganda e assim contribuir para o ambiente febril com que, em 1598, em todas as partes do país se preparavam expedições à Índia.

Tanto Jan Huygen como Cornelis Claesz devem ter acreditado desde o início no êxito da obra. Já em 14 de Março de 1594 celebravam um contrato, passado a escritura pelo notário David Mostart, em que combinaram que o *Itinerário* seria impresso «para proveito de ambos» (Van Selm, 179). Era uma publicação volumosa e dispendiosa (no catálogo de Claesz de 1609, o conjunto encadernado, com mapas e gravuras, custava 8 florins — Van Selm, 221), mas poderia vender-se muito bem no empório de navegação e comércio internacionais que era então a cidade de Amesterdão. Para conseguir um melhor proveito das dispendiosas gravuras em água-forte, os desenhos e cartas podiam também ser comprados separadamente. Com o mesmo objectivo, Claesz publicou um álbum de 29 das gravuras com legendas em latim (*Icones et habitus Indorum ac Lusitanorum per Indiam viventum*, c. 1600) e financiou, em conjunto com Jan Huygen, uma edição latina do *Itinerário*, publicada em 1599. Por volta de 1604, foi publicada uma segunda edição do *Itinerário*, cujas sobras foram, depois da morte de Claesz em 1610, compradas pelo livreiro Jan Evertsz Cloppenburch, que as publicou em 1614 com um novo frontispício, incluindo a afirmação falsa de que se tratava de uma edição «novamente corrigida e melhorada». Foram publicadas reedições nos anos de 1623 e 1644, e uma edição muito abreviada saiu dos prelos por volta de 1663.

O *Itinerário* e o *Reys-gheschrift* fizeram durante longos anos parte do equipamento dos pilotos holandeses. Ainda em 1660 e 1661, Jan van Riebeeck, governador holandês no cabo da Boa Esperança, utilizou a carta de África e a descrição da localização do Monomotapa de Linschoten para organizar duas expedições por terra com o

objectivo de encontrar as minas de ouro. Embora ambas as tentativas tenham falhado, Van Riebeeck manteve a sua fé nas informações, o que mostra a reputação que Linschoten tinha adquirido através da sua obra (Koeman, pp. 45-46).

É significativo que a primeira tradução impressa do *Itinerário* tenha sido a inglesa, já em 1598, ao que parece por particular recomendação da maior autoridade no campo das viagens e descobrimentos, Richard Hakluyt (cf. ed. inglesa, p. LI). Igualmente significativo é que a edição também incluía os textos do *Reys-gheschrift* e do *Extract*, que na altura não tinham menos interesse para os ingleses do que para os holandeses, e ainda todas as gravuras e cartas, impressas a partir das gravuras originais. Excertos do *Itinerário* foram também publicados nas populares colectâneas inglesas de Hakluyt (1598) e Purchas (1625), e ainda na *New General Collection of Voyages and Travels* de 1745. Embora as provas documentadas até agora encontradas sejam raras, é de acreditar que sobretudo o *Reys-gheschrift* fosse bem conhecido entre pilotos ingleses, tanto mais que alguns deles participavam nas expedições holandesas à Índia, na sequência da «primeira navegação». John Saris, o primeiro piloto inglês a visitar o Japão, escreveu em 1613: «We found Jan Huyghen van Linschoten's book very true, for thereby we directed our selves from our setting forth from Firando.» (Koeman, 36-37).

Uma tradução alemã, apenas do *Itinerário* propriamente dito, foi publicada em três partes na famosa colecção dos irmãos De Bry (1598, 1599 e 1600) e serviu de base para uma segunda tradução latina, igualmente dividida em três partes (1599, 1601 e 1601). Os volumes foram impressos em Frankfurt am Main, sendo ilustrados com gravuras distintas das originais.

Uma primeira tradução francesa do *Itinerário* foi lançada no mercado por dois livreiros de Amesterdão em 1610. O livro foi impresso em Frankfurt am Main e contém as ilustrações da edição alemã de De Bry. Em 1619, o livreiro Jan Evertsz Cloppenburch, que tinha adquirido as gravuras originais em água-forte de Claesz, publicou uma reedição do texto francês com as gravuras e cartas originais e incluindo a tradução do *Reys-gheschrift*. O mesmo livreiro publicou uma terceira edição do texto em 1638. No que diz respeito à influência da obra em França, Barassin afirma: «Les Français, à leur tour, forts de l'expérience des dieppois et malouins, éclairés par les ouvrages hollandais, partiront eux aussi sur la route des Indes.» (*Stvdia*, n.º 11, p. 253).

A partir da segunda metade do século XVII, a obra de Linschoten começa a ser esquecida, ultrapassada pelas informações mais pormenorizadas e actualizadas sobre terras e culturas longínquas que entretanto foram sendo recolhidas. Desde o início do século, os livros de viagens estavam muito na moda e encontravam na Holanda um público leitor muito receptivo e também muito numeroso quando comparado com o de outros países europeus. O exótico conquistava uma presença imediata através da abundância de produtos orientais no mercado europeu e muitos eram os navegadores, comerciantes, religiosos e aventureiros que se movimentavam no mundo ultramarino. O caminho para a Índia fora desvendado; a obra de Jan Huygen ultrapassada.

Só na segunda metade do século XIX, no âmbito do estudo das primeiras relações europeias com o mundo oriental, o livro despertou o interesse dos investigadores. Fez-se então uma reedição da tradução inglesa, publicada pela Hakluyt Society (2 volumes, 1885). Em 1908, fundou-se nos Países Baixos uma sociedade similar, que adoptou o nome do navegador: a Linschoten-vereeniging. Entre os primeiros relatos de

viagens e descrições de países que publicou, conta-se a obra completa de Linschoten, com excepção da tradução do livro de José de Acosta e da missiva do rei de Espanha, em 6 volumes (1910-1939). Uma segunda edição do *Itinerário*, em 3 volumes, foi publicada entre 1955 e 1957. Só agora, quando se completam quatro séculos sobre a sua primeira edição, o *Itinerário* é finalmente publicado em português.

Bibliografia

Barassin, J., «Jean Hugues Linschoten», *Stvdia*, n.º 11 (1963), pp. 251-255.

Burger Jr., C. P., «Jan Huyghen van Linschoten, Cornelis Claeszoon, en de beschrijving van America», in *Beschryvinghe van de gantsche custe van Guinea, Manicongo, etc.* (...), ed. de C. P. Burger Jr. e F. W. T. Hunger, 's-Gravenhage, 1934, pp. 271-314 (Werken uitgegeven door de Linschoten-vereeniging, n.º XXXIX).

Costa, A. Fontoura da (pref. e anot.), *Roteiros portugueses inéditos da Carreira da Índia do século XVI*, Lisboa, 1940.

Gaastra, Femme S., *De geschiedenis van de VOC*, 2.ª ed., Zutphen, 1991.

Groenveld, S. & G. J. Schutte, *Nederlands verleden in vogelvlucht., Delta 2, De nieuwe tijd: 1500 tot 1813*, Leiden/Antuérpia, 1992.

Jong, M. de, «Sobre um exemplar dos Colóquios de Garcia de Orta existente na Biblioteca da Universidade de Leida», in *Ocidente*, n.º 304 (Agosto de 1963), pp. 76-78.

Jong, M. de, «Inleiding tot het werk van Garcia de Orta», in *Scientiarum Historia*, 6, n.º 1 (1964), pp. 16-24.

Koeman, C., «Jan Huygen van Linschoten», Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXII (1985), pp. 27-47.

Lanman, Jonathan T., «Life on a Portuguese Nao: Linschoten's Voyage to India, 1583», Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXII (1985), pp. 279-288.

Linschoten, Jan Huygen van, *Itinerario. Voyage ofte schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien, 1579-1592*, ed. de H. Kern. 2.ª ed., revista por H. Terpstra, 3 volumes, 's-Gravenhage, 1955, 1956, 1957 (Werken uitgegeven door de Linschoten-vereeniging, n.os LVII, LVIII e LX).

Linschoten, John Huyghen van, *The Voyage of John Huyghen van Linschoten to the East Indies*. From the Old English Translation of 1598, Ed. de A. C. Burnell e P. A. Tiele, Londres, 1885, 2 volumes (Works issued by the Hakluyt Society, n.º LXX-LXXI).

Moer, A. van der, *Een zestiende-eeuwse Hollander in het Verre Oosten en het Hoge Noorden. Leven, werken, reizen en avonturen van Jan Huyghen van Linschoten (1563-1611)*, 's-Gravenhage, 1979.

Parr, Charles McKew, *Jan van Linschoten: The Dutch Marco Polo*, Nova Iorque, 1964.

Post, H. Houwens, «João Huyghen van Linschoten, administrador da casa do Arcebispo de Goa e espião da Holanda (1583-1589)», in *Ocidente*, LVIII (1960), pp. 123-130.

Post, H. Houwens, «As relações marítimas entre Portugueses e Holandeses na Idade Média», in *Olisipo*, 23 (1960).

Roeper, Vibeke, *Manuscript Voorbereiding Eerste Schipvaart*, Rijksmuseum «Nederlands Scheepvaart Museum», Amesterdão, 1990.

Selm, B. van, *Een menighte treffelijcke Boecken*, Nederlandse boekhandelscatalogi in het begin van de zeventiende eeuw, Utreque, 1987.

Winius, George Davison, *A lenda negra da Índia portuguesa*, Lisboa, 1994.

Yzerman, J. W., *Dirck Gerritsz Pomp, alias Dirck Gerritsz China. De eerste Nederlander die China en Japan bezocht, 1544-1604*, 's-Gravenhage, 1915 (Werken uitgegeven door de Linschoten-vereeniging, n.° IX).

Nota acerca da tradução

A tradução portuguesa aqui apresentada baseia-se na segunda edição revista do *Itinerário* (3 volumes, 1955-1957), publicada pela Linschoten-vereeniging, que pretende ser uma versão fiel e integral da primeira edição de 1596, seguindo as normas modernas acerca da divisão em parágrafos, a utilização de maiúsculas e a pontuação. Para a tradução portuguesa, o texto da edição moderna foi cotejado com o da primeira edição (exemplar conservado na Biblioteca Real de Haia, n.° 1702 B 4).

O texto da primeira edição do livro serviu de base para a tradução, devido ao facto de o manuscrito original se ter perdido e a edição seguinte, publicada por volta de 1604, portanto ainda durante a vida de Linschoten, seguir a primeira edição, sem conter correcções dignas de registo, para além daquelas referidas nos índices da primeira edição.

A versão portuguesa é integral e tanto quanto possível fiel ao original. Contudo, não foram incluídos os resumos que figuram à margem, já que, para além da sua autoria duvidosa, apresentam muitos erros e defeitos, e não contribuem em nada para o texto. Para facilitar a leitura, optou-se por uma adaptação da divisão em parágrafos onde tal pareceu necessário. Com o mesmo objectivo, suprimiu-se no texto corrente uma das características peculiares do original, que é a frequente justaposição de uma palavra de origem portuguesa ou oriental com o equivalente lexical ou ortográfico holandês, ou uma tradução descritiva do termo, nos lugares onde isto provocaria uma duplicação da palavra (por exemplo, lê-se no original: «Die contrameester, dat is den hooghbootsman», o que traduzido seria: «O contramestre, o que quer dizer o contramestre») ou a necessidade da escolha de um sinónimo que se afastaria do sentido original. Nos lugares onde a justaposição traduzida não produz efeitos de duplicação ou onde a descrição do termo contém informação suplementar (seja ela correcta ou incorrecta), foram mantidas. Assim, por exemplo, o início do título original («Itinerario, voyage ofte schipvaert») traduziu-se por «Itinerário, viagem ou navegação», visto que as palavras não são sinónimos puros, mas antes variantes aproximativas. As palavras e descrições holandesas assim suprimidas no texto corrente podem ser encontradas a seguir aos termos portugueses e asiáticos no Índice.

Um problema muito complexo, mas ao mesmo tempo de grande interesse, colocam as palavras de origem lusitana ou asiática. Linschoten movimentava-se num mundo luso-asiático onde se utilizava um vocabulário híbrido, composto por termos das mais variadas origens, devido aos contactos múltiplos e de longa data entre culturas e línguas diferentes. No meio não-asiático de Goa impunha-se o português, talvez com alguma mistura de espanhol. Mas esta «língua-franca» dos europeus, porque deslocada para uma realidade bem diferente, para a qual não possuía o vocabulário adequado, foi necessariamente contaminada por influências das várias línguas indianas e árabes, do malaio (que servia de língua-franca em grande parte do Extremo Oriente), das línguas do arquipélago indonésio, da China litoral e do Japão.

Como primeiro holandês a descrever esta realidade oriental, Linschoten tinha de transpor esta mistura de línguas para o neerlandês, sendo assim responsável pela introdução na Holanda de uma parte considerável do vocabulário luso-asiático. Fez isso, claro está, em grande parte através de traduções, mas, já que se tratava frequentemente de termos próprios da navegação, do comércio, da religião e da cultura no mundo oriental, viu-se obrigado a utilizar essas mesmas palavras, em parte na forma de adaptações ortográficas, como é o caso com muitas palavras de origem portuguesa, em parte nas rendições fonéticas vigentes no português escrito da altura. Muitas das palavras luso-asiáticas que utiliza vieram mais tarde a integrar o vocabulário corrente português e holandês. Muitas outras, porém, ficaram limitadas a esse vocabulário híbrido que é o luso-asiático (do qual também existe um pendente «neerlando--índico», usado pelos neerlandeses no arquipélago indonésio). Na tradução, as palavras de origem portuguesa ou oriental, que no tempo de Linschoten não faziam parte do vocabulário holandês, são identificáveis pela sua composição em itálico. Os poucos termos que se mantiveram em holandês são representados a negro. As palavras portuguesas figuram em ortografia moderna, enquanto que as palavras oriundas das outras línguas são apresentadas na versão de Orta nos casos em que este serviu de fonte e nos outros casos numa das transcrições mais correntes hoje em dia. A ortografia utilizada por Linschoten encontra-se igualmente no Índice. Os lusitanismos e exotismos são ainda objecto de um estudo à parte, incluído neste mesmo volume.

Com idêntico propósito de facilitar a leitura, o número de notas no texto corrente foi limitado ao estritamente necessário para o entendimento do texto e para a referência das fontes usadas. Para tudo o resto, o leitor é remetido para o Índice, onde pode encontrar esclarecimentos mais pormenorizados.

Por fim, não queremos deixar de endereçar os nossos sinceros agradecimentos a todas as pessoas e instituições que, de formas diversas, apoiaram a preparação desta edição:

— o Dr. Vasco Graça Moura e o Dr. José Manuel Garcia, através da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, contribuíram de forma decisiva para o lançamento do projecto, que foi posteriormente assumido com verdadeiro entusiasmo pela equipa do Prof. António Manuel Hespanha e, em especial, pela Dr.ª Clara Boléo, que de forma tão calorosa quanto eficiente coordenou a fase final de produção;
— o Dr. Cheng Shaogang, Maria Cristina Almeida d'Eça Cardoso da Silva, a Dr.ª Vibeke Roeper, o Dr. B. N. Teensma e o Dr. G. J. D. Wildeman forneceram inestimável e generoso apoio bibliográfico e científico;
— a Koninklijke Bibliotheek (Haia), a Linschoten-Vereeniging (Amesterdão), o Maritiem Museum «Prins Hendrick» (Roterdão), o Nederlands Scheepvaartmuseum (Amesterdão) e a Universiteitsbibliotheek (Leiden) providenciaram um precioso apoio bibliográfico.

Abril de 1997

Arie Pos
Rui Manuel Loureiro

INFLUÊNCIAS PORTUGUESAS E LUSO-ASIÁTICAS NA TERMINOLOGIA DO *ITINERÁRIO*

Para além do seu inquestionável valor histórico na expansão marítima europeia, o *Itinerário* de Jan Huygen van Linschoten tem um interesse lexicológico extraordinário. Através do seu texto, Linschoten introduziu nos Países Baixos — e, através de traduções, em outros países — um vasto leque de palavras novas, provenientes do português e das mais variadas línguas orientais, todas elas ligadas à realidade do comércio, da navegação e da convivência luso-asiática, assim como à cultura dos povos orientais. Limitando-nos aqui ao neerlandês, no volumoso *Dicionário da Língua Neerlandesa* (*Woordenboek der Nederlandse Taal*, abreviado *WNT*), actualmente com 39 volumes publicados e para ser concluído em 1998, encontram-se muitas dezenas de palavras que têm como primeira referência a obra de Linschoten. E é até provável serem muitas mais, já que as referências se encontram bastante incompletas. Mas a importância de Linschoten não acaba aqui. Grande parte das palavras que introduziu nunca chegaram a fazer parte do vocabulário comum, limitando-se o seu uso a ambientes específicos, tais como a navegação e o comércio, ou a vida diária das comunidades holandesas no Oriente. Entraram nas várias gírias que se iam criando no decorrer da expansão marítima holandesa na Ásia e só muito mais tarde seriam em parte inseridas no vocabulário neerlandês, introduzidas pelos «retornados» ou simplesmente porque os fenómenos aos quais se referiam, e nomeadamente produtos orientais, se tornaram comuns. É uma situação muito parecida com a do vocabulário luso-asiático.

Embora o *WNT*, desde 1995 também disponível em CD-ROM, proporcione um poderoso utensílio para encontrar neologismos cunhados por Linschoten e baseados no português e no vocabulário luso-asiático, estamos ainda longe de um estudo exaustivo do assunto. Tal estudo ultrapassaria também os objectivos da presente edição portuguesa do *Itinerário*. Por isso, limitamo-nos aqui a uma abordagem globalizante, numa tentativa de determinar os vários tipos de influências e o modo como Linschoten aplicou as terminologias estrangeiras no seu relato.

A H. Houwens Post cabe a honra de ter sido o primeiro a despertar o interesse de holandeses e portugueses para as riquezas lexicológicas do *Itinerário*[1]. Embora o mérito dos seus artigos, como primeira prospecção da matéria, seja indubitável, no seu entusiasmo deixou de lado algumas considerações importantes, que não podem deixar de ser abordadas aqui.

---

[1] H. Houwens Post: «A terminologia portuguesa ou aportuguesada do "Itinerario, viagem ou navegação à Índia Oriental ou portuguesa" de João Huyghen Van Linschoten (1563-1611)», In *Revista de Portugal*, Série A - Língua Portuguesa, vol. XXV (1960), pp. 349-361 e 454-472; H. Houwens Post: «De Lusitanismen in de Itinerario van Jan Huygen van Linschoten 1563-1611», In *De Nieuwe Taalgids*, Vol. 55 (1962), pp. 161-171 e 327-334, e Vol. 56 (1963), pp. 108-113 e 169-172.

Em primeiro lugar, há a questão do desenvolvimento histórico da língua neerlandesa. Houwens Post baseou-se em dicionários demasiado recentes, atribuindo por conseguinte o estatuto português ou aportuguesado a muitas palavras que faziam parte do vocabulário comum da época de Linschoten, mais tarde caídas em desuso devido às limpezas linguísticas que começaram ainda no seu tempo e que se foram consolidando desde o século XVII. De facto, o neerlandês começou a emancipar-se como língua nacional justamente no tempo de Linschoten. Anteriormente, coexistiam vários dialectos, os quais, como linguagens populares, não tinham estatuto oficial, cabendo este à língua da classe governante, que na altura falava francês. As pretensões a uma língua única nacional datavam do início do século XVI, quando os Países Baixos, unificados no século anterior pelos duques de Borgonha, eram governados por Carlos V. Os seus antecessores tendiam para uma política bilingue, enquanto que a resistência popular ao poder central reclamava o uso da própria língua e favorecia uma língua unificada, que viria a ser o neerlandês. Durante o reinado de Carlos V, e sob forte influência da Reforma, que vinha acentuar a divisão entre governantes e súbditos, as reivindicações de um estatuto oficial da língua nacional ganharam relevo.

Uma das principais preocupações dos paladinos da língua nacional, para além de uma gramática e de uma ortografia estandardizadas, era combater as fortes influências francesas. Essas influências, profundas e antigas, mostravam-se muito tenazes e frequentemente remontavam ao latim, o que complicava a questão ainda mais, já que os linguistas consideravam o latim, ao lado do grego, como língua padrão nos seus esforços de definir a língua nacional. Esquecendo a complicadíssima questão da origem de palavras de línguas de raiz romana no *Itinerário*, Houwens Post identificou um grande número delas como de origem portuguesa. Porém, devido tanto à ortografia arbitrária como à dominante influência francesa da época, é extremamente difícil uma adjudicação unívoca. Ainda por cima, o próprio português também teve influências nos Países Baixos, devido aos contactos intensivos entre os dois países no decorrer dos séculos XV e XVI, ainda antes do tempo de Linschoten.

No entanto, pode afirmar-se que grande parte das influências romanizantes na escrita de Linschoten não passam de casos mais ou menos vulgares no seu tempo, nos quais predomina claramente a antiga influência francesa. A frequência relativamente grande destes casos terá a ver com o facto de Linschoten se ter movimentado durante longos anos num ambiente onde se falava quase exclusivamente o português. Como língua irmã do francês, o português induzia Linschoten a preferir o vocabulário afrancesado às palavras mais propriamente holandesas. Isto não coloca a questão de Linschoten ter sido «purista» ou não; trata-se apenas de uma tendência inconsciente, pelo simples facto de os termos franceses se encontrarem mais «activados» no ambiente lusófono. Até não são poucos os casos onde Linschoten usa palavras correntes nos Países Baixos numa versão que as aproxima do português (por exemplo, «camphora» onde o holandês dizia «kamfer»), o que bem mostra a complexidade da questão.

Importam aqui as influências portuguesas. Deve ter-se em conta o facto de Linschoten, numa convivência de longos anos com portugueses e devido aos múltiplos contactos sociais e de trabalho na comunidade portuguesa da Índia, ter sido fortemente impregnado pelo português que se falava no seu dia a dia. Na verdade, mostra no *Itinerário* ter sido profundamente influenciado pelo português corrente, a tal ponto

que muitas vezes parece ter mais presente fórmulas, termos e expressões portugueses do que os seus equivalentes neerlandeses. Poderíamos chamar a todos estes fenómenos «lusitanismos» ou «portuguesismos», mas, chamando-os assim, simplificaríamos demasiada e desnecessariamente uma questão que é mais complexa. Nos lusitanismos que Linschoten utiliza, importa distinguir a influência na linguagem vulgar daquela que se faz sentir na terminologia específica.

O vocabulário comum

Na linguagem vulgar, ou seja, no vocabulário comum, encontram-se numerosos casos onde Linschoten, ao que parece irreflectidamente, utiliza termos e construções derivados do português, em vez de termos e construções neerlandeses. Como já assinalou Houwens Post, serve-se frequentemente do gerúndio, uma forma que, embora conhecida no neerlandês, nessa língua tem um uso muito mais restrito do que no português, e que não se empregava para indicar um aspecto durativo, hábito esse que também se perdeu no português de Portugal mas que ainda subsiste no português do Brasil («estou vendo»). O emprego do gerúndio insere-se numa particularidade mais vasta da linguagem de Linschoten, que é a da utilização de termos e construções portugueses numa tradução à letra.

Exemplos: «in haer genero» (no seu género); «in wisselinghe van» (em troca de); «Keerende weder op onse propoost» (Voltando ao nosso propósito); «om dat wy vande handelinge zijn tracterende» (já que estamos tratando do comércio), «voor drie ende drie jaren» (de três em três anos).

Para além das traduções à letra, emprega palavras portuguesas, nomeadamente verbos, numa forma neerlandizada, como se fossem palavras neerlandesas.

Exemplos:

palavras: ciborie (cibório), conquisten (conquistas), custodie (custódia), reliquias (relíquias), retract (retrato), santo (id.), testiculos (testículos).

verbos:	português:	neerlandês:
	consertar	conserteren
	despender	despenderen
	gastar	gasteren
	oferecer	offereceren
	advertido	geadverteert
	picado	ghepickeert
	refinado	gherefineert
	visitado	ghevisiteert

A distinção problemática da origem francesa ou portuguesa das palavras, já bem patente nos referidos exemplos dos verbos, torna indispensável um estudo comparativo das formas existentes nas várias línguas nos dias de Linschoten. Não interessa aqui aprofundar mais esta questão. A maior parte dos problemas de atribuição surge no vocabulário de uso geral e inespecífico. Termos, verbos e construções perten-

centes à linguagem comum não ficaram assinalados no texto da tradução, já que representam apenas idiossincrasias de vocabulário de Linschoten, os quais, ao serem mantidos, complicariam a leitura, uma vez que se encontram, na sua maioria, estritamente ligados ao português quinhentista. No entanto, aquelas palavras que pelo seu interesse histórico merecem referência (por exemplo, por terem sido introduzidas no neerlandês por Linschoten, tornando-se mais tarde palavras comuns), podem ser encontradas no Índice.

Etimologias enganadoras

Para dar uma impressão da complexidade das influências portuguesas na linguagem de Linschoten, apresenta-se a seguir uma lista de palavras que à primeira vista podem parecer de inspiração portuguesa (e foram consideradas como tal por Houwens Post). No entanto, todas elas podem já ser encontradas nos dicionários baseados no neerlandês da Idade Média (até cerca de 1500). Na sua maioria vêm do francês ou do latim, subsistindo muitas delas com uma forma ligeiramente alterada no neerlandês moderno (marcadas com +), ao passo que outras sobreviveram como arcaísmos (#), tendo ainda outras caído em desuso (*). Embora as palavras não sejam de origem portuguesa, na sua ortografia nota-se frequentemente a influência do português, sendo nalguns casos usadas num sentido que ultrapassa o seu sentido comum (em itálico), apontando igualmente para influências do português.

Linschoten:	português:	neerlandês moderno:
+allegieren	alegar	allegeren
+amatisten	ametistas	amet(h)isten
+bruyneeren	brunir	bruineren
captijf	ca[p]tivo	
+carbunckels	carbúnculos	karbonkels
*costumen	costumes	
+crysolita	crisolite	chrysoliet
+cureeren	curar	cureren
#despereeren	des(es)perar	despereren
*faelgieren	falhar	
+galanga	galanga	galanga/galgant
+geconfijtet	confito	gekonfijt
+ghefrijt	frito	gefruit
+iacinten	jacintos	hyacinten
+jaspe	jaspe	jaspis
*massijs/mossijs	maciço	
#memoriael	memorial	memoriaal
+ministres	ministros	ministers
+note muscaet	noz-moscada	nootmuskaat/ muskaatnoot
#officie	ofício	

#ordineeren	ordenar	
#pottagiens	potagens	
+resolveren	resolver	resolveren
+robijnen	rubis	robijnen
*schrijftorien	escritórios (no sentido antigo de «escrivaninhas»)	
+signetten	sinetes	signetten
#spanceren	espa[n]çar	spanseren
+spongieus	esponjoso	spongieus
+traffickeren	traficar	trafikeren
*villenye	vilania	
*virtuyt	virtude	

O vocabulário técnico e específico

Mais interessante do que os fenómenos acima referidos e ligados ao vocabulário não específico, é o uso que Linschoten faz do vocabulário técnico e específico, relacionado com a navegação, o comércio e a administração dos portugueses, com a geografia e os produtos orientais, e com as culturas portuguesa e indiana. A importância lexicológica do *Itinerário* reside justamente nesse vocabulário. É de acreditar que Linschoten utilizasse os termos com intenção e por necessidade, uma vez que pertenciam à linguagem própria nestas áreas, possuindo assim um grande valor informativo e prático. Por essa razão, no texto corrente da presente edição, os termos técnicos e específicos encontram-se em itálico. De acordo com a forma em que se encontram no texto, podem ser divididos em três categorias:

1. termos explicitamente identificados como de origem portuguesa e apresentados numa ortografia mais ou menos correcta;
   Exemplos: «alcatifas» (id.); «bay» (baía); «cabo» (id.); «cafila» (cáfila); «estreyto» (estreito); «golfo» (id.); «reys» (réis); «sargasso» (sargaço); «seto piloto» (sota-piloto); «strinceros» (estrinqueiros), «visorey» (vice-rei).

2. termos de origem portuguesa, apresentados numa ortografia neerlandizada;
   Exemplos: «bergantijnen» (bergantins); «cordiael» (cordial); «fusten» (fustas); «guardiaen» (guardião); «testoenen» (tostões).

3. termos de origem portuguesa, traduzidos para o neerlandês, com ou sem referência ao termo original.
   Exemplos: «bloetsteen» (pedra-de-sangue); «kan» (canada); «suycker riet» (cana-de-açúcar).

Muitos termos encontram-se no texto original em ortografias diferentes, em grande parte devido ao facto de o neerlandês da época não ter ortografia fixa e de o próprio Linschoten variar na sua escrita, mas também muito frequentemente devido

a simples erros de leitura e gralhas. Para além da, na altura bastante comum, falta de rigor ortográfico, Linschoten emprega também muitas palavras em formas diferentes. Por vezes utiliza a mesma palavra na sua forma portuguesa, numa forma neerlandizada e numa tradução. Mostra uma clara tendência para neerlandizar os termos de origem portuguesa, não só através de uma ortografia fonética mas também, tal como no caso dos verbos neerlandizados, modificando terminações, nomeadamente do singular e plural de substantivos, para moldes mais neerlandeses. Faz isso com bastante consistência, procurando uma ortografia neerlandesa que se aproximasse da pronúncia portuguesa da palavra. Alguns exemplos de formas frequentes:

português:	neerlandês:
-ão	-aen/-on
-ões	-oens/oenen (pl.)
-ões	-oi(j)ns (pl.)
-il	-ijl
-im	-ijm/ijn
-ins	-ijns/ijnen (pl.)
-es	-en (pl.)
-os	-en (pl.)

O vocabulário luso-asiático

Muitas palavras ligadas à realidade exótica, provenientes de várias línguas asiáticas, vieram a integrar o vocabulário dos portugueses no Oriente devido ao seu valor de uso imediato. Uma parte foi adoptada no português corrente, outra parte ficou sempre restrita ao vocabulário luso-asiático. Uma vez que no desenvolvimento de uma língua viva são frequentes as passagens para o vocabulário corrente de termos anteriormente de uso restrito e vice versa, é difícil definir com algum rigor os limites dos dois vocabulários. Mas, visto o facto de o vocabulário luso-asiático no tempo de Linschoten se encontrar em pleno desenvolvimento, ainda estritamente ligado ao contacto directo com o mundo oriental, importa aqui a distinção dos dois vocabulários, tal como existiam nas últimas décadas do século XVI. Para a adjudicação do estatuto luso-asiático, baseamo-nos no *Glossário Luso-Asiático* de Dalgado.

Durante a sua estada na Índia, Linschoten familiarizou-se com os termos luso-asiáticos, que mais tarde divulgou através do seu *Itinerário*, proporcionando assim referências fundamentais para os primeiros contactos comerciais e culturais dos neerlandeses com o Oriente. Grande parte dessas palavras concentram-se nas descrições das frutas e plantas orientais, provindo dos tratados científicos da época, nomeadamente de Garcia de Orta. As restantes — e não são poucas! — encontram-se um pouco por toda a parte, nas descrições geográficas, comerciais e culturais, e nos capítulos dedicados aos acontecimentos ocorridos durante a permanência de Linschoten na Índia. De modo geral, Linschoten mostra-se bastante fiel às suas fontes, pelo que a maioria das palavras se deixa identificar sem grandes problemas.

Com o tempo, muitas das palavras vieram a pertencer ao vocabulário comum dos neerlandeses no Oriente e mais tarde muitas delas foram adoptadas no neerlan-

dês corrente. No entanto, as palavras que acabaram por integrar o vocabulário quotidiano de portugueses e neerlandeses nem sempre eram as mesmas, e tão-pouco foram assimiladas de uma forma directa ou linear. Enquanto que a presença portuguesa, desde o início, criou raízes na Índia, a presença neerlandesa concentrou-se no arquipélago indonésio. Os contactos com uma cultura e uma vida quotidiana diferentes, deixaram as suas marcas nos vocabulários, ao passo que numerosos outros factores históricos, geográficos, linguísticos e culturais determinavam a sorte das palavras. Assim, dá-se frequentemente o caso de Linschoten ter introduzido uma palavra na sua forma portuguesa ou luso-asiática, para mais tarde esta ser adoptada no neerlandês corrente numa forma diferente. Basta citar exemplos como «chá» e «batata» (respectivamente vulgarizados no neerlandês como «thee» e «aardappel»).

Tal como os termos técnicos e específicos de origem portuguesa, as palavras pertencentes ao vocabulário luso-asiático podem ser divididas em três categorias segundo a forma em que se encontram no texto. As formas da primeira categoria são de longe as mais frequentes, sem dúvida devido à origem «exótica» das palavras. Ainda se encontram bastantes casos da segunda categoria, ficando a terceira limitada aos casos de descrições portuguesas.

1. termos explicitamente identificados como de origem (indo)portuguesa e apresentados numa ortografia mais ou menos correcta;
   Exemplos: «achar» (id.); «bambu» (id.); «bonze» (bonzo); «chambasal» (chambaçal); «girasal» (giraçal); «xaraffos» (xarrafos).

2. termos de origem luso-asiática, apresentados numa ortografia neerlandizada;
   Exemplos: «Banjanen» (baneanes); «Chinen» (Chins, i.e., «chineses»); «coquen» e «kocken» (cocos); «Jauwen» (Jaus, i.e., «javaneses»); «mandorijn» (mandarim); «monssoyns» (monções).

3. termos de origem luso-asiática, traduzidos para o neerlandês, com ou sem referência ao termo original.
   Exemplos: «verckenssteen» (pedra-de-porco); «Indiaensche vijghen» (figos-da-índia, i.e., bananas), «Indiaensche noten» (nozes-da-índia, i.e., cocos), «slangenhout» (pau-de-cobra).

Como dissemos, um estudo aprofundado dos neologismos cunhados por Linschoten, para não falar nas respectivas etimologias, levar-nos-ia longe de mais. Limitamo-nos a assinalar em itálico as palavras provenientes das várias línguas asiáticas que integraram o vocabulário luso-asiático. Desta maneira, constrói-se uma imagem da influência determinante desse vocabulário no *Itinerário*. Quanto à influência que Linschoten, por sua vez, teve na língua neerlandesa através da terminologia portuguesa e luso-asiática, essa só por si justificaria um livro.

Abril de 1997

Arie Pos

ANEXO

Introdução

O texto que se segue é a tradução de uma transcrição da única carta de Linschoten até agora conhecida. Foram encontradas várias cópias da carta, inseridas em documentos do fim do século XVI, o que leva a crer que a carta teve alguma divulgação, embora restrita a leitores mais ou menos especializados no comércio e na navegação. Parte da carta foi publicada no *Thresoor der Zeevaert* (Tesouro da Navegação, 1592) de Lucas Jansz Waghenaer, com pequenas correcções que apontam para conhecimentos mais apurados da matéria e que, em alguns casos, correspondem ao texto do *Itinerário*. Não pode ser excluída a possibilidade de o próprio Linschoten ter sido responsável por parte das emendas.

A tradução é baseada na transcrição de J.W. Yzerman, publicada em *Dirck Gerritsz Pomp, alias Dirck Gerritsz China. De eerste Nederlander die China en Japan bezocht, 1544-1604* (Linschoten-vereeniging, vol. IX, 1915). Yzerman baseia-se numa cópia da carta, existente no Arquivo Nacional em Haia (N.° 212B, pp. 136-138), incluída num conjunto de cópias de textos históricos que pertenceu ao historiador neerlandês Arnout van Buchel (1565-1641). Uma outra cópia bastante completa, mas muito corrupta, encontra-se no conjunto de documentos para a preparação da primeira navegação para a Índia.

Cópia de uma carta que um filho escreve ao pai, chamado Huych Joosten, de Harlemo, e a Maertgen Henrics, sua mãe, de Schoonhoven, actualmente residentes em Enkhuizen.

Querido Pai e querida Mãe, aprazer-vos-á saber que estou ainda aqui na Índia com o Arcebispo, como já vos tinha escrito mais amplamente com meu irmão. Penso ficar cá até encontrar uma oportunidade para ir a Itália por terra, o que é uma viagem muito comum, já que anualmente muitos italianos chegam à Índia por terra. Por terra chegaram aqui também alguns neerlandeses e bem se pode fazer a passagem com 100 ducados. Se Deus me mantiver de saúde, não tomarei outro caminho a não ser por terra.

O ano passado chegaram aqui a Goa por terra quatro ingleses. Tinham-se posto à vela de Londres e navegado pelo estreito de Gibraltar até Trípoli, uma cidade marítima na Turquia, e vindo daí por terra até aqui a Goa. Foram trazidos para cá presos pelos portugueses, os quais diziam que eram hereges. Juntamente com o Bispo, fizemos com que fossem libertados. Deram-nos grandes mostras de amizade. Traziam sete ou oito mil ducados em mercadorias, tais como panos e açafrão e outros pro-

dutos. Dois deles falavam bem o neerlandês, por durante muito tempo terem feito negócios nos Países Baixos. Tiveram de pagar aqui uma caução de 2000 ducados para impedir que se fossem embora. Prestaram caução por mil e cem ducados a pronto.

Os mesmos ingleses deram-me por escrito o caminho, e pode-se passar tão livremente pela Turquia como pela Holanda, e, querendo, ainda mais livremente se pode passar por Jerusalém. E pelo caminho todas as coisas são muito baratas. Todos os anos partem daqui trezentas ou quatrocentas pessoas ao mesmo tempo, que viajam em camelos.

Primeiramente, vão daqui por mar a Ormuz, que são 400 léguas. É uma cidade na Pérsia onde os portugueses têm uma fortaleza e para onde anualmente vão muitos navios, trazendo dali pérolas e *alcatifas* e outras mercadorias preciosas; os turcos e indianos fazem ali grande comércio. De Ormuz vão a Baçorá, que são 200 léguas; de Baçorá a Babilónia são 430 léguas; de Babilónia a Alepo, uma cidade na Síria, são 450 léguas[1]. É uma cidade com muito comércio, onde residem muitos cristãos, tais como italianos, ingleses, franceses, alemães e outras nacionalidades, havendo também igrejas cristãs, e daqui é que se faz o tráfico da Índia para toda a Turquia, Itália, França, Inglaterra e outros países.

São 90 léguas de Alepo a Trípoli, que é o porto aonde chegam os navios de todas as partes e de onde se vai em camelos para Alepo, onde vivem os feitores e comerciantes, como já referi. Quem quiser ir a Jerusalém, vai de Trípoli a Damasco, que são 60 léguas; e de Damasco a Jerusalém são 30 léguas. Para ir de Jerusalém a Veneza, pode tomar-se um outro caminho, sem voltar a Trípoli. Então vai-se de Jerusalém a Rama[2], que são 40 léguas. De Rama a Chipre são 30 léguas; de Chipre a Cândia são 220 léguas; de Cândia a Santen[3] são 180 léguas; de Santen a Salona são 30 léguas; de Salona a Zara são 40 léguas; de Zara a Groffa[4] são 50 léguas; de Groffa a Pula são 36 léguas; de Pula a Parenzo são 22 léguas; de Parenzo a Malamocco são 24 léguas; de Malamocco a Veneza são 3 léguas.

Em suma, no total são 2389 léguas de Goa a Veneza, e por mar a Portugal são 6000 léguas, precisando-se neste caso de 200 ducados só para comprar comida no navio. Para a viagem por terra bastam 100 ducados e ainda se pode ganhar o dobro com os outros cem. Faz-se a viagem por terra em cinco ou seis meses, vendo-se pelo caminho muitos e famosos lugares, enquanto que a viagem por mar dura oito meses, sem que se veja outra coisa senão água, céu e miséria. E se em terra há todos os dias água e comida frescas, e gentes e costumes estranhos, no mar há água fedorenta, por vezes com vermes, e biscoito mau, e grandes tormentas e dificuldades. Agora, considerai qual dos dois é o melhor caminho para tomar.

Se Deus me mantiver de saúde, tinha prometido não voltar para casa antes de dominar tão bem o italiano como o espanhol e também ter visto o país, se for possível. Depois voltarei para casa através da Alemanha e França, e então poderá ver-se

[1] Parece uma distância desproporcionadamente grande. D. Álvaro da Costa escreve: «São de Babilónia a Aleppo 120 léguas & de Ormuz 400 pouco mais ou menos.»

[2] Cidade perto de Jaffa.

[3] Ou Zante, i.e., Zákinthos.

[4] Ossero, na ilha de Cherso?

para onde irei. O meu coração não deseja outra coisa, dia e noite, senão ver países estranhos. Assim tem-se alguma coisa para contar quando se for velho. Não há tempo pior empregue do que um moço ficar na cozinha da mãe, como um baboca[5], sem saber o que é pobreza nem o que é exuberância, nem tão-pouco o que vai pelo mundo, sendo esta frequentemente a causa da perdição de tais pessoas.

Gostaria muito de ir à China e ao Japão, que é uma viagem tão longa como daqui a Portugal, levando-se três anos de caminho. Se tivesse duzentos ou trezentos ducados, com eles bem poderia fazer setecentos. Este ano foi para lá um holandês, que é um bom amigo meu, como condestável de um navio e que teria tido muito gosto em que eu fizesse a viagem com ele; mas fazer longas viagens com as mãos a abanar parece-me uma palermice, pois deve-se poder empregar algo para fazer algum proveito. O dito condestável já foi uma vez até lá e falava muito bem daquelas terras. É natural de Enkhuizen e viveu neste país nada menos que 16 anos[6]; está casado com uma mulher holandesa. Chama-se Dirck Gerritsz e contava fazer a viagem e em seguida voltar para casa. Aqui viviam muitos holandeses casados, mas a maior parte deles já morreu. Vive aqui também um holandês de Roterdão, chamado Pieter Jansz de Wit, casado com uma mulher rica. E há ainda outros, de Antuérpia, e também alemães. Aqui vivem também cinco ou seis jesuítas e franciscanos que são neerlandeses.

No que toca à terra da Índia, é um país bom para quem tiver alguma coisa para fazer. Os dias têm todos a mesma duração, Inverno e Verão, ou pouco menos. Em geral, o sol nasce e põe-se às 6 horas. Não há diferença entre Inverno e Verão, a não ser que no Inverno chove continuamente durante cinco ou seis meses. O Inverno começa em Abril e termina em Setembro, e durante todo o Inverno os rios estão entupidos com areia, pelo que nenhum navio ou barca consegue entrar ou sair, e no Verão ficam de novo abertos. Durante todo o Inverno sopra o mesmo vento, sem mudar uma única vez. As árvores estão tão verdes no Inverno como no Verão, havendo fruta durante todo o ano. Daqui vêem-se dois pólos do mundo, a Estrela do Norte e a Estrela do Sul. À tarde, o sol não dá sombra e fica a prumo por cima da cabeça.

Encontra-se aqui toda a espécie de animais, tais como papagaios e saguis em grande abundância, assim como tigres, elefantes, rinocerontes ou licornes e outros animais estranhos.

A pimenta cresce aqui na Índia enroscada noutras árvores, tal como no nosso país as vinhas, em cachos como uvas, mas é mais pequena. Encontram-se aqui também pimenta longa e pimenta branca.

O gengibre cresce por toda a Índia, mas é pouco estimado; cresce tal como os juncos no nosso país, sendo a raiz o gengibre; comem-no aqui em salada, quando está ainda verde.

O cravo vem das ilhas Molucas, que são cinco, situadas debaixo da linha equinocial. Leva-se três anos de caminho para lá ir e voltar e é uma viagem muito perigosa, por causa dos baixios que se encontram pelo caminho. As árvores em que nasce são como loureiros e não há outro cravo por toda a Índia, fora aquele que vem destas ilhas.

---

[5] I.e., pateta, simplório.

[6] O original refere, erradamente, 26 anos.

A noz-moscada e a maça vêm de Malaca, a 300 léguas daqui, e crescem em árvores do tamanho de nogueiras. É uma fruta do tamanho do pêssego, sendo a fruta exterior muito boa para comer; fazem-se conservas dela. O caroço que existe no interior é a noz-moscada, e tem uma casca em volta que é a *maça*.

A canela vem de uma ilha chamada Ceilão, anteriormente chamada Taprobana. Está situada em 6 ou 7 graus e tem um tamanho de 300 léguas. É a ilha mais fértil que existe no mundo. Há quem diga que ali se encontrava o Paraíso. Fica a cerca de 200 léguas daqui. As árvores da canela são do tamanho de oliveiras, sendo a segunda casca delas a canela. Lá não se queima outra lenha senão madeira de canela. Nesta ilha encontram-se muitos elefantes, que são os melhores do mundo. Daqui vem também o *marfim* e igualmente rubis, safiras, *granadas*, pérolas, *aljôfar* e outras mercadorias preciosas.

O âmbar vem de Moçambique e é encontrado nas praias do mar. É o esterco de certos peixes que lá se encontram.

O *almíscar* vem da China, de animais como raposas que são mortos e deixados a apodrecer com carne, sangue e tudo, fazendo-se em seguida bolsinhas da carne, da gordura e do sangue, que é o almíscar propriamente dito.

O *anil* é uma erva que cresce no campo; tem flores azuis que são pisadas e a seguir postas a secar, dando assim origem ao *anil*.

A laca vem do Pegu e de Bengala, a 180 ou 200 léguas daqui. É produzida por formigas que voam, que a colocam em volta dos ramos das árvores, tal como as abelhas fazem o mel.

As pérolas vêm de Ormuz, de Ceilão e de outras partes. São pescadas por mergulhadores a 20 ou 30 braças de profundidade e crescem dentro de ostras no fundo do mar.

Os diamantes vêm da terra chamada Bisnagar, para além de Goa. Crescem nas montanhas e são escavados tal como o ouro. Safiras e rubis vêm do Ceilão e Pegu. As esmeraldas vêm da Índia Espanhola.

A pedra-de-cevar existe aqui em grande quantidade; há rochedos inteiros dela.

Aqui nesta terra existe uma árvore chamada *árvore-triste*, que por todo o ano tem umas flores que à noite, ao pôr do sol, começam a florir, caindo de manhã com o nascer do sol, sem uma única delas ficar na árvore; são como as flores da laranjeira, tendo um cheiro suave. Esta árvore encontra-se apenas aqui em Goa.

Existe aqui também uma árvore chamada *palmeira*, que nesta terra é tão abundante como o salgueiro no nosso país. É a melhor riqueza dos indianos. Dá um fruto chamado *coco* ou noz indiana, do qual se fazem vinho, vinagre, óleo, aguardente, açúcar, cordas e cabos para navios, papel na qual os indianos escrevem, chamado *ola*, assim como tapetes, velas e muitas outras coisas excelentes.

Aqui na Índia encontram-se mais de 40 nações, todas elas indianas, fora os cristãos, as quais têm as suas leis, cerimónias e línguas próprias. A maior parte dos indianos andam nus, apenas com um pano em volta da cabeça e com as vergonhas cobertas. Cada um tem dez ou doze mulheres, e quando casam o noivo tem dez anos e a noiva sete anos de idade. Quando o homem morre, é queimado com grande festa, e a mulher que em vida foi a sua preferida é queimada viva com ele, com grande festa, juntamente com muito arroz, trigo e outras vitualhas.

Encontram-se aqui indianos chamados *brâmanes* que não comem coisa que tenha tido vida, nem sangue, mas apenas ervas, e que não matariam nem um piolho, dizendo que o que tem vida também tem alma e outras parvoíces semelhantes. Veneram a primeira coisa que encontram de manhã e consideram os bois sagrados.[7]

E com isto quero acabar, já que não tenho muito mais para vos escrever. Mas suponho que tenham recebido notícias mais amplas do meu irmão Willem Tin, o qual, com a ajuda de Deus, já aí deve ter chegado, etc. Escrito em Goa, no ano do nosso Senhor de 1584.

[7] O texto desde «No que toca à terra da Índia» até aqui foi publicado, com pequenas correcções, em *Thresoor der Zeevaert* (1592), de Lucas Jansz Waghenaer.

DEDICATÓRIA E PROÉMIO

Aos Altíssimos e Ilustríssimos, Poderosos, Nobres, Honrados, Sábios e Providentes Senhores, meus Amos, Representantes dos Estados Gerais das Províncias Neerlandesas Unidas.

Tal como alguns mostram a sua simplicidade em demasia, acreditando, sem a mínima distinção, em tudo o que é apresentado como estranho ou novo, assim penso também (sob reserva) que aqueles que apenas consideram credível o que aparece sob as nossas partes do firmamento ou o que de semelhante existe em outras partes, querem limitar a natureza e os seus tesouros a um recinto demasiado estreito. Na verdade, são encontradas em toda a parte razões claras e diversas para justificadamente se admirar a múltipla particularidade que se mostra na natureza.

Mesmo se reparássemos apenas que a terra, que habitamos, e a água, já em si maravilhosa, não só são muito diversas no que mostram e no que escondem, produzem e alimentam dentro de si, mas também que os homens, sendo criaturas tão excelentes, vivendo sob o mesmo céu, se deixam distinguir facilmente, em aspecto e essência, pela sua origem, a experiência de tamanha diversidade forçar-nos-á indubitavelmente a ponderar mais e a acreditar com firmeza que só pouco está perante os nossos olhos. Tanto mais quando vemos também que a natureza, no seu regaço abundante, imita e cria por si própria o trabalho manual dos homens, de tal maneira que na perfeição do que produz se encontra a falta de pouco ou nada. O que, muito embora, se mostrará tão verdadeiro como maravilhoso; todavia, quando olhamos mais de perto a força e qualidade ocultas que o Criador Todo-Poderoso incluiu na natureza, devemos abdicar de toda a nossa atilada inteligência e confessar inteiramente, que a sua sabedoria (nisso extraordinária) nos apresentou muito para espantar, selando a prova ou a razão disso na profundidade do seu mistério.

Sem dúvida, é digno de espanto que a *árvore-triste* (como é chamada pelos portugueses nas Índias Orientais) floresça a noite inteira e ao amanhecer deixe cair apressadamente a sua flor, de cheiro suavíssimo, começando pelo ano inteiro a florir de novo com o pôr do sol. Ou também (o que é mais raro) que, num certo lugar do reino Anhalt, a terra produza por si própria chávenas tão perfeitas como se fossem formadas na roda do oleiro e as asas colocadas à mão. Ainda recentemente, dois exemplares destas foram mandados pelo Sereníssimo Duque de Wirtenbergh ao doutíssimo Dr. Bernardt ten Broecke, médico desta cidade de Enkhuizen, afirmando Sua Seren. Clem., com palavras soberanas, que nenhuma pessoa tinha tido nisso qualquer parte. E além disso, se o uso da pedra-íman nos não fosse tão conhecido e comum, quem poderia ver, ou pelo menos ponderar, sem o maior espanto, que o ferro é levantado formidavelmente no ar pela sua força oculta e pela mesma orientado constantemente e direc-

tamente para o Norte? Embora as inteligências mais perspicazes se tenham ocupado com isso muito e profundamente, porém, até agora (quanto eu saiba) não foi provado onde reside principalmente uma tal qualidade. O que nos preocupa pouco ou quase nada, porque a nossa inteligência e pensamento, desde há muito habituados a tal uso, não prestam mais atenção ao mistério. E considerando que a natureza esconde mais coisas semelhantes na sua rica tesouraria, das quais algumas nos são familiares mas muitas mais desconhecidas, não seria uma grande inércia, não estender a inteligência para além do que abrangem os olhos, uma presunção demasiado grande, admitir apenas o que se pode medir pela própria experiência ou ciência? De boa fé quero deixar a qualquer pessoa a liberdade de sentimento ou parecer. Mas declaro sempre ter preferido reservar para mim, ou trazer à luz de maneira simples e fiel, o que por mim passou de notável ou memorável durante treze anos, tanto na minha permanência nas Índias Orientais, como nas viagens de ida e de volta, a juntar-lhe algo de inventado, por conveniência ou conjectura racional. O que até agora tenho seguido e cumprido, sem duvidar que será reconhecido como correspondendo à verdade.

E tendo-me agora esforçado, com todo o meu zelo possível, para o que me parece ou me foi apontado como necessário para um maior esclarecimento dos benévolos leitores, resolvi, por devida gratidão, dedicar tudo isto, se nisto se encontrar algo digno de ser lido, inteira e submissamente, a Vossas Ilustríssimas Ex.as. Não só para me servir do alto prestígio, mérito, nome, autoridade e celebridade que Vos anda associado, como escudo contra os críticos, a inveja ou a presunção. Mas muito mais (que pouco me importam os ditos) para também — além do dever natural, pelo qual me confesso, de boa vontade e com todos os sujeitos fiéis, devedor de toda a homenagem, gratidão e serviço a uma autoridade tão clemente — reconhecer agradecidamente o favor e recomendação do honrado e doutíssimo senhor D. Françoys Maelson, durante tantos anos seguidos deputado na assembleia de Vossas Ilustríssimas Ex.as e conselheiro pelos Estados da Holanda e da Frísia Ocidental junto da Sua Excelência, etc., graças aos quais as nossas experiências na exploração do estreito nórdico, ou Straet de Nassau, e o respectivo relatório escrito, foram por extraordinária benevolência bem aceites por Vossas Ilustríssimas Ex.as, e eu, além disso, no mesmo serviço honradamente sustido. De maneira que se aprazasse a Vossas Ilustríssimas Ex.as acolher clementemente o meu trabalho, zelo e esforço futuros sob as bandeiras de Vossas Ilustríssimas Ex.as, isso me inspiraria uma boa esperança e coragem extraordinária para (com a ajuda do Senhor), em breve, também dar a conhecer melhor à nossa pátria as principais costas da Ásia e as suas ilhas confinantes, após a minha modesta recomendação e submisso respeito.

Com isto, altíssimos e ilustríssimos, poderosos, nobres, honrados, sábios e providentes Senhores, rogo ao Todo-Poderoso que poupe e salvaguarde Vossas Ilustríssimas Ex.as, para servirem as causas gerais do País, com toda a prosperidade e felicidade, numa saúde prolongada e beatífica. Feito em Enkhuizen, no 1.° de Janeiro do Ano de 1596.

O humilde servo de Vossas Ilustríssimas Ex.as,

Jan Huygen van Linschoten de Harlemo.

Proémio ou prefácio para o leitor

Permanecendo, benévolo leitor, nas Índias Orientais, e mesmo (posso dizer sem fanfarronice) aí convivendo com a gente principal, tanto cristãos como outros, não pude, seja por inclinação natural, estranheza ou espanto, deixar de, de vez em quando, anotar e esboçar ou retratar, o melhor que podia, o que lá me parecia notável ou diferente do carácter, costumes e hábitos do nosso país, e isto apenas para divertimento ou passatempo, para mais tarde o poder mostrar, em privado, como novidade, aos meus amigos. Revendo, após o meu regresso à cidade de Enkhuizen (pelo que Deus seja louvado), o material que tinha reunido (como disse acima), e visto este, ora por um ora por outro, embora na minha opinião estivesse mal e toscamente feito, parecia porém inspirar-lhes admiração, prazer e satisfação extraordinários, de modo que me pediam com grande insistência, admoestando-me diariamente sem descanso, para trazer à luz as memórias ou recordações da minha referida viagem, para divertimento de todos os que nisso tivessem gosto. Acabando por me deixar convencer, opinei precisar de mais perspicácia e exercício prévio para nisso melhor satisfazer o leitor douto; mas, tal como quem chegou ao mar alto se queixa tarde de mais de ter embarcado com o barqueiro, assim não me posso agora preocupar muito com pedir desculpas ou escusar a falta de juízo de outros. Fio-me apenas na sua benevolência, que, espero, interpretará a minha pouca inteligência, o meu modesto trabalho e modo de escrever sem estilo, mais de acordo com a boa intenção que tive em agradar aos meus ditos amigos, e também em apresentar fielmente ao leitor confinado a casa ou escritório, o que por mim passou de notável e memorável durante treze anos, tanto de viagem como de permanência nos países acima referidos. Espero que possa encontrar razão para divertimento e eventual proveito no que a seguir é tratado mais clara e amplamente do que posso aqui, por força do caso, contar convenientemente em poucas palavras. Rogo-lhe assim que não queira procurar grande arte ou extraordinária beleza nas figuras, mas apenas uma representação natural e fiel, nem esperar qualquer eloquência no meu sumário relato, porque não fui educado e tive ainda menos exercício nisso na minha juventude, mas apenas a pura verdade, que usei nisso sem rodeios, deixando-me por isso beneficiar, em recompensa, do efeito do provérbio comum: A boa vontade para com a obra, já me dará louvor e gratidão suficientes.

Passai bem.

ITINERÁRIO

ITINERÁRIO, VIAGEM OU NAVEGAÇÃO DE JAN HUYGEN VAN LINSCHOTEN PARA AS ÍNDIAS ORIENTAIS OU PORTUGUESAS, incluindo uma breve descrição desses países e costas marítimas, com indicação de todos os principais portos, rios, cabos e lugares até agora descobertos e conhecidos pelos portugueses; ao que se juntam, não só os retratos dos vestidos, trajes e aspecto, tanto dos portugueses aí residentes como dos indianos naturais, e seus templos, ídolos e casas, e igualmente as principais árvores, frutas, ervas e especiarias e materiais afins, mas também os costumes destes povos, tanto nas suas religiões, como na polícia e administração, e ainda um breve relato dos tráficos, de onde e como são tratados e encontrados, com as histórias mais memoráveis que aconteceram aí durante a sua residência, tudo descrito e reunido pelo próprio. Muito proveitoso, apropriado e também divertido para todos os curiosos e amadores de coisas estranhas.

Capítulo 1

Encontrando-me na terra natal, na minha primeira juventude, e sentindo-me inclinado à leitura de coisas estranhas sobre países e histórias, em que encontrava um prazer e divertimento extraordinários, com um ainda maior despertar do desejo de ver países estranhos e desconhecidos ou viver algumas aventuras, para assim satisfazer um pouco a minha afeição, resolvi deixar por algum tempo a terra natal e a convivência de amigos e familiares. Embora isso me pesasse, a esperança que tinha de satisfazer o meu desejo animou-me finalmente a seguir avante, confiado em que o Senhor me ajudaria a cumprir o meu intento.

Estando com estes pensamentos, e uma vez resolvido a concretizá-los, despedi-me dos meus pais, que então viviam em Enkhuizen; e, estando pronto para partir, embarquei numa frota de navios que, perto da ilha de Texel, estava para navegar para Espanha e Portugal, a bordo de um navio destinado a San Lucar de Barrameda. A minha intenção era viajar até Sevilha, onde dois irmãos meus já viviam há vários anos, para assim melhorar a minha situação e, com a ajuda deles, ganhar experiência do país e da língua espanhola.

A 6 de Dezembro do ano de 1579, largámos da ilha de Texel (sendo a companhia de cerca de 80 navios), tomando o rumo de Espanha. A 9 do mesmo mês passámos pelas pontas de Inglaterra e França. A 12 avistámos o cabo chamado Finisterra. A 15 vimos a terra de Sintra, ou seja, o cabo da Roca, onde o rio Tejo, ou Tagus, desagua no mar, na margem do qual fica a célebre cidade de Lisboa, onde alguns navios da nossa frota aportaram, separando-se de nós. A 17 vimos o cabo de São Vicente. A 25, dia de Natal, entrámos no rio de San Lucar de Barrameda, onde permaneci dois ou

três dias, viajando depois para Sevilha. Ali cheguei no primeiro de Janeiro do ano de 1580, encontrando um dos meus irmãos, porque o outro viajara para a corte de Espanha, em Madrid. E embora tivesse um especial desejo de prosseguir viagem imediatamente, pela falta de conhecimento da língua espanhola (sem a qual dificilmente se consegue viajar), vi-me forçado a lá ficar algum tempo, para ganhar alguma experiência da língua.

Aconteceu entretanto que veio a falecer em Portugal el-rei D. Henrique, o último da dinastia portuguesa[1], razão pela qual se levantaram grandes revoltas e discórdias, em virtude de o mesmo rei falecido, no seu testamento, ter deixado como herdeiro legítimo e sucessor el-rei de Espanha, Filipe, filho de sua irmã[2]. Não obstante, os portugueses, desde sempre inimigos mortais da nação espanhola, opuseram-se fortemente a isso, e elegeram para seu rei D. António, Prior do Crato, que era filho do irmão do falecido rei. El-rei de Espanha, disso informado, logo se preparou para ir a Portugal em pessoa receber a coroa[3], enviando à sua frente o duque de Alba, com um exército de homens e muitos nobres, para pôr fim a toda a revolta e discórdia. Acabou por sujeitar o país, em parte pela força, em parte por presentes, doações e dádivas.

Por essa razão, muita gente de Sevilha e de toda a parte partiu para lá, como é comum, sendo os homens inclinados a mudanças e novidades. Entre eles, partiu também o meu irmão, instigado por outros. Viajou primeiro para a corte de Espanha, que então tinha chegado à cidade de Badajoz, a cidade espanhola mais próxima da fronteira com Portugal, esperando lá encontrar melhor situação. Mas, à sua chegada, a questão em Portugal estava já resolvida, todas as revoltas apaziguados, D. António expulso e el-rei Filipe aclamado como soberano por todo o país. Em consequência, o meu irmão alterou o seu propósito de ir para Portugal e entrou ao serviço de um embaixador que, da parte de el-rei, seguia para Itália. Partiu com ele, mas chegando a Salamanca adoeceu de uma doença chamada *tabardilho*, que na altura assolava toda a Espanha, da qual morreram muitos milhares de pessoas, entre as quais o meu irmão.

Anotação de Paludanus[4]

Essa doença, que era contagiosa ou reprodutiva, não percorreu somente a Espanha, mas também a Itália, a Alemanha e quase toda a Cristandade, como eu próprio também verifiquei, estando na altura em Itália; lá chamam-lhe «coccolucio», porque as pessoas que dela sofrem não falavam de maneira diferente dos galos, devido aos catarros que tinham na garganta; eram febres contínuas, sujas e pestilentas, com grande diversidade de acidentes, não durando contudo mais de quatro dias.

---

[1] A dinastia de Avis.

[2] Na verdade, D. Henrique tinha pensado em arranjar sucessor, sem chegar a uma decisão. Havia cinco membros da dinastia que podiam fazer valer algum direito à sucessão; mas por razões que não são aqui chamadas, a duquesa de Bragança, de facto, não se opôs às pretensões de Filipe, nem tão-pouco o fizeram os outros pretendentes, com excepção de D. António, Prior do Crato.

[3] De facto, Filipe esperou o resultado da campanha do duque de Alba em Badajoz. Após a expulsão de D. António, em Agosto de 1580, Filipe partiu daquela cidade espanhola para Portugal.

[4] A anotação, que descreve uma outra doença, é inteiramente despropositada.

Um pouco antes desse tempo, houve em Portugal uma peste tão grande, que no espaço de dois anos morreram na cidade de Lisboa mais de 80 mil pessoas. Logo depois seguiu-se a dita doença, que provocou uma horrível destruição por toda a Espanha.

A 5 de Agosto do mesmo ano, adquirindo alguma experiência da língua, pus-me ao serviço de um fidalgo holandês[5] que planeava viajar para Portugal por terra, para ver o país e também na esperança de encontrar uma melhor oportunidade para satisfazer o meu desejo. Partindo de Sevilha a 1 de Setembro, passando por algumas aldeias e povoações, chegámos a Badajoz a 8 do mesmo mês, onde encontrei o meu outro irmão, que seguia a corte. Era irmão gémeo do falecido, acima referido.

No mesmo mês, morreu a rainha de Espanha, Ana de Áustria, irmã do imperador Rodolfo e filha do falecido imperador Maximiliano, a quarta e última esposa de el-rei, pela qual muito se chorou em toda a Espanha. Foi transportada de Badajoz para o convento de S. Lourenço, no Escorial, para ali ser sepultada.

Depois de permanecermos alguns dias em Badajoz, dali partimos, passando por uma cidade chamada Elvas, que é a primeira no reino de Portugal, a cerca de duas ou três léguas[6] de Badajoz, separando-se Portugal da Espanha entre as duas cidades. Daí continuámos por alguns outros lugares de Portugal e chegámos à cidade de Lisboa a 20 de Setembro. Aí se encontrava então o duque de Alba, como governador de el-rei de Espanha. Lá se faziam grandes preparativos e aparelhamentos para receber solenemente e investir el-rei como senhor, segundo uso antigo de Portugal.

Chegando a Lisboa, adoeci, em virtude da mudança de país, com a doença que ainda continuava e com a corrupção do ar, e fui sete vezes sangrado; mas com a ajuda de Deus curei-me. E vendo que tirava pouco proveito do fidalgo que servia, deixei-o e juntei-me a um mercador, para aprender o trato do comércio, até que se me oferecesse uma outra oportunidade.

Por essa altura, a peste, que tivera um novo surto – razão pela qual el-rei tinha adiado a sua entrada em Lisboa –, começou a ceder. Desaparecida por completo, foi el-rei recebido em Lisboa, no mês de Maio de 1581, em grande triunfo[7]. Aí tiveram os holandeses a distinção da melhor obra e espectáculo, que eram um portão e uma ponte, colocados na praia do rio, pelos quais el-rei, saindo da galé, passou primeiro, e que estavam ornamentados com muitas coisas e figuras bem agradáveis de contemplar. Todas as ruas e esquinas estavam também decoradas com ricas tapeçarias e retratos de cenas históricas, e houve grande júbilo, como é hábito nestas alturas.

A 12 de Dezembro do ano de 1581[8], o duque de Alba morreu em Lisboa, no paço real, por ser mordomo-mor de el-rei. Nos catorze dias anteriores à sua morte, não

[5] A palavra «Duyts», no texto original, pode significar tanto «holandês» como «alemão» (quer dizer: «germânico»). Porém, o modo como a palavra é utilizada mais adiante no texto, leva a crer que Linschoten lhe dava o sentido de «holandês».

[6] Linschoten usa léguas espanholas, como afirma no seu *Reys-gheschrift*: «Todas as léguas referidas, como também todas as referidas no *Roteiro das Navegações* e no *Itinerário*, são sempre léguas espanholas, de 17,5 por grau, equivalendo a 15 léguas germânicas no cálculo, etc.»

[7] Segundo outras notícias, foi no dia 26 de Junho de 1581, sendo Filipe homenageado como rei pouco tempo antes, numa das assembleias das Cortes de Tomar.

[8] O duque morreu a 12 de Janeiro de 1582, em Lisboa, no Paço da Ribeira.

tomou outro alimento a não ser leite de mulher. O seu corpo foi embalsamado e transportado para a sua terra de Alba.

No mesmo mês, estando el-rei ainda em Lisboa, morreu em Madrid o príncipe e herdeiro de toda a Espanha e Portugal, D. Diego[9], primogénito de el-rei, pelo que o luto foi renovado. Não ficaram outros descendentes, a não ser um filho pequeno, chamado D. Filipe, e duas filhas[10].

Por essa altura, chegou também a Lisboa a irmã de el-rei[11], viúva do falecido imperador Maximiliano, trazendo consigo uma filha que coxeava, a qual foi depois metida num convento; foram também recebidas com grande festa e triunfo.

Depois da morte do primogénito de el-rei, D. Diego, reuniram-se em Lisboa, no paço real, todos os grandes senhores de Espanha e Portugal, tanto espirituais como temporais, e fizeram juramento, com grande solenidade, segundo o antigo costume, ao jovem príncipe de Espanha D. Filipe[12], como herdeiro e legítimo sucessor de Espanha e Portugal, e de outros domínios de el-rei.

Na Primavera de 1582, uma grande armada de navios fez-se à vela de Lisboa, da qual era capitão-mor o marquês de Santa Cruz[13], com quem iam os principais fidalgos de Espanha e Portugal, de sua livre vontade e às suas próprias custas, para assim mostrarem a grande afeição que tinham em servir o seu rei e senhor. Largaram para as ilhas Flamengas, para lutarem contra D. António[14], que pairava por aí perto com uma armada de navios e homens franceses, que tinha por capitão-mor um tal Filipe Strozzi[15]. Estas duas armadas encontraram-se e travaram uma valente batalha[16], com grandes perdas de ambas as partes. D. António e os seus franceses acabaram por ser derrotados, sendo aprisionados muitos dos franceses. Entre eles estavam alguns dos principais fidalgos de França, que, por ordem do marquês, foram todos decapitados na ilha de São Miguel. Os restantes franceses foram trazidos para Espanha e todos mandados para as galés. D. António escapou numa pequena lancha e o capitão-mor Filipe Strozzi num batel; este, tendo sido ferido, morreu do mesmo ferimento. Os espanhóis vangloriaram-se muito desta vitória,

---

[9] Morreu a 21 de Novembro de 1582. As Cortes de Tomar de 1581 tinham jurado D. Diego como herdeiro de Portugal.

[10] A Infanta Isabel Clara Eugénia (1566-1633) e Catarina (?-?).

[11] Maria, filha de Carlos V, casada com Maximiliano II.

[12] Mais tarde Filipe III de Espanha (II de Portugal). Jurado herdeiro do reino de Portugal nas Cortes de Lisboa de 1582.

[13] Álvaro de Bazan (1526-1588), almirante espanhol que desempenhou um importante papel na conquista de Portugal por Filipe II. A 10 de Julho de 1582, dirigiu-se aos Açores, à frente de uma armada de 36 embarcações, transportando 5000 soldados.

[14] Os Açores não reconheceram Filipe de imediato, tomando o partido do Prior do Crato. A ilha Terceira continuou a luta, mesmo depois de Filipe ser reconhecido por Portugal. Por isso, D. António, ajudado por uma frota francesa, tinha escolhido as ilhas como base para novas operações contra Filipe.

[15] Nobre italiano (?-1582), comandante da armada francesa de socorro a D. António, constituída por 55 navios, levando 5000 homens. Strozzi avistou a ilha de S. Miguel a 15 de Julho 1582. Na batalha do dia 26 foi completamente derrotado. Retalhado de golpes, foi levado para o galeão *S. Martinho*, onde expirou perante o almirante espanhol.

[16] A batalha durou cinco horas e terminou com a vitória do almirante espanhol. As baixas sofridas pelos espanhóis foram apenas de 300 mortos e 500 feridos, enquanto as de Strozzi ascendiam a 1500 homens entre mortos e feridos, além de 389 prisioneiros.

e em Lisboa foi celebrado grande triunfo, sendo o marquês de Santa Cruz recebido com ainda maior festa.

Nessa altura, estando todas as coisas resolvidas, el-rei deixou em Lisboa como governador o filho de sua irmã, cardeal D. Alberto de Áustria, e regressou, com a imperatriz sua irmã e mãe do cardeal e toda a corte, a Madrid, em Espanha.

Capítulo 2

O princípio da minha viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas.

Estando em Lisboa e vendo o diminuto comércio que se fazia, em virtude dos recentes desentendimentos entre portugueses e espanhóis, ofereceu-se-me a ocasião de satisfazer o meu desejo. Aconteceu que estava nessa altura em Lisboa um monge da Ordem de S. Domingos, chamado D. Frei Vicente da Fonseca, de linhagem nobre, o qual, pela sua sabedoria, tinha sido por muito tempo capelão de el-rei D. Sebastião de Portugal, com quem fora capturado em África, na grande batalha onde o mesmo rei D. Sebastião morreu[17], para mais tarde ser resgatado. El-rei Filipe, conhecendo a sua competência e sabedoria, teve grande consideração por ele, mantendo-o no mesmo ofício de capelão de Sua Majestade. E desejando melhorar-lhe a situação e dando-se o caso de estar vaga a sede do arcebispado de toda a Índia, investiu-o nessas funções, obtendo a confirmação do Papa de Roma. Embora ele se recusasse a aceitar, temendo a longa e enfadonha viagem, el-rei persuadiu-o que isso cumpria ao seu serviço e vontade, prometendo chamá-lo de volta dentro de quatro ou cinco anos e dar-lhe uma melhor posição em Portugal. Com tal promessa, aceitou a viagem.

Eu, pensando nos meus interesses, tentei com todo o meu zelo e astúcia entrar ao serviço deste arcebispo, para com ele realizar a viagem, o que consegui a meu favor, porque o meu irmão, cansado de seguir a corte, tinha obtido do seu amo (que era um secretário de Sua Majestade) um cargo de escrivão num dos navios que nesse ano deveriam largar para as Índias Orientais. A ocasião serviu-me para atingir o meu objectivo, pois o seu amo era grande amigo particular do referido arcebispo recém-nomeado. Depois de não muita insistência, fui admitido ao serviço do arcebispo e registado entre os outros criados, que eram mais de 40 em número. E como o meu irmão podia escolher qualquer navio, escolheu o navio que estava a ser preparado para o arcebispo, para melhor nos ajudarmos mutuamente. Assim nos preparámos para começar a nossa viagem, numa companhia de cinco navios, com capacidade de setecentos ou oitocentos **last** cada. Os seus nomes eram: a capitânia *S. Filipe* e a vice-capitânia *Santiago*, que eram navios novos, tendo um o nome de el-rei e outro o do seu filho; os outros chamavam-se *S. Lourenço*, *S. Francisco* e, o nosso navio, *S. Salvador*.

A 8 de Abril, Sexta-feira Santa do ano de 1583 — que é normalmente a época do ano em que estes navios se fazem à vela, quatro ou cinco dias mais ou menos — saí-

[17] D. Sebastião (1557-1578), predecessor do cardeal D. Henrique, morreu a 4 de Agosto de 1578, na batalha de Alcácer Quibir.

mos todos juntos do rio de Lisboa e fizemo-nos ao mar, tomando o rumo da ilha da Madeira e entregando-nos nas mãos de Deus, sem o favor e ajuda do qual nada podemos fazer e todos os nossos intentos são vãos.

Capítulo 3

Ordenação dos mesmos navios na sua viagem e carreira da Índia.

Os navios transportam vulgarmente entre quatrocentas e quinhentas pessoas cada, umas vezes menos, outras vezes mais, conforme a ocasião, tanto soldados como marinheiros. Na ida levam pouca carga além de algumas pipas de azeite e vinho e algumas outras mercadorias de particulares, e fora disso nada, a não ser lastro e mantimentos para a companha. Porque a mais importante e numerosa mercadoria que é enviada para a Índia são reais-de-oito, sendo o capital dos rendeiros da pimenta, que todos os anos mandam uma grande soma de dinheiro para se comprar a pimenta, e fora isso muito dinheiro de mercadores particulares, por ser a melhor mercadoria que se pode levar à Índia, porque nestes reais-de-oito ganham mais de quarenta por cento.

Logo que os navios saem do rio e entram no mar, toda a gente de cada navio é passada em revista, tanto os marinheiros como os que vêm como soldados. E os que, arrolados no registo, estão ausentes por terem ficado em terra, são registados pelo escrivão de bordo, para que mais tarde em Portugal se possam pedir contas aos respectivos fiadores, porque cada homem tem de indicar um fiador. E os bens dos ausentes que são encontrados no navio são logo postos em leilão e vendidos e, feito o inventário, depositados nas mãos do capitão. O mesmo se faz com os bens dos que morrem; mas destes poucos chegam às mãos de donos legais, pois a maior parte é desfalcada.

O mestre e o piloto recebem, pela viagem completa de ida e volta, um salário de 120 *mil-réis*, valendo cada *mil-réis* em moeda neerlandesa sete florins Carolus. Todos os cálculos do dinheiro em Portugal são feitos na mesma espécie de moeda, chamada *réis*, que é a moeda mais pequena que há no país. Por maior que seja a importância, esta é sempre calculada em *réis*. 160 *réis* equivalem a um florim Carolus[18] ou quatro reais de prata, pelo que dois *réis* valem quatro dinheiros e um *real* dois dinheiros de moeda holandesa. Quis declarar isto para esclarecer melhor os cálculos com *réis* que se fazem em Portugal.

Voltando ao nosso assunto, digo que o mestre e o piloto recebem cada um 24 *mil-réis* à partida, e além disso têm ambos câmaras no porão e no convés do navio, as quais alugam com grande proveito, tendo igualmente as suas *liberdades* e quintaladas[19]. O mesmo têm todos os outros oficiais e marinheiros, de acordo com o respec-

[18] O cálculo não bate certo com o valor anterior de mil-réis = 7 florins Carolus. Conforme o novo cálculo mil-réis = 6,25 e não 7 florins Carolus.

[19] Quantidade limitada de mercadorias que oficiais e marinheiros podiam transportar a bordo para negócios particulares, sem pagar frete.

tivo escalão. E embora recebam dinheiro, custa-lhes mais do que isso, em peitas, conseguirem os seus lugares, pois todos são distribuídos por favor, e não por mérito, pelo *provedor*. Contudo, não há regra certa para estes salários, que são diariamente alterados, pelo que falo apenas dos salários pagos vulgarmente, de acordo com o regulamento do nosso navio neste ano.

O *contramestre* tem por salário, ao todo, 50 *mil-réis*, recebendo 10 *mil-réis* à partida. O *guardião* tem 1400 *réis* por mês, 2800 *réis* de quintalada e recebe 7 *mil-réis* à partida. O *sota-piloto* tem por mês 1200 *réis*, que são três ducados, e de quintalada tanto como o guardião. Dois carpinteiros e dois *calafates*, que ajudam a dirigir os trabalhos, têm cada um 4 ducados por mês e 3900 *réis* de quintalada. O despenseiro, que distribui as comidas e bebidas, e o *meirinho*, que prende as pessoas e tem a seu cargo a guarda e distribuição das munições e da pólvora, têm cada um *mil-réis* por mês e 2340 *réis* de quintalada, além das suas câmaras e *liberdades* de direitos alfandegários, como têm também todos os outros oficiais, marinheiros, grumetes, arcabuzeiros, cada um segundo o seu escalão, assim como todos os que servem no navio. O tanoeiro tem três ducados por mês e 3900 *réis* de quintalada. Dois *estrinqueiros*, que são os que descem a vela e a verga principal com um cabrestante, quando é preciso, têm cada um *mil-réis* por mês e 2800 *réis* de quintalada. Trinta e três marinheiros têm *mil-réis* por mês cada um, e 2800 *réis* de quintalada. Trinta e sete grumetes têm 660 *réis* por mês cada um, e 1860 *réis* de quintalada. Quatro pajens, que são criados, têm, com quintalada, 443 *réis* por mês. Um condestável e oito arcabuzeiros têm uma importância diferente por mês, uns mais, outros menos. Um barbeiro não tem igualmente salário fixo. O feitor e o escrivão não têm salário a não ser as suas câmaras, nomeadamente, no porão cada um uma câmara de 20 pipas, que são 10 **vaten** cada, e no convés um camarote para dormir, do qual tiram grande proveito.

Estes são os oficiais e marinheiros do navio, os quais têm de ração diária, todos pela mesma medida, tanto os mais importantes como os menos importantes, uma libra e três quartos de biscoito, meia medida de vinho e uma medida de água; uma *arroba*, que são 32 libras, de carne salgada por mês, e mais algum peixe seco, cebola e alho, distribuídos logo no início, que são de pouco valor. Alguns mantimentos como açúcar, mel, uvas passas, ameixas, farinha e outras conservas do género, são reservados para os doentes. Porém, quando precisam deles, recebem poucos, porque os oficiais os guardam para si e gastam-nos, raramente deixando alguma coisa para os demais. No que respeita à preparação da comida, lenha, banha, panelas e tachos, cada um tem de cuidar de si. Além de tudo isto, há ainda um escrivão e um despenseiro da parte de el-rei para os soldados, os quais têm uma distribuição própria, tal como os marinheiros.

Tudo isto diz respeito à viagem ou caminho de ida, pois no regresso não recebem mais do que rações de água e biscoito até chegarem ao cabo da Boa Esperança, e daí até casa os marinheiros devem tratar das suas próprias provisões. Porém, os soldados ou passageiros nada recebem além da passagem livre, ou seja, um baú no porão e um lugar para dormir no bailéu, enquanto que não podem partir da Índia sem licença do *vice-rei* e devem aí ter servido el-rei durante cinco anos. Mas os escravos têm de pagar frete pelas suas pessoas e também direitos a el-rei, como declararemos mais amplamente na nossa viagem de regresso.

A 15 de Abril avistámos as ilhas da Madeira e Porto Santo, onde os navios se separam, cada um seguindo a sua rota, pois sempre querem chegar à Índia uns antes dos outros, para terem maior proveito e receberem mais honras, pelo que se separam dos outros na altura menos propícia, seguindo cada um o seu próprio intento.

A 24 de Abril demos com a costa da Guiné, que começa a 9 graus[20] e se estende até à linha equinocial, onde vulgarmente há muita trovoada, relâmpagos e bátegas de chuva e vento, que vêm e passam rapidamente, e se abatem com tal força que é necessário de cada vez amainar as velas e baixar a verga principal para meio do mastro, e às vezes por completo, frequentemente dez ou doze vezes num dia. Aqui faz um calor insuportável e toda a água do navio fede tanto que quem a bebe é forçado a tapar o nariz. Mas passada a linha equinocial o tempo fica bom de novo. Quanto mais perto se está de terra, maiores são as tempestades, chuvas, trovoadas e calmarias. De modo que, de vez em quando, os navios demoram vários meses até conseguirem passar a linha. Então, encontram um vento a que chamam *vento geral*, que é um vento de sudeste, mas sempre lateral, de maneira que é preciso navegar constantemente à bolina, quase até à altura do cabo da Boa Esperança. E porque ao largo da costa do Brasil, a 18 graus do lado sul, existem baixios a que os portugueses chamam Abrolhos, os quais entram pelo mar dentro 70 léguas e ficam do lado da costa pela direita, para os passar os navios chegam-se muito para a banda da costa da Guiné e assim passam os ditos baixios. De outro modo, se descaem demasiado e se se chegam para dentro, são obrigados a arribar a Portugal, e às vezes com perigo de se perderem. Como aconteceu à nossa capitânia *S. Filipe*, que no passado ano de 1582 descaiu de noite sobre os baixios, e esteve em grande risco de se perder, mas conseguiu livrar-se, e arribou a Portugal. E este ano, para evitar os baixios, correu tão perto da costa da Guiné, que pelas grandes calmarias e chuvas ficou parada a flutuar durante dois meses, antes de passar a linha, e chegou à Índia dois meses depois dos outros navios. Por isso, deve-se evitar chegar demasiado perto da costa, para assim escapar às calmarias, e também evitar afastar-se demasiado, para assim passar os referidos baixios. Disto depende toda a viagem para a Índia.

A 15 de Maio, estando a cerca de 50 léguas a norte da linha equinocial, aproximou-se de nós um bergantim francês, que pôs todo o nosso navio em grande alvoroço, porque a maioria dos nossos homens estava doente, como vulgarmente sucede nestas paragens, por causa do grande calor. Também acontece que as mais das vezes é gente inexperiente, que nunca antes viu o mar, e com quem se não consegue ordenar grande coisa. Porém, alguns dispararam contra eles, com o que nos deixou, depois de ter zombado de nós durante algum tempo. Rapidamente os perdemos de vista, pelo que a calma voltou ao nosso navio.

No mesmo dia, pelo fim da tarde, avistámos um grande navio, que presumimos pertencer à nossa companhia, como logo pudemos constatar, pois se dirigiu a nós para nos falar, e era a nau *S. Francisco*, com o que todos nos regozijámos.

---

[20] Actualmente determinado em 12° 19' Lat. N (medido do cabo Roxo). É um dos muitos exemplos — que não podemos apontar sistematicamente — de indicações menos correctas de latitudes e longitudes feitas por Linschoten; contudo, atendendo ao tempo em que vivia, a relativa precisão das suas indicações não deixa de causar espanto.

A 26 de Maio passámos a linha equinocial, a qual corre pelo meio da ilha de São Tomé, perto da costa da Guiné, e começámos então a observar a Estrela do Sul e a perder de vista a Estrela do Norte. À tarde, achámos o sol no norte e depois apanhámos o *vento geral* do sudeste, que naquelas paragens sopra durante todo o ano.

A 29 de Maio, que era domingo de Pentecostes, tendo os navios por costume antigo, neste dia, escolher um imperador fingido e trocar todos os oficiais do navio, e realizar um banquete e festa que dura três ou quatro dias, seguindo o costume, escolhemos um imperador. E no decorrer do banquete, em virtude de certas divergências e palavras, surgiu um grande tumulto, o qual chegou a tal ponto que as mesas foram viradas e atiradas ao chão, e mais de cem espadas desembainhadas, sem respeito pelo capitão ou por ninguém, pois ele estava caído no chão e andavam por cima dele. Ter-se-iam matado uns aos outros e dado cabo de todo o navio, se o arcebispo não tivesse saído do seu camarote para o meio da gente, gritando e gesticulando, com o que se começaram a acalmar. E ele logo lhes ordenou, sob pena de excomunhão, que trouxessem todas as espadas, punhais e outras armas para o seu camarote, o que foi feito de imediato, com o que tudo se apaziguou de novo. Os primeiros e principais amotinados foram castigados e postos a ferros, pelo que todas as disputas terminaram.

A 12 de Junho passámos os ditos baixios do Brasil, o que foi causa de grande alegria no navio, pois tínhamos assim a certeza de não ser necessário voltar a Portugal, como tenho dito. E daí o *vento geral* ainda nos serviu até termos passado a altura do rio da Prata, de onde seguimos com o vento em popa até ao cabo da Boa Esperança.

A 20 do mesmo mês, a nau *S. Francisco*, que até esta altura nos tinha acompanhado, desapareceu novamente da nossa vista.

A 11 de Julho, o nosso piloto fez a estimativa de que estávamos a umas 50 léguas largas do cabo da Boa Esperança, pelo que o arcebispo solicitou que se rumasse a terra, para poder ver o Cabo. O tempo estava enevoado, e tendo rumado a terra durante uma hora ou mais, avistámos terra mesmo em frente a nós, a uma distância de menos de duas léguas, não a tendo podido avistar antes, por estar encoberta pela escuridão e pelo nevoeiro, o que nos causou muito espanto, porque a nossa estimativa tinha sido diferente. E, começando o tempo a limpar, reconhecemos a terra, que era a ponta chamada cabo Falso e o banco Parcel ou bancos da mesma ponta, que ficam a cerca de 15 léguas para além do cabo da Boa Esperança, em direcção a Moçambique. O cabo da Boa Esperança jaz a 35 graus para sul. Ali apanhámos uma calmaria com bom tempo, que continuou por cerca de meio dia. Entretanto, com anzóis apanhámos muito peixe no dito baixio dos bancos, a dez e doze braças de fundo. É um peixe excelente, muito parecido com o alecrim; os portugueses chamam-lhes *pescadas*.

A 20 do mesmo mês, encontrámo-nos novamente com a nau *S. Francisco*, e falámos com ela; ficou connosco até ao dia 24, altura em que de novo a perdemos de vista. No mesmo dia amainámos todas as nossas velas, por causa de *vento contrário*, e pairámos durante dois dias, navegando para cima e para baixo, para não perder caminho. Estávamos à altura da chamada Terra do Natal, que começa a 32 graus e acaba a 30, e dista 150 léguas do cabo da Boa Esperança. Neste lugar costuma-se solicitar a opinião de todos os oficiais do navio, sobre se será melhor navegar por dentro da ilha de São Lourenço ou por fora. Porque navegando por dentro, vai-se para Moçam-

bique, e dali para Goa; e navegando por fora, não se consegue alcançar Goa, porque a corrente empurra para baixo, sendo forçoso navegar para Cochim, que fica 100 léguas para sul de Goa. E quando os navios tardam a passar o Cabo, então não é aconselhável seguir rumo a Moçambique, porque assim não podem chegar a tempo a Goa, por causa das grandes calmarias que há no lado de dentro. Porém, os que passam o Cabo no mês de Julho, podem bem ir a Moçambique, porque é cedo, e têm tempo suficiente para lá carregarem água e mantimentos frescos e ficarem parados dez ou doze dias. Mas os que passam o Cabo no mês de Agosto, vêm tarde de mais, e devem navegar por fora em direcção a Cochim, para não perderem tempo. Contudo, esta alternativa é mais perigosa e difícil, porque vulgarmente adoecem, com dores e inchaços nas pernas, escorbuto e outras doenças.

A 30 do mesmo mês, estávamos à altura do cabo chamado das Correntes, que dista 130 léguas da Terra do Natal e jaz a 24 graus da banda do sul. Aí começa o caminho por dentro da ilha de São Lourenço para Moçambique.

À ilha de São Lourenço chama Marco Polo «a grande ilha de Magastar» e André Thevet «Madagascar». É a maior de todas as ilhas orientais, pois ultrapassa em tamanho o reino de Castela ou de Portugal. Situa-se do outro lado de África, depois de se passar o cabo da Boa Esperança. Segundo a opinião de Thevet, estende-se em comprimento por 72 graus e em largura por 11 graus e 30 minutos. Tem de circunferência, segundo a opinião de alguns, 3000 léguas italianas, 4000 segundo outros, o que seriam 600 ou 800 léguas germânicas[21]. Esta ilha é considerada temperada, e por conseguinte rica de gente, que são todos maometanos. Marco Polo conta que a ilha é governada por quatro anciãos, que é muito rica de animais selvagens e mansos e de estranhas aves, das quais escreve fábulas indignas de serem lembradas. A ilha tem também elefantes e todo o género de animais que têm um chifre, dos quais um se chama jumento indiano, com cascos inteiros, não fendidos, e outro se chama órix[22], com cascos fendidos. Tem grande abundância de serpentes, lagartixas, e grandes bosques de sândalo vermelho, que ali é pouco apreciado, em virtude da sua abundância. O mar ali produz também muito âmbar. Na ilha abundam igualmente o arroz, a cevada, as laranjas, as limas, os limões, as abóboras — que são tão grandes que um homem quase não as consegue abraçar, tanto vermelhas como amarelas e brancas, e melhores do que as nossas —, muito gengibre — o qual comem verde —, mel e *cana-de-açúcar* — de que não sabem o que fazer —, açafrão, muitas ervas medicinais e *nozes-da-índia*[23]. Também há muita prata. E tem muitos rios, belas fontes e muitos portos, aos quais muitos sarracenos ou mouros trazem as suas mercadorias: panos de ouro e seda, tecidos de algodão e afins.

A ilha de São Lourenço está situada a 120 léguas da terra firme, quer dizer, do cabo das Correntes, e é uma ilha de 220 léguas de comprimento, estendendo-se de norte para

[21] Quatro léguas italianas correspondem a uma légua germânica, o que não concorda com as contas de Linschoten. Nos sistemas de medidas da época reinava uma certa arbitrariedade, melhor dizendo, subjectividade, que explica estas e outras discrepâncias.

[22] Género de antílope.

[23] I.e., cocos.

sul, e com 70 léguas de largura, começando na primeira ponta do lado do Cabo, a 26 graus, e acabando aos 11 graus para o norte. O povo da ilha é preto, como o de Moçambique, e anda nu, mas não tem o cabelo tão encaracolado como o dos de Moçambique, nem são tão pretos como breu. Os portugueses não têm lá nenhum comércio em especial, porque não há lá muita coisa; contudo, ainda não é muito bem conhecida.

A 1 de Agosto passámos os chamados baixos da Judia, que distam 30 léguas do cabo das Correntes, e ficam entre a ilha de São Lourenço e a terra firme, quer dizer, a 50 léguas da ilha e a 70 léguas da terra firme, os quais baixos começam à altura de 22 graus e meio e continuam até aos 21 graus. É preciso ter muito cuidado, porque são muito perigosos; muitos navios lá se perderam, como, ainda recentemente, no ano de 1585, uma nau chamada *Santiago*, vinda de Portugal, que era a capitânia da frota, e a mesma que veio connosco de Lisboa na primeira viagem, como vice-capitânia, como em devido tempo contarei.

A 4 de Agosto avistámos a terra de Moçambique, que dista 90 léguas dos baixos da Judia, a 15 graus da banda do sul. No dia seguinte entrámos na barra de Moçambique, e quando estávamos para entrar juntou-se a nós a dita nau *Santiago*, que entrou na barra connosco, apenas uma hora depois de a termos visto pela primeira vez em toda a viagem, desde que nos tínhamos separado perto da ilha da Madeira, sem nos voltarmos a ver uma única vez. Ali encontrámos ainda mais dois navios da nossa companhia, o *S. Lourenço* e o *S. Francisco*, que tinham chegado no dia anterior. Encontrámos lá também o *galeão* que tinha de navegar para Malaca, que parte vulgarmente de Portugal um mês antes dos outros navios da carreira da Índia, apenas porque tem um caminho mais longo a percorrer. Mas vem vulgarmente a Moçambique, para carregar água e mantimentos frescos, quando a viagem está demorada e os mantimentos escasseiam. Doutro modo, navegam por fora da ilha de São Lourenço, sem rumar a Moçambique. Estávamos em Moçambique com quatro navios da nossa frota, faltando apenas a nossa capitânia *S. Filipe*, que se tinha chegado tão perto da costa da Guiné, para melhor evitar os baixios do Brasil, que se chamam Abrolhos, e onde no ano anterior tinha caído, como foi dito, que apanhou tanta calmaria que só conseguiu passar a linha equinocial muito depois de nós. Passou o cabo da Boa Esperança com grandes tempestades e mau tempo, como vulgarmente sucede aos que chegam tarde, pelo que foi forçado a navegar por fora, pelo motivo anteriormente referido, chegando a Cochim cerca de dois meses depois de já termos chegado a Goa, tendo passado por grandes misérias e carências e muitas doenças, como pernas inchadas, escorbuto, etc.

Capítulo 4

Descrição de Moçambique, que demora em 15 graus do lado sul da linha equinocial, na costa de Melinde, também chamada Abex ou Abexim.

Moçambique é uma cidade na ilha de Prasio, com um porto seguro, embora pequeno, que tem ao seu lado direito, na direcção do Cabo, as minas de ouro de Sofala e ao lado esquerdo a primorosa cidade de Quíloa. E embora o lugar, comparado com as terriolas em

redor, seja árido e doentio, é muito povoado, em virtude da sua boa localização. Outrora era habitada por maometanos, sujeitos ao tirano de Quíloa e governados pelo seu delegado (a quem os árabes chamam «xeque»).

Moçambique é uma pequena ilha, situada a cerca de meia légua da terra firme, numa baía, de modo que a terra firme no lado norte se estende mais em direcção ao mar do que Moçambique. Em frente dela ainda ficam duas outras pequenas ilhas, chamadas São Jorge e Santiago, que alinham com o canto extremo da terra firme. E entre essas duas pequenas ilhas mais adiantadas, que são desabitadas, e a terra firme, passa-se para Moçambique, de modo que estas ilhas ficam a sul, à mão esquerda, e a terra firme fica a norte, à mão direita. E assim navega-se por mar, sem piloto, por cerca de uma pequena légua, até Moçambique, pois há profundidade suficiente, e vêem-se bastante bem os baixios e bancos de areia do lado da terra firme para se poderem evitar.

Os navios ancoram tão perto da ilha e da fortaleza de Moçambique, que se pode atirar uma pedra para terra, ou então um pouco mais longe, e ficam entre a terra firme e a ilha, as quais distam uma da outra cerca de meia légua, de modo que os navios ali ficam como se estivessem num porto ou num rio.

A ilha de Moçambique mede cerca de meia légua de circunferência, terra plana e rodeada de uma praia de areia branca. Tem muitas nogueiras ou *palmeiras-da-índia*[24] e também algumas árvores de laranjas, limas, limões e *figos-da-índia*[25]; mas de outros frutos vulgares na Índia há poucos. Também o trigo e outros grãos, o arroz e todos os víveres, e mercadorias como tecidos e semelhantes coisas necessárias, tudo tem de vir da Índia. No que respeita a gado e carne, tais como bois, carneiros, cabras, porcos, galinhas, etc., há-os lá em grande abundância e baratos. Aqui também se encontram carneiros de cinco quartos[26], que têm uma cauda tão larga e espessa que há nela tanto para comer como nos outros quartos, e são tão gordos que são difíceis de digerir. Há ali galinhas que têm penas, carne e ossos completamente pretos[27], de modo que cozidas parecem tinta, mas têm um sabor muito agradável e são consideradas melhores do que as outras. Dessas se encontram também algumas na Índia, mas não tantas como em Moçambique. Os porcos são um alimento muito caro e têm uma carne tão limpa e saborosa, que, como se provou pela experiência, ultrapassa qualquer outra carne; e os doentes são proibidos de comer qualquer carne, a não ser carne de porco, pela sua excelência.

A ilha não tem nenhuma água doce para beber, pelo que tem de vir tudo da terra firme, de um lugar que os portugueses chamam Cabaceira; usam nas suas casas grandes potes[28] trazidos da Índia, onde guardam a água.

Os portugueses têm lá uma fortaleza muito bela e possante, que só acabou de ser construída há cerca de dez ou doze anos, e confronta directamente com as pequenas

[24] I.e., coqueiros.

[25] Nome da época, ainda usado durante muito tempo, para as bananas.

[26] Existem na verdade os carneiros de «rabo gordo». Foram encontrados em várias regiões das proximidades do cabo da Boa Esperança e também na ilha de Madagáscar.

[27] De facto, a carne é branca, como a das outras galinhas.

[28] As jarras martabanas.

ilhas mais adiantadas e a entrada dos navios. É na construção uma das melhores e mais poderosas de toda a Índia, mas têm lá pouca artilharia e munições ou outros equipamentos, e igualmente nenhuns soldados para além do capitão e dos seus servidores, que lá vivem. Mas quando é preciso, todos os portugueses casados que vivem na ilha, que são uns 40 ou 50 no máximo, são obrigados a ajudar a defender o castelo, pois a ilha não tem outra defesa a não ser essa fortaleza; tudo o resto é areal plano e descampado.

Dentro do castelo, espalhadas em volta, foram construídas algumas cisternas, ou seja, reservatórios de água, que estão sempre cheias, de modo que quando houver necessidade, há sempre nelas água para um ano ou mais. Porém, cuidam pouco das suas necessidades, tanto o capitão e os oficiais como os outros habitantes, mas unicamente de juntar bens, à excepção desses 40 ou 50 portugueses e *mestiços*, que são resultado da sua procriação na Índia, os quais se chamam *mestiços*, que quer dizer meio-sangue; esses são igualmente considerados como portugueses.

Na ilha de Moçambique há ainda mais de 300 ou 400 casinhas e cabanas de palha, que pertencem aos naturais da terra, que são todos pretos como os de Cabo Verde, São Tomé e toda a Etiópia. Estes estão sujeitos aos portugueses e alguns deles seguem a lei de Maomé: são aqueles que aderiram a essa lei por comunicação com os mouros e os maometanos do mar Vermelho, antes de os portugueses tomarem essa ilha, como ainda muitos mais nessas paragens, nomeadamente por esta costa acima até ao mar Vermelho. Mas os de Moçambique para cima[29], até ao cabo da Boa Esperança, nunca tiveram comunicação[30], de modo que ali os pretos e naturais da terra ainda vivem como animais, sem conhecimento de Deus ou da sua lei. Alguns desses pretos da ilha são também cristãos, e alguns gentios. Andam todos como nus, os homens apenas com as suas partes mais privadas envolvidas num paninho, e as mulheres embrulhadas de metade dos seios até metade das coxas num pano de algodão grosso, como se pode ver nos desenhos deles, nas figuras da Índia[31]. São estes os que vivem com os portugueses na ilha, pois os da terra firme andam quase todos completamente nus, às vezes com as vergonhas cobertas, outras vezes não.

Os portugueses fazem o seu comércio com os da terra firme em algumas aldeias mais perto deles, como Sena, Macuwa, Sofala, Cuama, etc., as quais têm modos, falas e vidas muito diferentes umas das outras, cada uma por si própria, e guerreando com as outras, fazendo entre si prisioneiros e vendendo-os, e alguns deles comendo carne humana, tais como os macuwas e outros. Mantêm-se principalmente da caça, e da carne dos elefantes, o que é motivo de tantas presas de elefantes virem de lá.

Estes pretos na terra firme, e por toda a Etiópia, vivem nas suas aldeias e habitações com os seus reis, cada nação ou linhagem separada das outras, tantas as aldeias quantos os reis, e todas diferindo na fala, modos e costumes, e guerreando com os seus vizinhos. Não se pode confiar neles, porque não mantêm palavra nem religião, pois durante quatro ou cinco anos os portugueses de Moçambique estiveram na terra

[29] Deve ser «para baixo».

[30] Incorrecto, os árabes chegaram mais a sul; a Sofala e, provavelmente, até ao cabo das Correntes.

[31] I.e., os desenhos de Linschoten, incluídos no *Itinerário*, nomeadamente a gravura n.º 24.

firme, onde faziam os seus comércios com eles e viviam em paz, julgando-se suficientemente fora de perigo; mas quando menos esperavam, vieram os pretos da terra e caíram sobre eles, massacrando-os a todos, sem um único escapar.

O governo da ilha dos portugueses é o seguinte: têm cada três anos novo capitão e novo feitor régio. Todos os outros cargos oficiais são concedidos e adjudicados por el-rei de Portugal, de três em três anos, a pessoas que o serviram na Índia. E dá-lhes estes ofícios como recompensa e pagamento dos seus serviços, a cada um segundo a sua posição e capacidade, nos quais recebem os seus ordenados e remunerações, além do que conseguem adquirir por outros meios, pois durante a sua permanência nestes postos fazem aquilo que lhes apraz. O capitão tem grande lucro, porque há ainda uma outra fortaleza, chamada Sofala, que fica a cerca de 120 léguas de Moçambique na direcção do cabo da Boa Esperança. Perto da mesma fica uma certa mina, chamada Monomotapa, na qual terra há um grande lago, onde se diz que o rio Nilo tem a sua origem, assim como o grande e famoso rio de Cuama ou Níger[32], que desagua no mar entre Sofala e Moçambique, no leito e na areia do qual se encontra ouro. Nesta mina de Monomotapa encontra-se muito ouro, e ainda um outro tipo de ouro a que os portugueses chamam ouro de Botongo e *ouro em pó*, pois é fino como areia, mas é o mais puro que se pode encontrar em todo o Oriente.

Nesta fortaleza de Sofala, o capitão de Moçambique tem o seu feitor, e duas ou três vezes por ano envia para lá certas embarcações, chamadas *pangaios*, que vão ao longo da costa para ir buscar o ouro e trazê-lo a Moçambique. Estes *pangaios* são feitos de madeira leve e cosidos com cordas, sem terem quaisquer pregos de ferro[33].

Dizem que a mina de Angola, do outro lado da África, não é longe da dita mina de Sofala, ficando a menos de 300 léguas uma da outra, e acontece muitas vezes que pretos vêm de Angola a Sofala por terra[34].

Ali há pretos que carregam outros às costas, como animais, e foram exercitados para isso e para outras coisas, tal como se fossem cavalos, mulas ou burros. Falei com homens que de lá vieram e os tinham visto.

Mas voltando ao governo dos portugueses e aos seus capitães, digo que só o rendimento do capitão no período de três anos é superior a 300 mil ducados, isto é, 900 mil florins de ouro, como, enquanto ali estávamos ancorados, o próprio capitão Nuno Velho Pereira nos declarou, e a maior parte em ouro que vem de Sofala e Monomotapa, como ficou dito.

Leva-se de Moçambique para a Índia ouro, âmbar pardo, ébano e marfim, e muitos escravos e escravas, que são levados para a Índia por serem os mais fortes de todo o Oriente, para fazerem o trabalho mais sujo e duro, no qual são usados exclusivamente.

Navega-se dali para a Índia apenas uma vez por ano, desde o mês de Agosto até meados de Setembro, visto que por toda a Índia se tem de navegar com *monções*[35],

---

[32] O desconhecimento do interior da África dava origem a alguns equívocos deste género. Trata-se, na realidade, do Zambeze.

[33] Já Marco Polo referia embarcações orientais que não utilizavam pregadura.

[34] Na verdade, a travessia não era impossível, e foi mesmo sugerido por alguns portugueses.

[35] Ventos periódicos, que sopram no Índico, impondo calendários muito rigorosos à navegação veleira.

isto é, com as estações do ano, às quais dão os nomes dos ventos que sopram em certos meses do ano, com os quais fazem o seu cálculo para ir e vir de um lugar para o outro. De um modo geral, a viagem de Moçambique até a costa da Índia dura trinta dias, pouco mais ou menos, e depois ficam na Índia até ao mês de Abril, altura em que chega novamente o vento ou *monção* para Moçambique. Em suma, cada ano vai e vem um navio por ordem do capitão para vender as suas mercadorias. E ninguém pode comerciar ali, excepto os que vivem e são casados em Moçambique, pois os solteiros não podem lá ficar, por especial ordenança de el-rei de Portugal, para garantir que a terra seja povoada e mantida.

Para lá de Moçambique fica a Terra do Preste João, a que eles ali chamam a Terra dos Abexins, pelo que a costa que vai de Moçambique até ao mar Vermelho é vulgarmente chamada costa de Abex, visto que os da Terra do Preste João, que vão frequentemente à Índia, alguns escravos e outros livres, servem ali como marinheiros nos navios portugueses que fazem os seus negócios de lugar em lugar. Os desenhos deles, assim como a sua lei, vida e costumes, aparecem à frente, nas figuras da Índia[36].

Esta costa de Abex é também chamada pelos portugueses costa de Melinde, porque ali fica uma cidade e um reino com esse nome, onde os portugueses nos seus primeiros descobrimentos encontraram a primeira cidade e o primeiro rei que os recebeu com amizade e sem traição, e assim até hoje continuam.

Ficámos ancorados em Moçambique durante quinze dias, abastecendo-nos de água e víveres e de tudo o mais de que estávamos necessitados. Neste período, muitos dos nossos homens adoeceram e morreram, por causa dos ares invulgares daquele lugar, que é uma terra doentia e com ar pesado, em virtude do grande e desmesurado calor.

A 20 de Agosto fizemo-nos de novo à vela com toda a companhia, isto é, os quatro navios da nossa armada de Portugal, mais um navio do capitão de Moçambique, chamado D. Pedro de Castro, cujos três anos tinham terminado, e que foi substituído pelo dito Nuno Velho Pereira. O mesmo capitão D. Pedro ia com a mulher e a família para a Índia no seu navio, pois o regimento real determina que, após os três anos da comissão e ofício, eles ainda têm de ficar mais três anos às ordens do *vice-rei* da Índia e ao serviço de el-rei, às suas próprias custas, antes de poderem voltar a Portugal; a não ser que tragam uma patente particular de el-rei para poderem regressar a Portugal logo após terem terminado o seu ofício de três anos, o que raramente acontece, a não ser por grande favor. E, do mesmo modo, ninguém pode partir da Índia, a não ser com permissão e passaporte do *vice-rei*; e sem isso é impedido, pois tudo é muito cuidadosamente controlado.

A 24 de Agosto, pela manhã, avistámos duas ilhas que se chamam ínsula de Comoro e ínsula de D. João de Castro. A ilha de Comoro fica a 60 léguas para norte de Moçambique, em 11 graus; do lado sul fica uma terra muito alta, tão alta que num dia inteiro com bom vento não a conseguimos perder de vista. Neste mesmo dia os navios separaram-se de novo, de acordo com o antigo costume, pelas razões atrás mencionadas.

[36] Ver cap. 40.

A 3 de Setembro passámos de novo a linha equinocial, que corre entre Melinde e Brava, cidades que ficam na costa de Abex. A linha está a 230 léguas a norte de Moçambique, e, seguindo a mesma costa, são 190 léguas da linha ao cabo de Guardafui, que demora em 12 graus a norte da equinocial. Nesta costa, entre Moçambique e o cabo de Guardafui, ficam as seguintes cidades: Quíloa, antigamente chamada Rhapta[37]; Mombaça, uma cidade situada numa pequena ilha do mesmo nome, cujas altas dunas de areia fazem a alguma distância um bom ancoradouro, e tem um porto protegido por dois fortes; Melinde, Pate, Brava, Magadoxo. Cada uma é um reino autónomo, seguindo a lei de Maomé. A gente é de uma cor mais parda do que a de Moçambique, com cabelo liso, tendo as suas cidades, governos e polícia ao modo dos árabes e outros maometanos.

Este dito canto ou cabo, chamado de Guardafui, é o termo da costa de Abex ou Melinde. E junto a este canto, 20 léguas ao largo rumo és-nordeste, fica a famosa ilha chamada Socotorá, onde se encontra aloés, que toma da ilha o seu nome de *aloés socotorino*, o qual é o melhor de todos, compacto e firme, e dali é levado para todas as partes.

Junto a este canto e ilha, começa a embocadura ou entrada do estreito de Meca, pois aí para dentro, na costa da Arábia, fica a cidade de Meca, onde o corpo de Maomé está suspenso no ar[38], numa caixa de ferro, debaixo de uma abóbada feita de pedra-íman, que atrai muitas visitas e romarias de turcos e mouros. Esta entrada é também chamada mar Vermelho, não que a água seja vermelha, mas apenas porque há colinas avermelhadas à sua volta, que dão um mármore vermelho[39], e porque a areia do leito em alguns lugares é avermelhada. É o mesmo mar que Moisés, com os filhos de Israel, atravessou a vau.

Desde o cabo de Guardafui, pelo estreito dentro até Suez, outrora chamada Arsínoe[40] (que é a última cidade, onde o estreito acaba), são 360 léguas, e daí por terra até ao mar Mediterrâneo de Itália são 90 léguas. O estreito tem, à entrada e também no seu interior, uma largura máxima de 40 léguas, e em alguns lugares é mais estreito. Tem também muitas ilhas. E de um lado, isto é, de dentro, perto de Suez para norte, fica a Arábia Deserta; do outro lado, para sul, o Egipto, onde passa o rio Nilo; um pouco mais abaixo, para o mar Índico, a Arábia Feliz[41]; e do seu lado oposto, o país dos abexins ou Terra do Preste João. No canto da Arábia Feliz, à entrada do mar Vermelho, os portugueses tiveram outrora uma fortaleza, chamada Adém, a qual agora já perderam[42], pelo que os turcos muitas vezes saem do estreito do mar Vermelho, com galés construídas em Suez, e fazem grande dano na costa de Abex ou Melinde, como a seu tempo contarei.

Passada de novo a linha, avistámos outra vez a Estrela do Norte, que não víamos desde a costa da Guiné, desde a ilha de São Tomé até esta altura.

---

[37] Ptolomeu identificou Rhapta como Quíloa.

[38] Na altura, sabia-se já que o corpo do profeta estava sepultado em Medina (Cf. Tomé Pires, *Suma oriental*, fol. 120r).

[39] A cor do mar Vermelho, fenómeno investigado por D. João de Castro, tem origem em bancos de corais.

[40] Cf. Camões, *Lus.*, IX, 2.

[41] Antiga designação do Iémen.

[42] Os portugueses, na verdade, nunca chegaram a conquistar Adém.

A 4 de Setembro vimos um navio da nossa armada e falámos com ele; era a nau *S. Francisco*, que ficou connosco até ao dia 7, quando a perdemos de vista.

A 13 de Setembro vimos outro navio, que era a nau *Santiago*, a qual desapareceu novamente da nossa vista, sem nos querer falar.

A 20 de Setembro vimos muitas cobras a flutuar no mar, tamanhas como enguias, e outras coisas parecidas com escamas de peixe, razão porque os portugueses lhes chamam *vinténs*, que são meios-reais de prata em moeda portuguesa, porque com eles se parecem. Estas flutuam ali no mar em grandes quantidades e são sinal certo da costa da Índia.

Um pouco depois, com grande alarido e alegria, avistámos terra, lançámos a sonda e encontrámos fundo a 47 braças. Era a terra de Bardês, que é o canto extremo da embocadura do rio de Goa, situada a cerca de 3 léguas da cidade. É uma terra alta, onde os navios da Índia ancoram e descarregam, e de onde as mercadorias são levadas em botes para a cidade. Nesse dia ancorámos ao largo, a cerca de três léguas de terra, por estar calmaria e a maré já ter passado. Porém, fizemo-lo sem perigo, havendo em volta terra boa e segura para ancorar, porque ali começara então a ser Verão[43].

A 21, no dia seguinte, vieram ter connosco muitas embarcações chamadas *almadias*, trazendo todo o tipo de víveres frescos da terra, tais como pão fresco e frutos. Vários dos seus tripulantes eram indianos cristianizados. Veio também ter connosco uma galé, para recolher o arcebispo; e levaram-o a um lugar chamado Pangim, que está a meio caminho entre a cidade de Goa e o ancoradouro de Bardês, e fica junto ao mesmo rio, onde foi visitado e recebido pelo *vice-rei* da Índia, D. Francisco Mascarenhas, e por todos os fidalgos e senhores da terra, tanto espirituais como temporais.

Os governantes da cidade pediram-lhe que ali permanecesse dez ou doze dias, para se fazerem os preparativos para o receber na cidade com a solenidade e o triunfo devidos e habituais, o que ele lhes concedeu.

No mesmo dia, à tarde, entrámos no rio, no ancoradouro que fica abaixo da terra de Bardês. Estava-se a 21 de Setembro do ano de 1583, passados cinco meses e treze dias desde que nos fizéramos à vela do rio de Lisboa, tendo ficado quinze dias em Moçambique, o que foi uma das viagens mais prósperas que se realizaram em muitos anos, tanto antes como depois[44]. Ali encontrámos a nau *S. Lourenço*, que chegou um dia antes de nós; a 22 chegou a nau *Santiago*, e no dia seguinte a nau *S. Francisco*.

Durante toda a viagem morreram no nosso navio trinta pessoas, entre as quais alguns escravos e um alemão que tinha sido guarda de el-rei de Espanha. Contudo, toda a gente tinha a seu tempo adoecido uma ou duas vezes e fora sangrada. Este é o número de homens que normalmente morrem nos navios, pouco mais ou menos. Aconteceu, dez ou doze anos antes, que um *vice-rei* chamado Rui Lourenço de Távora[45] foi para a Índia, levando no seu navio 1100 homens; e houve uma doença mortal entre eles, de modo que dela morreram e foram lançados ao mar 900, antes de

[43] A estação das chuvas (Maio a Setembro) era designada como «Inverno», enquanto o resto do ano, período seco, era o «Verão».

[44] A viagem de Linschoten foi extremamente curta, pois uma viagem na *carreira da Índia* muito raramente durava menos de seis meses.

[45] Nomeado vice-rei, partiu de Lisboa para a Índia no início de 1576, mas morreu perto de Moçambique, durante a viagem.

chegarem a Moçambique, sendo o próprio vice-rei um deles. Porém, foi uma doença extraordinária, e o caso leva a crer que a grande multidão de pessoas foi a causa desta doença e praga. Por isso, hoje em dia, os navios já não levam tanta gente, pois mesmo assim ainda têm dificuldades de sobra para se livrarem de maus cheiros e sujidade.

A 30 de Setembro, o arcebispo, meu amo, foi recebido na cidade de Goa com grande triunfo e festividade, sendo conduzido pelos fidalgos e governantes da terra à catedral, com um *Te Deum laudamus*, etc. E depois de muitas outras cerimónias e antigos rituais, conduziram-no ao seu palácio, que fica perto da mesma igreja.

Só a 20 de Novembro a nossa capitânia, a nau *S. Filipe*, chegou a Cochim, sem ter aportado em nenhum lugar, depois de ter passado muita dificuldade e miséria, pelos motivos já referidos, tendo levado de caminho sete meses e doze dias.

Pelo fim do mesmo mês de Novembro, os navios largaram de novo de Goa para a costa do Malabar e Cochim, para aí tomarem o seu carregamento de pimenta e outras especiarias. Uns recebem a sua carga na costa do Malabar, nos portos de Onor, Mangalor, Cananor, etc., e outros em Cochim, portos que sempre podem abastecer dois navios com cargas inteiras de pimenta. Cochim fica cerca de 90 léguas a sul de Goa. Os navios descarregam todas as suas mercadorias portuguesas em Goa, onde os mercadores e feitores têm as suas residências, e dali os navios vão tomar o seu carregamento de pimenta ao longo da costa e a Cochim, como foi dito. Cada navio carrega normalmente 8 mil *quintais* de pimenta, peso português, pouco mais ou menos; cada *quintal* equivale a 128 libras. A seguir, vêm a Cochim, para onde os feitores também se deslocam, e carregam cravo, canela e outras drogas e produtos da Índia, como na minha viagem de regresso contarei tudo particularmente, tanto da sua carga como da ordenação da mesma.

Nos meses de Janeiro e Fevereiro do ano de 1584, os navios carregados voltaram de novo, uns mais cedo, outros mais tarde, de Cochim para Portugal, indo com eles o meu irmão, por causa da obrigação do seu ofício no navio. E eu fiquei com o meu amo na Índia mais alguns anos, para investigar os modos, a natureza e o aspecto das mesmas terras, gentes, frutos, produtos e mercadorias, com outras coisas, como a seu tempo declararei com verdade, naturalidade e simplicidade, dado que eu vi e notei a maior parte com os meus próprios olhos, e inquiri zelosamente de outras pessoas de confiança, tanto indianos como outros habitantes dessas paragens. Além disso, a sua fama e relativa proximidade mostram-se também suficientemente nas relações e na comunicação diárias com os países circundantes e vizinhos, que têm os seus negócios e comércios uns com os outros, tal como estas nossas terras fazem com os países bálticos, Inglaterra, França, etc., e são todos visitados e diariamente frequentados pelos navios portugueses.

Mas antes de começar a descrição de Goa e dos indianos, dos seus usos, tráficos, frutos, produtos e outras coisas, para melhor se poder entender a situação dos países e costas que ficam nas partes orientais, até às últimas extremidades da China, que os portugueses descobriram e visitaram, juntamente com as suas ilhas, darei primeiro um breve resumo das costas orientais, começando pelo mar Vermelho ou Arábico, desde a cidade de Adém até à China, ao que se segue a descrição da costa atrás referida.

Capítulo 5

Da costa da Arábia Feliz, ou do mar Vermelho, até à ilha e fortaleza de Ormuz.

Anotação de Paludanus[46]

Adém é a mais forte e bela cidade da Arábia Fértil. Situa-se num vale, limitada de um lado por poderosos muros, e do outro por montanhas, nas quais há cinco castelos, onde se mantêm continuamente uma vigia e um fogo, por causa do grande número de navios que entram e saem. A cidade tem seis mil casas, onde indianos, persas, etíopes e turcos fazem muitos negócios, a maior parte dos quais, devido ao calor extremo do sol durante o dia, se efectuam de noite. À distância de um tiro de pedra desta cidade, fica um monte com um grande castelo, onde o governador tem a sua residência. Outrora esta cidade ficava na terra firme, mas agora foi transformada em ilha por labor humano.

Adém fica na banda do norte, à entrada do mar Vermelho, na costa da Arábia Feliz ou Fértil, e estende-se 60 léguas mais para dentro do que o cabo de Guardafui, que é a parte mais extrema da costa de Abex ou de Melinde, como antes referimos, visto que a costa da Arábia, que começa em Adém, fica muito mais para dentro. Adém demora em 13 graus da banda do norte, e daí a costa estende-se para nordeste quarta a leste, até ao cabo de Rosalgate, que demora em 22 graus e é o ponto mais extremo desta costa da Arábia Feliz, no mar Índico, distando 240 léguas de Adém.

A cidade de Adém confina com a serra chamada d'Arzira[47], a qual se diz ser apenas formada por penhascos e rochedos de pedra, na qual nunca chove. A gente desta costa da Arábia é de cor parda, quase como a da costa de Abex ou de Melinde. Dessa terra trazem para a Índia grande número de cavalos, que são muito bons, e também incenso, mirra, bálsamo, madeira de bálsamo e frutos, e algum maná e outros produtos aromáticos e ervas. Seguem a lei de Maomé, na interpretação dos persas[48].

Do cabo de Rosalgate para dentro, seguindo a costa rumo a noroeste, até ao cabo de Moçandão[49], outrora chamado Asaboro, são 70 léguas. Esta ponta fica mesmo em frente da ilha de Ormuz, em 26 graus. Aqui começa a entrada do estreito da Pérsia, chamado Sinus Persicus. A ilha de Ormuz fica entre ambos, tendo de um lado a Arábia e do outro, para norte, a Pérsia, e tem de largura 20 léguas.

---

[46] Paludanus parece basear-se em Varthema.

[47] Repare-se na coincidência textual da frase com o trecho de Camões (*Lus.*, X, 99):

> Olha as portas do Estreito, que fenece
> No reino da seca Ádem, que confina
> Com a serra d'Arzira, pedra viva
> Onde chuva dos céus se não deriva.

A ilha de Sirah figura no mapa da Arábia de Linschoten, a leste de Adém, como «Darsina».

[48] Quer dizer, da seita xiita, oposta à seita sunita, à qual pertenciam os árabes e turcos.

[49] Cf. Camões (*Lus.*, X, 102):

> Olha o cabo Asaboro, que chamado
> Agora é Moçandão dos navegantes;

Do cabo de Moçandão, continuando ao longo da costa árabe para dentro, até à ilha de Barém são 80 léguas; a ilha demora em 26 graus e meio. Aqui mantém o capitão de Ormuz um feitor régio, e aqui se pescam as melhores pérolas de todo o Oriente, que são as verdadeiras, chamadas orientais.

Continuando ao longo da costa da Arábia, de Barém para dentro, até ao ponto mais interior e extremo do estreito da Pérsia, ou Sino Pérsico, a uma distância de 60 léguas, fica a cidade de Baçorá. Esta cidade demora em 30 graus, e um pouco para cima dela os dois rios Tigre e Eufrates juntam-se[50], para desaguarem perto de Baçorá no dito Sino Pérsico. Ali perto ainda existem muitas ruínas da velha Babilónia[51], e pela estimativa de muitos homens doutos, também ali perto se teria situado o Paraíso Terrestre[52].

Depois da cidade de Baçorá, a costa da banda do norte estende-se em direcção a Ormuz, que está sob o domínio dos persas.

Este Sinus Persicus tem cerca de 40 léguas de largura, pouco mais ou menos, e tem várias pequenas ilhas. Na sua embocadura fica a famosa ilha de Ormuz, onde os portugueses têm uma fortaleza e vivem entre os naturais da ilha. Têm um seu capitão e outros oficiais, de três em três anos, como os de Moçambique.

Capítulo 6

Da ilha e cidade de Ormuz.

Ormuz fica na ilha de Gerum, outrora chamada Ogyris[53].

Ormuz é uma ilha e um reino a que os portugueses impuseram um protectorado, onde o rei local ainda tem a sua residência, a saber, fora da cidade dos portugueses, observando a lei de Maomé. A gente é branca como os persas. Ali é costume comum quem ficar rei logo mandar vazar os olhos a todos os seus irmãos e parentes masculinos mais próximos, após o que todos eles são ricamente sustentados durante o resto das suas vidas, pois há uma lei em Ormuz que diz que nenhum cego pode ser recebido como rei nem governar. Por isso mandam vazar os olhos a todos, para estarem seguros no seu governo, e também para evitar qualquer revolta e discórdia, e manterem o seu país em paz e sossego.

A ilha mede cerca de 3 léguas, sendo muito cheia de penhascos e rochedos e completamente estéril. Não há nenhuma folhagem verde ou erva, nem água doce, mas só rochas de pedra de sal, de modo que as paredes das casas são feitas de pedra de sal. Não tem nada em si própria além do que recebe da terra firme, de ambos os lados da Pérsia e Arábia e da cidade de Baçorá. Mas por causa da situação favorável

[50] No lago Hammas, a montante de Baçorá.

[51] As ruínas da antiga metrópole foram localizadas nas proximidades de Bagdade; mas Linschoten talvez se referisse à antiga Mesopotâmia.

[52] Entre muitas outras localizações, o Paraíso foi situado na Mesopotâmia.

[53] Identificação discutível (de Paludanus?).

da ilha, há lá grande abundância de todas as coisas e um comércio muito grande, pois é o empório para toda a Índia, Pérsia, Arábia e Turquia e para todos os lugares e regiões limítrofes. Está vulgarmente cheia de persas, arménios, turcos e outros, e também venezianos, que lá se dedicam ao negócio de todo o género de especiarias e pedras preciosas, que em grande abundância para lá são trazidas da Índia, e de lá são enviadas por terra para Veneza, e transportadas para todas as partes da Turquia, Arménia, Arábia, Pérsia e todos os lados. E para lá são levados todos os tipos de mercadorias desses países, a saber: da Pérsia, do país chamado Coraçane e Dias[54] e de outros lugares, muitos ricos tapetes que se chamam *alcatifas*; da Turquia, todo o género de chamalotes; da Arábia, grande variedade de drogas para boticários e ervanários, tais como sanguis draconis, maná, mirra, incenso, etc., muitos cavalos excelentes, que são muito bons para criação; todo o género de muito excelentes pérolas orientais de Mascate, um porto na costa da Arábia, situado entre o cabo de Roselgate e Moçandão; muitas uvas passas, e muitos tipos de dátiles[55], nozes e *marmeladas*, que são levadas de Ormuz para a Índia, e abastecem toda a Índia.

O mesmo se passa com as moedas chamadas *larins*, que têm um formato oblongo e duas pernas, como um fio de prata achatado e dobrado, com certos pequenos caracteres impressos. São cunhadas na Pérsia, num local chamado Lari, de prata fina, e em tão grande quantidade que se fazem grandes negócios com elas, tal como com outras mercadorias, por causa do grande lucro que se tira delas; na Índia valem muito.

Para entender o motivo de tão grande comércio e afluência de gente nesta ilha de Ormuz, deve saber-se que todos os anos ali chega por duas vezes um agrupamento de gente por terra, a que chamam *cáfilas* ou caravanas, e que vêm da cidade de Alepo, no país da Síria, a três jornadas da cidade de Trípoli, que fica na costa do mar Mediterrâneo. Este agrupamento ou *cáfila* tem a seguinte ordenação, a saber: todos os anos, nos meses de Abril e Setembro, se ordenam um capitão principal e algumas centenas de janízaros, que conduzem a dita *cáfila* até à cidade de Baçorá, de onde viajam por mar até Ormuz. Os mercadores sabem a altura em que a caravana ou *cáfila* há-de viajar, de modo que por essa altura todos se aprontam com as suas mercadorias, e são reunidos também muitos camelos, dromedários, mulas e cavalos, conforme as pretensões de cada um, que estão lá para serem vendidos. De maneira que ali se juntam, em suma e ao todo, cinco ou seis mil pessoas e mais, e depois viajam ordenadamente, como um batalhão ou um exército, dois em cada camelo, ou com as mercadorias penduradas de ambos os lados, como se pode ver na gravura[56] que se segue. Viajam com uma boa escolta de janízaros, porque são por vezes atacados pelos árabes, que ainda são grandes salteadores e lhes fazem grandes tormentos para roubá-los. Têm de viajar por um deserto durante mais de 40 dias, encontrando poços cada três ou quatro dias, onde se abastecem de água, que guardam e levam consigo em peles esfoladas de animais, das quais fizeram cantis.

[54] Lugar não identificado.

[55] I.e., tâmaras.

[56] Gravura desconhecida, não incluída no livro.

Anotação de Paludanus

Não foi em anos recentes que esta gente adoptou o costume de roubar e assaltar nas estradas, mas já costumava fazê-lo muito antes do nascimento de Cristo, Nosso Salvador, como o testemunha o profeta Jeremias, dizendo no seu cap. terceiro, versículo segundo: «Levanta os teus olhos aos altos e vê como te prostituis para todos; nos caminhos te assentas e esperas por eles, como o Árabe no deserto, etc.» Lembro-me que nos encontrámos entre muitos milhares desta gente, que vivia em grande pobreza em rudes dunas arenosas, que são completamente estéreis, jazendo com os seus camelos à torreira do sol, sustentando-se apenas de roubos e assaltos. A sua comida e melhor pão são bolos, que eles cozem debaixo de excremento de camelo (seco ao sol, que aquece a areia), com leite e carne de camelo, e mais alimentos inúteis do mesmo género, em suma, vivendo como miseráveis que são.

Há também muitos vendedores ambulantes que seguem a caravana, levando consigo todo o género de coisas, tais como mel, dátiles, carneiros, cabras, galinhas, ovos, etc., e todo o género de víveres e provisões, de modo que por dinheiro se pode obter de tudo em quantidade. Todas as noites acampam e têm as suas tendas ou pavilhões, nas quais dormem, sempre com boa vigia. Desta maneira viajam até à cidade de Baçorá, passando por Babilónia, agora chamada Bagdade[57], e por vários outros lugares. Chegando a Baçorá, ficam lá alguns dias, aí se tornando depois a reunir para a viagem de regresso. Viajam outra vez do mesmo modo para Alepo, levando todo o género de mercadorias de todos os lugares em grande abundância, com grande proveito para o mercador itinerante, de qualquer nação que seja, com excepção de espanhóis, portugueses e súbditos de el-rei de Espanha, o que é cuidadosamente controlado, embora haja alguns que por vezes se fazem passar por franceses, ingleses ou venezianos, nações estas que têm os seus cônsules e feitores na cidade de Alepo, assim como em Trípoli, onde há diariamente tráfico para Veneza, Marselha e Londres. A mercadoria é descarregada e carregada em Trípoli, e dali transportam-na por terra para e de Alepo, onde têm um grande e poderoso negócio e beneficiam de muitos privilégios e franquias, concedidas pelo Grão-Turco.

E visto que estamos a falar dos turcos, não posso deixar de referir de que modo o Grão-Turco, a toda a hora, consegue obter e mandar vir notícias e mensagens de todos os seus reinos e domínios, que são tão grandes, inexplorados e áridos, e tão distantes uns dos outros. Deve saber-se que por toda a Turquia costumam usar pombos, que para isso são treinados e criados, com uma anilha nas pernas. Estes pombos são transportados de Baçorá e Babilónia para Alepo e Constantinopla, e também em sentido inverso. E quando precisam de alguma coisa ou têm alguma notícia importante para divulgar, fixam a carta à anilha da perna, e assim soltam o pombo, de maneira que a carta chega ao lugar de onde aquele é originário. Voam por vezes mil léguas e mais, o que se diria ser impossível; mas é verdade, pelas muitas pessoas vindas de lá que mo têm afirmado. Vi destes mesmos pombos na Índia, na posse de um

[57] A antiga Babilónia situava-se nas proximidades do actual Bagdade.

veneziano, um bom conhecido meu e entendido, que os tinha trazido como uma curiosidade, para mostrar na Índia.

Voltemos ao nosso assunto: a ilha de Ormuz demora em 27 graus, e no Verão (que chega na mesma altura que nas nossas terras) é tão excessiva e intoleravelmente quente que as pessoas têm de dormir em selhas de madeira (construídas para o efeito) cheias de água, nus, homens e mulheres, ficando completamente debaixo da água, com excepção da cabeça[58]. Todas as casas são planas em cima, e nos tectos das casas fazem buracos para deixar entrar o ar e o frescor, tal como nas do Cairo, como se segue, e usam instrumentos à maneira de balouços com abanos, a que chamam *cata-ventos*, para embalar as pessoas lá dentro e fazer vento para refrescar.

Anotação de Paludanus

O Cairo tem casas muito altas, com alpendres para fazer sombra e evitar o calor do sol. Pelo meio destas casas são feitos tubos muito grandes, que saem até 10 côvados para fora, virados para norte, para receber ar frio e espalhá-lo pela casa toda, especialmente para refrescar os lugares mais baixos.

No Inverno faz tanto frio como em Portugal. A água que bebem é trazida da terra firme e guardada em grandes vasilhas, como as *tinaias*[59] em Espanha, e em cisternas, ou seja, reservatórios de água, das quais também têm umas grandes na fortaleza, com água para um ano ou ano e meio, no caso de haver necessidade, tal como em Moçambique. Também se tira água perto da ilha de Barém, no mar, debaixo da água salgada, com mergulhadores, a 4 ou 5 braças de profundidade[60]; essa água é muito boa e excelente, tão doce e boa como a melhor água de fonte.

Há em Ormuz uma doença vulgar, ou praga, de vermes que crescem nas pernas. Presume-se que vêm da água que bebem. Estes vermes são como cordas de alaúde, com cerca de 2, 3 ou mais braças de comprimento, e têm de ser arrancados gradualmente. Todos os dias enrolam um pouco do verme em volta de uma palha ou alfinete, tanto quanto sentirem que deixa; e quando prende, deixam-no estar assim até ao dia seguinte, atando-o e untando o buraco e o inchaço de onde o verme sai com manteiga fresca sem sal; e assim, em dez ou doze dias, enrolam-no completamente e sai sem qualquer lesão. Porém, têm de ficar com a perna imobilizada, pois se o verme se partisse, viriam a ter grandes embaraços com a perna, como pude observar em várias pessoas.

Anotação de Paludanus

Sobre estes vermes escreve Alsaharavius, na sua prática, no cap. 11, o seguinte: «Em alguns lugares, crescem certos vermes entre pele e carne — a qual doença é chamada «dor

[58] A existência de tanques onde as pessoas comiam e dormiam é referida por outros testemunhos portugueses.

[59] Grandes tinas ou talhas.

[60] Tratar-se-ia de alguma fonte submarina.

de boi», porque os bois são muitas vezes atacados por ela — os quais se esticam muito e rastejam debaixo da pele, até que a perfuram. A cura consiste em purgar as fleumas corrompidas do corpo, etc. Leia-se o que se segue.»

Em casa do meu amo, o arcebispo, um dos seus criados, natural de Ormuz e de lá recém-chegado, extraiu da maneira acima descrita três ou quatro vermes das suas pernas, dizendo que isto era ali muito frequente.

A *capitania*, ou posto de capitão, de Ormuz é, comparada com Sofala ou Moçambique, um dos melhores e mais lucrativos cargos do governo português em toda a Índia. É tão lucrativo como o de Moçambique, pois ali têm navios que enviam a Goa, Chaul, Bengala, Mascate e outros lugares, e ninguém pode comprar, vender, embarcar ou fretar qualquer produto antes de o capitão ter feito as suas compras e carregado e despachado os seus navios. Não que isso lhe seja permitido por autorização de el-rei, pois este proíbe-o completamente, mas eles arrogam-se tal direito por el-rei estar demasiado longe dali para lho proibir. El-rei apenas lhe dá autorização para que ninguém possa enviar qualquer cavalo para a Índia, a não ser o capitão ou alguém por ele comissionado; o que lhe traz grande proveito, pois os cavalos valem muito dinheiro na Índia. Os que são de boa qualidade são vendidos na Índia por quatrocentos ou quinhentos *pardaus*, e alguns por setecentos, oitocentos e até mil *pardaus* e mais, cada *pardau* calculado como equivalendo a um táler real de moeda holandesa.

A viagem ou *monção* para navegar de Goa para Ormuz é nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março, e em Setembro e Outubro. Segue-se a descrição da costa de Ormuz, que se estende até à Índia.

Capítulo 7

Da costa de Ormuz à cidade e ilha chamada Diu, uma fortaleza dos portugueses.

De Ormuz, continuando ao longo da costa, rumo a leste quarta a sueste, encontra-se o cabo chamado de Jasque, outrora chamado Carpela[61], terra que foi antigamente chamada Carmânia[62]. Este cabo está a 25 graus e meio, e dista 30 léguas de Ormuz. Continuando ao longo da mesma costa, chega-se ao rio Sinde, a que os historiógrafos chamam Indus, que dizem ter a sua origem nas montanhas do Cáucaso, juntamente com o rio Ganges, o qual desemboca no mar no reino de Bengala, como contaremos em devida altura. Deste rio de Sinde, ou Indo, escreve-se que tomou e manteve a Índia o seu nome. Este rio, quer dizer, a sua embocadura ou entrada, está

[61] Designação ptolemaica.

[62] Repara-se no trecho de Camões (*Lus.*, X, 105):

Mas deixemos o Estreito e o conhecido
Cabo de Jasque, dito já Carpela,
Com todo o seu terreno mal querido
Da Natura e dos dões usados dela;
Carmânia teve já por apelido.

a 24 graus, e dista 140 léguas do dito cabo de Jasque. Aqui, ao longo deste rio, estende-se a terra de Sinde[63], de onde vem o nome que os portugueses deram ao rio. É uma terra muita rica e fértil, onde há grande comércio com todas as regiões limítrofes, assim como com os portugueses da Índia e de Ormuz e de outros lugares, que para lá viajam diariamente. Tem grande variedade de tecidos de algodão muito finos, a que chamam *jorins*, e véus ou musselinas, a que chamam *volantes*, e também muito óleo de *cocos* ou *nozes-da-índia*, manteiga em grande abundância e boa, embora não tão pura e limpa como na Holanda. Trazem-na em grandes e altas vasilhas de barro, com gargalos estreitos, e é boa para cozinhar. Há abundância de breu, alcatrão e açúcar *candi*, e cabedais muito excelentes e belos, que são muito engenhosa e virtuosamente lavrados com seda de todas as cores, festões e figuras. Estes cabedais são muito apreciados na Índia para cobrir camas e mesas, em vez de colchas e toalhas. Fazem também todo o género de escrivaninhas, armários, malinhas, caixinhas, bastões[64] e mil outras bugigangas e curiosidades semelhantes, todas embutidas e lavradas com madrepérola, sendo tudo levado para toda a Índia, e principalmente para Goa e para Cochim, na altura em que os navios portugueses ali estão para carregar.

Deixando para trás e passando além do dito rio e de algumas ilhotas que ficam junto à terra firme e costa de Sinde, chega-se a um pequeno golfo ou entrada, a que os portugueses chamam *enseada*, no qual golfo há muitas ilhotas. Esta entrada chama-se Jaquete, e aí a maré desce e sobe tão subitamente e tanto, que nunca e em nenhuma parte tal se viu ou ouviu, e parece ser impossível e é contado como sendo um grande milagre em toda a parte[65]. Afirmam os indianos que Alexandre Magno ao chegar a este lugar teria voltado para trás, pelo espanto da veloz maré vazante e do baixar das águas, pensando ser um milagre e uma ameaça dos deuses, ou presságio de alguma desgraça se ele fosse mais além. Esta entrada dista 60 léguas do rio Sinde ou Indo. Deixando esta enseada e continuando ao longo da costa em direcção a sudeste, chega-se à ilha e cidade e fortaleza de Diu, habitada pelos portugueses, juntamente com os indígenas que estão sob o governo dos portugueses.

Capítulo 8

Da cidade, fortaleza e ilha de Diu, outrora chamada Alambater[66].

A cidade e ilha de Diu fica a uma distância de 70 léguas do rio Indo, a 21 graus, junto à terra firme. Pertenceu outrora ao rei de Cambaia, em cuja terra e costa se

[63] A região de Sind, no litoral do actual Paquistão. Topónimo aqui aplicado à região cortada pelo Indo.

[64] Talvez «bengalas»?. Ver cap. 84.

[65] Cf. Camões (*Lus.*, X, 106):

> E de Jáquete a íntima enseada;
> Do mar a enchente súbita, grandíssima,
> E a vazante, que foge apressurada.

[66] Não identificado.

situa. Aí construíram os portugueses, com licença do mesmo rei, uma fortaleza, e com o decorrer do tempo sujeitaram a si toda a ilha e cidade, e tornaram-na muito forte, de modo que é inexpugnável. Esta fortaleza foi duas vezes cercada pelo sultão de Cambaia e seus aliados, primeiro no ano de 1539, e em seguida no ano de 1546, e foi sempre valorosamente defendida pelos portugueses[67], como as suas crónicas e memórias referem amplamente.

Esta cidade tem um porto muito bom e grande trato, embora tenha pouco ou nada em si própria, a não ser a sua situação favorável, pois fica situada entre Sinde e Cambaia, regiões que abundam em todas as coisas. Pelo que Diu está sempre cheia de nações estrangeiras, tais como turcos, persas, arménios, árabes e outros povos. É a melhor e mais lucrativa alfândega que el-rei tem em toda a Índia, visto que os *baneanes*, os *guzerates*, os *rumes* e os persas, que fazem os seus tratos de Cambaia para o estreito de Meca ou o mar Vermelho, descarregam e carregam normalmente os seus produtos em Diu, em virtude da sua boa situação, pois fica na embocadura e entrada de Cambaia, e de Diu são despachados para Cambaia, e trazidos de volta para Diu.

A cidade de Diu é habitada pelos portugueses, de mistura com os indígenas e naturais, como em Ormuz e em todas as outras cidades e lugares dos portugueses por toda a Índia, embora mantenham as fortalezas em seu próprio poder e domínio. Esta ilha abunda e é muito fértil em vitualhas, víveres e mantimentos, porque existe grande abundância de todo o género de gado, bois, vacas, porcos, carneiros, galinhas, manteiga, leite, cebolas, alhos, ervilhas, feijões e outros que tais, e tudo tão bom que nos Países Baixos não pode ser melhor, a não ser os lacticínios, que não são tão bem tratados. Têm também queijos, mas são muito secos e salgados, muito peixe, que salgam e que é quase igual a maruca ou bacalhau salgado, e também outras espécies. Fazem também carne fumada, que é muito boa e que nos navios pode durar muito tempo como mantimento em qualquer viagem. De todos estes víveres têm tanta quantidade que abastecem e satisfazem todos os outros lugares, principalmente Goa e Cochim, que não têm de todo manteiga, cebolas, alhos, ervilhas, óleo, nem grãos como feijão, trigo e outros; tudo tem de vir destas regiões. Na sequência das costas e países contaremos ordenadamente quais os produtos, bens, mercadorias e víveres, frutos e outras coisas que cada país, província ou região produz e fornece.

Continuando de Diu ao longo da costa rumo a leste cerca de 15 ou 16 léguas, começa a enseada de Cambaia, que tem desde a entrada e quase sempre cerca de 18 léguas de largura, estendendo-se para o interior por mais de 40 léguas de comprimento e correndo para nordeste quarta a norte. No ponto mais interior e extremo da baía fica a cidade de Cambaia, da qual toda a terra e reino tiram o nome, e que jaz a 23 graus. Aí tem o rei ou sultão a sua corte e residência.

[67] A cidade de Diu sofreu dois importantes cercos por parte das forças cambaiesas, apoiadas pelos otomanos. Apesar da enorme desigualdade de forças em presença, os portugueses sempre conseguiram manter o domínio da estratégica praça.

Capítulo 9

Do reino e terra de Cambaia.

A terra de Cambaia é a mais fértil de toda a Índia, e de lá se aprovisionam e se abastecem todos os lugares circundantes de todas as necessidades e mantimentos, pelo que há lá grande trato, tanto dos que lá residem como de outros indianos e vizinhos, assim como de portugueses, persas, árabes, arménios, etc. O rei observa a lei de Maomé, mas a maior parte da gente, entre os que lá vivem e naturais, chamados *guzerates* e *baneanes*, observam a lei de Pitágoras[68], e são os mais subtis e astutos mercadores de toda a Índia. As figuras e retratos deles estão junto com os da Índia[69], com uma explicação do seu modo de vida, cerimónias e costumes, que daremos na altura e lugar próprios[70].

Esta terra de Cambaia abunda em todos os mantimentos, tais como trigo, arroz, ervilhas e outros grãos semelhantes, e igualmente em manteiga e óleo, de modo que abastecem todas as terras circundantes. Fazem-se aí enormes quantidades de tecidos de algodão de vários tipos, que são chamados *canequins*, *bofetas*, *jorins*, *chaderes* e *cotonias*, que são como canhamaços, dos quais se fazem velas e outras coisas, e ainda de muitos outros tipos, que são muito baratos. Fazem-nos tão finos que não se conseguem distinguir os fios, ultrapassando em finura qualquer tecido holandês. Fazem igualmente muitos tapetes, chamados *alcatifas*, mas não são tão finos nem tão bons como os que vêm da Pérsia, via Ormuz. Um outro tipo de tapetes vulgares, que se chamam *bancais*, são quase como os panos listrados da Escócia e servem para cobrir arcas e malas. Porém, têm cobertores para camas, chamados *colchas godorins*, que são muito perfeitos e lindos, cosidos com seda e também com algodão de todas as cores e pontos; pavilhões de vários tipos e cores; *percintas*, que são ligaduras ou faixas, com as quais se atam e seguram as armações das camas indianas, para nelas estender a cama; todo o género de armações de camas, tamboretes para mulheres indianas e outras bugigangas do género, ricamente trabalhadas e cobertas e revestidas com laca de todas as cores. Têm também graciosas mesas de jogo e tábulas, de marfim, e carapaças de tartaruga, muito primorosa e engenhosamente lavradas e embutidas, muito belos sinetes e anéis e outras curiosidades em marfim e dentes de hipopótamo, assim como em âmbar pardo ou amarelo, que ali abunda. Têm igualmente uma espécie de cristal-de-rocha, do qual fazem sinetes, botões, contas ou rosários, e mil outras coisas e preciosidades. Têm vários tipos de pedras preciosas, tais como *espinelas*, *robazes*, *granadas*, jacintos, ametistas, crisólitos, *olhos-de-gato*, que são ágatas, e várias pedras-de-jaspe, a que chamam *pedras-de-sangue* e *pedras-de-leite*, e outras espécies. Têm também muitos géneros de drogas, como *anfião* ou ópio, cânfora, *bangue* e madeira de sândalo (às quais, em devida altura, farei particular referência entre as especiarias e frutos da Índia), pedra-ume, *cana-de-açúcar* e outras mercadorias de que não me lem-

[68] Os portugueses associaram os regimes vegetarianos praticados na Índia ao antigo filósofo grego, que alegadamente seria o difusor desta prática.

[69] Ver gravura n.º 16.

[70] Ver cap. 37.

bro, e de que seria muito demorado contar tudo. Têm ainda o *anil* ou índigo, que cresce apenas em Cambaia, e ali é preparado e aprontado, e levado pelo mundo inteiro, do qual também falarei mais adiante. Dito isto, basta de Cambaia e continuarei no meu caminho.

No fim da terra de Cambaia começa a Índia e as terras do Decão e do Concão, e a costa, a saber, pelo golfo dentro deste lado da Índia, que se estende de Cambaia até à costa da Índia, onde o mesmo golfo tem o seu princípio. Essa costa estende-se para oeste e sudoeste quarta a sul, até à ilha situada na costa ou entrada do mesmo golfo, chamada ilha das Vacas, que jaz a 20 graus. À mesma altura situa-se também na terra firme a cidade e fortaleza de Damão, que é habitada pelos portugueses e a eles está sujeita, e que fica a 40 léguas da cidade de Diu, rumo a leste quarta a sueste.

Capítulo 10

Da costa da Índia e dos portos e lugares nela situados.

A costa da Índia tem o seu início a partir da embocadura ou golfo de Cambaia, desde a ilha chamada das Vacas como contámos, e é justamente a costa a que, por todo o Oriente, se chama exclusivamente Índia, enquanto que as demais têm outros nomes particulares, como Moçambique, Melinde, Ormuz, Cambaia, Coromandel, Bengala, Pegu, Malaca, etc., como explicaremos no devido lugar e, em parte, já foi adiantado.

Ora, deve saber-se que esta costa da Índia começa a partir da cidade de Damão, ou da ilha das Vacas, e se estende para sul quarta a sueste, até ao cabo de Comorim, onde termina, e tem ao todo 180 léguas. Nesta costa situam-se as cidades e portos que a seguir se indicam, e que os portugueses têm em seu poder e dominam com as suas fortalezas. Primeiro, Damão; a 15 léguas daí, em 19 graus e meio, a cidade de Baçaim; a 10 léguas de Baçaim, em 19 graus, a cidade e fortaleza de Chaul; de Chaul a Dabul, que demora em 18 graus, são 10 léguas; de Dabul até à cidade e ilha de Goa, que demora em 15 graus e meio, são 30 léguas. Todas as cidades e fortalezas referidas estão na posse dos portugueses, com excepção de Dabul, que tiveram mas que já há muitos anos perderam[71]. À costa que vai de Goa até Damão, ou golfo de Cambaia, chamam os de Goa costa ou terra do Norte, e à que vai de Goa até ao cabo de Comorim chamam costa ou terra do Sul, mas mais vulgarmente costa do Malabar.

No que respeita à cidade de Goa e à sua situação, e também no que toca à explicação e descrição das terras do Decão e do Concão e seus reis e origem, em outro lugar serão referidos em pormenor, juntamente com muitas outras coisas memoráveis, tanto no que toca aos portugueses como aos naturais e indianos. Por conseguinte, deixamos isso de lado por agora e falaremos apenas das outras cidades e portos referidos, continuando ao longo da costa.

Deve saber-se que todas as cidades mencionadas, Damão, Baçaim e Chaul, têm bons portos, de onde se faz muito comércio com toda a Índia. Todas estas regiões e terras são muito férteis em arroz, ervilhas e outros grãos, manteiga e óleo de *nozes-*

[71] Os portugueses abandonaram a sua feitoria de Dabul por volta de 1554.

-da-índia. Azeite não se encontra em todo o Oriente, a não ser o que é trazido de Portugal. Outros bens e provisões têm em abundância. Fazem algum tecido de algodão, mas pouco. A cidade de Chaul tem grande trato para Ormuz e Cambaia, para o mar Vermelho, para Sinde, Mascate, Bengala, etc. Tem muitos mercadores ricos e muitos navios. Há um lugar perto de Chaul, que é a antiga cidade dos indígenas e naturais da terra, onde são tecidos muitos tipos de sedas, de todos os géneros e cores, assim como gorgorão[72], cetim, *tafetá*, *armezim* e tecidos semelhantes, em tamanha quantidade que toda a Índia e todos os outros lugares vizinhos dali se abastecem. Pelo que os habitantes de Chaul têm um grande comércio, trazendo a seda bruta da China e ali a fazendo fiar e tecer, e a seguir transportando e distribuindo as sedas e peças acabadas por toda a Índia. Igualmente se fazem ali muitas e muito lindas escrivaninhas, armações de camas, tamboretes para senhoras, graciosa e muito engenhosamente cobertos e revestidos de laca de todas as cores, e outras mercadorias deste género, com as quais fazem grande tráfico. A terra também abunda em gengibre, assim como toda a costa, mas é ali pouco estimado.

Esta terra chamada do Norte tem um ar muito sadio e temperado e é tida como a mais saudável de toda a Índia, pois a cidade de Diu e a costa do Malabar são muito insalubres.

Estes indianos, assim como os de Cambaia, que se chamam *baneanes* e *guzerates*, e os da terra do Decão para dentro, que vivem no alto das montanhas chamadas Balagate e se chamam *decanins* e *canarás*, são todos de cor amarela, alguns deles um pouco mais claros, outros um pouco mais escuros. Porém, os que vivem no litoral são mais pardos e aproximam-se mais da cor preta. Na sua estatura e fisionomia de rosto, corpo e membros são todos como os das nossas terras da Europa. Os da costa do Malabar, que se estende para sul e começa 12 léguas para além de Goa e continua até ao cabo de Comorim, cujos naturais se chamam malabares, que são os que vivem na terra e costa perto do mar, são de uma cor preta como breu e têm cabelo muito preto e liso; no entanto, de corpo, membros e rosto em tudo são proporcionados como os da Europa. Estes são os melhores guerreiros de toda a Índia e os principais inimigos dos portugueses, a quem incomodam quanto basta.

Para entender bem a situação da região, deve saber-se que, ao longo de toda esta costa chamada da Índia, a faixa litoral da qual falamos é uma terra baixa, que se estende pela costa inteira com uma largura de 8 ou 10 léguas, e chama-se Concão[73]. E mais para além existe uma região alta ou montanhosa, que atinge as nuvens, que se estende de uma ponta à outra, desde Damão ou Cambaia até ao cabo de Comorim e ao ponto extremo da Índia, e continuando a seguir ao longo da outra costa chamada Coromandel. Esta terra alta, que é plana no topo e boa terra de cultura, chama-se Balagate e Decão, e é habitada e partilhada por diversos reis e senhores. Os habitantes e naturais são vulgarmente chamados *decanins* e *canarás*, como contaremos ordenadamente na descrição de Goa e sua jurisdição, com os retratos e figuras da vida real das suas pessoas, igrejas, casas, árvores, plantas e frutos, etc.[74]

---

[72] Tecido encorpado, de seda, algodão ou lã.

[73] Aqui uma indicação demasiado restrita, pois refere-se apenas à zona norte.

[74] Ver cap. 38.

Capítulo 11

Da costa da Índia, a saber, desde Goa até ao cabo de Comorim e ao ponto extremo, que se chama costa do Malabar.

A costa do Malabar começa no cabo de Ramos, que fica 10 léguas a sul de Goa, e acaba no cabo de Comorim, outrora chamado Cori, que fica a 107 ou 108 léguas. Nela se situam os lugares que se seguem, que os portugueses habitam e cercaram com as suas fortalezas. Primeiro, do dito cabo de Ramos até à fortaleza de Onor, que demora em amplos 14 graus, são 10 léguas. É habitada pelos portugueses. Aqui há muita pimenta, pois conseguem carregar anualmente um navio com sete ou oito mil *quintais* de pimenta, peso português, e é a melhor e mais farta de todo o Malabar e Índia. Esta terra pertence a uma rainha chamada Baticalá, que é uma cidade não longe dali, para o interior, onde ela reside. É ela quem vende a pimenta e a fornece ao feitor dos rendeiros da pimenta, que tem a sua residência em Onor. Mas deve entregar-se sempre o dinheiro com seis meses de antecedência, senão nada feito; só então ela fornece a pimenta, que é toda acumulada dentro da fortaleza até chegarem as naus de Portugal para tomarem o seu carregamento de pimenta. Aqui há também muito arroz. Esta fortaleza é pouco frequentada, a não ser na época do carregamento da pimenta, a qual ali começou a ser carregada há poucos anos, pois anteriormente não se carregava lá pimenta.

De Onor até à fortaleza de Barcelor, que demora em 13 graus, são 15 léguas. É também habitada pelos portugueses, como Onor. Aqui há muito arroz e pimenta.

De Barcelor a Mangalor, que demora em 12 graus e meio, são 9 léguas. É também uma fortaleza dos portugueses, como a outra, e tem também muito arroz e pimenta.

De Mangalor a Cananor, que demora em amplos 11 graus e meio, são 15 léguas. Esta é a melhor fortaleza que os portugueses têm em todo o Malabar. Há aqui muita pimenta. Fora da fortaleza, os malabares têm uma povoação e uma grande praça com muitas casas à sua maneira, onde diariamente se realiza uma feira, na qual estão disponíveis grandes quantidades de víveres e mantimentos, o que é uma maravilha para ver, tal e qual como as feiras semanais holandesas. Ali se encontram galinhas, ovos, manteiga, mel, óleo indiano[75] e *figos-da-índia*, chamados *de Cananor*, que são muito grandes e extraordinários, os melhores da Índia. Em suma, têm todos estes produtos e víveres em abundância, e também mastros para navios muito belos e longos, de maneira que não se encontram melhores na Noruega, e em tamanha quantidade que servem para abastecer todas as regiões circundantes. É uma terra muito verde e agradável de contemplar, repleta de belas e altas árvores, e fértil em tudo, assim como toda esta costa do Malabar.

Entre estes malabares vivem muitos mouros brancos que observam a lei de Maomé e que fazem a maior parte do seu trato para o mar Vermelho, embora não o possam fazer, nem qualquer dos indianos, sem passaporte dos portugueses[76]. Pois caso

[75] Óleo de palma.

[76] Referência aos *cartazes*, autorizações de navegação emitidas pelas autoridades portuguesas, como forma de tentar controlar o movimento mercantil inter-asiático. O sistema, como deve imaginar-se, estava longe de ser totalmente eficaz.

a armada portuguesa que sai anualmente para livrar as costas e o mar de piratas, para segurança dos seus navios mercantes, os encontre, ou a quaisquer outros indianos ou nação que seja, sem passaporte, apresa-os; tal como acontece frequentemente capturarem navios que de Cambaia, do Malabar ou da ilha de Samatra ou de quaisquer outros lugares tentam traficar para o mar Vermelho. Estes mouros de Cananor mantêm amizade com os portugueses, devido à sujeição que a fortaleza lhes impõe, mas às escondidas são os seus piores inimigos, e secretamente fazem grandes contribuições em dinheiro aos outros malabares para estes sempre prejudicarem os portugueses onde e quando puderem. As suas figuras e retratos seguem-se aos de Goa e do Malabar[77].

De Cananor a Calecute, que demora em 11 graus amplos, são 8 léguas. Esta cidade de Calecute foi outrora a mais famosa de todo o Malabar e Índia, e era a capital do Malabar, onde o *samorim*, que é o imperador, tinha a sua residência. Mas porque os portugueses, na sua primeira chegada e descoberta da Índia, foram muitas vezes enganados por ele, aderiram ao rei de Cochim, que era vassalo deste *samorim* e com pouco poder. E quando os portugueses começaram a prosperar e a ganhar possessões na terra e a ficarem senhores do mar, Calecute declinou de todo e perdeu o tráfico e a fama[78]. Nos tempos que correm é uma das cidades menos importantes em todo o Malabar, e Cochim pelo contrário, sendo agora o seu rei mais poderoso e mais rico do que o *samorim*, não se mostrando sujeito a ele em virtude do favor dos portugueses.

De Calecute a Cranganor, que demora em 10 graus e meio, são 10 léguas. Também aqui os portugueses têm uma fortaleza.

De Cranganor a Cochim, que demora quase em 10 graus, são 10 léguas. A cidade de Cochim é habitada pelos portugueses e pelos naturais da terra, tais como malabares e outros indianos, que são cristãos. É quase tão grande como Goa, muito populosa e bem coberta de belas casas, igrejas e conventos, e tem um belo e aprazível rio, com um bom porto e acesso. Um pouco fora da cidade, para o interior, corre um pequeno rio ou arroio, que por vezes se pode atravessar a vau. Na outra banda fica um lugar chamado Cochim-de-Cima, quer dizer, acima de Cochim, o qual pertence à jurisdição dos malabares, que mantêm a sua própria religião. Ali mantém o rei a sua corte. É um lugar repleto e bem coberto de edifícios à maneira indiana e tem também um mercado diário, onde se encontra todo o género de coisas, tal como em Cananor, mas em maior abundância e com maior movimento. A terra de Cochim é uma ilhota e é por toda a parte e em muitos lugares cercada e atravessada por pequenos rios ou canais.

Mesmo em frente a Cochim, para o norte, fica outra ilha, chamada Vaipin, que é também rodeada de água, tal como a fortaleza de Cranganor. Todas estas terras são baixas e planas, como a Holanda, mas não têm diques nem dunas, mas apenas a margem plana na praia do mar e no interior a margem e praia do rio, sem quaisquer elevações ou resguardos. Mesmo assim se mantêm no mesmo estado.

A terra é muito verde e agradável de contemplar, cheia de bosques e árvores. Tem também bosques de árvores de canela, a que chamam *canela-do-mato*, que é canela brava, a qual não é tão boa como a canela de Ceilão, pois enquanto a canela

[77] Ver gravura n.º 26.

[78] Haverá algum exagero pró-português nesta afirmação, pois Calecute conseguiu manter alguma da sua importância como porto marítimo internacional.

de Ceilão vale 100 *pardaus* ou táleres o *quintal*, esta canela só vale 25 ou 30 *pardaus*. E é igualmente proibido levá-la para Portugal. Todavia é embarcada anualmente em grandes quantidades, mas sendo registada como canela de Ceilão, para pagar os direitos reais como se fosse da melhor. Cochim tem também muita pimenta, e pode carregar facilmente duas naus por ano. As outras naus carregam ao longo da costa, nas fortalezas já mencionadas, como foi dito, e vêm depois a Cochim, após terem descarregado em Goa os produtos e mercadorias trazidos de Portugal. Ali vêm também os mercadores, feitores e *respondentes* para carregarem os seus produtos, como declararei na minha viagem de regresso.

Fora do Cochim dos malabares, vivem também muitos mouros da religião de Maomé e muitos judeus, que são muito ricos e ali vivem livremente na sua fé, assim como os maometanos com a sua igreja, a que chamam *mesquita*. Também os *brâmanes*, que são os religiosos dos malabares e indianos, têm os seus ídolos e casas do demónio, às quais chamam *pagodes*[79]. Estas três nações mantêm separadamente a sua lei e cerimónias, vivendo juntos em harmonia e mantendo boa polícia e justiça. As três nações participam no conselho do rei, com os seus *naires*, que são os fidalgos e suseranos. E quando está iminente qualquer caso importante, reúnem-se todas estas três nações, nelas depositando o rei a sua confiança. Deste rei e dos *naires*, malabares, *brâmanes* etc. e das suas maneiras, costumes e usos, e dos seus ídolos e *pagodes* com as suas cerimónias, noutro lugar contaremos tudo, com os seus retratos e imagens, junto com as figuras da Índia[80]. Por agora passarei à frente e continuarei a descrição da costa já iniciada.

De Cochim a Coulão, que demora em 9 graus, são 12 léguas. É também uma fortaleza dos portugueses, onde igualmente é carregada todos os anos uma nau com pimenta.

De Coulão ao cabo de Comorim são 20 léguas. Esta ponta, que é o fim da costa do Malabar e da Índia, demora em amplos 7 graus e meio.

Capítulo 12

Descrição dos reis e das divisões da terra e costa do Malabar e respectiva origem.

Para bem entender as divisões e o governo da terra do Malabar, deve saber-se que há muitos anos toda a terra do Malabar era governada por um rei, havendo apenas um reino onde agora existem muitos. Como contam os malabares, o último destes reis era Sarama Perimal[81], desde os tempos do qual os maometanos árabes têm relações amigáveis na terra do Malabar, por causa do comércio e tráfico de especia-

[79] A palavra era aplicada pelos escritores portugueses do século XVI, tanto aos templos como aos ídolos.

[80] Ver os caps. 36, 42 e 44.

[81] Cheraman Perumal, de quem se conta no *Keralotpatti* que foi convertido ao budismo em 350. A história da sua conversão ao Islão é uma invenção dos maometanos, retomada por Camões nos *Lusíadas* (VII, 32-36), onde Linschoten se inspirou.

rias, as quais eram então embarcadas para o mar Vermelho e dali levadas para todo o mundo. Esses árabes, por astúcia, tanto fizeram que conseguiram converter o rei e grande parte da terra à sua lei e religião, assim como contaminaram igualmente a maior parte da Índia e todas as outras regiões e ilhas orientais. Esta é uma das principais razões porque é tão difícil convertê-los à religião cristã, pois são incitados pelos maometanos, que assiduamente fazem todo o possível para impedi-lo e para os excitar contra os portugueses, o que se verificou muitas vezes, como se pode ver nas crónicas e memórias portuguesas do primeiro descobrimento e conquista da Índia[82].

Mas voltando ao nosso propósito, este rei Sarama, acima mencionado, ficou de tal modo arreigado a esta nova seita à qual se converteu, que determinou deixar de vez o seu reino e ir em peregrinação a Meca, para ver o túmulo de Maomé e ali acabar a sua vida. Com esta intenção tão santa, pensando assim ganhar a bem-aventurança, pôs também a ideia em prática. E como não tinha filhos nem herdeiros, antes de partir dividiu o reino entre os seus servidores e amigos mais chegados, dando a um Cochim, a outro Cananor, ao terceiro Chale, ao quarto Coulão, etc., e assim por diante, com todos os outros lugares, fazendo de cada lugar um reino. Calecute deu a um dos seus mais queridos e mais dedicados servidores, a quem conferiu o título de *samorim*, que é como quem diz imperador e chefe de todos os outros, e ordenou que todos o reconhecessem e lhe obedecessem como vassalos. Pelo que, até ao dia de hoje, os reis de Calecute mantêm o nome de *samorim* e têm poder e autoridade sobre os outros reis de todo o Malabar, como foi relatado.

O dito rei viajou para Meca, onde acabou os seus dias, e o *samorim* e os outros reis ficaram cada um na sua terra e domínio, e nos seus novos reinos, continuando os seus sucessores a governar da mesma maneira e na posse da terra, com as mesmas divisões, até ao presente. A única diferença é que o *samorim* declinou e o rei de Cochim prosperou após a chegada dos portugueses à Índia, como já foi dito.

Estes malabares são muito bons soldados; andam completamente nus, apenas com as partes privadas cobertas, tanto os homens como as mulheres. São os principais inimigos dos portugueses, e os que mais os prejudicam. E embora estes últimos normalmente estejam em paz com o *samorim* e tenham tantas fortalezas na costa como foi referido, os malabares têm na mesma os seus portos abrigados, como Chale, Calecute, Cunhale[83], Panane e outros, de onde diariamente saem ao mar com *fustas* e causam grandes estragos, arruinando muitos mercadores. O *samorim* também, quando isso lhe apraz, quebra as pazes, e isto a conselho dos maometanos, que em tudo são inimigos dos portugueses e cristãos, procurando causar-lhes prejuízo. E por causa destes malabares, a armada portuguesa é obrigada a partir de Goa todos os anos, no Verão, e a cruzar ao longo da costa, para livrar os mercadores em viagem destes malabares, pois quase todo o tráfico da Índia se faz em *fustas* de um lugar para outro, sendo esse o seu comércio e ocupação diária, como contaremos mais largamente. E mesmo assim, diariamente são roubados e aprisionados bastantes deles, que são assim desapossados de todos os seus bens.

[82] Referência provável à *História do descobrimento e conquista da Índia* de Fernão Lopes de Castanheda, editada em Coimbra, entre 1551 e 1554.

[83] De facto, Vadakara ou Badagara. Kunhali era o nome de um pirata maometano.

A terra geralmente é muito fértil, verde e agradável de contemplar, mas tem um ar insalubre para os estrangeiros. E apenas nesta costa e margem do mar se encontra a pimenta, embora também cresça pimenta nalguns lugares perto de Malaca, mas não muita. Daqui é carregada e levada para todo o mundo.

Capítulo 13

Das ilhas chamadas Maldiva ou Malediva.

Mesmo em frente do cabo de Comorim, 60 léguas ao mar para oeste, começam as ilhas chamadas Maldiva. A partir desta ponta, a 7 graus da banda do norte, estendem-se na direcção sul-sueste até 3 graus da banda do sul, o que corresponde a 140 léguas. Costuma dizer-se que são perto de onze mil ilhas, mas não há certeza; são no entanto inúmeras. Os habitantes são como os malabares. Uma parte destas ilhas é habitada, outra não, pois a terra é muito baixa, como as terras de Cochim, Cranganor e tais regiões, e algumas tão baixas que estão normalmente cobertas pelo mar. Afirmam os malabares que essas ilhas estiveram outrora unidas à terra firme do Malabar, e que o mar, ao longo do tempo, as separou por causa da baixeza.

Não há nelas qualquer outra mercadoria para além dos *cocos*, que são *nozes-da-índia*, e *cairo*, que é a casca das mesmas nozes, o qual é o cânhamo-da-índia, com o qual fazem as cordas e os cabos e todo o cordame. São em tal quantidade que dão para abastecer toda a Índia e todas as regiões orientais. Da madeira da mesma árvore constroem barcos ou barcas a seu modo, com todos os seus apetrechos. As velas são feitas das folhas, cosidas umas às outras com cordas feitas da casca das nozes, sem utilizar um único prego de ferro. Vêm assim carregados com os produtos e mercadorias da mesma árvore, a qual produz, além do mais, as provisões e mantimentos usados no barco. Em suma: tanto o barco como todos os seus apetrechos, mercadorias, mantimentos e todos os mais avios vêm desta única árvore, e dela se mantêm todos os habitantes destas ilhas de Maldiva e com ela comerciam na Índia. Há umas destas nozes que são nestas ilhas estimadas acima de todas as outras *nozes-da-índia*, pois são consideradas pelos habitantes como sendo eficazes contra todos os venenos; são muito belas e grandes e de cor escura[84]. Vi algumas destas que foram apresentadas ao *vice-rei* da Índia, que eram do tamanho de duas canadas e tinham custado mais de 300 *pardaus*, e que eram para ser enviadas a Sua Majestade el-rei de Espanha. Desta árvore e dos seus frutos e trato farei menção mais pormenorizada noutro lugar, na descrição das árvores e frutos da Índia[85]. Com isto, volto à descrição da costa e à continuação da mesma.

A partir do cabo de Comorim, a costa começa a correr de novo para dentro, para nordeste, até chegar à ponta de Negapatão, que demora em 11 graus e dista 60 léguas do cabo de Comorim.

A cerca de 40 léguas do cabo de Comorim, pelo mar dentro, na direcção sueste quarta a sul, fica a ponta extrema da famosa ilha de Ceilão, a qual se estende para norte quarta a

[84] Trata-se do *Lodoicea seychellarum*.

[85] Ver cap. 56.

nordeste até mesmo em frente da ponta de Negapatão, distando 10 léguas da terra firme e da mesma ponta. E entre a terra firme e essa ilha ainda estão alguns baixios e ilhotas, onde de vez em quando há grande perigo para os navios que se dirigem a Bengala e à costa de Coromandel, os quais habitualmente por aí passam. A ilha de Ceilão tem 60 léguas de comprimento e 40 léguas de largura. A 18 léguas da primeira e mais extrema ponta, na direcção norte quarta a nordeste, em 7 graus e meio, fica uma fortaleza dos portugueses chamada Columbo, a qual é mantida apenas com esforço e grandes despesas, pois nada mais têm em toda a ilha. É um lugar pequeno, mas forte e bem aviado. Fora da fortaleza não têm um único palmo de terra. Os soldados que aí estão aquartelados são geralmente degredados que fizeram alguma maldade ou foram condenados à morte. O mesmo se passa com mulheres de má fama, que para ali são enviadas pelos mesmos motivos, para lhes fazerem companhia. Têm de mandar vir todas as suas necessidades da Índia. São muito frequentemente assaltados pelos seus inimigos, os habitantes e naturais da ilha, e estiveram muitas vezes sitiados, mas sempre se defenderam valorosamente.

Capítulo 14

Da ilha de Ceilão.

A ilha de Ceilão é referida como sendo uma das melhores ilhas descobertas no nosso tempo e a mais fértil que há debaixo do sol. É bem cultivada e povoada de gente chamada *cingalás*. Em aspecto e modos são quase iguais aos do Malabar, com orelhas longas e abertas, embora não sejam de uma cor tão preta. Andam igualmente nus, apenas com as partes privadas cobertas. Costumavam ter um só rei, mas depois assassinaram este rei e dividiram o país em muitos reinos. E ainda recentemente um barbeiro matou o principal rei e subjugou o reino pela força e com grande tirania, expulsando os outros reis, um dos quais, que era cristão, fugiu para a Índia e reside agora em Goa, onde é mantido à custa de el-rei.

Este barbeiro proclamou-se rei, como foi dito, e sujeitou toda a ilha. Chama-se Raju[86], vive muito cautelosamente e é muito astuto e bom guerreiro, não confiando em ninguém. É muito malquerido entre os *cingalás*, embora lhe obedeçam, mais por força e temor do que por amor ou livre vontade, pois governa com mão de ferro e grande tirania, de modo que ninguém se atreve a agir contra ele. É também inimigo mortal dos portugueses e ainda há pouco tempo, um ano antes de eu partir da Índia, sitiou a fortaleza de Columbo[87] com grande multidão de elefantes e gente. Contudo, forçado pela assistência e apoio dos portugueses da Índia, o seu exército foi constrangido a retirar-se e a deixar a fortaleza.

A ilha é muito montanhosa, e há um monte ou pico alto que se diz ser o mais alto de toda a Índia[88], chamado pico de Adão. Os indianos têm como certo que o

[86] Raja Simha. A versão de Linschoten não condiz com outras fontes, segundo as quais Raja Simha matou o pai para ascender ao trono.

[87] De Agosto de 1586 a Maio de 1587 e em Janeiro de 1588.

[88] O pico de Adão tem 2226 m, enquanto que o monte mais alto de Ceilão, o Pedrotallagalta, tem 2484 m.

Paraíso era naquele lugar e que Adão foi ali criado. Dizem que ainda hoje no mesmo monte se podem encontrar algumas das suas pegadas[89], as quais estão impressas na pedra, como se fossem esculpidas, e ficam assim sem desaparecerem.

A ilha está cheia de toda a sorte de frutos indianos e também de todo o género de caça, como veados, corças, javalis, lebres, coelhos[90] e outros semelhantes, em grande abundância, de toda a sorte de aves, como pavões, galinhas, pombos, etc., e as melhores laranjas, limas e limões e semelhantes, que não só ultrapassam as dos lugares da Índia mas também as de Espanha e Portugal. Em suma, reúne em si a maior quantidade de todas as coisas da Índia que se encontram em outros lugares ou regiões diferentes. Tem também muitas *palmeiras-da-índia*, ou árvores de nozes, que se chamam *cocos*. E pessoas de crédito, que estiveram cativas no interior da mesma ilha, afirmam também, e a mim mo disseram, que há noz-moscada e árvores de cravo-da-índia e plantas de pimenta, embora disto não haja certeza, pois até agora ainda não foram divulgados entre os cristãos. Mas a melhor canela de todo o Oriente encontra-se lá em bosques e selvas inteiras, dali sendo levada e distribuída por todo o mundo. Os portugueses que vivem na fortaleza têm de ir buscar esta canela fora de horas, de assalto, e cortá-la às escondidas, para a trazer para a fortaleza. É o principal proveito do capitão da fortaleza, pois fora disso também não tem muito.

A ilha tem também todo o género de pedras preciosas, com excepção de diamantes. Mas tem as melhores safiras, rubis, topázios, *espinelas*, *granadas*, *robazes*, etc. do Oriente. Tem igualmente pescarias de pérolas, mas não são tão boas como as que são pescadas em Barém, perto de Ormuz. A ilha tem também minas de ouro, prata e outros metais. Os reis da ilha não os querem extrair, mas preferem guardá-los, pelo prestígio, como um grande tesouro. Mas eu penso antes que não o fazem para evitar que se tentasse atacá-los por causa disso. Tem também ferro, linho, enxofre[91] e materiais semelhantes, e igualmente uma quantidade milagrosa de marfim e grande número de elefantes, que são considerados os melhores e mais nobres de toda a Índia. E, na verdade, ainda e sempre a experiência diária comprova que todos os elefantes de outros lugares e regiões, quando trazidos perante estes, lhes fazem reverência e lhes mostram veneração.

Os indígenas ou *cingalás* são muito engenhosos e grandes artistas nos trabalhos em ouro, prata, marfim, ferro e outros metais, que é uma maravilha para ver. São muito estimados em toda a Índia e apreciados sobre todos os outros indianos. Fazem os mais perfeitos canos de espingardas, não se podendo encontrar melhores em nenhum lugar. Parecem feitos ao torno e aparentam ser de prata. Ao meu amo, o arcebispo, foi oferecido um crucifixo de marfim com um côvado de comprimento, feito por um habitante da ilha de Ceilão, elaborado de uma forma tão engenhosa e primorosa que o cabelo, a barba e o rosto pareciam tão naturais como os de uma pessoa viva, e em tudo tão bem lavrado e proporcionado de membros que não se poderia igualar em toda a Europa. Por isso, o meu amo ordenou que fosse colocado numa

[89] Segundo os cingaleses budistas, a pegada foi deixada pelo Buda, os xivaítas dizem que é a pegada de Xiva, enquanto os maometanos – e não os indianos em geral – dizem que a pegada pertence a Adão.

[90] Na verdade não existem coelhos em Ceilão.

[91] Segundo parece, a ilha seria desprovida de linho e de enxofre.

caixa e enviado a Sua Majestade el-rei de Espanha, como coisa admirável e digna de ser guardada por um grande senhor entre as suas peças preciosas. Nestas coisas e trabalhos são muito habilidosos. São também excelentes acrobatas e muito experientes e ágeis em toda a sorte de prestidigitação, tanto os homens como as mulheres. Percorrem toda a Índia para ganharem dinheiro e fazem palhaçadas à antiga que são uma maravilha de ver.

E isto será o suficiente no que diz respeito à ilha de Ceilão. Prossigamos com a continuação da descrição já iniciada da costa de Coromandel, no ponto onde a deixámos, ou seja, na ponta de Negapatão.

Capítulo 15

Da costa de Coromandel e do reino de Narsinga ou Bisnagar.

A costa de Coromandel começa na ponta de Negapatão e estende-se 90 léguas para norte quarta a nordeste, até um lugar chamado Masulipatão, que demora em 16 graus e meio. Entre estes dois lugares, na mesma costa, a 40 léguas de Negapatão e a 13 graus e meio, fica um lugar chamado São Tomé. Este lugar e Negapatão são habitados pelos portugueses, os quais têm o seu comércio e tráfico em outros lugares e ao longo de toda a costa.

Este dito lugar, agora chamado São Tomé, foi outrora uma rica cidade comercial, chamada Meliapor, e pertencia ao reino de Narsinga, cujo rei é agora vulgarmente chamado Bisnagar, que é o nome da capital, onde o rei reside com a sua corte. Esta cidade fica no interior, e é agora a capital deste reino de Narsinga e da costa de Coromandel. Os indígenas e naturais da terra são em modos, costumes e cerimónias iguais aos do Balagate, *decanins* e *canarás*, pois pertencem de modo geral ao mesmo povo, embora estejam divididos por lugares e reinos. E para entender bem o motivo porque este lugar foi chamado São Tomé[92], os indianos contam que, nos tempos em que os apóstolos se espalharam por todo o mundo para pregarem o Evangelho a todas as nações da terra, o apóstolo São Tomé veio a este reino de Narsinga, depois de ter passado por muitos lugares da Índia sem ver grande fruto dos seus trabalhos, e pregou a palavra do nosso Senhor e Redentor Jesus Cristo aos indianos e gentios daqui. Assim contam os cristãos, que descendem desses que foram convertidos à fé e baptizados pelo dito apóstolo. Estes, que os portugueses ali encontraram na sua primeira descoberta desta terra, ainda hoje são numerosos e celebram as suas cerimónias quase à maneira grega, em língua caldaica, e não se querem misturar na fé com os portugueses. Porém, há pouco, durante o meu tempo na Índia, havia entre eles um bispo[93] que viajou por terra da Índia até Roma e ali se submeteu à Igreja Romana, conservando em tudo as suas cerimónias e costumes antigos, o que lhe foi concedido

[92] Cf. Camões (*Lus.*, X, 108-119).

[93] Um nestoriano, chamado Mar Abraham, arcebispo de Angamale. Regressado de Roma, não cumpriu o que tinha jurado perante o Papa Pio IV.

e admitido pelo Papa. E quando o arcebispo meu amo reuniu um Concílio Provincial na cidade de Goa[94], onde estiveram reunidos os seus sufragâneos, os bispos de Cochim, Malaca e China[95], para autorizarem o mesmo, também foi convocado o dito bispo, recém-chegado de Roma com o título de arcebispo, que sempre esteve presente em pessoa no concílio. Mas não consentiu de modo nenhum em qualquer alteração das cerimónias dos seus sufragâneos e cristãos, os quais são vulgarmente chamados cristãos de São Tomé.

Voltando ao meu propósito, dizem estes cristãos que o apóstolo pregou muito tempo no reino de Narsinga, sem fazer grande proveito, por causa dos *brâmanes*, que são os ministros dos *pagodes*, os seus falsos e diabólicos ídolos, que tudo faziam para o contrariar. Assim, aconteceu que São Tomé pediu ao rei um lugar para construir uma capelinha onde pudesse rezar e, especialmente, instruir o povo, o que lhe foi negado, por influência dos *brâmanes* e outros feiticeiros, em quem eles depositam toda a sua confiança. Prouve então a Deus (segundo eles dizem) que um enorme tronco de árvore ou trave de madeira aparecesse na embocadura do rio da cidade de Meliapor, impedindo navios e barcos de sair ou entrar, causando grande prejuízo ao rei e perda de todo o comércio à cidade. Tentou então o rei, com toda a força de elefantes, que eram mais de trezentos, retirar a madeira, mas tudo em vão e sem resultado. E vendo que não a podia retirar com qualquer força que fosse, e que os seus *brâmanes* e feiticeiros com todas as suas conjurações não o podiam aconselhar, prometeu grandes dádivas e recompensas a quem lhe pudesse dar qualquer conselho para retirar a madeira. Então, o apóstolo São Tomé foi ter com o rei e disse-lhe que ele sozinho queria retirá-la, se lhe aprouvesse, e que não desejava qualquer outra recompensa pelo seu trabalho senão o mesmo pedaço de madeira, para com ele fazer uma capela e casa de oração para si. Ao que o rei assentiu, embora ele e os seus *brâmanes* tomassem isso por uma brincadeira e disso se rissem. São Tomé pegou então no seu cinto e, atando-o ao tronco ou trave de madeira, arrastou-o da água para terra, facilmente e sem qualquer esforço, para grande espanto de todos os presentes, e principalmente do rei, que logo lhe consentiu que fizesse a capelinha da mesma madeira. Em virtude deste milagre, muitos deles receberam o baptismo e aderiram à fé cristã, pelo que os *brâmanes* sofreram grande perda da sua autoridade junto do povo comum. Tornando-se grandes inimigos de São Tomé, procuravam com toda a sua astúcia matá-lo, o que acabaram por conseguir. Para esse efeito, subornaram alguns do povo, que apunhalaram o apóstolo pelas costas, quando estava ajoelhado na mesma capelinha, fazendo as suas orações. Esta história está representada assim em muitos lugares e igrejas, para memória e recordação, e costuma dizer-se que os descendentes dos que o mataram estariam amaldiçoados por Deus com uma maldição, pelo que nascem com um pé e uma perna, do joelho para baixo, tão grossos como uma perna de elefante[96], sendo a outra perna e todo o resto do corpo sem qualquer lesão e bem proporcionados, como nas outras pessoas. Eu próprio vi muitos destes,

[94] Trata-se do terceiro Concílio Provincial (1585).

[95] I.e., o bispo de Macau, que, contudo, não esteve presente ao Concílio.

[96] Linschoten parece referir-se à doença conhecida como «panicale» (perna grande), uma forma de elefantíase encontrada na costa do Malabar.

tanto homens como mulheres, pois há famílias inteiras e aldeias cheias deles (e muitos deles cristãos a seu modo), provenientes da terra de São Tomé, onde ainda vivem em grandes números. Se esta é mesmo a causa da doença, só Deus pode julgar. Eu pessoalmente falei-lhes e perguntei a causa, mas eles dizem que não sabem senão que há gente que os leva a crer que é pela causa acima referida. Também não lhes coloca qualquer impedimento no andar, a não ser a fealdade e mau aspecto. As suas figuras e retratos encontram-se num outro lugar, entre as gravuras[97] da Índia.

Esta cidade de Meliapor diminuiu e declinou com o tempo, pois todas as coisas deste mundo são efémeras e semelhantes a fumo. E depois de os portugueses terem descoberto a terra e começado o seu tráfico, construíram neste lugar e jazigo de São Tomé uma pequena cidade e uma igreja de pedra de cantaria, no próprio lugar onde estavam o túmulo e a capelinha da dita madeira. Fizeram as portas da igreja da mesma madeira, como recordação do milagre. As ossadas de São Tomé são aí tidas em grande reverência, e visitadas em grande romaria e com muita devoção por muita gente. E o que é mais, as portas da igreja, que eram feitas da dita madeira, foram quase completamente feitas em pedaços e retiradas aos bocados, para serem encastoadas em ouro ou prata e trazidas em volta do pescoço como uma grande relíquia. Julga-se que operam muitos milagres, de modo que os da cidade de São Tomé fizeram com que as portas da igreja fossem cobertas de pregos de ferro, para impedir os homens de cortar mais, para não perderem coisa tão sagrada.

Um flamengo natural de Sluis, meu amigo especial por correspondência epistolar, que viveu mais de trinta anos no dito lugar de São Tomé e ali casou, enviou-me, como um grande e valioso presente, um terço inteiro feito da dita madeira, que ele há muitos anos tinha mandado talhar. E um português que mo trouxe a Goa tinha por ele grande devoção, dizendo que o livrara a ele e a seus companheiros de uma grande tormenta e tempestade que haviam encontrado no caminho, pois mal penduraram o terço sobre o mar, logo num instante a tempestade cessou, pelo que ele me recomendou muito que o venerasse e estimasse como uma das jóias mais sagradas do mundo.

De Masulipatão, a costa corre novamente para nordeste quarta a leste[98], por 120 léguas, pelas terras do reino de Orixa, que se estende ao longo da dita costa até ao rio Ganges, onde tem início o reino de Bengala. Esta costa, de Narsinga ou Bisnagar e Orixa, até Bengala, é vulgarmente chamada pelos portugueses (assim como a costa de Negapatão e São Tomé) Coromandel. Em Bengala têm os portugueses grande tráfico, pois é um país rico e repleto de todas as coisas e mantimentos, como arroz, todo o género de aves e animais e outras coisas em grande abundância. É também um país saudável e com bons ares para a gente de outras nações, pois os portugueses e outros estrangeiros dão-se lá melhor do que na Índia. Desta costa fazem um tráfico diário para Bengala, Pegu, Sião e Malaca, e também para a Índia.

Ali, especialmente em Negapatão, São Tomé e Masulipatão, são feitos excelentes tecidos de algodão de todas as cores e decorados com diversos tipos de floreados e figuras, muito fina e subtilmente lavrados. São muito vendidos na Índia e também mais apreciados do que seda, pois a sua fama quase ultrapassa a da seda, pela sua finura e pri-

[97] Ver gravura n.º 27.

[98] Deve ser nordeste quarta a norte.

mor de manufactura. Chamam-se *regatas* e *cheilas* e os portugueses e cristãos da Índia usam-nos vulgarmente para fazerem calças. Também fazem panos muito bem feitos, que as mulheres ali costumam usar dentro de casa, enrolados à volta do corpo, do umbigo para baixo. Os melhores chamam-se panos de *saraça*, sendo alguns entremeados com fios de ouro e prata e muito hábil e primorosamente tecidos, e outros semelhantes, de mil maneiras, muito graciosos de ver, dos quais sabem sustentar-se excelentemente. Nesta costa crescem também as grandes e espessas canas que se usam na Índia para fazer *palanquins*, nos quais são transportadas as mulheres, como se poderá ver nas figuras da Índia[99]. Estas canas têm uma espessura que dificilmente se consegue conter com ambas as mãos; são muito belas e agradáveis de ver, e muito altas, de diversas cores, como preto, vermelho e outras. Delas tratarei mais amplamente noutro lugar[100].

Capítulo 16

Do reino de Bengala e do rio Ganges.

No fim do reino de Orixa e da costa de Coromandel, começa o rio Ganges, no reino de Bengala. Este é um dos rios mais famosos do mundo. Não se sabe onde nasce. Alguns pensam que vem do Paraíso Terrestre, por causa de uma fábula que os bengalis contam[101]: teria havido, em tempos remotos, um rei de Bengala que, desejoso de saber a origem deste rio, ordenou que certas pessoas fossem criadas e mantidas para esse efeito de peixe cru e alimentos semelhantes, para que servissem melhor o seu intento. Despachou essas pessoas rio acima, em barcos especialmente construídos para o efeito. Navegaram durante alguns meses, até que chegaram a um lugar onde sentiram um odor muito suave e encontraram um céu muito claro e ameno e águas calmas e agradáveis, pelo que lhes parecia estarem no paraíso. E querendo seguir mais acima, não conseguiram avançar nem um pé, pelo que, vendo que não faziam qualquer proveito, foram obrigadas a voltar pelo caminho por onde tinham vindo. De regresso, relataram ao rei o que tinham passado. Quem não quiser acreditar, tem o coração de pedra; mas deixo isso ao critério do leitor.

Este rio tem também crocodilos, como o Nilo no Egipto. A sua embocadura ou entrada demora em 22 graus, e a costa corre leste quarta a sueste[102] cerca de 80 léguas, até ao reino de Arracão. É uma costa acidentada, cheia de ilhas, baixios, enseadas e baías, pois esta terra está situada dentro do golfo chamado de Bengala, e a partir de Arracão a costa começa de novo a correr para sul quarta a sueste, desviando-se para fora na direcção de Malaca e da ponta mais extrema, que se chama de Singapura.

Voltando a Bengala e ao rio Ganges, este rio é considerado sagrado e abençoado por todos os indianos, os quais acreditam convictamente que todos aqueles que nele

---

[99] Ver gravuras n.os 13 e 14.

[100] Ver cap. 58.

[101] Esta antiga crença indiana foi primeiro registada por Tomé Pires na sua *Suma Oriental*. Linschoten parece basear-se em González de Mendoza.

[102] Primeiro para leste e depois para sul.

se banharem e lavarem uma vez (mesmo sendo os maiores pecadores) serão perdoados de todos os seus pecados e ficarão tão limpos e puros como se tivessem nascido de novo. E também acreditam que aquele que não se lavar neste rio não poderá ser salvo, razão pela qual há lá grande romaria e afluência de gente de toda a Índia e de todas as regiões orientais, que vêm em grandes multidões e lá praticam estranhíssimas cerimónias e superstições, horripilantes de ouvir, com as quais acreditam firmemente merecer o céu e a redenção.

A 50 léguas deste rio, para leste, fica a cidade de Chatigão, que é a capital de Bengala. Os indígenas e naturais de Bengala são quase iguais aos de Ceilão, mas um pouco mais claros que os *cingalás*. É um povo astucioso e maldoso, e são considerados os piores escravos e *cativos* de toda a Índia, pois são geralmente ladrões, e as mulheres, ainda por cima, prostitutas, embora essa mácula seja geral em toda a Índia, sem excepções. Têm o costume de nunca prepararem a comida duas vezes na mesma panela, usando sempre uma nova[103]. Quando as mulheres são apanhadas em adultério, cortam-lhes o nariz[104], após o que se podem separar, e tudo isso é entre eles rigorosamente cumprido, segundo a sua lei.

A terra é muito abundante e fértil em todos os víveres, principalmente em arroz, o qual ali existe em maior quantidade que em todo o Oriente. Anualmente carregam muitos navios que ali chegam de toda a parte, e nunca há falta dele. O mesmo se passa, em conformidade, com todas as outras coisas necessárias e mantimentos, e é tudo tão barato que seria incrível se aqui fosse contado, pois compra-se um boi ou uma vaca inteira habitualmente por um *larim*, que equivale a meio florim, e carneiros, galinhas e outras coisas a preços semelhantes. Um *candil* de arroz, que equivale, pouco mais ou menos, a 14 **schepel** no nosso país, é ali vendido por meio florim e meio táler, açúcar e outros produtos em conformidade, pelo que se pode imaginar a fartura de todas as coisas.

Os portugueses têm lá os seus tráficos e negócios e habitam em alguns lugares, como nos portos a que chamam Porto Grande e Porto Pequeno[105]. Porém, lá não têm praças-fortes, nem qualquer polícia ou governo como na Índia, mas vivem quase como homens selvagens e cavalos desenfreados, pois cada um faz o que quer e é senhor de si próprio, sem se importarem muito com a justiça, se lá houver alguma ou por acaso vier da Índia. E desta maneira residem lá alguns portugueses, um aqui, outro ali, e os mais deles são aqueles que não ousam ficar na Índia, por algum crime aí cometido. Não obstante, faz-se grande tráfico com muitos navios de todas as regiões orientais circundantes, que durante todo o ano chegam e partem frequentemente.

Além do arroz, fazem-se ali muitos tecidos de algodão, que são muito finos e muito apreciados na Índia, e que não são levados apenas para a Índia e todas as partes do Oriente, mas também para Portugal e outros lugares. Estes tecidos são de diversos tipos, e são chamados *sarampuras*, *cassas*, *comsas*, *beatilhas*, *satopasas* e mil outros nomes semelhantes. Têm também um outro excelente tecido branco, primo-

[103] O costume limita-se a panelas de barro e não se aplica a panelas metálicas.

[104] Desde tempos remotos o castigo comum para a mulher adúltera.

[105] Chittagong e Satgaon.

rosamente fabricado de uma erva que fiam como linha[106]. Este fio pode ver-se em casa de Paludanus. É amarelado e chamam-lhe erva-de-bengala. Com ele bordam muito engenhosamente colchas de cama, pavilhões, almofadas, panos de barbear e *mantilhas*, para nelas baptizarem as crianças, como as que as parturientes costumam usar entre nós. Fazem decorações com festões e floreados e todo o género de figuras que se possam pensar ou imaginar, que é uma maravilha de ver, e tão primorosamente executadas, com um trabalho tão engenhoso, que não se faria melhor na Europa. Fazem igualmente peças ou tecidos completos desta erva, e por vezes misturada e entremeada com seda, embora os que são feitos só da erva sejam mais caros e mais estimados e ultrapassem os de seda em beleza. Estes tecidos chamam-se *sari*, e são muito usados e vendidos na Índia, tanto para calções de homem como para gibões. Podem ser lavados como linho e continuam tão belos como se fossem novos.

De Bengala vem também muita algália ou civeta, mas, devido à má inclinação dos bengalis, é falsificado e misturado com porcarias, como sal, óleo e matérias semelhantes, pelo que não é muito apreciado. No reino de Bengala encontram-se igualmente muitos animais a que em latim chamam «rhinocerotes», e que os portugueses chamam *abadas*, cujos comos, dentes, carne, sangue, mãos, e tudo o que têm, tanto dentro como fora, é indicado contra o veneno. São muito apreciados em toda a Índia, como contaremos mais amplamente noutro lugar[107].

Crescem ali também canas da cor de mármore, das quais muitas espécies podem ser vistas em casa de Paludanus, e a que os portugueses chamam *canas-de-bengala*[108]. São maçicas ou cheias por dentro, e a todo o comprimento quase da grossura da cana espanhola, mas um pouco mais delgadas; e quando estão verdes, curvam como vimes ou varas de salgueiro. Por fora são coloridas e manchadas, como se fossem pintadas. Usam-nas em Portugal para as mulheres idosas levarem na mão para se apoiarem. Há outro tipo desta cana, a que chamam *rota*. É tão fina como os vimes de salgueiro utilizados para entrançar cestos. Muitas destas podem ser vistas também em casa de Paludanus. Na Índia fazem-se muitos e belos cestos com elas, além de mil outras curiosidades. Como foi dito, têm também grande quantidade de açúcar, manteiga e outros produtos semelhantes. Com isto, deixemos Bengala e continuemos a descrição da costa.

Capítulo 17

Da costa e das terras de Arracão, Pegu e Sião, até à ponta de Singapura e à cidade e fortaleza de Malaca.

A seguir ao reino de Bengala, começam os reinos de Arracão e do Pegu, cujas costas se estendem de Bengala na direcção sul quarta a sueste por 70 léguas, até à cidade ou porto de Martavão, na terra do Pegu. Martavão demora em 16 graus, e aí começa

[106] Trata-se do rami, erva asiática (*Boehmeria nivea*).

[107] Ver cap. 47.

[108] Eis a origem das actuais bengalas.

o reino e a terra do Sião. Estes reinos de Arracão e do Pegu são muito ricos e férteis em todas as coisas, especialmente em ouro e pedras preciosas, como rubis, *espinelas*, safiras, jacintas, *robazes*, *granadas* e outras semelhantes, como é bem sabido, em virtude das grandes quantidades que diariamente dali são exportadas para todos os lugares. Aqui fazem igualmente a laca, que é levada em grandes quantidades para todo o mundo. Nestes países há também maior número de elefantes do que em qualquer outro lugar do Oriente. E os portugueses que ali tratam e para lá navegam diariamente afirmam que o rei do Pegu tem um elefante branco[109], que adoram e consideram sagrado.

Estes pegus têm o costume de perguntar a todo o estrangeiro que chega à sua terra para traficar e negociar, qualquer que seja a sua nação, quanto tempo ali tenciona ficar; e depois de saberem a resposta, apresentam-lhe muitas moças, para de entre elas escolher uma, e fazem um contrato com os pais ou amigos da moça que lhe agradar mais, para o tempo que lá tenciona ficar. E feito isto, ele leva-a para o seu alojamento, e ela serve-o em tudo, tanto de dia como de noite, como se fosse sua escrava e mulher. Mas ele deve ter o cuidado de não procurar outras mulheres, pois desse modo pode sofrer prejuízos e pôr a sua vida em grande perigo. Terminado o tempo da sua residência, ele paga aos amigos ou pais o preço fixado ou a quantia acordada, partindo depois em paz. E a moça volta para os seus pais ou amigos com toda a honra e virtude, continuando tão estimada como dantes. E quando, mais tarde, se dá o caso de uma tal moça casar, mesmo que seja com o homem mais importante do país, e o mesmo estrangeiro, passado algum tempo, voltar ao Pegu para traficar de novo no mesmo lugar, e exigir novamente a sua mulher, ela é-lhe dada, sem qualquer resistência do marido e sem tal ser considerado vergonhoso. E ela ficará com ele durante o tempo da sua permanência, até ao dia da partida, voltando então novamente para o verdadeiro marido, o que entre eles é mantido como uma lei inviolável. Do mesmo modo, quando um fidalgo ou nobre quiser casar com uma moça, pedirá a um estrangeiro o favor de, na noite de núpcias, tirar a virgindade à sua noiva, dando-lhe algum presente e considerando grande honra e distinção que outro homem o livre de tal esforço e trabalho. Este costume não só é praticado entre os fidalgos e os mais poderosos da terra, mas também pelo próprio rei.

Há igualmente muitos pegus que usam um guizo na ponta do seu membro, e alguns dois, do tamanho de uma noz, que são colocados entre a carne e a pele[110]. Em casa de Paludanus pode ver-se um dos tais guizos, que eu trouxe da Índia e lhe ofereci. Estes guizos têm um som muito agradável. Este costume foi ordenado para evitar práticas sodomitas, às quais os pegus eram muito atreitos. As mulheres andam quase completamente nuas, apenas com um pano à frente das partes privadas, o qual se abre enquanto andam, descobrindo-as por metade ou quase inteiramente, o que assim foi ordenado com o propósito expresso de excitar os homens e os levar a desejar as mulheres, para assim se absterem dos pecados sodomitas excomungados e abomináveis.

[109] O facto é atestado por muitos noticiaristas portugueses do século XVI, dos quais o mais célebre será Fernão Mendes Pinto.

[110] Também este costume é mencionado por vários autores portugueses, dos quais o primeiro parece ter sido Tomé Pires. Linschoten ter-se-á baseado na obra de Fernão Lopes de Castanheda.

veis[111]. Há também pessoas entre eles que cosem as partes privadas das suas filhas quando nascem, deixando-lhes apenas um pequeno orifício para verterem águas. E quando ela casar, o marido pode abri-la, cortando tanto ou tão pouco quanto desejar, o que sabem curar utilizando um certo unguento ou pomada. Vi uma dessas mulheres em Goa, a qual foi cortada pelo próprio cirurgião ou médico da casa do arcebispo.

Poderia pensar-se que todas estas coisas são fábulas, porém, são verdadeiras, pois eu sei-o não apenas pela experiência diária e pelos portugueses da Índia que se deslocam àquelas partes, mas também pelos próprios pegus, muitos dos quais vivem na Índia, sendo em parte igualmente cristãos, que o contam por verdadeiro e o admitem, enquanto que a proximidade e a vizinhança do lugar tornam isto sobejamente conhecido.

Os povos de Arracão, Pegu e Sião são na sua feição, maneira e rostos quase iguais ao da China. Contudo, há uma pequena diferença na cor: são muito mais brancos do que os bengalis e um pouco mais escuros do que os chineses. O retrato dos pegus pode ver-se nas figuras da Índia, junto aos cristãos de São Tomé[112].

Voltando agora à nossa descrição da costa até ao porto e cidade de Martavão, que está no limite do Pegu e no começo do Sião: nesta cidade são feitas muitas das grandes jarras de barro a que na Índia chamam *martabanas* e que são levadas em grandes quantidades por toda a Índia. Há muita variedade delas, grandes e pequenas, algumas até com uma capacidade de duas pipas de líquido. São levadas em tamanha quantidade porque na Índia são usadas em todas as casas e navios em vez de barris, que lá não há, a não ser os que vêm de Portugal. Por isso, usam em seu lugar estas jarras para guardarem óleo, vinho, água e coisas semelhantes, pois conservam-nos muito bem e são uma grande comodidade para o viajante. Muitos delas são também levadas para Portugal, pois usam-nas nas naus da carreira da Índia para guardar água, azeite, etc.

Em Martavão começa a costa do Sião, que se estende por 220 léguas na direcção sul quarta a sueste[113], até à ponta além de Malaca, chamada Singapura.

De Martavão, a terra estende-se na direcção sueste quarta a leste por 70 léguas até à cidade de Sião, do outro lado do mar e da costa. E por mar, a costa estende-se, como foi dito, até à ponta de Singapura, de onde corre de novo para dentro até à referida cidade de Sião. Assim, esta terra ou este canto tem a forma de um braço, tendo na sua maior largura 50 léguas de uma costa à outra e 10 léguas noutros lugares, nomeadamente junto à cidade de Tenasserim[114], da qual falaremos de seguida.

Toda esta terra esteve outrora tributária e sujeita ao rei do Sião, que governava como imperador sobre todos estes países. Ao presente tem ainda grande poder, embora a sua maior força tenha sido quebrada pelo rei do Pegu, com quem sempre teve grandes guerras, os dois tendo sido até agora e desde sempre inimigos mortais. Assim, em 1568 travaram uma valente batalha, com muitas centenas de milhar de

[111] Esta interpretação encontra-se nas fontes portuguesas utilizadas por Linschoten. No entanto, é de notar que o trecho segue quase literalmente o que diz C. de Fedrici na sua *Viaggio* (ed. 1587, p. 173).

[112] Ver gravura n.º 27.

[113] Mais exactamente: primeiro para sul e depois sueste quarta a leste.

[114] A Península Malaia é ainda mais estreita na região do istmo de Cra.

homens de ambos os lados, onde os do Sião ficaram derrotados e vencidos e os do Pegu ganharam a vitória. De modo que os do Sião se tornaram agora tributários dos do Pegu. O motivo desta luta sangrenta foi que os do Sião tinham um elefante branco que pertencia aos do Pegu, e porque estes consideram este elefante sagrado e o veneram, como ficou dito, enviaram os seus embaixadores ao rei do Sião com dádivas e ofertas, oferecendo tudo o que o do Sião quisesse em troca do retorno do elefante. O que o rei do Sião não quis aceitar, nem por rogos e implorações nem por dádivas e ofertas, pelo que os do Pegu ficaram enfurecidos e juntaram todas as suas forças contra os do Sião, e assim não apenas obtiveram o elefante branco mas também tornaram os do Sião seus tributários, como foi dito. Por isso, o Sião declinou muito, razão pela qual muitos dos reinos que lhe costumavam pagar tributos se recusam agora a fazê-lo, mantendo-se autónomos, como veremos na continuação da descrição da costa. Estes reinos ficam todos na terra que geralmente é chamada Sião, embora ao presente esteja dividida em muitos reinos, com os seus nomes próprios, sob os quais hoje em dia são referidos e conhecidos.

A terra do Sião tem muito *benjoim*, que dali é trazido para Malaca, e depois espalhado por toda a parte. No que toca aos naturais da terra, são quase iguais aos do Pegu e têm poucas diferenças, assim como os de Malaca e de todos os outros países vizinhos.

De Martavão a costa corre 60 léguas para sul, e depois continua por 30 léguas na direcção sueste quarta a leste[115], entre duas ilhas, virando para dentro como um arco. Aí fica a cidade de Tenasserim, à altura de 11 graus. Desta cidade, como já referi, são apenas 10 léguas por terra até ao outro lado da costa.

Nesta cidade de Tenasserim há grande tráfico e trato dos portugueses, ali chegando muitas mercadorias do Pegu e do Sião, de maneira que funciona como um entreposto. Também ali trazem muito vinho, que é feito de *cocos* ou *nozes-da-índia*, e chamado *nipa* de Tenasserim, isto é, aguardente de Tenasserim, pois é líquido destilado proveniente das *nozes-da-índia*, tendo tanta força e virtude como a nossa aguardente. Embora destilem e produzam *nipa* em muitos lugares da Índia, principalmente em Goa, este de Tenasserim é muito mais apreciado e melhor. É muito exportado e levado para toda a parte nas grandes *jarras martabanas*. As mulheres indianas apreciam-no muito, embora por pudor não o queiram beber na presença de homens; mas às escondidas deleitam-se muito com ele.

Tenasserim é presentemente um reino independente, tendo sido outrora tributário do Sião.

Vai-se de Tenasserim 20 léguas na direcção oes-sudoeste, para sair da curva e de entre as ilhas, e depois continua-se de novo pela costa por 60 léguas, na direcção sul quarta a sueste, até à cidade e reino de Quedá, que demora em 6 graus e meio. É também um reino independente, como Tenasserim. Tem igualmente algum vinho, como o de Tenasserim, e alguma pimenta.

A 40 léguas de Quedá, continuando pela costa na direcção sul-sueste até aos 4 graus e meio, fica a cidade chamada Perak. Ali se encontra muito *calaim*, que é uma espécie de estanho. O mesmo vem também de Gunsalan, um lugar na mesma costa, situado a 30

[115] Leia-se: para sul.

léguas para nor-noroeste de Quedá, em 8 graus e meio. Continuando pela costa na direcção sueste quarta a sul, a 30 léguas de Perak está a cidade e fortaleza de Malaca, que demora em 2 graus e meio da banda do norte. A 20 léguas daqui para sul, fica a ponta extrema ou cabo deste braço, chamado cabo de Singapura, que jaz em 1 grau.

Capítulo 18

Da cidade e fortaleza de Malaca.

Malaca é habitada pelos portugueses juntamente com os indígenas e naturais da terra, chamados malaios. Os portugueses têm aqui uma fortaleza como a de Moçambique, a qual, juntamente com as de Moçambique e de Ormuz, é uma das melhores e mais proveitosas de toda a Índia para os capitães. A cidade tem também um bispo, tal como Cochim, mas ambos são sufragâneos do arcebispo de Goa.

Aqui situa-se o empório de toda a Índia, China, ilhas Molucas e outras ilhas circundantes. Tem grande trato de todos os navios que vão e vêm para a China, Molucas, Banda, ínsulas Javas, Samatra e todas as ilhas circunvizinhas, assim como para o Sião, Pegu, Bengala, Coromandel e Índia, para onde uma grande quantidade de navios vai e vem anualmente, fazendo aqui as suas cargas, descargas, compras, vendas e trocas, e mantendo grande trato com todas as nações do Oriente.

Aqui vivem também alguns portugueses com as suas mulheres e famílias, mas poucos, não ultrapassando uma centena. Isto, fora os viajantes que vêm aqui fazer os seus tratos ou que querem continuar com os seus navios até à China, às Molucas ou a outra parte, ou que vêm desses lados, que aqui tomam os seus mantimentos frescos e têm de aguardar o tempo das *monções*, que são os ventos que sopram durante certos períodos, para poderem fazer a sua navegação de um lugar para outro.

Vivem aqui tão poucos portugueses porque a terra é muito insalubre e o ar muito pesado, tanto para os indígenas como para os estrangeiros. De um modo geral, pode dizer-se que quem lá vai e ali permanece algum tempo tem de pagar com a sua saúde ou deixar couro e cabelo, pelo que pode considerar-se milagre alguém escapar com vida. Por essa razão, a terra é temida. Contudo, a avidez e cobiça do ganho, assim como a boa situação do lugar, fazem com que os homens se atrevam a fazer o que quer que seja e a menosprezarem o perigo, razão porque em Malaca há tanta comunicação com todas as partes, tal como em toda a Índia.

A terra não tem nada em si, mas tudo lhe vem de fora em grande quantidade. Também vem para aqui todos os anos um navio de Portugal, que parte sempre um mês antes das naus que vão para a Índia, sem aportar na Índia, a não ser por necessidade (e às vezes em Moçambique). É carregado e despachado em Malaca, e leva sempre o dobro da riqueza em mercadorias preciosas e especiarias de qualquer outro navio carregado na Índia. Dali volta de novo rumo a Portugal.

Contam os malaios de Malaca que a cidade teve a sua origem há poucos anos, quando Malaca era um lugar de apenas sete ou oito cabanas de pescadores que ali pescavam, sendo evitado por toda a gente em virtude da insalubridade da terra. Por fim, reuniram-se ali alguns pescadores, entre pegus, siameses, bengalis e outras

nações das regiões circundantes, que se juntavam ali diariamente para fazerem as suas pescas, os quais acordaram entre si construírem uma cidade e fundarem um novo reino neste lugar. Inventaram uma língua própria para eles, para não se parecerem com os lugares circundantes e serem em todas as coisas autónomos e diferentes dos seus vizinhos em redor. Tomaram as melhores palavras de todas as outras línguas, obtendo assim uma língua para si[116]. À cidade chamaram Malaca, e esta teve dentro de pouco tempo tanta afluência, pela comodidade e boa situação do lugar, principalmente para quem vive do comércio, que se tornou num dos melhores e mais importantes reinos de todas as regiões em redor. E esta língua, chamada malaio, veio a ser famosa e considerada a mais galante e apropriada de todo o Oriente. Os malaios, tanto homens como mulheres, são todos muito namoradeiros[117] e gabam-se de que não têm igual no mundo. Têm grande variedade de refrões, cantigas e outras rimas de amor[118], que são admiráveis, e das quais se orgulham muito. E quem na Índia não dominar a língua malaia, não é tido em conta[119], como entre nós se passa com o francês. Os retratos dos malaios, representados como na vida real, encontram-se junto aos dos javaneses das ilhas Javas, das quais falaremos a seguir.

Capítulo 19

Da ilha de Samatra, outrora chamada Taprobana.

Mesmo em frente de Malaca, a 10 léguas da terra firme para sueste, quer dizer, junto de Malaca, onde o estreito tem o seu ponto mais apertado, fica a famosa ilha outrora chamada Taprobana[120], a actual Samatra. É por alguns historiadores também chamada Chersoneso Aurea; outros afirmam que é Ofir[121], de onde o rei Salomão recebeu o ouro, como rezam as Escrituras, e dizem que em tempos remotos estava junta com a terra firme de Malaca.

A ilha começa na ponta que demora em frente do golfo de Bengala, em 5 graus da banda do norte, estendendo-se defronte a Malaca para sul-sueste, até à ilha chamada Java Maior, aonde termina em 6 graus da banda do sul. Tem 170 léguas de comprimento e 60 de largura.

Os portugueses não têm aqui povoações, mas fazem o seu trato em alguns lugares, embora pouco, porque os próprios habitantes levam muitas mercadorias a Malaca.

---

[116] Na verdade, há no malaio muitas palavras provenientes de outras línguas. Também Barbosa fala do malaio como uma «língua separada».

[117] Cf. Camões (*Lus.*, X, 44).

[118] Provável referência aos «pantuns», quadras de amor malaias.

[119] Parece, portanto, que já nessa altura o malaio era a língua franca, até fora da Insulíndia.

[120] A identificação da Taprobana clássica com a ilha de Ceilão foi feita pelos observadores portugueses logo no primeiro ano do século XVI. Contudo, alguma confusão persistiu em certos autores quinhentistas, que teimavam em associar Taprobana a Samatra, como foi o caso de Fernão Lopes de Castanheda, certamente o modelo seguido por Linschoten.

[121] Cf. Camões (*Lus.*, X, 124). Aurea Chersonesus é a Península Malaia; um dos nomes de Samatra é em sânscrito Suvamadvipa, i.e., «ilha de ouro».

A ilha tem muitos reis, e o mais importante é o rei de Achém, que fica na primeira ponta da ilha, em 4 graus e meio da banda do norte. Este rei de Achém é muito poderoso e grande inimigo dos portugueses. Muitas vezes assediou Malaca, fazendo grandes danos, como ainda aconteceu no meu tempo[122], impedindo que víveres ou outra coisa qualquer chegasse a Malaca e bloqueando a passagem do estreito entre Malaca e Samatra, de modo que todos os navios vindos da China, do Japão e das ilhas Molucas tinham de navegar por fora, passando grandes perigos, para grande prejuízo dos mercadores viajantes. E os mouros de Malaca e da Índia tinham muitas galés no estreito de Malaca, que alguns cristãos renegados (que não faltam em parte alguma) lhes tinham ensinado a construir, com as quais fizeram grande dano, e ainda fazem diariamente. Mas, com a ajuda do Senhor e o apoio dos portugueses da Índia, foi tudo aberto de novo e posto em seu estado e efeito original, como contaremos em devido tempo noutro lugar[123].

Há já muito tempo, foi ordenado pelos reis de Portugal e seus *vice-reis* que se fizesse uma conquista na ilha de Samatra, e há capitães que ainda hoje em dia recebem e gozam um salário de el-rei para esse efeito, com o título de chefe ou *adiantado* desta conquista. Mas esta até agora não foi realizada, embora façam diariamente ameaças, sem nada porem em prática.

A ilha é muito rica em minas de ouro, prata e cobre, do qual fundem boas peças de artilharia, e em pedras preciosas e outros metais, assim como em especiarias, madeiras aromáticas e outras drogas. Tem um vulcão activo e afirma-se que há uma fonte de onde corre unicamente bálsamo[124]. Tem também grande abundância de seda.

Durante este último cerco e aperto de Malaca, o rei de Achém mandou uma peça de artilharia de um tamanho e comprimento tal e tão bem feita que raramente se vê igual na Cristandade. A qual ofereceu como dote a sua filha, que ia casar com o rei de Johore, um lugar que fica perto de Malaca, na costa do Sião, e do qual falaremos mais tarde. Os portugueses apoderaram-se dessa peça e dessa filha e levaram-nas para Malaca. A peça de artilharia foi depois enviada como presente a el-rei, no navio que ia para Portugal, e pesava tanto que o navio teve de largar lastro. A mesma peça encontra-se agora na ilha Terceira, pois foi onde ficou o dito navio, que veio na armada em que eu regressava da Índia. Esta cidade de Johore foi tomada, invadida e toda arrasada pelos portugueses, que aí encontraram 1500 peças de artilharia de cobre, entre grandes e pequenas, embora algumas não fossem maiores que um arcabuz ou mosquete, e outras algo maiores em conformidade, e de todos os tipos, mas feitas muito engenhosamente e decoradas com festões e figuras. Relato isto apenas para demonstrar que têm também todos os metais e que os sabem trabalhar.

Voltando ao nosso propósito, há vários lugares nesta ilha, onde os portugueses traficam, que têm comércio com os de Malaca, como um lugar chamado Pedir, que está na costa em frente de Malaca, a 20 léguas de Achém, de onde vem muita pimenta e também ouro, assim como de um outro lugar, chamado Campar, que fica no lado sul na mesma ilha, quase para além da linha equinocial. Do mesmo lado, na

[122] Linschoten refere-se ao cerco de Malaca de 1587-88.

[123] Ver cap. 92.

[124] Quer dizer, petróleo.

costa ocidental da ilha fica um lugar chamado Menancabo, onde são feitos os punhais a que na Índia chamam *crises*, que são muito famosos e estimados. São considerados a melhor arma de todo o Oriente, e os javaneses e malaios ostentam-nos muito e fiam-se grandemente neles.

Capítulo 20

Da ilha de Java Maior, assim como dos seus produtos, mercadorias e tratos, e dos pesos, moedas e preços dos mesmos, e de outras particularidades.

Em frente da ponta extrema da ilha de Samatra, para sul-sueste, do lado sul da linha equinocial, fica a ilha chamada Java Maior ou Grande Java. Aqui encontra-se um estreito entre Samatra e Java, chamado estreito de Sunda, que tomou o seu nome de um lugar do mesmo nome que lhe fica vizinho, na ilha de Java. Esta ilha começa em 7 graus da banda do sul, estendendo-se, na direcção leste quarta a sueste, numa extensão de 150 léguas. Qual a sua largura, ainda não se sabe, pois ainda não foi descoberta, nem os seus habitantes a conhecem. Alguns supõem que é terra firme do país chamado Terra Incógnita, que se estenderia desde as proximidades do cabo da Boa Esperança até aqui, mas disso até agora não se tem a certeza, pelo que é considerada uma ilha. Os habitantes contam que no interior corre um rio ou ribeiro que transforma em pedra toda a madeira que cai nas suas águas[125]. Recentemente, passou por este estreito de Sunda o capitão inglês Thomas Cavendish[126] com o seu navio, vindo do mar do Sul, da Nova Espanha.

Esta ilha tem grande abundância de arroz e de todos os víveres, de gado, porcos, carneiros e galinhas, de cebolas, alhos e *nozes-da-índia*, de todas as especiarias, como cravo-da-índia, noz-moscada, maça[127], e de tudo levam a Malaca. O porto principal da ilha é Sunda Kalapa[128], de onde vem o nome do estreito. Neste lugar de Sunda há muita pimenta, que é melhor do que a da Índia ou do Malabar, e existe ali em tanta quantidade que se podem carregar anualmente quatro ou cinco mil *quintais* de pimenta, peso português. Tem também muito incenso, *benjoim*, chamado *de boninas*, cânfora e diamantes. Seria um bom lugar para traficar, sem impedimento de ninguém, pois os portugueses aí não vêm, uma vez que são os próprios javaneses que tudo levam a Malaca, para venderem no mercado[129].

E embora seja um pouco fora de propósito, não me parece desnecessário inserir

---

[125] Cf. Camões (*Lus.*, X, 134). Conta-se isto especialmente da árvore «sempur» (*Dillenia indica*). Porém, trata-se de um processo de silicificação, que se verifica também em outras árvores.

[126] Cavendish aportou em Março de 1588 à costa sul de Java, vindo das Filipinas, pelo que é pouco provável que tenha passado no estreito de Sunda. Teria mais provavelmente cruzado o estreito de Bali.

[127] Entenda-se que estas três especiarias eram trazidas a Java das ilhas mais orientais da Insulíndia.

[128] Teria sido o principal porto para os portugueses de Malaca, na altura. Porém, o porto mais importante de Java, nesse tempo, era sem dúvida Bantam.

[129] Linschoten alerta os seus compatriotas para as imensas possibilidades comerciais existentes em certas regiões da Insulíndia. O conselho do nosso autor viria a ser diligentemente seguido.

neste lugar um pequeno relato sobre a maneira como aí se compra, vende e trata com mercadorias, moedas e pesos, já que tratamos da ilha de Java. Deve saber-se que na Sunda não há dinheiro a não ser uma moeda de cobre, chamada *caixa*, do tamanho de um soldo holandês, porém com metade da sua espessura, e que tem um furo no meio para enfiar um cordão. Pois são, de modo geral, enfiadas em grupos de duzentas ou mil, com as quais fazem as suas contas da maneira que se segue: 200 *caixas* são um *sata* e cinco *satas* fazem mil *caixas*, o que equivale a um *cruzado* português ou 3 florins Carolus de moeda holandesa. A pimenta de Sunda é vendida em sacos, pesando cada saco 45 *cates*, peso da China. Cada *cate* equivale a 20 *onças* portuguesas, e cada saco de pimenta comprado aí vale no mínimo 5 mil *caixas* e no máximo 6 ou 7 mil *caixas*. A *maça*, o cravo-da-índia, a noz-moscada, o *benjoim* preto e branco e a cânfora, tudo é vendido em *bares*, equivalendo cada *bar* a 330 *cates* da China. De modo geral, a maça, ou flor da noz-moscada, sendo pura e limpa, vale até 100 ou 120 mil *caixas*; o cravo limpo, em conformidade; o cravo sujo, que se chama *bastão*, vale por *bar* 70 e 80 mil *caixas*; a noz-moscada vale geralmente 20 a 25 mil *caixas* por *bar*; o *benjoim* preto e branco valem respectivamente 150 a 180 mil *caixas* e 200 mil *caixas* por *bar*. As mercadorias que aí são procuradas e negociadas em troca destas especiarias são as seguintes, a saber: tecidos de algodão de vários tipos e cores, que vêm de Cambaia, Coromandel e Bengala, tais como *saraças de gabares* e panos pintados de cinco côvados, chamados *tapen*, de São Tomé; de Bengala, tecidos de algodão branco, a saber, *sarampuras*, *cassas* e *sateposas*, e *satopasas* pretos e alguns tecidos não branqueados; de Cambaia, *canequins* pretos e *turiães* vermelhos, que são ambos tecidos de algodão, e *beirames* vermelhos, grandes e pequenos, que são muito parecidos com o pano de Cambraia, e estou convencido que se se tratasse de tecidos dessa terra, seriam lá muito mais estimados do que os tecidos de algodão da Índia.

Os javaneses são um povo muito cruel e obstinado de carácter, de cor quase igual aos malaios, de pele morena, não muito diferente dos brasileiros. São membrudos e fisicamente fortes e bem desenvolvidos, com uma cara chata e maxilas largas e salientes, grandes pálpebras e olhos pequenos. Têm pouca barba, três ou quatro pêlos por cima e por baixo da boca, e o cabelo é muito fino e curto, mas preto como breu. Os seus retratos podem ver-se junto aos dos malaios de Malaca, pois lá se encontram e vivem frequentemente[130].

Continuando pela mesma região e costa, na direcção leste quarta a sueste, a 25 léguas de Java Maior começa a ilha de Java Menor, ou Pequena Java, e um pouco mais adiante a ilha chamada Timor (onde a madeira de sândalo cresce em grande quantidade), e mil outras ilhas na sua proximidade, sobre as quais ainda nada se sabe em pormenor, embora sejam todas habitadas e férteis em gente e mercadorias, tal como as Javas. De Malaca navega-se para as ilhas Molucas, Banda e Amboíno, onde os portugueses têm as suas fortalezas e capitães, e fazem os seus tratos. A rota é a seguinte: de Malaca, 100 léguas na direcção sueste quarta a sul, por entre muitas ilhas e baixios, de maneira que se deve ancorar todas as noites para evitar o perigo dos baixios, que existem na maior parte do caminho até às Molucas. E passadas estas 100

[130] Em Malaca era possível encontrar comunidades mercantis oriundas das mais diversas partes da Insulíndia. Para os retratos, ver gravura n.º 2.

léguas, ruma-se a leste e a leste quarta a nordeste por 250 léguas, até à ilha chamada Banda[131], que demora em 5 graus da banda do sul.

Os portugueses têm nesta ilha o seu comércio, pois ali cresce a maior quantidade e a melhor qualidade de noz-moscada e maça. Aqui fazem-se também conservas ou compotas de noz-moscada, e óleos espremidos ou pisados das mesmas nozes e flores, que são daí levados a Malaca, de onde são transportados para todos os lugares.

Quase todo o comércio se faz aqui por troca, tal como na Sunda e em Java, mas os habitantes da ilha são de pouca confiança. Deve manter-se boa vigilância, não indo a terra, mas antes ficando no navio, onde os da ilha trazem as suas mercadorias e vêm fazer os seus tratos, como foi dito. Pois acontece frequentemente que enganam os portugueses, que têm demasiada confiança neles. Um conhecido e amigo meu, que era capitão de um navio que se perdeu na costa desta ilha, foi preso com toda a sua companhia, ali passando dois anos de vida miserável, até ser finalmente resgatado.

Todas estas viagens para Banda, Moluca e as outras ilhas, e também para qualquer outro destino na Índia, só podem ser realizadas com a licença e particular favor de el-rei de Portugal, que a dá como recompensa por serviços prestados na Índia, tal como sucede com outros ofícios, como contaremos mais amplamente em tempo e lugar devidos.

A 20 léguas da ilha de Banda, para noroeste, fica a ilha chamada Amboíno, onde os portugueses têm igualmente uma pequena fortaleza. A ilha não tem muitas especiarias, mas os navios que vão de Malaca para Moluca vêm aí sempre tomar provisão de água fresca.

A 70 léguas desta ilha de Amboíno, para norte, fica a ilha de Tidore, que está situada em 1 grau da banda do norte. É a primeira ilha das Molucas. A seis léguas para norte fica Moluca[132], e mesmo junto a ela ficam Ternate e as outras ilhas do cravo.

Capítulo 21

Das ilhas Molucas.

As ilhas Molucas são cinco, a saber: Moluca, Ternate, Tidore, Jailolo, e uma outra[133], ali existindo duas fortalezas portuguesas, a saber, em Ternate e Tidore. Foram descobertas e adquiridas há muitos anos, e aqui fazem o seu trato da Índia e de Malaca. Os espanhóis também se esforçaram muito por navegar até lá, chegando, vindos da Nova Espanha, à ilha chamada Ternate, onde perderam o seu navio numa tempestade, o que os impossibilitou de tornarem a partir. Foram quase todos mortos pelos portugueses, sendo os restantes presos e enviados para Portugal. Os reis de Espanha e de Portugal tiveram então uma grande e longa disputa sobre a conquista

[131] Banda é, de facto, um grupo de ilhas, uma das quais tem o mesmo nome.

[132] Esta informação sobre a situação das Molucas é muito confusa. Linschoten referir-se-ia decerto a Ternate, situada a norte de Tidore.

[133] Linschoten revela um conhecimento lacunar da geografia das Molucas. Provavelmente baseia-se em Garcia de Orta (col. 25), pois, tanto na ortografia dos nomes das ilhas como no ponto de incluir «Geloulo» nas Molucas, segue este autor.

e descoberta dos mares, a qual foi depois concluída pelo Papa[134], de maneira que, desde então, só os portugueses podem navegar para essas ilhas.

Estas ilhas não têm outra coisa a não ser cravo, mas em tão grande quantidade que conseguem abastecer o mundo. Também nestas ilhas se encontram vulcões e a terra é muito seca e queimada. Não têm outros víveres a não ser carne e peixe; mas o arroz, o trigo, a cebola, o alho e mantimentos semelhantes, e todos os outros produtos necessários, são-lhes trazidos em parte pelos portugueses, e também de outros lugares circunvizinhos, tudo recebendo em troca de cravo. O pão que eles próprios usam e têm é feito de madeira ou raízes, como o dos brasileiros, e o seu vestuário é tecido de palha ou erva, e bem fiado.

Apenas nestas ilhas[135] se encontram as aves a que os portugueses chamam *pássaros-do-sol*, os italianos «manu codiatas», os latinistas «paradiseas», e que são entre nós chamadas aves-do-paraíso, em virtude da beleza das suas penas, que ultrapassa a de todas as outras aves. Estas aves nunca são vistas vivas, pois caem nestas ilhas mortas. Diz-se que voam em direcção ao sol e que sempre ficam no ar, sem pousar em terra[136], pois não têm pés nem asas, mas unicamente cabeça e corpo, e principalmente uma cauda, como consta das aves que foram levadas de lá para a Índia, e depois trazidas para cá, embora poucas, pois são raras e caras. Eu trouxe duas delas ao dr. Paludanus, a saber, um macho e uma fêmea, que lhe ofereci para a sua colecção.

Estas ilhas estão situadas entre muitas outras ilhas, e porque delas não há notícias pormenorizadas, pela pouca comunicação que com elas há, quero passá-las e voltar à costa de Malaca, que deixámos no cabo ou ponta de Singapura, para assim continuar a nossa descrição da dita costa.

Capítulo 22

Do cabo de Singapura até à cidade de Sião, e da costa de Camboja e Cochinchina, e das ilhas de Bornéu e dos Luções, Manilas ou Filipinas.

Do cabo de Singapura para leste, até à ponta chamada Cinosura[137], são 18 léguas; 6 ou 7 léguas adiante, fica um rochedo no mar, chamado Pedra Branca, onde os

---

[134] Linschoten parece confundir os Tratados de Tordesilhas (1494) e Lérida/Saragoça (1529). De facto, a disputa sobre as Molucas resultou de uma questão não satisfatoriamente resolvida no primeiro Tratado, que, esse sim, se realizou devido aos esforços do Papa para apaziguar a contenda entre os dois monarcas ibéricos sobre a partilha do mundo em áreas de influência. Depois da chegada (1522) a Espanha da nau sobrevivente da expedição de Magalhães, que tinha aportado às ilhas Molucas, vinda da Nova Espanha, o imperador Carlos V e o rei D. João III entraram em conflito sobre a posse dessas ilhas. O envio de uma armada espanhola para a região deu origem a confrontos entre portugueses e espanhóis pela posse de Ternate e de Tidore. Para pôr fim à contenda, foi assinado o segundo Tratado, pelo qual Portugal comprou à Espanha «o direito de navegar, contratar e comerciar [...] nas ilhas, lugares, terras e mares de Maluco, pelo preço de trezentos e cinquenta mil ducados de ouro».

[135] As aves-do-paraíso são oriundas da Nova Guiné, de onde seriam exportadas para outras regiões.

[136] Cf. Camões (*Lus.*, X, 132). De facto, estas aves voam bastante mal; a sua raridade justificaria as lendas que sobre elas corriam.

[137] Não é um topónimo, mas sim o nome de uma estrela (Cinosura = Ursa Menor) que indica o Norte. Linschoten entendeu mal as palavras de Camões: «Daqui tornando a costa à Cinosura» (*Lus.*, X, 125).

navios que vão e vêm da China muitas vezes passam grande perigo, tendo-se alguns deles ali perdido. Causa grande preocupação e medo aos *pilotos*, quando estão na sua proximidade, pois é o único caminho possível.

A 40 léguas desta ponta de Cinosura, na direcção leste quarta a sueste, começa a primeira ponta da ilha de Bornéu, em 1 grau da banda do norte, estendendo-se para nordeste por 120 léguas, até uma altura de 7 graus. A sua largura ainda não se conhece nem foi descoberta. Esta ilha está cheia de árvores de onde provém a cânfora, que é a melhor de todo o Oriente.

De Cinosura, a costa estende-se por 30 léguas até à cidade de Pam, que demora em 3 graus e meio. 10 léguas adiante, no mesmo rumo, a costa corre de novo 50 léguas para nor-noroeste, ali ficando a cidade de Patane, em 7 graus e meio. Estes dois lugares, Pam e Patane, são reinos autónomos, embora tributários do Sião. Destes lugares vem a madeira chamada *pau-de-águila* e a madeira preciosa e cheirosa *calamba*, a qual (se for boa) vale tanto como prata e ouro. Têm também cânfora, mas não tão boa como a da ilha de Bornéu. Encontra-se aí igualmente algum ouro e a pedra-*bezar* ou bazar, que é muito preciosa e muito usada contra o veneno. Também se encontram aqui alguns diamantes, e igualmente noz-moscada e flores de noz-moscada, e a madeira *sapão*, que vem também em grandes quantidades do Sião; tal como o pau-brasil, serve para tingir.

A 100 léguas de Patane para norte, a costa corre de novo para dentro até à cidade de Sião, que demora em 14 graus e meio. A 15 léguas na direcção sudoeste de Sião, saindo da entrada, a costa corre de novo para sueste por 70 léguas, até à cidade de Camboja. Esta cidade demora em 10 graus. Dali, a costa corre novamente para nordeste, por 60 léguas, e a seguir por 60 léguas para noroeste, correndo deste ponto para oés-noroeste[138] até ao interior do golfo da Cochinchina[139]. Esta costa de Camboja é também chamada costa de Champá.

Este país tem também muita quantidade da madeira cheirosa *calamba*. Neste reino desemboca no mar o rio chamado Mecom, ao qual os indianos chamam «capitão de todos os rios», pois tem tanta água no Verão que cobre e rega a terra toda, tal como o rio Nilo no Egipto[140]. Este povo de Camboja crê que todas as criaturas, tanto homens como animais, seja qual for o seu género, recebem na outra vida o que lhes é devido, seja bom ou mau[141].

No interior, para lá de Camboja e Sião, ainda há povos de várias nações[142], como os laos, que são muito numerosos e poderosos, outros chamados avás e bramás, que habitam perto dos montes, e outros que habitam nos montes, chamados gueos, que vivem como homens selvagens, comem carne humana e marcam todo o corpo com ferro quente, o que consideram decorativo. São estas as nações das quais há notícia, além de muitas outras que não conhecemos.

Da costa de Camboja ou Champá para leste, pelo mar fora, a cerca de 100 léguas, pouco mais ou menos, ficam as ilhas chamadas Luções, as quais foram descobertas

---

[138] De facto, primeiro, a costa corre para nordeste, a seguir, na direcção norte quarta a noroeste, e depois para noroeste.

[139] I.e., o golfo de Tonquim.

[140] A frase é uma versão bastante literal de um trecho de Camões (*Lus.*, X, 127).

[141] Refere-se à reencarnação ou metempsicose. Frase inspirada em Camões (*Lus.*, X, 127).

[142] Linschoten segue, quase à letra, o que diz Camões (*Lus.*, X, 126).

pela primeira vez pelos espanhóis da Nova Espanha no ano de 1564[143]. São também chamadas Las Manilas, aliás Filipinas, porque ao porto e cidade mais importante chamam Manila, e outros Luçon, pelo que são também chamadas as Luções. E os espanhóis puseram-lhes um nome derivado do de el-rei de Espanha, a saber, as Filipinas. Esta cidade de Luçon ou Manila demora em 14 graus. Perto desta cidade e ilha de Luçon, fica uma grande quantidade de ilhas, que todas em geral são chamadas as Manilas, Luções ou Filipinas, e que estão actualmente sob o domínio e sujeitas aos espanhóis. O seu governador e capitão reside na cidade de Manila ou Luçon, e é para lá mandado da Nova Espanha, da parte de el-rei, assim como um bispo, como chefe da Igreja.

Todas estas ilhas estiveram outrora sob o domínio da China, mas por uma razão qualquer foram abandonadas pelos chineses, pelo que entre os habitantes não houve governo nem polícia, ficando os mais poderosos como seus chefes. Viviam entre si como animais, pelo que os espanhóis tiveram pouca dificuldade em sujeitá-los. Baptizaram e cristianizaram muitos deles, cujo número aumenta de dia para dia.

É uma terra muito fértil; tem muito trigo e toda a espécie de caça de veados, corças e animais semelhantes, todo o género de gado, como búfalos, bois, vacas, porcos, cabras, etc. Tem muitos gatos-de-civeta, grande variedade de frutas como as da China, e grande abundância de mel e de peixe. Diz-se também que teria todo o género de especiarias, mas disso até agora não se tem a certeza, a não ser pelos espanhóis, que tal admitem, mas penso que é principalmente para enaltecer o que têm acima de todas as outras coisas, como têm por costume fazer.

Nestas ilhas fazem os da China grande trato, trazendo todo o género de mercadorias do seu país, tal como sedas, algodão, porcelanas, pólvora, súlfur, enxofre, ferro, aço, mercúrio e outros metais, cobre, farinha, nozes, castanhas, biscoito, dátiles, toda a espécie de tecidos, escrivaninhas e coisas semelhantes, e todas as curiosidades que se possa imaginar. Anualmente, ali chegam até 20 navios da China, cujas mercadorias são de novo embarcadas pelos espanhóis e transportadas para Nova Espanha e México, numa carreira que é hoje tão comum como a da Índia para Portugal.

Com isto, voltaremos a prosseguir com a descrição da costa, a saber, desde onde a deixámos, no interior do golfo da Cochinchina, para leste, até à ponta chamada Terra Alta, que fica a 60 léguas de distância, em 19 graus. Aqui começa o grande reino da China, do qual falaremos separadamente.

Este referido golfo é o fim do país de Camboja e da costa de Champá, e é onde começa o país chamado Cochinchina, a qual terra e costa se estende até à China, como foi dito. Esta terra da Cochinchina é dividida em dois ou três reinos que são tributários da China. A gente é, em pessoa, aparência, costumes e cerimónias, quase como a da China. É uma terra fértil em todos os víveres e mantimentos. Tem também grande quantidade da madeira *pau-de-águila* e da madeira cheirosa *calamba*, e igualmente muita seda e outras mercadorias como as da China.

[143] Linschoten parece referir-se à expedição de Legazpi, que partiu do México a 25 de Novembro de 1564, com destino às Filipinas. Foi durante essa viagem que o piloto Andrés de Urdaneta descobriu finalmente a rota mais setentrional que permitia regressar ao continente americano. Porém, o arquipélago foi descoberto por Magalhães, que lá desembarcou a 16 de Março de 1521.

A 10 léguas da terra firme desta ponta, na direcção leste quarta a sueste, fica a ilha de Ainão, que é uma ilha e província da China. Entre esta ilha e a terra firme há uma pescaria de todo o género de pérolas.

A 90 léguas desta ponta, continuando pela costa na direcção nordeste quarta a leste, em 22 graus e meio, situa-se a ilha e cidade de Macau. É habitada pelos portugueses juntamente com os naturais chineses. A 30 léguas de Macau, para noroeste[144], dentro de uma entrada ou rio que está cheio de ilhas, fica a cidade de Cantão, numa altura de 24 graus e meio. É a capital desta província e uma grande cidade comercial, de onde os portugueses recebem as suas mercadorias, sendo o único lugar onde têm a sua comunicação com toda a China.

Capítulo 23

Da grande fertilidade, riqueza e poder da terra da China, e de outras coisas notáveis dela.

A terra da China[145] está situada por baixo do Tropicus Cancri, e a sua costa estende-se para sudoeste e para nordeste por 400 léguas. Tem do lado sudoeste o reino da Cochinchina, e do lado noroeste e norte a Tartária, e dos países que ficam a oeste da China diz-se que têm gente branca, sendo a terra chamada Cataio[146], onde se julga haver muitos cristãos. Esta terra confinaria e seria vizinha da Pérsia. Voltando à matéria com que começámos, a China tem, entre a Tartária e o seu país, uma muralha de (segundo se diz) quinhentas léguas de comprimento. Entenda-se isto deste modo: existem montanhas muito altas e alguns vales entre elas, que no seu total podem ser calculados em quase 80 léguas, e estes vales são alteados com muralhas e nivelados com as montanhas, pelo que a terra toda fica fechada dentro de uma cerca e baluarte, para se proteger dos tártaros, que são os seus maiores inimigos. Estes, em tempos passados, antes de esta muralha ser construída, percorreram e saquearam quase todo o reino, e até o tiveram em seu poder muitos anos, como mostra a história. Porém, foram de novo expulsos, e depois os chineses protegeram-se com esta muralha, sendo desde então deixados em paz pelos tártaros.

O reino da China é dividido em quinze províncias, incluindo a ilha e província de Ainão, e cada província tem uma capital, da qual toda a província toma o nome. No centro deste reino há um grande charco ou lago, onde nascem muitos rios e ribeiros, que se espalham e distribuem pelo país inteiro, em tamanha quantidade que se pode atravessá-lo com grande variedade de barcaças, barcas e *bergantins* que lá usam.

---

[144] De facto, quase norte.

[145] A fonte que Linschoten utilizou para a descrição da China foi a *História del Gran Reyno de la China* (Roma, 1585) de González de Mendoza, como se pode concluir da ortografia dos topónimos e nomes próprios. De facto, neste capítulo e no capítulo seguinte, Linschoten quase se limita a dar um resumo bastante fiel de largos trechos do original, escolhendo os tópicos que deve ter achado mais importantes.

[146] Quando Linschoten escrevia, a identificação segura entre a China e o Cataio ainda não havia sido feita, muito embora vários autores tivessem adiantado a sugestão, e nomeadamente Fr. Martín de Rada, em 1575.

A abundância desta água faz com que a terra seja tão fértil em todas as coisas, e a maior parte das cidades, aldeias e povoações é construída ao lado dos rios e águas, do que tiram grande proveito, todas as coisas sendo levadas, em grande abundância, de umas para as outras.

A costa marítima é a maior de que até agora se tem notícia, e nesta costa se situam cinco províncias, a saber, a de Cantão, à qual se segue, para nordeste, a de Chinchéu, e assim por diante, Liampó, Nanquim e Pequim, que é a última, para nordeste[147]. Nesta província, o rei tem a sua corte e residência, e a maior parte dos seus homens de armas, pois esta província é a que fica mais próxima da terra da Tartária. Afirmam que esta província é uma das melhores de toda a China, razão pela qual o rei aí se detém.

Os rios e portos da terra estão tão cheios de barcaças e barcos fluviais e outros que é um milagre para contar. Pois afirmam que só no porto e rio de Cantão se encontram mais navios e barcos que em toda a Espanha. A terra é tão fértil, em virtude do seu bom ar e clima ameno, que tem todas as coisas em grande abundância, como trigo, arroz e outros cereais e grãos semelhantes, que são semeados e ceifados todo o ano.

No interior há alguns elefantes[148], leões, tigres, e outros animais ferozes. Há muitos animais de almíscar, que são do tamanho e feição de um cão pequeno, os quais são mortos e enterrados por alguns dias, e uma vez apodrecidos e bem moídos com pancadas, de maneira que o sangue e a carne fiquem bem juntos e misturados, fazem-se da pele bolas redondas, juntando a carne e o sangue, com o peso de uma *onça*, às quais os portugueses chamam *papos*, e que levam para toda a parte. Na terra há também muitos gatos-de-*algália*, ou civeta, e âmbar; têm ainda cavalos, mas mais pequenos do que os da Europa. Gansos, galinhas, patos e aves semelhantes, são muito abundantes. Há igualmente muito peixe de rio e de mar, e todas as outras necessidades e víveres.

A terra tem muitas minas de prata e de ouro, mas o rei não as deixa explorar, pois considera-as um tesouro bem guardado; por isso, procuram obter ambas as coisas de fora. Contudo, de um modo geral, têm todos em casa muitas riquezas em ouro, prata e outras jóias comuns. Pelo seu valor, estimam muito mais a prata do que o ouro, visto que o ouro existe em muitas laias e preços, enquanto a prata tem sempre um preço fixo. Têm igualmente muitas pérolas e *aljôfar*, que vêm da ilha e província de Ainão; também têm muito mercúrio, cobre, ferro, aço, latão, estanho, chumbo, enxofre e outros metais semelhantes; e têm também âmbar.

Além de todas as riquezas e rendimentos incalculáveis que o rei da China tem, diz-se que juntou igualmente grandes e secretos tesouros, nas capitais das províncias.

É um costume tão vulgar usar seda neste país, como usar nos nossos países pano grosso vulgar e linho. Usam, até para os sapatos, seda, cetim e também *brocado*, que é pano da cor de ouro e prata, com lindos desenhos e bordados. E isto por causa da quantidade incalculável de seda que há por todo o país. E afirma-se como verdadeiro que, só da cidade de Cantão, mais de três mil *quintais* de seda são levados anualmente para a Índia, tudo vendido a peso. E mesmo tirando a seda que é levada anualmente para as ilhas do Japão e dos Luções, ou Filipinas, e para o país do Sião e outras regiões circunvizinhas, ainda resta tanta no país que chegava para carregar frotas intei-

[147] De facto, noroeste quarta a norte.

[148] Os elefantes não são naturais da China.

ras, sem que se desse pela falta dela. Há lá igualmente muito linho e algodão, e tão barato que parece milagre.

É incrível dar conta das porcelanas que lá são feitas e dali, anualmente, levadas para a Índia, Portugal, Nova Espanha e outros destinos. Porém, a mais fina não pode sair do país, sob pena corporal, pois destina-se exclusivamente aos senhores e governadores do país. Estas peças são tão finas, que nenhum copo de cristal se iguala a elas.

Estas porcelanas são fabricadas no interior do país, de uma espécie de terra que é muito dura, a qual é partida em bocados ou moída, e depois posta de molho em água, dentro de recipientes de pedra de cantaria, feitos para este efeito. E quando está bem amolecida e muito mexida, como se bate o leite para fazer manteiga, fazem do que está à superfície as peças mais finas, e do que fica mais abaixo peças mais grossas, e assim por diante. E pintam-nas, fazendo nelas as figuras e retratos que quiserem, e assim são secas e cozidas no forno.

Anotação de Paludanus

A maneira de fazer porcelana é descrita por Scaliger do seguinte modo, no seu livro *De subtilitate*, no 92.º exercício[149]: Cascas de ovo e conchas do mar, que são chamadas porcelanas, de onde vem o nome da louça de barro, são pisadas até se obter um pó fino, que é misturado com água, do qual formam os pratos e outras louças. Estas são enterradas durante cem anos, sendo desenterradas e vendidas quando atingem a perfeição. Outros dizem que não são as louças, mas sim o pó que é enterrado. Porém, a opinião de Jan Huygen[150] parece estar mais perto da verdade, quando diz que são feitas de terra, tal como outros potes e jarros no nosso país.

O país também abunda em açúcar, mel e cera, e tem todo o género de especiarias, raízes e plantas, todas as frutas como nos nossos países, e muito mais do que em Espanha, e ainda outras espécies de frutas que aqui não são conhecidas, tudo muito barato. Há lá laranjas que em doçura ultrapassam o açúcar. Existe lá também uma fruta, chamada *líchias*, que são como ameixas, mas com um sabor diferente, e são muito boas e muito louvadas pelas pessoas que as provaram. Em suma, tem tudo o que se possa imaginar e desejar.

As regalias e domínios do rei da China são tão grandes que dificilmente se crerão. Pois recebe anualmente, só da alfândega de um rio na província de Cantão, do sal que aí se produz, um milhão e meio em ouro, do qual se pode inferir todas as outras coisas em proporção.

Todas as cidades neste país são cercadas de cercas e muralhas de pedra de cantaria e baluartes muito fortes, e têm todas fossos com água ou rios em volta, para se protegerem. Não têm quaisquer fortalezas ou castelos, a não ser, somente, torres for-

---

[149] Paludanus refere-se ao «Exercitatio XCII» in *Exotericarum exercitationum liber quintus decimus, de subtilitate (...)*, Paris, 1575. No referido «exercício», Scaliger atribui a mesma opinião acerca do fabrico da porcelana a «Doardo Barbosa», que conhecia na tradução italiana, publicada pela primeira vez por G. B. Ramusio (*Delle Navigationi et Viaggi*, Vol. I, Veneza, 1550).

[150] Linschoten baseia-se em Mendoza, mas poderia ter encontrado idênticas informações no *Tratado das cousas da China* de Fr. Gaspar da Cruz (Évora, 1569-1570).

tificadas por cima de cada porta de cidade, onde têm a sua artilharia para defender a dita cidade. Usam todo o género de armas, nomeadamente espingardas, arcos, lanças de muitas variedades, espadins como terçados, e sabres, e também rodelas.

Quando vão à guerra, todos os soldados usam vestidos compridos até aos joelhos, forrados de algodão, de maneira que podem aparar um golpe de lança ou de espada. Aqueles que são soldados e estão a soldo do rei usam como sinal disso um chapéu vermelho ou amarelo; são tantos que são inumeráveis. Têm os seus capitães de dez, de cem, de mil, de dez mil, de vinte mil e assim por diante. Todos estes capitães podem ser reconhecidos e distinguidos por certos sinais, uns diferentes dos outros, pelos quais se sabe o número dos seus subordinados. Cada lua nova são passados em revista e pagos, tudo em prata, porque não usam outra moeda. É prata cortada em bocados e pesada, que é a maneira que têm para gastar e receber todo o dinheiro, andando para esse efeito sempre munidos de pequenas balanças e de um instrumento para cortar e talhar a prata. Cada lua nova um soldado tem por pré ou soldo o valor de um real espanhol e meio em prata, o qual se pode calcular, pelo valor de todas as coisas, em mais de quatro ducados ou doze florins Carolus entre nós.

A sua religião e cerimónias são gentias, sem qualquer mistura da lei de Maomé, nem de qualquer outra seita. Adoram o diabo em muitos lugares, unicamente para ele lhes não fazer nenhum mal. Quando alguém está moribundo, põem-no em frente de um diabo pintado que tem o sol na mão direita e uma adaga na mão esquerda, o qual diabo é representado de uma maneira muito ameaçadora. Então, mandam o doente olhá-lo muito fixamente, a fim de tê-lo como amigo no outro mundo, para que ele ali não lhe faça mal. Adoram o sol e a lua, que crêem ser marido e mulher, e quando se dá algum eclipse, fazem grandes sacrifícios, porque temem que Deus lhes queira tirar a vida e fazê-los perecer, e ficam em grande agitação e aflição. Crêem todos na imortalidade da alma, e que mais tarde, na outra vida, receberão a paga, boa ou má, conforme as suas obras, pelo que costumam fazer bonitos e prolongados funerais; e crêem que não morrem mais no outro mundo, mas vivem eternamente.

No país há também muitas e bonitas universidades e estudos ou escolas, onde são estudadas a filosofia e as leis do país, pois ninguém na China é respeitado ou honrado pela sua ascendência ou nascimento, nem pelas suas riquezas, mas unicamente pela sua sabedoria e ciência. São os estudiosos que desempenham os ofícios em todas as cidades e governam, e são servidos e honrados com grande solenidade e veneração. Vivem em grande voluptuosidade e são respeitados como deuses. Estes são chamados *louteas* e *mandarins*; são sempre levados pelas ruas em cadeiras, forradas de cortinas de seda e de tecidos de ouro e prata. São muito inclinados a banquetes, comidas e bebidas e ostentações elegantes, assim como todos os chineses. Ninguém pode desempenhar o ofício de administrador, governador ou qualquer outro ofício de justiça, na cidade ou no lugar onde nasceu, e dizem que o rei assim o ordenou para evitar que os amigos ou a terra natal fossem incentivo de iniquidades e injustiças, ou de desserviço do rei. Quando um dos referidos dignitários vier a morrer na China, mandará matar muitos dos seus servidores e mulheres, e fechá-los-á consigo no seu túmulo, juntamente com todo o género de víveres e necessidades, e muitas jóias, crendo desta maneira ir bem aviado e em boa companhia para a outra vida.

O país tem um clima muito ameno e bom ar, pois começa na altura de 19 graus e ultrapassa em alguns lugares os 50 graus, pelo que se pode presumir que seja bem fértil, o que igualmente contribui para o trabalho contínuo e constante que os naturais fazem para cultivar a terra. Pois não se perde um palmo de terra; até às montanhas e colinas, toda ela é lavrada e plantada, por motivo de haver tanta gente. Não há memória de que alguma vez houvesse peste. Também têm uma lei muito severa, segundo a qual ninguém pode sair do país sem autorização, nem podem estrangeiros entrar no país sem ela, sob pena corporal. Igualmente, por todo o país, ninguém pode andar a vadiar ou mendigar, o que é rigorosamente controlado e bem regulamentado.

O povo é bem feito e, de modo geral, gordo e robusto de corpo; têm caras largas e redondas, olhos pequenos, grandes pálpebras, e sobrancelhas muito altas; têm narizes pequenos e chatos, pouca barba, sete ou oito pêlos por cima e por baixo da boca, no queixo, cabelo muito preto, que estimam muito e com o qual têm muitos cuidados, penteando-o e mantendo-o limpo, tanto homens como mulheres; e usam-no tão comprido quanto crescer, e atado num nó em cima da cabeça, com uma rede ou coifa de malha de seda por cima. Os que vivem à beira-mar, como nos lugares onde os portugueses tratam, a saber, em Macau e Cantão, são morenos, como os mouros brancos na África e na Berberia, e, em parte, os espanhóis; mas os do interior do país são como os holandeses e alemães, quer dizer, na cor. Há também alguns entre eles que são completamente pretos, com olhos grandes e muita barba, mas são poucos. Pode presumir-se, como os da China também contam, que são descendentes de qualquer mistura com tártaros e seus vizinhos, ou com outras nações estrangeiras, quando lhes era permitido comunicar com eles e tinham os seus tratos e navegação por toda a parte, o que agora lhes é interdito, como já referimos.

Usam as unhas da mão esquerda muito compridas, e as da mão direita cortadas, o que têm por uma cerimónia da sua lei e religião. O vestuário, como foi dito, é na maior parte de seda de todas as cores, a saber, o da gente rica e da classe média; os outros e os pobres usam vestuário de tecido de algodão e de *saios* pretos e coloridos, com apetrechos afins. Tecidos de lã ou veludo não sabem fazer em toda a China, embora haja lã quanto baste e uma multidão de carneiros; não obstante, não a sabem trabalhar e ficam muito admirados quando os portugueses levam para lá estes tecidos. As mulheres andam muito ricamente vestidas, com vestidos compridos e largos; usam muitas jóias e adornos na cabeça, no cabelo e no corpo; mantêm de modo geral as mãos cobertas; são vistas muito raramente e ficam a maior parte do tempo fechadas em casa. Consideram um sinal de beleza ter os pés pequenos, razão pela qual desde pequenas lhes enfaixam os pés com tanta força que não se podem desenvolver completamente e quase não conseguem andar, a não ser como se fossem meio-coxas. Este costume foi inventado pelos homens, para impedi-las de andar muito, pois eles são muito ciumentos e elas extremamente luxuriosas e impudicas; porém, é considerado uma formosura e adorno das mulheres. Aquelas que são de algumas posses e distinção são levadas pelas ruas em cadeiras, forradas e cobertas de cortinas de seda, cetim, damasco, bordadas com fio de prata e de ouro, e com pequenas grades, de maneira que podem ver mas não podem ser vistas por ninguém.

Capítulo 24

Das províncias, cidades e outras coisas memoráveis do reino da China.

O reino da China divide-se em quinze províncias, cada uma, segundo se escreve, do tamanho do melhor reino da Europa, e governada por um *vice-rei* ou governador, a quem os chineses chamam «cochin». Duas destas províncias são governadas pelo rei e seu conselheiro mais próximo, a saber, Nanquim[151] e Pequim[152], onde o rei tem a sua residência. As outras províncias chamam-se Fukien, Yunan, Shensi, Sechuan, Shansi, Hukuang, Kuangsi, Honan, Cantão, Kueichou, Chekiang, Kiangsi e Ainão[153]. Quase todas estas províncias são atravessadas por rios e ribeiros, e comunicam umas com as outras por água e por terra, muito proveitosamente. Calculam os próprios chineses, nas suas histórias e memoriais, que há nestas quinze províncias 591 grandes cidades e 1593 cidades menores, fora as aldeias e povoações, algumas das quais são do tamanho de cidades, de onde se pode deduzir a grandeza do país. A maior parte destas cidades é construída à beira dos rios e dos cursos de água, e cercada com fossos largos e muralhas belas e grossas, todas de pedra de cantaria. Fora das muralhas, quer dizer, entre os fossos e as cercas, há um lugar ou espaço tão largo que seis homens a cavalo aí podem andar uns ao lado dos outros, e o mesmo do lado de dentro, o que foi feito para a inspecção e manutenção das muralhas, a que prestam muita atenção, a fim de tê-las sempre bem consertadas.

Os caminhos e carreiros de todo o reino são muito formosamente pavimentados, e alisados e aplanados por toda a parte, até nas montanhas. E a entrada ou o frontispício das cidades é enfeitada muito elegantemente, com obras de arquitectura preciosas e engenhosas, com três ou quatro portas umas ao lado das outras, todas chapeadas de ferro. E as ruas, nas cidades e aldeias, são muito formosamente empedradas e pavimentadas, todas construídas de forma perpendicular; quem está de um lado, pode ver até ao fim da rua, por mais comprida que seja, por causa da sua rectidão. Em todas as extremidades das ruas foram construídas abóbadas, onde se encontram sempre tendas cheias de todo o género de mercadorias e preciosidades, de todos os ofícios que se possa imaginar. Por cima de todas as ruas, há muitos arcos de pedra de cantaria, construídos e pintados muito bela e primorosamente, os quais colocam nas ruas em virtude de fazerem todas as suas festas e divertimentos e outras cerimónias religiosas à noite, estando então estes arcos cheios de lustres e archotes, o que apresenta um espectáculo formoso. As casas são geralmente de três portas, umas ao lado das outras, por conveniência, sendo a porta do meio a maior e as do lado em conformidade. As casas são geralmente baixas, sem andares e térreas, mas no interior muito espaçosas e com grandes divisões e jardins de recreio, cheias de todo o género de curiosidades e ornamentos.

---

[151] A capital da área metropolitana de Nan-Chihli.

[152] A capital da área metropolitana de Pei-Chihli.

[153] Linschoten baseia-se em Mendoza, mas faz alguma confusão. Incluiu Ainão mas esqueceu-se de Shantung.

A cidade onde o rei reside e tem a sua corte é chamada Xuntien ou Taybijn, e por alguns Quinzay[154]. Este nome Xuntien quer dizer na língua chinesa: cidade celeste; está situada na província de Pequim e da sua grandeza escrevem e contam coisas maravilhosas. Afirmam que, no interior das muralhas da cidade, a distância de uma porta a outra é a que um homem a cavalo pode andar num dia, e contam mais mil outros milagres dela, o que deixo de fazer para evitar que o meu relato se torne fastidioso. Nesta cidade, o rei tem o seu paço, com tudo o que se possa imaginar para se divertir, a ele, às suas mulheres e à sua corte. Nunca saem, ou muito raramente; pelo que são vistos raras vezes ou nunca, para manter a sua autoridade e também por medo que lhes aconteça algum mal. Em todo o país não há senhores com títulos, tais como condes, duques ou outros semelhantes, nem qualquer um que tenha vassalos, domínio, jurisdição ou propriedades, a não ser dados pelo rei de sua livre vontade. E quando morrem, tudo volta de novo para o rei, e este, se quiser, pode-o tirar aos filhos; mas, habitualmente, deixa-o nas mãos deles, quando têm capacidade para tal, e com uma nova nomeação e obrigação do serviço do rei. Em todas as capitais, onde os *vice-reis* ou governadores das províncias residem e desempenham as suas funções, está pendurado um retrato ou imagem do rei, coberto por cortinas de pano de ouro, onde todos os oficiais, comandantes, *louteas*, *mandarins*, etc., vêm diariamente, para lhe prestar a devida reverência e consideração, como se lá estivesse presente, vivo e em pessoa. O título do rei é: rei e senhor do mundo e filho do céu.

Ninguém, em toda a China, pode andar armado, nem ter armas em casa, a não ser aqueles que foram para isso ordenados e estão a soldo do rei, como os seus soldados, cujos filhos seguem o mesmo ofício de soldado. Os chineses são grandes artistas e muito engenhosos, como se pode ver em todas as obras que vêm de lá. Constroem e utilizam carretas com velas à maneira de barcas, sobre rodas, com tanta subtileza que andam num campo plano, propulsionadas pelo vento, como se estivessem na água. São muito astutos nas compras e vendas. Todos os tendeiros que têm lojas têm uma placa à porta, onde está escrito tudo o que têm à venda. Todos os ofícios ou profissões de trabalho manual têm, cada qual, uma rua à parte, e vivem juntos entre si, e os seus filhos e a sua progenitura devem seguir o ofício e a profissão dos seus antepassados, a não ser que possuam licença da justiça e dos governadores para não o fazer. Quando alguém é muito rico, é-lhe permitido não trabalhar; não obstante, deve ter empregados e manter a loja. O dinheiro e a moeda que se usa por toda a China é ouro e prata, cortados em pequenas peças, até ao centavo, e assim gastos e recebidos a peso. Do mesmo modo, todas as mercadorias, seja de que género forem, até as galinhas, gansos, peixe e afins, são compradas e vendidas a peso.

Têm uma mulher que consideram legal, e além dela tantas quantas possam sustentar. O filho da mulher verdadeira herda a maior parte dos bens, e o que sobrar é partilhado entre os outros filhos, em partes iguais. Casam com quem quiserem, à excepção de irmãs e filhos de irmãs ou de tios. Antes de levar a noiva para casa, o

[154] Xuntien: Shunt'ienfu («cidade que obedece ao céu» ou «região que inclui a capital do império», termo que designava a cidade e prefeitura de Pequim); Taybijn: não identificado, Mendoza fala de «Taibinco»; Quinzay: King-su («capital do reino») ou Kinsai («Cidade celeste», segundo Marco Polo, que usa o mesmo nome para a cidade de Hangchou).

noivo tem de dotar certos bens, que entrega à noiva, que os entrega ao pai ou à mãe, para as despesas da sua educação, e só então vai para a casa do noivo. Com o que desta maneira recebem para as suas filhas, os pais podem fazer o que quiserem, e gastá-lo a seu bel-prazer, e o que sobrar, depois da morte dos pais, volta de novo para as filhas cujos maridos o deram para as suas mulheres, de maneira que quem tiver mais filhas é o mais rico, como se ouve dizer.

Nos desenhos e retratos que se seguem[155], podem ver-se as figuras dos chineses, tanto homens como mulheres, e dos *mandarins* ou governadores e poderosos, tal como são levados pelas ruas e dão os seus passeios de barco nos rios, onde se divertem comendo e bebendo, etc.

Os chineses têm muitas falas e línguas distintas, mas todos se percebem uns aos outros, pois escrevem todas as coisas com figuras ou caracteres, pelo que o seu abecedário é sem conta e inumerável. Estas figuras, juntamente com o papel de várias cores, e também penas e tinta, podem ver-se em casa de Paludanus. E são necessárias uma boa memória e uma prolongada prática para alguém poder entender e usar tudo correctamente, razão pela qual os sábios são tão estimados entre eles. O papel é igual ao da Europa, mas não tão branco, e também muito mais fino e liso; fazem-no igualmente em todas as cores, o que é muito bonito. Escrevem com penas de cana, em que é metido um pequeno pincel como o que os pintores usam. A imprensa, a artilharia, a pólvora e as munições correspondentes, existem na China há já muitas centenas de anos, e são muito comuns, pelo que não fazem ideia ou têm memória de quando tiveram a sua origem. Contam os seus memoriais e crónicas que o seu primeiro rei, que era um grande nigromante e que governou há muitos milhares de anos, foi o primeiro a inventar a utilização da artilharia e das munições correspondentes. Do mesmo modo, a imprensa é muito antiga, pois encontram-se livros que foram impressos na China quinhentos ou seiscentos anos antes do que se tem memória na Europa[156]. Na China há muitíssimos livros, porque são muito dados a descrever todas as coisas, tanto as que dizem respeito ao seu próprio país e sua história, como também outras coisas memoráveis, artes, leis e decretos, e igualmente todas as polícias e ordenações civis e governos, no que se assemelham e ultrapassam os antigos gregos e romanos.

O costume que têm para os seus banquetes e refeições é que se põem tantas mesas quantas as pessoas que foram convidadas, mesmo se for uma centena. As mesas são muito lindamente pintadas, douradas e enfeitadas com todo o género de festões e figuras, que são muito agradáveis de ver, pelo que não usam quaisquer toalhas, a não ser panos pelas bordas, descaindo até ao chão, de seda, damasco, ouro ou prata, conforme a posição dos convidados, e aos cantos das mesas estão penduradas muitas alcofinhas de malha, cheias de todo o género de flores cheirosas, figuras e estatuetas de toda a espécie, todas primorosamente feitas de açúcar dourado. No centro das mesas põe-se a comida, muito bem preparada, em boa ordenação, a qual vem toda muito preciosamente arranjada e preparada em pratos de porcelana fina ou

[155] Ver as gravuras n.os 4 e 5.

[156] Na verdade, a imprensa com tipos móveis era conhecida na China vários séculos antes da invenção da imprensa na Europa.

prata. A comida, tanto peixe como carne, e seja o que for, vem toda cortada, com todos os ossos e espinhas já tirados. Nunca a tocam com as mãos, mas pegam-lhe com dois pauzinhos arredondados, uns exemplares dos quais, oferecidos por mim, podem ser vistos em casa de Paludanus. Usam-nos em vez de garfos, e estão tão habituados a eles que não deixam cair nenhum pedaço ou migalha, pelo que não usam de todo guardanapos ou toalhinhas para se limparem, porque não precisam, nunca sujando as mãos nem a boca. A sua bebida é vinho de arroz, preparado da mesma maneira que a cerveja. Bebem frequentemente, mas muito pouco de cada vez; devem beber umas 20 vezes de um copinho ou tacinha de porcelana antes de terminar. Fazem os seus banquetes e bodas com muitos divertimentos musicais. Têm igualmente grande variedade de iguarias, que são preparadas com muitos cuidados.

Os seus costumes de cortesia são os seguintes: o povo comum, quando se encontra, fecha a mão esquerda, que cobre com a mão direita, levando-as desta maneira ao peito, com muitas vénias e reverências com a cabeça para baixo, assim dando a entender que se amam tanto uns aos outros e são tão unidos ou ligados como as suas mãos, e isto muito afectuosamente, utilizando muitas palavras corteses. Entre a nobreza ou os *mandarins*, quando se encontram, fecham logo ambas as mãos, com os dedos uns contra os outros, fazendo assim com os braços uma curva ou arco, ficando parados com vénias e inclinações da cabeça e do corpo inteiro, com muitas cortesias sobre quem vai passar primeiro, e ainda outras cerimónias que se usam entre os grandes senhores, que são demasiadamente demoradas para contar. E com isto quero terminar o que se refere às suas cerimónias e a outras coisas, e o que diz respeito ao país, como a concisão deste meu relato exige, pois quem quisesse contar tudo pormenorizada e particularmente bem precisava de cem resmas de papel. Porém, quem tiver vontade de saber mais sobre este assunto, leia um livro sobre este mesmo reino da China, escrito por um religioso espanhol, chamado frei Juan González de Mendoza, o qual foi traduzido do espanhol para a língua latina. Embora contenha alguns erros devidos a deficientes informações recebidas pelo autor, conta muitas coisas e particularidades que são verdadeiras e dignas de leitura.

Capítulo 25

Da cidade e ilha de Macau na China, onde os portugueses residem e fazem os seus negócios, e também do seu tráfico, mercadorias e alguns dos seus preços, com os pesos, medidas e moedas, tanto dos chineses como dos malaios, que lá têm os seus negócios diariamente.

A ilha e cidade de Macau é habitada pelos portugueses juntamente com os naturais da China. Têm os seus negócios com os de Cantão, de onde os chineses lhes trazem e vêm comprar todas as mercadorias, sem os portugueses poderem navegar até lá, a não ser quando chega a Macau qualquer navio da Índia. Neste caso, são logo tiradas as suas medidas pelo *mandarim* ou governador de Macau, isto é, a largura e o

comprimento do navio, e com base nisso sabem fazer os seus cálculos para lhe cobrarem os direitos alfandegários. Feito isto, pode carregar-se o que se quiser e quanto se quiser, sem pagar nem ficar a dever nada mais. É permitido escolher um português para, como feitor e em nome de todos, navegar até Cantão, para comprar o que desejarem; porém, deve passar todas as noites fora da cidade, nos arrabaldes, sob penas consideráveis.

Esta cidade de Macau tem um bispo português, que é sufragâneo do arcebispo de Goa, como foi dito. Aqui vem todos os anos um navio da Índia, com patente particular de el-rei de Portugal, cuja capitania é dada a pessoas de grande prestígio e autoridade, iguais aos capitães das fortalezas. E o mesmo navio vai de Macau para o Japão, onde toma carga, e volta assim de novo para Macau, e daí para Malaca, e assim em diante, até Goa. Ninguém pode fazer esta viagem, excepto aqueles que tenham uma tal patente de el-rei, um de cada vez, porque todos os anos só um navio pode sair de Goa para fazer esta viagem, a qual é normalmente dada como recompensa de qualquer serviço prestado a el-rei na Índia, como se passa com todos os outros ofícios. Porém, quem quiser pode fretar navios mercantes só para a China e para Malaca, entendendo-se que até ao Japão não vai ninguém, com excepção daquele a quem el-rei deu a sua autorização e concedeu a sua patente. E na China e em Malaca ninguém pode carregar, nem descarregar, nem fretar, antes que aquele da parte de el-rei esteja despachado, com a sua carga e frete inteiro. Só então cada um pode fazer o que pretende, com os navios que quiser, a saber: viajar da China para Malaca e Goa, e de volta.

Os capitães da carreira do Japão fazem grande proveito numa viagem, e dispondo de algum capital para iniciar a viagem com um bom navio, com uma capacidade de setecentos a oitocentos **last**, podem até fazer um proveito de 150 a 200 mil ducados. Esta única viagem nunca leva menos de três anos, pois partindo em Abril de Goa para Malaca, às vezes são aí obrigados a esperar algum tempo pelos ventos que sopram em épocas fixas, durante certos meses, as chamadas *monções*. De Malaca navegam para Macau, onde esperam quase nove meses pela *monção*, e então navegam para o Japão, onde também têm de esperar alguns meses antes de poderem voltar com a *monção* para Macau, onde se detêm de novo o mesmo tempo que na vinda, pelo que na ida e volta passam três anos. Durante todo o período de residência do capitão da carreira, tanto em Macau como no Japão, ele é o supremo governador e juiz local, tal como o *vice-rei* na Índia e os capitães nas suas fortalezas. Pois na altura em que um parte de Macau para o Japão, chega um outro de Goa, para fazer a mesma viagem após o primeiro ter terminado a sua, e quando o primeiro volta a Macau do Japão, vai o segundo para o Japão, e assim o primeiro fica outra vez governador, até à altura de partir de volta para Malaca e para a Índia. E desta maneira Macau tem sempre um regente ou capitão como governador, como foi dito. As mercadorias enviadas de Macau para o Japão são sedas, e de volta só trazem prata, com a qual fazem grande proveito.

E porque estamos tratando do comércio, a saber, de Macau, pareceu-me bem referir aqui algumas mercadorias que os portugueses ali costumam comprar e vender, assim como os seus preços correntes, aproximadamente. E também juntei aqui os pesos e as moedas, tanto da China como de Malaca, pela proximidade e grande comunicação e comércio que têm entre si, mais do que com os outros lugares da

Índia, e porque os cálculos e os pesos são diferentes dos da Índia. Assim, deve entender-se que na China há três variedades de seda, a saber: uma variedade chamada Nanquim, que é considerada a melhor; e uma outra chamada Fuh-sjan, que também é boa; e a terceira e pior seda, chamada Nankhang. Além destas, ainda há outras variedades de seda. Há seda não fiada, chamada seda crua, e também seda fiada e torcida, a que os portugueses chamam *retrós*. Cada *pico* (que é um certo peso, como contaremos mais adiante) de seda branca crua de Nanquim, vale geralmente cerca de 145 a 150 reais-de-oito ou táleres reais do mesmo valor. O *pico* de seda branca crua de Fuh-sjan vale de 140 a 145 reais-de-oito. O *pico* de seda crua de Nankhang vale de 75 a 80 reais-de-oito. O *pico* de *retrós* ou seda branca torcida de Nanquim vale de 160 a 170 reais-de-oito. O *pico* de *retrós* ou seda torcida, branca e de outras cores, de Fuh-sjan ou Sechuan vale até 130 ou 135 reais-de-oito. O *pico* de *retrós* ou seda branca torcida de Cantão vale de 55 a 60 reais-de-oito; a seda torcida de todas as cores tem o mesmo preço. O *pico* de seda não fiada a cores de Cantão vale de 55 a 60 reais-de-oito. As musselinas de seda branca de 14 côvados cada uma valem geralmente, de ano para ano, até 50 ou 55 reais-de-oito a centena. O *cate* (que são 20 *onças*) de almíscar vale geralmente, de ano para ano, de 6 a 7 reais-de-oito. As outras curiosidades e mercadorias da China têm os seus preços diferentes, dependendo da altura, e não são tão comuns como estas. As mercadorias referidas são o negócio dos portugueses e a principal riqueza e exportação da China para todas as regiões circundantes.

Falando agora dos pesos e moedas da China e de Malaca, deve saber-se que um peso a que em Malaca se chama *bar* equivale a três *picos*, e cada *pico* equivale a 66⅔ *cates*, pelo que três *picos*, que são um *bar*, são 200 *cates*, tanto de peso graúdo como de peso miúdo. Um *bar* da China, tem 300 *cates*, que equivalem a 200 *cates* de Malaca, peso miúdo, pois 3 *cates* da China perfazem em Malaca dois *cates* de peso miúdo. Um *cate* da China contém 16 *taéis*, peso chinês, que equivalem a 14 *taéis* em Malaca, o que é o mesmo que 20¾ *onças*, peso português. Usam também um peso chamado *mão*; cada *mão* contém 12 *cates* de peso miúdo, e cada *cate* contém 22 *taéis*, e 16 *mãos* mais 8 *cates* perfazem precisamente 200 *cates*, o que é o mesmo que um *bar* em peso miúdo. Entenda-se também, que um *tael* de Malaca contém 16 *mazes*, e que 10¼ *mazes* são uma *onça* portuguesa, perfazendo uma *onça* e meia exactamente 16 *mazes* e um oitavo de um *maz*[157]. As pedras chamadas *bezar* ou *bazar* são vendidas em *mazes*, valendo cada *maz* 2 ou 3 ducados, conforme o seu tamanho e qualidade. Em Malaca existem dois tipos de pesos, a saber, graúdo e miúdo, com a seguinte explicação: um *bar* de peso graúdo são 200 *cates*, e 1 *cate* são 26 *taéis*, sendo um *tael* 1½ *onças* escassas de peso português. Em peso miúdo, um *bar* equivale a 200 *cates*, e um *cate* a 22 *taéis*, sendo um *tael* 1½ *onças* largas de peso português. São pesadas em peso graúdo as mercadorias seguintes: pimenta, cravo, noz-moscada, maça, sândalo vermelho e branco, pedra-ume, sanguis draconis, *pau-de-águila*, algália e *sapão*. São pesadas em peso miúdo as seguintes mercadorias: mercúrio, vermelhão, cobre, latão, marfim, seda, almíscar, âmbar, *calamba* ou *lenho aloés*, estanho, chumbo, *lancoa*, óleo de flores de noz-moscada, *verdete*, *roçamalha*, *benjoim*, cânfora, etc. As mercadorias que os portugueses trazem para vender na China são estas: a melhor e maior parte, com que se

[157] Mais exactamente: 15⅜ mazes.

faz o proveito maior e mais seguro, são reais-de-oito, que equivalem na China a mais de cinco *tostões*; não é porque os prefiram a outra prata, mas apreciam toda a prata, pois cortam-na logo em pedaços, para assim a gastar e usar à sua maneira, como foi dito; trazem também alguns vinhos, tanto portugueses como indianos, e igualmente azeite, que lá é muito apreciado, veludo e escarlate, que eles não têm de todo, nem sabem fazer de maneira nenhuma, embora tenham assaz de carneiros e lã; trazem ainda espelhos, marfim e todo o género de enfeites de cristal e de vidro. Relógios e curiosidades do mesmo género seriam lá muito apreciados. Com isto basta no que diz respeito à China. Agora queremos passar à descrição da ilha do Japão, que é a carreira mais extrema e o lugar oriental mais recentemente descoberto e dado a conhecer pelos portugueses.

Capítulo 26

Da ilha do Japão.

A ilha ou país do Japão[158] é constituída por muitas ilhas juntas, apenas divididas e separadas por alguns pequenos golfos e braços de mar. É um país grande, embora até hoje não se tenha a certeza da sua grandeza, porque ainda não foi completamente descoberto e explorado, nem comunicado pelos portugueses. Começa em 30 graus e passa além dos 38. Fica a cerca de 80 léguas da terra firme da China, e o caminho pelo qual os portugueses navegam de Macau, na direcção nordeste, estende-se por cerca de 300 léguas. E o porto onde os portugueses tratam e navegam normalmente chama-se Nagasáqui[159]. Têm também outros lugares onde tratam e têm os seus intercâmbios.

É um país frio e de muita chuva, neve e também gelo. Tem alguns campos de trigo, mas o seu mantimento e sustento normal é o arroz. Em algumas partes, a terra é muito montanhosa e árida. Não comem outra carne a não ser a de animais selvagens e de caça, com a qual conseguem alimentar-se maravilhosamente bem, embora tenham suficientes bois, vacas, carneiros e gado semelhante; porém, usam-nos para outros fins e obras. Por ser carne mansa, têm-lhe nojo e evitam-na, como sucede entre nós com a carne de cavalo. Têm igualmente horror ao leite, como nós ao sangue cru; afirmam que é sangue dos animais, embora seja branco. Têm grande variedade de peixe, de que são também grandes apreciadores, assim como de todos os géneros de frutas, como as da China. De um modo geral, as casas são de madeira, cobertas com tábuas ou colmo, bela e engenhosamente construídas, sobretudo as da gente rica e poderosa, que têm os seus quartos enfeitados com lindos tapetes, que constituem a sua melhor decoração. Os japoneses não são tão limpos nem tão cuidadosos com as suas coisas como os chineses, satisfazendo-se com pouco; porém, andam na maior parte das vezes bem tratados e vestidos de seda, quase como os chineses.

---

[158] Não se sabe ainda quais as fontes que Linschoten utilizou para a sua descrição do Japão. Para além de informações de amigos, é provável que se tenha baseado nalgumas «Cartas do Japão» escritas por jesuítas que circulavam na altura.

[159] Porto nipónico frequentado pelos portugueses desde c. 1570.

O país tem algumas minas de prata, que dali é transportada anualmente para a China pelos portugueses, em troca de seda e de outras mercadorias chinesas que fazem falta aos japoneses. Os japoneses são muito subtis na busca e venda da prata. Há entre eles muito bons artesãos e mestres engenhosos em grande quantidade de ofícios e de trabalhos manuais. São muito inteligentes e aprendem muito rapidamente, como a própria experiência tem demonstrado, desde que foram descobertos pelos portugueses.

O povo comum e a gente do campo são muito diferentes das outras nações, pois têm entre si tão boa cortesia e polícia como se fossem educados todos os seus dias na corte. São grandes peritos no manejo das suas armas, se necessário for, embora tenham entre si poucas disputas ou questões, pois se alguém entre eles fizer ameaças e desembainhar a espada, recebe a pena de morte. Não se usa prisão entre eles, sendo quem o merecer punido ou proscrito sem demora. Se quiserem prender qualquer pessoa, tem de ser à traição, pois caso contrário defender-se-ia e faria grande dano. Caso se trate de um fidalgo ou grande senhor, é cercado na sua casa por muita gente, sendo-lhe ordenado que se mate a si próprio; caso contrário, entram na casa à força e matam tudo o que encontram. Para evitar isto, de modo geral, o próprio delinquente deixa-se matar pelo criado, acontecendo frequentemente ser ele próprio a abrir-se, cortando a barriga transversalmente[160]. O mesmo acontece também entre os criados muitas vezes, por amor, pois assim mostram afecto pelo amo, ao darem pouco valor à vida, para o satisfazerem e servirem. O mesmo fazem frequentemente moços novos, na presença dos pais, por qualquer razão fútil e simples fúria de obstinação. São em todas as coisas muito pacientes e resignados, pois desde novos aprendem a suportar a fome, o frio e todo o género de trabalhos, a andar descobertos, com pouca roupa, tanto no Inverno como no Verão, e não só o povo comum, mas também os principais do país. Consideram belo não ter cabelo, que arrancam com grande cuidado, mantendo só uma mecha, que atam no cimo da cabeça.

O seu comportamento, as suas maneiras e falas, e todo o cerimonial da sua vida e cortesia, são completamente opostos aos de todas as outras nações, tendo estes costumes vindo principalmente da China e permanecido até aos dias de hoje, como lei congénita, pela razão que se segue. Em tempos remotos, havia no reino da China uma família grande e poderosa, que conspirava, por acordo secreto entre todos os seus amigos e aderentes, contra o rei da China, para expulsá-lo do seu trono e matá-lo, a fim de tomar o seu lugar. Não pôde isso acontecer tão secretamente que não acabasse por vir à luz, pelo que o rei forjou uma vingança terrível e mandou matar muitos dos principais, estando disposto a fazer o mesmo a todos os que tinham culpa nisso, o que entristeceu o conselheiro e outros senhores da terra (pois muitos tinham entre eles os seus amigos mais chegados). Com rogos e solicitações, conseguiram convencer o rei a mantê-los vivos e a castigá-los com uma pena menor do que a morte, embora, na opinião deles, não fosse muito melhor o que pediam, o que o rei consentiu. A pena era que os mandasse exilar a todos, num exílio perpétuo, a eles e aos seus descendentes, para as ilhas do Japão, que na altura estavam despovoadas.

[160] Modalidade de suicídio conhecida pelo nome de haraquiri, do japonês «hara-kiri» («cortando o ventre»).

Assim aconteceu, o que provocou tamanha inimizade entre estes e os da China, que se odeiam uns aos outros até à morte, fazendo uns aos outros todo o mal que podem e conseguem, até aos dias de hoje. Os do Japão fizeram muito mal aos da China, e frequentemente assaltaram e puseram a ferro e fogo as suas costas, e ainda não têm outra comunicação que não seja a navegação dos portugueses. E para mostrarem que em tudo são inimigos mortais e que são em todas as coisas da sua vida e maneiras opostos aos chineses, têm todos os seus costumes, cerimónias, cortesias, etc., totalmente ao contrário dos dos chineses.

Seria fastidioso tratar de tudo isto em pormenor, pelo que somente darei alguns exemplos dos seus usos e costumes. Assim, deve entender-se que, em vez de fazerem como os chineses a cortesia com a cabeça e as mãos, quando se encontram e cumprimentam, os japoneses tiram os sapatos para prestar a sua homenagem. E levantando-se os chineses e as outras nações quando querem receber alguém e prestar a sua homenagem, eles sentam-se, pois consideram grande descortesia receber alguém levantando-se ou estando de pé. E pondo nós os nossos sobretudos para sair, eles tiram-nos e põem umas calças largas e grandes, para, voltando a casa, as tirarem e porem novamente a capa ou o sobretudo. E considerando-se entre as outras nações bonito ter o cabelo louro ou amarelo e os dentes brancos, entre eles isso é a coisa mais feia do mundo, e procuram por todos os meios ter o cabelo e os dentes pretos, por o branco lhes causar tristeza e o preto alegria. O mesmo costume existe entre as mulheres. Estas, quando saem, deixam ir as suas filhas e empregadas à frente, e os criados atrás, ao contrário do que se faz em Espanha. E quando estão grávidas, usam o seu cinto ou cintura tão apertada e comprimida que parece que vão rebentar; e antes de estarem prenhes usam o cinto ou cintura tão solto em volta do corpo, que quase cai pelas pernas. Dizem ter a experiência de que, se assim não fizessem, teriam alguma má ventura com o fruto. E logo após terem dado à luz, em vez de tratarem bem a mãe e a criança, lavam a criança com água fria, dando à mãe, por algum tempo, muito pouca comida e de pouca substância. O costume e forma de comerem é sentar-se cada pessoa sozinha a uma mesinha, sem toalhas ou guardanapos. Comem com dois pauzinhos, tal como os chineses, e bebem vinho feito de arroz, do qual bebem até estarem embriagados. Após a refeição, tomam uma bebida, num bulezinho com água quente, que bebem tão quente quanto podem suportar, seja Verão ou seja Inverno.

Anotação de Paludanus[161]

Os turcos têm quase a mesma maneira no beber da sua «chaoua»[162], que fazem de certos frutos, parecidos com a baga do loureiro, a que os egípcios chamam «bon» ou «ban»[163]. Tomam uma libra e meia destes frutos e torram-nos um pouco, fervendo-os de seguida em 20 libras de água. Tomam esta bebida todas as manhãs em jejum nas suas tabernas, em tacinhas de barro, muito quente, como se faz no nosso país de manhã com aguardente. Dizem que ela fortalece e aquece o estômago, desfaz a flatulência e evita a prisão de ventre, etc.

[161] Bastante fora de contexto, já que em vez de chá fala de café.
[162] I.e., o árabe «kahwah» (café).
[163] Do árabe «bunn» (grão de café).

A sua maneira de preparar comida é em tudo contrária à de todas as outras nações. A água quente acima referida, que é preparada com um certo pó de uma erva chamada *chá* que é muito prezada, é tida em tal estima entre eles que toda a gente endinheirada e de posição tem essa erva guardada num certo lugar secreto, sendo os próprios senhores quem a preparam. E quando querem acolher algum amigo ou hóspede com grandes honras, dão-lhe a beber dessa água quente. Os bules onde é fervida e onde a erva é guardada juntamente com as tacinhas de barro em que se bebe, são tidas em tanta consideração e estima como entre nós os diamantes, rubis e outras jóias. Não são estimados pela sua novidade, mas pela sua antiguidade, e por serem feitos por um bom mestre-artesão. Prezam-se muito de os reconhecer e distinguir, e os avaliadores e conhecedores avaliam e apreciam-nos como entre nós os ourives avaliam a prata e o ouro, e os joalheiros as jóias e as pedras preciosas, e se foram feitos por um artífice ou mestre-artesão antigo e famoso podem valer até 4 ou 5 mil ducados e mais por peça. O rei de Bungo, uma vez, deu por um destes bules (com três pés) 14 mil ducados, e um japonês que era cristão, na cidade de Sakai, deu por um bule assim, que já tinha três remendos, 1400 ducados.

Também consideram de grande valor uns papelinhos que têm uma arvorezinha ou passarinho pintados de preto; e quando sabem que foram feitos por qualquer mestre antigo e famoso, dão por eles o que se pedir. Acontece por vezes que uma tal pinturazinha seja vendida por 3 ou 4 mil ducados, ou mais. Do mesmo modo, estimam muito uma boa espada, feita por um mestre antigo e renomado; às vezes custam 3 ou 4 mil coroas cada uma. Consideram-nas como jóias e preciosidades, tal como nós fazemos com pedras preciosas e jóias. E se lhes perguntam por que estimam tanto tais coisas, respondem perguntando porque consideramos nós de tão grande valor os diamantes, os rubis e outras pedras, que não dão proveito nenhum e não servem para nada a não ser para contemplar, enquanto que as coisas deles ainda têm o seu propósito e podem servir-lhes de uma maneira ou de outra.

O seu direito, justiça e governo são como se segue. Os seus reis são chamados *jacata*. São senhores absolutos do país[164]; não obstante, apenas guardam para si o que é suficiente para a sua pessoa, distribuindo e repartindo o resto das suas terras e rendimentos entre outros, que são chamados *cunixu*, e que são como os condes e duques entre nós. Estes são nomeados pelo rei, o qual pode tirar-lhes o governo e as terras se assim quiser, sendo eles obrigados a servir o rei, tanto em tempo de guerra como em tempo de paz, às suas próprias custas, conforme a sua posição e as disposições dos decretos e leis do Japão. Estes *cunixus* têm outros, inferiores a eles, chamados *tonos*, que são como os barões e senhores feudais entre nós, entre os quais repartem e distribuem a terra que o rei lhes deu, e estes *tonos* por sua vez ainda fazem uma repartição ou distribuição entre os seus amigos e soldados. Todos eles têm a obrigação de servir e submeter-se ao seu superior, às suas próprias custas, e cada qual deve suster-se e satisfazer-se com a parte que recebeu, que é suficiente para cada um se poder suster, conforme a respectiva posição e qualidade. E cada um tem tanto poder e autoridade sobre os seus súbditos, que os pode castigar, exilar e matar, em suma, fazer da

[164] Linschoten parece ignorar que o príncipe (mikado), de facto já não tinha quase poder nenhum, cabendo o governo ao generalíssimo da coroa (shogun).

vida deles o que bem entender, seja por fás ou por nefas, sem qualquer recurso ou prestação de contas a quem quer que seja. Não são apenas os superiores e cabeças dos simples soldados ou dos súbditos que detêm este poder, como foi dito, mas igualmente os amos e os pais sobre os seus filhos, servidores e familiares; podem matá-los, bater-lhes, mutilá-los e torturá-los a seu bel-prazer e como bem entenderem, sem qualquer repreensão, proibição ou crítica de quem quer que seja.

As rendas e rendimentos dos reis são muito poucas, e não são senão arroz, que é o seu modo de pagamento; o rei recebe anualmente quinhentos mil *fardos* ou pacotes de arroz, sem quaisquer outros direitos, rendas ou rendimentos. E o rei tem de repartir isto com dez ou doze *cunixus*, trinta ou quarenta mil *fardos* ou sacos para cada um, ficando o resto para as suas despesas e para o sustento de sua pessoa, casa e família. E os *cunixus* têm de repartir com os *tonos*, e os *tonos* com os soldados, pelo que se sustentam honestamente, cada um conforme a sua posição.

A sua língua é diferente da chinesa, pelo que falando não se entendem, mas escrevendo sim, pois usam os mesmos caracteres e figuras. Utilizam entre si muitos tipos de vocábulos, escrevendo com muitas maneiras de cortesia, pois dirigem-se a cada pessoa consoante a sua posição e qualidade, com títulos e palavras especiais, pelo que a sua língua é muito difícil de aprender para um estrangeiro.

A sua religião é quase igual à dos chineses. Têm os seus ídolos e ministros, a que chamam *bonzes*, e a quem respeitam muito. Mas, após a chegada dos jesuítas, muitos deles foram baptizados e feitos cristãos, aumentando o seu número de dia para dia. Entre eles foram baptizados três reis, a saber, o rei de Bungo, que é um dos principais reis do Japão, embora haja muitos no interior do país com quem os portugueses ainda não tiveram comunicação, e ainda o rei de Arima e o rei de Omura.

Estes três reis mandaram os seus filhos e primos com os jesuítas para a Índia, para seguirem dali para Portugal, e assim por diante até Roma, para darem obediência ao Papa[165]. Partiram do Japão no ano de 1582 e chegaram à Índia, à cidade de Goa, no ano de 1583, no mesmo ano em que eu próprio cheguei à Índia, pelo que ainda nos encontrámos em Goa. No ano seguinte viajaram para Portugal, e dali para Madrid, onde foram recebidos com grande triunfo por el-rei e pelos fidalgos de Espanha, e acolhidos honrosamente, recebendo muitas dádivas e donativos. Dali partiram para o Papa em Roma, o qual também muito os honrou com presentes, o mesmo fazendo todos os cardeais e senhores da Itália, pois percorreram todo o país, visitando Florença, Veneza e Ferrária, etc. Por fim, voltaram para Madrid, com cartas do Papa Sisto[166] e algumas coisas santificadas e relíquias da cruz de Jerusalém, para levarem aos reis cristãos do Japão, como presente sagrado. Em suma, voltaram para a Índia, onde chegaram quando eu ainda lá estava, no ano de 1587, e foram recebidos com grande alegria, prosseguindo depois para o Japão, onde chegaram, provocando grande admiração em todos os japoneses.

---

[165] Cf. cap. 92. A descrição da visita dos fidalgos japoneses a Roma encontra-se também em *De missione legatorum japonensium* (Macau, 1590) do Pe. Duarte de Sande.

[166] Os enviados japoneses foram recebidos em Roma, em 1585, pelo Papa Gregório XIII, que faleceria pouco depois. Antes de partirem de Itália, os viajantes japoneses ainda contactaram com o novo pontífice, Sisto V (1585-1590).

Os jesuítas fizeram isto (segundo afirmam) para melhor incitar os japoneses a fazerem-se cristãos, e para os fazer acreditar na magnificência e grandeza da Europa, pois não acreditavam nessas coisas quando lhas contavam. Mas a causa e intenção principal dos jesuítas era, desta maneira, poderem ganhar grande proveito e fama, pois eles ficaram com a maior parte das dádivas e donativos que os príncipes japoneses receberam. Também conseguiram do Papa e de el-rei que ninguém pudesse residir em todo o Japão, sendo português ou cristão, a não ser com o seu consentimento e aprovação, pelo que em todo o Japão não vivem outras ordens de monges e padres, nem quaisquer outros religiosos ou leigos, a não ser os jesuítas[167]. Apenas têm com eles alguns portugueses da Índia, artesãos de que necessitam, e todos os outros, tal como os comerciantes, só podem chegar e partir, sem lá residirem, a não ser com autorização dos mesmos jesuítas. Têm quase todo o país sujeito a eles, a saber, a parte que é convertida à fé cristã, tanto secular como espiritual, e fazem crer aos japoneses o que quiserem, sendo respeitados e honrados como deuses, pois os japoneses têm-nos em tanta conta, que quase os adoram como se fossem santos. Tinham conseguido tanto do Papa, que tiveram um bispo da sua ordem, embora seja contra a sua regra. Este veio de Portugal para ser bispo no Japão, mas morreu no caminho, entre Portugal e a Índia; contudo, já obtiveram outro[168]. Em suma, seguram tudo muito bem entre as suas garras, tal como na Índia, onde por toda a parte possuem os lugares principais e mais proveitosos, onde fazem e constroem as obras mais magníficas, que ninguém ousa empreender nem sabe levar a cabo, e que nenhuns dos outros religiosos e ordens, nem clero que tenha poder, conseguem imitar. Para o efeito conseguem juntar o suficiente de tudo o que for preciso, pois não há nada com que sonhem e de onde pensem tirar proveito, que para tal não encontrem meios, e que não saibam alcançar, tanto junto de el-rei como de outros senhores e proprietários e de todo o povo comum. Parece que enfeitiçam com as suas implorações e a sua pérfida intrujice, e até são tão manhosos no comércio e no tráfico de câmbios, etc., que levam a melhor sobre todos os comerciantes seculares. Em suma, não há ganho em toda a Índia, ou lugar de onde se possa levar algo, no qual eles não tenham a sua parte e o seu proveito, de maneira que as outras ordens e religiosos, e também o homem comum, já começam a murmurar com frequência e vão ganhando horror à sua ganância e intrujice[169].

Um pouco acima do Japão, em 34 e 35 graus, não longe da costa da China, fica uma outra ilha grande, chamada ínsula de Coreia[170], mas até agora não há informação certa sobre as suas dimensões, sobre o seu povo, nem sobre as mercadorias que lá existem.

A mais de 90 léguas de Macau, na direcção és-nordeste, estão situadas algumas ilhas, chamadas Léquio Pequeno, que ficam a cerca de 20 léguas da terra firme da

[167] Só após 1590, e contra a vontade dos jesuítas, chegaram ao Japão monges espanhóis de outras ordens, vindos das Filipinas.

[168] O bispo nomeado era D. Sebastião de Morais, que faleceu em 1588. O segundo bispo foi D. Pedro Martins (1591-1598).

[169] Toda esta diatribe contra os jesuítas não foi incluída na tradução latina do livro.

[170] A Coreia, de facto, é uma península, que está algo afastada do Japão. Até então, contudo, os navegadores europeus não se haviam apercebido desse facto.

China. E 90 léguas adiante, na mesma direcção, estão situadas outras ilhas, chamadas Léquio Maior. Todas estas ilhas têm navegação e são habitadas pelos mesmos chineses. Após isto, quero deixar de falar do que diz respeito a esta costa e ilhas, das quais relatei sumariamente a situação, com breve referência às mercadorias e povos, como soube perceber da maneira mais certa e verdadeira, e em parte pude verificar pessoalmente. E com isto, voltarei à descrição de Goa e dos lugares vizinhos, e jurisdições mais próximas em seu redor.

Capítulo 27

Breve relato do país que fica para além de Goa, em cuja jurisdição fica a cidade de Goa, e da origem dos seus reis e senhores, e dos seus nomes, com base em informações verídicas dos próprios indianos e dos seus memoriais.

Antes de começar a minha descrição da cidade e ilha de Goa, e dos seus costumes e superstições, e de outras coisas dos países situados para além de Goa e em seu redor, tanto dos lugares habitados pelos portugueses como dos habitados pelos naturais, pareceu-me necessário e conveniente relatar mais amplamente os tempos passados dos mesmos, para um melhor entendimento da origem e divisão das suas províncias e nações, e dos nomes e apelidos dos seus reis[171].

Assim, deve entender-se que há trezentos anos vivia um poderoso rei no país de Deli, que está situado no interior para além de Goa, do lado norte, e confina com o país de Coraçane, que pertence ao rei da Pérsia, onde são feitos os ricos tapetes a que os portugueses chamam *alcatifas*. O dito país de Deli é muito frio[172], tendo neve e gelo, tal como os Países Baixos. O referido rei de Deli sujeitou todos os países circundantes, entre os quais se contavam o Decão[173], o Concão, o Balagate e a terra de Goa. Na mesma altura, a terra de Cambaia, que fica a cem léguas de Goa, para norte, foi conquistada à força pelos mouros e maometanos, que com grande tirania sujeitaram os gentios naturais, chamados *reisbutos*. As terras do Balagate e do Decão eram antigamente governadas e habitadas por gentios, que eram muito poderosos e violentos, dos quais descendem aqueles que hoje em dia são chamados *venezaras*, e outros chamados *coles*, que ainda têm a sua residência e habitação nos mesmos países. Estes *coles* e *venezaras*, e também os *reisbutos* de Cambaia, continuam a viver de roubos e furtos. E os de Cambaia pagam tributos a estes mesmos *reisbutos*, para que eles não os roubem e os deixem viver em paz. Da mesma maneira, os *coles* e *venezaras* recebem tributos dos do Decão e do Balagate, e os reis destas terras até agora não consegui-

[171] O relato que se segue dá uma imagem bastante confusa da história política desta parte da Índia. Linschoten parece basear-se quase exclusivamente em Garcia de Orta, pois todo o resto do capítulo é uma adaptação muito fiel do colóquio 10.

[172] Uma generalização pouco correcta.

[173] O Decão, apesar de anexado pelo sultanado de Deli em 1333, veio mais tarde a autonomizar-se.

ram dominá-los, embora não se tenham esforçado muito e façam de conta, porque recebem a sua parte do que eles roubam e furtam. Depois deste rei de Deli ter sujeitado todos estes reinos e países, vieram os tártaros, a quem os indianos chamam *mogores*, e tomaram a maior parte da terra de Deli.

Nesse mesmo tempo, vivia no reino de Bengala um cavaleiro fidalgo, cujo irmão foi mandado matar injustamente pelo rei de Bengala, pelo que o cavaleiro procurou por todos os meios vingar-se dele. E conseguiu-o, não só tirando a vida ao rei, mas ainda roubando-lhe todo o reino e sujeitando-o ao seu poder e obediência. E vendo-se senhor absoluto de Bengala, não se deu ainda por satisfeito, mas, desejoso de aumentar a sua magnificência e de ganhar honra e fama, invadiu a terra de Deli (que confina com o seu país), expulsando os tártaros ou *mogores*, e ainda por cima conquistando todas as regiões em redor e os países limítrofes, como o Decão, o Balagate e o Concão, até ao reino de Cambaia. E por algum tempo foi o maior senhor que se podia encontrar nestas regiões; pois afirmam os indianos que tinha sujeitas a si, em seu redor, mais de 800 léguas de terra. Este rei governou sozinho todos estes países por algum tempo; mas, desejoso de se retirar e de voltar para Bengala, porque lhe era difícil governar tantos países, nomeou um seu sobrinho como senhor das terras do Decão, do Balagate e do Concão, com a terra de Goa e as regiões em seu redor, e voltou ao seu país de Bengala, deixando este seu sobrinho como rei e senhor dos ditos países.

Este último foi sempre grande amigo e muito favorável às nações estrangeiras, tais como árabes, turcos, *rumes* e *coraçones*, e repartiu estas suas terras por governadores ou capitães, a saber: a um, chamado Adil Khan[174], a quem os portugueses chamam Idalcão, deu o governo de Angediva, que fica a doze léguas de Goa para sul, estendendo-se 60 léguas para norte até um lugar chamado Cifardam, onde se inclui a cidade e ilha de Goa; a um outro capitão, chamado Niza-Maluco[175], deu a costa que se estende de Cifardam por 20 léguas para norte até Negotana e para o interior até Cambaia, pelo que estes dois capitães tinham o seu governo no país do Concão, que se estende ao longo do mar e é separado do país do Decão por uma serra grande e alta, chamada Gate. Estes montes são muito altos e têm muitos ângulos ou cantos, e estendem-se de Cambaia até ao cabo de Comorim, e daí na volta da costa de Coromandel. A serra de Gate é tão alta que pode ser vista facilmente de Goa e por toda a costa fora, estando normalmente coberta de nuvens. E o que é mais espantoso, enquanto todas as outras montanhas são irregulares, com altos e baixos, esta tem no alto terra plana e boa, com grandes e formosos campos. A esta terra chamam os indianos Balagate, o que quer dizer «acima dos montes», pois «bala» é acima e «gate» monte, razão pela qual os portugueses normalmente chamam a toda esta terra Balagate, embora a maior parte da terra em si seja chamada Decão e também Canará, pelo que os habitantes são chamados *decanins* e *canarás*, enquanto antigamente também os reis deste terra tinham por título «rei do Decão».

---

[174] Yusuf Adil Khan, governador de Bijapur.

[175] Nizam ul-Mulk, fundador (1490) da dinastia de Ahmadnagar. O nome aplicou-se depois aos governantes desta região.

Voltando de novo à repartição dos restantes países: também repartiu o país do Balagate ou Decão em províncias, dando uma parte ao Imad-Maluco[176], a quem os portugueses chamam Madre-Maluco, e uma outra parte ao Cotal-Maluco[177], e ainda outra ao Melique Verido[178]. Todos estes ditos capitães eram estrangeiros, a saber: turcos, *rumes* e *coraçones*, com excepção do Niza-Maluco, que era filho de um fidalgo da casa do rei, e porque o rei tinha dormido com a sua mãe, o Niza-Maluco gabava-se de ser da família e descendente dos reis do Decão. Todos os outros capitães tinham sido escravos e servidores, comprados pelo rei e por ele investidos nessa posição, por confiar neles, julgando o rei que reconheceriam isso com gratidão. Mas aconteceu o contrário, como se vê hoje em dia acontecer por toda a parte, que a virtude é paga com o vício.

Estes capitães, ganhando autoridade e poder com o tempo, eram tidos em grande consideração, sendo em tudo como reis e senhores absolutos, cada qual da sua província, pois o rei não interferia em nada e confiava plenamente neles. Pelo que começaram a levantar-se, com a intenção de tudo usurparem para eles e para os seus descendentes. E porque começaram a ressentir terem de reconhecer um senhor acima deles a quem deviam obediência, reuniram-se e decidiram em conjunto prender o rei seu senhor, para cada qual se proclamar dono e senhor da província que o rei lhe tinha dado para governar, o que podiam conseguir facilmente, pois tinham todas as coisas a seu favor, sendo assaz obedecidos como senhores pelos seus súbditos. Uma vez isto decidido, prenderam o seu rei na cidade de Bidar, a principal capital do Decão, onde o rei tinha a sua residência e corte, e entregaram-no, para maior segurança, à guarda de Melique Verido. E para melhor e mais seguramente levarem a cabo este assalto, certificaram-se por acordo geral do apoio de alguns gentios poderosos do mesmo país, a saber: um tal Mohadum Coja[179] e um outro chamado Veriche[180], que receberam como contrapartida terras, cidades e povoações muito ricas. Assim, Mohadum Coja recebeu as cidades de Bijapur, Sholapur e Paranda, que são as cidades mais próximas de Goa, que têm com ela maior comunicação e trato. E a corte do Idalcão ou Adil Khan hoje em dia encontra-se nesta cidade de Sholapur. Mais tarde, a cidade de Paranda foi-lhe tirada pelo Niza-Maluco, juntamente com outros lugares. Desta maneira, este reino ficou repartido por tantos reis e senhores, cujas descendências e progenituras ainda actualmente possuem os mesmos lugares. E o Adil Khan ou Idalcão, que morreu no ano de 1535[181], era o avô de um destes capitães que instalaram este novo regimento. Este Idalcão era muito poderoso e respeitado por todos os vizinhos em redor. Os portugueses tomaram-lhe por duas vezes a cidade de Goa[182]. Assim se declarou brevemente a origem da divisão destes países.

---

[176] Imad al-Mulk, governante de Berar.

[177] Kutb al-Mulk, soberano de Golconda ou Telingana.

[178] Melik Berid («melik»: reizinho). Trata-se de Kasim Berid, que ficou com o pequeno Estado de Bidar.

[179] Governante de grande parte da região de Sholapur.

[180] Personagem não identificada.

[181] Linschoten refere-se aqui a Ismael, filho de Yusuf Adil Khan.

[182] Albuquerque conquistou a cidade de Goa em Fevereiro-Março e em Novembro do ano de 1510. Yusuf morreu depois da primeira e antes da segunda conquista.

Depois desta divisão, o Adil Khan teve disputas com o rei de Narsinga ou de Bisnagar, cujos domínios confinavam com os do Idalcão. A este rei, que se chamava *rau* e era por alguns chamado *khan*, o que entre os persas e *mogores* quer dizer o mesmo que rei, os portugueses chamam *cão*. Para se vingar do Idalcão, este rei de Bisnagar juntou tamanha força bélica e fez tanto, que tornou seus tributários este Idalcão e todos os outros senhores do Decão, que actualmente lhe devem obediência e tributos[183].

Chegando agora ao significado ou sentido dos nomes destes referidos reis ou senhores, deve saber-se que quando o rei repartiu estas terras por estes capitães e governadores, lhes deu títulos honrados, o que é o costume entre eles quando querem honrar alguém. Deve notar-se que não são nomes próprios, mas unicamente certos nomes e títulos de honra, que eles e a sua progenitura depois mantiveram. Assim, o nome Idalcão ou Adil Khan quer dizer «rei da justiça», pois «adil» na língua persa[184], é justiça e «khan» rei. «Maluco» quer dizer reino e «niza» é lança ou dardo[185], pelo que Niza-Maluco quer dizer «lança do reino». E «cota», na língua árabe, quer dizer fortaleza[186], pelo que Cotal-Maluco quer dizer «fortaleza do reino». «Imad» quer dizer esteio ou pilar, pelo que Imad Maluco significa «esteio ou pilar do reino». «Verido»[187] quer dizer guarda, pelo que Melique ou Maluco Verido é como «guarda do reino». Alguns são da opinião que estes «malucos» devem ser chamados «meliques», o que quer dizer «reizinhos».

Há ainda outros títulos com *xá*, tais como Nizamoxá[188], Adilxá[189] e outros nomes parecidos. Estes são provenientes da Pérsia, de onde foram introduzidos na Índia pelo seguinte motivo: é bem sabido que no país de Coraçone, que está situado na Pérsia, se levantou alguém de baixa geração, chamado Xá Ismael, a quem alguns chamam *Sufi*[190], que introduziu uma outra interpretação ou explicação do *alcorão* dos maometanos, ou seja, do código da doutrina de Maomé e seus profetas, com a qual ganhou muitos adeptos em toda a Pérsia e Arábia, e ficou com tanto poder que pela sua violência fazia tremer todas as regiões em sua volta. E porque os turcos mantêm a velha lei de Maomé e a defendem com as suas vidas e bens, há uma inimizade e guerra sangrenta contínuas entre estas duas nações, cada qual protegendo a sua seita e opinião, o que ainda hoje em dia continua. Em suma, este Xá Ismael ficou, em pouco tempo, o maior e mais poderoso senhor de toda a Ásia, como é bem conhecido e sabido. E, a pretexto de ser o defensor da fé, arranjou motivo para sujeitar todos os lugares, mandando recado por toda a parte de que a sua lei ou interpretação deveria ser recebida por boa e aceite imediatamente, ameaçando pôr a ferro e fogo quem

---

[183] Isto era verdade em 1563, quando Orta publicou o seu livro, mas já não era assim no tempo de Linschoten. Em 1565, uma aliança de soberanos maometanos derrotou Ram Rao na batalha de Talikot, pondo fim ao poder de Vijayanagara, chamado Bisnagar pelos portugueses.

[184] «adil» é de origem árabe.

[185] O árabe «nizam» quer dizer «soberano».

[186] O árabe «kutb» é «estrela polar, pólo». A palavra árabe nada tem a ver com a palavra «kota» (sânscrito «kota») das línguas malaias, que, essa sim, quer dizer «fortaleza».

[187] Na tradução, Linschoten não captou bem o sentido do passo de Orta, que reza: «*verido* quer dizer recado e guarda, e Meliqueverido quer dizer rey da guarda» (col. 10).

[188] Nizam Shah, outra das designações do soberano de Ahmadnagar.

[189] Adil Shah, o mesmo que Adil Khan.

[190] Ismael Sufi, o primeiro rei da dinastia Sufi ou Safávida, que se apoderou do trono em 1499, adoptando a doutrina heterodoxa de Ali, o xiismo, como religião oficial dos Persas.

recusasse, pelo que muitos, por medo, aderiram à dita lei e interpretação. Depois de ter morrido, sucedeu-lhe no governo o seu filho Xá Tamas[191], que, seguindo a opinião do pai, mandou divulgar a mesma ordem pelos seus embaixadores aos senhores do Balagate, do Decão e do Concão, que, por medo, de imediato acederam e a aceitaram, para logo depois de os embaixadores se terem ido embora a rejeitarem. E este Xá Tamas mandou-lhes, para os honrar, o título de *xá*, que quer dizer «rei» em persa, pelo que receberam os nomes de Adilxá, Nizamoxá, Cotumixá[192], e ficaram todos os reis com o nome de *xá*, sendo Ismael um nome próprio. Pelo que Xá Ismael e Xá Tamas é como dizer rei Ismael e rei Tomás, etc. Os turcos e *rumes* também chamam ao Xá Ismael *Sufi* ou *Sofi*, que quer dizer «grande capitão»[193].

Os reis do Decão também têm por costume, quando querem honrar alguém ou recompensar os seus serviços e melhorar a sua posição, dar-lhe o título de *naique*, que quer dizer «capitão», como Salva Naique e Acem Naique. E quando querem honrá-los muito, dão-lhes o título de *rau*, tal como Chitarau, que quer dizer «rei forte»[194], e títulos semelhantes, o que entre eles é uma grande honra. O Adil Khan ou Idalcão é também chamado *Sabaio*[195], que quer dizer *senhor*; pois a ilha de Goa tinha um capitão ou governador que era senhor da cidade quando os portugueses a conquistaram pela primeira vez e que se chamava *Sabaio*, como referem as crónicas portuguesas da conquista da Índia. A sua casa ou palácio ainda hoje existe em Goa, ali estando agora instalada a Inquisição, enquanto que uma praça que está situada entre a igreja grande e a mesma casa ainda hoje se chama o Terreiro de *Sabaio*.

Capítulo 28

Da cidade e ilha de Goa, a principal capital da Índia.

A cidade de Goa é a metrópole ou capital de toda a Índia e das regiões orientais onde os portugueses têm o seu trato e navegação. É a cidade onde residem os *vice-reis* de el-rei de Portugal, os arcebispos e o conselheiro, onde se situa a chancelaria régia e de onde são governados todos os lugares orientais. Encontra-se aqui igualmente o entreposto de todas as mercadorias e produtos orientais, onde se juntam todos os mercadores, que vêm procurar, comprar e vender todas as coisas oriundas da Arábia, Arménia, Pérsia, Cambaia, Bengala, Pegu, Sião, Malaca, Java, Moluca, China, etc.

A cidade e ilha de Goa demora em 15 graus da banda do norte e dista 400 léguas da linha equinocial (que é o caminho dos navios portugueses na sua vinda de

---

[191] Shah Tahmasp, filho mais velho de Ismael, que sucedeu ao pai após a sua morte em 1524, reinando até 1576.

[192] Talvez Khatif Shah, governante de Bihar.

[193] As opiniões sobre a origem da palavra estão divididas, sendo a ligação com «suf» (lã), inspirada na roupa de lã que usam, a mais aceite. De maneira nenhuma significa «grande capitão».

[194] Tradução defeituosa do que diz Orta: «*chita* quer dizer omça, assi que quer dizer Chita ráo, rey tam forte como huma omça» (col. 10).

[195] Outra das designações para o soberano de Bijapur, talvez derivada da localidade persa de Sabá, de onde Yusuf Adil Khan era originário.

Moçambique). É uma ilha toda cercada por um rio, com uma extensão de mais de 3 léguas. Está situada para o interior da costa da terra firme, pelo que a ilha acaba mesmo na linha da costa do mar. Está separada da terra firme apenas por um braço de mar ou de rio, que entra do lado norte da cidade e vai assim em volta da ilha, para desaguar no mar do lado sul, tendo quase a forma de meia lua. A entrada do rio até à cidade é bastante larga, e entre a terra firme e a ilha de Goa ainda se encontram muitas pequenas ilhotas, todas habitadas pelos mesmos naturais. E além da cidade, do outro lado da ilha, o rio é tão estreito em alguns sítios, que no Verão bem pode ser atravessado com água até aos joelhos. Deste lado, a ilha tem uma muralha com baluartes, que os portugueses construíram ainda recentemente, para se protegerem dos da terra firme em caso de guerra, o que de vez em quando acontece, pois foram cercados frequentemente pelo Adil Khan ou Idalcão.

Na boca do rio e na entrada do lado norte fica a terra de Bardês, que é terra alta, na qual os navios portugueses têm o seu ancoradouro, onde fundeiam e descarregam. Esta terra de Bardês também é dominada pelos portugueses; tem muitas aldeias e é habitada por gente que vive da agricultura e a quem chamam *canarins*. São na maior parte cristãos, mantendo contudo a sua maneira de vestir, que é andarem nus, apenas com as vergonhas cobertas. Esta terra, tal como todas as outras ilhotas que ficam no rio, está cheia de *palmeiras-da-índia*, onde crescem as *nozes-da-índia*, chamadas *cocos*. A terra de Bardês está igualmente separada da terra firme por um riacho, que é tão pequeno que não se nota, nem se pode distinguir da terra firme.

Do lado sul da ilha de Goa, onde o rio desagua no mar, fica, junto à costa, uma terra chamada Salsete, que está igualmente sujeita aos portugueses e também é toda habitada por gente e cultivada de frutos, tal como Bardês, sendo igualmente separada da terra firme por um pequeno riacho. Entre a terra de Salsete e a ilha de Goa encontram-se também umas pequenas ilhotas, todas cheias de *palmeiras-da-índia*. E na boca do rio ou na entrada fica uma ilhota chamada Goa Velha, de onde não vem grande coisa e que é pouco habitada. Estas terras de Bardês e de Salsete são arrendadas por ordem de el-rei de Portugal, e destas rendas recebem os arcebispos e os conventos, assim como o clero, e também os *vice-reis* e os outros oficiais de el-rei, os seus salários e rendas e mantimentos anuais, por patente e privilégio real.

A ilha é muito montanhosa e em muitos lugares tão agreste que não se pode viajar por terra da cidade de Goa até à embocadura do rio ou à costa do mar, ou muito dificilmente e a grande custo se consegue fazê-lo. A ilha tem muitas aldeias, todas habitadas pelos *canarins*, que são os naturais da terra e se sustentam todos da agricultura e das *palmeiras-da-índia*. A maior parte das aldeias e habitações destes *canarins* situam-se em redor da ilha, na margem do rio ou à beira de alguns lagos pequenos, que há muitos. E isto porque as palmeiras não crescem senão em terras baixas, perto da água, e principalmente num solo arenoso, pelo que nem nas terras altas nem no interior se encontram palmeiras, mas apenas nas praias e lugares de solo arenoso, à beira-mar e nas margens dos rios e lagos.

Logo a norte da cidade de Goa, o rio corre com algumas curvas para dentro, em direcção a leste, por cerca de três léguas desde o ancoradouro de Bardês, onde os navios portugueses lançam ferro. Os navios de cem **last**, pouco mais ou menos, ainda

podem descarregar em frente da cidade, mas as naus portuguesas têm de descarregar primeiro em Bardês, podendo depois seguir livremente até junto da cidade.

A cidade é bem coberta de construções, com casas e ruas à maneira portuguesa, porém um pouco mais baixas, devido ao calor. De modo geral, todas têm os seus jardins e pomares atrás das casas, cheios de todo o género de frutas indianas. Têm igualmente, por toda a ilha, muitos jardins de recreio com todas as árvores de fruto indianas e seus pavilhões, onde se desenfadam, ao que as mulheres indianas são muito inclinadas. A cidade tem uma grande variedade de conventos e igrejas, tal como Lisboa, mas não tem beguinas nem freiras, pois ninguém consegue convencer as mulheres a deixarem-se emparedar e a renunciarem a Vénus, com a qual preferem arriscar e perder a vida, pois fazem poucos esforços para expiar e terminar as suas volúpias. A ilha é tão verde no Inverno como no Verão, e tem sempre árvores em floração, o que é um deleite para a vista. A cidade está situada sobre algumas colinas e vales, tal como Lisboa. Antigamente era muito pequena, toda cercada de uma muralha e com um fosso seco, onde só havia água quando chovia. Esta muralha ainda existe, mas as portas foram tiradas e a cidade foi construída e habitada à sua volta, pelo que hoje em dia está duas vezes maior da parte de fora do que da parte de dentro, estando aberta para todos os lados, sem outras muralhas ou bastiões a não ser uma muralha do lado leste da ilha. Esta muralha corre desde o lado oposto à terra de Salsete até ao outro lado, junto à terra de Bardês, servindo apenas de protecção da terra firme, onde os portugueses não têm domínio. A ilha não tem outra fortificação ou defesa senão na terra de Bardês, onde, no ponto alto, junto da embocadura do rio, fica um castelo velho e em ruínas, onde têm duas ou três peças de ferro e um homem que vigia de noite. A ilha de Goa é muito alta do lado do mar e é toda cheia de escolhos, porém, a terra de Bardês tem do lado do mar uma linda praia de areia branca, de bem meia légua ou mais de comprimento.

Para a protecção da ilha servem três ou quatro passagens ou portas do lado leste, situadas na margem do rio, na extremidade da ilha, em frente da terra firme de Salsete e de Bardês. Cada porta tem um capitão e um escrivão, os quais zelam para que ninguém possa sair para o outro lado sem autorização. E os indianos, os *decanins* e os outros mouros e gentios que residem em Goa, quando vão a terra firme para buscar todo o género de mercadorias e mantimentos, recebem nessas portas, que são chamadas *passos*, uma marca (que é impressa no braço nu), e a seguir vão para o outro lado; e no regresso devem mostrar a mesma marca, com a qual podem passar livremente e pela qual pagam uns *bazarucos*, que é tanto como um **duit**. Este pagamento reverte a favor do capitão e do escrivão do mesmo *passo*. E à noite têm um rapaz que é encarregado de badalar um sino pequeno que está por cima da porta ou torre. Muitas vezes se deita e ata a corda do badalo ao pé, ficando assim deitado e tocando ou badalando, em sinal de que está a vigiar. E esta é a única vigia e protecção que existe em toda a ilha.

Existem cinco destes *passos*, a saber, um do lado sul da ilha, de onde se passa para a terra firme e também para a terra de Salsete, e que é chamado Banesterim; é agora chamado *passo* de Santiago, porque a paróquia de lá se chama de Santiago. O segundo *passo* fica do lado leste da ilha, de onde se passa somente para terra firme, e é chamado o *passo seco*, que quer dizer a passagem a vau, pois neste lugar o rio é

mais estreito e menos fundo. O terceiro *passo*, do lado sul[196] da ilha, fica muito perto da cidade e é chamado o *passo* de Daugin ou da Madre de Deus; até aqui se estende a muralha que começa junto do *passo* de Banesterim ou Santiago, e todo o resto da ilha não tem qualquer muralha ou protecção. Deste *passo* atravessa-se para uma pequena ilha que fica logo em frente, a qual tem comunicação com a terra firme por um outro *passo*, chamado o *passo* de Norva. O quinto e último *passo* fica a meio caminho da cidade, rio abaixo para Bardês; é o mais forte e o que se encontra em melhor estado de todos, embora seja idêntico aos outros; chama-se *passo* de Pangim. Daqui passa-se para Bardês, e todos os barcos e navios que saem ou entram no rio têm também de ancorar aqui para serem vistoriados. E isto é tudo o que diz respeito à vigilância e fortificação da ilha.

No que diz respeito à justiça e ao domínio dos portugueses, com as suas ordenações, tanto temporais com espirituais, é como em Portugal. Vivem na cidade, misturados com os indianos, gentios, mouros, judeus, arménios, *guzerates*, *baneanes*, *brâmanes* e todas as nações e povos indianos, os quais lá vivem e traficam todos, cada qual na sua lei e religião, sem que ninguém seja forçado a fazer nada contra a sua vontade. Apenas as suas cerimónias de queima dos mortos e vivos, de casamentos e de outras superstições e invenções diabólicas, são proibidas pelos bispos, tanto em público como na ilha; mas são admitidas livremente na terra firme e, às escondidas, nas suas casas, para evitar todo o escândalo e irritação que possam causar entre os cristãos recém-baptizados. Mas no que diz respeito à justiça temporal, aos procedimentos e à boa polícia civil, os que moram na ilha são todos sujeitos ao direito português. Da mesma maneira, alguém que tenha sido baptizado cristão, e depois seja encontrado praticando quaisquer erros ou superstições gentias, é sujeito à Inquisição, seja quem for e quaisquer que sejam as acusações ou erros.

A ilha não tem em si nada de especial para se manter, a não ser algum gado e criação de galinhas, cabras e pombos, etc., mas pouco, em virtude de a terra ser agreste e inapta, pois na maior parte é muito montanhosa, bravia, selvagem e cheia de matagais. Todos os bens de primeira necessidade, tal como gado, galinhas, porcos, ovos, leite e coisas semelhantes, vêm de Salsete e Bardês, mas a maior parte vem da terra firme. Trigo, arroz e outros cereais, assim como óleo e outros produtos necessários, vêm de fora, rio acima, de Cambaia, da costa norte e da costa do Malabar, e também de outras partes, como declarámos parcialmente na descrição da costa indiana. Têm abundância de vinho chamado *de palmeira*, tanto que dele abastecem outros lugares. Têm pouca água doce, apenas de uma fonte chamada Banganin, que fica a cerca de um quarto de légua fora da cidade, e da qual toda a cidade se abastece. Os escravos vão buscar a água em jarros e vendem-na pela cidade; bebe-se muito bem. Têm água para cozinhar, lavar e limpar geralmente dentro de poços em todas as casas. A terra em si é muito pedregosa e seca, e de uma cor avermelhada, pelo que lá estiveram alguns alquimistas italianos que pretendiam tirar cobre e ouro dela, o que nem el-rei nem o *vice-rei* querem permitir, por medo que a fama e a riqueza atraiam e sejam razão de ainda mais ataques dos inimigos circundantes, pela cobiça dos tesouros, razão pela qual se deixou de cavar e de os pro-

[196] I.e., do lado norte.

curar. Na imagem que se segue, pode-se ver a situação da ilha e cidade de Goa, com todas as suas ruas, igrejas e largos, representadas de acordo com a vida real.[197]

Capítulo 29

Dos costumes dos portugueses e dos seus descendentes, chamados mestiços, ou meios-sangues, tanto de Goa como de todas as regiões orientais.

Os portugueses na Índia são amiúde casados com as mulheres naturais da terra, sendo as crianças que deles provêm chamadas *mestiços*, que quer dizer meio-sangue. Estes *mestiços* são geralmente de cor amarelada. Não obstante, há entre eles numerosas mulheres muito belas e bem proporcionadas. As crianças nascidas na Índia de homens e mulheres portugueses são chamadas *castiços*. São em quase tudo iguais aos portugueses, embora sejam um pouco diferentes na cor, porque tendem sempre para o amarelo. As crianças destes *castiços* são mais baças e totalmente *mestiças*, e as crianças dos *mestiços* são de cor e de feição iguais aos naturais da terra ou *decanins*, pelo que os descendentes de homens e mulheres portugueses, chegando ao terceira grau, parecem ser indianos naturais na cor e na feição.

Fazem comércio e tráfico diariamente para Bengala, Pegu, Malaca, Cambaia, China e todas as partes do norte e do sul. Por outro lado, em Goa realiza-se todos os dias um ajuntamento, onde se reúnem tanto cidadãos locais como gente de todas as nações da Índia e regiões em redor, o qual se assemelha ao ajuntamento da bolsa de Antuérpia, embora seja diferente, porque aqui se juntam tanto os fidalgos e outras pessoas como os mercadores. E ali então se vendem todas as mercadorias e produtos indianos, pelo que quase parece uma feira. Este ajuntamento tem lugar da parte da manhã, durante todo o ano, com excepção dos domingos e feriados. Começa às sete da manhã e dura até às nove horas, devido ao calor do dia, e não continua da parte da tarde. Realiza-se na rua principal da cidade, chamada Rua Direita, e chama-se o *leilão*, que é uma espécie de venda pública, porque há certos pregoeiros da cidade ordenados para o efeito, que têm todas as coisas à venda e andam a apregoá-las. Durante o tempo do *leilão* ou venda pública, estes pregoeiros andam sempre revestidos de todo o género de correntes de ouro, jóias valiosas, adornos, anéis e pedras preciosas. Andam também rodeados de muitos géneros e nações de *cativos*, homens e mulheres, novos e velhos, que lá são vendidos quotidianamente, como entre nós os animais, e de onde cada um pode escolher o que desejar a seu bel-prazer, cada qual a seu preço. Também se encontram aqui cavalos árabes, todo o género de especiarias e drogas, gomas cheirosas e materiais semelhantes, tapetes finos e lindos, e mil curiosidades de Cambaia, Sinde, Bengala, China, etc., o que é uma maravilha de contemplar. Muitos sustentam-se deste negócio e vêm diariamente aqui fazer as suas compras, para mais tarde as venderem. E todas as vezes que há um falecimento, todos os bens são trazidos aqui e vendidos, até à mais pequena peça, na mesma venda

[197] Ver gravura n.º 6.

pública, de quem quer que seja, mesmo tratando-se do próprio *vice-rei*. E procede-se assim para fazer justiça aos órfãos e viúvas, e para se vender ao preço mais alto, pois toda a gente pode participar nos lances. Em suma, vende-se lá, num ano, uma quantidade impressionante de bens, pois muita gente morre, pela vida irregular que leva e pelo calor da terra. Tal como este ajuntamento em Goa, outros se realizam da mesma maneira em todas as cidades e lugares da Índia onde vivem portugueses.

Há pessoas (a saber, os portugueses casados) que se sustentam dos seus escravos e escravas, dos quais alguns têm uma dezena ou dúzia, ou até vinte ou trinta, porque custa pouco mantê-los. Estes escravos vão trabalhar a dinheiro para quem deles precisar ou buscam água da fonte, que vendem pela cidade. As escravas fazem todo o género de conservas e de frutas indianas cristalizadas e muitas coisas bonitas de costura, rendas e malhas. Depois, mandam as mais novas e formosas pela cidade fora, para vender esses produtos, lindamente vestidas e enfeitadas, para que o desejo e a formosura das escravas atraiam os compradores, que antes procuram o conforto e uso das escravas, e a satisfação da sua volúpia, do que desejam as conservas, frutas cristalizadas ou peças de costura. E elas nunca recusam e fazem disso o seu negócio quotidiano. E com os lucros que os escravos e escravas assim trazem para casa todos os dias, os senhores podem-nos sustentar amplamente.

Há outros que fazem muitos negócios em câmbios, comprando as moedas a certa altura e vendendo-as numa ocasião favorável. Compram os reais-de-oito quando os navios de Portugal chegam e obtêm-nos na altura a 12 por cem. Depois, guardam-nos até ao mês de Abril, que é a altura em que os navios partem para a China. Nessa altura, os reais-de-oito são muito procurados para os levarem para lá e valem normalmente até 25 ou 30 por cem. Trocam-nos pela moeda que na mesma altura é trazida de Ormuz, os chamados *larins*, que vêm da Pérsia e que recebem a 8 ou 10 por cem. Guardam este dinheiro até chegarem os navios de Portugal, no mês de Setembro, que pagam de 20 a 25 por cem, em troca de reais-de-oito, como foi dito. Estes *larins* são necessários para ir comprar pimenta e outras mercadorias a Cochim, pois é ali a melhor e mais proveitosa moeda. Ainda há outras moedas, chamadas *pagodes*, *venezianos* e *são-tomés*, que são de ouro e que são compradas e vendidas todas da mesma maneira, pelo que há muitos que não fazem outro negócio e assim juntam fortuna, principalmente se tiverem um bom capital de base. Este câmbio também é geralmente feito pelo clero, que o pratica às escondidas, por terceiros, sem qualquer impedimento ou incómodo.

Há ainda alguns outros que vivem das rendas que têm das palmeiras onde crescem as *nozes-da-índia* (chamadas *cocos*). Desta renda podem viver muito bem e têm um bom mantimento, pois é o principal negócio do país. Há quem receba diariamente meio *pardau* ou mais de renda por cada árvore, o que equivale a um florim Carolus; e há quem tenha trezentas ou quatrocentas árvores numa propriedade, que arrendam aos *canarins*, como se faz entre nós com lameiros, prados e campos. Os portugueses e *mestiços*, na Índia, não trabalham, ou fazem-no muito raramente. Vivem a maior parte das vezes da maneira acima descrita, embora haja alguns artesãos, como chapeleiros, sapateiros, seleiros e tanoeiros. Estes, porém, têm geralmente escravos ao seu serviço, os quais trabalham nas lojas, enquanto os patrões andam pelas ruas e se comportam tão magnificamente como os melhores. O mais pequeno é lá considerado igual ao

maior, o homem comum equipara-se aos fidalgos e ricos, sem qualquer distinção na sua conversa, cortesia e companhia. Todos os outros artesãos e trabalhadores manuais são na sua maioria gentios indianos e cristãos baptizados do país.

Apenas os casados e os residentes gozam da cidadania e dos privilégios e liberdades da cidade. Há entre eles apenas duas camadas ou tipos de gente, a saber: os casados e os soldados, pois todos os solteiros não casados são chamados soldados, que é o nome mais honroso que se pode ter. Porém, estes soldados não têm qualquer obrigação, nem estão sujeitos à autoridade ou ao comando de qualquer companhia ou regimento, o que na Índia não se usa de todo. Logo que os portugueses chegam de Portugal à Índia, cada um segue o seu próprio caminho, para onde quiser, embora todos fossem inscritos num registo em Portugal, o qual todos os anos é enviado para a Índia a bordo dos mesmos navios em que viajam.

Isto acontece da seguinte maneira: todas as pessoas são registadas, cada qual com os seus nomes e apelidos, e com o seu soldo, se o recebem de el-rei. Há alguns que têm o título de *fidalgo da casa de el-rei nosso senhor*, que é o título mais honroso; há outros chamados *moços fidalgos*, o que também é um título honroso, e que são geralmente filhos de fidalgos ou honrados como tal pelo favor régio; há ainda outros que são chamados *cavaleiro fidalgo*, que são inferiores aos outros dois. É também um título honroso, e um título de quem, por alguns feitos, foi armado cavaleiro. Conferem esta honra uns aos outros por qualquer facto insignificante, pois mal façam uma viagem ou assistam a algum acontecimento, fazem-se logo armar cavaleiros por qualquer capitão ou fidalgo, gabando-se de seguida enormemente. É uma coisa tão vulgar que dificilmente se encontra um bicho-da-cozinha ou um grumete que não tenha sido feito cavaleiro. Há ainda outros que são chamados *moços da câmara*, *do número* e *do serviço*, que são os camareiros de el-rei; alguns são do número e outros do serviço. Este é o primeiro título ou grau de honra, com o qual se sobe, por mérito, para graus mais elevados, e se recebem os títulos acima referidos com o tempo e por petição, e de que os portugueses se gabam mais do que de toda a riqueza do mundo. Ainda há os que são chamados *escudeiros fidalgos*, o que é igualmente um grau de honra. Outros são registados como *homens honrados*, e os mais vulgares e mais baixos, sem qualquer título, são registados como soldados comuns, que é a gente vulgar e a ralé. Todos eles recebem o seu salário conforme o título, e cada qual, na sua qualidade e grau, deseja títulos mais elevados (pelos anos de serviço, por feitos valorosos, mas mais frequentemente por favor), pois os seus serviços são remunerados conforme os títulos que possuem. Assim registados os portugueses que vão para a Índia, este registo, à chegada à Índia, é entregue à guarda de um oficial de el-rei ordenado para o efeito, o qual é substituído todos os três anos, como todos os outros. Chama-se escrivão da *matrícula geral*, tendo ainda três ou quatro escrivães-adjuntos, que escrevem todas as coisas às suas ordens.

Quando chega o Verão à Índia, há por vezes necessidade de mandar uma armada fazer uma viagem ou guardar a costa, para acompanhar e proteger os navios de comércio e os mercadores (que vêm e vão), e impedir os malabares seus inimigos de sair para fazerem quaisquer estragos, como fazem, de qualquer maneira, todos os anos. Então, por volta de Setembro (quando o Verão começa), toca-se o tambor, para quem quiser servir el-rei na armada que está para partir se apresentar na *matrícula geral* para receber dinheiro. Da parte do *vice-rei*, ordena-se então um capitão-mor e

outros capitães-adjuntos para cada *fusta* e galé, de maneira que nas galés se põem cerca de cem homens e nas *fustas* perto de trinta, pouco mais ou menos. Todos estes são pagos na *matrícula*, conforme os seus títulos, cada qual como vem registado de Portugal. O pagamento é feito por *quartéis*, sendo cada *quartel* três meses, a saber: o soldado comum sete *pardaus*, chamados *xerafins*, cada *pardau* equivalendo a três *tostões* de moeda portuguesa; um *homem honrado* nove *pardaus*; o *moço da câmara* onze *pardaus*; e assim por diante, em conformidade. E então, para além disso, os capitães vão rogar e pedir soldados, dando-lhes ainda algo do seu bolso, fora o soldo e salário de el-rei, porque cada um pretende os melhores soldados. Compram muitas coisas e víveres e mantimentos à sua custa, para terem os soldados como amigos e lhes darem bom tratamento. Comem nas *fustas* e galés todos juntos numa mesa, e o capitão trata os soldados sempre com grande respeito e cortesia; caso contrário, eles não o teriam em boa conta nem estariam submissos. E uma vez partida a armada, esta corre sempre pela costa, em idas e voltas, procurando às vezes algum porto, até ao mês de Abril. No final desse mês, voltam de novo a Goa para invernar e serem desarmadas, terminando então a obrigação dos soldados, de modo que cada qual segue o seu caminho, sem terem mais nenhum mantimento da parte de el-rei.

Nessa altura, o *vice-rei* passa uma certidão ao capitão-mor da armada, em que atesta que o capitão, por sua ordem e em nome de el-rei, passou tantos meses fora, ao seu serviço, protegendo a costa e o mar. E se tiver protagonizado alguns feitos, estes são largamente referidos, assim como o que do seu próprio bolso e à sua custa despendeu em serviço de Sua Majestade. A seguir, o capitão-mor, pela autoridade da mesma certidão, passa a todos os outros capitães e soldados uma certidão especial, com a mesma forma e conteúdo. Há também alguns fidalgos que no Inverno dão mesa a todos os soldados que queiram vir comer, do que igualmente recebem certidões, assim como de tudo o que possam inventar. Juntam dez, doze ou vinte destas certidões, e com elas vão para Portugal, com autorização do *vice-rei*, para pedirem compensação pelos serviços atestados nas certidões. Têm de levar uma certidão do escrivão da *matrícula geral*, onde conste o período da sua residência na Índia e no qual se declare que nunca foi posta qualquer mancha no seu título. Devem igualmente levar certificados de todos os oficiais e mestres de contas, das munições e armas de guerra, víveres, etc., das quais os capitães e soldados frequentemente ficam em dívida ou prestam más contas, fazendo-se logo de tal facto uma anotação no título de cada pessoa que transgrediu. Devem ter certidões de todos estes oficiais, dizendo que não cometeram qualquer falta em prejuízo de el-rei.

Com estas certidões navegam para Portugal, tendo já algum ofício em vista para reivindicar, consoante a sua qualidade e serviços. Se tiverem alguém na corte que fale em seu favor e leve algo para untar mãos, recebem ofícios para três anos, tais como cargos de capitão, feitor, escrivão, juiz, etc., e todos os ofícios e cargos da Índia, tendo, porém, eles próprios de os desempenhar. Alguns recebem-nos com a mercê de os transferirem, venderem ou darem juntamente com as suas filhas em casamento. Depois, a patente de um tal ofício é registada na chancelaria de el-rei e enviada para a Índia, onde deve ser confirmada pelo *vice-rei*. Estes ofícios são sempre outorgados em caso de vagante dos que são providos para ele, e então vê-se no registo quantos há antes dele, e quando o seu tempo terminar, ou por acaso vierem a morrer antes do

seu tempo, como acontece frequentemente, ou estiverem ausentes, é sempre provido o primeiro a seguir que esteja disponível.

Eis, em poucas palavras, o que diz respeito à ordem e maneira do seu governo e trato da guerra. O outro governo dos direitos e justiça é como em Portugal. No desenho que se segue[198], pode ver-se a Rua Direita de Goa, com o seu trato e ajuntamento diário, a que chamam *leilão*, tudo retratado de acordo com a vida real.

Capítulo 30

Do governo da casa e das cortesias, casamentos e outros usos e costumes dos portugueses e mestiços da Índia.

Os portugueses, *mestiços* e cristãos governam as suas casas de forma muito respeitável e magnificente. Têm normalmente (como foi dito) cinco, seis, dez, vinte, ou pouco mais ou menos, escravos e escravas ao seu serviço, conforme a sua posição e qualidade, a saber, no que diz respeito aos casados. Estes são em todas as coisas da casa muito limpos e puros, principalmente na sua roupa branca, pois todos os dias vestem camisas e outras roupas que trazem no corpo lavadas, tanto homens como mulheres, até as escravas, em virtude do calor do país. Os portugueses são geralmente servidos todos com grande dignidade, sem qualquer distinção entre fidalgos ou civis comuns e soldados.

Têm todos, nas suas deslocações, conversas e cortesias, idênticos modos, andando pelas ruas muito lentamente e com grande orgulho e presunção, com um escravo que lhes suporta um grande sombreiro ou toldo à frente e por cima da cabeça, para evitar que sejam tocados pelo sol ou pela chuva. Do mesmo modo têm, na época das chuvas, um moço que anda atrás deles com um sobretudo comprido de escarlate ou de um outro tecido, para o vestir ao senhor quando chove. E antes do meio-dia, o moço leva-lhe sempre atrás uma almofadinha de couro ou veludo, para se ajoelhar na igreja a ouvir a missa. Os mais deles também se fazem levar a espada atrás por um escravo ou moço, para não lhes pesar no andar nem lhes tolher a dignidade. Quando se cruzam, ainda a grande distância um do outro, começam a inclinar o corpo e a estender a perna com um grande *beso las manos*[199], para se cumprimentarem, com o boné ou o chapéu quase a tocar no chão. Do mesmo modo, ao entrar na igreja, têm as suas cadeiras prontas, preparadas com antecedência pelos seus escravos, e enquanto vão entrando, todos os que estão em redor se levantam para lhes fazer uma grande reverência com a mesma inclinação.

E caso alguém fizer a cortesia, como é o costume entre eles, e a pessoa a quem se dirige não prestar a devida atenção, retribuindo, só isto seria causa para o perseguir e lhe dar uma sova, dizendo que o desprezou, o que não toleram por nenhuma razão, pois seria a maior vergonha do mundo se não se vingassem. E quando se querem vin-

[198] Ver gravura n.º 7.

[199] Forma espanholada de «beijo-lhe as mãos», fórmula de saudação cortês.

gar de uma pessoa que lhes mostrou algum desrespeito, ou por qualquer outra razão, seja ela qual for, juntam dez ou doze amigos, conhecidos ou camaradas, e apanham a pessoa que têm em mira, batendo-lhe longamente, até ficar como morto ou pouco menos; ou então mandam os seus escravos dar-lhe uma tareia. E consideram grande honra e valentia saberem vingar-se desta maneira, de que bem ousam gabar-se em público. E quando não desejam matá-lo, mandam dar-lhe bastonadas até ficar com a pele desfeita, com uma vara da grossura de uma perna de homem a que chamam *bambu*, de maneira que fica bem tratado para oito dias ou mais, e até frequentemente o deixam como morto, que é seu procedimento e costume quotidiano, sem que se faça caso ou preste a mínima atenção. Utilizam também saquinhos muito compridos, cheios de areia, com os quais desfazem os lombos uns aos outros, paralisando e quebrando os membros.

Se alguém fizer uma visita ou for ver um outro a sua casa, mesmo que o visitado seja um dos principais fidalgos e o visitante um soldado comum ou alguém insignificante, é costume o visitado descer até à porta com o boné na mão, com grande cortesia e deferência, para receber quem vem visitá-lo. E leva-o assim à sua frente, até à sala ou quarto da sua casa onde quer recebê-lo, apresentando-lhe uma cadeira de braços para se sentar, antes de ele próprio se acomodar. E então pede o que deseja, e acabada a conversa acompanha-o de novo até à porta com a mesma cortesia e deferência, terminando com um *beso las manos*. E se assim não fizesse e oferecesse uma pequena cadeira sem braços para o outro se sentar, isto é, menos boa ou mais modesta do que a escolhida para si próprio, o visitante não ficaria muito satisfeito e considerá-lo-ia uma grande ofensa, procurando por todos os meios vingar-se do outro por esta afronta.

Quando têm as suas bodas e se casam, desde que tenham algum dinheiro, sem qualquer excepção, juntam-se com os amigos, vizinhos e conhecidos, todos montados em cavalos. Quem não tiver cavalo, arranja maneira de alugar um. São até cinquenta ou cem convidados, mais ou menos, dependendo da pessoa, todos muito ricamente ataviados. E juntos cavalgam assim em boa ordem para a igreja, com os seus criados e sombreiros contra o sol, os amigos e acompanhantes à frente, e na última fileira o noivo, entre dois a quem chamam compadres, vindo a seguir a noiva, levada entre duas *comadres*, cada uma das três no seu *palanquim*, muito linda e ricamente ataviadas, seguidas pelos escravos e escravas, que vêm atrás como os cães de caça. E assim chegados à igreja e casados segundo os usos e cerimónias da igreja de Roma, são de novo levados a casa na mesma ordem.

E ao chegarem a casa, os vizinhos e amigos mais próximos estão à janela, debruçados sobre ricos tapetes indianos, e regam a noiva e o noivo ao passarem com água de rosas e águas cheirosas destiladas, e deitam-lhes rosas, ervilhas de açúcar e frutas cristalizadas ou grãos de trigo. E os que são de alguma condição, têm geralmente os seus escravos que tocam uma melodia suave em charamelas e cornetas, o que é um prazer de ouvir. E chegando à casa onde moram, a noiva e o noivo despedem-se com vénias e reverências muito respeitosas de todos os que os acompanharam, e que estão todos a cavalo à volta da porta, e a seguir a noiva, o noivo e as *comadres* vão para cima sentar-se à janela, com grande dignidade. E então, os que os acompanharam, em honra dos casados, fazem, um a um, uma corrida ou trote, começando pelos

compadres e seguindo-se os outros, sucessivamente, por duas ou três vezes, sempre com música de charamelas, que são muito vulgares na Índia, pois qualquer pessoa de algumas posses tem várias em casa.

Depois disto, todos passam por baixo da janela onde a noiva e o noivo estão sentados, com uma saudação, e vão-se embora, com excepção dos *compadres*. Estes sobem para junto da noiva e do noivo, para lhes desejarem felicidades, sendo nessa ocasião servidas algumas frutas cristalizadas e maçapão, e bebendo-se água. E na sequência de algumas cortesias dirigidas aos recém-casados, vão-se embora. Ficam apenas três ou quatro dos amigos mais chegados, para uma refeição de pouca mas excelente substância, em que só tocam de leve, com pouco barulho. Após isto, o noivo mete-se na cama com a noiva, sem quaisquer outras cerimónias ou despesas, com o que as bodas chegam ao fim. Acontece frequentemente os noivos estarem já na cama algumas horas antes do sol-posto, pois não têm paciência para esperar tanto tempo como nos nossos países.

Quando se baptiza uma criança, esta é levada à igreja com cavalos da mesma maneira. Na última fila vem o padrinho sozinho, seguido por dois criados a pé: um leva uma bacia de prata ou dourada, cheia de um pão, cozido na forma de roscas a que em Portugal se chama *rosquilhos*, com uma grande vela de cera no centro, dourado e ricamente enfeitado, com algumas moedas de ouro ou prata espetadas, para oferecer ao padre que vai baptizar a criança, e ainda coberto e polvilhado de rosas; o outro leva numa mão um saleiro grande e alto, de prata ou dourado, e noutra um jarro do mesmo material. Ambos têm ricos e preciosos panos ou toalhas penduradas nos ombros. Depois, seguem dois *palanquins*: num está sentada a *comadre* e noutro a parteira com a criança, a qual se cobre com um rico pano ou vestido, feito especialmente para a ocasião. E uma vez chegadas ao fim as cerimónias do baptismo na igreja, a criança é levada a casa na mesma ordem. Chegando a casa, têm as mesmas músicas de charamelas e as mesmas corridas ou trotes de cavalo à frente da janela, onde a *comadre* está sentada, com as mesmas referidas cerimónias do casamento. Estas são as maneiras, usos e costumes dos casados e dos que têm casa e família.

Agora, tratemos dos soldados, que são solteiros. Estes, no Verão, saem ao mar com a armada; enquanto estão nas cidades e em terra, portam-se de modo geral muito magnificentemente, andando todos pelas ruas com grande dignidade, bem servidos pelos seus escravos ou criados alugados, que lhes seguram o sombreiro contra o sol ou a chuva, à frente e por cima da cabeça. Isto, porque há indianos que se alugam para esse efeito, a 25 *bazarucos* ao dia, o que equivale a dois soldos ou um **stoter**, àqueles que não tenham escravos ou não os queiram usar nesse serviço. Os soldados vivem geralmente juntos, dez ou doze numa casa, onde dispõem de um ou dois escravos ou indianos alugados para os servirem e lhes lavarem a roupa, e têm quatro ou cinco cadeiras e uma mesa, e uma cama para cada um. Comem arroz cozido em água, com algum peixe salgado ou outro acompanhamento de pouco valor, sem pão, e para beber água pura da fonte, com o que ficam bem satisfeitos. No que diz respeito à roupa, têm entre todos um ou dois fatos de seda, como aí é costume, e quando um sai os outros ficam em casa, porque dentro de casa não precisam de roupa, andando todos, quem quer que sejam, vestidos apenas com uma camisa e umas calças de linho, e de resto nus, em virtude do grande calor. Deste modo, se

saírem vinte vezes num dia, vestem-se outras tantas vezes, para se despirem cada vez que voltam a casa.

Alguns soldados têm fidalgos ou capitães que de vez em quando lhes dão algum dinheiro para se vestirem, a fim de garantirem que, chegando a altura do Verão, de novo embarcarão com eles na armada, e também para os terem como amigos e acompanhantes à noite e em outras alturas, ou para deles receberem ajuda caso se queiram vingar de alguma injúria ou afronta, como atrás ficou dito, pois quem na Índia tiver maior número de soldados como amigos, mais respeitado e temido será. Em suma, desta maneira e com tudo isto conseguem sustentar-se honradamente, sem que se note qualquer diferença entre eles e os melhores do país.

Muitos e a maior parte deles recebem a assistência e o sustento principal das mulheres casadas dos outros portugueses e *mestiços*, e também das dos cristãos indianos, as quais lhes fazem sempre generosas dádivas e presentes, para satisfazerem os seus maus desejos e luxúrias, o que conseguem quanto baste, às escondidas. Há outros que gozam de algum favor de amigos e se sustentam indo aqui e ali com algum trato e comércio de mercadorias. Chamam-lhes *chatins*. Estes rejeitam o ofício de soldado, ou seja, sair nas armadas ou servir el-rei, pois, como foi dito, ninguém é forçado a isso, embora para tal viessem registados de Portugal. Não obstante, mantêm o nome de soldados enquanto andarem sozinhos e não estiverem casados.

Hoje em dia, os soldados estão mais inclinados a tornarem-se *chatins* e a entrarem em negócios, do que a servirem el-rei nas suas armadas, razão pela qual os capitães e fidalgos começam a deixar de os favorecer, como faziam em tempos anteriores. Do mesmo modo, os mais deles procuram uma vida sossegada e folgada, pelo que, se lhes for de algum modo possível, preferem dedicar-se à mercancia, indo de um lugar para outro, casando e estabelecendo-se. Isto, por um lado, porque os serviços dos soldados comuns poucas vezes são bem recompensados, visto que, mesmo se já tivessem juntado dez ou vinte certidões do tempo cumprido e dos respectivos serviços, não teriam condições para fazerem a viagem para Portugal, levando alguns presentes para lá entregar, pois sem estes raramente conseguem ser ouvidos ou tomados em consideração. E mesmo que lhes fosse concedido algum ofício ou função correspondente à sua qualidade, muito tempo se passaria até chegar a altura de entrarem em funções, pois tantos são os que aspiram ao mesmo ofício ou cargo, que é ocupado em sucessão, que frequentemente já não lhes resta tempo de vida quando chega a sua vez. Por outro lado, a distância e o perigo da prolongada viagem por mar fazem com que muitos permaneçam na Índia e aí se sustentem da melhor maneira possível.

Por todas estas razões, hoje em dia na Índia não se faz guerra com tanto fulgor, nem se conquistam e descobrem terras novas, como acontecia antigamente, quando só se lutava por louvor e honra, e para deixar boa fama. Assim, nos tempos que correm, todos querem «mamar», tanto os *vice-reis* e governadores como todos os outros, até o próprio clero, zelando os homens pouco pela prosperidade geral do país e pelo serviço de el-rei, mas antes, e sobretudo, pelos seus interesses particulares. Levam em conta que cada um deles desempenha o respectivo cargo apenas por três anos, pelo que dizem expressamente que não querem melhorar o que outros antes deles não fizeram, deixando isso para os que vêm depois, pois el-rei deu-lhes estes cargos para os compensar de seus serviços e não para fomentar o proveito do país. Por isso, hoje

em dia na Índia já não se conquista ou descobre nada, mas antes se perde de vez em quando um lugar aqui ou ali. Estão suficientemente ocupados em manter e proteger o que possuem e dominam desde há muitos anos, e em manter limpas a costa e a navegação, embora muitos mercadores percam cada ano as suas posses, pela insegurança no mar e pela negligência dos portugueses e do seu governo. E é de temer que a situação vá piorando de dia para dia, como quem estiver atento poderá verificar claramente. Dito isto, contou-se o suficiente dos costumes dos portugueses na Índia e dos seus usos na guerra, que sempre fazem no mar, pois não se pode viajar por terra, por causa dos vários reinos e nações de povos que estão sempre em conflito uns com os outros, sendo alguns amigos e outros inimigos dos portugueses. Os portugueses têm apenas alguns lugares à beira-mar, cidades e fortalezas, com os seus portos, sem nada possuírem no interior, como declarámos na descrição da costa.

Nas figuras que se seguem[200], pode-se ver como os portugueses na Índia, casados e soldados, andam pelas ruas, e como andam a cavalo, não só os fidalgos, mas qualquer um que tenha posses para manter um cavalo, tanto mercador como artesão, seja ele quem for; e também como se deixam levar pelas ruas e pela cidade nos *palanquins*, quando não lhes apetece ir a cavalo ou a pé. Pode igualmente ver-se a feição das *fustas* com que fazem guerra no mar, as quais também são usadas pelos malabares seus inimigos, pois não têm outras embarcações ou navios. Com elas fazem grande dano. São muito ligeiras, tanto à vela como a remos; também são usadas como navio de carga, em virtude da sua facilidade de manobra.

Capítulo 31

Dos usos e costumes das mulheres portuguesas e mestiças na Índia.

As mulheres portuguesas, *mestiças* e cristãs na Índia, vêem-se muito pouco, porque na sua maioria ficam escondidas em casa, e só saem muito raramente, quando vão à missa ou se vão visitar umas às outras, o que contudo acontece muito poucas vezes. E ainda por cima, quando saem, vão muito bem guardadas, pois são levadas num *palanquim*, coberto com um pano ou tapete, pelo que não podem ser vistas de maneira nenhuma. Quando vão à missa ou fazer uma visita, vestem-se ricamente, com *braceletes* e *manilhas* de ouro nos braços, e pedras preciosas e pérolas; nas orelhas têm penduradas correntes cheias de jóias e adornos; as roupas são de damasco, veludo e *brocado*, pois a seda é o mais vulgar que se pode vestir. Nas suas casas, andam com os cabelos soltos e a cabeça descoberta, e vestidas com uma camisa chamada *baju*, que lhes dá até abaixo do umbigo, e que é tão fina que se pode ver todo o corpo através dela; e do umbigo para baixo vestem apenas um pano pintado, enrolado três ou quatro vezes em volta do corpo. Estes panos são muito belos, sendo alguns ricamente enfeitados com todo o género de figuras e folhagens coloridas. Todo o resto do corpo fica nu, sem nada nas pernas e pés, a não ser uns chinelos ou pantufas calçados nos pés, tal como os

[200] Ver gravuras n.os 8 a 11.

homens. Em casa andam sempre assim vestidas, velhas e donzelas, ricas e pobres, sem excepção, pois só raramente saem, e nesse caso cobertas e levadas em palanquins, pois o que há para fazer fora da casa é feito pelos escravos e escravas.

As mulheres nunca, ou muito raramente, comem pão, nem tão-pouco os escravos e escravas. Não que deixem de o fazer pela sua escassez, pois há o suficiente e em grande abundância, mas porque estão tão habituadas a comer arroz que não querem outra coisa. Cozem-no em água e comem-no com algum peixe salgado ou com uma fruta salgada, chamada *manga*, ou com alguma outra mistura de peixe e carne, feita em papa, que lhe deitam por cima. E assim o comem com as mãos, porque lá nada é comido com colheres, e se vissem alguém fazê-lo, fariam troça dele. Do mesmo modo, quando bebem, têm um género de jarrinhos muito finos e delgados, feitos de barro preto, à maneira dos jarros que se usam entre nós para pôr flores, e que têm no gargalo uma rodela cheia de buraquinhos. Estes jarrinhos são chamados *gorgoleta*, porque se alguém quiser beber tem de os levantar alto, para não tocar na boca, de maneira que a água sai pelos buraquinhos da rodela dentro do gargalo, entrando na boca sem se perder uma gota, com um som gargarejante, o que se faz por motivos de higiene, para ninguém lhes tocar com a boca. E quando lá chega alguém de Portugal e quer começar a beber da maneira referida e se molha por falta de prática, eles divertem-se muito, rindo-se dele e chamando-lhe *reinol*, que é uma alcunha zombadora para os recém-chegados de Portugal, que ainda não estão à vontade com os hábitos e as outras cerimónias à maneira da Índia. Estes, ao princípio, são muito interpelados quando andam na rua, até que, pelo uso, se acostumam às maneiras da Índia, às quais logo sabem aderir maravilhosamente bem.

Os homens são muito ciumentos de suas mulheres, pois não levam outros homens a sua casa, mesmo os melhores amigos, para não lhes verem a mulher ou filhas, exceptuando algum *compadre* ou outro homem casado, acompanhado pela respectiva mulher, a qual assim se pode divertir e entreter com as outras em qualquer pavilhão, sempre bem rodeadas pelos seus escravos e escravas, para as protegerem e servirem. No caso de alguém chegar à porta a perguntar pelo homem, as mulheres e filhas metem-se logo dentro e escondem-se, ficando o homem sozinho para receber quem vem de fora. Do mesmo modo, não deixam nenhum homem com mais de quinze anos, por mais aparentado que seja, viver numa casa onde haja mulheres e donzelas, nem sendo seu próprio filho, a não ser num quarto ou casa algures em baixo ou ao lado, onde vivem sem poderem aproximar-se das mulheres, e para onde lhes levam a comida e outras necessidades. Pois muitas vezes encontraram o sobrinho com a mulher do tio, e o irmão com a mulher do irmão, e até o irmão com a irmã. Conheci vários destes que foram apanhados nestes actos e que logo foram mortos, juntamente com a mulher, pelo marido dela.

As mulheres são extremamente luxuriosas e salazes, pois encontram-se muito poucas que, mesmo tendo marido, não tenham além dele mais um ou dois dos chamados soldados com quem cometam adultério. Para tal levarem a cabo, inventam todos os estratagemas e manhas, mandando as suas escravas e proxenetas fora de horas por cima de muros, vedações e telhados, por mais guardadas que estejam. Também têm uma erva, chamada *datura*, da semente da qual tiram um sumo que põem nalguma comida ou bebida que dão a seu marido, que logo fica como se estivesse meio maluco

ou apático, ou totalmente doido, a rir-se, ou que o põe às vezes a dormir, tal e qual como um corpo morto. E então, podem na sua presença fazer o que quiserem, praticando as suas volúpias com o amante, sem o marido ter disso qualquer conhecimento. Ele pode permanecer nesse estado por 24 horas; mas quando lhe lavam os pés com água fria, volta de novo a si, sem saber de nada, pois julga ter adormecido.

Anotação de Paludanus

Dutroa, por alguns chamada «tatula» e por outros «datura»; em espanhol «burladora»; em alemão «Igelskolbe»; em malabari «unmattakkay»; em canarês «daturo»; em árabe «marana»[201]; para persas e turcos «datula». Segundo a descrição desta erva e fruta, dada pelos herboristas, alguém que toma meio dracma desta semente, ficará por algum tempo privado dos seus sentidos, rindo continuamente, etc.

Do mesmo modo, muitos homens são envenenados pelas suas mulheres, quando estas se fartam deles, porque sabem fazer um veneno ou uma peçonha que mata a pessoa a quem a dão à hora que elas quiserem, conforme a forma de preparação da peçonha. Fazem-na de maneira que possa durar no corpo de alguém seis anos, sem fazer qualquer estrago, e quando chegar a hora para a qual a têm preparada, faz o seu efeito, sem errar mais que meia hora. Fazem-na para um, dois ou três anos, meses ou dias, conforme os seus desejos, como observei em muitas pessoas e aí é muito vulgar. Do mesmo modo, muitas mulheres são mortas pelo respectivo marido. Quando as apanham em adultério, ou apenas suspeitam ou desconfiam disso, cortam-lhes a garganta e arranjam três ou quatro testemunhas dizendo que homens estranhos, fora de horas ou durante o dia, se encontraram com as suas mulheres em casa ou em qualquer outro sítio, seja como for, com o que logo ficam livres e ilibados pelas leis e ordenações de Espanha e Portugal, podendo logo de seguida casar com uma outra. Mas tudo isto não serve para meter medo às mulheres ou terminar as suas luxúrias. Muitas são anualmente mortas pelos maridos, sendo isto tão vulgar que ninguém estranha minimamente, por a tal estarem habituados. As mulheres também dizem redondamente que não há morte melhor do que morrer assim, porque dizem que assim são sacrificadas por amor, o que consideram uma honra.

De modo geral, as mulheres são muito limpas e asseadas, tanto na sua casa como na sua pessoa e no seu corpo, pois além de vestirem todos os dias roupa limpa, costumam também lavar todo o corpo diariamente, da cabeça até aos pés, e frequentemente duas vezes, de manhã e à tarde. E todas as vezes que evacuam ou vertem as suas águas ou têm relações com o marido, lavam-se de novo, mesmo se fosse cem vezes num dia e noite. Trabalham pouco e são muito dadas a ervas cheirosas, e também a perfumes e incensos, e a untarem o corpo e a testa com sândalo e outras madeiras cheirosas, que desfazem moendo ou esfregando-as em água. Também mastigam todo o dia folhas, chamadas *bétele*[202], misturadas com cal e uma fruta chamada *areca*, das quais trataremos quando falarmos das frutas e especiarias. Esta *areca* às vezes é tão forte que se fica quase totalmente bêbado e tonto, embora à vista e no

[201] O nome em árabe é «djauz masal».

[202] O mesmo nome era aplicado ao masticatório de que Linschoten descreve a composição.

sabor seja quase igual a madeira ou raiz. Mastigam estas três coisas o dia inteiro, tal como os bois e as vacas ruminam; engolem o sumo e escarram o resto, pelo que a boca fica tão vermelha e preta que, para quem não estiver habituado, é nojento de ver. Todos estes costumes, tais como o hábito de se lavarem, o uso de incensos e a prática de se untarem com sândalo, herdaram dos gentios indianos, que seguem idênticos usos e costumes, desde tempos antigos até aos nossos dias. Dizem que o bétele preserva e mantém os dentes, que é eficaz para o estômago e contra o mau hálito e o cheiro da boca, pelo que, em suma, estão tão habituadas a mastigá-lo que, onde quer que andem, têm sempre de ter consigo estas folhas e os seus apetrechos. E as escravas, do mesmo modo, andam sempre pelas ruas a mastigar, onde quer que vão, estando de tal modo habituadas que pensam que não podem viver sem isto.

Quando o marido sai, as mulheres nada mais fazem senão ficarem sentadas o dia inteiro por trás da persiana que está pendurada em frente da janela, mastigando *bétele* continuamente e vendo passar a gente na rua sem serem vistas. A não ser que passe alguém que lhes agrade e a quem querem observar melhor, pois então levantam a persiana, concedendo assim ao passante um grande favor. E exibindo-se deste modo e fazendo sinais de olhos começam o seu namoro, que a seguir concretizam com a ajuda das escravas, para o que inventam as mais diabólicas manhas, pois dia e noite não pensam noutra coisa nem de mais nada se ocupam. E para melhor fortificarem esta inclinação e estimularem este desejo ardente, comem geralmente o tal *bétele*, com *areca* e cal, guardando-os à noite ao lado da cama. E além disso, comem igualmente mãos cheias de cravinho, pimenta, gengibre e uma substância frita, chamada *cachundé*, que é uma mistura de todas as especiarias e ervas picantes juntas, e outras misturas semelhantes, com o propósito de aumentar a luxúria.

Anotação de Paludanus

Cachundé, na minha opinião, é feito da espécie *galiae moscatae*, com sumo de alcaçuz. São bolinhos pretos, com certos caracteres inscritos. Têm de início um sabor muito amargo, que no fim se torna mais suave e doce, fortificando o coração e o estômago e dando um hálito suave.

E não consideram suficiente usarem isto só para si, mas ainda por cima fazem os homens tomar mil ervas semelhantes, com ou sem conhecimento deles, para satisfazerem a sua volúpia, que, no entanto, não pode ser satisfeita por coisa nenhuma do mundo. Também são muito inclinadas a divertirem-se nadando em algumas cisternas ou piscinas, pois de modo geral todas nadam muito bem, havendo muito poucas que não consigam atravessar a nado um bom rio de meia légua de largura. Com isto disse-se o suficiente das mulheres e continuaremos com outros assuntos.

As respectivas figuras e retratos, para um melhor entendimento, podem ver-se a seguir[203]. Aqui se encontra o traje das mulheres quando vão à missa ou saem, tanto das donzelas como das casadas e viúvas, que podem ser distinguidas cada qual pelo seu traje, e também o modo como estão dentro de casa, com o prato do *bétele* na

[203] Ver gravuras n.os 12 a 15.

mão, a sua ruminação diária, e também como são levadas pelas ruas nos *palanquins*, com as escravas andando à frente, ao lado e atrás, assim como a maneira como saem à noite com o marido e os seus escravos para ganharem algumas indulgências, ou para fazerem visitas nocturnas às igrejas, o que fazem como um género de romaria, pois vão a pé, contando assim ganhar mais mérito, o que lhes não é admitido durante o dia, por não gozarem de confiança para tanto. Consideram estas romarias ou visitações nocturnas um grande passatempo e liberdade, pois esperam-nas tal como crianças aguardam as feiras populares e outras festas.

Também as escravas as respeitam, e nunca saem a não ser numa tal romaria ou para ir à igreja nos feriados com as suas amas, atrás do *palanquim*. Nesses dias, avisam os seus amantes e deixam a ama na igreja, ou na ida escapam-se algures numa loja ou taberna que para isso conhecem, onde o amante está à espera e onde têm um encontro furtivo, para logo continuarem o caminho. E caso tenham um português ou homem branco como amante, orgulham-se tanto disso que pensam que não há pessoa igual a elas, do que se gabam muito entre si. Seriam capazes de roubar tudo dos seus amos e amas para dar aos seus amantes e concubinários, sustentando-se muitos soldados de tal soldo bem melhor do que com o que recebem ao serviço de el-rei. E caso estas escravas venham a ter filhos, ficam para o amo, que se dá por muito satisfeito com isso, pois são seus *cativos*, a não ser que os pais sejam portugueses ou outros homens livres. Estes, quando nasce a criança, podem ir confessar que é sua no prazo de oito dias, pagando ao amo uma pequena importância em dinheiro, imposta por lei para esse efeito, pela qual a criança fica livre, mas não a mãe. E passados os oito ou dez dias fixados, se não aparecer ninguém para reclamar a criança, mesmo que seja de um homem livre e este a venha a reclamar mais tarde, fica *cativa* do amo da mãe, que pode ficar com a criança por um preço tão alto ou baixo quanto quiser, sem que ninguém o possa obrigar a vendê-la. Raramente ou nunca acontece a mãe matar ou rejeitar a criança, ou mandá-la para seu pai, por mais pobre que seja, sendo livre ou *cativa*, pois orgulham-se e gabam-se mais de uma criança, principalmente se for de um homem branco, do que de todos os tesouros do mundo, e nunca e por nada no mundo a hão-de entregar ao pai, a não ser que lhes seja roubada e assim levada.

As crianças portuguesas, *mestiças* e cristãs são desde o nascimento criadas nuas, só com uma camisinha pequena e curta sobre o corpo, como o *baju* das mulheres, sem mais nada, até atingirem a idade de vestirem umas calças ou um fatinho. Algumas são alimentadas e desmamadas pelas escravas, outras por mulheres indianas que se alugam para esse efeito. As figuras destas podem ser vistas andando atrás do *palanquim* onde é levada a mulher, como costumam levar a criança a pé, tudo retratado como na vida real.

Capítulo 32

Do vice-rei de Portugal na Índia e do seu governo em Goa.

Os *vice-reis* de el-rei de Portugal são enviados para a Índia de três em três anos, um de cada vez. Às vezes, ficam mais tempo, conforme o desejo de el-rei, mas muito

raramente. Têm a sua residência em Goa, que é a capital, a partir de onde é governada toda a Índia. Aqui se aprontam e se fazem anualmente à vela as armadas, tal como foi dito. O vice-rei tem o seu conselho, tribunais, chancelaria e juízes, em tudo semelhantes aos de Portugal, sendo todos os direitos e justiças executados e satisfeitos por ele em nome de el-rei. Porém, se forem casos de direito civil de grande importância, pode-se apelar para Portugal; contudo, em casos criminais ninguém o pode fazer, a não ser quem tenha o título de fidalgo. Estes não podem ser sentenciados em última instância pelo *vice-rei*, mas são mandados presos para Portugal, a não ser que o próprio rei ordene em contrário.

O vice-rei mantém um estado muito magnificente. Sai pouco, só às vezes aos domingos ou dias santos, quando vai ouvir missa nalguma igreja. Ao sair, tem as suas cornetas e charamelas, que tocam uma música bonita na galeria do seu palácio, e partindo é acompanhado por todos os fidalgos e civis que tenham cavalo, rodeado pelos seus alabardeiros a pé, dos lados e atrás. Na igreja, tem a sua cadeira de braços no coro alto, forrada de veludo e com pregos dourados, e um tapete com duas almofadas de veludo por baixo dos pés e joelhos, e à sua frente uma pequena cadeira tipo banco, com uma almofada de veludo, para pousar os braços. Os seus fidalgos sentam-se perto dele, mas fora do coro, e o seu capelão está em pé junto dele, rezando por ele. E o arcebispo, quando o acompanha à igreja, está sentado sozinho ao seu lado esquerdo, numas cadeiras e almofadas da mesma feição, onde são servidos com todas as cerimónias com que os reis de Portugal costumam ser servidos nas suas igrejas. Quando regressa ao palácio, são tocadas de novo as cornetas e charamelas, tal como ao sair. No palácio, junto da sua sala, tem uma guarda de alabardeiros. Dentro do salão nobre, onde se reúne geralmente o conselho, estão retratos pintados em tamanho natural de todos os *vice-reis* que governaram na Índia, desde o tempo em que foi descoberta e conquistada, acrescentando-se cada vez o que vem a seguir. Do mesmo modo, na galeria exterior, à entrada do palácio, estão pintados todos os navios (desde que a Índia foi descoberta até ao dia de hoje) que partiram anualmente de Portugal, cada ano à parte, com os nomes e apelidos dos capitães dos mesmos navios e um averbamento dos que ficaram pelo caminho ou encontraram algum destino estranho, tudo registado conforme a verdade, por memória eterna, acrescentando-se anualmente os que chegam de novo.

Os *vice-reis* têm por costume, no último ano do seu governo, irem visitar as fortalezas circunvizinhas, a saber, pela costa até 50, 60 ou 80 léguas para norte e sul de Goa, para verem como vai o governo das fortalezas e investigarem tudo com rigor. Porém, as mais das vezes, mandam alguém fazê-lo, e quando o fazem eles próprios, é mais para encherem os bolsos e receberem presentes do que para fomentarem a prosperidade geral do país. Os *vice-reis* têm grandes rendimentos e fazem tudo o que quiserem. Podem gastar, dar e manter o que pertence aos domínios de el-rei, que são muitos, tudo como quiserem e a seu bel-prazer, pois está tudo à sua disposição, com poder total e absoluto de el-rei, possibilitando-lhes, em suma, juntarem avaramente uma quantidade indizível de dinheiro e de jóias. Pois, além dos seus altos rendimentos e salários fixos, recebem ainda muitíssimos presentes, dádivas e ofertas de todos os lados, visto ser costume, quando os *vice-reis* recém-chegados iniciam o seu governo, todos os reis vizinhos que vivem em união, acordo e paz com o Estado,

mandarem por nova confirmação os seus embaixadores com grandes ofertas e dádivas de todo o género de jóias e outras preciosidades, para darem boas-vindas e votos de felicidade ao *vice-rei* no seu novo governo, o que tudo junto vale um grande tesouro.

Todos estes presentes e dádivas de boas-vindas dos *vice-reis* eram normalmente doados aos jesuítas pelos reis de Portugal, os quais sempre deles se apropriavam, tudo controlando rigorosamente, para que nada lhes fosse tirado, até vir governar um *vice-rei* chamado D. Luís de Ataíde, conde de Atouguia, ainda há pouco tempo. Este não os quis dar, dizendo que os reis em Portugal desconheciam o que fora dado, e que tais presentes eram de facto dados ao *vice-rei* e não a el-rei de Portugal, pelo que este não tinha o direito de os doar aos jesuítas, de maneira que não lhes podia fazer a vontade. Isto não agradou aos jesuítas, que trataram o *vice-rei* como herege. Contudo, desde esta data que os *vice-reis* recebem e ficam com os presentes para si[204].

Quando os *vice-reis* terminam os seus anos de serviço, o que sucede logo que chega um outro *vice-rei* a Bardês ou a qualquer outro porto da Índia, o novo manda imediatamente os seus procuradores, com plenos poderes para da parte do seu amo logo tomarem posse do governo da Índia e despejarem o palácio. De maneira que não fica nem uma cadeira ou um banco, nem um soldo no tesouro, assemelhando-se o palácio a uma casa destruída e roubada, que o novo *vice-rei* deve prover de todo o mobiliário e necessidades, juntando novas riquezas no tesouro. No mesmo navio em que o novo *vice-rei* chega de Portugal, regressa o antigo. E porque este governo é exercido por tão pouco tempo, e na maior parte das vezes é dado como recompensa de serviços e não para se ganhar mais, ninguém zela muito pelo melhoramento e pela prosperidade geral do país e pelo proveito de el-rei, mas antes pelos seus interesses particulares, como se pode imaginar. Pelo que é um dito comum na Índia que não esperam qualquer melhoramento ou proveito para o país de nenhum *vice-rei*, enquanto o governo mudar de três em três anos. Porque dizem, e a experiência mostra que é verdade, que os *vice-reis*, no primeiro ano após a sua chegada, estão suficientemente ocupados em consertarem e porem em ordem a sua casa e palácio, e em conhecerem os modos, usos e costumes do país, sem fazerem mais nada; no segundo ano, em juntarem riquezas e zelarem pelos seus interesses particulares, que é a verdadeira razão da sua vinda para a Índia; e no terceiro e último ano, em aprontarem-se e porem tudo em ordem para não serem incomodados ou surpreendidos pelo próximo *vice-rei*, de forma a poderem voltar para Portugal com os bens que arrecadaram. O mesmo se passa com todos os outros capitães de fortalezas e com todos os oficiais na Índia, pelo que se pode bem concluir como se empenham ao serviço de el-rei e para a prosperidade geral do país. Disto se queixam diariamente, quanto baste, os habitantes ou portugueses casados e outros cristãos da Índia; mas estão longe dos ouvidos de el-rei, que não sabe mais do que o que lhe contam os governadores, razão pela qual se pode esperar pouco remédio ou melhoramento.

[204] O parágrafo anterior não figura na tradução latina.

Capítulo 33

Dos gentios indianos e dos outros estrangeiros residentes em Goa.

Na cidade e ilha de Goa residem também muitos gentios, mouros, que são maometanos, judeus e todo o género de nações estrangeiras da Índia e países circundantes, que têm todos distintos modos de vida, costumes e superstições nas suas religiões. Os mouros mantêm a lei de Maomé, os judeus a sua lei mosaica. Há muitos persas, árabes, abexins, alguns cristãos e alguns mouros. Em Goa vivem muitos arménios, que são cristãos, e outros que vão e vêm com as suas mercadorias, assim como persas, árabes, *baneanes* de Cambaia, *guzerates*, *decanins*, etc. Os mouros comem de tudo, à excepção de carne de porco, e quando morrem são enterrados, tal como os judeus. Os gentios, porém, tais como *decanins*, *guzerates*, *canarás* e outros indianos, quando mortos, são queimados e reduzidos a cinzas, e algumas mulheres são queimadas vivas com eles, a saber, as fidalgas e as mulheres dos *brâmanes*, que são os ministros dos seus ídolos, e também as de alguns mercadores. Alguns entre eles comem de tudo, à excepção de carne de vaca ou de búfalo, que consideram sagrada. Outros não comem nada que tenha tido sangue ou vida, tais como os *guzerates* e *baneanes* de Cambaia, que mantêm a lei de Pitágoras[205]. A grande maioria deles venera o sol e a lua, mas reconhecem que existe um deus que criou e governa tudo, e que após esta vida há uma outra, onde se recebe pagamento consoante os trabalhos de cada um. No entanto, têm ídolos a que chamam *pagodes*, representados nas figuras mais feias e diabólicas que se possa imaginar. A estes fazem sacrifícios diariamente, dizendo que estas pessoas sagradas estiveram entre eles e contando incontáveis milagres a seu respeito. Consideram-nos como mediadores entre os homens e Deus. Através destes ídolos responde-lhes frequentemente o demónio, que também conhecem e a quem dão grandes honras, com sacrifícios diários, para o terem como amigo e para que lhes não faça mal.

Também têm por costume, quando alguém tem uma filha que vai ser noiva e quer na ocasião honrar grandemente o seu *pagode*, para enaltecer o noivo, levar a noiva em grande triunfo e acompanhada por instrumentos e música à sua maneira ao dito *pagode* ou ídolo, que está provido de uma espiga de marfim. Então, os amigos mais chegados aproximam-se do ídolo com a noiva, para lhe tirarem a virgindade à força, de maneira que o sangue fica colado ao ídolo como marca. E depois de terem concluído outras superstições e cerimónias diabólicas com os seus sacrifícios, levam a noiva para casa, onde é entregue ao noivo, o qual se congratula e compraz muitíssimo, por o *pagode* lhe ter feito tamanha honra e lhe ter evitado tamanha dificuldade.

A maioria também tem por costume venerar a primeira coisa que avistam de manhã, quando saem de casa, seja o que for, mesmo sendo um porco ou outra coisa, e mantêm essa veneração durante todo o dia. Pode acontecer que a primeira coisa que avistam ao sair de casa de manhã seja uma gralha, pois na Índia existem em

[205] Os seguidores de Pitágoras acreditavam na transmigração da alma, e por isso viviam como vegetarianos, pois os animais podiam ter a alma de um humano.

grande abundância. Nesse caso, não sairão de casa todo o dia, nem por toda a riqueza do mundo, pois consideram isto mau sinal, de um dia nefasto. Veneram igualmente a lua nova; a primeira vez que a avistam, caem por terra e saúdam-na com grandes cerimónias. Há entre eles pessoas chamadas *jogues*, que são como os eremitas entre nós; são considerados homens santos. Estes levam uma vida muito austera, com grande abstinência, e fazem o povo comum acreditar em muitos caprichos. Têm entre eles um número enorme de mágicos, que fazem prestidigitações e andam por todo o país. Têm sempre consigo uma grande variedade de cobras vivas, que sabem encantar. Estão metidas em pequenos cestos, de onde as tiram para as fazer dançar, voltear e virar ao som de um instrumento que tocam. Falam com elas, põem-nas à volta do pescoço, dos braços e das pernas, beijam-nas e fazem mil outros truques, tudo para tirar o dinheiro do bolso àquela gente. São geralmente grandes mestres na preparação de veneno e peçonha, com a qual sabem trabalhar maravilhosamente bem e se envenenam uns aos outros facilmente.

As suas casas são muito baixas e pequenas, cobertas de palha, sem quaisquer janelas, com pequenas portas baixas e estreitas, pelo que quase têm de andar de gatas para entrarem e saírem. O seu mobiliário são tapetes de palha na terra, que servem como camas e assentos. As suas mesas, panos de mesa, toalhas e guardanapos são feitas de grandes folhas de *figos-da-índia*. Estas não só servem para mesas, panos e toalhas, mas também para travessas, onde levam as suas comidas e guloseimas, sendo igualmente usadas nas lojas dos seus merceeiros e farmacêuticos, para embrulhar tudo o que vendem (tal como entre nós o papel). Sabem dobrá-las de maneira que sirvam para conter manteiga, óleo e semelhantes produtos gordurosos e tudo o que venha à mão. Para prepararem as suas comidas, têm certos potes de barro onde cozem o arroz, e têm também buracos na terra ou no chão onde pisam ou esmagam o arroz com um pilão de madeira apropriado, visto que, pela sua grande pobreza, compram o arroz com casca, tal como cresce. Há alguns que semeiam o arroz de que precisam para a sua família e casa, nas traseiras das suas habitações. Para beber utilizam um cântaro de cobre com um bico, para deitar a água assim de cima, sem tocar na boca. Geralmente, as suas casas são untadas com estrume de vaca, pois dizem que afasta as pulgas. São muito limpos de corpo, pois lavam diariamente o corpo inteiro e sempre que evacuam ou vertem as suas águas, o que fazem sempre de cócoras, tanto homens como mulheres, tal como os mouros e maometanos. Lavam-se sempre com a mão esquerda, porque comem com a mão direita, não utilizando colher.

Mantêm muito rigorosamente as suas superstições e cerimónias, pois nunca hão-de sair sem fazerem as suas orações. Quando andam pelos caminhos, têm em todos os montes, rochedos, grutas ou cavernas figuras diabólicas e medonhas dos seus *pagodes* e ídolos, talhadas nas próprias pedras e rochas, com os seus nichos ao lado, junto dos quais se encontra sempre uma bacia de água. Aqui todos os que passam lavam os pés e vão prostrar-se diante do seu ídolo, pondo alguns à frente deste umas oferendas de frutas, arroz, ovos, galinhas, etc., conforme lhes dita a sua devoção. Vem depois o *brâmane*, o seu ministro, que tudo leva e come, fazendo crer ao povo comum que foi o *pagode* que tudo digeriu. Do mesmo modo, quando estão para fazer uma viagem por mar, começam bem catorze dias antes a fazer um barulho insuportável tocando cornetas e tangendo pratos, dia e noite, e todo o navio é enfeitado com

bandeirinhas, com o que dizem que festejam o seu *pagode* e lhe pedem uma boa viagem. Uma vez de regresso, para agradecer, fazem a mesma coisa durante catorze dias, tal como costumam fazer em todas as suas festas, ocasiões, casamentos, nascimentos e todas as outras épocas do ano, tais como semear, ceifar, etc.

Muitos dos gentios indianos que vivem em Goa são mercadores ricos e notáveis, que fazem grande comércio. Há uma rua que está toda cheia de lojas só destes gentios indianos, que não só vendem todas as sedas, cetins, damascos e curiosidades de porcelana da China e de outras partes, mas também todos os produtos de veludo e seda, cetim e afins de Portugal, que tudo mandam comprar por atacado pelos seus corretores, revendendo a retalho e a côvado, no que são muito destros e subtis por natureza. Há outros, do outro lado da mesma rua, que têm à venda todo o género de tecidos e de camisas e roupas feitas, à vontade de cada um, tanto para escravos como para os portugueses, em suma, todas as bugigangas que se possam imaginar.

Há uma outra rua, onde vivem os gentios que vendem toda a espécie de panos para mulheres e outros produtos semelhantes, e mil maneiras de panos chamados *cotonias*, que é como canhamaço e serve para fazer velas e sacos.

Há ainda outra rua, onde vivem os *baneanes* de Cambaia, que têm todos os produtos e mercadorias de Cambaia e todo o género de pedras preciosas, e que sabem muito subtilmente furar todas as pedras, pérolas e corais. Há ainda outras ruas, onde só vivem gentios que fazem a torno todo o género de camas, cadeiras e mobílias semelhantes, que cobrem muito artisticamente com laca de todas as cores, o que é muito bonito de contemplar; também preparam a laca com todas as cores que se possa desejar. Há também toda uma rua cheia de ourives gentios, que fazem toda a espécie de trabalhos em ouro e prata. E igualmente muitos outros ofícios e trabalhos manuais, como caldeireiros, carpinteiros e outros, que são todos gentios e têm as suas ruas para si próprios.

Há outros mercadores que fazem comércio por atacado de todo o género de cereais, arroz, outros produtos e mercadorias indianas e madeira, etc. Alguns arrendam os domínios e rendimentos régios, em suma, sabem desenvencilhar-se de tudo. Também há um número admirável de corretores gentios, muito prestáveis e subtis no comprar, no vender e no alegar para ambos os lados.

Os gentios têm também as suas lojas de todas as ervas e especiarias a retalho, que são vendidas às medidas e moedas, tal como entre nós nos merceeiros e farmacêuticos, o que entre eles é a mesma coisa. Têm à venda tudo o que se possa imaginar, mas com menos limpeza do que entre nós, pois tudo é tratado um pouco sujamente. Estes lojistas de modo geral são *brâmanes*, que também servem como ministros dos ídolos, e têm as suas lojas por toda a cidade, em todas as esquinas das ruas, abertas nas paredes das casas, para grande comodidade de toda a gente.

Há também um número admirável de barbeiros, que formigam em todas as esquinas das ruas, para quem precisar deles. Não têm lojas, mas vão a casa de cada um para cortar o cabelo por uns trocos, e igualmente limpam as unhas, tanto dos pés como das mãos, e os ouvidos e dentes e dão massagens nas pernas e no corpo. São tão importunos nas suas tarefas que dificilmente se consegue pô-los fora de casa. Em suma, prestam um grande serviço e são uma grande comodidade por pouco dinheiro, e ainda por cima frequentemente levam pancada dos portugueses, sem fazerem contra isso mais do que encolher os ombros e ter paciência.

Em Goa há também muitos médicos gentios, que ostentam a sua dignidade com os seus sombreiros contra o sol, tal como fazem os portugueses, o que nenhum dos outros gentios faz, a não ser os embaixadores e alguns mercadores notáveis. Estes médicos gentios não só curam os outros gentios, mas também os portugueses, e até o próprio *vice-rei*, o arcebispo e todos os monges e padres, se fiam mais nestes médicos do que nos seus portugueses, pelo que ganham muito dinheiro e são muito estimados e respeitados.

Os camponeses e os que se sustentam da terra, na ilha de Goa e nos lugares em redor, são na sua maioria cristãos baptizados, distinguindo-se pouco dos outros gentios, porque dificilmente abandonam os seus costumes e cerimónias gentias, que lhes são consentidas parcialmente e toleradas, para atrair outros gentios, e também porque dificilmente se lhes pode fazer entender outra coisa.

Na cidade, em todas as esquinas das ruas e em muitos outros lugares, também se encontram cambistas, a que chamam *xarrafos* e que são todos indianos cristãos. São milagrosamente correctos e certeiros nas suas contas, assim como no distinguir e reconhecer do dinheiro. Não se deve receber qualquer quantia de dinheiro fora deles, pois há muito dinheiro falso que não se consegue distinguir do bom, a não ser recorrendo a estes *xarrafos*, que o reconhecem de olhos fechados.

Os gentios indianos têm por costume ninguém poder mudar de negócio, pois deverá sempre seguir o ofício dos seus pais e casarem entre si, com as filhas do mesmo trabalho manual, negócio ou ofício. E mantêm isso tão estritamente, que entre eles são distinguidos como castas e nações em si, pois assim se chamam. Quando alguém lhes perguntar «De que casta sois?», respondem «Da casta dos ourives, barbeiros, lojistas, pescadores, etc.» Ao casarem as suas filhas não dão um dote, a não ser algumas jóias e os custos do casamento, e os filhos herdam todos os bens. E com isto disse-se o suficiente dos gentios indianos de Goa e das regiões circundantes em geral.

Capítulo 34

Das estações do ano na Índia e das doenças, etc.

As estações do ano são como se segue. O Inverno começa em fins de Abril[206], a saber, ao longo de toda a costa que se chama Índia, desde Cambaia até ao cabo de Comorim, e inicia-se com um vento de oeste, que sopra do mar para a costa. Começa sempre com trovoadas e relâmpagos, seguidos por uma chuva constante que continua até ao mês de Setembro. Nessa altura termina o Inverno, igualmente com trovoadas e relâmpagos. E por causa desta chuva contínua, assim como por ser impossível toda a navegação, chamam-lhe Inverno. O verdadeiro Verão é na época do calor e das frutas, pois o período a que se chama Verão na Índia é mais fresco e salubre, habitualmente com ventos de leste, pelo que as noites são verdadeiramente frescas e frias, não sendo então época de qualquer fruta em especial, a não ser das que se dão todo o ano.

[206] I.e., o começo da época de chuvas.

Quando o Inverno está para chegar, toda a gente acumula em sua casa víveres e outras necessidades, tal como num navio que vai fazer uma viagem de cinco ou seis meses. Ao mesmo tempo, todos os navios são levados para dentro do rio, à frente da cidade, e totalmente desmantelados e despojados de tudo e cobertos com coberturas de palha, pois caso contrário apodreciam com a chuva permanente, que cai tão continuamente durante toda esta época do ano que muitas vezes faz cair as casas por causa da humidade. E logo que o Inverno começa, aparecem bancos inteiros de areia na foz do rio, que o tapam completamente, pelo que nenhum navio ou barca pode entrar ou sair. E o mar faz neste lugar, e por toda a costa, um rumor e um barulho verdadeiramente insuportáveis. Do mesmo modo, o rio de Goa, que corre em volta da ilha, no Inverno fica todo de água doce, com uma cor vermelha, graças às águas que descem das montanhas rio abaixo, por causa das chuvas contínuas, sendo no Verão o contrário, pois então é todo de água salgada, devido ao afluxo do mar. No mês de Setembro, quando o Inverno termina, os bancos desaparecem de novo totalmente da foz do rio, pelo que não só podem entrar e sair pequenas barcas e navios, mas também as grandes naus de setecentos ou oitocentos **last**, que sem piloto entram livremente e sem receios, pois há profundidade suficiente, sem qualquer perigo.

No Inverno a vida é triste, pois não há outra ocupação senão estar sentado com uma camisa e umas calças de linho, fazendo jogos ou outros passatempos em casa dos vizinhos, pois por toda a cidade há pouco movimento. As mulheres e *mestiças* gostam muito de ir no Inverno, com os maridos e escravas, pela chuva, para um campo ou qualquer jardim, com boas comidas e bebidas. E nos jardins de recreio têm muitas cisternas ou lagos de bela pedra de cantaria, onde se divertem a nadar e a tomar banho. Este período é a época da maioria das frutas indianas, como atrás ficou dito.

O Verão começa em Setembro e dura até fins de Abril, sempre com céu e tempo limpos, sem que chova uma vez, ou muito raramente. Então, todos os navios começam de novo a ser armados e aprontados para navegarem para cá e para lá, assim como as armadas de el-rei para vigiarem a costa e acompanharem os navios mercantes. Ao mesmo tempo começam a soprar os ventos da terra para o mar, razão pela qual são chamados *terrenhos*, que sopram muito suave e frescamente, mas que no início, pela mudança, são perigosos e frequentemente causam grandes doenças, que na Índia aparecem vulgarmente com a mudança do tempo. Estes ventos sopram sempre no Verão, começando à meia-noite e continuando até ao meio-dia, mas nunca chegam a mais de 10 léguas da costa pelo mar dentro. E logo após a uma hora da tarde até à meia-noite, sopram os ventos de oeste, que vêm do mar para terra, e são chamados de *viração*. Estes ventos têm horas tão fixas e certas, como foi dito, como se as tivessem na mão, fazendo a terra muito temperada; de outra forma, o calor seria insuportável.

Outra coisa maravilhosa de saber é que quando é Inverno aqui nesta costa da Índia, a saber, de Diu até ao cabo de Comorim, é o contrário na costa que se chama de Coromandel, onde é Verão. Não obstante, ficam na mesma altura e há apenas 70 léguas de terra entre as duas costas, e em alguns lugares somente 20 léguas. E o que é mais, muitas vezes, quando se faz uma viagem por terra de Cochim para São Tomé (que fica na costa de Coromandel), chegando à serra do Balagate, que é preciso atravessar para ir de uma costa à outra, de um lado da serra até ao topo é tempo limpo e claro, com uma soalheira suave, que é um deleite de ver, e descendo a serra do outro

lado encontra-se um tal tempo de chuva, vento, trovoadas e relâmpagos, que parece o fim do mundo, pois deve entender-se que o tempo muda de um lado para outro conforme a estação, de maneira que é sempre Inverno de um lado quando é Verão do outro, ou o contrário. Isto não sucede apenas neste lugar e região, mas também perto de Ormuz, na costa da Arábia Feliz, junto do cabo chamado de Rosalgate, onde os navios ficam de um lado do cabo ou canto com águas calmas e um tempo claro e limpo de pleno Verão, e dobrando o cabo para o outro lado encontram chuva e vento, com tempestades e trovoadas, o que igualmente muda de um lado para o outro com as estações do ano, assim como acontece em muitos outros lugares do Oriente.

As doenças e males de Goa e da Índia, que reinam geralmente, vêm na sua maioria com as mudanças das estações e do tempo, como foi dito. Frequentemente reina uma doença a que chamam *mordexim*[207], que aparece imprevista e subitamente e ataca uma pessoa, e que vem com um mal-estar e esvaimentos, pelo que se rejeita e vomita tudo o que se tenha no corpo, perdendo-se frequentemente a vida. Esta doença é muito comum e mata muitas pessoas, ou mantém-nas sempre em perigo de morte, caso a tenham apanhado e conseguido sobreviver. A disenteria é uma doença muito comum e tão perigosa como entre nós a peste. Além disso, têm muitas *febres contínuas*, que consomem as pessoas por dentro e as mirram de todo, de maneira que uma pessoa saudável morre dentro de quatro ou cinco dias. Esta doença é lá muito comum e perigosa, não tendo outro remédio a não ser a sangria, no que toca aos portugueses, pois os indianos e gentios curam-na com ervas, sândalo e outras pomadas semelhantes, com as quais se costumam desenvencilhar. Estas doenças consomem anualmente muitos portugueses, em parte porque têm pouco para comer e ainda menos para beber que seja alimento ou bebida substancial, e também porque vão frequentemente às mulheres, pois as ocasiões e a terra incentivam-nos muito a isso, e também porque os soldados têm de assegurar o seu sustento e comida por estes meios, o que muitas vezes lhes custa a saúde e a vida. Pois, mesmo se os homens fossem de ferro e aço, a luxúria das mulheres e os seus desejos insaciáveis bastariam para os reduzir a pó e a nada, e para dar cabo deles.

Muitos são os desgraçados que o pagam caro, como bem mostra o Hospital Real, que é a sua hospedaria quando os ataca alguma doença ou mal, e para onde anualmente vão ou são levados quatrocentos ou quinhentos com vida, para de lá saírem mortos, e isto apenas portugueses, pois outros doentes não podem lá entrar, com excepção daqueles a quem se chama gente branca, porque os outros indianos têm um hospital próprio. Neste hospital, as pessoas são muito bem tratadas e assistidas, tanto pelos jesuítas como pelos fidalgos, dos quais, mensalmente, é escolhido um dos melhores e mais ricos, que em pessoa passa lá um dia inteiro e dá aos doentes tudo o que precisam e pedem, e que gasta frequentemente até quatrocentos ou quinhentos ducados do seu bolso, além dos rendimentos de el-rei, e isso mais por vanglória do que por misericórdia, pois quem melhor fizer ficará mais honrado, recebendo louvores e estima. Lá não é vergonha nenhuma estar nesse hospital, pois muitos para lá vão de sua livre vontade, embora bem pudessem ficar em casa com mulher e filhos. Estes hospitais na Índia são uma grande comodidade e ajuda para os portugueses,

[207] I.e., a cólera.

senão pereciam como gente pobre, pelo que são ainda mais ousados e atrevidos, pois tendo qualquer coisa, seja que maleita for, tanto doenças e feridas como males ocultos, tais como o gálico, a pingadeira e coisas semelhantes, tudo ali se cura, sendo os hospitais frequentemente visitados pelo próprio *vice-rei* ou governador, que verifica se tudo corre como deve ser. Quem não quiser lá ficar, pode aparecer duas vezes por dia para lhe fazerem um penso e depois ir à sua vida, sem que por isso lhe seja exigida ou interdita coisa alguma. Quando morrem, são levados para o cemitério por dois escravos, sem qualquer toque de sinos ou cantares, apenas com um acompanhante, que vai atrás e que deita alguma água benta na cova, a não ser que o defunto tenha deixado alguns bens e os padres tenham arranjado maneira de o acompanhar à cova e dizerem missas pela sua alma. Nestes casos, logo aparece muita gente, sendo o defunto enterrado honradamente, algures na igreja ou na capela, conforme reza o testamento, e então têm repiques de sinos e cantares quanto baste[208].

Voltando de novo à nossa matéria das doenças, o gálico, a pingadeira e outros males ocultos semelhantes, são lá muito comuns e públicos, sem causarem mais vergonha do que qualquer outra doença. Curam-nas com *raiz-da-china*[209]; há pessoas que as tiveram três ou quatro vezes, mas mesmo assim não são marginalizadas ou menosprezadas por isso, atrevendo-se algumas a gabar-se disso. O gálico tem pouco perigo de vida, pelo que é menos temido do que as outras doenças mencionadas. Nunca houve peste na Índia, nem é conhecida entre os indianos. Venenos, feitiçarias e práticas semelhantes, são para eles coisas quotidianas e muito comuns. O mal da pedra, o cálculo renal e as hérnias ou quebraduras, são lá muito frequentes, principalmente entre os homens casados, pela muita água que bebem e porque são dados a todos os prazeres e guloseimas, gozando de tudo o que o coração lhes pede.

Estão sempre sentados nas suas galerias, em camisa, com a barriga descoberta, entretendo-se e refrescando-se ao vento, com um escravo a esfregar-lhes e massajar-lhes as pernas e os pés, um outro a cabeça e um terceiro afastando as moscas com um abano. É esse o seu geral costume da parte da tarde, quando dormem a sesta, e sempre que têm sede, trazem-lhes pratos cheios de frutas cristalizadas, do género que lhes apetecer, ou outros doces em conserva, para que a água não lhes faça mal proveito e tenha melhor sabor. Com este exercício e outros semelhantes, passam os dias e as noites, pelo que têm geralmente barrigas grandes, tal como Baco, razão pela qual os soldados e outros indianos lhes chamam *barrigões*.

Os dias são tão grandes de Inverno como de Verão, ao longo de todo o ano, com pouca diferença, não mais que uma hora. O sol nasce às seis horas e põe-se às seis horas, conforme o seu curso. Ao meio-dia o sol está geralmente por cima da cabeça, sem fazer qualquer sombra, embora possa variar um pouco, conforme o curso do sol. Em Goa vêem-se ambas as polares do mundo; a Estrela do Norte e a Estrela do Sul não ficam muito acima do horizonte. E com isto disse-se o suficiente sobre as estações do ano e as doenças e outros males da Índia, como exige a brevidade do meu relato.

---

[208] O trecho anterior, depreciativo para o clero, não figura na tradução latina.

[209] Ver cap. 77.

Capítulo 35

Das moedas, pesos e medidas da Índia e de Goa.

A moeda principal e mais comum chama-se *pardaus xerafins* e é feita de prata, mas de má qualidade. É cunhada em Goa, com um S. Sebastião de um lado e três ou quatro setas atadas do outro, equivalendo a três *tostões* ou trezentos *réis* de moeda portuguesa, um pouco mais ou um pouco menos, conforme o câmbio. Há um outro tipo de moeda, a que chamam *tangas*, que não existe em espécie mas que assim é designada nas contas. Cinco *tangas* equivalem a um *pardau* ou *xerafim*, a saber, em moeda má, pois têm duas maneiras de contar, em moeda má e em moeda boa. Assim, quatro *tangas* de moeda boa equivalem a cinco *tangas* de moeda má, pelo que nas compras e vendas ajustam sempre moeda má ou boa. Há ainda outro tipo de moeda, a que chamam *vinténs*, e que também não existe em espécie, mas só nas contas. Destes, quatro bons e cinco maus equivalem a uma *tanga*. O dinheiro mais baixo e mais pequeno chama-se *bazaruco*, equivalendo quinze maus e dezoito bons[210] a um *vintém*, enquanto três *bazarucos* fazem dois *réis* de moeda portuguesa; é uma moeda fundida de estanho ruim; resumindo, 375 *bazarucos* equivalem a um *pardau* ou *xerafim*. Ainda há uma outra moeda, da Pérsia, chamada *larim*, que tem um formato oblongo e é de prata muito fina e boa, sem qualquer mistura. Uma destas vale de 105 até 108 *bazarucos*, dependendo do câmbio, pouco mais ou menos. Ainda há outro tipo de moeda, a que chamam *pagodes*, que é de ouro, em duas ou três variedades. Estes valem sempre mais do que oito *tangas* e são cunhados pelos indianos e gentios. Ostentam uma figura diabólica de um ídolo, pelo que são chamados *pagodes*. Há outras moedas de ouro, chamadas *venezianos*, algumas cunhadas em Veneza, outras na Turquia, equivalendo geralmente a dois *pardaus xerafins*. Ainda têm uma outra moeda de ouro, chamada *são-tomé*, porque ostenta a figura de S. Tomé; valem sempre mais de sete e, às vezes, oito *tangas*. Também têm reais-de-oito, que para lá são levados de Portugal e a que chamam *pardaus de reais*. Mais nenhuma moeda de Portugal lá corre. Estes equivalem, logo à chegada dos navios portugueses, a 436 *réis* de moeda portuguesa, e mais tarde sobem no câmbio, quando são procurados para serem levados para a China, nunca baixando de valor.

Em Goa usa-se na compra e venda uma certa maneira de calcular ou contar. Existem os *pardaus xerafins*, uma moeda cunhada de prata, mas falam igualmente de *pardaus* de ouro, que não existem em moeda, apenas assim sendo chamados nos cálculos e nas contas. Deste modo, na compra e venda de pérolas, pedras preciosas, ouro, prata e cavalos, falam só em tantos *pardaus*, devendo então entender-se que cada *pardau* equivale a seis *tangas*. Porém, quando se trata de outras mercadorias, se de antemão não se acordar diferentemente, falam só em *pardaus* e, nesse caso, são *pardaus xerafins* de cinco *tangas* cada. Também costumam falar num *pardau* de *larins*, de cinco *larins* cada. Estas são as moedas e contas de Goa, que usam nos seus negócios e em cujos câmbios muita gente consegue ganhar muito, comprando e vendendo na altura certa.

[210] Deveria ser ao contrário: «15 bons e 18 maus».

Há muita contrafacção nos *pardaus xerafins*, que são a moeda principal e mais corrente, razão pela qual em todas as esquinas das ruas e em outros lugares foram instalados indianos cristãos a quem chamam *xarrafos*. Estes examinam o dinheiro por uma pequena propina, sendo nisso tão certeiros que, quando o contam, passam-no pelas mãos e sabem distinguir de imediato qual moeda é falsa, sem olhar duas vezes, mesmo estando entre mil outras e mesmo que nós a levemos na mão e a viremos mil vezes sem a conseguirmos distinguir das boas; eles, apenas atirando-a ao ar, conseguem detectar a contrafacção. Estas são cunhadas na terra firme, pelos indianos gentios, para burlar os portugueses, pelo que ninguém se atreva a receber dinheiro, mesmo que seja só meio *pardau*, sem o mostrar a estes *xarrafos*. Estes contam o dinheiro com grande rapidez e contando vêem se tudo está bem. Caso se verifique que alguma coisa falta ou é falsa depois deles o terem contado e examinado, são obrigados a compensar e a pagar a diferença. Porém, raramente acontece encontrar-se qualquer falha. São também muito prestáveis em somar e cambiar o dinheiro, assim como em tudo o que com isso se relaciona. Estão sentados nas ruas, nas esquinas e em frente das casas, a uma mesa, com o dinheiro em montinhos de uma *tanga*, que são 75 *bazarucos*. E quando alguém quiser trocar um *pardau*, dão sempre dois ou três, e às vezes oito ou dez *bazarucos* por cima dos 375 *bazarucos*, com o que se conseguem sustentar, e assim em conformidade com todas as outras moedas.

Em muitos casos, os pesos em Goa são também como em Portugal, com *quintais*, *arrobas* e libras. Porém, ainda têm um outro peso, chamado *mão*, que são doze libras, e que se usa para pesar manteiga, mel, açúcar e todo o género de mercadorias ponderáveis. Também têm um peso que se usa geralmente para vender e pesar a pimenta e outras especiarias, e que é chamado *bar*, que equivale a três *quintais* e meio de peso português.

Têm uma medida a que chamam mesmo *medida*, que tem quase um palmo de altura e cerca de meio dedo de largura. 24 destas *medidas* equivalem a uma *mão*, valendo vinte *mãos* um *candil*. O *candil* corresponde a cerca de 14 **schepel**, sendo usado para medir e vender arroz, trigo e outros cereais e mercadorias de volume, assim como para carregar os navios, pelo que falam de um navio ou uma barca de tantos *candis* ou de tantos *bares*. Há também um tipo de arroz que é vendido em *fardos* e que vem embalado em forma de discos redondos, atados com palha e cordas, contendo cada *fardo* em geral três *mãos* e meia de arroz. Este arroz, que é superior ao que não vem nestes *fardos*, chama-se arroz *giraçal*[211], sendo o melhor e o mais caro. Uma outra variedade de arroz, que é menos bom e mais vulgar, chama-se *chambaçal*. Há ainda muitas outras variedades de arroz, que valem menos. Quando o arroz ainda está na casca, tal como cresce, chama-se *bate*; é quase igual à cevada, com pouca diferença. Este constitui geralmente a alimentação diária dos camponeses *canarins* e do povo comum e pobre, que o esmagam e limpam eles próprios. Também serve de comida para as galinhas e pombos, em vez de cevada.

Há ainda muitas outras moedas específicas em outros lugares da Índia e no interior, entre os gentios, que só são correntes entre eles e nesses lugares. Assim, em Bengala, em vez dos *bazarucos* e das moedas mais pequenas, usam-se amêndoas para

[211] I.e., «arroz de cominho», assim chamado em virtude do seu cheiro peculiar.

fazer negócios e para comprar todas as coisas, e várias outras moedas semelhantes em certos lugares e províncias do Oriente. Mas as moedas, pesos e medidas referidas são as mais comuns, com as quais geralmente, na sua maioria e mais frequência se fazem os negócios por toda a Índia, e principalmente em Goa, o lugar e entreposto mais importante de todos os lugares orientais.

Capítulo 36

Dos indianos chamados brâmanes, que são em parte os ministros dos pagodes e ídolos indianos, e dos seus costumes e vida.

Os *brâmanes* são a nação mais honrada e respeitada entre os gentios indianos, porque desempenham sempre os ofícios mais altos junto do rei, como feitores, mordomos, embaixadores e cargos semelhantes. São também os ministros dos *pagodes* dos ídolos diabólicos indianos. Têm grande autoridade e prestígio entre o povo, pois os reis não fazem nada sem o seu conselho e aprovação. E para os reconhecer e distinguir dos outros, trazem sobre o corpo nu, a saber, por baixo do braço, a tiracolo, três ou quatro linhas[212] como o fio de selos, pelas quais são reconhecidos, e que jamais tirarão, mesmo que lhes custe a vida, pois assim o impõe a sua regra e a promessa que fizeram. Andam nus, exceptuando um pano que trazem enrolado em volta do corpo e que cobre as suas vergonhas. Às vezes, quando saem, vestem também uma simples saia de algodão fiado, a que chamam *cabaia*, apenas sobre o corpo de cima para baixo, tal como alguns outros indianos, como *baneanes*, *guzerates* e *decanins*. Na cabeça trazem um pano branco, enrolado algumas vezes em volta da cabeça, com o qual cobrem o cabelo, que jamais cortam, trazendo-o comprido e entrançado como as mulheres. Geralmente têm argolas torneadas de ouro penduradas nas orelhas, tal como a maioria dos outros indianos.

Não comem nada que tenha vida, mas sustentam-se exclusivamente de ervas e arroz. Mesmo se estivessem doentes, nunca se deixariam sangrar por nenhum motivo, antes se curam com ervas e pomadas e se untam com sândalo e semelhantes madeiras cheirosas. Em Goa e à beira-mar há muitos *brâmanes* que se sustentam geralmente da venda a retalho de pequenas mercadorias, ervas e mezinhas, mas com pouca limpeza e sujamente. São muito subtis nas suas contas e escritas, e sagazes, pelo que convencem os outros indianos simples e a gente comum de admiráveis despropósitos e caprichos no que diz respeito à sua religião e às suas superstições, e o homem comum acredita neles como se fossem profetas. A primeira coisa que avistam de manhã, veneram durante todo esse dia.

As mulheres, quando saem, trazem apenas um pano em volta do corpo, que as cobre desde a cabeça até aos joelhos, e de resto vão nuas. Têm argolas no nariz, em volta das pernas, dos dedos dos pés, do pescoço e de ambos os braços, e trazem

[212] O cordão sagrado, em sânscrito «upavita», usado a tiracolo pelos brâmanes, assim como pelas ksatrias e vaixias.

em ambas as mãos sete ou oito argolas ou *manilhas*, algumas de prata e douradas, quem para tal tiver posses, mas a gente comum, de vidro, sendo isto o traje comum das mulheres indianas. Quando a mulher tem sete e o homem nove anos, casam, mas não se falam até que a mulher esteja para parir. E quando o *brâmane* morre, juntam-se todos os amigos e fazem um buraco na terra, onde deitam muita lenha e outras coisas, e sendo alguém de posses, sândalo e outras ervas cheirosas, arroz, trigo e outras comidas, e muito óleo para atiçar o fogo, e então deitam o *brâmane* morto na fogueira. E a seguir vem a mulher, acompanhada por muitos companheiros e os seus amigos mais chegados, sempre cantando algumas cantigas ou cânticos em louvor do marido, enquanto os amigos lhe dão força e coragem para ela o seguir lealmente e ir viver com ele no outro mundo. Então, ela tira as suas jóias, que distribui pelos seus parentes, e assim salta alegre e risonha para a fogueira, sendo logo coberta de lenha e óleo pelos que assistem, de modo que sufoca e é reduzida a cinzas com o corpo do marido. E se porventura acontecer, o que é raro, ela não querer ser queimada com o marido, rapam-lhe o cabelo, e nunca mais na vida pode pôr jóias ou adornos, sendo desde então muito desfavorecida e desprezada por toda a gente como uma mulher sem honra. Este costume de queimar as mulheres também é seguido pelos fidalgos e homens proeminentes do país, e também por alguns mercadores. Além do mais, são reduzidos a cinzas todos os corpos mortos, de quem quer que seja, cortando-se o cabelo das mulheres depois da morte do marido, as quais passam a andar sem jóias, pelo que se vê que são viúvas.

O motivo e origem das mulheres serem queimadas vivas com os maridos mortos[213] é, segundo contam os próprios indianos, que em tempos muito remotos as mulheres (por serem muito luxuriosas e salazes por natureza e índole) frequentemente matavam o marido, quando estavam fartas dele, com veneno, no que são muito hábeis, para assim melhor poderem arranjar um outro e satisfazerem os seus desejos e prazeres impudicos. E vendo o rei os seus principais senhores, capitães e soldados, com quem tinha de manter e proteger o seu Estado e reino, serem assim consumidos e destruídos pela maldade das mulheres, quis impedir aquilo tanto quanto possível, razão pela qual projectou e decretou expressamente uma lei que dizia que logo que um homem morresse devia ser queimado, queimando-se com ele a mulher viva, para as intimidar desta maneira e para que assim deixassem de envenenar os maridos. Esta lei foi no princípio mantida com grande rigor, entendendo-se que se aplicava apenas aos fidalgos, governadores e *brâmanes*, pois o povo comum não pode manusear ferros ou armas, sendo quase igual aos escravos. Em suma, com o tempo implantou-se este uso e costume, sendo hoje em dia considerado um ponto da sua lei e das cerimónias da sua religião diabólica, pelo que as mulheres o praticam de sua livre e espontânea vontade, incitadas pelos amigos e parentes. Estes *brâmanes* também mantêm certos dias de jejum durante o ano, e isso com tamanha abstinência que ficam dias inteiros, às vezes três ou quatro, sem comer. Têm os seus *pagodes* e ídolos, de que são servidores e ministros, deles contando histórias e maravilhas

[213] O costume descrito, seguir o marido na morte, «anumarana», ainda não existia nos tempos védicos, sendo igualmente ignorado no Manu e em outros Darma-xastras. A mulher que se sacrifica chama-se «sati».

espantosas. Dizem que foram homens como eles, que pelo mérito da sua vida santa e das obras benéficas que praticaram neste mundo, se tornaram santos na outra vida, como revelaram com os seus milagres feitos pelo demónio. E por ordem dos mesmos foram feitas as suas figuras, nas formas mais feias e horríveis que se possa imaginar. Veneram estas figuras e fazem-lhes oferendas com muitas superstições diabólicas, crendo firmemente que são os seus advogados e intermediários perante Deus. Do mesmo modo, acreditam todos que há um deus superior que governa tudo, e que a alma é imortal, mas que vai de um corpo para outro, tanto de animais como de homens, dependendo do respectivo mérito, segundo a lei de Pitágoras, de quem afirmam ser discípulos[214].

Capítulo 37

Dos guzerates e baneanes de Cambaia.

Os *guzerates* e *baneanes* vêm da terra de Cambaia e frequentemente têm a sua residência em Goa, Diu, Chaul, Cochim e outros lugares da Índia, por razão do comércio e tráfico que fazem muito intensamente, com todas as mercadorias, tais como trigo, tecidos de algodão, *anil*, arroz e outros produtos, mas principalmente com todo o género de pedras preciosas, em que são maravilhosamente entendidos. São extremamente subtis e astutos em todas as contas e escritas, não só ultrapassando nisso todos os outros indianos e nações circundantes, mas também os portugueses, pelo que lhes têm grande vantagem. Entendem-se à maravilha com todas as mercadorias e são muito manhosos em burlar as pessoas.

Também não comem o que tenha vida ou sangue, nem matariam coisa alguma no mundo que tenha vida, por mais pequena ou mais inútil que fosse, pois acreditam firmemente que todas as coisas têm alma e são seus próximos, segundo a lei de Pitágoras. Cumprem muito rigorosamente este preceito, pelo que muitas vezes comprariam qualquer ave ou outro animal aos cristãos ou portugueses que tivessem intenção de matá-los, para os libertar de novo[215]. Têm por costume, em Cambaia, colocar bacias com água nos caminhos e nos matagais, onde deitam trigo e outros cereais, para dar de comer às aves e aos outros animais. E por toda a terra de Cambaia têm hospitais, ordenados pelo Estado para esse efeito, onde curam e tratam de doenças, com muito cuidado e assiduidade, todas as aves e outros animais, que ali são recebidos como se fossem pessoas. E quando estão de novo sãos, libertam-nos, o que entre eles é uma obra de grande caridade. Dizem que o fazem aos seus próximos. E se apanharem um piolho ou uma pulga, não os matam, mas põem-nos dentro de um trapo num buraco qualquer de uma parede e libertam-nos assim. Não se lhes pode fazer maior tormento do que querer matar alguma coisa na sua presença. Não pararão de rogar e pedir com toda a humildade que não se faça um pecado tão grande como tirar a vida que Deus criou jun-

[214] A mesma opinião errada encontra-se em Orta, col. 54, que Linschoten parece aqui seguir.

[215] São sobretudo os jainas, seita a que pertencem quase todos os baneanes, que revelam esta preocupação.

tamente com a alma e o corpo. Até oferecerão dinheiro para que a deixem viver e lhe dêem a liberdade. Também não comem rabanete, cebola, alho ou quaisquer outras ervas que tenham qualquer cor vermelha, nem ovos, porque acreditam que contêm sangue. E não bebem vinho de todo, nem usam vinagre, mas apenas água.

Têm tanto medo de comer ou mesmo de tocar em comida de outras pessoas que não sejam da sua nação, que preferiam morrer de fome e sede a tocarem em qualquer comida de um outro povo. Acontece frequentemente que vão nos navios portugueses de Goa para Cochim, para venderem as suas mercadorias e comerciar com os portugueses. Então, calculam quantos dias vão levar de caminho em seu parecer, de forma aproximada, levando as correspondentes provisões de água e vegetais para o seu sustento. E acontecendo ser o tempo de viagem mais longo do que calculavam e acabarem-se-lhes as provisões e a água, como aconteceu quando naveguei de Goa para Cochim, antes pereceriam e morreriam de fome e sede do que tomarem e comerem comida e água dos cristãos ou de qualquer outra pessoa. Lavam-se sempre antes de comer, tal como os *brâmanes*, e também sempre que evacuam ou vertem águas.

De cor são amarelados como os *brâmanes*, e alguns um pouco mais brancos. E encontram-se entre eles mulheres que ultrapassam as mulheres portuguesas em alvura e beleza. Na feição do rosto, do corpo e dos membros são em tudo iguais aos da Europa, exceptuando a cor. O seu traje é apenas uma túnica branca sobre o corpo nu, desde o pescoço, em volta do corpo, até baixo, e atada no flanco por baixo do braço. Usam sapatos de coiro vermelho com pontas agudas viradas para cima. A barba usam cortada como os turcos, mantendo apenas os bigodes. Na cabeça trazem, tal como os *brâmanes*, um pano branco enrolado três ou quatro vezes, rente ao cabelo. Untam-se todas as manhãs na testa com um pouco de sândalo branco misturado com água, onde colam quatro ou cinco grãos de arroz, o que frequentemente os *brâmanes* também têm por costume fazer; é uma superstição da sua lei. Untam geralmente o corpo nu com sândalo e outras ervas cheirosas, das quais são grandes amigos, assim como todos os indianos, que as usam frequentemente para tudo. As suas mulheres andam vestidas tal como as mulheres dos *brâmanes*. Comem sentados no chão como os maometanos e todos os outros indianos. Nas suas casas ou nas suas reuniões sentam-se no chão em cima de uns tapetes ou esteiras, e deixam sempre os seus sapatos à porta, pelo que sempre entram descalços em casa, de maneira que geralmente calcam os calcanhares dos sapatos, para pouparem o trabalho de os estar sempre a descalçar e calçar. Têm ainda mil outras cerimónias e superstições gentias, que não são de grande interesse, pelo que apenas relatei as principais, das quais se pode entender o suficiente a seu respeito.

Capítulo 38

Dos canarás e decanins.

Os *canarás* e *decanins* vêm da terra do Decão, vulgarmente chamada Balagate, situada para além de Goa. Muitos deles vivem em Goa, onde têm as suas casas e lojas, com todo o género de veludos, sedas, cetins e damascos, que compram por

atacado aos portugueses, e também com toda a espécie de tecidos de algodão, porcelanas e todos os produtos de Cambaia, China, Bengala, etc., comprando tudo por atacado aos portugueses e às outras nações, e a seguir vendendo e despachando a retalho. Para isso têm os seus corretores da sua nação, que tentam adquirir todas as coisas. Estes trazem igualmente todas as vitualhas e mantimentos da terra firme para a cidade e ilha de Goa. Têm as suas embarcações indianas, com as quais comerciam para Cambaia, Sunda[216] e mar Vermelho.

Muitos deles são ourives, que trabalham ouro e prata, e caldeireiros, muito bons artesãos. Têm também muitos outros ofícios e trabalhos manuais, como barbeiros, médicos, carpinteiros, etc., que vivem todos em Goa, pelo que são quase tão numerosos como os portugueses, *mestiços* e cristãos.

O seu traje é igual ao dos *guzerates* e *baneanes*, à excepção dos sapatos, que usam à moda antiga, com os dedos dos pés a sair e atados em cima dos pés nus; chamam-lhes *alparcas*. Do mesmo modo, trazem a barba e o cabelo tal como crescem, sem os cortarem, mas somente apanhando o cabelo numa trança e cobrindo-o com um pano, tal como os *baneanes* e *brâmanes*. São também iguais a eles na cor e na feição do corpo e membros. Comem de todas as coisas, com excepção da carne de vaca, porco e búfalo, e do peixe. Consideram o boi, a vaca ou o búfalo animais sagrados, e mantêm-nos vulgarmente dentro de suas casas. Mimam-nos e afagam-nos e mostram-lhes toda a amizade do mundo, e alimentam-nos do que eles próprios comem; e quando querem evacuar, vêm pôr-lhes as mãos por baixo, para a seguir deitarem tudo fora. Os animais dormem de noite entre eles, em casa. Em suma, tratam deles em tudo como se fosse gente com razão, acreditando assim fazerem um grande serviço a Deus.

Nas suas maneiras de comer, estar sentado em casa, lavar-se, limpar-se e outras cerimónias e superstições, são em tudo iguais aos *brâmanes*, *guzerates* e *baneanes*. Nos seus casamentos, ficam noivos desde os sete ou oito anos, e atingindo a idade de onze e doze anos casam e vivem juntos. Quando estão para celebrar um casamento, começam quinze dias antes, todos os dias até ao dia do casamento, a fazer um grande alarido de cornetas, tambores e pratos, que continua depois por quinze dias e noites, com um barulho insuportável de cantares e instrumentos. No dia do casamento juntam-se os amigos de ambas as partes e sentam-se no chão da casa, em volta de uma fogueira, que remexem sete vezes com alguns dizeres, assim ficando o casamento consagrado. Deve entender-se que não se dá nenhum dote juntamente com a filha, a não ser apenas umas jóias, tais como *braceletes*, brincos e coisas semelhantes de pouco valor, com as quais os homens se devem dar por satisfeitos, porque as filhas não são herdeiras, já que os filhos herdam tudo. Porém, sustentam sempre as suas filhas e irmãs, até estas casarem. Depois de mortos, são também queimados, e às vezes as mulheres vivas com eles, embora não tão frequentemente como as dos *brâmanes*.

Cada qual segue o ofício e a profissão dos pais, e também casam com as filhas dos que são da sua casta. Têm os seus dias de jejum e cerimónias como os *brâmanes*, pois são como os leigos, enquanto os *brâmanes* são como o clero, os seus ministros, e os seus ídolos são como profetas. Também arrendam aos portugueses e a el-rei os

[216] Embora exista um lugar chamado Sunda, perto de Goa, pode presumir-se que aqui se deve entender Sinde.

direitos e rendas das terras de Bardês, de Salsete e da ilha de Goa, que estão na jurisdição de Goa. Por isso, frequentemente têm de comparecer em disputas ou questões de quaisquer direitos, onde vão sempre em pessoa, sem intermediário ou advogado. Sabem tão bem falar por si e alegar as ordenações e leis de Portugal, mesmo do direito canónico, que conseguem indicar pontualmente onde estão escritas, melhor do que qualquer licenciado em direito, fazendo as suas súplicas e requerimentos sem pedir ajuda a ninguém, pelo que os portugueses ficam admirados muitas vezes da sua sagacidade, como deles ouvi em numerosas ocasiões. Quando precisam de prestar juramento para serem testemunhas, são colocados dentro de um círculo ou ronda, feita de cinzas no chão, onde ficam de pé, colocando um pouco de cinza na cabeça descoberta e pondo uma mão na cabeça e outra no peito. E assim juram pelo seu *pagode* que na sua língua hão-de dizer a verdade do que lhes é perguntado, sem qualquer falta, pois acreditam firmemente que seriam danados para sempre se dissessem qualquer mentira e ocultassem a verdade. Estes são os seus principais costumes e cerimónias, embora ainda tenham muitos outros, que queremos passar de lado, para evitar que o nosso relato se torne fastidioso.

Capítulo 39

Dos canarins e curumbins da Índia.

Os *canarins*[217] e *curumbins* são os lavradores e os que se sustentam da agricultura, da pesca e de negócios semelhantes, e que tratam das *palmeiras-da-índia* (onde nascem os *cocos*). Há pessoas entre eles que não fazem outra coisa a não ser lavar roupa, actividade que aí é considerada um ofício e negócio; a estes chamam *mainatos*. Há outros, chamados *patamares*, que servem apenas como mensageiros, para levar cartas e mensagens de um lugar a outro por terra no Inverno, quando não se pode utilizar o mar. Estes *canarins* e *curumbins* são os mais desprezados e miseráveis dos indianos, pelo que vivem muito pobremente e se sustentam de pouco. Comem de todas as coisas, com excepção da carne de vaca, boi, búfalo, porco e galinha. A sua religião é igual à dos *decanins* e *canarás*, pois são todos do mesmo país e seguem os mesmos costumes, com pouca diferença. Andam totalmente nus, apenas com as vergonhas cobertas com um paninho. As mulheres andam com um pano atado em volta do corpo, desde por baixo do umbigo até metade das coxas, dobrando a outra ponta sobre um ombro, e assim cobrindo metade dos seios. São de cor preta ou castanha escura. Muitos deles são cristãos baptizados, em virtude de a maior parte das suas habitações se encontrarem à beira-mar e nas terras vizinhas de Goa, pois as palmeiras crescem à beira-mar e nas margens de rios e lagos. E o arroz com que estes *canarins* se sustentam é semeado em terras baixas, que ficam cobertas de água no Inverno. Também levam galinhas, fruta, leite, ovos e outros produtos semelhantes da terra para a cidade, para os vender.

[217] Linschoten faz aqui uma distinção entre «canará», habitante de Goa, e «canarim» como nome de casta de lavradores.

Moram em pequenas casinhas de palha e têm portas tão baixas que uma pessoa tem de entrar e sair de gatas. O seu mobiliário é uma esteira no chão para dormir, um poço ou buraco no solo para pisar o arroz, e um ou dois potes para cozer o arroz, e é assim que vivem. E procriam tanto que parece milagre, pois têm as suas casas geralmente a formigar de crianças, que andam todas nuas até aos sete ou oito anos de idade, quando cobrem as vergonhas. Quando as mulheres dão à luz, acontece frequentemente estarem sozinhas em casa, enquanto o marido está no campo, tal como pude constatar uma vez, quando passeava com outros bons amigos no campo, pelas aldeias e povoações destes *canarins*. Como tínhamos sede, fomos a uma das casas destes *canarins* para pedir água para matar a sede. Eles bebem geralmente água de uma caneca de cobre com bico, para assim, sem tocar na boca, a verterem do alto para dentro, resumindo-se a esta caneca todo o metal que têm em casa. Aconteceu assim que, porque a sede me incomodava a mim mais fortemente, me curvei e meti a minha cabeça pela porta dentro para pedir um pouco de água, quando vi uma mulher que estava sozinha em casa e estava a apertar o pano em volta da cinta, com uma bacia de madeira, a que os portugueses chamam *gamela*, cheia de água à sua frente, onde estava a lavar uma criança que nessa altura tinha dado à luz, sem a ajuda nem a presença de ninguém. E uma vez lavada, deitou-a nua na terra, numa grande folha de *figo-da-índia*, e pediu-me para esperar um pouco, que logo me daria água. Quando percebi que ela acabara de dar à luz essa criança nesse momento, sem a ajuda de ninguém, perdi a vontade de beber pela sua mão e fui pedir água a outra pessoa. Pouco tempo depois, vimos a mesma mulher andar à frente e atrás da sua casa, como se nada tivesse acontecido e não soubesse de parto nenhum. E as crianças são assim educadas, totalmente nuas, sem que se lhes faça mais nada a não ser limpá-las e lavá-las em água fria, e desta maneira crescem na mesma boa saúde e com a mesma rapidez de carne e osso que as crianças nos nossos países, com todos os serviços, atenções e cuidados que lhes dedicamos, e frequentemente atingem os cem anos, sem terem dores de cabeça ou de dentes, e sem que lhes falte um dente na boca. Usam apenas uma mecha de cabelo em cima ou na coroa da cabeça, que deixam crescer comprido, cortando o resto do cabelo.

São exímios em nadar e mergulhar. Navegam nos rios em embarcações chamadas *almadias*, que às vezes são feitas de uma só peça de madeira escavada, e tão pequenas que um homem sozinho dificilmente se consegue sentar nelas. Acontece frequentemente que viram, por vezes três ou quatro vezes, antes de atravessar o rio, e então saltam delas para a água para as virar de novo para cima, tirar a água, e se sentarem nelas novamente.

São tão miseráveis que mandariam chicotear alguém por causa de um tostão. Comem tão pouco que parecem viver do vento. Também na maior parte das vezes são magros e fracos de membros, com pouca força e muito pouca coragem, pelo que os portugueses lhes fazem grandes vilanias e ultrajes, tratando-os como cães e animais.

Nos seus casamentos e mortes, têm os costumes e usos dos *decanins* e *canarás*, assim como nas suas religiões e cerimónias. O homem, quando morto, é queimado, e a mulher então corta o cabelo e quebra todas as jóias que tem, embora sejam poucas e de pouco valor, pois na sua maioria são de vidro.

Nas figuras que se seguem[218], podem ver-se retratados do natural os *decanins* ou *canarás*, ou o mercador de Goa, assim como os *baneanes* ou *guzerates* de Cambaia, com o *brâmane* e a sua mulher, cujo traje é igual ao de todas as mulheres, tanto as dos *baneanes* e *decanins*, como as dos mouros e indianos que vivem na Índia; como os de Goa e Balagate fazem os seus casamentos entre os *decanins* e *canarás*; e igualmente a maneira como as mulheres se queimam vivas com o marido morto; do aparato que mantém o embaixador do Idalcão em Goa e da maneira como é trazido pelas ruas; e também retratos verdadeiros do *canarim* e da sua mulher, e de como os filhos dos gentios indianos são educados, e do soldado em Balagate, a quem chamam *lascarim*, com a mulher gentia de má vida, chamada *bailadeira*, que é dançarina, porque geralmente são usadas para esse efeito nas festas e divertimentos públicos, e que também satisfazem a vontade de toda a gente por pouco dinheiro, vivendo muitas delas em Goa; como também as aldeias e habitações dos *decanins*, e igualmente a feição das casas dos *canarins* e *curumbins*, e de como navegam nos rios nas suas embarcações, às quais juntei a feição das embarcações dos malabares de Cochim, para delas não fazer um capítulo à parte.

Capítulo 40

Dos árabes e abexins que residem na Índia.

Há muitos árabes e abexins na Índia, seguindo os árabes a lei de Maomé, sendo alguns dos abexins maometanos e muitos outros cristãos a seu modo, pois são da Terra do Preste João, que se estende dos confins de Moçambique, na Etiópia, até ao mar Vermelho e ao rio Nilo no Egipto. Pela comunicação com os mouros e maometanos, muitos deles foram infectados por esta seita. Na Índia há muitos *cativos* e escravos, tanto homens como mulheres, que foram trazidos da Etiópia e vendidos, tal como de outras nações orientais. Os abexins que são cristãos têm na cara quatro marcas de queimadura em forma de cruz, a saber, por cima do nariz, entre os olhos até ao meio da testa, de ambos os lados dos olhos transversalmente até aos ouvidos, e do lábio inferior até abaixo do queixo, que é o seu baptismo[219] quando se tornam cristãos, em vez da água que se usa entre nós.

Estes abexins e árabes (isto é, os que são livres), servem por toda a Índia como marinheiros e chusma nos navios mercantes que navegam de Goa para a China, Japão, Bengala, Malaca, Ormuz e por todas as partes do Oriente, pois aí não se usam nem há outros marinheiros. É que os portugueses, embora viessem para a Índia como marinheiros, e em Portugal tivessem sido barqueiros a vida inteira, teriam vergonha de desempenhar esse ofício, considerando isso uma grande desonra e menosprezo da sua pessoa, assim como uma grande redução da estima e autoridade que gozam e ostentam na Índia. Navegam apenas às vezes como mestres, mas fazendo-se chamar capitão, e também como pilotos e contra-mestres, mas nunca menos, pois se desces-

[218] Ver gravuras n.os 16 a 22.

[219] Marco Polo foi o primeiro a descrever este costume, que, por analogia, confundiu indevidamente com o baptismo.

sem um degrau mais abaixo, seria grande vexame e vergonha para a vida inteira, o que a nação portuguesa não poderia sofrer por nenhuma razão.

Os abexins e árabes servem por pouco dinheiro, e são muito submissos quando se alugam, pelo que são frequentemente maltratados, não como escravos, mas como cães, o que suportam com grande paciência, sem contestação. Geralmente levam a mulher e as crianças a bordo da embarcação onde servem, as quais estão sempre com eles na viagem, para onde quer que vão. Cozinham a sua própria comida, que é arroz cozido em água, que comem com peixe salgado. E a razão pela qual podem levar as mulheres na embarcação é que só costumam navegar no mar durante o Verão, quando este está sempre calmo e facilmente navegável com ventos contínuos. Têm geralmente a bordo apenas um ou dois portugueses, que são capitão, mestre e piloto, e além deles há um contra-mestre, que é geralmente um árabe. A este chamam *mocadão*, e é o chefe dos marinheiros árabes e abexins, mantendo-os sob o seu domínio e comando, como se fossem seus escravos e servos. Este *mocadão* é quem acorda com o dono da embarcação o fornecimento de tantos marinheiros, e apenas a ele se fazem os pagamentos e se prestam as contas das mensalidades, e em seguida ele faz as contas pessoalmente com os marinheiros, nas quais o dono da embarcação não se mete, nem se deve meter.

As embarcações não usam barris com água quando navegam, porque estes não existem nem são fabricados em toda a Índia, a não ser os que foram para lá trazidos pelos portugueses e que sobraram dos seus navios. Em vez dos barris usam um grande recipiente quadrado de madeira, junto do mastro grande, no fundo da quilha da embarcação, bem vedado e coberto com pez, onde transportam tanta água quanta consideram necessária para a viagem que pretendem fazer. O capitão, o mestre e o piloto, e os mercadores e passageiros, têm todos os seus próprios víveres e a sua água nas grandes jarras indianas a que chamam *martabanas*, das quais já tratei na descrição do Pegu.

Este povo é tão serviçal e dócil que se o chapéu de alguém fosse apenas soprado para a água, ou caísse da embarcação à água outra coisa qualquer, logo saltariam atrás, vestidos e tudo, até recuperarem o dito objecto, pois sabem nadar como peixes. E quando a embarcação está no porto ou no rio e todos querem ir a terra ao mesmo tempo, então vão todos juntos para terra no batel, e depois um leva o batel de volta à embarcação e amarra-o, para de seguida vir para terra nadando; o mesmo fazem quando querem de novo embarcar. E caso recusassem lançar-se ao mar por qualquer motivo insignificante ou para fazer seja o que for, o *mocadão* ou mestre obriga-os a fazê-lo com pancadas; mas raramente se deixam chegar a esse ponto, porque na maioria das vezes fazem-no de sua própria vontade, e um quer sempre ser primeiro que o outro, para mostrar a sua subserviência. Quando fazem ou puxam alguma coisa, fazem-no cantando um primeiro e logo outro dando resposta a seguir, com tais vozes e harmonia que parece música. A sua ocupação em terra é beberem e estarem sentados nas tabernas o dia inteiro, com as mulheres e crianças, andando de seguida pelas ruas de mãos dadas, caindo para um lado e para outro e fazendo grande barulho com cantares e outras figuras e palhaçadas. As suas mulheres também usam calças, de acordo com o costume dos árabes e maometanos.

Capítulo 41

Dos pretos de Moçambique, chamados cafres, e dos seus usos e costumes.

Os pretos (também chamados *cafres*) da terra de Moçambique e de toda a costa de Etiópia e do interior até ao cabo da Boa Esperança andam normalmente todos nus, embora os de Moçambique (a saber, as mulheres) se cubram um pouco, em virtude da comunicação que têm com os portugueses. Pois estes, em troca de ouro, marfim e outras coisas, trazem-lhes tecidos de algodão da Índia, que fazem falta aos do interior e do lado do Cabo, razão pela qual se cobrem com as vestimentas que Adão usou no Paraíso. São todos geralmente pretos como breu, com o cabelo encaracolado e queimado na cabeça e na barba, que é muito pouca, e narizes chatos, largos e obtusos, e lábios grandes e grossos. Alguns têm furos nos lábios superiores e inferiores, e às vezes ao lado da boca nas faces, onde metem um ossinho, que apreciam como adorno de beleza. Há pessoas entre eles que têm todo o corpo e a cara marcados e picados com ferro quente, e tudo pintado, quase como o cetim e damasco estampado e decorado. Disso têm um orgulho espantoso e crêem que não há pessoa mais bonita no mundo, pelo que, quando nos vêem, brancos e vestidos, gozam e riem-se de nós como se fôssemos monstros e fantasmas. E se querem fazer ou representar uma figura diabólica, inventam uma pessoa branca e vestida. Em suma, crêem e acreditam totalmente que têm a verdadeira cor de homens (e que nós temos uma cor falsa e abastardada). Encontram-se entre eles pessoas que limam todas as pontas dos dentes em bicos afiados e agudos, tal como pregos e sovelas, o que também consideram uma elegância.

Há muitos entre eles que mantêm a lei de Maomé, a saber, na costa de Abex ou Melinde e em redor e no interior de Moçambique, pela proximidade do mar Vermelho e dos maometanos árabes, que têm aí diariamente o seu comércio e navegação, como também costumavam ter em todos os portos, lugares e ilhas de todo o Oriente antes do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses. Pelo que contaminaram todas as regiões orientais onde tinham os seus negócios com a sua seita diabólica, lançando o seu veneno por toda a parte. Isso foi uma das principais razões e obstáculos à divulgação e aceitação do Evangelho nestas paragens, em virtude da pestilenta seita e crença maometana, que estava aí totalmente enraizada e tinha corrompido todo o corpo.

Há igualmente alguns que se tornaram cristãos, movidos a isso pelos portugueses, mas quase não se fazem esforços nenhuns para divulgar a religião cristã entre eles, por não se poder fazer grande lucro, e também porque a terra e o ar são insalubres, razão pela qual os jesuítas bem se guardam de lá fixar residência, pois aí não tiram grande proveito[220], ao contrário do que sucede na Índia e na ilha do Japão e noutros lugares, que encontram repletos de flores de riqueza de todo o género, para com o suco delas aumentarem a sua colmeia e deleitarem a sua avareza insaciável.

[220] Uma visão parcial, provavelmente proveniente dos dominicanos ou de outras ordens hostis aos jesuítas. Na verdade, o jesuíta Gonçalo da Silveira divulgou o Evangelho no Monomotapa com bom proveito, até aí morrer como mártir em 1561. Todas as alusões aos jesuítas foram cortadas na tradução latina.

A grande maioria dos *cafres* vive entre si como animais ou homens selvagens. Não obstante, têm as suas habitações e agrupamentos de casas como aldeias, onde convivem. Cada aldeia tem o seu rei ou senhor, a quem estão sujeitos e obedecem, e geralmente fazem guerra uns contra os outros, uma povoação ou aldeia contra a outra. Têm entre si direito e justiça, com pouca polícia no que diz respeito à ordem temporal e ao bom governo. Porém, no que toca à crença e à religião, não sabem de nada, mas vivem como animais, sem qualquer conhecimento de Deus e sem disso terem qualquer semelhança ou aparência. Sustentam-se de caça, que caçam ao acaso, apanhando o que encontram. Comem também carne de elefante e de outros animais bravos, e dos dentes dos elefantes fazem as suas armas e utensílios, em vez de usarem ferro e aço. Geralmente fazem guerra uns contra os outros, e alguns deles comem carne humana. Há igualmente alguns que a não comem, mas que se vendem uns aos outros, quando apanham alguém na guerra, a saber, aqueles que têm comunicação com os portugueses, aos quais vêm vendê-los, em troca de tecidos de algodão e de outras coisas da Índia.

Entre eles têm por costume, quando vão à guerra contra os seus adversários e ganham a batalha ou matam alguém, considerar quem capturou ou matou mais deles o mais estimado e mais honrado e de maior prestígio. E para isso demonstrarem quando aparecem perante o seu rei, cortam as masculinidades de todos os que mataram ou capturaram, soltando estes últimos em seguida, para eles não poderem produzir mais quem lhes possa fazer danos; secam-nas muito bem, para que não apodreçam, e quando estão secas comparecem reverentemente perante o seu rei, na presença dos principais da aldeia, e põem-nas uma a uma na boca, para as escarrar assim aos pés do rei, o que este recebe com grandes agradecimentos. E para compensar tais feitos com alguma dádiva, o rei manda então juntar todas as masculinidades escarradas e devolve-as aos que as ofereceram, como um presente e título de honra e elevação, pelo que daí em diante são respeitados como cavaleiros. Levam todas as masculinidades que o rei lhes ofereceu de novo, e fazem delas um rosário ou um fio de contas, e se desposarem uma noiva ou tiverem alguma festa, então as noivas ou esposas dos ditos cavaleiros aparecem com todas as masculinidades em volta do pescoço, o que entre eles é uma honra tal como entre nós usar o Tosão de Ouro ou a Jarreteira de Inglaterra, e as noivas ou mulheres dos ditos cavaleiros ficam tão orgulhosas com as ditas contas como se se considerassem rainhas do mundo[221].

Estes *cafres* são levados em grandes bandos de Moçambique para a Índia, e acontece frequentemente que se compra em Moçambique um homem ou mulher de idade adulta por dois ou três ducados cada; valem um pouco mais quando os navios portugueses lá chegam para tomar mantimentos frescos e água, em virtude da multidão de compradores que então aí se junta. A razão porque na Índia se encontram e se põem à venda tantos escravos e *cativos* de todas as nações, é que geralmente cada dez ou doze léguas de terra e até cada cidade ou aldeia tem o seu próprio rei e governo do povo, que entre si em tudo são diferentes, como na lei, na língua e nos costumes, pelo que a maior parte do tempo estão em guerra uns com os outros, e os que são capturados de ambos os lados são mantidos como escravos e servos, sendo assim

[221] O parágrafo é muito reduzido na tradução latina.

vendidos uns aos outros como animais. Quem tiver a desfortuna de se ver entre os cativos, tem de ter paciência, da qual não revelam grande falta. Se lhes perguntam como se acomodam a essa situação, dizem que a aguentam bem, visto que o seu planeta[222] assim o dita, mas que os seus amigos e compatriotas hão-de colher vingança naqueles que os capturaram.

Também acontece, em tempos de fome ou de carência, que os pais vendem os filhos, como aconteceu no meu tempo, quando na terra firme e nas regiões vizinhas de Goa se passou uma época de tanta escassez que os pais vinham a Goa e aos outros lugares dos portugueses vender os filhos em bandos, a preços ínfimos, para encher a barriga. Vi rapazinhos de oito e dez anos dados por cinco ou seis medidas de arroz e alguns por três ou quatro ducados cada. Havia alguns que se vinham oferecer como *cativos* em pessoa, com mulheres e filhos, apenas para que lhes dessem alimento e mantimento. E a razão porque existe tamanha multidão, trazida e vendida de todos os lados, é porque os portugueses fazem os seus negócios por toda a parte, como já referimos em vários lugares, com eles fazendo negócios de compras e vendas, tal como com quaisquer outras mercadorias e produtos. O mais que toca à descrição dos *cafres* e da terra de Moçambique, já relatámos parcialmente na descrição de Moçambique.

Seguem-se as figuras[223] dos árabes e abexins, com as suas mulheres, tal como andam vestidos na Índia; assim como os retratos dos *cafres*, tanto homens como mulheres, tal como andam pela rua em Moçambique, tudo desenhado e representado conforme a verdade, etc.

Capítulo 42

Dos malabares e naires na Índia e dos seus usos e costumes.

Os malabares são aqueles que vivem na terra e costa do mar entre Goa e o cabo de Comorim, ao sul de Goa, onde cresce a pimenta. Têm uma língua própria[224] e a terra é dividida em muitos reinos, como declarámos na descrição da costa. Estes são os maiores e mais perniciosos inimigos dos portugueses, e fazem-lhes grandes tormentos e bravas guerras no mar. São cruéis e muito corajosos por natureza; andam nus, apenas com as suas vergonhas cobertas. Do mesmo modo, as mulheres apenas usam um pano por baixo do umbigo até ao meio das coxas e de resto andam nuas. São fortes de membros; muito destemidos e altivos; de cor completamente preta, porém muito lisos e limpos de pele e cabelo, o qual geralmente untam com óleo, para o fazer brilhar. Usam o cabelo tão comprido quanto cresce, atado num nó em cima ou na coroa da cabeça, tanto homens como mulheres. Têm os lóbulos das orelhas abertos, e tão grandes que pendem até aos ombros, e quanto mais compridos ou mais abertos, mais são respeitados e apreciados. De rosto, corpo e membros são em tudo da feição dos da Europa,

[222] Isto apenas se pode aplicar aos indianos ou a outros que acreditam na astrologia, mas não aos cafres.
[223] Ver gravuras n.os 23 e 24.
[224] O malaiala, muito aparentado ao tamil.

sem nenhuma diferença a não ser na cor[225]. Os homens são de modo geral muito cabeludos e peludos no peito e no corpo inteiro. São a nação mais luxuriosa e impudica que se pode encontrar em todo o Oriente, pelo que se encontram poucas meninas com mais de sete ou oito anos que ainda estejam virgens, e que logo se tornam comuns e fazem a vontade de todos por uma pequena moeda, do que fazem pouco escândalo. São pouco limpos no seu governo da casa; têm as casas e o mobiliário diferentes dos *canarins* e *curumbins* de Goa. As suas idolatrias, cerimónias e superstições são como as dos outros indianos.

Estes malabares repartem-se em dois modos de gente[226], a saber, a nobreza, a quem chamam *naires*, que são soldados que apenas usam armas e comerciam; o outro é o povo comum, chamado *poleás*[227]; estes não podem levar nem usar armas. Os *naires*, onde quer que vão ou fiquem, devem levar sempre as suas armas, pois a isso estão obrigados, devendo ainda estar sempre à disposição e ao serviço do rei.

Há alguns que andam sempre com um espadim ou um terçado desembainhado na mão direita e com uma grande rodela na mão esquerda. Estas rodelas são muito grandes e feitas de madeira leve, pelo que, querendo, atrás delas podem esconder e cobrir o corpo inteiro; são muito hábeis e experientes com elas, e quando andam pelos caminhos, podem ser ouvidos a aproximarem-se de longe, porque fazem sempre grande barulho, batendo com o punho do espadim nas rodelas, para serem ouvidos.

Há outros que andam sempre com um arco e um molho de flechas às costas, com os quais são maravilhosamente hábeis. Outros andam com lanças compridas, alguns com mosquetes, com a mecha sempre acesa enrolada no braço. Os canos dos mosquetes são de uma qualidade primorosa e não se encontrariam melhores na Europa, e também sabem usar estas armas tão bem que não deixam vantagem aos portugueses. Onde quer que vão, têm de trazer sempre a sua arma, dia e noite.

Nenhum deles é casado[228], nem podem casar a vida inteira; contudo, têm liberdade e autoridade para dormir com as filhas dos *naires* ou com quem lhes agradar e apetecer, seja que mulher for, mesmo sendo casada. O *naire*, sempre que lhe apetecer, entra numa casa a seu bel-prazer, deixa a sua arma na rua à entrada da casa, e dispõe as suas coisas com a mulher ou a filha da casa, com a porta aberta, sem ter medo que alguém o perturbe ou impeça, pois quem quer que passe, mesmo sendo o próprio dono da casa, ao ver a arma do *naire* à porta, passará e deixá-lo-á dispor as suas coisas. E uma vez terminado o negócio, pega de novo nas suas armas e segue o seu caminho, e então o dono da casa pode entrar, sem que se comente ou estranhe o que se passou. Desta maneira vão aonde bem lhes apetece, sem que ninguém os possa impedir.

---

[225] Uma observação correctíssima.

[226] A distinção entre naires e poleás encontra-se também em Camões (*Lus.*, VII, 37), que parece ser a fonte de Linschoten:

> Dous modos há de gente, porque a nobre
> Naires chamados são, e a menos dina
> Poleás tem por nome, a quem obriga
> A Lei não mesturar a casta antiga;

[227] Uma casta muito baixa e impura. Uma descrição bastante completa das castas no Malabar encontra-se no *Livro* de Duarte Barbosa (c. 1516).

[228] Barbosa diz a mesma coisa, i.e., que os naires não podem casar e apenas têm uma amante de boa família. É incorrecto, pois trata-se, na verdade, de uma forma de poliandria.

Estes *naires*, indo pelo caminho ou pela rua, andam sempre a gritar «Po, po»[229], que quer dizer «pare, aqui vou eu, desimpeça o caminho», porque a outra gente, os chamados *poleás*, que não são *naires*, não lhes podem tocar nem roçar-lhes pelo corpo. Por isso, andam sempre a gritar, para que lhes dêem espaço e todos estejam advertidos da sua chegada. Pois se um dos *poleás* ficasse parado ou lhes não desse espaço, tocando neles, poderiam trespassá-lo livremente, sem receberem qualquer castigo. E caso sejam tocados por algum *poleá* ou por qualquer outra nação, com excepção dos *naires*, devem (antes de poderem de novo conversar ou comer com os outros *naires*) lavar-se e limpar-se com grandes cerimónias e superstições. Do mesmo modo, não podem ser tocados por cristãos ou por quem quer que seja. E quando os portugueses chegaram pela primeira vez à Índia e celebraram um contrato e uma aliança com o rei de Cochim, os *naires* quiseram que eles lhes cedessem espaço e retrocedessem nos caminhos e ruas quando se cruzassem, tal como os *poleás* e os outros indianos. O que os portugueses não quiseram consentir, porque consideravam um atentado à sua honra serem igualados aos *poleás* e ao povo comum, pois acreditavam estar acima dos *naires* em artes militares e em coragem. Por isso, quiseram que os *naires* lhes cedessem espaço e retrocedessem perante eles, pelo que não conseguiam chegar a acordo. Finalmente, para manter as pazes, resolveram escolher duas pessoas, um português e um *naire*, os quais lutariam um contra o outro corpo a corpo, para que a nação do que ficasse vencido cedesse espaço e retrocedesse no caminho. Esta luta deu-se em público e na presença de ambas as nações, tendo o português vencido o *naire*, ao qual tirou a vida, do que resultou que os *naires* retrocedem perante os portugueses e cedem caminho quando se encontram, até os portugueses terem passado.

Os *naires* usam unhas muito compridas nas mãos, dando assim a entender que são da nobreza[230], porque o comprimento das unhas impede as pessoas de trabalharem em qualquer ofício. Dizem também que fazem assim para ter mais força na mão e na pega para segurar o espadim, o que alguns portugueses e *mestiços* imitam, seguindo a mesma opinião herdada dos *naires*, dos quais há muitos na Índia, que deixam crescer as unhas pela mesma razão.

Os principais destes *naires*, que são como os chefes ou capitães de um determinado número que está debaixo das suas ordens, usam *braceletes* ou anéis de ouro ou de prata em volta do braço, por cima do cotovelo, assim como os seus governadores, embaixadores e reis, pelo que podem ser distinguidos dos outros, já que, como ficou dito, todos andam nus. Do mesmo modo, os seus reis, governadores e outros chefes e capitães, quando saem, são bem acompanhados e guardados pelos outros *naires*. São excelentes e valentes soldados, muito bons na luta corpo a corpo. São muito vingativos, pelo que quando, numa *fusta* ou num outro lugar, entram numa luta contra os seus inimigos e uma lança lhes atravessa o corpo, não cedem logo, mas, se não a conseguem tirar rapidamente, puxam a lança com ambas as mãos para si e tiram-na do corpo, para assim acometerem quem os feriu, para se vingarem dele. O rei não pode mandar julgar nem matar estes *naires* pela justiça pública, mas, se merecerem a morte, manda-os matar por outros *naires*.

[229] Do malaiala ou tamil «po!» (vá!).

[230] Também um sinal de distinção entre os chineses.

As filhas dos *naires* não podem conversar nem conviver com ninguém, a não ser com os *naires*, embora às escondidas conversem quanto baste com os portugueses e cristãos. Mas caso os *naires* disso tomem conhecimento e os apanhem no acto, podem matá-los sem sofrer qualquer castigo. Têm em todos os lugares onde moram um canal escavado como um fosso, ao lado da via pública onde passa toda a gente, no qual se lavam todas as manhãs quando se levantam, começando pelas partes baixas e continuando até à cabeça e à cara, tanto homens como mulheres, até o próprio rei em pessoa, sem terem vergonha dos que passam pelo caminho ou que param para ver. Esta água é tão verde, mucosa e fedorenta que se tem de tapar o nariz devido ao mau cheiro quando por ela se passa. Contudo, crêem firmemente que se não se lavassem todos os dias nesta água ficariam imundos e cheios de pecados. E esta lavagem e limpeza não pode ser feita em água viva que tenha corrente, mas obrigatoriamente num canal escavado com águas-mortas e conjurada pelos seus *brâmanes* com muitas palavras, superstições e cerimónias, pois caso contrário não teria nenhum valor ou utilidade. Nas suas idolatrias e outras futilidades são como os outros indianos gentios, sendo igualmente queimados quando morrem.

Os filhos não podem ser herdeiros dos pais, pois têm as mulheres em comum, pelo que duvidam de quais são os seus filhos verdadeiros, porque também os *brâmanes* partilham as mulheres do rei e concedem-lhe uma grande honra se querem dormir com elas. Os seus herdeiros são os filhos das suas irmãs, pois dizem que, embora duvidem do pai, têm a certeza de serem as suas irmãs as legítimas mães.

É tudo, no que toca aos *naires* e à nobreza e aos soldados. O outro povo comum do Malabar, a quem chamam *poleás*, são os lavradores, artesãos, pescadores, etc. Estes são muito desprezados e menosprezados; vivem muito miseravelmente e não podem ter nem usar armas nem apetrechos militares, nem conversar com ou tocar nos *naires*. Se os *naires* andarem pelos caminhos ou pelas ruas e estes *poleás* os virem aproximar-se e ouvirem gritar, põem-se logo de lado, com as cabeças baixas e os braços cruzados, olhando para o chão, sem jamais se atreverem a levantar os olhos até o *naire* ter passado. Do resto, seguem os costumes dos outros indianos, pois cada um envereda pelo negócio e ofício dos seus pais, sem o poder mudar de maneira nenhuma, etc.

Capítulo 43

Dos mouros e judeus na Índia.

Os mouros e judeus encontram-se em grandes multidões em todos os lugares da Índia, tal como em Goa, em Cochim e no interior. Alguns vieram de outros lugares e outros são de origem indiana, dos que em tempos passados, pela comunicação com os mesmos judeus e mouros, foram levados às suas seitas e convicções. No seu governo da casa e traje seguem o costume do país onde residem. Têm entre os indianos as suas igrejas, sinagogas e *mesquitas*, onde praticam as suas cerimónias conforme a respectiva lei e vontade. Nas cidades e lugares dos portugueses, tal não lhes é permitido em público, e tão-pouco aos indianos, embora lá tenham a sua residência,

com casa e família, e façam os seus negócios e comércios entre eles. Às escondidas fazem nas suas casas o que querem, para não causarem escândalo ou irritação a ninguém. Mas fora da cidade, onde os portugueses não têm jurisdição, podem livremente praticar as suas cerimónias e superstições, cada um a seu bel-prazer, sem ninguém dizer nada contra isso ou os impedir. Mas caso sejam encontrados publicamente nas cidades portuguesas ou tenham qualquer relação com os cristãos, quer homens quer mulheres, recebem a pena capital, a não ser que se convertam à fé cristã, como acontece frequentemente.

Fora da cidade de Cochim, onde o rei tem a sua corte, os judeus e mouros podem praticar publicamente as suas seitas e cerimónias de livre vontade, porque os judeus construíram aí muito belas casas de pedra e são mercadores respeitados, sendo do conselho mais próximo do rei de Cochim. Aí têm as suas sinagogas, com as suas bíblias e a lei de Moisés em hebraico, que tive oportunidade de manusear. São geralmente brancos de cor, como os da Europa; há mulheres bonitas entre eles. Muitos deles vieram da terra da Palestina e de Jerusalém, sabendo de um modo geral falar bem espanhol[231]. Mantêm o sabat e outras cerimónias judaicas, e ainda esperam a vinda do Messias.

Da mesma maneira, os mouros têm as suas *mesquitas*, onde fazem as suas orações, e por cima da igreja muitos sótãos e galerias, onde ensinam o seu catecismo às crianças. Antes de entrar na igreja, lavam os pés, pelo que há sempre uma bacia de água ao lado do templo, e deixam sempre as suas *alparcas* ou sapatos à porta da igreja antes de lá entrarem. E depois de entrar, prosternam-se com a cabeça para baixo, fazendo muitas pantomimas com os braços e as mãos no ar. Também são circuncidados, tal como os judeus, e não comem carne de porco. Quando morrem são enterrados, e nas suas igrejas não têm estátuas nem figuras, a não ser algumas pedras erigidas ou lápides, com inscrições do seu *alcorão* em letras caldaicas[232].

Certa vez, aí passando por acaso com um português, sentimos curiosidade em ver esse templo maometano e o seu modo de orar, o que nos foi impedido pelo porteiro, que nos mandou tirar os sapatos; mas como recusámos, disse que não nos era permitido entrar assim na igreja. Mas para a vermos, deixou-nos entrar pela porta e lá dentro abriu algumas janelas, pelo que podíamos ver claramente o interior. Então, o português perguntou onde estavam o deus e os santos que veneravam, porque viu, como ficou dito, que a igreja estava vazia. O mouro respondeu que não faziam orações perante madeira e pedra, mas apenas ao deus vivo que está no céu, e disse: «Vocês, cristãos portugueses e gentios, são todos iguais, pois veneram as estátuas, dando-lhes a honra que só cabe ao deus vivo todo-poderoso.» Com esta resposta, o português ficou tão furioso que começou a chamar-lhe nomes com muito duras palavras, pelo que se juntou uma grande multidão de mouros e indianos, e teria havido uma grande disputa se o não tivesse atenuado e tirado dali para seguirmos o nosso caminho, pelo que as coisas ficaram nisto[233].

---

[231] Linschoten deve referir-se a judeus sefarditas ou espanhóis, expulsos de Espanha em 1492 e de Portugal em 1497.

[232] Leia-se «árabes».

[233] O parágrafo não figura na tradução latina.

Estes mouros fazem também grandes negócios com todas as especiarias para o mar Vermelho e outros lugares, tanto por mar como por terra. E embora alguns vivam entre os portugueses e comerciem com eles, às escondidas fazem-lhes grande mal e são seus inimigos mortais. Estas são as principais razões por que não são convertidos mais indianos à fé cristã, pois estes fazem tudo o que podem para afastar disso os indianos. Termina aqui o que diz respeito à vida e costumes dos indianos.

Nas gravuras que se seguem[234], pode ver-se o estado do rei de Cochim, saindo sentado no elefante, com os seus *naires* ou fidalgos e soldados, que o protegem e acompanham, e igualmente dos malabares, homem e mulher, a quem se chama *poleás*, com os mouros ou maometanos que vivem em Cananor e entre os malabares, como ficou dito. Além disso, podem ver-se retratos dos cristãos chamados de São Tomé, muitos dos quais vivem entre os malabares, com uma perna grossa, tal como nascem, como relatámos na descrição da costa, com as figuras dos do Pegu e das ilhas Molucas, etc.

Capítulo 44

Um breve relato geral dos pagodes ou ídolos indianos, das indulgências, romarias, cerimónias e outras superstições.

Há muitos e muito variados *pagodes* ou ídolos em todos os lugares do Oriente, dos quais alguns são tidos em grande reverência e honra, mais do que os comuns, sendo visitados por indianos e gentios de todos os lados em romaria e para ganhar indulgências. Estes, mais do que todos os outros, são feitos muito ricamente e adornados com preciosidades. Proponho-me tratar deles apenas quanto seja necessário para entender os outros em geral e particular.

Perto da cidade de Baçaim, que está situada na costa da Índia, a norte de Goa, e é habitada pelos portugueses, jaz uma pequena ilha[235] junto da costa, chamada Salsete, onde se encontram dois dos principais *pagodes* (ou templos, mas antes antros, dentro dos quais estão os *pagodes*) de toda a Índia. Um destes antros é cavado ou talhado debaixo de um monte alto só de pedra, e o seu recinto interior tem o tamanho de uma boa aldeia de quatrocentos fogos. E à entrada, na frente do monte, fica uma casa de *pagode* com ídolos talhados nas rochas do mesmo monte, com figuras horríveis e terríficas, onde os frades franciscanos nos nossos dias fundaram uma igreja da invocação de S. Miguel. E entrando debaixo do monte, encontram-se no primeiro recinto muitos *pagodes* variados; e subindo um pouco, há um outro recinto de câmaras e *pagodes*; e mais acima, outra ordem ou recinto de câmaras e *pagodes*, tudo esculpido na própria pedra. E perto destas câmaras está um tanque de pedra com água, que tem uns canos por cima, por onde lhe vem água da chuva. E um pouco mais acima, há ainda outra ordem ou recinto de casas ou câmaras. Em suma, estas casas ou câmaras

[234] Ver as gravuras n.os 25 a 27.

[235] O trecho do texto daqui até «Por estes edifícios» é uma tradução de uma parte do col. 54 de Orta.

dos quatro recintos são ao todo mais de trezentas e estão todas cheias de ídolos talhados, de figuras tão horríveis, terríficas e diabólicas que é um horror de ver.

O outro templo ou antro dos *pagodes* fica num outro lugar na mesma ilha, igualmente talhado nos rochedos, muito grande e espaçoso, todo cheio de ídolos esculpidos na rocha, com figuras tão feias que põem o cabelo em pé a quem lá entrar.

Ainda há um outro *pagode* que consideram o supremo e principal de todos, que fica numa ilhota chamada Pori. A este *pagode* chamam os portugueses «*pagode* do elefante». Nesta ilhota encontra-se um monte alto, e no topo, dentro do monte, foi talhada uma entrada e escavação na pedra, do tamanho de um bom convento ou mosteiro. Tem no interior os seus pátios e tanques de água, feitos e lavrados muito limpamente, e as paredes em volta estão cheias de estátuas e figuras talhadas de elefantes, leões, tigres e mil outros animais ferozes semelhantes, assim como amazonas e outras, bem figuradas, de muitas espécies e variedades. São todas tão bem esculpidas, que são uma maravilha de contemplar. Supõe-se que isto teria sido construído pelos chineses (que são muito engenhosos), nos tempos em que comerciavam nesta costa da Índia. Estes *pagodes* e edifícios estão agora todos danificados e destruídos, completamente arruinados, depois de os portugueses os terem sob o seu domínio. Por estes edifícios pode presumir-se quantos outros existirão ainda hoje em dia no interior, principalmente onde residem os reis, os governadores e a corte, pois aí estarão decerto em boa ordem.

Na ilha de Ceilão, da qual tratei num outro lugar, há um monte alto, chamado pico de Adão, no topo do qual fica uma casa do tamanho de um convento, que tem no seu interior um *pagode* de grande prestígio e veneração. Neste lugar encontrava-se em tempos passados um dente de macaco[236] ou símio embutido em ouro e pedras preciosas, que era a sua custódia ou cibório. Este dente era considerado a relíquia mais preciosa e valiosa de toda a Índia, recebendo as maiores romarias de todas as regiões circundantes, pelo que nisso excedia Santiago de Compostela na Galiza e o Monte de St. Michel em França, em virtude das grandes indulgências que aí podiam ser ganhas. Por esta razão, era visitado com grande devoção por todos os indianos de 400 ou 500 léguas em redor, em grandes multidões.

Ora aconteceu que no ano de 1554[237] os portugueses da Índia fizeram uma expedição na mesma ilha de Ceilão e percorreram a ilha até ao cimo deste monte, onde esperavam encontrar um grande tesouro, pela fama que tinha, em virtude das grandes romarias que ali se faziam, como ficou dito. Pelo que arrasaram o dito convento até ao chão, sem encontrarem outra coisa senão uma caixinha, adornada com valiosas pedras preciosas, onde estava guardado este dente de macaco. Levaram consigo esta presa para Goa. Quando os reis circundantes receberam esta triste notícia, os do Pegu, do Sião, de Bengala e de Bisnagar, etc., sentiram grande desgosto por a sua valiosa relíquia ter sido assim roubada[238]. Por isso, com acordo geral, mandaram os

[236] Trata-se do famoso dente de Buda, cuja história é referida por Diogo do Couto, *Dec.* VII (9-2 e 9-17).

[237] Leia-se 1560, como Couto refere.

[238] Os reis do Pegu e do Sião eram budistas e como tal tinham interesse no dente. Menos clara é a atitude do rei de Bisnagar, que não era budista; a não ser que considerasse a relíquia como um dente do macaco Hanuman. Diogo do Couto apenas faz referência a uma embaixada do Pegu (*Dec.* VII, 9-17).

seus embaixadores ao *vice-rei* da Índia, rogando-lhe por toda a amizade que lhes desse e devolvesse o dito dente de macaco, oferecendo como resgate, para além de todos os outros presentes que enviaram, setecentos ducados em ouro. O *vice-rei*, por cobiça do dinheiro, estava disposto a entregá-lo, mas foi impedido pelo arcebispo D. Gaspar, que era o antecessor ou predecessor do meu amo, dizendo que os cristãos não deviam dar nem suscitar nada que servisse à propagação da idolatria e que honrasse o demónio, mas que a sua profissão requeria antes o impedimento e a erradicação de tais coisas por todos os meios, pelo que o *vice-rei* foi obrigado a recusar. Não aceitou a proposta dos embaixadores, tendo primeiro, na sua presença, reduzido a cinzas o dente de macaco, dispersando-as depois no ar e deitando-as ao mar. Pelo que os embaixadores regressaram tristes para casa, e ainda mais admirados por os portugueses terem desprezado tamanha quantia de dinheiro por uma coisa que tinham reduzido a cinzas e deitado ao mar[239].

Pouco tempo depois apareceu um *baneane*, que são todos cheios de astúcia, que tinha obtido um outro dente de macaco. Este levou os outros indianos e gentios a crerem que o tinha encontrado milagrosamente, e que um *pagode* lhe tinha revelado numa visão que era o mesmo dente de macaco que os portugueses pensavam ter queimado, mas que este tinha estado invisível para eles e que tinham queimado um outro dente no seu lugar. O povo logo acreditou nesta história, a qual chegou aos ouvidos do rei de Bisnagar, que imediatamente mandou chamar o homem e recebeu o dente com grande alegria, dando ao *baneane* uma grande quantia em ouro. E este dente foi lá tido de novo em tanta honra como antes o outro, que tinha sido queimado.

No reino de Narsinga ou na costa chamada de Coromandel, encontra-se um *pagode* muito grande e extremamente rico e adornado, que é tido em grande reverência e estima, pois tem um prodigioso afluxo de gente, recebendo muitas romarias de todas as regiões circundantes. Durante o ano têm lá muitas festas e procissões ou arraiais especiais. Aqui existe um carro tão grande e pesado que três ou quatro elefantes têm dificuldade em puxá-lo, o qual é apenas usado nos arraiais, festas ou procissões. Este carro tem ainda muitos cabos ou cordas, que são puxadas por muitas pessoas, tanto homens como mulheres, por pura devoção. Na parte mais alta deste carro está construído um tabernáculo ou dossel, debaixo do qual está sentado o ídolo, e por baixo deste tabernáculo estão sentadas as mulheres do rei, tangendo todo o género de instrumentos à sua maneira e fazendo uma música com harmonia e melodia suaves. O carro é assim puxado, como ficou dito, numa grande procissão, com muita devoção. Há muitas pessoas que, por zelo religioso e pura devoção, cortam pedaços do seu corpo e deitam-nos à frente do *pagode*, e outras que se prosternam debaixo das rodas do carro, deixando assim passar o carro por cima delas, pelo que são feitas em pedaços e esmagadas até à morte[240]. Todos os que morrem desta maneira são tidos por grandes santos e mártires e logo considerados grandes relíquias e pessoas sagradas. E fazem ainda mil outras bestialidades e superstições, como me

[239] Os singaleses contam uma versão diferente do acontecimento.

[240] Parece uma descrição do «carro de Jaggarnath», como é conhecido das procissões de Orixa. Outros viajantes, e nomeadamente Fernão Mendes Pinto, descrevem auto-sacrifícios semelhantes em outros lugares da Índia.

foi relatado oralmente por um camarada que tinha visto tudo isto em pessoa, e como é por toda a Índia assaz conhecido e divulgado.

Em determinado altura, fui, com alguns amigos portugueses, fazer um passeio de lazer na terra firme, cinco ou seis léguas para o interior, com autorização do *vice-rei*. Tínhamos na nossa companhia alguns que conheciam os *decanins* e naturais da terra, e o objectivo principal da nossa viagem era ver a sua maneira de queimar os *brâmanes* mortos com a mulher viva, porque tínhamos recebido aviso que tal ia acontecer. Entre outras coisas e curiosidades que vimos, visitámos algumas aldeias e povoações dos indianos, e nos caminhos e em todos os montes, rochedos, escolhos e antros encontrámos, a cada distância de um padre-nosso, um *pagode* talhado, que mais pareciam demónios, monstros e animais infernais, do que outra coisa.

Por fim, chegámos a uma aldeia onde se encontrava um grande templo de pedra, onde entrámos. No interior não vimos outra coisa senão um quadro pintado, pendurado no meio do templo, com uma figura tão feia que não se pode imaginar outra mais horrenda ou mais disforme. Pois tinha muitos cornos e dentes compridos que lhe saíam da boca até abaixo do queixo, e na barriga, debaixo do umbigo, tinha um rosto semelhante, com muitos cornos e intestinos, e com uma mitra na cabeça que não era muito diferente de um chapéu papal de três coroas; em suma, parecia ser um monstro do Apocalipse. Estava pendurado à frente de uma parede que servia de divisão de uma outra câmara, quase igual a um coro, mas fechada por todos os lados, sem janelas ou frestas. No centro tinha uma pequena porta estreita, que estava fechada, e de cada lado da porta ficava um forninho de alvenaria na parede, com grades para lançar o fumo para dentro da dita casa ou antro fechado, quando lá se deitava alguma oferenda, como nós encontrámos algumas, tais como arroz, trigo, galinhas, frutas e outras coisas semelhantes, que os indianos lá sacrificavam diariamente. E dali saía um tal fedor e mau cheiro, que quem se aproximasse ficaria amedrontado e indisposto, estando tudo muito preto, sujo e manchado de porcarias.

À frente desta porta fechada no centro do templo, estava um vitelo de pedra[241], e um dos da nossa companhia pôs-se em cima dele às cavalitas e começou a troçar dele. Quando o *brâmane* que guardava a igreja o viu, começou a gritar e a bradar, pelo que logo muitos dos vizinhos entraram no templo para ver o que se passava. Mas antes de se juntar uma multidão, fizemos tanto que o *brâmane* se acalmou, mostrando a nossa inocência o melhor que pudemos e dizendo que isso tinha acontecido por ignorância, pelo que tudo ficou resolvido e o povo foi-se embora. Então pedimos ao *brâmane* para abrir a porta fechada, para vermos o que estava lá dentro, o que conseguimos após muitos rogos e súplicas. Abriu a porta, querendo primeiro untar-nos a testa com cinzas, o que recusámos, e antes que abrisse a porta tivemos de prometer-lhe que não íamos para além da porta para ver. A porta da *sancta sanctorum*, ou demoniorum, uma vez aberta, parecia à vista igual a uma caverna de ladrões. O tecto era uma abóbada redonda, sem quaisquer janelas ou frestas, com excepção da porta. No resto do templo também não havia outra luz a não ser a que entrava pelas portas. Dentro desta dita abóbada estavam penduradas uma boa centena de candeias acesas, e no centro ficava um pequeno tabernáculo, totalmente envolto e coberto de algodão

[241] Talvez Nandi, o touro de Xiva.

enrolado, e coberto e envolto de ouropel, debaixo do qual (como o *brâmane* nos disse) estava sentado o *pagode*, feito de ouro. Podia ser do tamanho de uma pequena imagem de procissão. Perto do templo, fora do portão, encontrava-se, construído na terra, um grande tanque quadrado de água, de pedra talhada, com escadas descendentes à sua volta, e que estava cheio de uma água verde, suja e malcheirosa, onde se lavam todos juntos quando querem fazer as suas orações no templo.

Daí fomos mais adiante e encontrámos a cada vinte ou trinta passos, nas rochas, rochedos e antros, ídolos de pedra talhada, das agradáveis figuras de que falámos. Estes, que estão assim pelos caminhos, sem templo ou cobertura, têm sempre um pequeno tanque com água ao seu lado, onde pelo menos lavam os pés, com metade de uma *noz-da-índia* fixada a um cabo, que está pendurada ao lado e serve para apanhar água. São destinados a quem lá passar, e geralmente sempre que passam ajoelham-se e fazem uma oração. E normalmente encontram-se ao lado dois forninhos e também um vitelo ou vaca de pedra, na frente do qual põem as suas oferendas de comidas e frutas comestíveis, cada qual conforme a sua generosidade para com o *pagode* e o vitelo, e de acordo com a sua devoção. E acreditam que o *pagode* digere estes alimentos de noite; porém, são retirados pelos *brâmanes*. Encontrámos destas oferendas por todos os lados, mas tínhamos nojo de lhes tocar, pelo seu aspecto porco e sujo.

Quando tínhamos bem satisfeito o nosso desejo de ver as suas idolatrias, voltámos de novo para a aldeia onde estava o dito templo de pedra, porque o *brâmane* nos tinha avisado da hora da noite em que se ia levar o *pagode* em procissão a passear ao campo, para dar uma volta e apanhar ar, o que gostaríamos de ver. Chegada a hora, tocou um pequeno sino que tinham recebido de uns cristãos, ao que se começou a juntar todo o povo. Tiraram o *pagode* das suas fraldas e manjedoura, ou tabernáculo demoniorum, com grande reverência, e puseram-no num *palanquim*. E assim, levado pelos mais notáveis da aldeia e acompanhado por todos os outros com grande devoção, com o seu habitual ruído e estrondo de cornetas, tambores e pratos tangidos, deram umas voltas pelo campo. E em seguida levaram-no para o dito tanque de água de pedra, onde o lavaram bem lavado, quer dizer, sujo e malcheiroso, e assim levaram-no novamente de volta para o seu eremitério ou casota, onde o deixaram, à porta fechada, com todas as suas candeias, fazendo bom proveito do fumo e das oferendas, o que o deve ter divertido muito. E feitas as suas oferendas e orações, cada um voltou para casa, deixando tudo à disposição do *brâmane*, que, em vez do *pagode*, disso se aproveitou bem com a sua família.

Estas são as suas cerimónias e superstições diárias e idolatrias, nas quais o demónio os cegou tanto que acreditam com isso, sem dúvida, merecer a vida eterna. E contam muitos milagres de todos os seus ídolos. Pelo que bem podemos notar quanto temos de agradecer e louvar a Deus por nos ter iluminado com o seu santo evangelho e a sua verdade, e não termos nascido entre estes gentios e no meio de semelhantes enganos satânicos, a quem Deus, pela sua graça, deseje iluminar com o conhecimento da sua verdade, nosso único e verdadeiro consolo e salvação. Pelos quais também devemos e somos suficientemente obrigados a rezar em unanimidade, pois são nossos iguais, e imagens e criaturas de Deus, para que Ele os queira disso libertar e dar-lhes e a nós a sua bem-aventurança, amen.

E para melhor se perceber as figuras dos seus ídolos diabólicos, juntei o retrato destes, como se encontram publicamente nos caminhos, montes, rochedos e antros, com uma vaca ou vitelo de pedra a seu lado, assim como do templo a que chamam *mesquita*, dos maometanos e mouros que vivem entre os malabares, com o tanque de água onde se lavam ao lado[242].

Capítulo 45

De vários tipos de animais, gado e aves da Índia.

Por toda a Índia encontra-se muito gado, tal como bois, vacas, carneiros, porcos, cabras, bodes, etc., e muito barato, em grandes quantidades; mas a carne não tem um sabor tão bom como na Europa, devido ao calor da terra, pelo que não é muito estimada. Em Goa pode comprar-se a melhor vaca a cinco ou seis *pardaus*. Os bois raramente são abatidos para serem comidos, mas são utilizados geralmente na agricultura. Todos os outros animais, como porcos, carneiros e cabras, do mesmo modo. A carne de carneiro é pouco apreciada e raramente utilizada para comer, pois é interdita aos doentes, sendo a carne de porco em comparação melhor e mais saudável, e mais depressa admitida a ser comida pelos doentes do que a carne de carneiro. Encontram-se aí também carneiros de cinco quartos, por a cauda ser tão grande e ter tanta carne como os outros quartos. Há uma quantidade impressionante de búfalos, porém raramente são mortos para serem comidos, a não ser que seja por gente pobre; mas o seu leite é muito bom e muito vendido e consumido. A cidade está todo o dia cheia de escravas e *canarins*, que andam com leite de búfala e de cabra, e também com natas excelentes e manteiga fresca sem sal, mas vendida em pequenos pedaços. Fazem também uns queijinhos brancos, mas são muito salgados e secos.

Encontram-se igualmente javalis e algumas lebres, coelhos[243], veados e corças, mas em pouca quantidade. Galinhas, capões, perdizes e pombos há-os em grandes quantidades e muito baratos. Na ilha de Goa e em redor há muitos pardais e alguns outros tentilhões, mas poucos e nada de especial. Mas em Cochim e na costa do Malabar não há pardais[244] de todo, nem passarinhos semelhantes, nem tentilhões. Há na Índia muitíssimos morcegos, e alguns tão grandes que seria incrível contá-lo. Fazem grandes estragos nas árvores, frutas e ervas, pelo que os *canarins* têm de pôr à noite gente de vigia nas árvores, e mesmo assim só dificilmente conseguem afastá-los. Os indianos comem-nos, dizendo que são tão bons como perdizes.

Há um número tão excessivo de gralhas pretas que parece milagre. Fazem grandes estragos e são tão atrevidas que frequentemente entram a voar pelas janelas e roubam a comida dos pratos que estão na mesa, na presença das pessoas. Até me aconteceu que, quando estava sentado a escrever em casa, num quarto em cima, com a janela

[242] Ver a gravura n.º 28.

[243] Não se encontram coelhos na costa ocidental da Índia.

[244] Os pardais eram desconhecidos na Índia. Foram importados para Goa da Europa, tal como os tentilhões (ver mais adiante no texto).

aberta, entraram umas gralhas que tiraram o algodão do tinteiro, borrando todos os papéis que estavam em cima da mesa, sem que pudesse evitá-lo. Geralmente sentam-se nos búfalos e arrancam-lhes todo o pêlo, sendo essa a razão por que se encontram tão poucos búfalos com pêlo. E para estes se livrarem delas, andam geralmente metidos até ao pescoço nos pântanos e lamaçais, pois não se podem defender de outra maneira.

Há igualmente grandes quantidades de ratos, e alguns do tamanho de leitões novos, pelo que não há gato que se atreva a tocar neles. Frequentemente minam as casas, porque escavam as paredes e os alicerces de um lado para outro, pelo que assim as fazem cair e estragam as casas. Há ainda um outro género de ratos, que são pequenos e rosados de pele. Estes são chamados ratos bem cheirosos, pois têm um cheiro como se estivessem cheios de almíscar[245].

Há tantas formigas por toda a Índia, e tão nocivas, que parece incrível para quem o não tenha visto. Pois não se pode guardar seja o que for de comidas ou coisas gordurosas, nem tão-pouco roupas e tecidos, que não fiquem logo cobertos de milhares de formigas. Num instante devoram um pão inteiro, pelo que por toda a Índia se costumam construir cofres e caixas, onde se guardam comidas ou quaisquer coisas gordurosas, assim como roupas e tecidos, com quatro pés ou pilares, com uma bacia de madeira ou de pedra cheia de água debaixo de cada pé ou pilar, colocando-se os cofres e caixas de maneira que não toquem em nada e fiquem livres das paredes, pois, caso contrário, ficava tudo o que estava lá dentro perdido ou totalmente estragado pelas formigas. E se, quando a água seca, não é logo substituída, no tempo de um padre-nosso entram logo tantas formigas que ficam a formigar por todos os lados, pelo que parece uma maldição ou praga. Do mesmo modo, há muitas pessoas que usam bacias de água debaixo dos pés das camas, para não serem atormentadas por elas quando dormem, e também debaixo das mesas.

Caso se deseje guardar vivos alguns canários ou tentilhões semelhantes (que são todos trazidos de Portugal ou da Pérsia e Turquia, e mantidos por prazer), devem ser postos num pau ou cabide construído para esse efeito, com uma bacia cheia de água debaixo do pé; pois sem isso são logo mortos pelas formigas, mesmo se estiverem pendurados no ar, pois elas sabem chegar lá, mesmo se fosse por um fio pendurado. Os soldados e a gente pobre, que não têm posses para comprar cofres com bacias, guardam o pão ou a comida que lhes sobra (o que acontece poucas vezes ou raramente) num pano abotoado, que penduram num prego na parede[246], fazendo à sua volta um círculo com carvão, que as formigas não conseguem ultrapassar, não podendo assim lá chegar.

Há um outro tipo de formigas, que têm quase um dedo de comprimento e são avermelhadas de cor. Estas andam nos campos e fazem grandes estragos em todas as ervas, plantas e frutas. Há quantidades impressionantes de traças e vermes que perfuram e estragam as roupas, pelo que lá não se podem ter mais roupas ou tecidos do que os necessários para o uso diário, pois caso contrário seriam logo comidos e estragados.

Dificilmente se podem guardar alguns papéis ou livros por causa dos vermes. São como bichas-cadelas[247], pelo que frequentemente estragam e destroem muitos papéis e manuscritos de importância. Há lá muitíssimos percevejos.

---

[245] Trata-se do rato almiscarado (*Sorex caerulescens*).

[246] Antigo costume indiano. O prego chama-se em sânscrito «nagadanta» (dente de elefante).

[247] Trata-se do *Lepisma niger* ou *Lepisma niveo-fasciata*.

Há ainda um outro tipo de bicharia que voa e que tem bem duas vezes o tamanho de abelhas; são chamadas *baratas*. Estas fazem também imensos estragos e encontram-se normalmente no açúcar, no mel, na manteiga, no óleo e em todos os produtos gordurosos e doçarias. Também são frequentes nas caixas, debaixo das roupas e tecidos, que estragam e mancham. Existem em grandes quantidades e são muito nocivas. Não se pode fechar coisa nenhuma, por mais bem fechada que seja, sem que elas entrem e manchem tudo o que consigam alcançar, pois sujam tudo com os seus ovos, que são pegajosos como xarope, pelo que bem podem ser consideradas uma praga, tal como as formigas.

No interior do país também há tigres, mas outros animais ferozes, tais como leões, ursos, etc., não há de todo. Porém, animais venenosos, tais como cobras, lagartos[248] e outros semelhantes, há-os em quantidades espantosas. Estes lagartos sobem pelas paredes dentro das casas por todos os lados, e frequentemente deixam-se cair no corpo das pessoas que estão nas suas camas a dormir, pelo que a maioria que tenha posses para tal usa dosséis para pendurar por cima das camas. Os camaleões, dos quais se diz que vivem do vento e do ar, também existem em grande abundância, mas não fazem mal nenhum.

Anotação de Paludanus

O camaleão, diz Plínio, é um leão pequeno do tamanho de um lagarto; o seu comprimento, da cabeça até ao início da cauda, é de sete ou oito dedos travessos, a altura do corpo de quase cinco dedos, o comprimento das pernas em si quatro dedos e meio. É todo áspero, cheio de pequenas borbulhas, com um dorso agudo. Mudam de cor conforme a condição das coisas à sua volta. Na sua maioria são pálidos ou tisnados, e têm uma pele fina e transparente, que muda facilmente para todas as cores, exceptuando o vermelho. Vira e volta os olhos para todos os lados com grande mobilidade, sem pálpebras. Entre todos os animais é o único que não usa qualquer comida ou bebida[249], sustentando-se do ar e do orvalho, etc.

Há grande abundância de saguis, que fazem grandes estragos nas palmeiras onde crescem as *nozes-de-índia* ou *cocos*. Nestas árvores andam geralmente uns bichos chamados *bichos-de-palmeiras*, que são quase iguais aos bichos ou furões com os quais se enxotam os coelhos dos seus buracos e se apanham. Têm uma cauda como a de um esquilo e um lindo pêlo pardo mosqueado. É muito agradável ter um deles, para recreação e passatempo. Os papagaios existem em grande abundância e voam em debandada em grandes multidões. Das ilhas Molucas vem para Índia, via Malaca, um género de aves chamada *nores*. São como papagaios, mas têm muitas penas vermelhas; também falam como papagaios. Valem na Índia vinte a trinta *pardaus*. São muito agradáveis de contemplar e palram muito suavemente, e coçam ou afagam as pessoas na cabeça e na barba com a língua, que limpam no chão, fazendo o mesmo com os ouvidos e dentes. Em suma, são muito agradáveis para ter em casa, porque ultrapassam em beleza e

[248] Trata-se de lagartos domésticos ou nocturnos da família dos *Geckonidae*.

[249] Uma opinião generalizada entre os autores clássicos.

nas cores das penas todas as aves e papagaios. Nunca se conseguiu levar um vivo para Portugal, embora tenham sido feitas muitas tentativas para trazê-los como presente para os reis de Portugal, que os desejavam muito. Mas morrem no caminho, porque são muito delicados e precisam de um tratamento rigoroso e de muitos cuidados.

Capítulo 46

Do elefante.

Encontram-se elefantes em muitos lugares da Índia[250], mas a maioria deles encontra-se na terra da Etiópia para além de Moçambique, entre os pretos ou *cafres*, que os costumam comer e matar, para vender os seus dentes aos portugueses. Encontram-se também por toda a Índia; em Bengala e principalmente no Pegu há muitíssimos, onde são caçados por grandes multidões de gente, com outros elefantes mansos. São cercados mil ou dois mil deles, sendo capturados uma centena ou mais, conforme se deseje ou necessite, soltando-se os outros para manter o país sempre cheio deles. Estes são depois amestrados com o tempo e através de ameaças, fome e sede, e outras invenções, até começarem a perceber a língua, sendo então untados com óleo e lavados e muito mimados e postos à vontade, pelo que ficam tão mansos e submissos como pessoas, só lhes faltando saberem falar.

Também há muitíssimos no reino de Sião, entre os quais, segundo se diz, havia um elefante branco, que é venerado pelos do Pegu, os quais lhe chamam «rei dos elefantes», tendo-o em grande respeito e consideração. Para obter este dito elefante originou-se uma grande guerra entre o Pegu e o Sião, como relatámos na descrição destes países. Também há muitos na ilha de Ceilão, os quais são considerados os melhores e mais inteligentes do mundo, porque sempre que se encontram com elefantes de outras partes, como afirmam os indianos terem verificado por experiência, todos os outros elefantes prestam honras e reverências aos de Ceilão.

A maior parte dos serviços que na Índia consistem em carregar e transportar pipas, barris, fardos ou outras mercadorias, são todos cumpridos pelos elefantes. São mantidos à custa do rei, e quem precisar deles vai falar com os seus mestres ou governadores e combina o preço. E então, o mestre senta-se em cima do pescoço do elefante e mete os pés debaixo das orelhas, com um gancho na mão, com a qual o pica na cabeça, onde se encontram os seus testículos[251], a saber, por cima e entre as orelhas, razão pela qual se consegue domá-los tão bem. E chegando-se ao fardo que têm de transportar, com o barril ou o fardo atados com uma corda, para que se possa pendurar o peso, quando o seu mestre lhe fala, o elefante pega na corda com a tromba e enrola-a nos seus dentes, pondo a extremidade na boca, e assim leva o peso pendurado para onde se quiser. Se é para pôr num barco, chega-se o barco à terra ou

[250] Grande parte do capítulo é inspirada no «Tratado do Elefante e das suas qualidades», apêndice do *Tratado* de Cristóvão da Costa.

[251] Não são propriamente os testículos, mas sim duas elevações, de onde corre um líquido no tempo do cio.

ao cais, e o próprio elefante coloca o peso lá dentro, e pega numas pedras com a sua tromba, que põe debaixo do barril, e então toca-o com os seus dentes para ver se ainda se mexe ou fica imóvel. Arrasta peças de artilharia ou outras peças de ferro ou cobre, uma vez atadas, mesmo tratando-se de um canhão pesado de ferro fundido. As *fustas* ou pequenas meias-galés ou outros grandes navios como *caravelas*, etc., arrastam-nas sozinhos da água para a praia, tão facilmente como se nada fosse. Em suma, servem em tudo como entre nós os trenós e os carros com cavalos.

Alimentam-se de arroz e água. Dormem como as vacas, os bois, os cavalos e todos os animais quadrúpedes, e curvam os joelhos e todos os membros como os outros animais. No Inverno, quando começa a chover, ficam com cio e totalmente loucos e danados, pelo que não se consegue domá-los de maneira nenhuma. Então, prendem-nos fora da cidade numa árvore grossa, com uma grande corrente de ferro nas pernas, e aí lhes dão de comer, deixando-os ao relento enquanto estão loucos, o que acontece entre Abril e Setembro, período do Inverno e das chuvas. E então voltam de novo a si e começam de novo a servir, com tanta mansidão que se pode passar de gatas debaixo da sua barriga, se não se lhes fizer mal. Mas quem lhes fizer algum mal deve ter cuidado, porque jamais se esquecem de alguém que lhes fez algum mal, até se terem vingado dele.

As suas presas, que são de marfim, são muito usadas na Índia, principalmente em Cambaia, porque do marfim fazem muitas curiosidades, como as *manilhas* que as mulheres usam, dez ou doze em cada braço, pelo que lá se gasta muito dele, e ainda chega aí em grandes quantidades da Etiópia, Moçambique e outras partes.

Na ilha de Ceilão e no Pegu, fazem a maioria das suas guerras com elefantes, atando-lhes espadas às presas. Também têm castelos de madeira no costado, onde ficam de pé cinco ou seis homens, para dali atirar com arcos ou mosquetes e também para lançar panelas-de-pólvora. Não fazem outro mal senão semear a desordem entre o povo e os inimigos, quebrando-lhes a ordem de combate. Mas se um deles se virar para trás, todos os outros o seguem, atropelando a sua própria gente e pondo tudo em alvoroço. Têm grande medo de um ratão ou rato, e também das formigas, porque receiam que rastejem para a sua tromba, e igualmente da artilharia e tiros semelhantes, a não ser que estejam habituados a isso há muito tempo.

Quando têm encontro ou relações entre si, o macho fica numa colina e a fêmea um pouco mais abaixo. Quando andam pelos caminhos, podem ser ouvidos a aproximarem-se de longe, embora não se vejam, pois o estrondo dos pés e o bater das orelhas, que se abrem e fecham continuamente, podem ser ouvidos a uma distância considerável. Se for preciso, podem andar rapidamente, quase como um cavalo. São muito presunçosos e ambiciosos.

Quando em Goa se celebra e festeja o dia do Corpo de Deus ou qualquer outro dos principais dias santos, com uma grande procissão, normalmente os elefantes participam no cortejo, os novos à frente e os velhos atrás, todos ornamentados com as armas e cruzes de Portugal por todo o corpo e cabeça, cada um com cinco ou seis corneteiros e charameleiros sentados em cima, com o que ficam tão contentes e andam com tamanha gravidade e ordem como se fossem homens.

Aconteceu uma vez em Goa que um elefante tinha de arrastar uma grande *fusta* da água para terra, a qual *fusta* era tão pesada e grande que ele não a conseguia arras-

tar sozinho; enfim, foi preciso ir buscar um outro para o ajudar, pelo que os mestres lhe disseram muitas palavras vergonhosas, ralhando-lhe por ser fraco e de poucas forças e dizendo-lhe que era uma vergonha eterna que fosse preciso ir buscar um outro para ajudar. O elefante ficou tão desesperado que rejeitou a ajuda, e sozinho começou de novo a arrastar a fusta, com tanta força e fúria, empurrando para além de todas as suas capacidades, que logo rebentou e morreu ali mesmo.

No tempo em que eu estava para começar a minha viagem de Cochim para Portugal, o leme do nosso navio avariou-se, de forma que teve de ser trazido a terra para conserto. Levaram-no até à praia do rio atrás do batel, pela água, onde um elefante o deveria puxar para terra, sobre duas tábuas, para escorregar, porque era pesado, tal como exige um leme de setecentos ou oitocentos **last**. E porque o elefante ainda era novo e não adulto, não conseguia empurrá-lo sozinho, não obstante utilizar todas as suas forças. E vendo que tal não lhe era possível, deitou-se nos joelhos dianteiros e começou de tal modo a chorar e uivar, que as lágrimas lhe escorriam dos olhos. E porque havia muitos de nós na praia a ver este espectáculo, o seu mestre começou a repreendê-lo e a ralhar-lhe com palavras ásperas, dizendo que devia ter vergonha dos circunstantes. Por fim, como não o conseguia sozinho, por mais que se esforçasse, veio um outro elefante para o ajudar. Assim, ambos empurraram o leme até metade ficar fora da água, começando este a deslizar nas tábuas. O primeiro elefante, sentindo isto, afastou o outro, seu ajudante, com as presas e a cabeça, não querendo mais ajuda, e empurrou-o sozinho. De tudo isto pode concluir-se que a sua inteligência e ambição são iguais às dos homens.

Também ficam muito gratos e lembrados de quem lhes faça algum favor. No dia de Ano Novo, os seus mestres têm por costume dar os votos de bom ano ao *vice-rei* e ao arcebispo e aos outros governadores e senhores. Então, aparecem com os elefantes à porta ou no pátio e estes inclinam-se, e se lhes dão alguma coisa, ajoelham-se com grande gratidão pelo pequeno favor feito aos seus mestres (que pensam ter sido feito a eles). Passando depois por essas casas, sempre aí inclinarão a cabeça, fazendo uma reverência às respectivas portas, assim como a fazem às portas das igrejas e às cruzes, pois assim lhes ensinaram os seus mestres.

Têm por costume ir frequentemente aos mercados onde se vendem verduras, tais como rabanetes, alface, couves, etc., e quem quer bem ao elefante, deita-lhe alguma coisa aos pés. Entre estes vendedores havia uma hortaliceira que sempre deitava algo do que tinha ao elefante. Ora, aproximando-se a altura em que o elefante fica maluco e danado, como relatámos anteriormente, uma ou meia semana antes de os prender, quando estão ainda mais ou menos bem, são levados pela cidade, pedindo-se a toda a gente que dê algo para o sustento do elefante louco durante o período do Inverno. Nestas rondas, o mestre não consegue dominar o elefante, que anda com a cabeça às voltas, e avisa as pessoas, gritando, para se afastarem, porque o animal não vê nada e atropela tudo o que lhe surge ao caminho. Disto fazem uma grande festa e palhaçada, quase igual à que em Espanha se faz com as corridas dos touros, a qual não está completa enquanto não ficarem mortas duas ou mais pessoas. Um regimento semelhante têm na Índia com o elefante louco.

Aconteceu durante esta ronda que o elefante vinha a correr pelas ruas e, na sua pressa, deu de repente no mercado, derrubando tudo o que estava por perto e à mão.

Pelo que todas as pessoas, espantadas, deixaram tudo o que tinham para vender e procuraram refúgio para salvarem a pele e não serem atropeladas pelo elefante, neste tumulto e barafunda caindo uns em cima dos outros, como se vê sempre acontecer em revoltas semelhantes. Entre toda essa gente também se encontrava a mulher que sempre bem queria ao elefante e partilhava com ele do que tinha. Esta tinha no mercado consigo, deitada numa cesta, uma criança pequena, e pela pressa e aperto do povo também tinha entrado numa casa, sem ter tempo de pegar na criança e de a levar consigo. E quando o elefante tinha a praça só para si e a punha de pernas para o ar, derrubando tudo e lançando ao ar tudo o que encontrava por perto, chegou-se à dita criança, que, como foi dito, tinha ficado para trás no local. Pelo que toda a gente, e principalmente a mãe, que chorava muito, pensou que a criança estava perdida e seria esmagada pelo elefante, que assim fazia com todas as outras coisas. Mas, bem ao contrário, em toda a sua loucura, lembrando-se e dando-se conta do favor que a mãe da criança sempre lhe tinha feito, levantou a criança muito delicadamente com a sua tromba e deitou-a muito suavemente num alpendre que estava lá perto, por cima de uma loja. Depois disto, continuou de novo as suas destruições, estragos e fúrias como antes, com grande espanto de todos os que isto viram, e principalmente para alegria e contentamento da mãe, que recebeu de volta a sua criança sã e salva.

Estes e similares casos acontecem na Índia diariamente, pelo que seria demasiado fastidioso contá-los a todos, razão pela qual apenas quis descrever estes três ou quatro, como coisa digna de guardar na memória para nos ensinar e incentivar a recompensar e lembrar com gratidão cada favor. Pois vemos claramente, nestes animais sem razão, o que nos serve como espelho, que não só se lembram deles quando estão em plena consciência, mas até, o que é mais admirável, nos tempos em que estão meio ou inteiramente privados dos seus sentidos. Os homens, pelo contrário, com toda a sua razão e os seus cinco sentidos, frequentemente se esquecem de todo, pelo que hoje em dia todos os favores (quisesse Deus que fosse melhor) são recompensados com ingratidão.

Capítulo 47

Do abada ou rinoceronte.

O *abada* ou rinoceronte encontra-se na Índia apenas em Bengala e Patane; é mais pequeno e baixo do que o elefante. Tem um corno curto no nariz, na parte de trás mais grosso e na frente mais agudo, de uma cor azul escura e esbranquiçada. Tem uma boca como um porco e a pele é franzida por todo o corpo e parece ser armada com escudos. É grande inimigo do elefante. Alguns crêem que é o verdadeiro licorne, por até agora não se ter encontrado nenhum outro, a não ser pintado ou de ouvir dizer.

Os portugueses, e também os de Bengala, afirmam que perto do rio Ganges, no reino de Bengala, há muitos destes rinocerontes, e quando querem beber, os outros animais ficam para trás e esperam até o rinoceronte ter bebido. E mergulha o seu corno na água, porque não pode beber a não ser com o corno debaixo da água, por este ficar tão perto da boca no nariz. E depois dele bebem todos os outros animais.

Os cornos são muito estimados na Índia e utilizados contra todos os venenos e peçonhas e muitas outras doenças. Do mesmo modo, os seus dentes, patas, carne, gordura e sangue, e até o seu esterco e urina, e tudo o que tem fora e dentro do corpo, é muito apreciado na Índia e utilizado contra muitos géneros de doenças e maleitas, e é bom e eficaz, como eu próprio verifiquei por experiência em vários casos. Deve entender-se também que nem todos os rinocerontes são igualmente bons, pois há uns cujos cornos são vendidos a cem, duzentos ou trezentos *pardaus* cada, e há outros, da mesma cor e tamanho, que se compram a três ou quatro *pardaus*, os quais os indianos sabem distinguir e reconhecer. Os rinocerontes que se encontram num certo local em Bengala têm um valor superior em virtude das ervas que a mesma terra dá e produz, as quais não se encontram em outros lugares. E esta estima não se aplica apenas ao corno, mas a todas as outras partes do seu corpo, como ficou dito.

Também se encontram em Malaca, Sião e Bengala alguns bodes ou cabras que andam a monte, cujos cornos são estimados como os melhores que se possam encontrar contra o veneno e todas as peçonhas. São chamadas *cabras-de-mato*, quer dizer, cabras bravas. Estes cornos são muito estimados e apreciados na Índia, sendo a sua qualidade frequentemente comprovada por experiência, como eu próprio posso testemunhar, tendo-o experimentado.

No ano de 1581, quando el-rei Filipe de Espanha se encontrava em Lisboa, foram-lhe trazidos da Índia, por presente, um rinoceronte e um elefante, os quais levou para Madrid, para a corte de Espanha. E com isto disse-se o suficiente no que toca aos animais e aves da terra, embora haja ainda muitos outros, dos quais não se têm notícias tão generalizadas, pelo que apenas falei dos que se vêem diariamente e são conhecidos, para evitar quaisquer incertezas.

Capítulo 48

Dos peixes e de vários animais marinhos da Índia.

Há muito peixe na Índia e algum bem bom e saboroso. Os melhores peixes chamam-se *mordixim*, *pâmpano* e *tainha*. Há um peixe chamado *peixe-serra*, que, tal como o salmão, é cortado em fatias redondas e salgado; é excelente e pode durar muito quando levado como vitualha para o mar. A maioria dos peixes é comida com arroz, o qual é cozido com um molho que lhe deitam por cima e que é um pouco ácido, como se fosse preparado com groselhas ou uvas verdes. É muito saboroso e chama-se *caril*. É a sua comida e sustento quotidiano, pois o arroz serve em vez de pão. Também há bom sável e linguado, e muitos outros peixes de muitas variedades.

O camarão é o melhor e maior que vi desde sempre, pois pode fazer-se um bom jantar com uma dúzia deles. Os lavagantes e caranguejos são muito bons e tão grandes que pareceria milagre se fosse contado. E o que é mais: a lua cheia é considerada nos nossos países como sinal de que todos os lavagantes e caranguejos estão fartos, bons e na sua época, enquanto aqui se passa o contrário, pois com a lua cheia estão vazios e fora da época, enquanto com a lua nova estão bons e fartos. Também têm

mexilhão e outros mariscos similares em grande variedade; há abundância de ostras, nomeadamente em Cochim e para os lados do cabo de Comorim, mas são pouco estimadas.

O peixe na Índia é muito barato, pois por uns soldos pode-se comprar tanto peixe com arroz que cinco ou seis pessoas teriam uma boa refeição à espanhola, o que é baratíssimo, comparado com a carestia do mercado em Espanha e Portugal.

Nos rios, e também no mar ao longo de toda a costa da Índia, há grande quantidade de uns peixes a que os portugueses chamam *tubarão*. Estes fazem grande mal e comem muitos pescadores de pérolas, pelo que não se ousa nadar muito nos rios, por medo deste peixe. Por essa razão, muitos costumam tomar banho nos tanques para tal construídos em terra, como ficou dito.

Encontrando-se o nosso navio no rio de Cochim para fazermos a nossa viagem de regresso a Portugal, aconteceu que, quando estávamos para colocar o leme, consertado de novo, no seu devido lugar entre as suspensões, encontrando-se o patrão com quatro ou cinco marinheiros no batel atrás do navio, e um dos marinheiros atado com uma corda ao navio, pendurado assim ao leme, com água até à cinta, para o ajudar a colocar, veio um destes tubarões e levou-lhe, numa mordidela limpa, a perna inteira até acima de metade da coxa, não obstante o patrão lhe ter acertado com um remo. E querendo o desgraçado pegar no remo com uma mão, o tubarão trincou-o pela segunda vez, levando-lhe a mão, metade do braço e uma parte da nádega, sem o patrão nem nenhum dos que estavam no batel o poderem impedir. A pobre vítima ficou assim num estado miserável, sendo levada para o hospital, aonde o deixámos com pouca esperança e desejo de vida, pois fizemo-nos à vela no dia seguinte. Estas e similares histórias com estes peixes acontecem diariamente na Índia, tanto no mar como nos rios, principalmente entre os pescadores e os pescadores de pérolas, muitos dos quais perdem a vida desta maneira.

No rio de Goa, num Inverno quando a foz do rio estava fechada como é costume, alguns pescadores apanharam um peixe de um aspecto estranho e extraordinário, que nunca fora visto na Índia, nem, segundo creio, em algum outro lugar[252]. Pela sua estranheza, foi dado como presente ao arcebispo meu amo, que desejou que eu o retratasse para ser mandado como uma curiosidade a Sua Majestade el-rei de Espanha. Era do tamanho de um cão médio e tinha uma boca como um porco, olhos pequenos, sem ouvidos, a não ser dois buracos no seu lugar. Tinha quatro pés, em tudo iguais a um elefante; uma cauda larga desde o dorso, terminando assim achatada numa ponta algo arredondada e aguda. Andava pela sala e pelo soalho da casa fungando como um porco. Tinha todo o corpo, a cabeça, a cauda e as pernas cobertas de escamas do tamanho da primeira falange de um polegar, que em dureza ultrapassavam o ferro e o aço. Batemos-lhe como quem bate numa bigorna, mas, mal se lhe tocava, enrolava-se todo, juntando a cabeça e a cauda, em suma, ficando como uma bola redonda, sem que se pudesse distinguir de alguma maneira onde ficavam as divisões ou junções, sendo impossível abri-lo de novo com instrumentos ou à força; mas deixando-o deitado sem lhe mexer, abria-se de novo por si próprio, e andava de novo de cá para lá como ficou dito.

[252] Não se trata de um peixe mas sim do pangolim (malaio «tenggiling»), um papa-formigas escamado.

E já que estou a tratar dos peixes da Índia, quero relatar aqui uma breve história verdadeira de um peixe, embora alguns a possam considerar incrível, mas a mesma está retratada no palácio do *vice-rei* da Índia e foi confirmada por testemunhas credíveis e verdadeiras, pelo que ficou notada como milagre, com os dados do navio, do capitão, do ano e do dia, encontrando-se ainda hoje muitas das testemunhas vivas, por ter acontecido recentemente. Ora, a história é que um navio vindo de Portugal, no caminho de Moçambique para a Índia, com vento e tempo bons e constantes, navegava com vento de popa tão rapidamente como as velas suportavam, fazendo catorze dias da sua derrota para a linha equinocial, tomando a altura do sol todos os dias. Mas em vez de diminuírem ou de declinarem os graus, conforme o vento e o rumo que tinham, encontravam-se, pelo contrário, todos os dias mais para trás, contra todas as razões naturais e a inteligência humana, pelo que todos ao mesmo tempo não só estranhavam mas também se espantavam, crendo e acreditando firmemente estarem enfeitiçados. Pois bem sabiam pela experiência que o curso ou a corrente das águas nestas regiões não os fazia andar para trás nem os podia parar, pelo que todos estavam muito perplexos e assustados, olhando-se uns aos outros, sem poderem imaginar a causa do sucedido. Ao fim e ao cabo, o contramestre-mor, a quem chamam sota-piloto, quando um dia estava a contemplar a água debaixo do gurupés do navio, apercebeu-se por acaso de uma cauda de peixe larga e grande, que estava dobrada contra a proa do navio, enquanto o corpo do dito peixe se encontrava por baixo da quilha, com a cabeça sob o leme, assim nadando e puxando o navio para trás contra todos os ventos e rumos do navio[253]. Pelo que logo perceberam a causa de andarem para trás. Em suma, tanto fizeram, batendo com paus e varas e outros instrumentos, que tiraram a cauda do peixe, fazendo com que o mesmo largasse o navio, depois de ter ficado debaixo dele por catorze dias, arrastando-o para trás contra todos os ventos e tempos. Por este motivo, o *vice-rei* em Goa mandou retratar a história no seu palácio, como memória perpétua, onde a li muitas vezes, com o dia e a data e o nome do navio, juntamente com o nome do capitão, do qual me não lembro, mas que tem pouca importância para o caso.

Encontram-se muitos outros peixes no mar e nos rios. No rio de Bengala, chamado Ganges, e nas proximidades de Malaca, encontram-se crocodilos e outras serpentes do mar de tamanhos indescritíveis, que frequentemente viram os pequenos barcos de pesca e outras embarcações, comendo a tripulação. Até saem da água para terra e surpreendem as pessoas, que apanham e devoram, como ali se vê acontecer diária e repetidamente. Perto de Malaca encontram-se conchas que são da feição e parecidas com as vieiras, e de um tamanho e peso tais que dois homens fortes têm uma boa carga ao levaram cada concha num pau[254]. Têm carne dentro, que é comida pelos de Malaca. Algumas destas conchas vieram como lastro no navio que veio de Malaca e que seguia na nossa companhia da ilha de Santa Helena à ilha Terceira, onde o dito navio se afundou em frente da ilha, sendo dele retiradas algumas destas conchas, que os jesuítas de Malaca tinham mandado para serem colocadas na fachada da sua igreja e convento em Lisboa, que estão a construir com uma incrível despesa.

[253] Trata-se do peixe chamado «rémora» (embora de um tamanho bastante invulgar), que fazia parte do imaginário monstruoso dos navegadores, desde os tempos dos escritores antigos como Plínio.

[254] Provavelmente o *Tridacna gigas*.

Do mesmo modo, aconteceu que uma nau chamada *S. Pedro*, navegando de Cochim, na Índia, para Portugal, encalhou nos baixos que ainda hoje são chamados pelo nome da nau, os baixos de S. Pedro. Ficam a sul-sueste de Goa, em 6 graus da banda do sul, onde naufragou a nau; mas a tripulação salvou-se toda e construíram da madeira e das peças da nau encalhada uma *caravela* pequena, com a qual voltaram todos à Índia. E durante o tempo que estiveram ocupados nisso, encontraram nos mesmos baixos caranguejos de um tal tamanho e em tamanha quantidade que foram forçados a fazer um abrigo e a protegerem-se deles com boa vigia, porque eram de um tamanho tão medonho, que quem lhes caísse nas garras era morto e devorado. Isto é verdade e aconteceu ainda recentemente, porque na nau em que eu vinha da Índia para Portugal, estavam dois marinheiros que haviam navegado na mesma nau *S. Pedro* e que deram disso testemunho verdadeiro, sendo o mesmo episódio retratado assim em muitos lugares em Goa, para perpétua memória.

Tudo isto quis contar pela estranheza das histórias e dos peixes, e é de crer que haverá ainda muitos outros peixes e monstros marinhos dos quais ainda não recebemos notícia, como diariamente revelam os que se sustentam do mar, que às vezes os encontram. Com isto disse-se o suficiente no que toca aos peixes e monstros do mar da Índia.

Capítulo 49

De todas as frutas, árvores, plantas e ervas comuns na Índia, e em primeiro lugar da fruta chamada ananás.

Anotação de Paludanus

O *ananás*, chamado «ananasa» pelos canarins, «nana» pelos brasileiros e «iaiama» pelos outros em Hispaniola[255], e «pinas» pelos espanhóis do Brasil[256], pela certa semelhança que a fruta tem com a pinha, foi primeiramente levado da província de Santa Cruz para o Brasil[257], daí para a Índia espanhola e a seguir para a Índia Oriental, onde agora cresce em abundância. É do tamanho de um limão ou de um melão vulgar, de uma cor muito bonita, do verde para o amarelo, desaparecendo o verdor no amadurecimento. Tem um sabor suave e um cheiro agradável como o albricoque, podendo pelo cheiro conhecer-se as casas onde se guardam estas frutas. Vistas de longe, estas frutas parecem alcachofras, porém não têm espinhos tão agudos. As plantas onde nascem estas frutas são do tamanho de um cardo e têm também raízes como o cardo, nelas nascendo uma só fruta, no caule central, que tem caules mais pequenos à volta, alguns dos quais também dão fruta. Tive algumas destas plantas no meu jardim, que me foram trazidas do Brasil, mas não suportaram o nosso frio. A fruta é quente e húmida, e é comida em vinho como o pêssego, e é

[255] Nome dado à ilha de Haiti, mas talvez Paludanus se estivesse a referir à América espanhola.

[256] Os portugueses, na realidade.

[257] Paludanus comete aqui um equívoco, talvez por ter interpretado mal as suas fontes. Cf. Orta «na provincia de Sancta Cruz, chamada de nós o Brasil» (col. 2).

digestiva; porém, usada em demasia provoca inflamação e febre, magoando as gengivas por causa dos pequenos fios que tem. Há grande variedade destas frutas entre os brasileiros, que pela diferença das línguas também têm nomes distintos, sendo particularmente descritas três variedades[258], das quais a primeira se chama «iaiama», que é a mais comprida e de sabor mais suave, de polpa amarela, a segunda «boniama», que é branca por dentro e de sabor muito doce, e a terceira «iaiagna», que é igualmente branca por dentro e de um sabor levemente ácido e avinhado. Estas frutas podem crescer espontaneamente, sem serem plantadas, sendo chamadas *ananases* bravos; podem também ser plantadas em hortas, como aquelas de que falámos até agora. As frutas bravas nascem em caules da altura de uma lança, são redondas e do tamanho de uma laranja, cheias de picos; as folhas também têm pontas agudas e espinhos moles a toda a volta. As frutas são comidas por poucas pessoas, embora tenham um sabor bastante suave. A planta e as raízes estão cheias de um sumo, que, se bebido com açúcar pelas sete ou oito horas da manhã, é considerado um remédio certeiro contra o calor do fígado e dos rins, contra os rins ulcerosos, a água purulenta e a escoriação do membro; os árabes recomendam igualmente o sumo contra a erisipela e chamam-lhe «queura». Quem quiser saber mais, leia Costa[259], nos capítulos próprios sobre o ananás, e Oviedo[260], no capítulo 18 do livro 8, e Thevet[261], no capítulo 46 da sua descrição da América. O ananás conservado em açúcar tem o tamanho do pepino; desfrutei de muitos.

O *ananás* é decerto uma das melhores e mais saborosas frutas de toda a Índia. Não é originário da Índia mas estrangeiro, porque foi para lá levado pela primeira vez do Brasil, pelos portugueses, pelo que no início foram vendidos como uma novidade, a um *pardau* e mais cada um. Mas agora são tão cultivados que por todos os lados tudo está cheio deles, sendo sempre muito baratos. Ficam maduros no período da Quaresma, altura em que são melhores e mais saborosos. São do tamanho de um melão, com a feição de uma cabeça de roca, por fora como uma pinha, mas suficientemente mole para se cortar, de cor avermelhada e esverdeada. Crescem por cima da terra, a uma altura de meia braça, pouco mais ou menos. As folhas desta fruta são quase iguais às da erva chamada aloés ou *semper viva*, por estar sempre verde, que é trazida de Espanha, razão pela qual são penduradas nas traves dentro das casas, mas são um pouco mais estreitas e algo afiadas nas bordas, como se fossem talhadas. Para comê-los são descascados e cortados em fatias, ou como se quiser. Têm por dentro algumas pequenas pevides, tal como de maçãs ou pêras. O seu interior tem a cor de um pêssego maduro cortado, tendo também um sabor idêntico, mas são mais deliciosos do que qualquer outra fruta. O seu sumo é como mosto doce e uma pessoa nunca se farta de os comer. Tem uma natureza muito quente, pois caso se deixasse nele uma faca espetada por meia hora, estaria meia comida quando se tirasse. Contudo,

[258] A fonte de Paludanus é a *Historia General de las Indias* de Gonzalo Fernández de Oviedo, incluída por Ramusio no terceiro volume das *Navigationi et Viaggi* (Veneza, 1556).

[259] Paludanus deve referir-se à tradução latina de Clusius do *Tratado das Drogas* de Cristóvão da Costa, originalmente publicado em Burgos, em 1578.

[260] A *Historia General de las Indias* de Oviedo foi impressa em Sevilha, 1535, mas Paludanus recorreu à edição ramusiana.

[261] Referência a *Les Singularitéz de la France Antarctique* (Paris, 1557-1558) de André Thevet.

não faz qualquer mal, a não ser que se coma tanto que se fique mal disposto, como há muitas pessoas desordenadas que de tudo usam sem medida. No entanto, é interdito aos doentes. O modo geral de preparação dos *ananases* para comer é cortá-los em fatias redondas, depois de descascados, e regá-los então com vinho. Têm um paladar muito bom.

Capítulo 50

Da jaca.

Anotação de Paludanus

Em Calecute e em alguns outros lugares da Índia, perto do mar e das águas, cresce uma certa fruta, chamada em malaiala «iaca», em canarês e guzerate «panas» e «panasa», em árabe «panax»[262] e em persa «fanax». Esta fruta cresce em grandes árvores, porém não nos ramos, como outras frutas, mas do caule ou tronco, acima da terra, debaixo das folhas, que são do tamanho de uma mão, esverdeadas, com um nervo grosso e duro ao comprido. As mais pequenas destas frutas, nomeadamente aquelas que crescem no Malabar, que são as melhores, são maiores do que as nossas maiores cabaças ou abóboras (quer dizer, de Portugal). Por fora estão cobertas com uma pele muito dura, de cor verde, e de resto são muito parecidas com a pinha, com a particularidade de a pele parecer estar cheia de pontas de diamante, que têm espinhos curtos e verdes, terminados em pontas pretas, que no entanto não são agudos nem picam, embora assim pareçam. Ora, estas frutas são como melões e por vezes maiores, verdes por fora, amarelas por dentro, cobertas de muitos picos ou espinhos moles, tal como um ouriço-cacheiro. Aquelas que crescem em Goa não são tão boas nem tão saborosas como as do Malabar. Esta fruta, quando madura, o que acontece normalmente em Dezembro, tem um cheiro muito suave, e existe em duas variedades: as melhores chamam-se «barca», e as outras «papa»; mas estas últimas não são tão boas e são mais moles ao toque do que as primeiras. As melhores custam cerca de 40 *maravedis*, o que é pouco mais do que um real. Amadurecendo, ficam com uma cor preta e uma pele dura. A parte exterior, que envolve a noz, tem vários sabores; às vezes sabe como o melão, às vezes como o pêssego ou mais suave, tendo maior semelhança com este sabor, às vezes sabe como um favo, às vezes como um limão suave, mas são indigestas, saindo normalmente por digerir, tal como foram comidas. Estas frutas, cortadas ao comprido e abertas, são brancas por dentro e separadas da polpa por várias câmaras cheias de bagos compridos, mais grossos e maiores do que as nossas tâmaras, cobertos de uma pele fina e parda, e com um caroço branco como as nossas castanhas. Estes caroços, comidos ainda verdes, têm um sabor terroso e áspero, provocando muitos gases; mas assados ou cozidos, como as nossas castanhas, são muito saborosos e provocam a luxúria, para o que são comidos mais frequentemente; também estancam a diarreia. A polpa que está por fora pesa muito no estômago, provocando humores maus e venenosos quando lá se corrompe, pelo que quem come muitas destas frutas facilmente apanha a doença pestilenta a que os

[262] Leia-se talvez «phanax», pois «panax» em árabe é impossível, visto a língua não ter a letra «p».

indianos chamam *morxi*[263]. Quem quiser saber mais sobre isto, leia Ludovicum Romanum[264], no 15.º capítulo do 5.º livro da sua navegação, e Cristóvão da Costa[265], no capítulo da *jaca*, e Garcia de Orta[266], no 4.º capítulo do 2.º livro.

As *jacas* crescem em árvores grandes como nogueiras, mas apenas à beira-mar, a saber, nas regiões litorais. Nascem totalmente ao contrário das outras frutas, pois crescem directamente acima da terra, no tronco da árvore e nos nós dos ramos grossos; mas onde os ramos se dividem e se tornam finos e cheios de folhas, não nasce nenhuma. São do tamanho de um melão grande e quase da mesma feição, mas há algumas tão grandes que dificilmente se conseguem levantar. São por fora parecidas com o *ananás*, mas mais lisas e de cor verde escura. A fruta por dentro está cheia de bagos semelhantes às castanhas, mas com um aspecto diferente, cada bago contendo uma fruta, que é metade branca e a restante amarelada, a qual se cola às mãos quase como o mel que ainda está nas colmeias junto da cera, sendo pouco diferente desta na dureza e na doçura do sabor. Esta fruta é a parte que envolve a castanha, a qual é quase da feição de uma bolota, quando tirada a coroa verde, e também do mesmo tamanho, embora algumas sejam maiores. Uma vez comida a fruta que as envolve, as castanhas são boas para assar ou cozer, tendo um sabor pouco diferente das da Europa. Destes bagos há por vezes cem ou mais em cada *jaca*, dependendo do tamanho da fruta. Existem duas variedades, as melhores chamam-se *giraçal* e as mais vulgares e menos estimadas chamam-se *chambaçal*, porém, na sua forma e no aspecto das árvores não há qualquer diferença, tendo as *giraçais* apenas um sabor mais suave. Os indianos distinguem com os mesmos nomes de *giraçal* e *chambaçal* o arroz e outras coisas; chamando-se sempre o melhor *giraçal* e o que é menos bom *chambaçal*, daí dependendo o seu respectivo preço. Há *jacas* durante o ano inteiro.

Capítulo 51

Da manga.

Anotação de Paludanus[267]

As *mangas* crescem em árvores grandes como as árvores da jaca, tendo muitos ramos, e são do tamanho de um ovo de ganso, pesando em alguns lugares da Índia duas libras ou mais. Frequentemente têm na mesma árvore cores diferentes, pois algumas são verde-pálidas, outras amarelas, outras verde-avermelhadas. São agradáveis de sabor e cheiro, e quando bem maduras são mais saborosas do que os melhores pêssegos. No que diz respeito ao nome, são chamadas vulgarmente *mangas*, em canarês «ambo», e entre os turcos

[263] I.e., mordexim, ver Cap. 34.

[264] Ludovico di Varthema, *Itinerario* (Roma, 1510).

[265] A versão latina da obra de Cristóvão da Costa.

[266] A versão latina de Clusius dos *Colóquios* de Garcia de Orta (col. 28), que parece ser a fonte principal deste capítulo.

[267] Em grande parte baseada em Orta, col. 34.

e persas «amba». Encontram-se nas árvores de Abril a Novembro, dependendo da condição e situação do lugar. Crescem em muitas províncias, encontrando-se as melhores em Ormuz, onde são mais procuradas do que todas as outras frutas. A estas seguem-se as que crescem no Guzerate, que pela sua qualidade são chamadas «guzerates»; embora mais pequenas do que as outras, são mais saborosas e têm um cheiro mais suave, com um pequeno caroço no interior. Em terceiro lugar vêm as que crescem em Balagate, que são as maiores, pois foram lá vistas umas que pesavam duas libras e um quarto. Igualmente saborosas são as que crescem em Chakan, Chandor, Ahmadnagar e Daulatabad, as principais cidades do rei Nizamoxá, assim como as de Bengala, Pegu e Malaca.

Tirada a casca desta fruta, é comida em fatias, com ou sem vinho, tal como comemos os pêssegos nos nossos países. São também conservadas para se manterem melhor, seja em açúcar, seja em vinagre, azeite e sal, como as azeitonas em Espanha, sendo ligeiramente abertas com uma faca e depois recheadas com gengibre verde, alho, mostarda ou coisas similares. Por vezes são comidas salgadas e por vezes cozidas com arroz, como se faz com as azeitonas nos nossos países, e assim conservadas e cozidas são levadas ao mercado. Esta fruta é fria e húmida, embora o homem comum a ache quente e diga que provoca dores e apertos no estômago a quem a come. E o que é mais, também os médicos gentios dizem que esta fruta é quente e menosprezam-na porque provoca febres coléricas, erisipelas, febres quentes e borbulhas com sarna, o que julgo acontecer àquelas pessoas em cujos estômagos a fruta se decompõe, por causa do tempo excessivamente quente em que é comida; pois na época destas frutas, muitas outras pessoas sofrem das ditas doenças, embora não as tenham comido.

Esta fruta, antes de estar madura, tem um sabor acidulado, especialmente a parte interior, que fica perto do caroço; mas uma vez madura, é muito suave e saborosa. O caroço interior tem uma casca dura, com fibras duras à sua volta; lá dentro encontra-se uma noz comprida do tamanho de uma bolota, branca por dentro e coberta por fora de uma pele fina igualmente branca, que em crua tem um sabor amargo, pelo que é boa contra lombrigas e diarreia; contra as lombrigas as nozes são comidas cruas, contra a diarreia são assadas, sabendo então a bolotas assadas. Também se encontra uma outra variedade destas frutas, sem caroço, que tem um belo aspecto. Ainda há uma terceira variedade, que é brava, a que chamam *manga brava*, que é uma peçonha forte, com a qual se envenenam uns aos outros, pois quem come um pouco dela, morre logo. Por vezes misturam azeite com esta fruta para aumentar a sua força, e então, tomada seja como for, mata muito rapidamente. Até agora não se encontrou um antídoto para curar esta peçonha. Esta fruta é verde-clara e um pouco reluzente, cheia de um sumo leitoso e branco, tendo pouca polpa, enquanto que o caroço frequentemente está coberto de uma casca dura. Tem o tamanho de um marmelo.

As *mangas* crescem em árvores como as jaqueiras; são do tamanho de um pêssego grande, mas um pouco mais compridas, e também um pouco curvadas. Têm uma cor verde, com cambiantes de amarelo e às vezes de vermelho. Têm por dentro um caroço, maior do que o caroço de um pêssego, mas não comestível. Por dentro a *manga* é amarelada, e quando se corta é fibrosa; mas há algumas que são mais lisas. Têm um sabor muito suave, melhor do que o dos pêssegos. São, juntamente com o *ananás*, as melhores e mais proveitosas frutas da Índia, pois dão muito alimento e

substância, tal como as azeitonas em Portugal e Espanha. São também apanhadas ainda verdes e postas em conserva, e na sua maioria salgadas em potes. Comem-se vulgarmente com arroz, o qual é cozido apenas em água, para que os grãos fiquem inteiros, sendo de seguida comido com estas *mangas* salgadas. Este é o prato diário dos escravos e também do homem comum, ou então peixe seco e salgado em vez de *mangas*, sem pão, pois o arroz é usado em vez de pão. Estas *mangas* salgadas, quando abertas com uma faca, têm a mesma cor que as azeitonas brancas espanholas, e quase o mesmo sabor, mas são algo mais azedas e não tão amargas, com uma ligeira acidez. Há tanta abundância delas que é espantoso. Há outras que são igualmente salgadas e recheadas com pedaços de gengibre verde e alho cozido; estas são chamadas *mangas recheadas* ou em *achar*. Também são muito usadas, mas não tão vulgarmente como as outras, por serem caras e mais estimadas. Estas são guardadas em potes, salgadas com óleo e vinagre. A época em que as *mangas* estão maduras começa na Quaresma e dura até ao mês de Agosto.

Capítulo 52

Do caju.

Anotação de Paludanus

Estas frutas nascem em árvores grandes que não são muito diferentes das macieiras (embora as árvores novas tenham folhas como as do loureiro). São um pouco verde-pálidas e grossas, com uma flor branca como a das laranjeiras, mas com mais pétalas e não tão bem cheirosa. As frutas têm a forma e o tamanho de um ovo de ganso ou de uma maçã grande; são muito amarelas e têm um cheiro agradável. Por dentro são esponjosas e cheias de sumo, tal como limões, mas sem pevides e de um sabor doce, embora um pouco ácido na garganta. Parecem não ter sido vulgares na Índia Oriental, mas terem antes sido trazidas do Brasil, onde as nozes são muito comidas, embora Thevet escreva diferentemente no capítulo 61 da sua descrição da América. Na extremidade desta fruta cresce uma noz que tem a forma de um rim de lebre, das quais tenho muitas em casa, trazidas por um piloto português; são de cor cinzenta e por vezes cor-de-rosa acinzentada. Estas nozes têm dois ouriços, entre os quais há uma substância gordurosa e esponjosa como óleo, picante e ácida. Mas por dentro têm uma medula branca, suave e própria para comer, como pistácio, coberta de uma película parda que se remove. Estas nozes comem-se levemente torradas, pois assim são muito agradáveis, provocando a luxúria. Tanto a fruta como as nozes são servidas antes de um banquete, e as frutas são comidas com ou sem vinho, porque além de terem um bom sabor, também se revelaram úteis no caso de fraqueza de estômago, vómitos e falta de apetite; outros, que as não queiram usar para esse fim, comem-nas depois de serem postas de molho em água durante algum tempo.

O óleo ácido entre os dois ouriços é muito bom para curar erupções e impigens. Os brasileiros usam-no contra a sarna. Estas árvores reproduzem-se através das nozes, não tendo a árvore nem a fruta madura semente nem pevide. Há alguns que pensam que seja

uma espécie de anacardo, pela semelhança do sumo ácido entre os dois ouriços. Leia-se sobre isto mais amplamente na observação de Carlos Clusius, em Garcia, no capítulo 3.° do livro 1.°[268].

Os *cajus* crescem em árvores como macieiras; são do tamanho de uma pêra, na extremidade algo agudos, no começo mais grossos. Têm uma cor amarelada, ficando moles quando amadurecem. Crescem ao contrário das maçãs, pois onde estas têm o pedúnculo, os *cajus* têm uma castanha do tamanho da primeira falange de um polegar. Têm uma cor e feição diferente das castanhas da *jaca*, sendo igualmente melhores e mais saborosos para comer, quando são torradas. Por dentro são brancos como as castanhas da Europa, mas têm cascas ou ouriços grossos, que têm uma cor azulada ou verde-escura. Quando estão crus ou por torrar, não podem ser abertos com a boca, pois se os tocarmos com os lábios ou a língua morderão logo a pele e farão doer muito, pelo que muitos que não o sabiam foram enganados. Por isso, devem ser abertos com uma faca ou torrados para deles se tirar proveito. A fruta, a saber, o *caju*, é igual ao que seria a primeira parte de uma maçã, onde fica o pedúnculo, no qual nasce. Quando comido, pica muito na garganta ao engolir, sendo o seu sabor levemente ácido, pois é muito húmido e sumarento. Costuma-se cortá-los em fatias redondas e pô-los num prato com água ou vinho, e a seguir esfregá-los com sal, já que assim não picam tanto e são muito bons e agradáveis para comer. Amadurecem na Quaresma e no Inverno, como as *mangas*. Mas não são tão bons como a *manga* e o *ananás*, e também são muito menos estimados. Há grande abundância deles por toda a Índia.

Capítulo 53

Do jambo.

Anotação de Paludanus[269]

Na Índia há ainda uma outra fruta que pela sua beleza e pela suavidade do seu sabor e cheiro, e pelo seu poder medicinal, merece ser descrita. É também muito estimada entre os indianos e foi trazida de Malaca para a Índia[270].

As árvores onde nascem estas frutas são tão grandes como as maiores laranjeiras espanholas, com muitos ramos estendidos à largura, fazendo muita sombra e sendo agradáveis de contemplar. O tronco e os ramos são grossos e têm uma casca cinzenta e parda. As folhas são bonitas e moles, mais compridas do que a largura de uma mão, e têm alguma semelhança com a ponta de ferro de uma lança, com um nervo grosso ao com-

[268] Referência à edição latina dos *Colóquios* de Orta. Paludanus parece basear-se nas anotações de Clusius, pois Orta não descreve a fruta.

[269] Baseia-se em Orta, col. 28.

[270] Equívoco de Orta, copiado por Paludanus. Isto só é verdade no caso de uma variedade especial, a *Eugenia malacensis*.

prido e muitas nervuras, sendo muito verdes por fora e por dentro mais pálidas. As flores são entre o vermelho e o púrpura, de cores muito vivas, e com muitas fibras no meio, igualmente muito bonitas de contemplar e com um sabor parecido com o das gavinhas da vinha. A fruta é do tamanho de uma pêra ou, segundo a opinião de alguns, do tamanho e cor de um grande bugalho espanhol que recebeu o nome do rei[271]. Destas frutas há duas variedades, umas que são vermelho-escuras, parecendo pretas, e que na maior parte das vezes não têm caroço e são mais saborosas do que as outras, as quais são vermelho-pálidas ou de uma cor púrpura-pálida, com um suave cheiro a rosas, tendo por dentro um pequeno caroço branco e duro, não muito redondo, do tamanho de um caroço de pêssego, branco, coberto de uma película áspera. Embora estas não sejam tão grandes como as primeiras, são contudo dignas da boca dos gulosos. Ambas cheiram como rosas suaves, são frias e húmidas, e totalmente moles, cobertas de uma película fina que não se consegue tirar com uma faca. A árvore dos *jambos* enraíza-se muito profundamente e frutifica no quarto ano, dando fruta muitas vezes por ano, pois nunca é vista sem frutas ou flores, já que vulgarmente se encontra o mesmo ramo cheio de flores e de frutas verdes e maduras, diferindo da natureza de todas as outras árvores. E caindo as flores diariamente (pelo que a terra parece pintada de tinta vermelha), outras nascem de novo, e enquanto há algumas frutas que começam a crescer, há outras que amadurecem, e ainda outras bastante maduras para serem apanhadas. Sacudindo a árvore, as frutas maduras caem facilmente, e os ramos, quando são puxados para baixo para se apanharem as frutas, rasgam-se facilmente. Comem-se estas frutas antes dos outros pratos, quando se vai para a mesa, e durante o dia. Os malabares e *canarins* chamam a estas frutas «iamboli», os portugueses que lá residem *jambos*, os árabes «tupha Indi», os turcos «alma»; à árvore chamam os portugueses *jambeiro*. A flor e a fruta são conservadas em açúcar, usando-se esta conserva para matar a sede no caso de febres coléricas.

As árvores onde nascem os *jambos* são do tamanho e quase iguais às ameixieiras. É uma fruta excelente e muito agradável de contemplar, do tamanho de uma maçã. Tem uma cor vermelha e esbranquiçada, tão clara e bonita que parece pintada ou feita de cera. Têm um sabor muito suave e cheiram a água de rosas. Por dentro são brancos e, ao comer, são húmidos ou aquosos. É uma fruta deliciosa, tanto na beleza do aspecto como na suavidade do sabor e do aroma. É uma fruta que não se proíbe aos doentes, como se faz com todas as outras, mas dão-lha livremente quando lhes apetecer, porque não pode fazer mal. As flores também são muito bonitas e têm um cheiro agradável; são vermelhas e esbranquiçadas. Estas árvores dão fruta três ou quatro vezes por ano, e, o que é de admirar, têm geralmente de um lado ou metade da árvore *jambos* maduros e as folhas caídas, e do outro lado ou metade têm as folhas todas e começam a florir. E se este lado ficar com fruta e as folhas caírem, começa o outro lado de novo a florir e a dar folhas, o que se repete ao longo do ano. Têm por dentro um caroço do tamanho e quase da mesma feição da fruta do cipreste.

[271] Bugalho é em latin «*juglans regia*», de onde talvez venha o enigmático «que recebeu o nome do rei».

Capítulo 54

De outras frutas da Índia.

Há lá uma fruta chamada *jangomas*[272], que cresce em árvores como ameixieiras; são do tamanho de ameixas pequenas e redondas, de cor vermelha-escura, e por dentro não têm caroço, a não ser algumas pequenas pevides; o sabor é quase igual ao das ameixas; existem em grande quantidade, mas são pouco estimadas.

Anotação de Paludanus

A fruta *jangomas* cresce em árvores semelhantes às nossas ameixieiras, tanto em tamanho e feição como nas folhas e flores brancas, diferindo apenas destas árvores por estarem cheias de espinhos. Muitas crescem espontaneamente e também em hortas em Baçaim, Chaul e Baticalá. As frutas são como sorvas, redondas e pequenas; são adstringentes como ameixas verdes, e por dentro não têm caroços, mas algumas pequenas sementes, que, começando a abrir-se, parecem pistácios. As frutas já maduras devem primeiramente ser apertadas e amolecidas com os dedos antes de poderem ser comidas; mesmo assim não perdem a sua adstringência, pelo que são consideradas boas para obstipar, embora sejam pouco estimadas pelos indianos. Diz-se que esta fruta, comida por uma certa ave e de novo largada, semeada com o esterco da ave, nasce e dá fruto mais depressa.

Há também outra fruta chamada *carambola*[273]; é octogonal, do tamanho de uma maçã pequena, e quando comida é azeda como ameixas verdes; utilizam-na a maior parte das vezes para fazer conservas.

Anotação de Paludanus

A fruta a que os malabares e portugueses chamam *carambola*, em decani é chamada «camariz», em canarês «camariz» e «carabeli», em malaio «balimba», e em persa «chamaroch». Cresce em árvores como marmeleiros. Tem as folhas um pouco maiores e mais compridas do que as nossas macieiras, sendo muito verdes e de um gosto amargo, com pequenas flores, compostas de cinco pétalas, de cor branca avermelhada, sem cheiro especial, mas agradáveis de contemplar e com sabor azedo. A fruta é como um grande cornizolo bravo, sobre o comprido, amarela e como que dividida em quatro partes iguais, por ranhuras algo profundas que enfeitam as frutas. Tem no meio algumas sementes pequenas, que são boas para comer pela sua acidez. Esta fruta é conservada em açúcar e frequentemente utilizada na medicina e na alimentação. As maduras são dadas no caso de febres coléricas, em vez do xarope de vinagre que usamos entre nós. Os canarins usam o sumo, misturado com outras coisas medicinais que lá crescem, para fazer um colírio para tirar manchas dos olhos. Costa escreve que conheceu uma parteira na Índia que usava esta

[272] Informação baseada em Orta, col. 28.
[273] Informação baseada em Orta, col. 12.

fruta, seca e esmagada em pó, com folhas de bétele, para expulsar a placenta e o feto morto. Estas frutas são também conservadas em salmoura, por terem um sabor agradável e estimularem o apetite.

Há ainda outras frutas, tais como *brindões*, durindois[274], *jambolões*, *mangostães* e outras frutas similares, mas por serem pouco estimadas, não me parece necessário tratar delas particularmente, a não ser destas duas.

Anotação de Paludanus

Brindões[275]

Também se encontram na Índia Oriental umas frutas chamadas *brindões*, que por fora são avermelhadas e por dentro de um vermelho sanguíneo, muito azedas de sabor. Também se encontram umas que são tisnadas por fora, por estarem mais maduras, e que não são tão azedas como as primeiras, embora sejam igualmente vermelhas por dentro.

Muitos indianos gostam desta fruta, mas pela sua acidez não é tão agradável. São usadas para tingir. As cascas destas frutas são guardadas e levadas por mar para fazer vinagre, o que alguns portugueses também fazem.

Anotação de Paludanus

Das frutas chamadas jambolões[276]

As árvores que dão estas frutas têm uma casca como o lentisco e uma forma semelhante à murta, mas as folhas são como as do medronheiro. Crescem espontaneamente no campo. As frutas são como grandes azeitonas maduras de Córdova, muito azedas e apertando a garganta. São pouco utilizadas pelos médicos, sendo antes conservadas em salmoura e comidas com arroz cozido, por estimularem o apetite. Porém, esta fruta, tal como a *jaca*, não é contada pelos indianos entre as frutas sadias.

Também foi para lá uma fruta da Índia espanhola, trazida pela via das Filipinas ou Luções para Malaca, e de lá para a Índia, que se chama *papaia*[277]. Tem quase a feição de um melão, do tamanho de um punho. Não cresce a não ser com duas árvores juntas uma da outra, a saber, macho e fêmea, e a árvore macho não dá fruto, mas apenas a árvore fêmea, e se ficarem separadas uma da outra não dão fruto de todo. É uma árvore da altura de um homem, com folhas grandes. Esta fruta era inicialmente muito estimada pela sua estranheza, mas agora já não se faz caso dela.

Na Índia também têm algumas figueiras de Portugal, mas não dão fruta nenhuma que fique madura. Laranjas, limões, limas e *cidrões* e *cidras*, e frutas semelhantes, exis-

[274] Fruta desconhecida. Talvez uma repetição errada e desnecessária da palavra anterior «brindoijns» (ortografia de «brindões» no original).

[275] Anotação baseada em Orta, col. 10.

[276] Anotação baseada em Orta, col. 28.

[277] A palavra e a fruta são provenientes das Antilhas.

tem em grande abundância por toda a Índia, e ultrapassam em muito as de Espanha em qualidade e sabor. Uvas não há de todo, a não ser nas paredes de algumas casas, como na Holanda. Não obstante, no Natal e na Quaresma vêm para Goa uvas da terra firme e do Balagate. São trazidas pelos *decanins* e outros indianos, mas não são tão boas como em Espanha, e são pouco procuradas, sendo por isso mais baratas do que as outras frutas.

Na Índia encontram-se igualmente muitos melões, mas não tão bons como em Espanha, pois são vulgarmente comidos com açúcar, para terem deles alguma doçura. Mas há uma outra espécie parecida com os melões, que são chamadas *patecas*[278] ou angúrias ou *melão-da-índia*; por fora são verde-escuras e por dentro brancas, com pevides pretas. São muito aquosas, mas duras ao trincar, e tão húmidas que ao comê-las uma pessoa fica logo com a boca cheia de água, e muito doces. São extremamente frias e refrescam muito, pelo que são frequentemente comidas depois do meio-dia, para refrescar.

Pepinos e rabanetes há muitos e em grande abundância, e couves, mas não tão boas como na Europa, por a couve nunca atingir a maturidade ainda fechada, mas apenas com as folhas abertas. Também há algumas alfaces, mas poucas. Todo o género de ervas, a saber, das que no nosso país se fazem verduras, escasseiam por completo, e também rareiam ervas cheirosas e flores, tais como rosas, lírios, rosmaninho e tais géneros de flores e plantas, com excepção de algumas rosas e rosmaninho pouco aromáticos. Os campos nunca têm flores, mas apenas relva, a saber, no Inverno, quando chove, pois no Verão está tudo queimado pelo calor do sol. Há apenas algumas flores de árvores, que duram o ano inteiro, nomeadamente a *fula*[279]. Estas cheiram muito bem, e as mulheres costumam deitá-las entre os tecidos e roupas para lhes dar um aroma agradável. Também fazem delas colares, que usam em volta do pescoço e deitam nas camas, pois são grandes amigas de coisas aromáticas. Outros géneros de flores e ervas bem cheirosas, que na Europa se encontram em mil variedades e maneiras, escasseiam na Índia, ficando as pessoas desejosas e admiradas quando lhes falam das ervas e flores aromáticas dos nossos países.

Nos desenhos[280] que se seguem pode ver-se a feição e imagem destas frutas, a saber, da *jaca*, *ananás*, *manga*, *caju* e *jambo*, que são as cinco principais e mais estimadas frutas da Índia, pois as outras são menos estimadas; e igualmente do gengibre e do modo como cresce, do qual faremos menção num outro lugar, entre as especiarias e drogas da Índia, as quais todas são retratadas do natural, embora as folhas não estejam fielmente desenhadas, com as suas veias e nervuras tal como são na verdade, como as retratam os médicos e herboristas; pois quis apenas mostrar a forma e maneira de crescer das frutas, tal como as vi e comi.

---

[278] Nome antigo da melancia.

[279] É difícil determinar a que espécie se refere o autor; trata-se provavelmente da mogarim, *Jasminum sambac*.

[280] Ver gravura n.º 29.

Capítulo 55

Dos figos-da-índia.

Os *figos-da-índia*[281] existem em grande quantidade e variedade, uns melhores do que os outros, e alguns pequenos e outros grandes, uns finos, outros grossos, etc., mas de modo geral são todos da mesma feição e cor, pouco mais ou menos, e a árvore da mesma forma. Esta é da altura de um homem e tem umas folhas do comprimento de uma braça e da largura de três palmos que os turcos usam em vez de papel pardo para fazer embrulhos. A árvore não tem madeira, de forma que é mais uma planta de cana do que uma árvore. O tronco, visto de perto, parece todo coberto de cabelos por fora (tal como o interior de uma peneira quando começa a envelhecer), embora um pouco mais grossos, que são o córtice ou a casca. Mas por dentro, para cima, é feito das próprias folhas, que estão enroladas e fechadas. À meia altura de um homem e um pouco mais acima, as folhas abrem e afastam-se perpendicularmente, e quando as do interior saem mais com o tempo, sempre do centro, as de fora começam a secar e a cair, até a árvore estar completamente desenvolvida e a fruta chegar à maturidade. O tronco pode ter um palmo de largura, no máximo. As folhas são divididas ao meio por uma veia muito grossa e grande. À medida que se desenvolve, surge no meio das folhas, no centro do tronco, uma flor do tamanho de um ovo de avestruz, de cor arroxeada, que com o tempo cresce oblongamente e se transforma num ramo comprido, que não é de madeira, mas antes semelhante a um tronco de couve, e fica cheio de figos, muito perto uns dos outros. No início, quando ainda estão nas cascas, são da feição de favas grandes, mas a seguir ficam de um comprimento de meio palmo e de uma largura de três ou quatro polegadas, e grossos como pepinos. Este ramo tem sempre perto de duzentos figos, pouco mais ou menos, que crescem tão perto uns dos outros como uvas. Há cachos de um tamanho tal que dois homens têm de carregá-los numa vara. São cortados meio maduros, a saber, quando estão ainda metade amarelos e metade verdes, e são pendurados assim num cacho inteiro numa trave dentro de casa, assim amadurecendo e ficando completamente amarelos dentro de quatro ou cinco dias.

A árvore ou planta só produz um cacho de figos de cada vez, sendo depois cortada pela base, deixando-se apenas a raiz, que em seguida cresce de novo da maneira acima referida. E dentro de um mês já tem de novo toda a folhagem e os figos, qualquer que seja a época do ano. Existem por todo o lado em tanta abundância e são tão vulgares em todos os lugares da Índia, que até parece milagre, sendo o alimento e sustento principal da terra. Têm um sabor excelente; são comidos descascados, tendo alguns as cascas como as das favas e outros algo mais finas; mas são mais moles, de cor esbranquiçada por dentro, e moles ao trincar, como se fossem de farinha e manteiga misturadas; são sumamente doces, com um sabor muito bom e delicioso. Podem substituir os lacticínios e o pão, e, se for necessário, uma pessoa pode sustentar-se muito bem com eles, sem precisar de nenhum outro alimento, como muitos se sustentam na Índia, onde são a refeição ligeira mais comum.

[281] Nos dois últimos parágrafos, Linschoten baseia-se em Orta, col. 22.

Os mais numerosos e vulgares são pelos portugueses chamados *figos de horta*; estes são um pouco grossos. Há outros, que são mais pequenos e lisos por fora, chamados *cenorins*, que estão entre as melhores variedades; têm um cheiro muito suave e um sabor excelente. Há uma outra variedade, chamada *cadolins*, que também é muito estimada; mas os melhores de todos chamam-se *chincapalões*, a maior parte dos quais são da terra do Malabar; estes raramente são amarelos, ficam mais frequentemente verdes por fora, são finos e compridos, e têm um cheiro extremamente suave, como se estivessem cheios de água de rosas. Existem muitas outras variedades, nomeadamente uns que são muito grandes, com bem um palmo de comprimento e uma grossura em conformidade, dos quais há muitíssimos em Cananor, na costa do Malabar, pelo que são chamados *figos de Cananor* pelos portugueses. E pela sua enorme abundância são lá secos, depois de tirada a casca, sendo assim levados para toda a Índia como mercadoria. Estes, quando maduros, são mais frequentemente assados, pois raramente são comidos crus, como os outros; são um pouco mais difíceis de engolir e por dentro são de cor vermelha; uma vez assados, são descascados como os outros, cortados em fatias e regados com vinho e canela pisada; são muito bons para comer e sabem melhor do que marmelos assados. Como todos os outros, também são comidos cortados ao meio e fritos em açúcar, o que é um prato delicioso e também muito comum na Índia. Em suma, é uma das frutas melhores e mais substanciais de toda a Índia e o principal sustento do povo comum.

Existem em todos os lugares da Índia e do Oriente, assim como em Moçambique, Ormuz, na costa de Abex, Malabar, Malaca, Bengala, etc. Os *guzerates*, *decanins*, *canarins* e *bengalis* chamam-lhes «quellí», os malabares «palam» e os malaios de Malaca «piçam». Também se encontram na Arábia, onde lhes chamam «musa». Há-os igualmente em Jerusalém, Damasco e Cairo, como me informaram pessoas de crédito, oriundas destes lugares, que têm os seus negócios diários na Índia. E algumas crêem e acreditam que esta foi a fruta pela qual pecou Adão; mas eu antes acreditaria que fosse o cacho de figos a respeito do qual se lê no Velho Testamento, nos livros de Moisés[282], que os espiões dos filhos de Israel trouxeram da Terra Prometida, numa verga suportada por dois homens, e que foram tomados por uvas. Isto veio-me frequentemente à memória quando via muitos destes trazidos da mesma maneira como presente à casa do meu amo; pois na feição assemelhem-se a um cacho de uvas. Mas não quero sobre tal emitir juízo, deixando isso a outros com mais experiência.

Anotação de Paludanus[283]

Os *figos-da-índia* são chamados «moris» pelos árabes, e não «musa» ou «amusa»[284], e a árvore «daracht moris»[285]; pelos brasileiros «pacona», e a árvore «paquouer»; por Brocardo, na descrição da Terra Santa, «maçãs do paraíso»; por Oviedo, no capítulo 1 do livro 8 da

[282] Ver *Números*, 13.

[283] Também se baseia em Orta, mas com emendas duvidosas, derivadas talvez da tradução latina consultada.

[284] Paludanus contesta, improcedentemente, a afirmação correcta de Orta, que diz que os árabes chamam à banana «musa» ou «amusa».

[285] «daracht» não é árabe, mas sim persa para «árvore»

história da Índia, «platanus»; na Guiné «bananas»; em malaiala «palam»; em malaio «piçam»; em canarês, decani, guzerate e bengali «quellí». Avicena, Serápio e Rasis dedicaram-lhe igualmente alguns capítulos. Avicena escreve sobre as características e faculdades destas frutas no capítulo 491 do livro 2 e diz que dão pouco nutrimento e geram bílis e pituíta, e perturbam o estômago, pelo que aconselha dar às pessoas coléricas, depois de comerem destas frutas, mel com vinagre, cozido com sementes frias. São úteis contra o ardor do peito, dos pulmões e dos rins, e provocam a urina. Do mesmo modo, no capítulo 20 do livro 3 da medicina, também Rasis diz que são nocivos para o estômago, o que eu próprio ressenti quando deles comi na Síria. Também tiram o apetite e soltam o ventre, mas abrandam as irritações da garganta.

No capítulo 84 do seu livro da medicina, Serápio diz que esta fruta é quente e húmida no fim do primeiro grau, e que é boa contra o ardor do peito e do pulmão, mas que pesa no estômago de quem comer dela em demasia, porém fazendo crescer o fruto nas mulheres; é útil para os rins, provoca a urina e excita a luxúria. Os médicos indianos recomendam estas frutas para febres e outras doenças. No meu entender, a razão pela qual estas frutas são chamadas maçãs do paraíso é, por um lado, pela suavidade do seu sabor, cheiro e cor, pois o sabor é agridoce, o cheiro de algumas como rosas e têm uma linda cor amarela e verde; por outro lado, também por estas frutas, cortadas transversalmente, terem sempre as veias na forma de uma cruz, sobre a qual os cristãos da Síria especulam muito, mostrando-nos isso a nós, estrangeiros. Quem sobre isto quiser saber mais, leia os comentários primorosos do experimentado e muito douto Carlos Clusius sobre Garcia de Orta, onde encontrará bom contentamento.

Na Índia também crescem muitos *inhames* e *batatas*. Estes *inhames* são do tamanho de uma cenoura, mas um pouco mais grossos e nodosos, e em toda a parte da mesma grossura; crescem debaixo da terra como as castanhas-subterrâneas; têm uma cor parda de rato e por dentro branca como as castanhas-subterrâneas, mas não são tão doces.

Anotação de Paludanus

Alguns *inhames* foram-nos trazidos este ano da Guiné; eram da grossura de uma perna de homem, iguais em toda a parte, com a casca por fora parda, cor de rato, e por dentro muito brancos. Assados e cozidos têm um sabor suave e são o alimento principal dos pretos.

As *batatas* têm uma cor mais rosada, sendo na forma quase iguais aos *inhames*; são mais doces do que os *inhames* e de sabor idêntico às castanhas-subterrâneas. Estas duas frutas são também muito abundantes, principalmente os *inhames*, sendo um alimento tão comum e substancial como os *figos-da-índia*. São comidos mais frequentemente assados, servindo quase sempre como último prato. De uma outra maneira, são igualmente cozidos como papa, e cozidos juntamente com carne, em vez de couve ou nabo. O mesmo se faz com as *batatas*.

Capítulo 56

Das palmeiras onde nascem as nozes-da-índia, chamadas cocos.

Esta árvore[286] é vulgarmente chamada «maro» e as nozes «narel» pela maioria dos indianos, persas e árabes[287]. Os malabares chamam à árvore «tengamaram» e ao fruto, quando maduro, *tenga*; mas não maduro, e ainda verde, chamam-lhe «eleni», e em Goa *lanha*. Os portugueses chamam *coco* a estes frutos, por terem três buraquinhos, sendo assim parecidos com o rosto de um saguí. Avicena chama-lhes «jauzialindi», quer dizer, *nozes-da-índia*. Os malaios de Malaca chamam à árvore «tricam» e ao fruto «nihor». Esta é a árvore mais proveitosa de toda a Índia, como declararemos no devido lugar, falando dos proveitos que dela se tiram. A maioria delas cresce nas ilhas Maldivas e em Goa e terras circundantes, e também por toda a costa do Malabar, sendo objecto de grandes negócios por toda a parte, nomeadamente para Cambaia, Ormuz, etc.

A árvore cresce muito alta e aprumada, com a grossura de um palmo, pouco mais ou menos. Não tem ramos a não ser na parte mais alta. No topo nascem as folhas, que se estendem como as das tamareiras, e debaixo das folhas, a saber, junto da árvore, nascem os *cocos*, perto uns dos outros, de modo geral dez ou doze juntos, raramente nascendo sozinhos. A flor deste fruto é quase igual à flor da castanha. A madeira da árvore é muito esponjosa e tem pouca firmeza. Estas árvores crescem apenas à beira-mar ou à beira-rio, a saber, perto das praias e nos lugares arenosos, pois no interior do país não cresce nenhuma. Têm pouca raiz, pelo que se diria ser impossível estarem fixas à terra. Não obstante, estão muito firmes e crescem tão altas que uma pessoa fica com medo ao ver alguém subir a elas. E os *canarins* sobem por elas acima com tamanha rapidez que parecem macacos. Fazem pequenos entalhes, à maneira de uma escada, pelos quais sobem à árvore muito facilmente, o que nenhum português ousa imitar. São plantadas da seguinte maneira: plantam os *cocos* ou nozes, de onde nascem as árvores, e quando têm a altura aproximada de um homem são transplantadas, sendo no Inverno estrumadas com cinzas e no Verão regadas com água. Crescem abundantemente perto das casas, pois parece que se dão bem na lama, e dão fruto no espaço de poucos anos, se forem bem tratadas. Tal é o trabalho dos *canarins*, que têm as suas habitações aqui e ali entre estas árvores, e não têm outro negócio senão cuidar destas árvores, que arrendam aos donos, vivendo e sustendo-se dos respectivos proveitos. Estas árvores existem em maior quantidade do que as oliveiras em Portugal e Espanha ou os salgueiros na Holanda.

Os proveitos e produtos delas provenientes são os seguintes, a saber: em primeiro lugar, a madeira desta árvore é útil para muitas coisas, embora seja esponjosa, e isso pela sua altura; pois nas ilhas Maldivas fazem dela navios inteiros, sem usar um único prego de ferro, porque cosem-nos com as cordas que vêm dos mesmos *cocos*, e as amarras e cabos são da mesma árvore, assim como as velas, que fazem das folhas, às quais

[286] Linschoten baseia-se em Orta, col. 16.

[287] Linschoten interpretou mal: Orta diz apenas que os persas e árabes usam a palavra «narel».

chamam *olas*. Estas também servem para cobrir as casas dos *canarins* e para fazer pára-sóis, que levam por cima da cabeça contra a chuva e o sol. Também se fazem delas tapetes e toldos que são pendurados por cima dos *palanquins*, para cobrir as mulheres quando neles são transportadas, e para outras coisas semelhantes. Do mesmo modo, delas fazem chapéus preciosos, que são muito finos e estimados, pois podem custar até três ou quatro *pardaus* cada, e são usados no Verão pela sua leveza. Tratam destas árvores de duas maneiras, algumas para dar *cocos* ou fruto, outras para delas tirar vinho. Os *cocos* ou nozes atingem o tamanho de um ovo de avestruz, com a noz por dentro, alguns mais pequenos, outros maiores, e são por fora cobertos de uma casca que, quando está ainda na árvore, é verde por fora, tal como a casca da noz.

Anotação de Paludanus

As nozes indianas são cobertas por duas cascas, das quais a exterior é peluda e serve para fazerem o *cairo*, do qual fabricam todos os seus cabos e cordas. Com ele também calefatam os seus navios, em vez de usarem cânhamo grosso ou esparto, porque mantém os navios mais bem vedados em água salgada do que qualquer um dos nossos materiais, pois ensopa-se e fica mais compacta na água salgada. Da segunda casca fazem-se copos para beber, não só na Índia mas também entre nós, por o homem comum acreditar que tais copos têm alguma força contra apoplexias, o que no entanto não é verdade.

Esta casca, seca e separada, é peluda como o cânhamo, e dela se fazem todas as cordas e cabos que são usados em toda a Índia, tanto em terra como nos navios. A sua cor é quase igual à das cordas de esparto em Espanha; são muito boas, porém devem ser conservadas em água salgada, onde duram muito tempo; mas em água doce ou da chuva apodrecem rapidamente, por não estarem cobertas com pez ou breu. A nau na qual voltei da Índia para Portugal não tinha outras cordas e amarras, nem cordame, a não ser destes *cocos*, a que chamam *cairo*. Aguentaram-se muito bem, embora cada quinze dias tivéssemos de mergulhar os nossos cabos no mar, servindo-nos assim tão bem como cordas de cânhamo.

O fruto, quando está quase maduro, chama-se *lanha* e está por dentro cheio de água, estando o miolo branco no interior ainda fino e mole, pois enquanto o *coco* ficar na árvore, a água vai aumentando e mudando-se para o branco, que é o miolo interior. Tem um sabor quase igual ao da avelã, mas mais doce. As *lanhas* contêm uma excelente bebida aquosa que é muito clara, doce e fresca; têm dentro bem meia canada desta água. Quando se dá um passeio e se tem sede, vai-se aos *canarins*, que sobem rapidamente às árvores com uma faca grande às costas e logo cortam quantas *lanhas* se desejar, a um ou dois *bazarucos* cada, preparando-as muito limpamente para beber. Nesta altura, a primeira casca por fora do fruto (que mais tarde fica de madeira quando a noz atinge a maturidade) ainda é fina e tenra, e muito boa para comer com sal, sabendo quase como a *alcachofra*. Desta água pode beber-se tanta quanta se quiser, pois não fará nenhum mal, sendo antes uma bebida muito agradável.

Mais tarde, quando o fruto está maduro, a água diminui e o branco interior ou o miolo aumenta e fica mais grosso, sendo a água também menos boa do que a das *lanhas*, pois então fica algo azeda. Estes *cocos*, enquanto estão ainda nas cascas,

podem ser levados pelo mundo inteiro sem se estragarem, e acontece frequentemente que, ao correr do tempo, a água por dentro dos *cocos* se converte e transforma numa maçã amarelada, que é muito saborosa e doce. Tirada a casca peluda de fora, a segunda casca que envolve a fruta serve para muitas coisas, a saber: fazem dela conchas com um cabo de madeira; e também um género de potes, onde metem um cabo de madeira, para tirar a água das jarras grandes; e fazem dela frascos para levar o vinho quando vão passear pelo campo; e serve ainda para mil outras coisas. Estas cascas são também queimadas e servem de carvão para os ourives, sendo um combustível muito bom e excelente. Do miolo da noz fazem na Índia as suas papas, usando-o igualmente para cozinhar, pois pisam-no e espremem-lhe o leite, com o qual cozem arroz com outras coisas misturadas; em suma, nunca cozem arroz (com um molho ou prato auxiliar a que chamam *caril*) sem que leve este leite de *coco*. Os *cocos* são pouco comidos de outra maneira, pois lá não são apreciados e são o alimento dos escravos e da gente pobre. Também se quebram estes *cocos* e se tiram as cascas, e então seca-se o miolo ou o branco do interior, que assim é levado em grandes quantidades do Malabar para Cambaia e Ormuz, e para as regiões do norte e da costa além de Goa, e igualmente para a terra do Balagate, fazendo-se com ele grandes negócios. Este miolo branco é usado para fabricar óleo, pois é esmagado em bacias, tal como as azeitonas. Dá um óleo muito bom, tanto para comer como para queimar, e é também muito medicinal.

Anotação de Paludanus

Fazem-se destas nozes duas variedades de óleo: um é feito das nozes frescas, pisando-as e juntando água quente, pelo que, uma vez espremidas, o óleo fica à superfície. Este óleo é usado para purgar o estômago e os intestinos, pois purga muito suavemente e sem fazer mal; alguns misturam-no com extracto de tamarindo, e fazem assim um medicamento muito bom. O outro óleo é extraído da *copra*, ou seja, dos frutos secos; este, além de ser útil para purgar o estômago, é também muito proveitoso para espasmos nervosos e dores de articulações antigas.

A estes *cocos* secos, que assim são transportados, dão o nome de *copra*. Se não desejarem *cocos* ou fruto, cortam as flores dos *cocos* e atam no seu lugar uma vasilha redonda com um bico estreito, a que chamam *calão*[288], que fecham tão bem com barro que não pode sair bafo nem ar, enchendo-se assim a vasilha dentro de poucos dias com um líquido a que chamam *sura*. É muito suave e doce para beber, como maçal doce ou melhor.

Anotação de Paludanus

Esta água é muito indicada contra o ardor do fígado e dos rins, e purga o membro de pus e matéria suja.

[288] Este trecho do texto segue Cristóvão da Costa, que fala de «caloins».

A mesma água, exposta uma ou meia hora ao sol, dá um vinagre muito bom, pelo que na Índia não há nem se usa outro. Pode-se encontrar deste vinagre igualmente em casa de Paludanus. Esta *sura*, uma vez destilada, chama-se *fula* ou *nipa*, e é uma aguardente tão excelente e boa como a melhor que se possa fazer em Dordrecht de vinho do Reno; este é o destilado mais fino. O outro destilado da mesma *sura* chama-se *araca*, que é um vinho branco muito bom, o único que na Índia existe. É muito quente e forte, mas os indianos bebem-no como se fosse água. Os portugueses usam-no da maneira seguinte: colocam-no em pipas, juntando a cada pipa desta *araca* três *mãos* ou pouco mais de passas pretas, que vêm para a Índia como mercadoria de Ormuz; cada *mão* são doze libras. Estas passas, uma vez limpas, deitam-se na pipa, deixando-se a pipa aberta e não totalmente cheia, pois rebentaria com o calor, já que ferve como água quente. Remexem diariamente, durante catorze ou quinze dias, ficando então a *araca* com uma bela cor avermelhada, como vinho português, do qual pouco difere no sabor, embora seja um pouco mais doce e quente em si. Às vezes é tão bonita e tão colorida e saborosa como o vinho português, dificilmente dele se conseguindo distinguir. Este vinho chama-se *vinho de passas*. Com estes vinhos fazem-se grandes negócios, tanto para Bengala, Malaca e China, como para outros lugares. Em Goa, cada pipa custa normalmente trinta *pardaus*, pouco mais ou menos. Da mesma *sura* acima referida faz-se também açúcar, a que chamam *jagra*. Fervem o líquido e põem-no ao sol, assim surgindo o açúcar. É pouco estimado, por ter uma cor acastanhada e por terem por toda a Índia açúcar branco em grande abundância.

Ao interior da árvore ou tronco chamam *palmito*; é o miolo ou âmago do tronco. É muito estimado e enviam-no como presente aos ricos e poderosos. É tão fino como papel e igualmente branco, e cresce como se fosse dobrado ou prensado, tal como se dobram e prensam as velas, de forma oblonga e estreita, e por vezes tem cinquenta ou sessenta dobras ou mais, tal como uma mão de papel. Os indianos usam este material para papel e livros, que ficam com as mesmas dobras, e escrevem nele quando ainda está verde, deixando-o assim secar; depois, não se conseguem apagar as letras, pois são gravadas com um estilete. Os indianos chamam-lhe *ola* e fazem dele todos os seus livros, escritos e memoriais, sabendo selá-los e fechá-los como nós fazemos com as nossas cartas. Este tipo de papel, com inscrições indianas, pode ver-se em casa de Paludanus, pois foi-lhe oferecido por mim. A maioria destas árvores encontra-se nas ilhas Maldivas, onde se encontram os *cocos* que são altamente estimados contra toda a peçonha[288].

Anotação de Paludanus

Garcia e Costa consideram isto uma fábula. Costa escreve que o experimentou muitas vezes e verificou o contrário, como eu próprio também fiz, não conseguindo encontrar um efeito tão forte.

Estas ilhas não têm outro negócio a não ser o do *cairo*, do qual se fazem as cordas, e da *copra* ou miolo dos *cocos*, do qual se faz o óleo. Por essa razão vêm frequen-

[288] Ver cap. 13.

temente à Índia, em navios que, com todos os seus apetrechos, vitualhas e mercadorias, provêm desta árvore, assim se entendendo bem que este seja um dos principais negócios e modos de sustento dos indianos. Com isto disse-se o suficiente sobre o que esta árvore produz. O seu desenho[290] feita a partir do natural pode ver-se a seguir, tanto com os *cocos* ou nozes, como com as vasilhas penduradas para tirar o líquido; assim como o desenho das *figueiras-da-índia*, tanto com os figos como com as flores, tudo representado conforme a verdade.

Capítulo 57

Da fruta durião de Malaca.

O *durião*[291] é uma fruta que só cresce em Malaca; é tão louvada por todos que a provaram, que não pode ser comparada a qualquer outra fruta do mundo, pois afirmam que no sabor e na qualidade ultrapassa todas as frutas. Porém, quando se abre cheira a cebola podre, sendo boa apenas no sabor. É do tamanho de um melão e por fora como a fruta *jaca*, da qual já falámos, mas algo mais espinhosa ou encrespada, quase como o exterior dos ouriços onde nascem as castanhas. Por dentro tem bagos como a *jaca*, onde nasce a fruta, que é do tamanho de um pequeno ovo de galinha, na qual se encontram os caroços, do tamanho dos do pêssego. Esta fruta, na cor e no sabor, é parecida com um excelente prato que se usa frequentemente nos banquetes em Espanha, a que se chama *manjar branco*, que é feito de carne de galinha destilada com açúcar. As árvores são como as jaqueiras; a flor é branca, ligeiramente amarelada; as folhas são do tamanho de meio palmo, agudas na ponta, verdes claras por dentro e verdes escuras por fora[292], etc.

Anotação de Paludanus[293]

Em Malaca há uma fruta de um sabor e cheiro tão suaves, que ultrapassa todas as outras frutas da Índia e de Malaca, embora lá haja muitas e excelentes variedades. Esta fruta chama-se em malaio, que é a província onde nasce, «durian», e a flor «buah»[294], e a árvore «batang»[295]. É uma árvore muito grande, de uma madeira firme e densa, coberta de uma casca parda, tendo muitos ramos e abundância de frutos. A flor é entre o branco e o amarelo, as folhas do comprimento de meio palmo, com dois ou três dedos de largura, um pouco dentada em volta, por fora verde pálida e por dentro muito verde, tendendo quase para cor-de-rosa. Dá uma fruta do tamanho de um melão, coberta de uma casca densa,

---

[290] Ver gravura n.º 31.

[291] Fruta que não só se encontra na península malaia, mas também nas ilhas de Samatra, Java, etc. até Mindanau. Linschoten baseou-se em Orta, col. 20.

[292] Orta diz o contrário: «he verde craro per fóra, e verde escuro per dentro» (col. 20).

[293] Paludanus é muito mais pormenorizado do que Orta, sem no entanto acrescentar coisas de grande interesse. Utilizou talvez o *Tratado* de Cristóvão da Costa.

[294] Paludanus parece confundir «buah» (fruta) e «bunga» (flor).

[295] Outro engano: «batang» = tronco.

com muitos pequenos picos grossos e pontiagudos, verde por fora e figurada com linhas ao comprido como os melões. Por dentro tem quatro cavidades ao comprido, onde se encontram ainda três ou quatro bagos, e dentro de cada bago uma fruta branca como o leite, do tamanho de um ovo de galinha. São mais suaves de sabor e aroma do que o prato que os espanhóis fazem de arroz, peito de galinha e água de rosas, a que chamam *manjar branco*. Contudo, não são tão moles ou pegajosas, pois quando estão moles e pegajosas são amarelas e não brancas por dentro, e estão estragadas ou podres por causa do mau ar e da chuva. São consideradas boas aquelas que têm apenas três frutas nas cavidades, seguindo-se as de quatro frutas, mas as com cinco frutas são más, assim como aquelas que tenham rachas ou fendas. No entanto, raramente há mais do que vinte frutas numa só, tendo cada fruta um caroço como o do pêssego, não redondo mas oblongo, com um sabor não muito doce, que arde na garganta como nêsperas verdes, razão pela qual não se come.

Esta fruta é quente e húmida, e quem quiser comê-la deve primeiro pisá-la levemente com os pés, para quebrar os espinhos que tem em volta. Quem nunca comeu tais frutas, ao cheirá-las pela primeira vez nota um odor a cebola podre; mas uma vez provada a fruta, achará que cheira e sabe melhor do que quaisquer outras comidas.

Esta fruta é tão apreciada pelos apanhadores que acreditam que ninguém se pode fartar dela. Por isso, dão à fruta nomes soberbos e escrevem epigramas sobre ela, embora haja abundância delas em Malaca e não custem acima de quatro *maravedis* cada, especialmente nos meses de Junho, Julho e Agosto; noutras alturas o seu preço sobe. Também cabe aqui referir um contraste espantoso que existe entre os *duriões* e as folhas de *bétele,* que na verdade é tão grande que caso houvesse uma nau inteira ou qualquer casa ou cave cheia de *duriões*, onde se encontrasse também uma só folha de *bétele*, os *duriões* apodreceriam e estragar-se-iam todos. E como o abuso destes *duriões* aquece e pesa no estômago, uma folha de *bétele* colocada sobre a cavidade do coração diminuirá logo a inflamação ou o inchaço do estômago. E caso se tomem algumas folhas de *bétele* depois de comer *duriões*, estes não provocarão nenhum mal, seja qual for a quantidade ingerida. Por isso, e também por terem um sabor tão agradável, costuma dizer-se que uma pessoa não se pode fartar dos *duriões*.

Capítulo 58

Da árvore chamada árvore-de-raízes e do bambu ou cana-da-índia.

Existe na Índia uma árvore chamada *árvore-de-raízes* que é muito estranha de ver. No início, cresce de baixo para cima, como todas as árvores, e quando estende os seus ramos, estes ficam cheios de raízes que crescem de novo para baixo, para a terra, onde se fixam de novo, e com o passar do tempo, quanto mais grossa ficar a árvore e mais amplamente os ramos se estenderem, tanto mais os ramos ficarão cheios de raízes, que de longe se assemelham a cordas e cânhamo. Em suma, a árvore acaba finalmente por cobrir um espaço grande e formar um tronco ou troncos entrelaçados como um labirinto. Vi algumas delas que cobriam bem trinta ou quarenta passos em volta com as suas raízes, as quais, vindas de cima, dos ramos, se

tinham fixado de novo na terra, ficando com o decorrer do tempo tão grossas que não se conseguia bem distinguir qual era o tronco original. Nalguns lugares podia-se passar por entre os dois, e quanto mais velha fica a árvore, tanto mais os ramos se estendem e mais amplamente se expandem, sempre tão cheios de raízes penduradas que parece milagre. Esta árvore não dá qualquer fruto que seja útil ou comestível, mas tem uma fruta semelhante às azeitonas, que apenas serve para os pássaros comerem.

Anotação de Paludanus

Carlos Clusius, que descreveu esta árvore muito cuidadosamente, chama-lhe, pela autoridade de Plínio, figueira indiana. Diz que esta árvore cresce muito alta, primeiro de um só tronco grosso, o qual mais tarde produz muitos filamentos finos, os quais, ainda novos e pequenos, têm uma cor dourada. Estes, baixando e tocando na terra, são como rebentos de uma árvore nova, e com o tempo ficam tão grossos como o primeiro tronco, pelo que dificilmente se consegue distingui-los, a não ser pela grossura, que por vezes atinge as três braças. À volta deste primeiro, e por todos os lados, crescem outros, e assim sucessivamente, em quantidades inumeráveis, pelo que tais árvores às vezes cobrem uma pequena légua italiana. E estes filamentos não só crescem para baixo dos ramos inferiores, mas também dos superiores, fazendo com que uma única árvore forme uma mata densa. Para se porem debaixo destas árvores, os indianos cortam alguns destes ramos, fazendo assim um género de galerias para onde podem fugir do calor do sol. Pois esta árvore tem uma ramificação tão densa que o sol não pode penetrar nela, e por causa das múltiplas curvas e caminhos que há por baixo destas árvores, os sons fazem ressonância ou eco, ouvindo-se em muitos lugares três ou quatro vezes as palavras das pessoas. E quem contou isto ao senhor Clusius, diz ter visto uma destas árvores, debaixo da qual se podiam abrigar oitocentas ou até mil pessoas (uma das quais ele próprio), e acrescentou que havia outras que podiam abrigar até três mil. As folhas produzidas pelos ramos novos são como as folhas do marmeleiro, verdes por fora e brancas e ásperas por dentro, como se fossem cobertas de lã, as quais folhas são muito apreciadas pelos elefantes, que delas se sustentam. O fruto é como a falange dianteira de um polegar, tendo o aspecto de figos pequenos, da cor do sangue por dentro e por fora, e cheio de pevides, como os figos vulgares. Têm um sabor doce e são comestíveis, mas não tão suaves como os nossos figos vulgares. Crescem também entre as folhas dos ramos novos, como os nossos figos vulgares. A árvore cresce em Goa e nos lugares circundantes. Além disso, Clusius demonstra com a ajuda de Curtio, Plínio e Estrabão que esta árvore também era conhecida dos antigos. Quem disto quiser saber mais, leia o capítulo dos figos indianos em Clusius.

Existem na Índia outras árvores estranhas e grossas, das quais se fazem os navios. Perto de Cochim encontram-se árvores chamadas *angelins*, das quais se fazem barcas chamadas *tones*. Há destes *tones* que podem carregar até vinte ou trinta pipas de água, tudo escavado de uma só peça de madeira, sem qualquer pregadura ou junção, de onde se pode deduzir a grossura das árvores. E é uma madeira tão forte e dura que o ferro, com o tempo, é comido por ela, pela dureza da madeira.

Por toda a Índia, em todos os lugares, também há muita *cana-de-açúcar* em grande abundância, mas é pouco estimada. Por toda a costa do Malabar, e principalmente na costa de Coromandel, há também muita cana grossa a que os indianos chamam «mambu» e os portugueses *bambu*[296]. Estes mambus têm uma certa matéria por dentro, que é o miolo ou âmago, tal como a que têm as penas, e que se tira quando são preparadas para escrever com elas. Os indianos chamam-lhe «sacarmambum», que quer dizer açúcar de mambu, e é uma matéria muito medicinal e estimada, muito procurada pelos árabes, persas e mouros, que lhe chamam «*tabaxir*».

Anotação de Paludanus

«*Tabaxir*» é uma palavra persa e designa apenas um líquido branco ou leitoso, ou qualquer sumo ou humidade engrossada; é chamada «sacarmambum» porque as canas ou ramos que a produzem chamam-se «mambu». Algumas das árvores onde nasce o *tabaxir* são grandes como o choupo, outras mais pequenas, tendo normalmente ramos direitos (embora alguns dos mais bonitos sejam dobrados para fazer galerias, pavilhões e andores) com muitas articulações, a um palmo umas das outras, e folhas um pouco mais compridas do que as da oliveira. Entre todas as juntas forma-se um líquido doce, branco e coalhado como amido, por vezes em muita quantidade, outras vezes em pouca. Porém, nem todas as árvores produzem este líquido doce, mas apenas estas de Bisnagar e de algumas províncias do Malabar.

Na Pérsia e Arábia é vulgarmente trocado por prata. É uma mercadoria com a qual as nações acima referidas fazem grandes negócios. Este miolo cresce nos nós da cana, e a maior parte das vezes é branco de cor, e também por vezes preto, e outras vezes cinzento.

Anotação de Paludanus

Não é rejeitado ou desprezado por essa razão, porque obtém esta cor preta pelo excesso de humidade ou porque ficou demasiado tempo fechado na árvore, e não em virtude das árvores serem queimadas, como crêem alguns. Rasis faz menção disso no capítulo 36 do seu livro 3.°, e Serápio no capítulo 342 do seu livro da medicina, e Avicena no capítulo 617 do livro 2.°. O último é da opinião que o *tabaxir* é feito de raízes queimadas, provando-se aqui, contudo, que a sua opinião é falsa.

Os indianos utilizam-no contra qualquer afecção do membro masculino ou contra outros semelhantes aleijões secretos, assim como contra as febres coléricas *colerica passio* e a disenteria, a diarreia e outras doenças similares.

A maioria destas canas cresce na costa de Coromandel, e em Bisnagar e Malaca, em grande abundância em muitos lugares. Crescem muito altas e têm, entre um nó e o outro, um comprimento de um palmo e meio ou mais. São tão grossas como a

[296] Linschoten baseia-se em Orta, col. 51, que, no entanto, não refere a forma «bambu» em que se baseia o nome português.

perna de um homem acima do joelho, crescendo geralmente aprumadas e na maioria das vezes bem altas, como a casa mais alta nos nossos países. São também vergadas no crescer, para mais tarde adquirirem uma forma que possa servir para os *palanquins* onde são levados os portugueses e também os senhores indianos, como ficou dito noutro lugar. As folhas desta cana ou *bambu* ficam muito distantes umas das outras e têm quase a feição de folhas de oliveira.

Anotação de Paludanus

Da árvore ou da cana de mambu, alguns indianos fazem pequenas embarcações que podem transportar duas pessoas, não a escavando, mas sim deixando-a tapada entre dois nós[297]. Nestas embarcações, os indianos sentam-se nus, um em cada ponta, juntando as pernas, e levando um pequeno remo em cada mão, com os quais propulsam estas embarcações rapidamente, também contra a corrente, nomeadamente no rio de Cranganor. Julgam igualmente que estas embarcações nunca são assaltadas por crocodilos, mesmo que se encontrem perto, pois embora ataquem frequentemente outras embarcações, nunca se viu atacarem uma destas.

Capítulo 59

Da árvore chamada árvore-triste.

A *árvore-triste*[298] é assim chamada em virtude de nunca florir a não ser de noite, e isto durante o ano inteiro. E é uma coisa maravilhosa de contemplar, pois ao pôr do sol não se vê flor nenhuma e meia hora depois do sol posto está completamente coberta de flores, de forma que é um deleite para os olhos; e logo ao nascer do dia e do sol todas estas flores caem e cobrem a terra, sem uma única ficar na árvore, permanecendo as folhas meio-fechadas, pelo que parece ter morrido, até chegar a noite, quando começa de novo a florir como antes. A árvore é do tamanho de uma ameixieira e existe geralmente nos pátios das casas, por deleite e pelo seu agradável aroma. Cresce muito rapidamente, pois também nascem frequentemente rebentos novos perto da raiz, e mal os ramos atingem meia braça de altura já têm tantas flores como os ramos mais antigos da árvore. E caso se cortar a árvore toda, logo despontam novos ramos da raiz, e floresce dentro de menos de meio ano. E se se arrancar apenas um ramo da árvore para o plantar algures na terra, começa logo a crescer e floresce dentro de poucos dias. As flores são quase iguais às flores das laranjeiras, pois são brancas, com o pé amarelo e avermelhado. São usadas na Índia como açafrão para cozinhar, e igualmente para tingir, tal como o açafrão, mas não são tão boas nem tão saborosas, embora satisfaçam na falta do outro.

---

[297] Paludanus baseia-se na tradução latina de Cristóvão da Costa, mas entendeu mal este passo, pois diz «deixando dois nós e escavando [a cana]».

[298] Orta, col. 6, serviu como fonte para Linschoten e Paludanus, tendo este último usado também Cristóvão da Costa.

Anotação de Paludanus

Há alguns que dizem também que a água destilada destas flores seria boa para os olhos, molhando-se uns paninhos de algodão nela e colocando-os sobre os olhos.

Estas árvores não se encontram em parte alguma, senão em Goa e Malaca, e nalguns outros lugares para onde foram levadas e plantadas pelos portugueses junto das suas casas, pois só vieram para a Índia de Malaca; mas no interior não há nenhuma. Na língua malaia chamam-lhes «singadi» e em decani «parizataco»[299], no Decão «phul», entre os árabes «ward» e entre os persas e turcos «gul». A origem deste nome, como os indianos contam, vem da seguinte fábula. Um fidalgo chamado Parizataco tinha uma bonita filha por quem se apaixonou o sol. Ela acabou por lhe fazer a vontade, e o sol a seguir apaixonou-se por uma outra e deixou esta filha, pelo que ela se matou de desespero, sendo queimada e reduzida a cinzas conforme o costume do país, nascendo esta árvore dessas cinzas e tomando por essa razão o nome de parizataco. E dizem que pela mesma razão as florações ou flores, pela raiva e pelo ódio que têm ainda ao sol, só nascem de noite, e por isso durante o dia caem de tristeza quando vêem o sol.

Anotação de Paludanus

Na descrição que Cristóvão da Costa faz desta árvore, lê-se que tem o tamanho e a forma de uma ameixieira, com muitos ramos pequenos, divididos em muitos pequenos nós ou articulações, onde nascem duas folhas, uma oposta à outra, do tamanho das folhas da ameixieira, moles e ásperas por fora, quase como as folhas da salva, e verdes e um pouco pontiagudas por dentro, em volta não tão recortadas nem tão cheias de veias como as folhas da ameixieira. No meio, entre cada duas folhas, nasce um pedúnculo com cinco cabecinhas, compostas de quatro folhinhas circulares, de onde nascem cinco bonitas florzinhas brancas, parecidas em tamanho e forma com as flores da laranjeira, embora mais pequenas, mais bonitas e mais bem cheirosas, tendendo o pedúnculo mais para o vermelho do que para o amarelo. Os indianos utilizam-no para tingir as suas comidas, tal como entre nós se faz com o açafrão. A fruta verde tem o tamanho do lúpulo e tem a forma de um coração; cortada ao comprido pelo meio, tem em ambos os lados uma custódia, onde se escondem as sementes, também essas da forma de um coração, do tamanho das sementes da alfarroba, cobertas de uma película verde e algo amargas.

Entre todas as flores, estas têm o cheiro mais suave, especialmente quando não são tocadas com a mão, pois de outra maneira perdem logo o seu cheiro e murcham. Os indianos crêem que estas flores reconfortam o coração, mas são algo amargas. Os gentios contam também a semente entre os medicamentos que fortificam o coração. As flores podem ser misturadas na comida. A semente foi enviada frequentemente para Portugal e semeada, mas nunca quis crescer, qualquer que fosse o esforço que se fizesse. As flores caem ao nascer do sol, como diz Clusius, seja por qualquer aversão oculta, seja pela subtileza da seiva, que é consumida pelos raios do sol, pois aquelas que não são tocadas pelo

[299] Orta usa a ortografia «parizataco» quando se refere ao nome que se usa em Goa. Linschoten equivoca-se, dando o nome em «decani».

sol permanecem mais tempo na árvore. Estas flores são apanhadas cuidadosamente, delas se destilando uma água muito suave e bem cheirosa, chamada água de *mogarim*. Jan Huygen trouxe-me a semente delas da Índia, a qual deitei à terra, mas não nasceu.

Capítulo 60

Das folhas de bétele e da fruta areca.

A folha chamada *bétele* ou *betre*[300], que é comum na Índia e alimento diário dos indianos, cresce em todos os lugares da Índia conhecidos dos portugueses, muito pouco no interior e sobretudo à beira-mar. Não cresce em lugares frios como a China, nem muito quentes como Moçambique e Sofala. Por ser utilizada tão frequentemente, quis fazer menção dela em particular, como também por já termos tratado dela em muitos lugares.

Deve saber-se que as folhas de *bétele* são um pouco maiores e mais pontiagudas do que as folhas da laranjeira, e são plantadas em paus, por onde trepam como a hera ou a pimenta. São em tudo tão parecidas com a pimenta, que vistas de longe, plantadas junto uma da outra, dificilmente se conseguem distinguir. Não têm outros frutos além das folhas. São muito bem tratadas e cuidadas, pois são o pão quotidiano da Índia. Estas folhas, colhidas, duram muito tempo sem se estragarem, mantendo sempre a sua qualidade e frescura. São vendidas às dúzias, e não há uma única mulher na Índia ou homem indiano que não coma umas dúzias ou mais delas por dia. Não que lhes sirva de alimento, mas comem-nas depois das refeições e desde manhã, ao longo do dia, até de noite. Em casa e nas ruas, onde quer que vão, trazem normalmente estas folhas na mão, andando sempre a mastigá-las. Estas folhas não são comidas sozinhas, mas, devido ao seu amargor, são mastigadas juntamente com uma fruta a que os malabares e portugueses chamam *areca*; os *guzerates* e *decanins* chamam-lhe «supari» e os árabes «faufel».

Esta fruta nasce em árvores semelhantes às palmeiras das *nozes-da-índia* ou árvores de *cocos*, mas um pouco mais finas e com folhas mais delgadas e mais pequenas. A fruta é na sua feição quase igual à fruta do cipreste e à da árvore da noz-moscada, mas algumas são de um lado chatas e do outro altas, sendo outras um pouco maiores. São muito duras e cortam-se ao meio com uma tesoura, e assim são mastigadas juntamente com o *bétele*. Por dentro estão cheias de veias, sendo brancas e rosadas. Existe uma variedade de *areca* chamada «checani», que é mais pequena e escura, e muito dura; porém, todas são usadas para serem mastigadas juntamente com o *bétele*. Não têm qualquer sabor, a não ser um travo a madeira, mas humedecem muito a boca, tingindo-a de vermelho e preto, pelo que os dentes e lábios parecem untados com sangue preto quando esta *areca* ainda não está bem seca. E existe uma certa variedade que ao comer-se ou mastigar-se embebeda uma pessoa como se esta tivesse bebido vinho o dia inteiro e estivesse para cair para o lado; mas esses efeitos depressa passam.

---

[300] Linschoten baseia-se em Orta, que fala da folha em vários lugares. Os passos mais importantes encontram-se nos cols. 22 e 59.

Vulgarmente ainda usam outra mistura ou coisa que comem juntamente com ela, a saber, um bolinho ou uma bolinha feita de uma madeira ou de uma árvore chamada *cate*. E então untam as folhas de *bétele* com cal queimada de conchas de ostra, que pela pouca quantidade não pode fazer mal ao corpo. Afirmam que esta mistura, bem mastigada e engolido o sumo (porque o resto cospem fora), faz muito bem ao estômago e ao mau hálito, e aos dentes e à firmeza das gengivas, e é um bom remédio contra o escorbuto. E na verdade se verifica que raramente ou nunca se encontram indianos com mau hálito, dor de dentes, escorbuto ou doenças semelhantes, e por mais velhos que sejam têm sempre os dentes todos e inteiros. Porém, têm sempre a boca e os dentes como se fossem untados com sangue preto, como já ficou dito, e andam sempre a cuspir como se fosse sangue.

Também as mulheres portuguesas têm o mesmo costume de comer este *bétele*, pois cuidam não poder viver se ficassem um dia sem o mastigar, e até de noite o têm à cabeceira da cama, para quando não conseguem dormir. Assim, mastigam e cospem o *bétele* em cada momento do dia, onde quer que estejam sentadas ou fiquem e para onde quer que vão, sempre com o *bétele* na mão e na boca, mastigando e cuspindo, tal como as vacas e os bois ruminam. Pois o exercício das mulheres, o dia inteiro, é pouco mais do que lavar-se e limpar-se, e a seguir mastigar o seu *bétele*. Há alguns portugueses que o comem também, pelo hábito das suas mulheres. Quando as mulheres ou os indianos se visitam e vêem, levam sempre o *bétele*, e o melhor prazer e oferta que podem fazer uns aos outros é oferecer logo *bétele* e *areca* com um pouco de cal num prato de madeira, que guardam e usam unicamente para esse efeito.

Este *bétele* encontra-se à venda em todas as esquinas e lojas, e também por todos os caminhos do homem viajante e passante, e já está preparado, a saber, tantas folhas de *bétele*, uma *areca* e um pouco de cal, e por vezes, para quem desejar, junta-se um pouco de *cate*. Têm isso vulgarmente em casa ou trazem-no na mão, num pratinho de madeira pintado, como ficou dito, onde ficam as folhas, a *areca*, a cal e o *cate*, e assim mastigam tudo juntamente, um pouco de cada coisa. Primeiro, tiram um pedaço de *areca* e de *cate* e mastigam-nos, e a seguir, uma folha de *bétele*, tirando os nervos da folha com a unha do polegar, que para esse efeito deixam crescer comprida e pontiaguda, e não arredondada como nós; e então untam a folha com um pouco de cal e enrolam tudo isso, pondo-o na boca e mastigando-o, para depois o botarem fora, cuspindo o primeiro sumo. Afirmam desta maneira purgar a cabeça e o estômago de todos os humores maus e fleumáticos, e tudo o que cospem é como sangue preto, a qual cor vem da *areca*. E o outro sumo engolem. Os indianos costumam andar sempre pelas ruas e caminhos com o *bétele* e os seus apetrechos nas mãos, sempre mastigando. E principalmente quando vão falar com alguém ou vão visitar grandes senhores, para ter bom hálito e manter o bafo limpo e puro, mastigam enquanto andam, e seria uma grande vergonha falar com alguém de qualidade sem levar o *bétele* consigo.

Anotação de Paludanus

Antes de cumprir os deveres matrimoniais com o marido, as mulheres igualmente comem *bétele*; crêem que isso contribui muito para a voluptuosidade.

Todos os indianos o comem depois das refeições; dizem que de outra maneira a comida os enjoaria, e que quem costuma comê-lo e deixasse de o fazer ficaria com mau hálito. Deixam de comer o *bétele* por algum tempo quando morre um dos seus amigos mais chegados e durante certos dias de jejum, como fazem também alguns árabes e os discípulos de Ali[301], genro de Maomé, nos seus dias de jejum. No Malabar, estas folhas são chamadas «betre», no Decão, em Guzerate e em Canará são chamadas «pam», em malaio «ciri», por Avicena «tembul» e por outros e melhor «tambul». Avicena conta que o *bétele* dá firmeza às gengivas e fortifica o estômago; é para tal efeito também usado pelos indianos. Mas engana-se quando supõe que estas folhas são frias no primeiro grau e secas no segundo. O seu livro deve ter sido mal traduzido ou ele foi enganado, porque estas folhas são quentes e secas no fim do segundo grau, como o próprio Garcia de Orta experimentou e como também testemunham o seu sabor e cheiro. O *bétele* é uma folha como as folhas do limoeiro, mas mais comprida e mais pontiaguda, tendo algumas nervuras ao comprido. As bem maduras são consideradas as melhores, tendo uma cor amarela, embora algumas mulheres prefiram as verdes, por fazerem mais barulho quando mastigadas. Estas folhas estragam-se pelo frequente contacto com as mãos. Em Malaca, o *bétele* dá um fruto como a cauda de um lagarto, que por saber bem é lá comido. São cultivados como as vides, em paus, como entre nós a hera. Algumas pessoas, para ter um melhor proveito, plantam-nos junto da pimenta ou da *areca*, e fazem desta maneira uma galeria aprazível. O *bétele* precisa de um cuidado intensivo e deve ser regado frequentemente. Quem quiser sobre isto saber mais, leia os comentários primorosos do muito experimentado Clusius sobre o capítulo do *bétele* de Garcia.

Os grandes senhores ou reis têm sempre, onde quer que andem ou estejam sentados, os seus criados com uma marmita de prata, onde estão o *bétele* e os seus apetrechos, o qual lhes é servido todo preparado num prato. E quando qualquer embaixador vier falar com o rei, mesmo se o rei dominar e perceber a língua, o costume é, para manter a sua autoridade, o embaixador dirigir a palavra a um intérprete na sua presença, o qual faz a tradução, e respondendo ele de novo através do intérprete. Entretanto, o rei está deitado numa cama ou sentado em terra num tapete, e o seu criado prepara e apronta-lhe o *bétele*, que mastiga continuamente, cuspindo o sumo e o resto numa bacia de prata que se encontra ao seu lado para esse efeito, ou é segura nas mãos por uma das suas escravas ou mulheres. É uma grande honra que ele faz ao embaixador, principalmente quando o convida e lhe oferece do mesmo *bétele* que ele come. Em suma, é um costume vulgar usarem-no. E por ser um hábito diário e comum e eles gostarem tanto disso, quis contar isto um pouco mais pormenorizadamente para um melhor entendimento, porque em vários lugares e amiúde se fez menção disso. Os grandes senhores e reis indianos usam pílulas feitas de *areca*, *cate*, cânfora, *lenho aloés* pisado e um pouco de âmbar, que comem juntamente com o *bétele* e a cal, em vez de *areca*.

[301] Os xiitas.

Anotação de Paludanus[302]

Outros misturam o *bétele* com licium, e alguns, mais ricos e mais poderosos, com cânfora, outros com lenho aloés, almíscar e âmbar pardo; e preparado assim tem um sabor agradável e dá bom hálito. Há ainda outros que mastigam a *areca* com cardamomo ou cravo. No interior do país, longe do mar, estas folhas são vendidas muito caras; diz-se que o rei do Decão, Nizamoxá, gasta nelas por ano mais de 30 000 *mil-réis*[303]. São as suas guloseimas. Dão-nas aos viajantes, e os reis dão estas misturas aos ricos da sua própria mão e a outros mandam dar-lhas pelos seus criados. Quando alguém está para viajar, são-lhe dadas umas bolsinhas de seda com *bétele* preparado, e ninguém pode partir sem que isso lhe seja dado, que é o sinal de seu passaporte.

Nas gravuras que se seguem[304] podem ver-se as figuras das frutas de Malaca, chamadas *duriões*, e da *árvore-de-raízes*, assim como da cana grossa a que os portugueses chamam *bambu* e os indianos mambu, e também da *árvore-triste*, como é de dia e de noite, juntamente com a árvore onde nasce a *areca* e o *bétele*; e por frequentemente se plantar a pimenta ao pé da arequeira, pois ao crescer trepa e enrosca-se por ela acima, juntámos-lha para mostrar a maneira como cresce. A respectiva descrição é feita num outro lugar, junto das especiarias e drogas da Índia e das ervas que servem para a medicina e farmácia, etc.

Capítulo 61

Da erva datura e da planta chamada erva-sentida.

A erva chamada *datura*[305] é muito comum na Índia e cresce no campo por todos os lados. As folhas desta erva são pontiagudas como a ponta ou o ferro de uma lança, em volta dentadas como as folhas da branca-ursina e quase do mesmo tamanho, tendo muitos nervos longos ao comprido. Quase não têm sabor e são húmidas e também um pouco amargas, cheirando como o rabanete. A flor ou a floração desta planta é quase igual na cor à flor do rosmaninho. Desta flor nasce um bolbo quase igual ao bolbo da erva dormideira, onde se encontram certas pevides como as pevides do melão. Estas, esmagadas e assim postas no arroz ou em qualquer comida, no vinho, na água ou em qualquer outra bebida ou mistura que seja bebida ou comida, põem uma pessoa como se estivesse doida, rindo-se sempre, sem perceber ou sentir nada do que se faça na sua presença, fazendo-a por vezes dormir como se estivesse morta, efeito este que pode durar até 24 horas, a não ser que lhe lavem os pés com água fria, pois assim volta a si antes de serem passadas as 24 horas.

---

[302] Baseada em Orta, col. 59.

[303] Orta fala de «30 mil cruzados» (col. 59).

[304] Gravuras n.os 30 a 32.

[305] Linschoten utiliza consequentemente a palavra «dutroa», mas baseia-se seguramente, tal como Paludanus, em Orta (col. 20), que fala de «datura». Ver também cap. 31.

Esta erva é usada frequentemente pelas mulheres indianas e também portuguesas, que a dão aos respectivos maridos. E quando querem gozar os seus prazeres com seus amantes e concúbitos, acontece muitas vezes, depois de a terem dado ao marido, praticarem os actos de luxúria na sua presença e puxarem-lhe a barba, chamando ao marido *cornudo* e fazendo-lhe outras zombarias similares, sem que o homem disso tenha qualquer conhecimento ou percepção. Está sentado de olhos abertos, sem fazer ou dizer nada, a não ser rir e sorrir, como um homem louco e fora de si. E quando o tempo passa e ele volta a si, não se lembra de nada e julga que dormiu. Do mesmo modo, os escravos usam esta erva para dar às suas amas e amos, para assim os roubarem e abrirem cofres e caixas, como costuma acontecer de vez em quando.

Esta datura deve ser usada com medida, por ser uma espécie de peçonha. Pois caso se dê dela a alguém com demasiada frequência e excessiva abundância, pode morrer por causa disso, a não ser que lhe seja dada logo uma dose forte e possante de qualquer contraveneno ou purgativo.

Anotação de Paludanus

A cura acontece com medicamentos que fazem vomitar, para que tudo o que ficou no estômago saia juntamente com a comida, e a seguir com purgação e diversão através de clisteres possantes e fricções fortes, e atando as mãos e os pés, e por vezes também sangrando o dedo grande do pé[306].

Esta erva existe por toda a parte em grande abundância, e embora seja proibido colhê-la e usá-la, os principais senhores que o proíbem são aqueles que com mais frequência a recebem diariamente no corpo, dada pelas próprias mulheres, para estas satisfazerem a sua luxúria com um outro, o que é prática comum, com poucas excepções. Alguns homens estão tão habituados a comer ou beber a *datura* sem o saberem, que apenas com o sumo das folhas ficam logo arrumados e a mulher confiante de poder praticar actos luxuriosos a seu bel-prazer. Estas e semelhantes ervas e plantas existem em grande quantidade por toda a Índia e são muito cuidadas, pois todas as mulheres e indianos a nada mais aspiram, dia e noite, senão a praticarem a luxúria e a prolongá-la por todos os meios que conhecem e sabem imaginar para estarem aptos e terem capacidade para tal; para o qual efeito sabem e aplicam práticas milagrosas e invenções diabólicas, segundo provam e mostram a experiência e a prática diária dos que estão na Índia, como eu próprio em parte bem constatei.

Existe ainda uma outra erva na Índia, a que os portugueses chamam *erva-sentida*[307], em virtude de ela ficar frouxa e fechar as suas folhas pelo facto de alguém se chegar a ela e a tocar, ou apenas atirar areia ou qualquer outra coisa contra ela, não se recompondo ou abrindo enquanto a pessoa ficar perto dela. Mas mal a pessoa lhe vira as costas e se vai embora, as folhas abrem de novo e ficam de novo rijas e boni-

[306] Orta fala de «sangrar da vea do artelho» (col. 20).

[307] Orta fala da planta, que seria uma espécie de mimosa, sem lhe indicar o nome (col. 27). Porém, Cristóvão da Costa descreve a planta pormenorizadamente no seu *Tratado*.

tas, como se acabassem de nascer, mas se forem tocadas de novo, afrouxam e fecham-se logo de novo, facto agradável de contemplar, mas estranho de notar.

Outra coisa para estranhar, e que parecerá inacreditável a quem nunca a viu, é que dentro da cidade e ilha de Goa, no fim da cidade, num lugar chamado Mata-Vacas, onde se abatem e matam as vacas, bois, carneiros e todo o gado para alimentação dos habitantes, se encontram jogados ao chão e espalhados por toda a parte, como coisas inúteis, os cornos dos animais. Pois, para além de nem os portugueses nem os indianos os utilizarem, é também para os portugueses e espanhóis uma grande injúria ter alguma coisa feita de cornos, ou apontar entre si para um corno, ou deitar um corno à frente da porta de alguém, razão pela qual se matariam e desfariam um ao outro. E também se faz dura justiça se alguém ofender um outro aludindo de alguma maneira a um corno, mesmo que seja apenas pelo nome, pois assim indicam um homem cuja mulher se mete com outro. Voltando de novo à nossa matéria, deve saber-se que estes cornos, depois de ali estarem por algum tempo, se fixam na terra, a saber, pelo interior dos cornos, e criam raízes como se fossem árvores. E eu próprio arranquei-os frequentemente com raízes de um comprimento de dois ou três palmos, o que não acontece em nenhum outro lugar do mundo, tanto quanto se saiba. A causa desta ocorrência despertou a admiração de muitos investigadores curiosos de coisas estranhas, mas nenhum conseguiu descobri-la. Contudo, a terra é predominantemente pétrea, pelo que os de Goa têm de ouvir com frequência em zombarias a crítica de serem eles os principais *cornudos*, por se poderem cortar os cornos definitivamente em outros lugares, enquanto é impossível cortar de vez os de Goa, que têm raízes, pois em virtude destas logo começam a crescer de novo, pelo que têm de andar com eles pacientemente a vida inteira. E com isto quero terminar o que toca às ervas, árvores e plantas comuns da Índia, embora existissem ainda muitas outras de mil variedades, que na sua diversidade e estranheza são muito diferentes das ervas dos nossos países, mas por não conhecer os seus nomes em pormenor e também para evitar a prolixidade, quis apenas fazer menção das mais comuns e mais conhecidas.

Capítulo 62

Das especiarias, drogas, plantas e materiais que dizem respeito à medicina e farmácia, a saber, das mais comuns que são comercializadas na Índia diariamente. Do modo e maneira e dos lugares da sua vegetação; em primeiro lugar, da pimenta.

A pimenta[308] existe em muitas variedades, a saber, preta, branca, longa e pimenta chamada *canarim*. A preta é a mais vulgar e a que de lá mais se leva para todo o lado; a branca e longa também é exportada, mas pouco; a pimenta *canarim* nunca é levada para fora da Índia, pois é pouco estimada. A pimenta preta, que é a mais vulgar e melhor, cresce na sua maioria na costa e terra do Malabar, que começa 12 léguas a sul

[308] Em grande parte baseado em Orta, col. 46.

de Goa, estendendo-se até ao cabo de Comorim e abrangendo as terras do litoral, entre as terras altas do Balagate e o mar. No interior não cresce nenhuma pimenta. Aqui se carrega anualmente a pimenta que é levada para Portugal, sendo depois distribuída por toda a Cristandade. Daqui é também frequentemente embarcada pelos maometanos para o mar Vermelho e para o interior, via Balagate, assim como para a Pérsia, a Arábia e todas as regiões circundantes. E embora isso seja estritamente proibido pelos portugueses, que exercem apertada fiscalização, e por essa razão vigiam o mar e a costa com todo o zelo, a pimenta é exportada às escondidas em grandes quantidades, e por vezes até com *salvo-conduto* ou passaporte dos portugueses.

Cresce igualmente muita pimenta preta perto de Malaca e nas ilhas de Samatra, Java, Sunda e em outros lugares, como referi na descrição desta costa e destas ilhas. Aqui também nasce pimenta branca, que é como a preta, sendo apenas a casca exterior branca e lisa, sem rugas, mas tendo a mesma virtude e o mesmo sabor que a pimenta preta; esta vem muitas vezes misturada na pimenta de Malaca. A pimenta que cresce nos arredores de Malaca também é por vezes transportada para Portugal, embora em pequenas quantidades, pois cada dois anos vai lá uma nau de Portugal para carregar alguma pimenta, mas sobretudo cravo e flores de noz-moscada, assim como outras mercadorias chinesas. E a maior parte desta pimenta é gasta naquelas partes, como no Pegu, Sião, e principalmente na China e em outros lugares vizinhos, que têm um comércio diário entre si.

A pimenta chama-se «molanga» entre os malabares e nas terras de Malaca «lada», em árabe «filfil»; os *guzerates* de Cambaia e os *decanins* do Balagate chamam-lhe «meriche», os de Bengala «morois», enquanto à *pimenta longa*, que cresce apenas em Bengala e Java, chamam «pepilini».

A pimenta cresce ou é plantada ao pé de uma outra árvore, e mais frequentemente ao pé das árvores onde nasce a *areca*, ou outras similares, trepando por elas acima, como o *bétele* ou a hera. As folhas da pimenta são como as folhas da laranjeira, mas um pouco mais pequenas; são verdes e algo pontiagudas, mastigadas ardem um pouco e têm um sabor quase idêntico ao do *bétele*. A pimenta nasce em cachos como as uvas, mas os grãos são muito mais pequenos e finos, algo mais densos do que as groselhas, e estão sempre verdes até começarem a secar e a amadurecer, o que sucede em Dezembro e Janeiro, que é a altura em que são colhidos.

A *pimenta longa* cresce sobretudo em Bengala e também alguma na ilha de Java. É uma árvore de uma feição completamente diferente. A *pimenta longa* é do comprimento de uma agulha ou ponta de uma agulheta, mas um pouco mais grossa, tendo em todos os lados uma grossura igual. Por fora é rugosa e parda, e por dentro mais esbranquiçada, com pequenas sementes, mas tem o mesmo sabor e uso que a pimenta preta e branca.

A pimenta branca é, como ficou dito, igual à preta na feição e no sabor, embora seja considerada melhor e mais forte. Também não existe em tanta abundância como a preta.

A pimenta chamada *canarim* encontra-se nas regiões de Goa e do Malabar. Tem uma forma semelhante ao trigo mourisco, mas é de cor parda e oca por dentro, com algumas pequenas pevides. Quando comida, tem um sabor e uma quentura idênticas às da outra pimenta, mas apenas é usada pelo povo miúdo, razão pela qual lhe cha-

mam pimenta *canarim*, quer dizer, pimenta do lavrador ou pimenta da gente pobre e comum. Por essa razão nunca é levada para fora, pois é muito fraca e de pouco valor, e nem sequer daria para pagar o frete.

A outra pimenta é muito consumida e usada pelos próprios indianos na Índia e nas partes do Oriente, e isso em maior quantidade do que a que é transportada anualmente para todos os outros lugares, pois não comem nenhum prato a que não acrescentem mãos cheias de pimenta, sem ser pisada, pelo que a consomem em grande abundância. Na descrição da costa do Malabar referi onde a maior parte da pimenta cresce e é carregada, mencionando os lugares e portos da costa do Malabar onde os navios portugueses tomam as suas cargas. Aqui devemos seguir avante.

A pimenta (ainda verde) é também frequentemente conservada em potes, com sal e vinagre, e assim é guardada muito tempo e também transportada para Portugal, embora seja usada na sua maioria na Índia, e chamam-lhe pimenta em *achar*. Usam idêntico processo com todas as outras especiarias e frutas da Índia, que são comidas normalmente para abrir o apetite, tal como se usam entre nós as alcaparras, azeitonas, limões, etc., conservados em salmoura.

Anotação de Paludanus

A pimenta é usada na cozinha e na farmácia, mas em ambos os lugares como medicamento e não como alimento. Aquece o estômago e digere o muco frio do mesmo. No caso de dores de estômago devidas a prisão de ventre e gases, é aconselhável engolir cada manhã cinco grãos de pimenta. Quem tiver uma visão nublada deve tomar grãos de pimenta com anis, funcho e cravo, pois isso afasta e consome os vapores que estorvam a visão. Com as três variedades de pimenta faz-se na farmácia a seguinte mistura: juntam-se 25 dracmas de cada variedade de pimenta (branca, preta e longa), com um raminho de tomilho bravo, de gengibre e de anis, acrescentando-se mel à discrição; esta mistura aproveita a quem tiver um estômago frio, soluços, uma doença do fígado, hidropisia, etc.

Capítulo 63

Da canela.

A canela[309] chama-se «cinnamomum» em latim, enquanto os árabes lhe chamam «quirfá», os persas «darchini», os de Ceilão, onde nasce em maior quantidade, «cuurdo», os de Malaca «caismão» e os malabares «cameá». As árvores são do tamanho de oliveiras, e algumas mais pequenas, com folhas da cor da folha do loureiro, mas semelhantes às do limoeiro, embora algo mais estreitas. Têm uma floração branca e uma fruta do tamanho de azeitonas portuguesas, da qual também se faz óleo, que é usado para muitas coisas. A árvore tem duas cascas; a segunda casca é a canela, a qual é cortada em pedaços quadrados e assim posta a secar. No início é de cor cinzenta, e mais tarde, quando começa a secar, enrola-se por si própria, adqui-

[309] Em grande parte baseado em Orta, col. 15.

rindo a cor que tem quando chega aqui, a qual é provocada pelo calor do sol, que a curte. A árvore da qual se tira a casca deixa-se ficar em repouso, pois em três anos cria de novo uma outra casca como antes. Estas árvores encontram-se em grandes quantidades, pois crescem espontaneamente sem serem plantadas, tal como as matas. A raiz desta árvore dá uma água que cheira como a cânfora. É proibido arrancá-las, para não danificar as árvores. A canela mal curada tem uma cor cinzenta e a demasiado curada é quase preta, mas a bem curada é avermelhada.

Da canela também se destila muita e excelente aguardente, quando ainda está meia-verde. É muito usada na Índia e por vezes também exportada para Portugal e para outros lados. É muito suave para beber e cheirar, mas muito quente e forte. É utilizada contra cólicas e outras doenças provenientes do frio. É igualmente muito boa contra o mau hálito e o mau cheiro da boca. Também se destila água das flores desta árvore, mas não é tão boa nem tão estimada como a da própria canela.

Os lugares onde melhor cresce a canela e em maior quantidade encontram-se na ilha de Ceilão, onde há matas repletas dela. Também cresce muita na costa do Malabar, onde existem algumas matas de canela, mas de qualidade muito inferior, sendo as árvores também mais pequenas e de cortiça e casca muito mais rudes e grossas, com pouca virtude. A da ilha do Ceilão é a mais fina e a melhor, tendo um preço três vezes superior. A canela do Malabar chama-se *canela-do-mato* ou canela brava. É proibido transportá-la para Portugal; contudo, carregam-na frequentemente em grande quantidade, mas com o nome de canela de Ceilão, sob o qual a deixam passar, para que el-rei arrecade os seus direitos inteiros, tanto da má como da boa. Enquanto que um *quintal* de canela de Ceilão na Índia vale até cinquenta e sessenta *pardaus*, a canela brava vale apenas dez ou doze *pardaus*, mas tudo é registado na Índia como sendo canela de Ceilão, e em Lisboa devem pagar-se de direitos a el-rei quinze ou dezasseis *mil-réis* por cada *quintal*, tanto da má como da boa, e todas as outras especiarias em conformidade. E na Índia não se pode carregar absolutamente nada, nem mesmo escravos, sem que tudo seja registado em Cochim; e caso em Portugal se encontre algo que ficou fora do registo, logo é confiscado em nome de el-rei.

Também cresce canela nas ilhas de Java e perto de Malaca, mas pouca, e não é tão boa como a de Ceilão. Algumas das árvores que se usam na Índia para fazer lenha, ao serem queimadas, cheiram como a madeira de canela.

Anotação de Paludanus

A canela aquece, abre e fortalece todas as partes interiores, contrai um pouco, reforça o estômago e ajuda a digestão. É igualmente usada com proveito contra todo o género de peçonhas que possam fazer mal ao coração. A canela, bebida com água de poejo e de artemísia, empurra a placenta, abre a madre obstruída e regulariza os fluxos da mulher. A canela também é boa contra fístulas e catarros, caso baixem da cabeça para as partes inferiores, e igualmente contra a hidropisia e mau funcionamento ou obstrução dos rins, etc.

A água e o óleo da canela reforçam muito todas as partes interiores, a cabeça, o coração, o estômago, o fígado, etc.

Capítulo 64

Do gengibre.

O gengibre cresce em abundância por toda a Índia, em muitos lugares, mas o melhor e mais exportado vem da costa e terra do Malabar. Cresce como o colmo holandês fino e novo, com dois ou três palmos de altura, sendo a raiz o gengibre. Na Índia é frequentemente comido verde, em salada, e também salgado em vinagre, chamando-se então *achar*, como ficou dito da pimenta e de outras frutas que se costumam usar assim na Índia. A altura da apanha e da seca ocorre geralmente em Dezembro e Janeiro. Secam-nos da seguinte maneira: são cobertos de barro, de modo a tapar e encher os buracos, assim os mantendo mais frescos, pois o barro protege-os dos vermes, que sem esta protecção logo os comeriam.

É pouco estimado na Índia. Não obstante, levam-no em grande quantidade tanto para o mar Vermelho como para Ormuz, Pérsia e Arábia, mas pouco para Portugal, pois não compensa o frete e os direitos. Apenas os arcabuzeiros das naus da Índia podem trazer certos *quintais* sem pagarem direitos, o que lhes foi concedido pelos reis de Portugal em tempos passados e ainda hoje é mantido, podendo ainda vendê-los aos mercadores. Desta maneira é trazido algum, mas para além disso nada de nada, uma vez que a maioria do gengibre é trazido para Espanha de Cabo Verde e da ilha de São Tomé, do Brasil, das ilhas de Santo Domingo e da Índia espanhola, sendo muito comercializado em Espanha, pelo que o da Índia portuguesa é trazido em escassa quantidade, tanto pelo longo caminho como pelos grandes custos. Este último, porém, ultrapassa em qualidade todo o outro gengibre. O mesmo sucede com todas as especiarias, metais e pedras chamadas orientais, quer dizer, as das terras da Índia portuguesa, que ultrapassam todas as outras em qualidade e virtude, como a experiência diária mostrou sobejamente. Em Bengala fazem-se também muitas conservas de gengibre com açúcar, mas a melhor conserva de gengibre vem da China; é muito boa para comer, gasta-se e vende-se muito na Índia, e é também transportada para Portugal e para cá, etc.

Anotação de Paludanus[310]

O gengibre é chamado «gimzibil» por árabes, persas e turcos; no Guzerate, no Decão e em Bengala, quando ainda fresco e verde, «adrac», e seco «sucte»; no Malabar, seco ou verde, «imgi»; em malaio «aliá».

O gengibre nasce como os lírios aquáticos ou como a espadana, sendo embora algo mais preto, com um caule de dois ou três palmos de altura, com uma raiz como o lírio, e não rasteira, como escreveu António Musa, e também menos aguda, nomeadamente o que nasce em Baçaim, pelo excesso de humidade.

Estas raízes são cortadas em pedaços, misturadas com outras ervas e comidas como salada, com óleo, sal e vinagre. Também são cozinhadas juntamente com peixe e carne.

[310] Baseia-se em Orta, col. 26.

O gengibre cresce em todos os lugares da Índia. É semeado ou plantado, pois aquele que cresce por si próprio não é tão bom. O melhor e mais abundante vem do Malabar; é muito procurado pelos árabes e persas. A seguir vem o de Bengala. Em terceiro lugar vem o de Dabul, de Baçaim e de toda essa costa. No deserto e no interior encontra-se pouco. Também existem nas ilhas de São Lourenço e dos Comores. A respeito da força e características do gengibre deve saber-se que facilita a evacuação, fortalecendo o poder de digestão. Outros autores, pelo contrário, crêem que o gengibre obstrui, pois favorecendo a digestão completa da comida estanca diarreias provenientes de humidades cruas. O gengibre aquece o estômago frio, e é indicado contra os inchaços que escurecem os olhos, sendo usado em muitos medicamentos.

Capítulo 65

Do cravo.

Os cravos[311] são chamados «calafur» pelos turcos, persas e árabes e pela maioria dos indianos, e nas ilhas Molucas, único lugar onde se encontram e crescem, chamam-lhes «chanque». Estas ilhas são cinco; estão situadas debaixo da linha equinocial, como foi referido na respectiva descrição. Não têm outra coisa a não ser o cravo, que dali é transportado para o mundo inteiro. As árvores onde nasce são como os loureiros; as flores são brancas no início, logo depois verdes, e no final vermelhas e endurecidas, o que constitui o cravo propriamente dito. Quando estas flores estão verdes têm o cheiro mais suave do mundo. Os cravos crescem muito perto uns dos outros e em grande abundância. São colhidos e depois secos. A sua verdadeira cor quando secos é um amarelo escuro, e para adquirirem uma cor preta são normalmente fumados. Os cravos que ficam na árvore por colher fazem-se mais grossos e ali ficam até ao ano seguinte; a estes chamam madre do cravo. Nos lugares onde estão as árvores, não cresce qualquer tipo de erva ou de verdura, ficando tudo completamente árido, pois as árvores absorvem toda a humidade para si. Aquilo a que os portugueses chamam *bastão* e nós o **romp** do cravo, são as hastes de onde estes cravos pendem da árvore. Tudo é apanhado em conjunto e misturado, pois nas Molucas não se limpam os cravos, embora na Índia se separem por vezes, mas nem sempre. Na maioria das vezes o cravo é vendido e consumido numa mistura de pó, madre e bastão; apenas se separa o que é para ser mandado para Portugal.

Estes cravos têm uma natureza tão quente que, quando na Índia são limpos e separados do pó, se na sala onde são limpos se encontrar uma tina ou um balde de água, ou qualquer outra bacia com vinho ou líquido, mesmo ficando bem afastada, tudo absorvem e secam em espaço de poucos dias, pois pela sua grande quentura, sugam toda a humidade para si, como por experiência vi muitas vezes acontecer. A mesma natureza tem a seda não fiada da China, pelo que quando esta seda se encontrar algures numa casa ou soalho, a saber, em tábuas que ficam

[311] Linschoten baseia-se em Orta, col. 25.

um ou dois pés por cima da terra, e se regar e inundar este soalho com água, sem no entanto tocar na seda, na manhã seguinte toda esta água estará dentro da seda, que a sugou para si. Os indianos usam frequentemente este processo para tornarem a seda que querem vender mais pesada, pois na seda tal não se consegue ver nem descobrir.

Voltando de novo às árvores do cravo, estas crescem a cerca de um tiro de camelo do mar, sem serem plantadas ou cultivadas, pois o único cuidado que com elas têm é limpar-lhes a terra por baixo quando querem apanhar e recolher os cravos. As árvores não podem crescer muito perto do mar nem muito longe dele, pois todas estas ilhas são cercadas pelo mar. Quando o ano é fértil, os cravos são mais abundantes do que as folhas. E quando são colhidos, não os arrancam com as mãos, mas sim com cordas que põem em volta dos ramos, que depois puxam com força, razão pela qual as árvores ficam tão danificadas que no ano imediato dão menos fruto do que no que se segue. As árvores nascem dos cravos que caem ao chão, tal como os castanheiros, e crescem muito rapidamente, em virtude da abundância de chuva, por estas ilhas se situarem por baixo da linha equinocial; dão fruto dentro de oito anos e podem durar mais de cem anos. A época em que os cravos são colhidos e secos é de Setembro a Janeiro. Dos cravos ainda verdes também se fazem boas conservas em açúcar, e são igualmente salgados em vinagre e guardados em potes, para fazer *achar*, sendo desta forma levados para Malaca e Índia. Dos cravos verdes ainda fazem uma água destilada que é muito cordial e utilizada para muitos fins medicinais. As mulheres indianas têm por costume frequente mastigar estes cravos para assim terem bom hálito, o que as mulheres portuguesas que lá vivem também já começam a imitar. As folhas das árvores do cravo são em tudo semelhantes às folhas do loureiro.

Anotação de Paludanus

Os cravos crescem em árvores que no tamanho e no aspecto são iguais aos loureiros, só que as folhas são um pouco mais delgadas, como folhas de amendoeira ou salgueiro. Têm muitos raminhos e flores abundantes, as quais se transformam nestes frutinhos chamados cravinhos, em virtude da sua forma, que é igual à do cravo; crescem como os bagos do mirto nas pontas dos raminhos. Os cravinhos são muito usados, tanto em comidas como na medicina. Os de Java preferem os cravos graúdos, que ficaram um ano na árvore (mas não são machos, como Avicena crê erradamente), enquanto que nós procuramos os mais finos. Nas Molucas, estes, ainda verdes, são conservados em vinagre e sal e alguns em açúcar, sendo extremamente agradáveis para comer. A água destilada dos cravos verdes tem um cheiro muito suave e fortalece o coração. Também se provocam suores em pessoas que sofrem de morbo-gálico com uma mistura de cravos, noz-moscada, maça e pimenta longa e preta. Algumas pessoas deitam pó de cravo na testa contra dores de cabeça por frialdade. Os cravos fortalecem o fígado, o estômago e o coração; também ajudam na digestão das comidas, são proveitosos para a urina e para a diarreia; deitados nos olhos, fortalecem a visão e eliminam as nuvens. Quatro dracmas de cravo bebidos com leite estimulam as práticas de Vénus.

Capítulo 66

Da maça ou flor de noz-moscada e da noz-moscada.

A árvore da noz-moscada é igual à pereira ou pessegueiro, embora um pouco mais estreita; tem folhas redondas[312]. Estas árvores crescem na ilha de Banda, não longe das Molucas, e também nas ilhas de Java e Sunda, de onde as nozes são transportadas para a China e Malaca e daí para a Índia e outros lugares. A fruta é em tudo igual a um grande pêssego redondo, e no seu interior está a noz-moscada. Esta noz é envolvida por uma casca dura como madeira, dentro da qual fica solta. Esta casca de madeira é coberta e revestida de flores de noz-moscada, a que chamam *maça*, em volta das quais se encontra a fruta, que é como a fruta do pêssego por fora. Quando está madura, é uma comida excelente e tem um cheiro muito suave. Estas frutas ou pomos são frequentemente conservadas inteiras em açúcar, sendo assim vendidas por toda a Índia, onde são muito estimadas, pois na verdade é a melhor conserva que se faz em toda a Índia. Estas conservas são muitas vezes trazidas para Portugal e também para cá. Também se conservam em vinagre, sendo igualmente muito consumidas na Índia sob esta forma.

Quando as nozes amadurecem, começam a tufar-se e a primeira casca rebenta, ficando a flor de noz-moscada com uma cor muito avermelhada, como escarlate, sendo muito agradável de ver quando as árvores estão carregadas de frutas. E por vezes rebenta também a *maça*, razão pela qual as nozes de vez em quando vêm sem *maça*. E quando se secam as nozes-moscadas, a *maça* cai, mudando-se a cor vermelha para cor de laranja, como se pode observar na *maça* que é trazida para cá. As ilhas onde nascem, principalmente Banda, são terras insalubres, assim como as ilhas Molucas. Morrem muitos dos que lá comerciam, passando grandes perigos de doenças e de vida. Não obstante, os grandes lucros levam-nos a aceitar esta viagem. Os habitantes da ilha de Banda, onde a noz-moscada cresce em maior abundância, chamam-lhe «pala», e à *maça* ou flor de noz-moscada «bunapala»; os *decanins* e indianos chamam à noz «japatri» e à *maça* «jaifol», etc.

Anotação de Paludanus

As árvores onde crescem a noz-moscada e a maça são semelhantes às pereiras, mas têm as folhas mais curtas e mais redondas. São indicadas para doenças da cabeça, da madre e dos nervos, etc.

As nozes-moscadas estão cobertas por três cascas. A casca exterior tem um aspecto igual às cascas verdes das nozes; ao amadurecer rebenta e então vê-se uma casca fina como uma rede, que envolve a fruta, e que entre nós se chama maça ou flor de noz-moscada; é muito usada em comidas e medicamentos. A terceira casca é mais dura e mais parecida com madeira do que a primeira, tal como a das nozes, embora seja mais preta, e ao abri-la encontra-se a noz-moscada.

[312] Linschoten baseia-se em Orta, col. 32.

Quando a fruta está madura e a casca exterior rebenta, a maça é toda de uma linda cor vermelha; se a seguir a fruta for seca, a maça rebenta igualmente, adquirindo uma cor amarela dourada. Encontram-se duas variedades de nozes-moscadas. Umas compridas, chamadas machos, e outras redondas, que são melhores e mais fortes.

As nozes-moscadas confortam o cérebro, estimulam a memória, aquecem e fortalecem o estômago, expelem os gases, dão bom hálito, purgam a urina, estancam a diarreia e os vómitos, em suma, são boas contra todo o género de afecções frias da cabeça e do cérebro, do estômago, do fígado e da madre. O seu óleo é melhor e mais eficaz contra todas as afecções acima referidas.

A maça é especialmente indicada para um estômago fraco e frio, ajudando a digestão das comidas, consumindo todas as más humidades e expelindo gases.

Capítulo 67

Do cardamomo.

O cardamomo[313] é uma especiaria que se usa muito na Índia para cozinhar, e os indianos têm-no vulgarmente na boca para mascar. É muito indicado contra o mau hálito e os maus humores da cabeça, servindo também como medicamento contra outras afecções. Cresce como os cereais e é quase igual ao trigo mourisco, mas tem uma cor esbranquiçada, a puxar para o amarelo. São vagens do tamanho de grãos de trigo mourisco ou mais pequenas, tendo no seu interior dez ou doze grãozinhos, o cardamomo propriamente dito. Existem duas variedades de cardamomo, a saber, a maior e a menor. Os malabares chamam-lhe «etremilly»[314]; os *guzerates*, *decanins* e bengalis chamam-lhe «hil», e os mouros que vivem entre eles «elachi». Esta especiaria é muito comercializada e usada na Índia, sendo levada para todas as partes. A maior parte do cardamomo cresce em Calecute e Cananor, lugares na costa do Malabar. Existe também em outros lugares do Malabar, assim como na ilha de Java, mas a maior parte é comercializada e transportada para todos os lados a partir dos referidos lugares. Pouco se leva para Portugal, por causa dos grandes custos e do longo caminho; por vezes, os marinheiros e outra gente do mar levam algum. Na Índia não se cozinha arroz sem usar cardamomo; dá um sabor e cheiro agradáveis à comida, tal como qualquer das outras especiarias da Índia.

Anotação de Paludanus

Avicena refere duas espécies dele, chamando a uma «cacollá quebir», que é o cardamomo maior, e a outra «cacollá ceguer», que é o cardamomo menor. No Malabar chamam-lhe «etremilly», em Ceilão «ençal», em Bengala, Guzerate e no Decão por vezes «hil» e outras vezes «elachi», e isto entre os mouros, pois todos os gentios de toda a Índia lhe chamam «dore». O cardamomo não foi conhecido pelos antigos gregos como Galeno,

[313] Baseado em Orta, col. 13.

[314] Erro copiado dos *Colóquios*, onde se deveu a erro tipográfico, do malaiala «elattari».

Dioscórides e outros. Embora Galeno escrevesse no livro 7.° das *Simplices* que o cardamomo não é tão quente como o masturço ou agrião, mas mais agradável e suave de cheiro, com algum amargor, estas características não correspondem ao cardamomo da Índia. Dioscórides louva, no capítulo 5 do livro 1, o cardamomo que é trazido de Comagena, da Arménia e do Bósforo (embora também referisse que ele cresce igualmente na Índia e na Arábia). Porém, acrescenta que se deve escolher o que é farto e difícil de quebrar, picante, de sabor amargo, e cujo cheiro sobe à cabeça, enquanto que o cardamomo indiano é trazido para os lugares de onde Dioscórides diz provir o seu, sem ser difícil de quebrar, nem subir à cabeça, nem tão-pouco ser amargo ou tão picante como o cravo[315].

O cardamomo maior tem uma casca ou vagem oblonga e triangular, onde se encontram grãos vermelho-pálidos, angulosos; o menor tem igualmente uma vagem triangular, mas mais curta e com grãozinhos mais pequenos, divididos ao meio por uma película. E deste cardamomo ainda há três variedades: minus, medium e minimum, quer dizer, pequeno, mais pequeno ou médio, e pequeníssimo.

O cardamomo aquece o estômago, digere os alimentos e afasta as tonturas da cabeça. É também comido com *bétele*, para purificar a cabeça e o estômago de muco.

Capítulo 68

Da laca.

A laca é chamada «asi»[316] pelos malabares, bengalis e *decanins*, e «lac»[317] pelos mouros. Os do Pegu, onde se encontra a melhor e onde se faz o melhor comércio com ela, chamam-lhe «trec». Estes fazem grandes negócios com ela na ilha de Samatra, outrora chamada Taprobana[318], ali a trocando por pimenta. Daqui é levada para o mar Vermelho, Pérsia e Arábia, assim se explicando que os árabes e persas, e também os turcos, lhe chamem «locsumutri», quer dizer, laca de Samatra, por dali ser trazida para estas regiões. A laca é feita da seguinte maneira. No Pegu e nos lugares de onde vem, existem em certos lugares formigas muito grandes com asas[319]; estas formigas sobem a umas árvores (semelhantes a ameixieiras ou outras similares), que produzem uma certa goma que é por elas sugada e com a qual fazem depois a laca, em volta dos ramos destas árvores, tal como as abelhas fazem o mel e a cera. E quando os ramos estão cheios, vêm os donos das árvores e quebram-nos e põem-nos a secar. E assim podem-se tirar os ramos, ficando a laca como um canudo. Por vezes, a

[315] Este passo está bastante confuso, devido a uma interpretação errada do texto de Orta (col. 13).

[316] O capítulo é uma adaptação do col. 29 de Orta. «Asi» é um erro de leitura de Linschoten. Orta escreve: «em Bengala e no Balagate e no Malavar, onde o ha, tambem lhe chamam *asi* [= assim]», referindo-se à palavra «locsumutri», usada por árabes, persas e turcos.

[317] Outro erro, em consequência do acima referido. Segundo Orta não são os mouros mas sim os indianos de Bengala, de Balagate e do Malabar que lhe chamam «lac» «na lingua da própria terra», usando portanto a palavra que «aprenderam dos Mouros», juntamente com a palavra que existe na sua própria língua.

[318] A localização da Taprobana clássica, actualmente identificada com Ceilão, foi na época objecto de controvérsia, oscilando as opiniões entre esta última ilha e Samatra. Veja-se o que diz Orta: «[Ceilão que] alguns dixeram ser Trapobana ou Çamatra» (col. 15).

[319] Trata-se na verdade de hemípteros, o *Coccus laca*.

madeira quebra lá dentro, e quanto menos madeira tiver por dentro, melhor. Os pedaços e migalhas que caem por terra são derretidos juntos; mas não dão uma laca tão boa, pois têm sempre alguma sujidade ou terra misturadas. Acontece muitas vezes verem-se ainda misturadas na laca crua as asas das formigas. Quando a laca está crua, tal como vem da árvore, tem uma cor rosada-escura. Na Índia, depois de refinada e limpa, fazem-na de todas as cores.

Anotação de Paludanus

Pulverizam a laca e derretam-na; e então juntam-lhe todas as cores que querem, vermelho, preto, verde, amarelo, etc., e fazem dela aqueles pauzinhos que se vendem entre nós para selar cartas.

Depois, decoram as suas camas com ela, quer dizer, quando a madeira está toda torneada e tem a sua forma definitiva, pegam num pedaço de laca da cor que desejam, o qual chegam à madeira à medida que ela é torneada, de maneira que, através do calor gerado pela fricção e pelo tornear, a madeira fica envolvida numa camada de laca com a espessura de uma unha. E a seguir pulem a laca com palha grossa ou outros juncos secos, de modo que a madeira fica toda coberta e lisa como um espelho, sendo muito agradável à vista, e se a aplicação for bem feita dura tanto tempo como a madeira. Desta maneira fazem na Índia todas as coisas, tanto camas e cadeiras como todas as outras obras de madeira torneada, coisa extremamente comum e muito usada por toda a Índia. As obras mais bonitas deste género são originárias da China, como se pode ver em todas as coisas que de lá vêm, tais como escrivaninhas, rodelas, mesas, guarda-louças, caixinhas e mil outras coisas semelhantes, todas cobertas e trabalhadas com laca de todas as cores e feitios, tão admirável em limpeza e lisura como se de tinta se tratasse, sendo embora tudo de laca. Usam também a laca para encher todas as obras de prata e ouro, a saber, os cabos das facas e de outras coisas, que por fora fazem muito formosamente de prata e por dentro enchem de laca. Os indianos são igualmente tão subtis que fazem os anéis de ouro com uma bela e cuidadosa aparência, parecendo feitos de ouro maciço, mas sendo na realidade ocos e cheios de laca por dentro, sem que ninguém note a diferença, a não ser que disso seja advertido. A laca também existe em Balagate e no Malabar, mas em pouca quantidade; a maior parte vem da terra e reino do Pegu, de onde é levada para a Índia e para todas as partes.

Capítulo 69

Do anil ou índigo.

O *anil*[320], também chamado índigo, e no Guzerate «gali», noutras partes «nil», é uma tinta preciosa, muito apreciada e comercializada em Portugal. Cresce na Índia,

[320] Este capítulo baseia-se em Orta, col. 7.

no reino de Cambaia. A erva é quase igual ao rosmaninho. O anil é semeado como outras ervas, sendo colhido e seco na época própria. A seguir é molhado e pisado, e assim de novo posto a enxugar por alguns dias e preparado. No início é verde puro, mas mais tarde torna-se azul puro, tal como quando é trazido para cá, e quanto mais limpo de terra e de pó está, melhor é. E para se verificar se é bom, queima-se com uma vela; caso se desfaça como farinha fina, é bom; mas caso fique como areia, é mau. Do mesmo modo, se ficar a flutuar quando deitado na água, é bom, se for ao fundo, é mau. Este *anil* é muito estimado e vale sempre ou normalmente mais do que os cravos, tanto na Índia como em Portugal. Há poucos anos[321], el-rei arrendou o comércio do anil, pelo que ninguém o pode comprar na Índia, nem levar para Portugal, a não ser os rendeiros, tal como sucede com a pimenta.

Anotação de Paludanus

O *anil* ou nil, como afirma o doutíssimo Dr. Camerarius, que teve estas plantas na sua horta, tem folhas azuis-celeste, algo parecidas com as folhas da erva chamada «barba iovis» em latim e em neerlandês **donderbaert**, mas um pouco mais largas.

Capítulo 70

Do âmbar, do almíscar e da algália ou civeta.

Alguns crêem que o âmbar[322] é esperma[323] de baleia; outros acreditam que é escuma e esterco de baleia; outros ainda presumem ser uma espécie de betume, que mana de uma fonte que se encontra no fundo do mar, que lança assim o âmbar para cima. Contudo, pode-se crer que não é nenhum dos dois primeiros, pois se fosse algum destes, diariamente se encontraria muito âmbar nas nossas regiões, nomeadamente na costa e mar de Biscaia, onde se pescam tamanhas quantidades de baleias; porém, nunca ali se encontra âmbar. Antes seria de acreditar que fosse um betume ou breu de uma fonte, ou de outra coisa, que mana do fundo do mar e assim vem ao de cima, já que é achado em certos lugares e não em outros. É encontrado em maior quantidade e trazido diariamente de perto da costa de Sofala e Moçambique, e da costa de Melinde ou Abex. Por vezes, é igualmente encontrado nas proximidades das ilhas Maldivas e do cabo de Comorim, mas em pequena quantidade e menos frequentemente do que em Sofala e Moçambique.

Outras pessoas acreditam que o âmbar é uma terra esponjosa, oriunda de quaisquer ilhas ou baixios cobertos ou escolhos escondidos, que com o tempo e pela força do mar é desfeita em pedaços e levantada, tal como pedra flutuante e matérias semelhantes, pois é muitas vezes encontrado em pedaços flutuantes com o tamanho de

[321] Em 1588. Ver Couto, *Dec.* X (10-6).

[322] Baseado em Orta, col. 3.

[323] Orta fala de «sperma da balea». Linschoten traduziu «saliva» ou «espuma» («schuijm»). Ele pode ter lido ou percebido mal, mas é antes provável que tenha preferido uma tradução mais pudica.

dez, doze e mesmo cinquenta ou sessenta palmos. Afirma-se que na Índia se encontraram ilhotas inteiras dele, que foram marcadas pelas pessoas que as tinham encontrado e descoberto, para lá voltarem a carregar; mas regressando outra vez ao mesmo lugar não as conseguiram encontrar. No ano de 1555 foi encontrado perto do cabo de Comorim um pedaço com o tamanho de trinta *quintais*, e a pessoa que o encontrou, pensando que era breu, vendeu-o por pouco dinheiro, mas no final foi reconhecido e estimado pelo que era na verdade.

O âmbar também vem frequentemente misturado com conchas e esterco de aves marinhas que nele fazem ninho. Existe um âmbar de cor parda, percorrido de veios ou nervuras esbranquiçadas; este é o melhor e chama-se âmbar pardo. Há também uma variedade de âmbar totalmente preto, que não é tão estimado como o pardo. Para provar se o âmbar é bom, espeta-se nele um alfinete, e o que mais óleo deita é o melhor.

Entre os indianos é muito usado pelos reis e grandes senhores, nos seus pratos quotidianos; usam-no também para fortalecer e aumentar a luxúria, assim como em muitas obras bonitas, misturado com almíscar, civeta, *benjoim* e outros materiais aromáticos semelhantes, dos quais fazem lindas maçãs e pêras lavradas de prata e ouro, para levar consigo e cheirar; usam-no ainda nos cabos das facas e dos punhais, que são primorosamente feitas de prata, recheados por dentro com os ditos materiais, que brilham à transparência. Estas e outras obras semelhantes são muito comuns na Índia entre os ricos e poderosos da terra, tanto indianos como portugueses.

Anotação de Paludanus

«Ambarium» em latim, «ambar» em árabe, é uma espécie de breu, como correctamente afirma o autor, que é lançado por certas fontes do fundo do mar e logo endurece quando exposto à luz do sol, como outras coisas tiradas do mar, tal como o âmbar amarelo e o coral, etc. Este âmbar, graças ao seu cheiro suave, fortalece a cabeça e o coração, consumindo pela sua secura todos os maus líquidos supérfluos do estômago; é útil contra todas as impurezas e sujidades; ajuda quem sofre de epilepsia; é indicado contra desmaios e levantamentos da madre, ingerido e injectado. Em suma, é indicado para todas as pessoas idosas e para todas as afecções frias.

O *almíscar* vem da China. É produzido a partir de bichos como raposas ou cães pequenos, que são mortos e esmagados à pancada, para, depois de lhes apodrecer o sangue e a carne, serem cortados em pedaços. Com pedaços de pele, de carne e de sangue juntos, enchem bolsinhas feitas da pele, cosendo-as depois em volta, para assim poderem ser vendidas e transportadas. Estas bolsinhas têm normalmente o peso de uma *onça* e os portugueses chamam-lhes *papos*. Contudo, os verdadeiros *papos* e o almíscar verdadeiro e bom são os companhões ou testículos destes bichos. A outra substância, embora também passasse por almíscar, não é tão boa como os testículos, razão pela qual os chineses (que são manhosos em todos os seus negócios) fazem todas as bolsinhas redondas, à maneira de testículos, para assim enganarem as pessoas e nelas aumentarem o desejo de comprar.

O animal tem uma natureza ou entendimento maravilhoso, pois quando é caçado, e vendo que já não pode escapar, mete os testículos entre os dentes e corta-os, lançando-os fora, como se dissesse: «já que isto é o que vos interessa, aqui têm», e enquanto o caçador está ocupado a apanhá-los, ele por vezes consegue fugir e assim salvar a vida[324].

Os chineses têm muitas manhas para vender o almíscar, ao qual juntam muitas porcarias, como por vezes fígado de boi ou de vaca, seco e pisado, que misturam com o almíscar, como diariamente se pode comprovar pela experiência, examinando o produto. Quando o almíscar está quase estragado e a perder o aroma, tira-se do saco e pisa-se cuidadosamente num almofariz, molhando-o de seguida com um pouco de mijo de criança ou de menino, colocando-o num boião de chumbo. Se for bem fechado, logo ficará bom, se ainda tiver em si alguma força ou vigor.

Anotação de Paludanus

Alguns são da opinião que o almíscar nasce em certas alturas do ano em volta do umbigo de um bicho, à maneira de um tumor. O amarelo pálido é o melhor. Fortalece o coração tremente e frio, remediando todas as suas maleitas, se for bebido ou ingerido; purifica as manchas brancas dos olhos; seca os catarros húmidos; fortalece a cabeça e cura velhas dores de cabeça, provenientes de expectoração.

A *algália* ou civeta encontra-se também muito na Índia, a saber, em Bengala, mas como os bengalis não conseguem evitar as suas falsidades e burlas, não é muito boa nem muito estimada, pois sempre anda misturada com óleo, areia e outras porcarias e pó, para ter mais peso, de maneira que fica completamente estragada. Mas a melhor civeta é a que vem da Mina e da costa da Guiné, que é muito limpa e boa. Trata-se do suor dos gatos chamados gatos-de-*algália* ou de-civeta, que muitas vezes são trazidos vivos para Espanha e também para cá. E por isto ser sobejamente conhecido e notório, queremos terminar aqui e continuar com as outras especiarias, ervas e produtos da Índia.

Anotação de Paludanus

A civeta cresce nas bolsinhas extremas de um animal que dela toma o seu nome de gato-de-civeta, e é, como Huygen diz correctamente, uma espécie de suor, que se forma na extremidade destes bichos, com uma força quente e húmida. Quando untada no umbigo das mulheres, cura o levantamento da madre; também suscita o desejo nas mulheres.

---

[324] Esta lenda era conhecida desde tempos antigos, mas aplicada ao castor. Isidoro de Sevilha (século VII) dizia até que o nome «castor» vinha do facto de o animal se autocastrar. A lenda, ainda muito divulgada em livros populares de compiladores da Idade Média, foi desmascarada por Alberto Magno (século XIII) com base em experiências com o animal.

Capítulo 71

Do benjoim.

O *benjoim* é uma matéria como o incenso e a mirra, mas é mais estimado, pois serve para muitas coisas medicinais[325].

Anotação de Paludanus[326]

O benjoim, em virtude do seu aroma suave, fortalece o coração, a cabeça e o cérebro; seca os humores supérfluos da cabeça, aviva os sentidos e os seus eflúvios são úteis para afastar as doenças.

É utilizado na composição de outros materiais aromáticos, tal como certas bolas ou pêras de âmbar e almíscar, que precisam sempre de *benjoim* para serem perfeitas. Este *benjoim* cresce muito no reino do Sião, na ilha de Samatra, nas ilhas de Java e nas terras de Malaca. São árvores altas com ramos grossos; têm folhas como o limoeiro, com um caule ou tronco alto e grosso, do qual procede uma goma, que é o *benjoim*. Quando as árvores ainda são novas, dão o melhor *benjoim*, o qual tem uma cor preta e um cheiro suave; chamam-lhe *benjoim de boninas*, ou seja, *benjoim* de flores, e isto pelo seu excelente aroma. O segundo *benjoim* chama-se *benjoim amendoado*, quer dizer, *benjoim* de amêndoas, por estar misturado com bocados de *benjoim* branco, que ficam juntos com o preto, como se fossem amêndoas que foram partidas ao meio. Este *benjoim* não é tão bom, porque o *benjoim* branco provém de árvores velhas e não tem um aroma tão bom, nem tem tanta força como o preto. Só por essa razão é misturado com o preto, para assim ser mais bem vendido. Estas duas variedades de *benjoim* são as melhores e são muito comercializadas, tanto para a Arábia, Pérsia, terra do Balagate, China e outros lados, como para Portugal. A maior parte deste *benjoim* cresce na terra do Sião e perto de Malaca. Ainda se encontra um outro *benjoim*, de qualidade inferior, que cresce nas ilhas de Samatra e de Java. Os habitantes da terra onde cresce este *benjoim* chamam-lhe «cominhan»; os mouros e árabes chamam-lhe «lovanjavy», que é como dizer «incenso de Java»; os *decanins* e os do Balagate chamam-lhe «udo». Fazem-se habitualmente numerosos golpes no caule ou tronco, para que o *benjoim* saia melhor. É vendido na Índia em grandes quantidades, pois é uma das mais valiosas especiarias do Oriente, por ultrapassar no aroma todos os outros incensos.

---

[325] Não há dúvida que Linschoten se baseou em parte em Orta, col. 9, mas tanto ele como Paludanus parecem pouco «inspirados» na descrição de um produto que na altura era considerado bastante importante.

[326] Trata-se de uma anotação de Paludanus, que no original foi inserida no texto corrente entre parênteses.

Capítulo 72

Do incenso e da mirra.

O incenso[327] cresce na Arábia, onde lhe chamam «lovam», enquanto Avicena lhe chama «conder». Trata-se de uma goma que corre do tronco de árvores, tal como o *benjoim*. O melhor incenso nasce em árvores que crescem em montes, rochedos e serras fragosas, pois aquelas que crescem nos campos e na terra plana não dão um incenso tão bom. Existe lá em tanta abundância que muitas vezes o utilizam para revestir os seus navios, como se se tratasse de breu, alcatrão ou resina purificada. Levam-no dali para a Índia, China e para outros lados, muito barato e em grandes quantidades.

Anotação de Paludanus

Existem duas variedades de incenso: o branco, que é redondo e semelhante a gotas, que é o melhor e é chamado macho, e o preto, que não serve para muito, a não ser para queimar. Na Índia e entre nós usa-se o incenso contra a diarreia, contra doenças da cabeça, catarros, náuseas e vómitos, e nas pessoas que cospem sangue; destrói abcessos ocos e cura feridas recentes e que sangram.

A mirra, chamada em indiano «bolla», cresce da mesma forma que o *benjoim* e o incenso. Vem igualmente da Arábia Feliz, mas a maior quantidade é trazida da terra dos abexins, das regiões do interior, que se situam entre Moçambique e o mar Vermelho, a que chamam também Terra do Preste João. Dali é levada para a Índia e para outras partes.

Anotação de Paludanus

A mirra é útil na medicina para provocar os fluxos e expulsar o fruto do ventre, assim como para tosses antigas, diarreia e hemorragias.

Capítulo 73

Do maná e do ruibarbo.

O maná[328] vem da Arábia e da Pérsia, mas a maior quantidade vem da província de Uzbeque, situada na Tartária, para além da Pérsia. O maná é trazido de lá em frascos de vidro, em pedaços que são do tamanho de confeitos de amêndoas, embora de uma feição diferente, pois não têm qualquer semelhança, sendo apenas bocadinhos partidos. É esbranquiçado, com um sabor parecido ao do açúcar, mas algo mais ado-

[327] Baseado em Orta, col. 55.
[328] Baseado em Orta, col. 33.

cicado, como o mel. Os persas chamam-lhe «xircast» ou «xirquest», quer dizer, leite das árvores, pois é o orvalho que cai nas árvores, ficando assim pendurado nas folhas, gotejando como a água gelada nas caleiras ou telhados[329]. Assim é recolhido e guardado em frascos de vidro, para ser levado para a Índia e para todas as partes, pois na Índia é muito usado em todo o tipo de purgas.

Existe uma outra variedade de maná, chamada «tiriamjabim» ou «trumgibim», que é recolhida de outras folhas e ervas. Este maná vem em pedacinhos do tamanho da semente do cânhamo e algo maiores; é de cor vermelha ou rosada. Alguns acreditam que este maná cresce nos troncos das árvores como a goma. É muito usado em Ormuz e na Pérsia, nas purgas, mas na Índia não tanto como o primeiro.

Existe ainda outra variedade, que vem em grandes pedaços, misturados com folhas; é como o maná da Calábria. Este vem da Pérsia, via Baçorá, para Ormuz e para a Índia, e é o mais caro de todos. A Goa chega também, por vezes, um maná em odres ou frascos que são usados para viajar na Turquia e na Pérsia, o qual é derretido como mel, embora de uma cor esbranquiçada e com um sabor idêntico ao de todas as outras variedades de maná, sendo igualmente utilizado em purgas e para outros fins medicinais.

Anotação de Paludanus

O maná purga muito suavemente a vesícula, atenua e alivia a aspereza da garganta, do peito e do estômago; mata a sede. Mas como é um fraco purgante, a sua força é aumentada com tomilho ou hissopo; misturado com purgativos fortes, estes operam mais perfeita e completamente, devido à sua doçura suave, que agrada mais à natureza.

E por não ser uma mercadoria de especial interesse, quero-o deixar ficar por aqui.

E já que falamos dos medicamentos que servem para purgar, quero fazer uma breve alusão à raiz chamada ruibarbo[330], embora não se tenha qualquer certeza da maneira e modo como cresce, sendo no entanto certo que não existe em nenhum outro lugar a não ser no interior da China. É quase todo trazido por terra, através da província de Uzbeque, da qual falei anteriormente, província essa que fica na Tartária, e confina ou confronta de um lado com a China, estendendo-se assim para lá da Índia, até à Pérsia; desta província chega a Ormuz, e daí vem ter à Índia. Também é trazido por mar; mas, por assim não ser tão bom e se estragar e apodrecer mais depressa, é vulgarmente trazido por terra, sendo este o mais estimado e procurado, e o melhor vendido. Deste modo (a saber, da China, via Uzbeque, e depois através da Turquia) é levado para Veneza, e assim distribuído nos nossos países, pelo que o ruibarbo de Veneza é melhor, pois é levado por terra, do que aquele que é levado para Portugal por mar. O mesmo sucede com todos os outros produtos e ervas ligados à medicina, porque se conservam melhor indo por terra do que por mar. Por isso, são trazidos poucas vezes por mar, sendo um comércio que se costuma fazer mais fre-

[329] Linschoten fez uma interpretação livre da opinião mais correcta de Orta: «he um rucio que cae daquellas arvores, ou goma que nasce dellas» (col. 33).

[330] Baseado em Orta, col. 48.

quentemente por terra para Veneza, e isto também porque os portugueses não têm muito prática dele, mostrando pouca curiosidade por tal, satisfazendo-se com os produtos e mercadorias vulgares, conhecidos por toda a gente, sem aspirarem a mais, pois importam-se pouco com outras coisas.

Capítulo 74

Da madeira chamada sândalo.

Existem três variedades de sândalo[331], a saber, branco, amarelo e vermelho. A maior quantidade do branco e do amarelo, que é também o melhor, vem da ilha de Timor, que fica perto das ilhas de Java. Esta ilha tem matas e matagais inteiros de sândalo, a saber, do branco e do amarelo, de onde é levado para toda a Índia e para todas as partes, fazendo-se um grande comércio com ele. A maior parte do sândalo vermelho cresce na costa de Coromandel e em Tenasserim (que fica na terra do Pegu).

As árvores do sândalo são como as nogueiras e dão uma certa fruta como cerejas ou ginjas, primeiro verde, depois preta, mas desprovida de qualquer valor ou sabor, pois cai logo, apenas sendo tomada em consideração a madeira da árvore, que é o sândalo. Os habitantes da terra onde cresce chamam-lhe «chandam»[332]; os *decanins*, *guzerates*, *canarins* e outros indianos chamam-lhe «cercandá»; e os árabes e persas «sandal», de modo que os portugueses lhe chamam igualmente *sândalo*. O *sândalo* amarelo e branco é consumido em grande quantidade em toda a Índia pelos indianos, sejam eles mouros, gentios ou judeus. Moem-no ou pisam-no com água até ficar como uma papa; depois untam-se com ele, deixando-o secar no corpo, porque é muito refrescante, e também porque todos os indianos são grandes amigos de coisas aromáticas.

Anotação de Paludanus

A madeira de sândalo branco e amarelo ou pálido também é usada contra as dores coléricas da cabeça, numa mistura de água de rosas com que se unta a cabeça. Todas estas madeiras, tanto a vermelha, como a branca e a amarela, são indicadas contra febres coléricas. O sândalo pisado e bebido beneficia o estômago irritado, combatendo também as febres ardentes, se aplicado juntamente com água de rosas. Além disso, o sândalo não só fortifica mas também alegra o coração; por essa razão, é misturado com muito proveito em medicamentos fortificantes para o coração e contra as palpitações do mesmo.

O *sândalo* vermelho gasta-se pouco na Índia, pois usam-no apenas contra febres coléricas, untando-se com ele os pulsos, as fontes da cabeça e a testa. Mas este

[331] Baseado em Orta, col. 49.

[332] O original tem «chandanacon», um equívoco de Linschoten, que copiou mal o passo de Orta: «he chamado chandam cõ este nome se chama por todas as terras vezinhas a malaqua» (col. 49).

sândalo vermelho é muito transportado para outros países, por ser muito medicinal para muitas coisas. Os indianos também fazem dele os seus ídolos e *pagodes*, para estes ficarem mais preciosos.

Capítulo 75

Do pau-de-cobra.

O *pau-de-cobra*[333] encontra-se em maior quantidade na ilha de Ceilão. É uma árvore baixa, sendo a sua raiz o *pau-de-cobra*. Tem uma cor branca, um pouco amarelada, é muito duro e de sabor amargo. É muito usado na Índia. Moem-no, tal como o sândalo, com água ou vinho, e assim o bebem. É muito bom e indicado contra todas as febres coléricas, tomando-se uma *onça* dele, moído e misturado com água, e contra todo o tipo de peçonhas e muitas outras doenças, tais como a cólera[334], as lombrigas, e todas as sujidades e frialdades do corpo, e principalmente contra certas mordeduras de cobras, de onde toma o seu nome.

Só se tornou conhecido por causa de um animal, chamado «quil» ou «quirpele», que é do tamanho e quase igual ao furão, com o qual entre nós se expulsam dos seus buracos e se apanham os coelhos. Na Índia são frequentemente mantidos em casa por prazer, e também para apanhar e afastar as ratazanas e os ratos. Este animal é por natureza um grande inimigo das cobras, de tal modo que, onde quer que as veja, luta contra elas; e como é frequentemente mordido pelas mesmas, sabe curar-se logo com este *pau-de-cobra*, o qual abunda em Ceilão, onde existem igualmente muitas cobras, assim como bichos destes. Em suma, por mais ferido que esteja, mal tenha comido deste pau, logo ficará curado, como se nunca tivesse tido mal nenhum. Assim tomaram os habitantes conhecimento deste pau e começaram a estimá-lo, já que depois de experimentado se revelou eficaz contra muitas doenças, como acima foi referido. Por essa razão é agora muito procurado e tido na conta de grande mercadoria, sendo levado para todos os países, e também para Portugal e para cá.

Anotação de Paludanus

Garcia de Orta descreve três variedades desta madeira; leia-se o que escreveu[335]. Em minha casa podem ser vistas duas variedades de pau-de-cobra, sendo uma delas a acima descrita por Huygen, que é a raiz de uma árvore, de cor branca e de sabor amargo, com uma casca áspera de cor cinzenta. A outra, que me foi mandada de Sevilha pelo sábio doutor Simon de Tovar, tem a espessura de um braço, está coberta de uma casca algo mosqueada ou marmoreada, sendo igualmente branca por dentro e de sabor amargo.

---

[333] Baseado em Orta, col. 42.

[334] O original tem «*colica*, ou cólera». «Colica» deve ser uma corrupção da «colerica pasio» referida por Orta.

[335] A frase encontra-se no original por cima da anotação, mas na letra utilizada para as anotações. O conteúdo e o estilo da frase, levam a crer que a mesma é da autoria de Paludanus.

Capítulo 76

Da madeira calamba, aliás, lignum aloes.

O lignum aloes[336], chamado na Índia *calamba* e *pau-de-águila*, existe em maior quantidade em Malaca, na ilha de Samatra, no Camboja, Sião e nas regiões circundantes. As árvores são como oliveiras, por vezes maiores. Quando cortadas, a madeira não cheira tão bem, por estar verde, pois quanto mais seca estiver, melhor cheira. O âmago da madeira é a parte melhor e a que melhor cheira, sabendo os indianos distinguir logo a respectiva qualidade, pois há uma melhor e outra pior. A qualidade melhor e mais fina chama-se *calamba*, a outra *pau-de-águila*. Para se distinguir entre ambas, deve saber-se que aquela que pesa muito, tendo veias pretas e castanhas, e que segrega muito óleo ou humidade, coisa que se comprova com fogo, é a melhor e a que tem mais virtude.

Desta madeira, que tem um aroma especial e precioso, fazem-se muitas coisas valiosas. É muito estimada, principalmente a *calamba*; e quando é da melhor qualidade, frequentemente é contrapesada a ouro e prata. Depois da *calamba*, o *pau-de-águila* é o mais apreciado. Ainda há um outro *pau-de-águila*, chamado *águila brava*, também muito estimado, pois os indianos usam-no para queimar os seus *brâmanes* e senhores quando morrem; por ser tão precioso, é uma grande honra ser queimado com ele, tal como entre nós o ser enterrado numa sepultura de mármore. Mas este não tem comparação na estima com o outro *pau-de-águila* e a *calamba*. A maior quantidade de *águila brava* cresce na ilha de Ceilão e na costa de Coromandel, enquanto o melhor *pau-de-águila* e a melhor *calamba* crescem nas terras de Malaca. Estas madeiras preciosas são muito usadas na Índia para fazer rosários, terços e crucifixos, que são tidos em muita conta, o que se compreende bem, pois na verdade têm um aroma muito suave, que ultrapassa o de todas as outras madeiras, não se encontrando igual senão nos lugares acima referidos.

Anotação de Paludanus

Ao lignum aloes, agallochum xylo, aliás, pau-do-paraíso, chamam em árabe «agalugem» e «haud»; os habitantes de Guzerate e do Decão chamam-lhe «ud», e em Malaca chamam-lhe «garro» e à melhor qualidade «calambac».

Tenho muitas espécies desta madeira, todas de aromas muito suaves, mosqueadas e manchadas, cheias de gordura, e além disso pesadas e densas. Esta madeira, quando ingerida, dá um bom hálito, sendo igualmente muito útil contra um estômago fraco e húmido, que não aceita ou conserva alimentos; é também indicada para quem tiver um fígado fraco e para quem sofrer de diarreia e pleurisia.

[336] Baseado em Orta, col. 30. Linschoten usa o nome em latim, enquanto Orta fala de «linaloes».

Capítulo 77

Da raiz-da-china.

A *raiz-da-china*[337] veio pela primeira vez para a Índia e ficou conhecida no ano de 1535, pois anteriormente não se tinha conhecimento dela, já que então se curava o morbo napolitano (que é uma doença vulgar na Índia) com uma madeira chamada «guaiacam», trazida da Índia espanhola, onde era quase contrapesada a ouro. E visto o reino da China ser muito sujeito a esta doença do morbo napolitano, parece que Deus quis dar-lhe esta raiz por remédio. E desde que ficou conhecido na Índia, não quiseram os pacientes usar outro remédio, por se acharem bem com ele e por ser o melhor do mundo. Por esta razão, não têm lá grande cuidado ou preocupação com o morbo napolitano, que é curado mais facilmente do que qualquer outra doença, não sendo lá vergonha nenhuma apanhá-lo, mesmo que o tenham tido três ou quatro vezes. Presentemente, esta raiz é para lá trazida e usada tão frequentemente que é muito barata, não valendo mais do que meio *pardau* a libra, no máximo, o que em moeda portuguesa equivale a um *tostão* e meio.

Os doentes usam-na da seguinte maneira: tomam a raiz e cortam-na em pequenos pedaços e lascas, até ao peso de uma *onça*, que cozem em quatro canadas de água, deixando-a ferver até se gastar metade da água; e esta operação é repetida todos os dias. E não devem beber outra coisa a não ser esta água, que acompanham com biscoitos simples, com galinhas pequenas assadas, sem qualquer gordura, banha, sal ou qualquer molho, mas apenas seco com o biscoito. Esta é a refeição do almoço. De noite, se quiserem, tomam algumas passas e pão torrado com mel, sem mais nada. E todos os dias devem cobrir-se bem por duas vezes, fazendo os possíveis por suar durante uma hora ou uma hora e meia de cada vez. Este tratamento repete-se até trinta dias, sempre tendo muito cuidado com as correntes de ar e com o vento, mantendo sempre bem cobertos os ouvidos e a cabeça, permanecendo em casa, e acima de tudo, abstendo-se de relações ou contacto com mulheres. Respeitados estes preceitos, como foi dito, deverão sem dúvida sentir-se bem.

Se a raiz fizer alguma cura, disso se aperceberão através dos seguintes sinais: as dores em todo o corpo, e principalmente nos membros, aumentam, o que é bom sinal, mostrando que a raiz está a fazer o seu efeito e a penetrar nos membros. Estas dores devem aumentar durante quinze ou vinte dias, e às vezes mesmo até vinte e cinco dias. Por isso, quem quiser usar desta raiz não deve desesperar, pois tudo acontecerá sem dúvida como vos digo aqui, com um, dois ou três dias a mais ou a menos. Passados os 25 dias no máximo, as dores começarão a diminuir, com tanto alívio que dentro dos restantes cinco dias, que perfazem o total de trinta dias, toda a dor deverá ter desaparecido, pelo que o corpo e todos os membros ficarão de novo tão frescos e ágeis como se nunca tivessem tido qualquer enfermidade, seguindo-se apenas esta regra acima referida. E embora a *raiz-da-china* e a água na qual é cozida despertem um grande apetite e uma avidez do estômago, devem tomar-se todos os cuidados para que se coma pouco e com regularidade, da maneira acima referida, pois caso se

[337] Em grande parte baseado em Orta, col. 47.

abuse um único dia, ou até uma única hora, tudo o que tiver sido feito ficará sem efeito, sendo necessário recomeçar o tratamento.

Também deve saber-se que quanto mais antigos e prolongados forem estes morbos napolitanos, tanto melhor curará esta raiz, que é igualmente tanto mais eficaz quanto mais velha em anos for a pessoa, por os humores assim serem menos intensos. Uma vez passados os trinta dias, o paciente não deve ainda beber outras bebidas. Mas devem conservar-se os bocados cortados e as lascas da raiz que assim foi cozida, cada *onça* separadamente, e todos os dias se deve tomar de novo uma das ditas porções ou *onças* de raiz cozida, para de novo a cozer num pote com a quantidade de água necessária para se beber num dia. Esta cozedura, contudo, não se deve fazer como a primeira com alguma evaporação, devendo apenas deixar-se levantar a fervura. Esta água deve beber-se da mesma maneira durante vinte ou trinta dias, mantendo a abstinência de peixe e alimentos grossos e pesados, tais como carne de boi, vaca, porco, e coisas similares. Também se deve continuar a ter cuidado com as correntes de ar e o vento, deste modo devendo o corpo voltar inteiramente a uma saúde perfeita. E passados assim os vinte ou trinta dias, pode começar-se de novo, pouco a pouco, a comer e beber de todas as coisas. Porém, passados os primeiros trinta dias, pode-se sair à rua com a atenção e o cuidado devidos, não sendo necessário suar mais do que durante os primeiros trinta dias. Também deve saber-se que quem quiser usar este remédio, deverá começar por tomar um bom purgante, seguido de um outro quinze dias depois, e ainda de um outro passados trintas dias, com o que se optimizará o efeito curativo. Seguindo este processo, uma pessoa ficará sem dúvida, com a ajuda de Deus, tão forte e saudável como antes, tal como já se verificou na Índia com milhares de pessoas.

Esta raiz não só é boa para curar o morbo napolitano e males similares, mas também para todas as artrites, frialdades, a saber, membros dormentes e esfriados, e a gota. O próprio imperador Carlos V usou desta raiz com bons resultados[338]. Deve saber-se que não é boa para ser utilizada em todas as alturas do ano, pois nos dias da canícula e também no Verão é muito perniciosa, devido ao calor, assim como no Inverno, devido ao frio. Deve ser utilizada na Primavera ou no Outono, que são as melhores alturas; sempre, porém, seguindo o conselho de bons médicos, para se tomar em consideração a pessoa, a sua inclinação, compleição e idade, a altura do ano e também a situação e o clima da terra.

O processo acima descrito é usado na Índia, mas na China, que é um país mais frio, tendo quase o clima dos nossos países, usam a mesma água cozida mais forte, pois põem até duas *onças* da madeira em quatro canadas, ou uma *onça* e meia, e deixam-na ferver até serem consumidos dois terços da água, o que não se admite na Índia, em virtude do calor da terra. Também deve saber-se que primeiro devem ser tomadas em consideração a pessoa e a doença, pois se a doença não estiver muito desenvolvida deve usar-se menos raiz e deixar consumir-se menos água no ferver. Por outro lado, uma pessoa nova deve bebê-la mais forte do que uma pessoa velha, por ter mais humores. Também deve saber-se que se se usar a raiz ou a água dela

[338] Em 1546 foi publicada uma carta sobre a cura de Carlos V, que sofria da gota: *Epistola rationem modumque propinandi radicis Chinae decocti, quo nuper invictissimus Carolus V imperator usus est.*

sem se sofrer de qualquer mal, estas corromperão e consumirão o sangue e a carne boas, provocando graves danos. Por isso, deve procurar-se sempre bom conselho antes de usar a raiz-da-china. No caso de se tomar demasiado quente e em demasia, queimará as pulmões e o fígado, e porá uma pessoa cheia de furúnculos, sarna, erisipela e outras enfermidades semelhantes, pelo que esta terá grandes dificuldades em se livrar das mesmas, e cairá de uma doença noutra, talvez até pior do que a primeira. Tudo isto quis aqui relatar brevemente, para informar quem o não sabia do uso e da virtude desta raiz, quando utilizada com bom senso e na altura indicada. Pois muitos sacrificam o seu bem-estar e, o que é mais, ficam a vida inteira privados de saúde, em virtude de uma enfermidade que se cura com tão pouco custo e tão facilmente. A espuma da água referida também é boa contra todas as feridas e inchaços do mesmo *morbo napolitano* ou sarampo gálico. As melhores raízes são as mais pesadas, com poucos nós e brancas por dentro, pois as avermelhadas não são tão boas.

A madeira ou a árvore dela cresce como um arbusto, três ou quatro palmos acima da terra, e as suas raízes são o *pau-da-china*. Ainda verdes, são comidas cruas, e cozidas sabem quase como *cana-de-açúcar*, sem serem tão doces. A árvore tem poucas folhas, muito semelhantes às folhas da laranjeira nova. Na China chamam a estas plantas ou árvores «lampatam»[339], como informam os próprios chineses. Com isto disse-se o suficiente da *raiz-da-china*, assim chamada por não se encontrar em nenhum outro lugar fora da China. E o que mais há a dizer sobre ela, deixamo-lo para os médicos e para aqueles que dela fazem o seu comércio diário e melhor experiência têm dela.

Anotação de Paludanus

A raiz-da-china é muito comum entre os egípcios, não só contra o morbo napolitano, mas igualmente contra muitas outras doenças, especialmente para quem enfraquece ou está consumido ou magro. Nesses casos, cozem a raiz-da-china em caldo de galinha, e tomam este decocto durante muitos dias, pelo que ficam bem gordos e com uma cara limpa.

A raiz-da-china seca muito e purga o suor, resiste a sujidades, conforta e fortalece o fígado, cura a hidropisia, as úlceras malignas, a sarna e a lepra; é proveitosa às pessoas com gálico; fortalece as pessoas definhadas e é útil contra baços inchados e endurecidos.

Capítulo 78

Do anfião, aliás, ópio.

O *anfião*[340], assim chamado pelos portugueses, e pelos árabes, mouros e indianos «afiom», em latim «opio» ou «opium», vem do Cairo no Egipto, de Adém na costa da Arábia, aquela ponta do mar Vermelho que outrora pertenceu aos portugueses; mas

[339] Nenhum outro texto português da época refere esta palavra referida por Orta, que seria transcrição de algum termo cantonense ou fuquinense.

[340] Baseado em Orta, col. 41.

na sua maior quantidade vem de Cambaia e também do Decão. O do Cairo é esbranquiçado e chama-se «meceri»; o que vem de Adém e dos lugares vizinhos perto da foz do mar Vermelho é tisnado e duro; o que vem de Cambaia e do Decão é mais mole e avermelhado. O *anfião* é produzido pelas dormideiras e é uma goma que corre delas, graças a cutiladas e entalhes que nelas fazem. Os indianos costumam comer muito *anfião*, nomeadamente os malabares, pois recebem esta mercadoria em grandes quantidades de Cambaia e de outras partes. Quem o usar para comer, deve tomá-lo todos os dias, pois caso contrário morrerá e definhará totalmente. Começam por comê-lo em pequenas quantidades, e quando ganham o hábito comem diariamente um peso de vinte ou trinta grãos e mais; e caso lhes faltasse por quatro ou cinco dias, logo morreriam. Do mesmo modo, quem nunca o experimentou, querendo começar logo a comer tão grande quantidade como aqueles que lhe tomaram o hábito, também morrerá dele, pois deve entender-se que é uma matéria venenosa. Os que o comem andam sempre meio adormecidos. Comem-no sobretudo para não sentirem o trabalho ou qualquer outra incomodidade, mas usam-no mais frequentemente para a luxúria, pois faz com que uma pessoa retenha mais tempo a semente e ejacule mais tarde, o que as mulheres indianas apreciam muito, para assim terem o seu prazer juntamente com o homem. Mas quem o comer e usar em excesso, acaba por ficar totalmente impotente e infértil, pois a semente da pessoa que o usa seca e esfria completamente, como afirmam os próprios indianos. Por essa razão é muito pouco usado pelos grandes senhores, a não ser apenas pela causa acima referida.

Anotação de Paludanus

O ópio é a seiva das dormideiras pretas e existe em duas variedades. Uma é a que é pisada tal e qual das folhas e cabeças, a que os gregos chamam «meconium». A outra escorre das dormideiras, quando cortadas um pouco, sendo esta o ópio verdadeiro. O melhor é pesado, denso e firme, de sabor amargo, causando sono ao cheirar; em água derrete-se facilmente, e é mole, branco, sem asperezas ou grânulos, etc. Os turcos chamam-lhe «maslac» e comem todos os dias um bocado do tamanho de uma ervilha, não para melhorar o sono mas para fortalecer a alma. Usam-no nomeadamente quando vão à guerra, pois acreditam que assim ficam mais resistentes e que no sono vêem muitos lugares aprazíveis e conversam com mulheres bonitas. Contudo, verifica-se que aqueles que usam ópio diariamente ficam embrutecidos e sonolentos, e instáveis em palavras e obras, pelo que é difícil tratar com eles.

Capítulo 79

Do bangue.

O *bangue*[341] é igualmente um alimento comum dos indianos, servindo para os mesmos efeitos que o *anfião*. É uma semente como a semente do cânhamo, mas mais

[341] Baseado em Orta, col. 8.

pequena e não tão branca. A árvore onde nasce é igualmente como o cânhamo, mas não tem casca que se aproveite para fazer coisa alguma. Os indianos comem estas sementes ou as folhas pisadas da árvore; dizem que despertam o apetite, mas usam-nas mais frequentemente para dar prazer às mulheres. O modo como é usado mais amiúde e vulgarmente, assim sendo vendido nas lojas, é em mistura, quer dizer, o pó das folhas adicionado a um pouco da semente. Também lhe juntam *areca* verde, para embebedar uma pessoa e a fazer ficar quase fora de si; e por vezes é também misturado com noz-moscada ou *maça*, que embebeda do mesmo modo. Outros (a saber, os ricos e poderosos) juntam-lhe cravo, cânfora, âmbar, almíscar e *anfião*, tal como os mouros. Dizem que alegra e faz esquecer todo o trabalho e aflições, apagando a lembrança de todos os problemas, e apenas fazendo rir, gracejar e dormir serenamente. As mulheres públicas usam-no às vezes, quando querem fazer companhia a qualquer homem, para se alegrarem e esquecerem todas as opressões e tormentos.

Foi primeiro utilizado pelos grandes capitães e soldados, os quais, quando tinham passado muito tempo no campo com vigias e dificuldades e queriam divertir-se e tirar da cabeça todos os tormentos, utilizavam o *bangue* da forma acima descrita. Quem o usa espuma muito e parece ficar completamente bêbado e quase meio maluco, mais não fazendo senão rir e alegrar-se enquanto dura o efeito. É muito usado pelos indianos, assim como por alguns portugueses, mas mais frequentemente pelos escravos, para de vez em quando esquecerem o seu trabalho e condição. Em suma, é um modesto consolo e remédio contra a melancolia.

Anotação de Paludanus

O *bangue* é igualmente muito usado na Turquia e no Egipto. É feito de três maneiras, tendo também três nomes distintos. Ao primeiro os egípcios chamam «haxixe», o qual é obtido a partir da mistura do pó de cânhamo ou folhas de cânhamo com água, que resulta numa pasta ou massa, da qual comem cinco pedaços ou mais do tamanho de castanhas; isto faz com que uma hora depois fiquem como se estivessem bêbados e privados de razão, aparentando estarem fora de si, altura em que lhes aparecem estranhas visões, com as quais se regozijam muito. Este é usado pelo povo comum, por ser de baixo preço. Também não é de estranhar que isso aconteça graças ao cânhamo, pois segundo a opinião de Galeno, o cânhamo enche a cabeça de modo extremo. Ao segundo chamam «boza», o qual é mais forte do que o «haxixe». É feito da farinha do «lolium», a que chamamos joio ou larica, e da semente do cânhamo, misturadas com água da maneira acima referida. Alguns usam a seiva de *bangue* pisada. O terceiro chama-se «bernavi», que é o *bangue* verdadeiro, o qual lhes vem da Índia, já preparado da maneira descrita por Huygen. Tomam cerca de uma *onça* dele, pelo que ficam logo alegres, falando muito e cantando cantigas levianas, rindo a despropósito e fazendo muitos disparates alegres, doidice esta que dura quase uma hora. A seguir são levados à ira, dissentindo e brigando, estado que também dura pouco tempo. E então são invadidos de tristeza e medo, pelo que podem bem chorar continuamente. No fim, cansados de todas estas parvoíces, adormecem, e despertando do sono voltam de novo a si. Os bobos e ilusionistas fazem isto muitas vezes nos banquetes, para entreterem os convidados. Os egípcios usam ainda uma outra variedade, a que chamam «bers», que quer dizer «saúde por uma hora». É feito de pimenta branca, semente de

belenho branco, cinco onças de cada, três onças e meia de ópio, espiquenardo, eufórbia, milefólio, um mitical de cada, açafrão, quinze escrópulos, tudo pisado num almofariz de mármore e misturado com mel para fazer um confeito.

Capítulo 80

Da cânfora.

Existem duas variedades de cânfora[342], a saber, a de Borneu (que é a melhor) e a da China ou de Chinchéu, que nem de longe é tão boa. Cresce em árvores do tamanho da nogueira e é uma goma que nasce no interior do tronco ou árvore e sai suando e brotando em gotas. Esta cânfora de Borneu também se encontra na ilha de Samatra, em Sunda e em alguns outros lugares vizinhos. É do tamanho de uma semente chamada *milho* em Portugal e entre nós **gierst**, de cor esbranquiçada. Existe em quatro qualidades, pelo que os indianos usam certas peneiras feitas para esse efeito. A primeira destas tem buracos pequenos e o que passa por eles é o pior, e a outra a seguir tem buracos um pouco maiores, e assim sucessivamente em conformidade, como foi dito das pérolas, dependendo o seu preço do respectivo tamanho.

Às vezes vem manchada, a saber, de qualquer humidade ou outra sujidade, que os *baneanes* de Cambaia bem sabem tirar com água quente, sabão e sumo de limão, pondo-a a secar num lugar sombrio, razão pela qual fica muito mais branca do que antes, mantendo o seu peso anterior. Por vezes vem também falsificada, quer dizer, misturada com uma outra goma ou com farinha de umas certas raízes, como os indianos bem sabem fazer com todas as suas mercadorias. Esta é a cânfora genuína e verdadeira, chamada de Borneu, mas creio que pouco dela chega às nossas partes. Contudo, existe grande abundância da cânfora chamada da China, a qual vem de Chinchéu em grandes quantidades, na forma de pães ou bolas. É muito barata, pois uma libra de Borneu equivale a cem libras da de Chinchéu. Mas a cânfora de Chinchéu é misturada com alguma cânfora de Borneu, e sabem dar-lhe uma tal cor que facilmente é vendida como boa. E porque esta especiaria ou matéria é tão estimada e usada em todos os medicamentos, quis fazer menção particular dela, assim como por ser um dos negócios principais dos indianos.

Capítulo 81

Do tamarindo.

O *tamarindo*[343] cresce muito por toda a Índia, nomeadamente na terra dos *guzerates* e na região norte para além de Goa. Os malabares chamam-lhe «puli», os *guzerates* e outros indianos «ambili», os árabes «tamarindi», sendo «tamaras» em árabe o que entre nós se chama dátiles. Estes, por não encontrarem nada mais semelhante ao *tamarindo* do que os

[342] Baseado em Orta, col. 12.
[343] Baseado em Orta, col. 53.

dátiles, chamam-lhe «tamarindi» (isto é, tâmaras ou dátiles da Índia), pelo que também é chamado *tamarindo* pelos portugueses, pois estes, tal como os árabes, chamam *tâmaras* aos dátiles, que são muito frequentemente trazidos da Arábia e da Pérsia para a Índia.

As árvores do *tamarindo* são quase iguais aos castanheiros ou nogueiras, tendo os ramos cheios de folhas, com uma madeira densa e forte. A fruta do *tamarindo* é comprida como um dedo, da forma de um arco, com uma casca ou vagem verde por fora. Quando seca fica parda, contendo no interior caroços do tamanho de feijões, que por fora estão cobertas por uma polpa a que se chama *tamarindo*. Pega-se às mãos, pois é como cola, e é utilizada na Índia para a preparação de todas as guloseimas, pois tem um sabor amargo e agridoce. É o melhor molho que se pode encontrar na Índia, como o molho de uvas verdes entre nós, e nunca cozem arroz sem usar *tamarindo*, com o qual fazem o seu molho (a que chamam *caril*), como já antes foi referido. Mas quem vê como é cozido não deve ficar com muita vontade de o comer, pois espremem-no por entre os dedos de tal forma que se assemelha a nêsperas podres. Não obstante, dá ao arroz e aos outros pratos um agradável sabor agridoce.

O *tamarindo* também é muito usado para fazer boas purgas, pois os pobres, que são de poucas posses e querem evitar os custos do ruibarbo, do maná e de outros produtos farmacêuticos similares, tomam apenas *tamarindo* espremido com água. Essa água, bebida de manhã em jejum, faz a melhor purga que se pode desejar, no caso de o *tamarindo* estar maduro ou ainda verde. É igualmente muito usado na preparação das comidas, em vez de vinagre, pois tem um sabor azedo mais agradável do que vinagre, quase como groselhas ou uvas verdes. Os médicos usam-no frequentemente em purgas e medicamentos, misturado com outras ervas, pois produz bons resultados. Também são salgados, para serem levados para Portugal, Arábia, Pérsia e outras partes. Mas os indianos guardam-nos nas suas cascas, tal e qual como vieram das árvores, das quais pendem como bainhas de facas, sendo apenas algo curvados, em forma de arco, como ficou dito. Também fazem dele conservas com açúcar, que são muito boas. E o que mais espanta no crescer destes frutos, é que o *tamarindo* (a saber, as cascas oblongas onde se encontra) se eleva de noite e se esconde e se cobre por baixo das folhas contra o frescor nocturno, enquanto de dia se descobre de novo totalmente, ficando nu e pendurado, como frequentemente vi e reparei por experiência. Quando são transportados e vendidos, são tirados das cascas ou vagens e colados juntos na forma de bolas do tamanho de um punho, pois são tão pegajosos como a cola. Estas bolas têm um aspecto muito sujo, sendo muito desagradáveis de pegar. O *tamarindo* é muito barato por toda a Índia, pois abunda em toda a parte.

Anotação de Paludanus[344]

Os egípcios chamam ao tamarindo «derelside». As árvores onde crescem os tamarindos são do tamanho de uma ameixieira, com ramos densos e folhas como as do mirto, e flores brancas em tudo iguais à floração da laranjeira, do centro das quais vêm quatro estames brancos, de onde nascem as vagens que contêm a semente e a polpa a que chamamos tamarindo. As folhas desta árvore viram-se sempre para o sol, fechando-se ao pôr do sol, de forma

[344] Anotação original de Paludanus, baseada numa viagem que efectuou ao Próximo Oriente.

a esconder e a cobrir as vagens. Nas hortas do Cairo vi algumas destas árvores, e também junto do convento de S. Macário, no deserto, onde não crescem quaisquer outras ervas ou árvores. Os turcos e egípcios usam frequentemente esta polpa em doenças e febres coléricas; põem-na em água limpa e bebem-na. Certa vez, na Síria, curei-me de uma febre forte com essa bebida. É um medicamento comum entre estes povos, que o usam nas viagens através do deserto estéril. É também muito indicado contra febres da peste e outras febres sujas de humores biliosos queimados, assim como contra o ardor do fígado e dos rins. Na minha casa ainda se podem ver as cascas ou vagens inteiras do tamarindo, tal como ali crescem, assim como as folhas da *canafístula*[345], por mim apanhadas no Egipto. As folhas dos tamarindeiros são usadas no Egipto contra as lombrigas das crianças, enquanto as vagens verdes, tal como as da cássia-fístula, são no Egipto frequentemente conservadas em mel de alfarroba ou em açúcar, como se poderá verificar nos potes cheios que trouxe comigo.

A *canafístula*, que é muito usada para purgas e outros tratamentos similares, encontra-se também muito na Índia, assim como em Cambaia, Sião, Malaca e nos países vizinhos. E porque existe igualmente na Índia espanhola e em outros lugares, e por ser suficientemente conhecida, quero deixá-la e tratar de outras matérias que são menos conhecidas, etc.

Anotação de Paludanus

Vi frequentemente estas árvores aos milhares no Egipto, nomeadamente perto de Damiata, uma cidade egípcia muito aprazível, situada na margem do Nilo, à semelhança de Kampen na margem do Yssel, a uma légua do mar. Os egípcios chamam à cássia «chaiarxambar». As árvores onde cresce a cássia são em tudo iguais às nossas nogueiras grandes, tanto no tronco como nos ramos e nas folhas, apenas diferindo nas flores, que são amarelo-douradas e muito aromáticas, das quais nascem as grandes vagens que têm dentro a cássia. Estas vagens, ainda verdes e sem madeira, também são conservadas em açúcar. Os egípcios usam a polpa da cássia, com açúcar dissolvido e suco de alcaçuz, contra cálculos renais e contra todos os problemas da bexiga e dos rins, e também contra a tosse e a asma, depois de lhe misturarem agárico[346]. Do mesmo modo, aplicam a cássia exteriormente contra inflamações coléricas. Quem sobre isto quiser saber mais, leia Mattioli e outros médicos, que descreveram a cássia muito pormenorizadamente.

Capítulo 82

Dos mirabólanos.

Os *mirabólanos*[347] encontram-se na Índia em muitos lugares, a saber, em Cambaia, na terra do Balagate, em Goa, no Malabar e em Bengala. Existem cinco variedades, a

[345] Tanto Paludanus como Linschoten usam os dois nomes (cana e cássia-fístula), tal como Orta, col. 14.
[346] Cogumelo que cresce no tronco de algumas árvores.
[347] Baseado em Orta, col. 37.

saber, os primeiros, chamados pelos médicos *citrinos* e «arare» pelos indianos, são redondos e usados para purgar a cólera; outros, chamados *êmblicos* e pelos indianos «anvale», são usados na Índia para curtir o couro, tal como o sumagre, sendo igualmente comidos ainda verdes para abrir o apetite; aos terceiros, que são octogonais, chamam os indianos «rezanvale» e os médicos *índios*; aos quartos, que também são redondos, chamam os médicos *belléricos* e os indianos «guti»; aos quintos e últimos, que são algo compridos e redondos, com quinas, chamam na Índia «aretca» e os médicos *québulos*.

As árvores são quase como ameixieiras, mas cada variedade tem folhas diferentes. São de um modo geral e em média do tamanho e feição de ameixas, a não ser que alguns sejam algo facetados e outros mais redondos, como ficou dito. Na Índia apenas três variedades são estimadas e usadas pelos médicos, a saber, os *québulos*, que crescem em Cambaia, Bisnagar e Bengala, e que são frequentemente comidos e circulados em conserva, tanto para Portugal como para outras partes; e os *citrinos*[348] e *índios*, que são igualmente conservados, os quais crescem no Malabar, em Baticalá e Bengala, sendo também muito circulados e usados, além de muito estimados. Os *mirabólanos*, quando maduros, têm um sabor quase como o de ameixas verdes. E por esta matéria principalmente dizer respeito à farmácia e medicina, quero-a deixar ficar por aqui. Quis apenas referir isto como um dos negócios comuns da Índia, etc.

Anotação de Paludanus

Todas estas cinco espécies de mirabólanos são-nos trazidas secas da Índia, e algumas também conservadas em sal e outras em açúcar. Às primeiras chamamos «citrinas» ou «flavas», que são mirabólanos amarelos; estes, quanto mais amarelos melhor, tirando um pouco para o verde; são densos, firmes, gomosos e têm uma casca espessa em volta; purgam o estômago da bílis e de febres-dos-três-dias e outras febres coléricas e biliosas; são úteis para naturezas coléricas. Aos outros chamamos «indas»; estes, quanto mais pretos melhor; purgam a bílis e nomeadamente a bílis preta, são úteis contra tremores dos membros, dão uma cor bonita e afastam a tristeza. Os terceiros chamam-se «cepule» ou «chebulae»; estes, quanto maiores melhores; são tisnados, tirando para o vermelho, e pesados; mergulhados em água purgam fleumas e a pituíta, avivam a inteligência e tornam a visão mais clara; também nos são trazidos em conservas de açúcar ou mel: assim fortificam e purgam o estômago, curam a hidropisia e são bons contra febres antigas, despertando igualmente a vontade de comer e ajudando a digestão. Aos quartos chamamos «emblicas» e aos quintos «bellericas»; têm quase o mesmo efeito dos anteriores, aos quais chamamos «chebulas», pois purgam o corpo da pituíta, nomeadamente o cérebro, os rins e o estômago, fortificam o coração, abrem o apetite e estancam os vómitos. Os «emblicae» são também conservados e comidos para o mesmo fim. Todas estas frutas purgam, mas de uma maneira muito diferente da cássia ou do maná ou outros medicamentos similares, pois fazem-no por adstrição ou contracção, espremendo o que está agarrado às partes, etc. Quem quiser sobre isto saber mais, leia Mattioli, Garcia de Orta e outros.

[348] O original diz «serrinos».

Capítulo 83

Das outras especiarias e ervas da Índia.

O *espiquenardo*[349] cresce nas regiões de Chitor e de Mandu, que são lugares que confinam com as terras do Decão e de Deli, perto de Bengala. É semeado e cresce em plantas de dois ou três palmos de altura, semelhantes ao trigo, crescendo as espigas, que são o *espiquenardo*, da mesma maneira. Normalmente nascem logo da raiz, perto da terra, e são assim trazidos para vender em Cambaia e em outros lugares, de onde são levados para todas as partes.

Anotação de Paludanus

A «spica» da Índia fortalece o estômago, ingerida e aplicada por fora, e consome todas as afecções frias.

O aloés[350], chamado «cebar» pelos árabes, «areá» pelos *decanins*, «catecomer» pelos *canarins*, e *azevre* pelos portugueses, é feito do sumo de uma erva depois de seca. Os portugueses chamam-lhe *erva-babosa*. Existe em grande quantidade em Cambaia, Bengala e em outros lugares; mas o melhor acha-se em grande abundância numa ilha chamada Socotorá, que jaz perto da embocadura do mar Vermelho ou estreito de Meca. É uma mercadoria que é levada para a Turquia, Pérsia e Arábia, e também para a Europa, pelo que a mesma ilha é igualmente muito famosa, de maneira que o aloés é chamado *aloés socotorino* ou aloés de Socotorá.

Anotação de Paludanus

O aloés purga o estômago de bílis e de fleumas resistentes, nomeadamente quando é aquoso, resolve todas as obstipações, consome todas as humidades ásperas e protege contra a sujidade, e além disso fortifica muito o estômago. A sua força aumenta quando é misturado com canela em pau, maça ou noz-moscada. O aloés é especialmente útil contra o enjoo e a aspereza, e para pessoas que têm um estômago cheio de humidade áspera. Também é aplicado por fora, tanto para dominar úlceras persistentes, como em colírios.

A fruta chamada *anacardo*[351] existe em muitos lugares da Índia, a saber, em Cananor, Calecute, na terra do Decão e em outros lugares. Os árabes chamam-lhe «balador», os indianos «bibó», e os portugueses *fava-de-malaca*, pela semelhança que tem com uma fava, embora seja algo maior do que as favas dos nossos países. Na Índia, depois de misturados com leite, são usados contra a asma, contra as lombrigas e contra muitas outras coisas. Quando ainda está verde, fazem dele *achar*, a saber, salgado

[349] Baseado em Orta, col. 50.
[350] Baseado em Orta, col. 2.
[351] Baseado em Orta, col. 5.

e conservado em vinagre, como fazem frequentemente com todas as frutas e especiarias, como já referi em muitos lugares.

Anotação de Paludanus

Estas frutas retiraram o seu nome do facto de se assemelharem em feição e em cor ao coração, sobretudo quando secas. Ainda verdes e penduradas nas árvores, como as vi no monte Etna na Sicília, são como as nossas favas. São conservadas em sal, como as azeitonas, e são boas para comer. Contêm um sumo grosso como mel e vermelho como sangue, que é bom contra a impigem. No que toca aos mirabólanos preparados, estes aquecem e secam, avivam a memória, fortificam o cérebro e os nervos, apuram os sentidos e são indicados contra afecções frias da cabeça.[352]

O *cálamo-aromático*[353] chama-se no Guzerate «vaz», os *decanins* chamam-lhe «bache», os malabares «vazabu», os malaios «daringó», na Pérsia «heger», no Concão, que é a terra que se estende em redor de Goa para norte, chamam-lhe «vaicam», e os árabes «cassab aldirira». É semeado em muitos lugares da Índia, como em Goa, na terra dos *guzerates* e em Balagate. Onde está semeado e cresce não tem cheiro, até ser tirado da terra. As mulheres na Índia usam-no muito para a doença da madre, assim como para os problemas de nervos. É igualmente muito usado nos cavalos; na época em que o tempo está frio, de manhã, dão-no a comer aos cavalos, pisado e misturado com alho, cominho, sal, açúcar e manteiga. A esta receita chamam «arata»; na Índia usam-na sempre para os cavalos, pois, segundo dizem, é muito eficaz. O *cálamo-aromático* é o caule ou a cana da erva, sendo o interior uma matéria esponjosa de uma cor amarelada. A raiz desta erva não serve para nada, mas apenas o caule ou a cana, juntamente com o cerne.

Anotação de Paludanus

Sobre o verdadeiro «calamus aromaticus», escreve o meu singular amo e amigo Carlos Clusius, nas suas doutas anotações a Garcia de Orta, na folha 127. Ofereci-lhe um certo pedaço que trouxe comigo do Egipto, onde se encontra em grande abundância e onde também é muito usado. Chamam-lhe «cassab aldirira». É uma cana delgada, que quando fresca tem uma cor amarela dourada pálida, com muitos nós e lascada no quebrar, sendo por dentro esponjosa, a modo de teias de aranha, de cor branca, dura para mastigar e áspera e amarga ao paladar, como ainda se pode constatar na minha casa. Vem muita do Egipto, onde a põem na sua teriaga, usando-a também de outras maneiras, para provocar as águas e os períodos.

O costus[354] é chamado «cost» ou «cast» pelos árabes, «uplot» pelos *guzerates* de Cambaia e «pucho» pelos de Malaca, onde é muito vendido, assim como para a China

[352] Toda esta frase parece deslocada, pois pertence ao fim do capítulo anterior.
[353] Baseado em Orta, col. 11.
[354] Baseado em Orta, col. 17. Linschoten usa o nome em latim.

e para outras partes. É trazido dos acima referidos lugares de Chitor e Mandu, de onde vem o *espiquenardo*, e dali vem para Cambaia e para a Índia, sendo assim transportado para todos os lados. São árvores quase como sabugueiros; têm flores brancas de um cheiro muito forte. A madeira e a raiz são o *costo*; é uma grande mercadoria para a Pérsia, Arábia e Turquia, onde é usado e vendido em grande quantidade.

Anotação de Paludanus

Do costus tenho muitas espécies, a saber, o índico, descrito por Orta com todas as suas características, o arábico e o sírio, igualmente com as suas qualidades e características, e além disso ainda uma outra espécie que tem o aspecto do gengibre. O indiano é o melhor de todos: aquece, provoca as águas e o período, purifica a madre impura, quando ingerido ou aplicado com panos quentes, e favorece a concepção; é bom contra mordeduras de cobras, contra dores do peito, lombrigas, etc.

As *cubebas*[355] são chamadas assim ou «quabeb» pelos árabes; todos os outros indianos lhe chamam «quabebechini» ou «cubabchini», por outrora, antes dos portugueses chegarem à Índia, serem os chineses a trazê-las da ilha de Java e de Sunda, único lugar onde crescem. Então os chineses dominavam a navegação de toda a Índia, fazendo os seus negócios em todos os lugares do Oriente com todas as mercadorias, tanto na terra firme como nas ilhas. Os javaneses, que são os habitantes da terra onde crescem, chamam-lhes «cumucos». Crescem como a pimenta, trepando por uma árvore, ao modo da hera. As folhas são quase como as da pimenta. As cubebas nascem em cachos, tal como a pimenta, mas cada uma tem um pé de onde pende. Os javaneses estimam-nas tanto que não as vendem sem primeiro serem cozidas, para os estrangeiros que as levam não as poderem plantar depois. São muito procuradas e vendidas, nomeadamente entre os mouros, que as deitam no vinho para ganhar forças para o jogo de Vénus, para o qual são consideradas muito indicadas. E os javaneses usam-nas frequentemente contra a frialdade do estômago e outras doenças.

Anotação de Paludanus

As cubebas são bagos como a pimenta, mas maiores; são consideradas melhores aquelas que são densas, fartas, pesadas e têm um sabor picante, embora não tão forte como o da pimenta, algo amargo e muito aromático, tendendo para o doce. As cubebas aquecem e fortificam o estômago fraco com sujidades ou ventosidades, purificam o peito de fleuma resistente, fortificam o baço, purgam gases e são proveitosas contra doenças frias da madre; mastigadas muito tempo com almécega, purificam o cérebro de fleumas e fortificam-no.

As folhas chamadas folium Indum[356], a que os indianos chamam «tamalapatra», são folhas como as da laranjeira, mas algo mais pontiagudas, verde-escuras, com três

[355] Baseado em Orta, col. 19.

[356] Baseado em Orta, col. 23. Linschoten latinizou o nome «fólio indo».

nervos até à ponta, um pelo meio e dois nos lados, um de cada lado. Têm um cheiro suave, quase como os cravos. A árvore onde crescem é bastante grande e cresce sempre nas bordas de algum lago, lagoa ou charco[357]. Existem em muitos lugares da Índia, mas sobretudo em Cambaia. Os indianos usam estas folhas frequentemente, pois são transportadas e vendidas em fardos inteiros. Dizem que são boas para urinar bem e contra o mau hálito. Também as põem entre as roupas, lençóis e linho, pois protegem-nos dos vermes. Dizem que serve para o mesmo que o *espiquenardo*.

Anotação de Paludanus

Os latinistas tiraram o seu nome da palavra indiana «tamalapatra» e chamam-lhe «malabatrum», os árabes «cadegi indi», que quer dizer, folha da Índia. Também é muito trazida até nós, nomeadamente para Veneza, e é usada para provocar as águas e para fortificar o estômago, assim como para melhorar o mau hálito, etc.

A galanga[358], a que os árabes chamam «calvegiam», existe em duas variedades. Uma delas, pequena e bem cheirosa, é trazida da China para a Índia e daí para Portugal e outras partes. A esta espécie chamam na China «lavandou»[359]. A outra espécie, que é algo maior, encontra-se na ilha de Java e chama-se «lancuaz». Esta não é tão bem cheirosa como a da China. A galanga nasce em pequenas plantas, um ou dois palmos por cima da terra, espontaneamente, sem ser plantada, e em Java a planta maior tem uma altura de cinco palmos. Tem folhas semelhantes à ponta ou ferro de uma lança, com uma flor branca que produz sementes, embora estas não sejam semeadas. Na Índia têm-nas plantadas em algumas hortas por curiosidade, para serem utilizadas em saladas e em alguns medicamentos, que são usados pelas parteiras (a que chamam *daias* na Índia). Não nasce da semente, mas da raiz, que é plantada, tal como o gengibre. As raízes são grandes e compridas, com nós semelhantes aos da cana. É um medicamento que é usado na Índia para muitas coisas, sendo igualmente transportado para todas as partes.

Anotação de Paludanus

A galanga é uma raiz com muitos nós, vermelha por dentro e por fora, curvada nos nós, bem cheirosa e com um sabor agudo. No cheiro e na feição é como a raiz do «cyperus», pelo que por alguns é tido por «cyperus» da Babilónia. Aquece e seca no terceiro grau; por isso, fortifica o estômago e cura dores causadas por ventosidades ou pela frialdade; afasta o mau hálito; cura perturbações do coração quando bebida com o sumo da folha do plantago; cura cólicas provenientes de ventosidades; também é boa contra defeitos ventosos da madre, estimula o jogo de Vénus, aquece os rins, e uma pequena quantidade, comida todas as manhãs, cura dores de cabeça persistentes.

---

[357] Orta diz pelo contrário, e corrigindo Dioscórides e os seus adeptos, que a árvore cresce «longe donde ha alagoas» (col. 23).

[358] Baseado em Orta, col. 24.

[359] Este termo não é referido por outros autores quinhentistas à excepção de Orta.

Na Índia e nos outros lugares do Oriente existem muitas destas ervas e especiarias e outras semelhantes, cujos nomes e características me são desconhecidas, por não serem tão vulgares entre a gente comum, sendo apenas conhecidas dos médicos, farmacêuticos e herboristas. Por essa razão, fiz apenas menção daquelas que são conhecidas entre os indianos comuns e comercializadas quotidianamente. Com isto acaba o que toca a esta matéria e termina o que diz respeito às especiarias, drogas e medicamentos.

Capítulo 84

Aqui segue um relato sobre toda a espécie de pérolas e aljôfar, todas as pedras preciosas, tais como diamantes, rubis, topázios, safiras e outras variedades daquelas que são chamadas orientais; e igualmente sobre as pedras chamadas bezares, que servem contra a peçonha, e outras similares, e de como, de que modo e em que lugares são encontradas, etc.

As pérolas[360] grandes chamam-se em português *pérolas*, e as pequenas *aljôfar*, em latim «margarita» e em árabe «lulu». Os persas e os outros indianos chamam-lhes «moti»[361] e no Malabar «mutu». As principais e melhores que existem em todo o Oriente, as verdadeiras, chamadas orientais, encontram-se entre Ormuz e Baçorá, no estreito ou Sinus Persicus, nos lugares de Barém, Catifa, Julfar, Camarão e noutros lugares do mesmo Sino Pérsico, de onde são levadas para Ormuz. El-rei de Portugal tem um seu feitor em Barém, o qual ali reside apenas por causa da pesca das pérolas. Com elas fazem-se grandes negócios, tanto em Ormuz como em Goa. Há ainda outras pescarias de pérolas, como entre a ilha de Ceilão e o cabo de Comorim, onde anualmente são pescadas em grandes quantidades, pois el-rei de Portugal tem aí um capitão com pessoal para fiscalizar esta pesca, que envolve anualmente mais de três mil ou quatro mil mergulhadores, ou até mais, que vivem e se mantêm apenas da pesca. E todos os anos ficam lá muitos destes mergulhadores, que se afogam ou são comidos pelos peixes chamados *tubarões*, dos quais falámos num outro lugar. Estas pérolas não são tão boas nem tão estimadas como as de Ormuz, valendo menos dinheiro e podendo ser distinguidas logo à primeira vista. Também se encontram pérolas junto da ilha de Bornéu e da ilha de Ainão, na costa da Cochinchina, mas as de Ormuz acima referidas ultrapassam todas as outras em qualidade, sendo pescadas por mergulhadores a dez, doze, vinte e mais braças de profundidade.

As pérolas crescem nas ostras. As maiores encontram-se nas ostras que flutuam mais à superfície, e as mais pequenas, chamadas *aljôfar*, encontram-se geralmente no fundo do mar. Os mergulhadores andam nus e têm um cesto atado ao corpo, o qual,

[360] Baseado em Orta, col. 35.

[361] O nome persa é «marwarid», derivado do nome latino ou grego; «moti» vem do sânscrito «muktika» ou «mauktika».

quando chegam ao fundo, enchem à pressa. Estes cestos são depois levados para cima, para os barcos que ali se encontram prontos para o efeito com outro pessoal, que os esvaziam imediatamente. Em seguida, as ostras são levadas para terra e postas a secar ao sol. Secando com o calor abrem-se por si, achando-se então dentro da carne a pérola ou o *aljôfar*. E acabada a pesca do dia, todos os pescadores se juntam com o capitão, soldados, ajudantes e guardas da parte de el-rei, distribuindo-se todas as pérolas que foram encontradas em certas partes e lotes, a saber, uma parte para el-rei, outra parte para o capitão e soldados, e ainda outra parte para os jesuítas, por terem aí o seu convento e terem no princípio convertido os da terra à fé cristã. A última parte é para os mergulhadores. Isto é feito com grande rigor e justiça. Esta pesca, a que chamam pescaria real, faz-se no Verão, e não há ano em que não desapareçam grandes multidões de mergulhadores junto do cabo de Comorim, tanto afogados como comidos pelos peixes. Por isso, uma vez terminada a pescaria, ouvem-se tais lamentações e prantos das mulheres e dos filhos, que fazem aflição. Mas no ano seguinte voltam ao mesmo, tanto por não terem outro modo de vida, como por serem meio forçados a isso pelos portugueses, mas sobretudo pela cobiça do lucro, que faz esquecer todos os perigos.

Numa mesma ostra podem achar-se muitas ou poucas pérolas, mas por vezes 200 grãos ou mais. As ostras que dão as melhores pérolas são as lisas e brancas, a que os indianos chamam «cheripo», das quais se fazem colheres e também conchas para beber. As pérolas são vendidas com a ajuda de peneiras de latão próprias para o efeito, com buracos redondos, das quais há grande variedade. A primeira peneira tem buracos pequenos e as pérolas que passam por eles têm o seu preço; a seguir há uma peneira com buracos um pouco maiores, e as pérolas que passam por eles têm um preço algo mais elevado; e assim em diante, até sete ou oito. E às coisas miúdas, que não podem servir de pérolas, chamam *aljôfar*; este é vendido à *onça* e é utilizado em farmácia e em medicina, para esse efeito sendo levado em grande quantidade e a baixos preços para Portugal e para Veneza. Para dar uma cor bonita às pérolas, esfregam-nas na Índia com arroz mal pisado e sal, pelo que ficam tão limpas como cristal, mantendo-se muito boas e claras.

Existe ainda uma outra espécie de ostras[362] a que os indianos chamam «chanquo» e os portugueses *madrepérola*, que vêm das conchas a que nós chamamos búzios, as quais os indianos sabem preparar e limpar formosamente. Por isso, são muito procuradas e levadas para Portugal, tanto para delas se beber como para servirem de ornamento, principalmente aquelas que vêm da China e de Bengala, sendo algumas douradas e trabalhadas com outras cores, festões e figuras, como vemos diariamente naquelas que são por vezes trazidas para cá. Na Índia também servem para fazer muitas coisas, tais como escrivaninhas, mesas, guarda-louças, tabuleiros de jogo, caixinhas, bastões para as mulheres levarem na mão e mil outras coisas e curiosidades semelhantes, todas embutidas e cobertas deste «chanquo» ou madrepérola, o que é muito bonito de ver e é feito de forma muito engenhosa e cuidadosa. Esta matéria é muito comum na Índia, pelo que não haverá casa na Índia onde não se encontre um objecto feito com madrepérola. Também é levada em grande quantidade para Portu-

[362] Leia-se «pérolas».

gal e para outras partes, sendo no entanto mais consumida e usada na Índia do que em qualquer outra parte, pois as mulheres indianas, principalmente em Bengala[363], costumam usar *manilhas* nos braços, sobretudo as mais honradas. E não se podia tirar a virgindade a uma donzela honrada e de preço sem que ela tivesse destas argolas de madrepérola nos braços, o que ainda hoje em dia é observado, pelo que dela se gastam grandes quantidades.

Também existe grande abundância de tartarugas na Índia, de cujas carapaças fazem muitas curiosidades, tais como pentes, peças de jogo e muitas outras coisas semelhantes, e sabem dar-lhe uma linda cor brilhante, que é um deleite para os olhos. Na Índia é mais estimada do que a madrepérola, pela sua beleza e linda cor.

Capítulo 85

Dos diamantes.

Os diamantes[364] são chamados «almaz» pelos árabes e mouros, «iraa» pelos indianos das regiões onde crescem, e «itam» pelos malaios, em cuja terra também se encontram. Crescem na terra do Decão, para além do Balagate, perto da cidade de Bisnagar, onde existem dois ou três montes de onde são extraídos, dando enorme proveito ao rei de Bisnagar. Este faz ali manter uma boa vigia, tendo os montes arrendados, com a condição de que todos os diamantes que pesem mais do que 25 *mangelins* lhe sejam entregues, equivalendo cada *mangelim* a um peso de quatro grãos[365]. E caso se encontrasse alguém que os escondesse, logo seria castigado em corpo e bens.

Existe ainda outro monte na terra do Decão ao qual chamam Roca Velha[366], que quer dizer a rocha velha. Daí vêm os melhores diamantes, que são vendidos ao preço mais elevado, e os lapidários e joalheiros, assim como os indianos, sabem-nos distinguir e conhecer facilmente. Estes diamantes são amiúde levados para serem vendidos numa feira que se faz numa cidade chamada Elichpur, situada entre Goa e Cambaia, na própria terra do Decão, onde os *baneanes* e *guzerates* de Cambaia os vão comprar para os levar para Goa e para outras partes. São muito subtis nesse negócio, pelo que nenhum joalheiro lhes leva vantagem, mas frequentemente enganam o melhor joalheiro dos cristãos. Nesta referida Roca Velha encontram-se uns diamantes chamados *naifes*, já lapidados, que são assim criados pela natureza. São tidos em maior estima do que os outros, principalmente pelos próprios indianos.

No estreito chamado de Tanjampur, que é uma terra perto de Malaca, do mesmo lado, há também um velho monte ao qual chamam Roca Velha, onde também se encontram muitos diamantes excelentes. São pequenos mas muito bons, embora pesem muito, o que é bom para o vendedor mas não para o comprador.

---

[363] Orta descreve o costume, mas acrescenta «e depois que vieram os Patanes se perdeo este custume algum tanto» (col. 43).

[364] Baseado em Orta, col. 43.

[365] Orta diz correctamente «5 grãos» (col. 43).

[366] Orta usa o nome para indicar os diamantes originários da Roca Velha, uma célebre mina de diamantes situada em Golconda, no reino de Bisnagar.

Os diamantes são extraídos nas minas, tal como o ouro, e onde se escavou durante um ano até uma profundidade equivalente à altura de um homem, encontrar-se-ão novamente diamantes dentro de três ou quatro anos, pois estes sempre voltam a crescer no mesmo local. Encontram-se às vezes diamantes de cem e duzentos *mangelins* ou mais, mas muito raramente.

Existe ainda uma outra pedra, chamada *topázio*, que na cor é quase igual ao diamante, mas é mais escura e menos estimada. Encontram-se porém alguns que são de grande valor pela sua qualidade. São igualmente escavados em muitos lugares da Índia, tal como os diamantes.

Existem também safiras e rubis brancos que por vezes mal se conseguem distinguir dos diamantes, a não ser que sejam vistos e avaliados por joalheiros e lapidários bons e experientes. Em muitos lugares da Índia encontra-se um material que parece cristal-de-rocha, sem no entanto o ser, pois na Índia não existe cristal[367], nem o mesmo se encontra em nenhum lugar do Oriente. Este material chama-se *berilo* e pouco difere do diamante. Encontra-se muito em Cambaia, no Pegu e em Ceilão. Fazem dele muitas coisas, tais como contas, sinetes e mil outras curiosidades, que vendem aos cristãos e também eles próprios usam.

Capítulo 86

Dos rubis, espinelas, granadas, esmeraldas e outras pedras preciosas.

Há muitas espécies de rubis[368], e os melhores são os chamados carbúnculos, que são os rubis que ultrapassam os 25 *quilates*, os quais muito raramente se encontram. Os melhores rubis, que têm as melhores cores e águas, chamam-se na Índia *toques*, e assemelham-se aos carbúnculos. Há outros chamados *balax*, que são de um valor ligeiramente menor e têm uma cor rosada. Há outros chamados *espinelas*, que têm a cor do fogo; estes são menos estimados do que as duas outras espécies, pois não têm as verdadeiras águas do rubi. Há ainda muitos outros géneros de rubis: acham-se alguns que são esbranquiçados e às vezes muito semelhantes aos diamantes, como ficou dito; outros têm uma cor encarnada ou quase como a de cerejas brancas maduras; há rubis metade brancos e metade vermelhos, e outros metade rubis e metade safiras; e ainda mil outras variedades semelhantes. A razão para isto é que, nas rochas ou montes onde nascem, começam por ser de cor branca, sendo em seguida curados, aperfeiçoados e amadurecidos pelo calor do sol. E quando estão totalmente maduros, têm uma cor vermelha como os carbúnculos e *toques* acima referidos. E quando são escavados cedo de mais, antes da verdadeira maturidade, as suas cores são de vários tons e cambiantes, como ficou dito. E na medida em que têm um rubor inferior aos *toques*, têm um preço e valor mais baixos. Porém, consoante a sua beleza

[367] Ao contrário do que afirmam Linschoten e Orta, existe cristal-de-rocha na Índia, chamado «sphatika» em sânscrito.

[368] Baseado em Orta, col. 44.

e perfeição, cada qual é prezado e estimado na sua qualidade. Aqueles que são metade safira e metade rubi, a que chamam «nilácandi», quer dizer, meio safira e meio rubi, são assim por todos os rubis e safiras nascerem na mesma rocha, sendo frequentemente encontrados meio ligados uns aos outros. Os rubis são chamados «jacut» pelos árabes e persas, e «manica» pelos indianos.

Há duas maneiras de safiras, a saber, umas de cor azul escura e outras azul claras. Os jacintos, *granadas* e *robazes* são igualmente espécies de rubis, mas muito pouco estimados. Os indianos chamam-lhes rubis amarelos e encarnados, etc., dependendo da sua cor. Estes jacintos, *granadas* e *robazes* são tão abundantes em Cananor, Calecute e Cambaia, que estão à venda nas feiras e esquinas das ruas às *corjas* inteiras, sendo cada *corja* o mesmo que vinte peças. E dão uma *corja* em troca de um ou, no máximo, dois soldos, e tantas quantas se desejar, das espécies mais pequenas, entenda-se. As safiras não são tão estimadas como os rubis, mas são também uma das pedras mais preciosas depois dos diamantes e dos rubis. Os rubis, as safiras e as outras pedras referidas crescem e acham-se nas rochas, tal como os diamantes. Vêm de Calecute, de Cananor e de muitos lugares da terra de Bisnagar, e em maior número da ilha de Ceilão, onde se encontram os melhores. Os do Pegu, porém, onde há muitíssimos, são considerados os mais finos.

As esmeraldas, a que os indianos chamam «pachec» e os árabes «zamurrut», não se encontram em toda a Índia, embora se afirme que já se acham algumas, mas muito poucas, e muito raramente. Aquelas a que chamam orientais[369] são para lá trazidas frequentemente do Cairo no Egipto. Estas são muito estimadas na Índia, porque há poucas. São igualmente trazidas em quantidade da Índia espanhola e levadas para a terra do Pegu, onde são muito usadas e estimadas, pelo que muitos venezianos (que para lá foram com esmeraldas, trocando-as por rubis) fizeram fortuna, porque lá se preferem as esmeraldas aos rubis. Todas estas pedras acima referidas são também muito usadas em farmácia e em medicina.

As turquesas encontram-se em grande quantidade na Pérsia, e chegam por vezes à Índia via Ormuz com cem libras de peso de cada vez, isto é, com terra e tudo. São pouco estimadas na Índia, pois os indianos e portugueses usam-nas pouco e não estão muito interessados nelas. O jaspe é muito abundante na terra de Cambaia, mas pouco estimado; fazem dele em Cambaia chávenas e pires; é de cor verde como as esmeraldas. O crisólito e as ametistas abundam na ilha de Ceilão, em Cambaia e em Balagate. A pedra chamada *alaqueca* é também chamada *pedra-de-sangue*, pois estanca o sangue muito rapidamente, e há outras pedras chamadas *pedra-de-leite*, por serem boas para as mulheres darem leite ou amamentarem. Estas e outras pedras semelhantes existem em grande quantidade em Cambaia e Balagate, sendo levadas para Goa para vender. Fazem delas contas, sinetes, anéis e mil outras curiosidades. São muito estimadas, porque os sinetes desta pedra valem dois ou três *pardaus* cada. Em Cambaia encontra-se também muito *alambre* ou âmbar amarelo, do qual fazem também muitos anéis, contas e coisas semelhantes; é muito usado. Encontram-se igualmente pedras que entre os portugueses se chamam *olhos-de-gato* (que é a ágata) pela semelhança que com eles apresentam, já que são da mesma cor e feição. Vêm de Cambaia,

[369] Orta não fala destas esmeraldas chamadas orientais do Egipto. Ver também cap. 90.

mas os melhores encontram-se no Ceilão e no Pegu. São pouco levados para Portugal, por lá não serem muito apreciados, e também porque valem mais na Índia do que em Portugal, pois os próprios indianos têm-nos em grande conta, principalmente os da China, para onde são levados em grande quantidade e onde são mais estimados e vendidos do que quaisquer outras pedras. Os indianos dizem que esta pedra tem a propriedade e virtude de conservar a riqueza a quem a possui e tem, a qual não há-de diminuir, antes aumentando. A pedra-íman, a que os portugueses chamam *pedra-de--cevar*[370], encontra-se na Índia em muitos lugares e em grandes quantidades. Os indianos dizem que conserva a juventude de quem a usar diariamente em pouca quantidade na comida, impedindo o envelhecimento, pelo que os reis e grandes senhores da Índia costumam mandar fazer com ela potes e panelas, onde lhes preparam a comida, acreditando assim conservar a sua juventude.

Capítulo 87

Da pedra-bezar e de outros antídotos.

As pedras chamadas *bezar*[371] vêm da Pérsia, da terra ou província chamada Coraçane, e também de outros lugares da Índia. Crescem dentro do estômago de um carneiro ou bode, e criam-se em volta de uma palhinha delgada que está no meio, facto comprovado pela experiência, pois muitas vezes nela se acha esta palha. A pedra é muito lisa e plana por fora, tendo uma cor esverdeada escura. Estes bodes são chamados «pazam» pelos persas, razão pela qual chamam à pedra «pazar»[372], e os portugueses corruptamente *bazar* ou *bezar*, e os indianos «pedra de bazar»[373], que quer dizer pedra da feira, pois «bazar» significa entre os indianos feira ou praça onde se põem à venda todos os produtos comestíveis. Pela mesma razão chama-se lá ao dinheiro miúdo *bazarucos*, como quem diz dinheiro da feira. Esta *pedra-bezar* é muito preciosa e muito usada na Índia contra todos os venenos e enfermidades, sendo mais estimada do que qualquer licorne[374] na Europa, pois mostrou-se muito eficaz e é vendida a preços elevados. Quanto maiores e mais pesadas, melhores são e mais virtude têm. As mais comuns pesam três, quatro ou cinco *oitavas*, por vezes mais, por vezes menos. São também amiúde levadas para Portugal, onde são muito estimadas. Os lugares onde se encontram em maior quantidade situam-se na Pérsia, como ficou dito, e também na ilha chamada das Vacas, que jaz em frente da embocadura do golfo de Cambaia[375], perto da costa, onde as armadas dos portugueses frequentemente vão buscar

[370] Baseado em Orta, col. 43.

[371] Baseado em Orta, col. 45.

[372] Etimologia errada, pois a palavra vem do persa «pad-zahr» (salvaguardando de peçonha), que foi adoptado pelos árabes sob a forma de «badizahr» ou «bazahr», que por sua vez deu origem ao português e espanhol «bezoar» ou «bezar», que depois foi adoptado por outras línguas europeias.

[373] Orta confundiu «pazahr» (pedra) com «bazar», uma palavra de origem persa mas adoptada por muitas línguas indianas.

[374] O termo designa aqui o rinoceronte (cf. cap. 47).

[375] Linschoten confunde aqui duas ilhas «das Vacas» distantes, pois Orta refere-se nesta ocasião a uma «ilha das Vacas, (que he alem do cabo de Comorim)» (col. 45).

alimentos frescos, matando muitos carneiros ou bodes, nos quais muitas vezes encontram esta *pedra-bezar*. É igualmente muito encontrada na terra de Pam, perto de Malaca.

Na mesma terra de Pam acha-se uma pedra dentro do fel de um porco[376], que é considerada de maior valor contra todas as peçonhas e enfermidades do que a *pedra-bezar*. Os portugueses chamam-lhe *pedra-de-porco* e é muito vendida em Malaca. É de cor avermelhada clara, tem um gosto amargo e ao toque é como sabão francês. Quem a quiser usar e dar de beber a alguém, deve deitá-la num copo de água, onde a deixa ficar um pouco; depois, tira-a, ficando a água amarga e capaz de limpar toda a peçonha que estiver no corpo, como tem sido muitas vezes comprovado pela experiência. A *pedra-bezar* é dura como pedra, mas mais leve.

Presume-se que estas pedras cresçam no estômago dos bodes e no fel dos porcos por virtude das ervas que estes animais comem nos prados por onde andam, como dissemos do rinoceronte, visto apenas crescerem nos lugares acima referidos e não em outros lugares, onde estes animais também existem.

Na cidade de Daulatabad, na terra do Balagate, para além de Goa, encontra-se uma pedra a que os árabes chamam «hager armini»[377] e os portugueses *pedra arménia*, assim sendo chamadas por se encontrarem muitas na Arménia. Têm uma cor azul, atirando algo para o verde claro. Os mouros usam-na muito nas purgas e contra outras doenças. Além destas pedras referidas, existem ainda muitas outras espécies de pedras, tanto preciosas como contra a peçonha e outras enfermidades, e de muitas propriedades e virtudes. Por serem pouco conhecidas e traficadas, fiz apenas menção daquelas que são vendidas diariamente e transportadas e conhecidas por toda a parte.

Capítulo 88

Um breve relato e instrução acerca dos diamantes, rubis, esmeraldas, pérolas e outras pedras preciosas, de como saber reconhecê-las devidamente e fazer contas para avaliar o seu preço e valor correctos, etc. Em primeiro lugar dos diamantes.[378]

Em primeiro lugar deve entender-se que o diamante é o rei de todas as pedras preciosas, sendo vendido a peso. Deve ser lapidado com uma certa espessura, pois caso a ultrapasse não presta e se a tiver a menos logo se nota e conhece. Por esta

[376] Baseado em Orta, col. 58. Talvez se trate do «porco-espinho de pedra» malaio («landak batu»).

[377] Baseado em Orta, col. 43.

[378] Este capítulo e os dois seguintes são bastante confusos, tanto no teor como no estilo. O texto contém alguns lusitanismos e outras particularidades linschotianas, mas tem de resto um estilo denso, repetitivo e pouco organizado, que se destaca do resto do livro. As diferenças estilísticas e a ausência de referências ao texto nos capítulos anteriores, levam a crer que se trata de uma interpolação posterior. Nos materiais reunidos para a preparação da primeira navegação dos holandeses para a Índia, encontra-se um documento anónimo com um conteúdo bastante parecido a estes capítulos do *Itinerário*, o que abre a hipótese de Linschoten ter adaptado um relatório similar, provavelmente do mesmo autor.

espessura, mesmo se estiver num anel, pode avaliar-se e decidir-se quanto pesa aproximadamente. O diamante pode ser tirado do anel para ser pesado, pois assim avalia-se melhor. Encontram-se relatos velhos e antigos onde estão registados os preços das pedras, a saber, um *quilate* a tanto, dois *quilates* a tanto, e três *quilates*, etc., continuando assim com todos os preços e pesos. E porque então não se costumava tratar da compra e venda delas tão quotidianamente como hoje em dia, era sempre preciso ter presente um memorial com os preços das pedras perfeitas e bonitas, sem falhas ou máculas. Quando são impuras, ou têm qualquer falha ou dano, é difícil avaliá-las, pelas próprias falhas ou danos que nelas se encontram.

Acham-se por vezes grandes senhores e príncipes que querem saber a razão do grande valor que as pedras têm, e isto não tem outra resposta senão que assim são compradas e vendidas, pois nenhuma coisa é avaliada acima do preço a que é comprada e vendida, havendo além do mais cálculos e razões. A razão para um diamante de apenas um *quilate* valer cinquenta ducados, sendo perfeito, é a mesma razão pela qual uma pedra grande ou diamante pode valer trinta mil ou quarenta mil ducados, tendo um tamanho e perfeição em conformidade. As pedras que foram vendidas até agora, tanto pequenas como grandes, nunca estiveram tão pouco estimadas que fossem vendidas fora do devido cálculo e preço. E para se poderem avaliar os grandes diamantes, é preciso saber determinar o que vale um diamante de apenas um *quilate*, e um rubi para acompanhar o mesmo diamante, assim como uma esmeralda, nem mais nem menos, e ter determinado bem o desconto das falhas, danos e impurezas que o mesmo diamante possa ter, abatendo isso no preço, como se costuma fazer para avaliar diamantes, rubis e esmeraldas orientais, sejam de que tamanho forem.

Trataremos em primeiro lugar dos diamantes, pois as outras pedras são avaliadas em comparação com o diamante, e esclareceremos a perfeição que deve ter. O diamante que é perfeito em tudo deve ser lavrado de maneira que a face superior tenha um tamanho equivalente a duas das faces laterais, e a três vezes o espelho do lavor da base do diamante, tendo em conformidade sempre a mesma profundidade. E as faces laterais devem depender da face superior como os pavilhões e tendas dependem da maçaneta[379], sendo da mesma profundidade. Deve ser um pouco mais oblongo do que quadrado, mas de modo que se possa justamente distinguir qual o comprimento e qual a largura, e não deve ter quaisquer falhas nos ângulos e cantos, sendo todos os quatro ângulos agudos e puros, e deve ser de boas águas, cristalinas e claramente transparentes, de modo que não se possa notar que tende para alguma cor, sem ser de água opaca, mas antes clara e pura. E se o diamante tiver toda esta perfeição, vale facilmente cinquenta ducados, no caso de ser de um *quilate*.

Mas já que uma tal perfeição se encontra raramente e poucas pessoas percebem disso, diremos que um diamante de qualidade e perfeição com um peso de um *quilate* vale em média 40 ducados, para nessa base fazermos os nossos cálculos. E avaliando um diamante, seja grande ou pequeno, e qualquer que seja o seu peso, qualidade ou deficiência, primeiramente deve considerar-se e saber-se o seu peso; e caso não se possa saber, deve ser estimado a olho, atribuindo-lhe sempre menos peso do que aquele que poderá pesar, para que se possa sempre avaliar com segurança, sem se

[379] Ornamento no suporte central de uma tenda, por cima do toldo.

ficar a perder. E uma vez estimado o peso, deve-se fixá-lo na memória e dizer assim: se houvesse um diamante que pesasse um *quilate* e tivesse águas como este, e fosse tão perfeito, ou tivesse os cantos inferiores a este, ou tivesse qualquer impureza comparada com este, e todas as virtudes ou falhas como este pode ter, quanto poderia então valer um diamante da qualidade deste que está a ser avaliado, pesando embora menos do que um *quilate*? E uma vez bem determinado o que pode valer, antes menos do que mais, pois é melhor pôr uma coisa a um preço que bem pode valer do que a um preço duvidosamente superior, deve fixar-se o preço na memória, como ficou dito, e voltar ao peso do diamante, qualquer que ele seja. Então, deve duplicar-se o dito peso, a saber, acrescentar-lhe idêntico valor, isto é, se pesasse dois acrescentar uma vez o mesmo, multiplicando um pelo outro, e dizer 2 vezes 2 são 4; se pesasse 3, multiplicar por mais 3, o que faz 9, e assim por diante, em conformidade. Deste modo se deve multiplicar o peso de todos os diamantes, seja qual for o seu peso, multiplicando-o sempre por si, como ficou dito. E o resultado dessa operação, ou produto de uma tal multiplicação, deve ser multiplicado pelo preço ou dinheiro que se achou ser o valor de um diamante semelhante com o peso de um *quilate*, sendo o resultado desta última operação o valor real do diamante.

E na circunstância de entrarem metades no peso, como no caso de um que pese dois *quilates* e meio, deve converter-se o peso em meios *quilates*, que são 5 meios *quilates*, e dizer: cinco vezes cinco são 25, e estes 25 devem ser multiplicados pelo preço de um meio *quilate*, sendo o produto final o valor do diamante. E caso o diamante seja tão pequeno que no seu peso entre um grão a mais ou a menos, devem converter-se todos os pesos em grãos e multiplicar da forma acima referida, sendo o produto final o valor do diamante que se quer avaliar. Exemplo: temos um diamante com um peso de dois *quilates*, que é de uma tal qualidade que se pesasse 1 *quilate* valeria 40 ducados, e se pesasse meio *quilate* valeria 10 ducados, e se pesasse um grão valeria 2 ducados e meio. Agora, para saber o que vale este diamante de 2 *quilates*, deve dizer-se 2 vezes 2 são 4; este 4 é multiplicado por 40 ducados, valor que teria se pesasse 1 *quilate*, o que dá 160 ducados, preço final deste diamante de 2 *quilates*. Agora, se temos um diamante que pesa 2 *quilates* e meio, que são cinco meios, deve dizer-se: 5 vezes 5 são 25; este resultado é multiplicado por 10, o que dá 250 ducados, pois já que meio *quilate* custa 10 ducados, que é o seu valor quando um *quilate* vale 40 ducados, o diamante de 2 *quilates* e meio vem a valer 250 ducados. Agora, se temos um diamante com um peso de 7 grãos, deve dizer-se: 7 vezes 7 são 49; este resultado é multiplicado pelo preço de um grão, que é de 2 ducados e meio, pelo que um diamante com 7 grãos de peso chega a valer 122 ducados e meio[380]. Desta maneira pode-se sempre saber o que vale um diamante, depois de determinado o preço de um *quilate* e depois de estabelecido o peso do diamante que se quer avaliar, como nos exemplos acima referidos, sendo extremamente fácil efectuar os cálculos necessários.

Há por vezes diamantes com máculas e falhas, que são impuros e imperfeitos. Estes não valem 40 ducados, sendo de preço inferior, consoante as falhas, defeitos e impurezas sejam muitas ou poucas, e podem valer 36, 35, 34 e 30 ducados, ou qualquer outro preço, dependendo do grau em que as falhas detectadas são consideradas incómodas. Desta maneira é penoso e difícil saber o que valeria meio *quilate* ou um

[380] O original tem 127 ducados.

grão. Deve fazer-se do seguinte modo: uma vez determinado o valor que um diamante poderia ter se fosse de um *quilate*, e caso no peso do mesmo entrem meios *quilates* ou grãos, deve levar-se em conta que a quarta parte deste preço é o valor de meio *quilate*, pelo que quando um *quilate* valer 40 ducados, meio *quilate* valerá 10 ducados, e um grão dois ducados e meio, pois quatro grãos equivalem a um *quilate*. Se um *quilate* valer 36 ducados, meio vale 9 ducados e um grão dois ducados e um *tostão*. E assim em conformidade se pode saber o preço de todos os diamantes, seja qual for a sua qualidade.

Este mesmo cálculo faz-se também com os diamantes delgados, rubis e esmeraldas, que são de mais preço, como diremos adiante. Assim, deve saber-se que um rubi de uma tal qualidade que possa fazer companhia a um diamante de um *quilate*, valerá 70 ducados. E se houver uns que acompanhem os de um peso de meio *quilate* ou alguns grãos, deve fazer-se o seu cálculo com meios *quilates* ou grãos, e precisa-se sempre de saber o preço de um *quilate*. Por isso, deve saber-se que meio *quilate* vale a quarta parte de 70 ducados e que o preço de um grão é o valor da quarta parte de meio *quilate*. E do mesmo modo fazem-se os cálculos dos preços das esmeraldas, cada qual conforme o seu preço e peso.

Há no entanto alguns diamantes que são delgados e parecem grandes, os quais valem mais do que pesam e menos do que parecem, tendo uma face muito delgada e algo baixa e tendo por cima a mesma perfeição de lavor que se encontra nos diamantes espessos, que são perfeitos de aparência, faces e cantos. Tal diamante tem uma aparência de dois mas apenas pesa um quilate, pelo que, tendo a aparência que tiver, sendo trabalhado por cima e perfeito e por baixo muito delgado, se pode calcular sempre que pesa metade da sua aparência. E caso em baixo não seja logo muito delgado, deve pesar mais, mas o peso não lhe dará qualquer proveito. E se tiver a face de cima mais pequena e os lados maiores, deve igualmente pesar mais, mas o peso não lhe dará vantagem, e pode-se sempre calcular que pesa metade da sua aparência. E não sendo muito delgado por baixo, deve pesar mais, mas o mesmo peso não lhe valerá nada. E se tiver a face mais pequena e os cantos e lados grandes, deve também pesar mais, sem que o peso lhe traga benefício algum, e pode-se sempre calcular que pesa apenas metade do que parece. Pois antes de ser consertado e preparado deve perder bastante do peso supérfluo. E caso se encontrassem diamantes que tivessem a face desproporcionadamente grande e os lados pequenos, estes nem deveriam pesar metade do que parecem, não sendo por isso piores do que quando os lados são muito mais pequenos. Se um diamante for muito delgado por baixo e estiver lavrado por cima, tendo de resto a perfeição devida, vale, pesando apenas um *quilate*, 70 ducados. E se tiver algumas falhas ou máculas, cada um pode considerar o mal que estas falhas lhe fazem, e em conformidade fixar o preço e avaliá-lo e fazer as suas contas tal como no caso dos diamantes espessos, calculando sempre metade do peso que parece ter, a saber, quando parece ter dois *quilates*, calcular com 1 *quilate*, e se parece ter três *quilates*, calcular com seis grãos, que é metade. E caso entrem no peso meios *quilates*, deve considerar-se o preço de um *quilate*, para assim calcular o que vale meio, fazendo as contas da forma acima referida para os diamantes espessos. E do mesmo modo com os grãos, pois não há nenhuma diferença a não ser no preço, porque um diamante delgado, perfeito e puro de um *quilate* vale 70 ducados, e assim com mais ou menos peso valerá em conformidade, etc.

Capítulo 89

Dos rubis.

Agora, se tiverdes de avaliar um rubi que seja lavrado em faces e sirva para acompanhar um diamante do mesmo peso ou *quilate*, que tenha tantos *quilates* na cor, quando o tal rubi tiver 24 *quilates* na cor e uma perfeição semelhante à do ouro de 24 *quilates*, podeis ter a certeza de que é fino e bom. O rubi não é vendido a peso, e isso porque não tem espessura fixa, pois muitos fazem-no delgado por gosto e para servir melhor para ser montado num fundo ou sobre folhas. Também pode bem ser delgado, mas não demasiado, de modo a que não faça nenhum dano. Se um rubi for totalmente perfeito, tanto na cor, na pureza e na espessura, como no lavor e na feição, vale 100 ducados. Mas poucos há que sejam totalmente perfeitos, principalmente quando são grandes, pois têm sempre quaisquer falhas ou defeitos encobertos e dissimulados. E aqueles que são verdadeiramente perfeitos encontram-se muito raramente, havendo do mesmo modo poucas pessoas bem entendidas no assunto. Por isso diremos, para fazermos os nossos cálculos, que um rubi que no aspecto geral é considerado perfeito e bom vale 70 ducados, e com isso faremos os nossos cálculos. De modo que se um joalheiro ou lapidário interrogasse um outro acerca de um rubi que não tivesse consigo, diria apenas assim: há um rubi de um tal tamanho que pode acompanhar um diamante de tantos *quilates* e que tem tantos *quilates* na cor, entendendo o outro perfeitamente a cor e o tamanho mencionados.

Agora, se tiverdes um rubi facetado ou em bruto para avaliar ou para determinar o valor, deveis raciocinar e dizer assim: se houvesse um rubi que não fosse maior e que apenas servisse para acompanhar um diamante de um *quilate*, e que tivesse a mesma cor, pureza e qualidade, e que tivesse as mesmas falhas que este, quanto valeria? E depois de consideradas a qualidade, a perfeição ou imperfeição, as falhas e a respectiva depreciação, e fixado o preço que poderia valer se tivesse de acompanhar um diamante de um *quilate*, deveis memorizar esse preço, contemplando bem o rubi, avaliando o tamanho e o peso do diamante, que lhe poderia fazer companhia, e determinando também se está em bruto ou está lavrado, calculando o que poderia perder depois de lavrado. Depois de feitas estas considerações e de determinado o peso do diamante que lhe poderia fazer companhia, deveis multiplicar esse mesmo peso pelo peso que valeria se acompanhasse um diamante de um *quilate*, sendo o resultado desta operação o valor desse rubi. Em suma, quando tiverdes determinado qual o peso do diamante que o poderá acompanhar, deveis avaliá-lo tal e qual como se fosse um diamante, multiplicando o produto da multiplicação do peso pelo preço que valeria se acompanhasse um diamante de apenas um *quilate*.

O preço dos rubis que não são lavrados e que não podem ser facetados, quer dizer, que seriam melhores em bruto do que lavrados, deve ser considerado em relação ao diamante que possam acompanhar, tendo em conta a altura ou profundidade da pedra, assim como a sua cor, perfeição ou imperfeição. Com base nisso fazem-se os cálculos como no caso dos rubis facetados e lavrados e dos diamantes.

Também há diamantes que não têm forma para serem facetados, mas que têm uma boa forma para outras jóias, como pontas triangulares, corações e outros lavores

semelhantes, que permitem a omissão das falhas. Estes são assim lavrados para manter o peso e o tamanho, e um destes, perfeito a seu modo, não vale tanto como os facetados, pois normalmente são demasiado espessos por baixo, o que lhes dá mais peso, sem no entanto acrescentar qualquer proveito, antes pelo contrário. E sendo muito delgado por baixo, mas com todas as perfeições exteriores, vale tanto como um facetado que seja espesso, com toda a sua profundidade, a saber, quarenta e seis ducados, se for de um *quilate*. E se tiverdes um assim, deveis proceder com ele como com os outros, a saber, deveis considerar quanto poderia valer se fosse de um *quilate*, e nessa base fazer os cálculos como nos outros casos acima referidos.

Capítulo 90

Das esmeraldas orientais e velhas, por ainda não se ter resolvido se as das ilhas da Índia espanhola são finas ou não.[381]

Os velhos joalheiros dizem que se se encontrasse uma esmeralda que fosse perfeita em tudo, a saber, na cor, na pureza, na forma e na espessura, essa valeria o mesmo que três diamantes, o que, segundo os nossos cálculos, seriam 120 ducados, e bem acredito que seja verdade. Mas até agora nunca foi encontrada uma que fosse perfeita em tudo, nem grande nem pequena. Encontram-se, sim, muitas que são perfeitas na cor e na forma, mas nenhuma que tenha uma pureza e uma claridade perfeitas, pois têm sempre alguma gordura por dentro, tal como erva verde e coisas semelhantes. Por isso, para fazermos os nossos cálculos, diremos que uma esmeralda de aspecto, estima e perfeição médias vale oitenta ducados, tendo o tamanho necessário para acompanhar um diamante de apenas um *quilate*, pois mesmo que tenha algumas ervas verdes por dentro, desde que não sejam demasiadas, será avaliada como perfeita, se tiver todas as outras perfeições devidas. Agora, se tivermos uma esmeralda para avaliar, quer em bruto quer facetada, primeiramente devemos considerar o respectivo peso, assim como o peso ou o tamanho do diamante que a possa acompanhar. E a seguir contemplam-se as falhas ou qualidades que tiver, avaliando bem o que uma tal esmeralda poderá valer se não for maior do que um diamante de um *quilate*. E isto bem determinado, deve fazer-se o cálculo como no caso dos rubis, tomando o peso do diamante com o qual foi comparada, multiplicando-o pelo mesmo valor, e multiplicando o produto final pelo preço com que se avaliou um *quilate*; o resultado encontrado será o preço de uma tal esmeralda. E assim se deve fazer para avaliar todas as esmeraldas, sejam grandes ou pequenas, boas ou más, sempre tendo em conta as falhas e as perfeições ou imperfeições que possam exibir, avaliando o respectivo valor e fixando o respectivo preço em conformidade. E no caso de entrarem meios *quilates* ou grãos no peso

[381] Linschoten faz aqui uma distinção que não é esclarecida no texto. Fala apenas explicitamente nas esmeraldas chamadas «orientais» (ver também cap. 86) e a denominação «velhas» parece subentender alguma coisa como conhecidas desde há muito tempo, ou seja, as «correntes» ou «habituais», distintas das recém-descobertas esmeraldas da Índia espanhola, das quais também Orta fala («esmeraldas do Perú», col. 44). Orta tem igualmente dúvidas sobre a qualidade destas esmeraldas.

(do diamante ao qual é comparada), deve fazer-se o cálculo com meios *quilates* e grãos, como nos casos de diamantes e rubis acima referidos.

Se quiserdes avaliar quaisquer pedras, deveis prestar boa atenção e ter em consideração, se for um diamante, a sua respectiva água e forma, verificando se tem todas as suas profundidades ou mais, se é impuro ou se tem quaisquer falhas nos cantos ou no lavor, e qual o dano e o desconto que isso implica no valor e estima da perfeição, para que não erreis na fixação do preço nem na avaliação do *quilate*, para nessa base efectuardes os cálculos da maneira acima referida. Se for um rubi, reparai bem no seu tamanho e no peso do diamante que o poderá acompanhar, e avaliai-o sempre em menos tamanho do que em mais, para não ficardes a perder; e considerai bem a cor que tem, se tem alguma cassidónia, se é impuro ou delgado, ou tem algumas outras falhas, se tem defeitos no lavor, e qual o dano e o desconto que essas falhas implicam no preço da perfeição e no tamanho e no peso do diamante que o poderá acompanhar, e tende cuidado para nisso não errar, pois se nisso errardes, falhareis em tudo. Para calcular o preço, deve igualmente ter-se em consideração o valor que teria se fosse de tamanho adequado para acompanhar um diamante de um *quilate*, para assim fazer um cálculo do peso aproximado que teria. O que digo dos rubis aplica-se também às esmeraldas chamadas orientais, nem mais nem menos, e da mesma maneira.

Existem outras pedras vermelhas, chamadas *espinelas*, e outras de várias espécies, algumas das quais são tão perfeitas na sua qualidade que igualam os rubis, mesmo os bons e os melhores. Há outras chamadas *espinelas da Roca Nova*[382]; algumas destas têm a cor de *robazes*, outras tendem para a cor dos jacintos. Não foi ainda determinado se são verdadeiras *espinelas;* os bons joalheiros não as consideram como *espinelas*, mas sim como *robazes* e jacintos de uma qualidade tão boa que se compara à das *espinelas*. Com isto querem os lapidários e joalheiros dar a entender que são *espinelas*, para que a forma lhes seja mais bem paga, para o que lhes dão o polimento de *espinelas*. Estas *espinelas* são como *espinelas* no polimento e *robazes* e jacintos na cor. E há muitos rubis que, para ficarem bem polidos e lavrados, precisam de ser polidos com o polimento de *espinelas*. Se houvesse uma *espinela* ou *espinelas* da Roca Velha que no seu género e na sua qualidade fossem boas, tendo uma perfeita face lavrada, sendo perfeitas em tudo, e podendo acompanhar um diamante de um *quilate*, valeriam bem 40 ducados. E se tivessem qualquer falha ou imperfeição, cada qual poderia deliberar o dano e desconto que isso traria ao respectivo preço, assim fazendo o seu cálculo, como no caso dos rubis.

Os *balaxes* são igualmente vendidos a peso, mas não são avaliados como os diamantes e rubis. Faz-se um cálculo simples, conforme o peso, da seguinte maneira: o melhor *balax* que se possa encontrar, sendo de um *quilate*, pode valer 10 ducados; e tendo qualquer dano ou defeito, tanto na cor como nas outras qualidades, baixa de valor, conforme a respectiva gravidade. Mas, como ficou dito, sendo perfeito vale 10 ducados, e sendo de 2 *quilates* vale 20 ducados, e sendo de 3 *quilates* vale 30 ducados, e assim por diante, em conformidade, conforme o respectivo tamanho e peso. E se tiver algumas falhas, cada um pode deliberar qual seria o seu valor, sendo de um *quilate*, e assim fazer o seu cálculo simples, como ficou demonstrado.

[382] Referência à Roca Nova, mina situada no reino de Bisnagar.

Capítulo 91

Das pérolas orientais.

As pérolas orientais são melhores do que as da Índia espanhola, têm igualmente vantagem no preço, pois valem mais, e têm um brilho melhor, sendo mais claras e bonitas, enquanto que as da Índia espanhola são geralmente mais escuras e mais mortiças na cor[383]. Mas encontram-se algumas que não dão vantagem às da Índia portuguesa em beleza, mas são muito poucas. Contudo, para fazermos os nossos cálculos fixaremos apenas um preço único para as pérolas melhores e boas. Uma pérola que em tudo seja perfeita de água, brilho e beleza, e sem saliências, de forma bem redonda ou bem proporcionada em volta como uma pêra, sem rugosidades, com o peso de um *quilate*, vale um ducado. E com isto fazemos os nossos cálculos, tal como no caso dos diamantes, rubis e esmeraldas. E se tiver qualquer falha nas águas, na claridade ou na forma, ou tiver algumas saliências ou outros defeitos, cada qual deliberará o dano causado à perfeição, fixando-se o preço em conformidade com a respectiva perfeição ou imperfeição. E fixado o preço, deve ver-se quanto pesa, e então fazer os cálculos como os dos diamantes, rubis e esmeraldas, nem mais nem menos. E no caso de se tratar de pérolas enfiadas ou em correntes, a saber, numas contas ou num colar, é preciso observá-las bem, pois onde há muitas não podem ser todas iguais; e se as maiores forem as melhores e as outras em conformidade, está bem, porque a qualidade das maiores pode compensar a deficiência das menores; mas caso contrário, está mal. Com isto disse-se o suficiente para servir sempre de lembrança a quem tiver prazer nisso, e para tudo o que possa faltar aqui para melhor esclarecimento e conhecimento, poderá sempre pedir-se conselho aos verdadeiros joalheiros e lapidários, que disso têm experiência, podendo sempre usar-se com facilidade estas instruções, para não se ter de recorrer unicamente àqueles que procuram sempre o melhor preço e o proveito próprio, etc.

Capítulo 92

De algumas histórias que se passaram na Índia no tempo em que lá residi, etc.

No mês de Dezembro do ano de 1583, chegaram à cidade e ilha de Ormuz quatro ingleses[384], vindos de Alepo na Síria, onde tinham chegado por mar desde Inglaterra, a saber, pelo estreito de Gibraltar até Trípoli, uma cidade marítima e porto na Síria, onde são carregadas e descarregadas todas as mercadorias, que daí são levadas por terra para Alepo, à distância de nove jornadas. Em Alepo residem mercadores de

[383] Orta faz, embora veladamente — já que fala com um espanhol — observações parecidas acerca das pérolas das Índias espanholas (col. 35).

[384] A história dos ingleses foi omitida na tradução latina, onde o capítulo começa com a chegada a Goa dos príncipes japoneses.

todas as nacionalidades, tais como italianos, franceses, ingleses, arménios, turcos, mouros, cada qual seguindo a sua religião e lei, mas sendo todos tributários do Grão-Turco. Fazem-se aqui grandes negócios, pois todos os anos partem duas *cáfilas* — que são comboios de gente e camelos —, que viajam para a Índia, Pérsia, Arábia e todas as regiões vizinhas, fazendo os seus negócios com todas as mercadorias, tanto à ida como à volta, como relatei num outro lugar.

Três dos referidos ingleses foram mandados pela Companhia inglesa de Alepo, para investigar se se poderia instalar qualquer feitoria em Ormuz, para desta maneira ali fazerem os seus negócios, como fazem os italianos, isto é, os venezianos. Estes têm os seus feitores em Ormuz, Goa e Malaca, fazendo um volumoso comércio, tanto em pedras preciosas e pérolas como em outros produtos e especiarias da terra, que transportam por terra para Veneza. Um destes ingleses estivera em Ormuz anteriormente, e tinha levado boas informações acerca de tudo, de modo que ali chegaram carregados de muitos produtos, tais como panos, açafrão, artefactos de vidro e pequenas mercadorias, como espelhos, facas e coisas semelhantes, em suma, todas as bagatelas imagináveis. E embora essas mercadorias valessem bom dinheiro, eram apenas uma cobertura para não levantarem suspeitas, porque a sua principal intenção era comprarem um grande lote de pedras preciosas, tais como diamantes, pérolas, rubis, etc., para o que traziam uma grande soma em dinheiro e ouro, às escondidas, a fim de não sofrerem danos ou correrem riscos.

Estando assim em Ormuz, montaram a sua tenda e começaram as vendas, sendo logo vistos pelos italianos que aí têm a sua feitoria, como ficou dito. Estes, com medo de que os ingleses fizessem bom negócio desta vez, e com a continuação prosperassem diariamente, trazendo-lhes grande prejuízo e perda, logo procuraram por todas as manhas evitar que assim sucedesse. De maneira que foram ter com o capitão de Ormuz, que se chamava D. Gonçalo de Meneses, dizendo-lhe que tinham chegado à cidade uns ingleses, que haviam sido enviados para espiar a terra, os quais, além do mais, seriam hereges, de modo que não se podia deixá-los partir sem que fossem examinados e castigados, como um exemplo para outros. O capitão, que queria bem aos ingleses, por aquele que lá tinha estado anteriormente lhe ter oferecido alguns presentes, não permitiu que fossem examinados, mas embarcou-os com todos os seus bens debaixo de custódia e a bom recato, numa nau que estava de partida para Goa, mandando-os ao *vice-rei*, para este ali os examinar como bem entendesse. Aí chegados, foram metidos na prisão, onde logo foram examinados, para ver se seriam bons cristãos. Como falavam pouco português e com dificuldades, e dois deles falavam bem o neerlandês, por terem negociado durante vários anos nos Países Baixos, foi-lhes trazido um jesuíta neerlandês, natural de Bruges na Flandres, que ali residia há perto de trinta anos.

Este examinou-os e confessou-os, tendo eles demonstrado tal desenvoltura que foram absolvidos como bons e católicos cristãos de Roma, embora levantassem suspeitas por serem estrangeiros e nomeadamente ingleses. E os jesuítas também lhes encheram os ouvidos, dizendo que corriam o risco de serem enviados como cativos para Portugal e que deviam renunciar ao mundo para virem a ser jesuítas, sob promessa de assim ficarem livres de todas as difamações, dificuldades e presunções. Os jesuítas tentaram insistentemente persuadi-los, por o jesuíta neerlandês, em segredo,

ter tido conhecimento da grande soma de dinheiro de que eram portadores, querendo deitar as garras a essa maquia, pois a primeira promessa e voto da sua ordem é procurarem em tudo a prosperidade e o aumento da mesma, de onde quer que venham. E embora os ingleses se opusessem fortemente a isso e estivessem totalmente contra, dizendo que a tal não estavam dispostos, tanto insistiram que um deles, que era pintor e apenas viera com os outros ingleses como acompanhante, em busca de alguma fortuna, sem ser mandado pela Companhia, em parte por medo e em parte por necessidade, deixou-se convencer e assumiu o compromisso de se tornar jesuíta. E embora os jesuítas soubessem que não trazia nada de seu, não obstante, por ser pintor, ofício muito procurado na Índia, e muito necessário aos jesuítas para os trabalhos de ornamentação das suas igrejas, ficaram contentes, por acreditarem que este lhes ficaria de graça, enquanto alguém mandado vir de Portugal custaria muito dinheiro. Esperavam também conseguir apanhar os outros, juntamente com todo o dinheiro que possuíam. Em suma, este pintor foi feito jesuíta, ali ficando por algum tempo, durante o qual lhe deram bastantes afazeres, fazendo-lhe grandes honras e tratando-o muito bem, para assim tentarem atrair os outros.

Os três outros permaneceram na prisão, tristes por não entenderem ninguém e quase não serem percebidos. Finalmente disseram-lhes que havia uns neerlandeses que viviam com o arcebispo, os quais seriam chamados, com o que se alegraram muito. E pediram-me a mim e a um outro holandês que fôssemos falar com eles, o que logo fizemos. E então contaram-nos com olhos chorosos toda a história, ponto por ponto, tal como ficou dito, implorando-nos toda a ajuda possível para saírem da prisão sob caução. E acrescentaram que, caso alguém soubesse dizer alguma coisa contra eles, estariam sempre dispostos a ser submetidos ao rigor da justiça e a prestarem contas; caso se provasse que eram mais do que simples comerciantes e viajantes que procuravam o proveito de negócios, que fossem então castigados. Com isto, separámo-nos deles, depois de os termos consolado com a promessa de que faríamos tudo o que nos fosse possível. Em suma, conseguimos que o arcebispo fosse ter com o *vice-rei* para entregar a nossa petição, conseguindo persuadi-lo a autorizar a sua libertação e a devolução dos seus bens, desde que pagassem uma caução de 2000 *pardaus*, para evitar que saíssem do país antes de tal estar previsto e ser ordenado. Com este despacho conseguiu-se logo encontrar um fiador, um dos principais, que logo ficou fiador pelos 2000 *pardaus*, e a quem os ingleses entregaram em mão 1300 *pardaus* em dinheiro, alegando não terem mais dinheiro em contado. O fiador, contudo, confiou neles, porque viu a quantidade de mercadorias que tinham, com as quais poderiam satisfazê-lo amplamente a qualquer hora, se tal fosse necessário.

Assim, os ingleses saíram da prisão e alugaram uma casa, montando a sua loja, de modo que tinham muito comércio e logo ficaram muito conhecidos, pois respeitavam sempre os fidalgos e gente principal a quem vendiam as suas mercadorias, fazendo-lhes grandes cortesias e honras, adquirindo grande crédito e ganhando a estima de todos, de modo que todas as pessoas lhes queriam bem e tê-los-iam favorecido em tudo de boa vontade. Mostraram em particular grande amizade para connosco, razão pela qual o arcebispo sempre os favoreceu muito, mostrando-lhes bom coração, o que eles por sua vez sabiam retribuir através da oferta de presentes, muito embora o arcebispo nunca os aceitasse nem nunca quisesse aceitar outras doações ou

dádivas de mais ninguém. Mostraram-se igualmente muito católicos e devotos, ouvindo missa todos os dias, com os seus rosários na mão. Em suma, gozavam de uma boa reputação e ninguém os via com maus olhos, ou, o que é bem pior, lhes dedicava maus pensamentos. Isto não agradava de todo aos jesuítas, por contrariar as suas pretensões, em razão das quais não deixavam de lhes incutir medo através do tal jesuíta neerlandês, que lhes dizia que seriam enviados para Portugal à mercê de el-rei, e que antes deviam entrar para o convento, porque os jesuítas os poderiam livrar de tudo, acrescentando que os avisava como amigo, e que sabia de fonte segura que assim fora decidido em segredo pelo conselho, e que apenas esperavam pela chegada das naus de Portugal, e mais outros propósitos semelhantes para intimidá-los e assim realizar os seus desígnios.

Os ingleses não ousavam recusar completamente, alegando que queriam ainda esperar um pouco para reflectir, assim deixando o jesuíta alimentar esperanças, como um dos ingleses, o principal deles, chamado John Newbery[385], me disse frequentemente, queixando-se de que não sabia o que fazer para se livrar deste tormento. Por fim, resolveram entre si pôr-se em fuga, e através de bons amigos aplicaram secretamente o seu dinheiro em pedras preciosas, pois um deles, um lapidário, tinha vindo especialmente para esse propósito. Uma vez tomada a decisão, não ousaram revelá-la a ninguém, nem tão-pouco confiando em nós, embora nos tivessem revelado todos os seus outros segredos e planos. Em suma, num dia de Pentecostes foram fazer um passeio de barco, na foz do rio a três léguas de Goa, numa terra chamada Bardês, com uma grande provisão de comidas e bebidas, para que não se levantassem suspeitas, deixando a casa e a loja, com alguns bens que tinham sobrado e ainda não tinham sido vendidos, à guarda de um rapaz holandês que nós lhes tínhamos arranjado para tal efeito. Este tinha ficado em casa, igualmente sem saber nada do plano. Chegaram assim a Bardês, acompanhados por um *patamar*, que são os mensageiros indianos que no Inverno levam as cartas de um lugar para outro, o qual tinham contratado para esse efeito. E porque entre Bardês e a terra firme apenas passa um pequeno rio meio seco, atravessaram-no e foram-se embora por terra, sem nunca mais se ter notícia deles. Mas presume-se que chegaram a Alepo, como se costumava dizer depois, sem se ter a certeza disso. O seu principal trunfo era um dos principais deles, John Newbery, ter alguma experiência da língua árabe, que é usada, ou pelo menos compreendida, em todos estes países, pois é falada muito vulgarmente por todas as partes, tal como entre nós o francês.

À chegada da notícia a Goa, houve grande tumulto e murmuração entre o povo, e nós ficámos bastante admirados, pois muitos suspeitavam que os tínhamos ajudado com palavras e obras. O fiador confiscou logo os bens que ainda restavam, que valeriam ao todo 200 *pardaus*, e sem demora entregou o dinheiro que os ingleses lhe tinham dado, mais o restante que provinha dos bens, sendo-lhe o resto perdoado pelo *vice-rei*. Quem teve maior desgosto com esta fuga dos ingleses, foram os jesuítas,

[385] Um dos ingleses da companhia, chamado Ralph Fitch, deixou um relato da viagem e das aventuras do grupo, que não só possibilita a identificação de Newbery e do pintor, mas que também mostra que a versão de Linschoten é bastante fiel. Ver: «The voyage of Mr. Ralph Fitch [...]» *in* Richard Hakluyt, *Voyages and Discoveries* (2.ª ed., Londres, 1598-1600).

pela presa que assim perderam, e que consideravam já segura. E o jesuíta neerlandês veio-nos perguntar se sabíamos alguma coisa acerca do assunto, dizendo que se tivesse previsto uma coisa dessas, teria arranjado as coisas de forma bem diferente. Segundo dizia, certa vez tivera nas mãos um saco dos ingleses com quarenta mil *venezianos* (cada *veneziano* vale dois *pardaus*), precisamente ao tempo da sua detenção, e que aqueles tinham sempre dado boa esperança de lhe satisfazerem o desejo, pela qual promessa lhes tinha devolvido o dinheiro; caso contrário, não o teriam recebido de volta tão facilmente, e talvez nunca, como ele próprio assegurava. Em suma, dizia que só agora percebia que eram hereges e espiões, dizendo ainda mais mil outras blasfémias contra eles.

Quando o inglês que se tinha tornado jesuíta ouviu dizer que os seus companheiros tinham fugido e viu que começavam a tratá-lo menos bem do que faziam no princípio, arrependeu-se. E já que não tinha feito ainda a promessa, sendo antes aconselhado a sair, pois fora do convento não lhe faltaria com que ganhar o pão, como os jesuítas não o podiam reter contra a sua vontade por não terem nada a dizer contra ele, declarou de uma vez por todas que não tinha vontade de ficar no convento. E embora ainda tentassem convencê-lo do contrário, saiu, alugou uma casa fora do convento e montou a sua loja. Em suma, logo arranjou trabalho suficiente, e como por fim casou com uma *mestiça* ou donzela natural da terra, resolveu aí residir o resto da sua vida. Deste inglês recebi amplas informações de todos os caminhos, tráficos e viagens dos países entre Alepo e Ormuz, e de todos os factos e da organização geral que têm nas viagens por terra, e dos lugares e cidades por onde passam. E depois destes ingleses e da sua história, nunca mais chegaram quaisquer outros ingleses ou estrangeiros por terra à Índia, a não ser os italianos, cujo comércio diário ali os leva e traz, etc.

Na mesma altura chegaram a Goa, vindos da ilha do Japão na companhia dos jesuítas, três príncipes e filhos de reis, vestidos como jesuítas, de quinze, dezasseis anos de idade, os quais, a instâncias dos jesuítas, tencionavam navegar para Portugal e depois seguir para Roma a ver o Papa, para assim adquirirem maiores proveitos, privilégios e liberdades para os jesuítas, sendo essa a sua única intenção[386]. Ficaram em Goa até ao ano de 1584, partindo então para Portugal e a seguir para Espanha, onde foram recebidos com grandes honras por el-rei e por todos os senhores espanhóis, que lhes ofereceram muitos presentes e dádivas, logo apropriados pelos jesuítas[387]. Daí foram ao Papa, que lhes concedeu grandes privilégios e liberdades, como em parte já referimos na descrição da ilha do Japão. Percorreram de seguida toda a Itália, a saber, Veneza, Mântua, Florença e todas as outras cidades e principados italianos, recebendo por toda a parte grandes presentes e dádivas, assim como grandes honrarias, tudo isso pelas grandezas e milagres que os jesuítas contavam deles. Em suma, voltaram da mesma forma triunfal a Madrid, onde se foram despedir de el-rei com grandes honras, levando grandes recomendações para o *vice-rei* e para todos os capitães e governadores da Índia. Partiram de Lisboa e embarcaram no ano de 1586, viajando na nau *S. Filipe*, a qual na viagem de volta para Portugal seria tomada pelo capitão Drake[388].

---

[386] O trecho desde «para assim» até «intenção» foi omitido na tradução latina.

[387] As quatro últimas palavras foram omitidas na tradução latina.

[388] A nau *S. Filipe* foi tomada no ano de 1586, nas imediações dos Açores.

Após uma viagem longa e difícil, chegaram a Moçambique, onde a nau embarcou a carga da nau *S. Lourenço*, a qual ali tinha chegado totalmente desmastreada, vinda da Índia com um carregamento destinado a Portugal, mas à chegada fora desmanchada. E porque tinha acabado o tempo propício para navegar para a Índia, a nau *S. Filipe* tomou a carga da nau *S. Lourenço*, sendo, como ficou dito, tomada pelos ingleses no caminho de volta para Portugal. Foi a primeira nau da carreira da Índia portuguesa a ser tomada, facto que os portugueses interpretaram como muito significativo, por à nau ter sido dado o nome de el-rei de Espanha.

Voltando aos príncipes e jesuítas do Japão, no ano seguinte voltaram de novo a Goa, com grande regozijo, pois tinham-nos ali dado por perdidos. Os três príncipes vinham vestidos de panos ou *brocados* de ouro e prata, à maneira italiana, roupas que lhes haviam sido oferecidas pelos senhores italianos. Vinham muito orgulhosos, mostrando os jesuítas grande presunção pelo facto de terem atingido os seus objectivos. Permaneceram em Goa até à época da *monção* ou altura propícia à navegação para a China, para onde embarcaram, seguindo depois para o Japão, onde foram recebidos com grande triunfo e admiração de todos (como bem se pode imaginar), para grande proveito e honra dos jesuítas, como o testemunha o livro que relata a viagem marítima e terrestre, e a forma como foram recebidos por toda a parte, etc., o qual mandaram publicar em espanhol[389].

No mês de Junho do ano de 1584 vieram a Goa muitos embaixadores, nomeadamente da Pérsia, Cambaia e do *samorim*, que é o chamado «imperador dos malabares», e também do rei de Cochim. E entre outras coisas foram celebradas as pazes entre o *samorim*, os malabares e os portugueses, que tinham sido sempre inimigos mortais uns dos outros, sob a condição[390] de os portugueses obterem uma fortaleza num certo porto situado na costa do Malabar, chamado Panane, a dez léguas de Calecute, o que logo foi posto em prática, ali se construindo uma fortaleza com grandes custos. Mas como a terra era toda arenosa, não conseguiam obter fundamentos sólidos, pois tudo se afundava, pelo que foi decidido abandonar o local, depois de se terem gasto trezentos ou quatrocentos mil florins de ouro, já que não lucravam nada em possuir uma coisa tão pouco proveitosa. Originalmente pensavam usar esta fortaleza como protecção, no caso do *samorim* faltar à sua palavra (como costuma fazer frequentemente), assim evitando com este porto que tivessem um local por onde sair, como o tinham feito anteriormente, causando grandes danos. Mas viram que o *samorim* em segredo dispunha de outros lugares e portos, de onde faziam tantos danos quantos podiam e tantas vezes como antes, embora o *samorim* se desculpasse, alegando que de nada sabia e que não o podia impedir, pois tratava-se de piratas que não estavam sujeitos a ele nem a ninguém. E estas foram as razões pelas quais deixaram de novo Panane, não confiando muito nos malabares. Estes são uma das nações mais rebeldes e cruéis que há em toda a Índia, levando à ruína muitos viajantes, pois tornam toda a costa e mar inseguros e perigosos para viajar. E por essa razão são aprontadas e despachadas anualmente de Goa armadas portuguesas, apenas para

[389] O livro foi primeiro publicado em italiano: *Relazioni della venuta de gli ambasciatori Giaponesi à Roma, [...]. raccolte da Guido Gualtieri* (Roma, 1585). A tradução espanhola foi publicada em Sevilha em 1586.

[390] Para as condições do acordo ver Couto, *Dec.* X (4-11).

manter a costa e o mar seguros e transitáveis. E apesar disso alguns lugares existem onde se encontram muitos destes malabares, os quais fazem grande dano, roubando e furtando, tanto no mar como em terra, lugares esses situados à beira-mar, onde têm os seus portos e para onde levam e escondem as suas presas. Vivem em casinhas de palha em rochedos e montes inabitáveis, onde ninguém os consegue dominar, não se ralando com o *samorim* nem com ninguém.

Um dos portos destes ladrões situa-se a doze léguas para sul de Goa, no começo da costa do Malabar, e chama-se Sanguiseo. Aqui vivem muitos destes salteadores, os quais faziam tanto agravo que ninguém podia lá passar sem danos, pelo que diariamente chegavam muitas queixas ao *vice-rei* que governava na altura, chamado D. Francisco Mascarenhas, duque da vila de Horta. Este, para remediar o facto, enviou recado ao *samorim* para que os mandasse castigar, mas ele limitou-se a informar que não tinha poder nem competência para tal, por eles não se sujeitarem a ninguém, dando ao *vice-rei* plena autoridade para os castigar como bem entendesse, prometendo mesmo dar ajuda.

O *vice-rei*, vendo o que se passava, armou uma armada de quinze *fustas*, nomeando como *capitão-mor* um fidalgo seu sobrinho, chamado Gil Eanes Mascarenhas, dando-lhe ordem expressa para ir primeiro a este porto de Sanguiseo, assolando-o e arrasando-o[391]. A armada largou com esse propósito, e chegando ao porto de Sanguiseo, o capitão-mor tomou conselho sobre o que haviam de fazer, porque Sanguiseo é uma ilhota situada dentro da costa, com um rio em volta cuja entrada tem muitos escolhos e baixios, de modo que não se podia aproximar bem na vazante. Enfim, foi decidido que o capitão-mor se chegasse com metade das *fustas* a um dos lados, sendo nomeado um segundo capitão-mor, chamado João Barriga, que se iria chegar ao outro lado com a outra metade. Depois de assim decidido, o capitão-mor foi à frente, ordenando que o seguissem, e veio a remo até à praia, crendo que os outros seguiam no seu encalço. Porém, os outros capitães, todos fidalgos novos e inexperientes, começaram a disputar sobre quem iria em primeiro ou em último lugar. Entretanto baixou a maré, pelo que encalharam, um aqui outro ali, sobre os escolhos e baixios, não podendo assim socorrer o capitão-mor nem conseguindo avançar ou recuar. Ao segundo capitão-mor, que iria dar a volta pelo outro lado, como ficou dito, nenhum capitão se quis submeter, dizendo que não era fidalgo e que todos eram melhores do que ele. Estes e outros pontos semelhantes surgem sempre nos empreendimentos dos portugueses, pelo que de modo geral fracassam. Deste modo, também estes ficaram em desacordo e não conseguiam fazer nada.

Os sanguiseus, que tinham deixado as suas casas e moradas e se tinham refugiado nos montes, vendo de longe todo este movimento e apercebendo-se de que todas as *fustas* tinham ficado fora da barra, encalhadas por aqui e por ali, sem poderem entrar, e que o capitão-mor estava sozinho encalhado na praia, sem poder de lá sair, cobraram ânimo e carregaram com uma grande multidão sobre a *fusta* do dito capitão-mor, matando toda a gente, com excepção dos que se conseguiram salvar a nado. E embora o capitão-mor bem se pudesse ter salvo, se assim o quisesse, pois um seu escravo ofereceu-se para lhe salvar a vida nadando, não o quis, pois dizia que

[391] Ver Couto, *Dec.* V (5-7).

antes desejava morrer lutando honradamente, do que salvar-se com desonra. Defendeu-se e lutou valorosamente até ao fim, mas como caíram muitos sobre ele, acabaram por matá-lo, degolando-o na presença de todos os que estavam nas outras *fustas*. Colocaram a sua cabeça numa vara e gritavam com grande zombaria para os portugueses: «Venham buscar o vosso capitão», para grande vergonha e humilhação de todos, que se entreolhavam de olhos pasmados. Finalmente, abalaram com a maré alta, cada qual seguindo o seu caminho, afastados uns dos outros, tal como carneiros sem pastor, e assim voltaram a Goa com esta preciosa vitória. Os capitães foram logo presos, mas foram depois considerados inocentes, sendo por fim postos em liberdade. Fez-se grande luto pelo capitão-mor, principalmente o *vice-rei*, por ser o filho do seu irmão, porque era muito querido de todos pela sua coragem e virtude. E os outros capitães foram caluniados e inculpados por todos, como bem mereciam.

De imediato se preparou uma outra armada[392], com outros capitães, sendo o capitão-mor D. Jerónimo Mascarenhas, primo do capitão-mor falecido, para, como ele acreditava, poder tirar vingança da sua morte. Estes chegaram-se à dita terra e invadiram-na com todas as forças, mas os sanguiseus, que estavam avisados e de prevenção, haviam-se refugiado nos montes, deixando as casas e moradas de palha vazias, pois a rudeza do terreno impedia que fossem perseguidos. Os portugueses queimaram as casas, cortaram as árvores e arrasaram tudo, partindo de novo depois desta vingança, sem lesarem ninguém, etc.

Na mesma altura, os governantes de Cochim, por ordem de el-rei e do *vice-rei*, prepararam a instalação de uma alfândega, que aí não tinha existido até então, pelo que os habitantes se revoltaram. E teriam matado todos aqueles que queriam instalá-la, razão pela qual o projecto foi suspenso até à vinda de Portugal do novo *vice-rei*, chamado D. Duarte de Meneses, que se reuniu em Cochim com o antigo *vice-rei*, que lhe entregava o regimento[393]. Tanto fizeram que conseguiram instalar a alfândega com palavras suaves, com consentimento dos habitantes, embora mais por força do que por vontade. Esta alfândega dá agora grande proveito a el-rei, em virtude do grande comércio que por lá passa, pois ali são sempre despachadas as naus portuguesas com toda a sua carga, quando regressam a Portugal.

No mês de Setembro do mesmo ano, chegou a Goa uma nau de Portugal, chamada *Bom Jesus de Caranja*, trazendo a notícia de que mais quatro naus estavam a caminho com o novo *vice-rei*, chamado D. Duarte de Meneses, pelo que houve grande alegria em toda a cidade e os sinos repicaram, como é costume sempre que chega a primeira nau de Portugal. Nesta nau vieram alguns arcabuzeiros neerlandeses, os quais me trouxeram cartas da pátria, para meu grande consolo. Pouco tempo depois, no mesmo mês, chegou uma outra nau desta companhia, chamada *Boa Viagem*, em que vieram muitos fidalgos e religiosos para servirem el-rei na Índia, entre os quais se encontrava um irmão do meu amo o arcebispo, chamado Roque da Fonseca, sendo os outros senhores principais D. Jorge Tubal de Meneses, porta-bandeira-mor do estandarte real de Portugal, futuro capitão de Sofala e Moçambique, por serviços prestados a el-rei na Índia, João Gomes da Silva, futuro capitão de Ormuz, D. Fran-

[392] Ver Couto, *Dec.* X (6-4).
[393] Ver Couto, *Dec.* X (4-13).

cisco Mascarenhas, irmão do falecido capitão-mor D. Gil Eanes Mascarenhas, morto em Sanguiseo, como ficou dito. Este último tinha também a capitania de Ormuz, a qual por sua morte foi concedida por el-rei a este seu irmão D. Francisco, por um período de três anos, a servir depois de terem terminado os anos de serviço dos que estavam providos antes dele, como explicámos num outro lugar.

No mês de Novembro chegaram a Cochim as outras três naus da companhia, que tinham vindo por fora da ilha de São Lourenço, sem fazerem escala em Moçambique. Os seus nomes eram *Santa Maria*, *As Relíquias* e *As Chagas*, a capitânia. Nesta última nau veio o *vice-rei* D. Duarte de Meneses, que sempre tinha sido capitão de Tânger na África ou Berberia. E só na nau *Chagas* vieram mais de novecentos soldados e fidalgos, muitos dos quais acompanhavam o *vice-rei*, fora os marinheiros e os grumetes, que eram mais de cem, os quais fizeram mais de sete meses de viagem ininterrupta antes de desembarcarem em Cochim. Os de Cochim receberam o *vice-rei* com grande festa. E estando em Cochim, este logo mandou recado ao antigo *vice-rei* para que deixasse o regimento nas mãos do meu amo o arcebispo, para que ele governasse na sua ausência, e isso por o arcebispo e ele serem particulares amigos e conhecidos, pois ambos tinham sido presos na grande batalha e derrota de Berberia, com el-rei D. Sebastião. O antigo *vice-rei* entregou-o logo, indo depois para Cochim, para nas mesmas naus voltar a Portugal, como é o costume entre *vice-reis*, pois não podem ficar na Índia após o respectivo governo.

No dia 10 de Novembro do ano de 1584, a nau *Caranja* partiu de novo de Goa para Cochim, para aí carregar pimenta e outras mercadorias. Nesta altura todos os feitores vão para Cochim a fim de embarcarem as suas mercadorias, voltando de novo para Goa, onde residem, depois de os navios serem despachados. O *vice-rei* embarcou nesta nau com muitos fidalgos para Cochim, para dali regressar a Portugal.

No dia 5 de Fevereiro do ano de 1585, o *vice-rei* D. Duarte de Meneses chegou de Cochim à cidade de Goa, onde foi recebido em triunfo com grande festa.

No mês de Abril do mesmo ano, Bernardt Burcherts, meu companheiro e servidor do arcebispo, nascido em Hamburgo, viajou de Goa para Ormuz e daí para Baçorá, e daí por terra através da Babilónia, Jerusalém, Damasco e Alepo, de onde me mandou, por terra, duas cartas para Goa, por um portador arménio, nas quais me relatava o sucesso de todo o seu caminho e viagem, feito com poucos custos e poucos perigos, sempre em boa companhia e muito à vontade, na comitiva das *cáfilas*. De Alepo viajou para Trípoli, na Síria, onde encontrou navios de Inglaterra, nos quais viajou para Londres, continuando dali para Hamburgo, onde, como depois soube pelas suas cartas, chegou de boa saúde.

No mês de Agosto vieram notícias e cartas de Veneza, por terra, sobre o assassinato e morte do meu amo o príncipe de Orange[394], de honrosa memória, e igualmente do duque de Alençon ou Anjou, e do casamento do duque da Sabóia com a filha de el-rei de Espanha[395].

---

[394] Assassinado em 10 de Julho de 1584.

[395] Carlos Manuel, duque da Sabóia, casou com Catarina de Áustria, filha de Filipe II de Espanha, em 11 de Março de 1585.

No dia 20 do mês de Outubro, chegou de Portugal a Goa a nau chamada *S. Francisco*, em que vieram alguns arcabuzeiros neerlandeses que me trouxeram cartas da pátria, com novas do falecimento do meu pai Huych Joosten de Harlemo, que Deus haja. No primeiro de Novembro chegou a Cochim a nau *Santo Alberto*. No primeiro de Dezembro chegou a Cananor, na costa do Malabar, a nau *S. Lourenço*, que veio dali para Goa com a maior parte da gente doente, tendo morrido mais de noventa pessoas, pois tinham passado grande miséria e privação, sem fazerem qualquer escala. Ainda faltavam duas naus desta companhia, que tinham saído com eles de Lisboa, a saber, a nau *S. Salvador* e a capitânia *Santiago*, das quais ainda não havia notícia.

Na mesma altura chegaram alguns italianos por terra, trazendo notícias sobre a morte do Papa Gregório XIII, e sobre a eleição do novo Papa, chamado Sisto.

Simultaneamente, as naus partiram de novo de Goa para Cochim, tomando carga ao longo da costa do Malabar, para assim serem despachadas de Cochim para Portugal no mês de Janeiro do ano de 1586.

No mês de Maio deste mesmo ano de 1586, chegaram a Goa cartas do capitão de Sofala e Moçambique para o *vice-rei* e o arcebispo, dando conta da perda da nau *Santiago*, capitânia da armada que tinha partido de Lisboa no ano passado de 1585, como acima ficou referido. A sua perda deu-se desta maneira[396]: a dita nau vinha com bom tempo e ventos favoráveis do cabo da Boa Esperança para Moçambique, tendo já ultrapassado, de acordo com as suas estimativas, como costumam fazer os seus cálculos, todos os perigos, sem nada mais terem a temer. Por isso mesmo é sempre necessário que os oficiais dos navios mantenham boa vigia e não se fiem em demasia na própria ciência, como fizeram estes, pois essa foi a principal causa da sua perda. Vindo assim navegando por entre a ilha de São Lourenço e a terra firme da costa que corre até Moçambique, ficando esta à mão esquerda e a ilha de São Lourenço à mão direita, deve saber-se que entre a ilha e a terra firme ficam vários baixos, chamados da Judia, a uma distância de cinquenta léguas espanholas da ilha de São Lourenço e setenta léguas da terra firme, em frente da região de Sofala, em 22 graus e meio da banda sul da linha equinocial, sendo daí até Moçambique ainda 90 léguas. Estes baixos são na sua maior parte de um coral maciço muito agudo, a saber, de cor preta, branca e verde, o qual é muito perigoso e muito para evitar e temer, pelo que todos os pilotos e sota-pilotos deviam ter muito cuidado com eles, principalmente aqueles das naus da Índia, pois a nau depende deles por inteiro, sendo apenas governada pela sua cabeça e conselho, e isto com ordem expressa da parte de el-rei para não serem contrariados de maneira alguma.

Encontrando-se assim na dita zona e, pelas estimativas de todos os que estavam na nau, perto dos baixos da Judia, o piloto tomou o sol e fez os seus cálculos como se já tivessem passado os mesmos baixios, dando ordem ao mestre para se içarem todas as gáveas e se navegar descansadamente rumo a Moçambique, sem qualquer medo ou preocupação. E isto não obstante o facto de na nau virem muitos marinheiros que também tinham as suas cartas e instrumentos, em parte para aprender, em parte por curiosidade, assim como os outros oficiais, tais como o mestre e o contra-mestre,

[396] Ver «Relação do naufrágio da nau *Santiago* no ano de 1585» de Manuel Godinho Cardoso na *História trágico-marítima*.

dizendo todos que seria melhor deixar as velas um pouco amainadas, principalmente à noite, e manter boa vigia, pois achavam que ainda não tinham passado os baixios. Apenas o piloto dizia o contrário, e para provar que só ele tinha a ciência e o direito, e também para usar o seu poder, deu ordem para se fazer o que tinha dito, alegando que os outros nada sabiam.

Mas tal como os portugueses se perdem quase sempre por soberba, principalmente se tiverem algum poder, o mesmo aconteceu com este piloto, que não quis ouvir ninguém nem seguir nenhum conselho que não fosse da sua própria cabeça. Com isto, içaram todas as velas sem mais hesitações, com base na palavra do piloto, e assim navegaram com bom vento e bom tempo até à meia-noite.

Avançando assim com uma lua encoberta, deram em cheio em cima do baixio, que era de coral branco maciço e muito agudo. E com a fúria do vento e velocidade que levava, a nau foi cortada ao meio como se fosse com uma navalha, ficando a quilha e duas das cobertas inferiores encalhadas, avançando a parte superior ainda um pouco com o ímpeto do vento, para logo ficar igualmente encravada, com os mastros cortados. Ali se ouviam tais prantos e lástimas que o céu parecia rasgar-se, pois vinham no navio (por ser a capitânia) mais de quinhentas pessoas, entre as quais cerca de trinta mulheres e muitos jesuítas e frades. Em suma, não havia mais nada a fazer senão confessarem-se e despedirem-se uns dos outros, rezando pela absolvição, chorando e gritando, como bem se pode imaginar. O capitão-mor, chamado Fernão de Mendonça, o mestre, o piloto e mais dez ou doze outros, apoderaram-se logo da pequena chalupa, defendendo-a com espadas nuas, para que mais ninguém entrasse, prometendo a todos os outros que ficavam no navio que apenas iam ver se encontravam no baixio um lugar onde pudessem fabricar um barco ou uma barca com os pedaços do navio, para assim atingirem terra firme e salvarem a pele. Com isto os deixaram no navio com alguma esperança, mas pouca. Estes, navegando deste modo mas não encontrando nenhum lugar, não se atreviam a voltar ao navio, com medo de que a chalupa se enchesse demasiado, e também com poucas esperanças de ali arranjarem algum apoio. Assim, decidiram por fim remar para terra, levando consigo umas caixas de *marmelada*, um barril de vinho e algum biscoito, que tinham à pressa lançado para dentro da chalupa, e que dividiram conforme a necessidade pedia, dirigindo-se à ventura de Deus para a costa, onde chegaram após dezassete dias de caminho, com grande fome, sede e trabalho.

Os outros, que ficaram no navio, vendo que a chalupa não voltava, bem se pode imaginar o seu estado de espírito. Por fim, a parte superior do navio, entre as duas cobertas, rebentou do lado onde se encontrava a chalupa grande, pelo que a chalupa saiu de lá meio partida. Mas por haver pouco remédio e menor ânimo, ninguém lhe deitou a mão, olhando uns para os outros miseravelmente. Por último, levantou-se um italiano, chamado Cipião Grimaldi, que cobrou algum ânimo e disse: «Por que estamos assim abatidos? Vamos tentar remediar-nos e ver se há algum meio de salvar a pele.» E logo saltou com a sua arma para dentro da chalupa, começando a limpá-la, com o que alguns outros cobraram ânimo, começando a ajudá-lo a consertar a chalupa o melhor que podiam com as ferramentas que estavam mais à mão. E mais de noventa saltaram para dentro da chalupa, com outros que se penduraram nadando por fora, e também algumas mulheres; e para não irem todos ao fundo, cortaram os

braços e as mãos dos que estavam pendurados e lançaram para o mar muitos dos que estavam dentro e não tinham armas. E assim partiram à ventura de Deus, com um tal tumulto, gritaria e pranto quando se despediram do navio, que parecia que o céu e a terra desabavam.

Navegando assim por alguns dias, com um racionamento rigoroso das comidas e bebidas que tinham, fizeram pouco progresso, pois eram tantos que quase iam ao fundo, tanto mais que a chalupa estava muito furada e mal reparada. Em suma, nem a noite aqui trazia bom conselho. Por último, decidiram escolher um capitão para não se afogarem todos, o qual era um fidalgo *mestiço* da Índia, e comprometeram-se a fazer tudo o que ele lhes mandasse. Este mandou lançar alguns ao mar, indicando as pessoas que tinham menos possibilidades de se defenderem. Entre eles encontrava-se um carpinteiro que tinha ajudado na reparação da chalupa. Vendo que fora indicado, pediu que lhe dessem primeiro um pedaço de *marmelada* e uma golada de vinho, deixando-se depois lançar ao mar e afogando-se de bom grado. Entre outros, foi ainda indicado um daqueles a que em Portugal se chamam *cristãos-novos*, que tinha um irmão mais novo na mesma chalupa. Quando o agarraram para ser lançado ao mar, o irmão mais novo levantou-se e pediu humildemente para soltarem o seu irmão e o lançarem em seu lugar, pois dizia: «ele, o meu irmão, é mais velho, mais sensato e mais útil no mundo do que eu para ajudar as minhas irmãs na necessidade; por isso, prefiro morrer por ele do que viver sem ele». Graças a este pedido, soltaram de novo o irmão mais velho e lançaram ao mar o mais novo que assim o desejava. Este nadou durante seis largas horas atrás da chalupa, e embora lhe batessem nas mãos com os espadins para não chegar a bordo, conseguiu agarrar-se a um espadim, e apesar de este lhe cortar metade da mão ao comprido, não quis nunca soltá-lo, pelo que por fim foram movidos a deixá-lo subir novamente a bordo. Eu conheci ambos os irmãos em Goa e conversei com eles. Com similares misérias e penas demoraram vinte dias no caminho, até que por fim chegaram a terra, onde encontraram o capitão-mor e a gente da outra chalupa.

Os que ficaram no navio ataram algumas tábuas, vigas e outras peças de madeira umas às outras — os portugueses chamam-lhes *jangadas* —, cada qual com o que tinha mais à mão e todos na esperança de salvar a vida, mas destes apenas dois chegaram a terra com vida. Uma vez chegados a terra, os acima referidos ainda passaram outras aflições e perigos, pois foram todos despojados da roupa que traziam no corpo pelos negros da terra, os *cafres*, que nem lhes deixaram com que cobrir as suas vergonhas, e passaram tanta fome, dificuldades e mil outras misérias, que seria demasiado contá-las. Por fim, chegaram a um lugar onde encontraram um feitor do capitão de Sofala e Moçambique, que os ajudou o melhor que pôde e arranjou maneira de os fazer chegar a Moçambique e daí à Índia, onde eu conheci e falei com muitos deles pessoalmente. Dos que tinham chegado a terra, ainda morreram muitos antes de chegarem a Moçambique. Resumindo, escaparam com vida cerca de sessenta pessoas, ficando todas as outras afogadas e sufocadas no navio, nunca mais havendo notícia nem sinal da nau ou da gente. Daqui se pode concluir como a soberba deste piloto, que não quis aceitar conselhos de ninguém, provocou a perdição da nau e de tantas pessoas. Por esse motivo, não se deve dar tanto poder a nenhum piloto que, tal como este, rejeite o conselho da maioria em tempos de necessidade.

Este piloto foi preso à chegada a Portugal, mas graças a presentes e dádivas foi de novo posto em liberdade. Foi-lhe entregue uma outra nau, que era a melhor da frota que ia para a Índia no ano de 1588, apesar dos protestos das mães, irmãs, mulheres e filhos daqueles que tinham perecido na outra nau, que em conjunto reclamavam vingança sobre ele. E vindo a pilotar a dita nau, chamada *S. Tomé*, pouco faltou para que a perdesse de novo nos mesmos baixos da Judia, valendo-lhes apenas a luz do dia, graças à qual se conseguiram afastar. Mas na viagem de volta da Índia para Portugal, a mesma nau soçobrou junto ao cabo da Boa Esperança com o mesmo piloto, com gente e tudo, pelo que se murmurou muito que fora um justo castigo divino, para vingança de tantas viúvas e órfãos, mas disso trataremos num outro lugar, em seu devido tempo. Quis relatar isto mais demoradamente para que se veja e perceba claramente que muitos navios se perdem pela soberba dos que os governam e pela ignorância dos pilotos, pelo que as pessoas deviam ser examinadas com cuidado antes de lhes ser confiado um navio do qual depende tanto e o bem-estar de tantos, e, o que é mais, a vida de tantas pessoas e o sustento de tantas mulheres e filhos. Esta perda lastimável ocorreu no mês de Agosto do ano de 1585.

No mês de Maio do ano de 1586, dois navios partiram do porto de Chaul na Índia, carregados com grande quantidade de bens e preciosidades que pertenciam a portugueses, habitantes de Chaul, os quais seguiam a bordo, com intenção de navegarem para o estreito de Meca, ou mar Vermelho, onde fazem os seus negócios. Mas no caminho foram tomados pelas galés dos turcos. Estas galés tinham sido aprontadas no interior do estreito de Meca, perto da cidade do Cairo, na costa do mar Vermelho, numa cidade chamada Suez. Estas galés começaram a fazer grande dano e puseram toda a Índia em tumulto e grande pavor.

No mesmo mês foi preparada em Goa uma grande armada de galés e *fustas,* de uma dimensão que já não se via ali há muitos anos, a qual recebeu ordens do *vice-rei* para ir ao mar Vermelho tentar afugentar ou derrotar a armada e as galés dos turcos. Depois, deveria invernar em Ormuz, para de seguida entrar no chamado estreito da Pérsia, para além de Ormuz, e ali oferecer os seus serviços e o seu apoio ao Xá Tamas, rei dos persas, contra o Grão-Turco, inimigo comum, para assim o assediar de todos os lados. Pelo menos, essa era a intenção, mas tudo se passou ao contrário, como de seguida relataremos.

Nesta enorme armada ia por general e capitão-mor um fidalgo chamado Rui Gonçalves da Câmara[397], que outrora tinha sido capitão de Ormuz, e que era um homem extremamente gordo e corpulento, sendo essa a principal causa da sua má fortuna. Nesta armada seguiam os principais soldados e fidalgos da Índia, que pretendiam ganhar grandes honras. Uma vez partida a armada e seguindo a sua derrota rumo ao mar Vermelho, encontraram no caminho muitas calmarias, pelo que passaram grandes misérias e começaram a cair como tordos, tanto de sede como da falta de outros víveres, pois não tinham antecipado levarem tanto tempo de caminho, sendo essa a sua desculpa de sempre, no caso de algo lhes acontecer. Este foi o primeiro infortúnio e o começo do que se seguiria.

[397] Ver Couto, *Dec.* X (7-15/18).

Chegando à entrada do mar Vermelho, depararam com as galés turcas, e lá se travou uma valente batalha. Mas os portugueses foram derrotados e fugiram o melhor que puderam com grandes danos e perdas. E os turcos vitoriosos navegaram para a costa de Abex ou Melinde, onde tomaram várias cidades, entre as quais Pate e Brava, que estavam aliadas aos portugueses, para ali se fortificarem e assim poderem mais facilmente fazer dano aos portugueses, pois ficavam mais próximos. A armada portuguesa, toda desbaratada, navegou para Ormuz, para aí invernar, consertar-se e curar os seus doentes, que eram muitos, para em devido tempo se dar cumprimento à ordem do *vice-rei* de ajudar o Xá Tamas, e assim compensar a derrota sofrida.

Chegados a Ormuz trataram de tudo, e quando chegou a hora o capitão-mor ficou em Ormuz, em virtude da sua obesidade e má disposição, enviando em seu lugar um tenente-mor chamado Pedro Homem Pereira[398], que embora fosse um fidalgo pouco proeminente era um famoso e experiente homem de armas. O capitão-mor ordenou que fosse obedecido em tudo como se se tratasse da sua própria pessoa, determinando igualmente que fizessem caminho pelo lado da Arábia, para castigarem um grupo de ladrões que se acoitavam num lugar chamado Nicolu. Estes faziam furtos e assaltos constantes, fazendo grande mal a todos os navios e viajantes que de Baçorá vinham fazer negócios a Ormuz, tanto na ida como na volta, pelo que a navegação estava de todo insegura, para grande prejuízo dos de Ormuz, que estavam muito desejosos de ver pôr fim a isto, pelas queixas diariamente recebidas a esse respeito.

Partidos com o tenente-mor designado, chegaram a Nicolu[399], onde as *fustas* deram à praia, ficando meio-varadas em seco, e desembarcaram de roldão, sem qualquer ordem, como costumam fazer em todos os seus empreendimentos. O tenente-mor quis usar a sua autoridade para os pôr em formação, como é usual nas operações militares, mas ninguém lhe quis obedecer, dizendo que era um camponês e que eles eram melhores fidalgos e soldados do que ele. Com esta calúnia e outras semelhantes, dispersaram-se, sem qualquer ordem, tal como carneiros sem pastor, acreditando que eram donos do mundo e que cada português igualava um Hércules e podia levar o mundo nos ombros. Os árabes ou nicolus, que tinham fugido para os campos, na sua maioria a cavalo, vendo esta desorganização e falta de formação, e a maior parte das *fustas* encalhadas, assim impedindo um regresso rápido e sem grande esforço ao mar, cercaram-nos a todos e atacaram-nos com forças unidas em formação de meia-lua. E assim, desbaratando-os, levaram-nos à sua frente até à beira-mar, onde, por não poderem meter as *fustas* na água sem correrem perigo mortal, tiveram de defender-se, em parte por necessidade, em parte por vergonha, sendo mortos na luta. Pelo que não mais de cinquenta conseguiram escapar, entre aqueles que tinham conseguido desencalhar as *fustas*, levando-as para longe da terra à força de remos. Ali ficaram mais de oitocentos portugueses, dos mais velhos e melhores soldados da Índia.

Entre os que se encontravam em terra estava um neerlandês, que desempenhava funções de trombeteiro para animar os soldados. Este, achando-se no meio da batalha, não longe do estandarte dos portugueses, viu como o porta-bandeira português

[398] Ver Couto, Dec. X (7-18).

[399] Ver Francisco Rodrigues Silveira, *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, livro primeiro, cap. IX.

deitara fora o estandarte e se pusera em fuga para salvar a pele, e que um dos árabes pegara no estandarte. O trombeteiro, tomado de fúria e raiva, deitou por terra a corneta e correu com o seu espadim (pois não tinha outra arma) para o meio dos inimigos, trespassando aquele que tinha pegado no estandarte e levando-o de novo para junto dos portugueses, maldizendo-os por terem deixado tomar o estandarte tão vergonhosamente. Em suma, protegeu o estandarte durante quase uma hora, matando muitos dos que lho tentavam roubar, pelo que ficou cercado por mortos. E embora se pudesse ter salvo com facilidade, se quisesse abandonar o estandarte, nunca o largou até ser atacado e morto por uma grande multidão, expirando sempre abraçado ao estandarte, com o qual tombou entre os mortos. Tudo isto foi reconhecido muitas vezes oralmente pelos sobreviventes portugueses, que enalteceram a sua enorme coragem, razão pela qual quis aqui referi-lo como uma coisa digna de ser notada.

O nomeado tenente ou comandante, vendo a geral desordem e insubordinação, que não lhe trariam grandes honras, escapou-se a tempo e pôs-se a salvo na sua *fusta*, observando de longe o evoluir da situação. E assim voltaram com as *fustas* vazias para Ormuz, sem fazer mais nada, para grande tristeza e vergonha de toda a Índia, porque era a maior derrota e perda que os portugueses alguma vez tinham sofrido na Índia, pois tinham perdido tantos portugueses de uma vez, entre os quais se encontrava também o irmão do arcebispo e muitos outros fidalgos novos e excelentes, dos principais de Portugal.

Na mesma altura chegou a Goa uma rainha de Ormuz que era da lei de Maomé, tal como os seus pais e antepassados, que são tributários dos portugueses na dita ilha. Esta aceitou o baptismo cristão e foi recebida com grande solenidade, tendo o *vice-rei* por padrinho e tomando o nome de Dona Filipa, por causa de el-rei de Espanha. Era uma mulher bonita e alva, de grande corpo, e o seu irmão, que era ainda novo, foi também baptizado cristão e navegou para Portugal com Matias de Albuquerque, que tinha sido capitão de Ormuz, para ser apresentado a el-rei. Esta rainha foi casada com um fidalgo português chamado António de Azevedo Coutinho, a quem el-rei de Portugal deu como dote de casamento da parte da rainha a capitania de Ormuz, que vale mais de 200 ducados, como ficou dito num outro lugar. Este fidalgo, após ter vivido meio ano com a rainha com toda a amizade e amor que se podia desejar, mandou aprontar um navio para ir para Ormuz, a fim de reivindicar e cobrar alguns bens e rendas da rainha sua mulher. Mas a ela custava-lhe tanto despedir-se, que rogou ao marido que a levasse consigo, porque não podia viver na sua ausência. E por isso não ser oportuno, ele consolou-a o melhor que pôde, prometendo fazer tudo para voltar rapidamente, e logo se dirigiu de navio para Bardês, na entrada extrema do rio, a três léguas de Goa. Enquanto o fidalgo aí se encontrava, esperando o tempo e o vento, a rainha (segundo se diz) foi invadida por uma tristeza e aflição tão grandes que morreu de repente, no mesmo dia em que o marido se fez à vela. Isto causou grande espanto e muita tristeza em todos, por ter sido a primeira rainha destas partes a tornar-se cristã, deixando o seu reino e alta condição por antes querer morrer cristã, casada com um modesto fidalgo, do que viver como rainha na lei de Maomé. Foi devidamente enterrada, com grande magnificência.

No mês de Agosto do ano de 1586, chegou de Moçambique a Goa um homem que viera de Portugal no *galeão* destinado a Malaca, com uma certa mensagem para o

vice-rei. Este homem trouxe a notícia de que a nau *Boa Viagem*, que tinha partido da Índia no ano anterior de 1585, ficara pelo caminho. Presume-se que tenha rebentado perto do cabo da Boa Esperança, por causa da grande carga que levava, pois na maioria das vezes sobrecarregam os navios, e diz-se que a dita nau já estava com mais de nove braças de água quando se fez à vela de Cochim. Normalmente, antes de as naus se fazerem à vela, pede-se ao mestre e aos outros oficiais que jurem que a nau está suficientemente forte e capaz para efectuar a longa viagem. No caso de haver quaisquer falhas nela, isso mesmo deve ser declarado sob juramento, sendo para o efeito lavrado um auto, que é assinado pelos oficiais da nau. Mas na altura devida eles calam-se, mesmo se a nau tiver mil falhas e defeitos, para não perderem os seus cargos e os proveitos respectivos, mesmo se souberem muito bem que a nau não está em condições de fazer a viagem, porque a cobiça engana a sabedoria e menospreza os perigos; apenas quando estão a meio do caminho sabem falar quanto baste, fazendo grandes promessas de se emendarem. A maior parte das naus larga de Cochim desta maneira, e apenas por milagre divino uma delas consegue chegar a Portugal sã e salva, já que de outra forma tal não seria possível, pois são sempre sobrecarregadas e mal providas de víveres, além de levarem pouca ordem entre a tripulação. Por isso, não há uma única nau que chegue a salvo e que não tenha episódios para contar sobre perigos passados em virtude da sobrecarga, da falta de coisas necessárias no navio e da inexperiência dos marinheiros. Porém, apesar de todos estes perigos diários, não há qualquer melhoramento, antes piorando as coisas de dia para dia.

Na nau *Boa Viagem* pereceram muitos fidalgos, e dos principais, que tinham servido el-rei na Índia por muito tempo, e que faziam a viagem para Portugal com as suas certidões para receberem compensação régia pelos serviços prestados, como é costume entre eles. E por ser igualmente uma das melhores e mais famosas naus, muito experimentada, tinha-se embarcado nela o embaixador do Xá Tamas, rei da Pérsia, para pedir a el-rei de Espanha uma aliança contra os turcos, que são inimigos de ambos. E depois deste ter perecido, nunca mais foi enviado qualquer outro, apesar de se ter mantido a aliança e a amizade com os portugueses. O mais pequeno navio que navega de Cochim para Portugal vale sempre mais do que um milhão em ouro, e esta nau era uma das melhores, pelo que assim se pode avaliar a grande perda de riqueza sofrida com cada nau, fora as pessoas, pois poucos são os anos em que não se perdem uma ou duas delas, tanto à ida como à volta.

No mês de Setembro do ano de 1586 chegaram a Goa quatro naus de Portugal, a saber, a capitânia *S. Tomé*, a *S. Salvador*, *As Relíquias* e a *Bom Jesus de Caranja*, não havendo notícia da nau *S. Filipe*, que tinha partido de Lisboa ao mesmo tempo.

No fim do mês de Novembro, as naus partiram de novo de Goa, indo algumas pela costa do Malabar, a tomar carga de pimenta, seguindo depois para Cochim, onde uma ou duas sempre recebem carga de pimenta, sendo no entanto todas as outras mercadorias carregadas e despachadas em Cochim. Em Goa ainda foi aprontada uma nau chamada *Ascensão*, que tinha feito algumas viagens para a China e Japão. Esta foi comprada pelos rendeiros das naus, por causa da nau *Caranja* ser desmantelada em Cochim, por estar velha e se ter começado a construção de uma nova do mesmo nome, que não chegou a ser concluída, em virtude de uma querela que surgiu entre os rendeiros.

O arcebispo meu amo foi para Portugal nesta nau *Nossa Senhora da Ascensão*, por causa de certas contendas e conflitos que tinham surgido entre ele, o *vice-rei* e alguns conselheiros. E embora os referidos fidalgos, assim como o *vice-rei* e todos os cidadãos e governantes de Goa, lhe tivessem pedido para não os deixar, não quis renunciar ao seu propósito, com intenção de ir ver el-rei, do qual era bem-querido, circunstância que não era do agrado do *vice-rei* e de outros, que temiam que assim el-rei seria demasiadamente bem informado, o que poucas vantagens lhes traria. Assim seguiu viagem, despedindo os seus criados, com excepção de alguns que levou consigo para o servirem, deixando em sua casa apenas o mordomo e eu, para recebermos as rendas e mantermos a casa. E porque na altura tinha chegado de Roma à Índia o jubileu ou indulgência de ouro, a que se chama *a Santa Cruzada*, que fora concedido para com o dinheiro do mesmo se resgatarem os *cativos* que tinham sido presos na África ou Berberia na grande batalha de el-rei D. Sebastião, o qual vinha recomendado ao arcebispo como *comissário apostólico romano*, etc., este concedeu-me o cargo de escrivão geral dessa *cobrança* para toda a Índia, entregando-me uma das chaves do cofre onde se juntava o referido dinheiro, a troco de um bom salário e outras prebendas durante o tempo da sua ausência, para assim me obrigar mais fortemente a ficar em sua casa e esperar o seu regresso, como tive de prometer-lhe. Fez-se à vela de Cochim, no mês de Janeiro de 1587, tendo como piloto o mesmo que tinha perdido a nau *Santiago* nos baixos da Judia, como ficou dito[400].

E como as naus são despachadas uma a uma, com quatro ou cinco dias de intervalo, para se ter boa ordem no carregamento, a fim de registar todas as coisas e mercadorias, aconteceu que todas as outras naus já estavam despachadas, só faltando a nau *As Relíquias*, que era a última a ser carregada. E quando tinha completado a sua carga, alguns oficiais e também os rendeiros, por terem recebido alguns presentes, mandaram tirar muito lastro e carregar canela em seu lugar, porque a canela tinha muita procura em Portugal e tinha um preço muito alto, razão pela qual, segundo se diz, os rendeiros e oficiais da nau tinham recebido presentes dos mercadores e a tinham carregado da forma mencionada, por não terem outro espaço livre. Agora, deve entender-se que as naus, chegado o dia de se fazerem à vela, ficam ancoradas a mais de uma légua da costa, aí tomando a sua carga, por ser Verão e o mar estar sempre calmo como um rio ou um lago no interior. E no dia em que se fazem à vela, a partida é apregoada por toda a cidade de Cochim com trombeteiros, vindo então para bordo todos aqueles que vão embarcar nelas, acompanhados pelos conhecidos e amigos, que os acompanham até bordo, com muitos refrescos de pão, frutas e coisas similares, pelo que por vezes se encontram trezentas ou quatrocentas embarcações a que chamam *tones* e *palegas* em volta do navio, fazendo a maior agitação do mundo. A nau está então toda coberta de mercadorias, e tão carregada que os ovéns ficam debaixo de água, estando a coberta superior ou convés sempre cheia de caixas, sete ou oito umas em cima das outras, que não têm lugar em baixo, por lá estar tudo estivado de tal maneira que não há um cantinho que não esteja cheio. Deste modo, quando se fazem à vela não sabem onde pegar para começar a governar a nau, demorando mais de um mês de navegação até o conseguirem.

[400] Nota-se que Linschoten disse numas páginas atrás que este piloto só recebeu um navio em 1588, e para ir para a Índia.

Assim acontecendo com esta nau, tal como com todas as outras, veio de terra o *vedor da fazenda*, ou seja, o inspector e oficial de el-rei, que lavrou o seu requerimento e auto, como é costume, sobre se a nau estava em condições para fazer a viagem. Ao que todos responderem que sim e assinaram, segundo dizem alguns, crendo outros o contrário. Em suma, logo se mandou cortar os cabos, como fazem sempre, e baixar as velas, com grande gritaria de «*boa viagem*», ainda com todas as embarcações acostadas à nau, deixando-se estas frequentemente arrastar uma ou meia légua, por o mar estar calmo. Quando a nau se fez assim à vela, parece que várias galinhas se escaparam dos muitos galinheiros que se encontravam entre outras tralhas no convés, o que deu origem a uma briga, pois cada um dizia que eram suas. Em suma, juntaram-se todos de um lado do navio, como acontece vulgarmente no caso de uma luta. Com esta alteração e com o peso da gente de um lado, o navio virou, porque tinham tirado o lastro e carregado canela em seu lugar, e também porque tinha em cima uma carga pesadíssima de caixas e outras coisas, como ficou dito. Em consequência, o navio afundou-se lentamente e foi ao fundo, ficando à vista apenas um palmo do mastro grande. E as pessoas atiraram-se para dentro das embarcações, que por sorte ainda estavam acostadas e sem as quais ninguém se teria salvo. Escaparam todos com vida, com excepção dos escravos que estavam algemados a ferros para não fugirem, os quais se afogaram. Ninguém pode saber ou calcular a riqueza que aqui se perdeu, como cada um poderá bem imaginar. Nada se salvou, excepto umas caixas que se encontravam em cima e que foram tiradas por mergulhadores, ficando no entanto a mercadoria totalmente estragada ou valendo pouco. E tudo o resto se perdeu.

Daqui se pode notar e concluir a falta de ordem dos portugueses nas suas cargas e navios, sendo de presumir que a maior parte dos muitos navios de que nunca houve notícia ou sinal se teriam perdido por causa de tamanha desordenação. Depois disto fizeram-se muitas diligências com testemunhas para castigar os rendeiros e oficiais que tinham mandado tirar o lastro, mas estes estavam bem escondidos, e com o correr do tempo tudo ficou esquecido, bloqueado e sem qualquer efeito, nada mais restando aos que tudo tinham perdido senão queixarem-se a Deus.

Neste mesmo mês veio notícia de Malaca sobre o grande aperto que ali se vivia, com muita gente a morrer de fome[401]. A nau que para lá fora de Portugal não pôde regressar porque não havia víveres para despachar o navio, estando o estreito de Samatra ocupado por inimigos, que impediam a navegação para a China ou Japão. E isso foi levado a cabo pelos reis de Samatra, a saber, o rei de Achém e o rei de Johore, este último situado na terra firme da mesma cidade de Malaca. Estes reis tinham-se levantado contra os portugueses por certas razões e agravos que o capitão de Malaca lhes tinha feito. Com esta notícia, toda a cidade de Goa ficou em grande alteração, pois a sua principal navegação e riqueza é a de Malaca, China, Japão e outras ilhas vizinhas, a qual ficou totalmente interrompida por causa desta guerra. Por isso, fizeram-se logo grandes preparativos de galés, *fustas* e naus para ir descercar Malaca, e todos os cidadãos foram taxados, e por todos os lados se cobrava dinheiro dos comerciantes e do povo para levar isto a efeito, pois pelas derrotas anteriores a Índia estava muito debilitada e fraca de gente.

[401] Ver Couto, *Dec.* X (8-17).

No mês de Maio do ano de 1587 chegou a Goa uma galeota de Moçambique, que trazia a notícia de que a nau *S. Filipe* lá tinha estado, tomando a carga e a pimenta da nau *S. Lourenço*, que ali chegara, a caminho de Portugal, totalmente aberta e com todos os mastros cortados, depois de ter lançado ao mar a maior parte da mercadoria, salvando-se milagrosamente e conseguindo chegar a Moçambique. Nesta nau *S. Filipe* encontravam-se os príncipes e filhos de reis do Japão, como declarei noutro lugar, que vinham na mesma galeota que trouxe a notícia a Goa.

O mesmo navio trouxe também notícia da armada que fora enviada de Goa, no mês de Dezembro do ano de 1586, para a costa de Melinde ou Abex, para vingar os danos da armada anterior de Rui Gonçalves da Câmara, como ficou dito, e castigar as cidades da mesma costa que se tinham juntado ao Turco e quebrado as pazes. Esta armada tinha por capitão-mor um fidalgo chamado Martim Afonso de Melo[402]. Chegando à costa de Abex ou Melinde, que fica entre Moçambique e o mar Vermelho, desembarcaram, e como os turcos que procuravam já tinham partido pelo mar Vermelho dentro, de regresso a casa, os portugueses quiseram vingar-se nas cidades e nos reis que tinham quebrado as pazes e favorecido os turcos. Desembarcaram junto das cidades chamadas Pate e Brava, as quais, não suspeitando da sua chegada, foram assaltadas com facilidade, saindo a gente logo das cidades e fugindo para o sertão. Os portugueses tiveram assim oportunidade de satisfizer o seu desejo de vingança, pondo fogo às cidades e arrasando até ao chão tudo o que puderam. E na fuga dos habitantes conseguiram apanhar o rei de Pate, que na sua fúria decapitaram, levando a sua cabeça para Goa, onde ficou exposta durante alguns dias numa vara no centro da cidade, como exemplo para outros e sinal da vitória. Os portugueses começaram com isto a ganhar de novo alguma coragem, e tendo alcançado este feito, foram dali para Ormuz, para de lá darem alguma assistência ao rei da Pérsia, como lhes fora ordenado pelo *vice-rei*. Mas ao chegarem a Ormuz, muita gente adoeceu e morreu, incluindo o capitão-mor Martim Afonso de Melo, pelo que voltaram de novo para Goa sem mais nada terem feito.

Quando a mesma armada se dirigia para a costa de Abex, encontrando-se perto da ilha de Zanzibar, situada em 6 graus da banda do sul, a cerca de 70 léguas de Pate na direcção de Moçambique, e a cerca de 18 léguas da costa, deparou nessa região com a nau *S. Salvador*, que navegava de Cochim para Portugal e que estava toda aberta. Tinham lançado todas as mercadorias ao mar, exceptuando alguma pimenta, a que não conseguiam chegar, e estavam todo desfeitos e destroçados, mantendo-se a flutuar à força das bombas, mas tendo já perdido toda a esperança. E sem dúvida teriam morrido se, para sorte de todos, não tivessem encontrado esta armada, que não esperavam encontrar nessa região. Esta armada levou a nau consigo para Ormuz, onde foi descarregado o resto da pimenta e das mercadorias e desmantelado o navio. Lá prepararam um pequeno navio que largou para Portugal, com a tripulação do navio desmanchado e as mercadorias que restavam, aí chegando a salvo depois de enormes dificuldades.

No dia 7 de Setembro do ano de 1587, chegou uma galeota de Moçambique, trazendo a notícia de que tinham lá chegado quatro naus de Portugal, a saber, a capitâ-

[402] Ver Couto, *Dec.* X (10-1/2).

nia *Santo António*, a *S. Francisco*, a *Nossa Senhora da Nazaré* e a *Santo Alberto*. Não podiam dizer nada da nau *Santa Maria*, que tinha partido com as outras, mas concluíam que teria arribado a Portugal devido a quaisquer falhas ou mau tempo. Oito dias mais tarde, as referidas naus chegaram a Goa, onde foram recebidas com alegria.

Neste mesmo tempo, a fortaleza de Columbo, que os portugueses têm na ilha de Ceilão, estava cercada pelo rei de Ceilão, chamado Raju, e encontrava-se em grande aperto. De Goa foi enviada uma armada de *fustas* e galés para ajudar ao descerco, tendo como capitão-mor Bernardim de Carvalho[403].

Neste mesmo tempo saiu de Goa uma grande armada de *fustas*, galés, *galeões* e outros navios, com muita gente, munições, vitualhas e outros materiais similares, para descercar Malaca, que também estava em grande aperto, como ficou dito. Esta armada tinha por capitão-mor um certo D. Paulo de Lima Pereira, um fidalgo famoso e guerreiro nomeado, que pouco antes tinha sido capitão de Chaul. Era muito respeitado e vitorioso em todos os seus empreendimentos, razão pela qual foi escolhido para esta viagem.

No fim de Novembro, as quatro naus acima referidas voltaram de novo de Goa para Cochim, e tomada a sua carga navegaram para Portugal[404].

No mês seguinte de Dezembro, durante o cerco da fortaleza de Columbo em Ceilão, os de Goa prepararam ainda outra grande armada, recrutando-se muitas pessoas em Goa à força, as quais foram mandadas na mesma armada, em virtude da falta de gente, e com grandes contribuições de dinheiro que haviam sido arrecadadas entre os comerciantes e habitantes. Nesta armada ia por capitão-mor um certo Manuel de Sousa Coutinho, um bom fidalgo e soldado, que anteriormente tinha sido capitão da própria fortaleza de Columbo e tinha repelido um outro cerco, razão pela qual el-rei lhe tinha feito grandes doações e elevado a posição. Após a morte do *vice-rei*, ainda veio a ser governador da Índia, como contaremos no tempo e lugar devidos. Este capitão, assim partido, chegou à ilha de Ceilão, onde se juntou à primeira armada e se puseram em formação para combater o Raju. Este, vendo a multidão de portugueses, abalou com todo o seu exército, deixando a fortaleza vazia e livre, para grande alegria dos portugueses. Depois de ter provido a fortaleza de gente e de todas as coisas necessárias, voltaram para Goa, onde foram recebidos em grande triunfo e com júbilo geral no mês de Março de 1588.

No mês de Abril do mesmo ano, chegou a Goa a armada de D. Paulo de Lima, que tinha ido a Malaca. Voltaram vitoriosos, tendo descercado Malaca e aberto de novo a passagem para a China e outras partes, o que aconteceu da forma seguinte. Chegando a armada ao estreito de Malaca, encontraram um navio do rei de Achém, na ilha de Samatra, o maior inimigo dos portugueses e a causa principal deste cerco e aperto. Neste navio encontrava-se uma filha do mesmo rei de Achém, que ele mandava em casamento ao rei de Johore, para com ele fazer uma nova aliança contra os portugueses. E como presente mandava-lhe uma bela peça de artilharia de cobre, com um tamanho que nunca antes fora visto na Índia, pelo que mais tarde foi enviada pelos portugueses para el-rei de Espanha, como coisa espantosa, na nau de Malaca

[403] Ver Couto, *Dec.* X (10-6).

[404] Ver Couto, *Dec.* X (8-18; 9-6/12).

que depois soçobrou na ilha Terceira (uma das ilhas Flamengas), onde a mesma peça foi retirada do mar com grande trabalho, encontrando-se agora na fortaleza da dita ilha, pois devido ao seu peso dificilmente poderia ser trazida para Portugal.

Voltando ao nosso propósito, tomaram este navio com a filha do rei e capturaram tudo o que nele havia, com o que obtiveram toda a informação do que lá se passava. Navegaram logo para Johore, puseram a sua gente em terra em boa ordem, e assaltaram e invadiram assim a cidade de Johore, que estava fortificada e cercada de estacas de madeira, sendo a maior parte das casas de palha. Os da cidade, vendo tanta gente e tão resoluta, amedrontaram-se e puseram-se em fuga para o interior, tantos quantos puderam. E os portugueses entraram na cidade, puseram-lhe fogo e destruíram-na toda, matando e cativando os que não conseguiram fugir. Encontraram 2500 peças de artilharia de cobre, entre pequenas e grandes, que foram todas levadas para a Índia. Entenda-se que algumas eram do tamanho de um mosquete, outras maiores e ainda outras muito grandes, e estavam muito bem trabalhadas com figuras e festões, com técnicas aprendidas de italianos e portugueses que tinham renegado a fé cristã e se haviam tornado maometanos. Existe um número impressionante destes em todos os lugares da Índia, e são os mais perniciosos. Fogem quando matam alguém ou cometem outras maldades pelas quais temem ser castigados. Fogem para a terra firme, para junto dos gentios e dos mouros, recebendo grandes salários dos reis e capitães da terra.

Sete ou oito anos antes da minha chegada à Índia, encontravam-se em Goa alguns trombeteiros e arcabuzeiros que eram holandeses e neerlandeses[405]. E porque na Índia eram muito desprezados e desdenhados pelos portugueses, que o mesmo fazem a todas as nações do mundo, e igualmente porque não conseguiam pagamento do soldo combinado, e sempre que pediam ou reivindicavam algo eram ameaçados e postos nas galés e forçados a servir, decidiram, na impossibilidade de sair do país, fugir em segredo para a terra firme e para o Balagate, para junto do Idalcão. Foram lá recebidos com alegria e mantidos com grande honra, recebendo um salário avultado e sendo respeitados como senhores. E aí renegaram por desespero, embora alguns acreditem que mantiveram a sua fé, sabendo-se ao certo que casaram com mulheres gentias e que ainda estavam vivos na altura da minha partida da Índia.

Desta maneira, os portugueses, pela sua arrogância e soberba, são muitas vezes a causa do seu próprio mal e fazem a palmatória com que eles próprios são castigados. Referi isto apenas a propósito das peças de cobre e outros instrumentos de guerra, que os indianos aprenderam a fazer com os próprios portugueses e cristãos, já que antes nada sabiam disso. E embora tivessem instalado todas estas peças em boa ordem, parecia que não tinham conhecimentos para as dispararem e usarem como deve ser, o que saltou à vista, pois logo as abandonaram todas e as deixaram nas mãos dos portugueses. Com esta vitória, os portugueses ficaram muito vangloriosos e cheios de presunção, e chegando a Malaca foram recebidos com o triunfo que bem se pode imaginar por aqueles que se viam livres do aperto em que estavam. Quando

[405] Linschoten faz, com bastante rigor, uma diferença entre holandeses (Duytschen) e pessoas dos Países Baixos do sul (Neder-landers), ou seja, flamengos, sem no entanto usar o termo «flamengo», a não ser raramente (cf. ilhas Flamengas).

o rei de Achém recebeu notícias disto e de que a sua filha tinha sido capturada, mandou um embaixador a D. Paulo de Lima com grandes presentes e desejos de paz, que foram aceites. E logo afluiu gente de todas as partes a Malaca, com todas as vitualhas e mercadorias, coisa que antes não fora possível, provocando grande penúria, com o qual houve grande júbilo. E deixando todas as coisas em boa ordem e paz, os navios voltaram de novo para Goa, onde chegaram, como ficou dito, no mês de Abril, sendo recebidos com grande festa e *Te Deum laudamus*, voltando muitos dos soldados com uma boa presa.

No dia 15 do mês de Maio seguinte, faleceu em Goa o *vice-rei* D. Duarte de Meneses, que morreu no espaço de quatro dias, quando antes gozava de boa saúde, de uma febre colérica e contínua, doença vulgar na Índia, que é muito perigosa. Presumia-se que fora de desgosto, por ter recebido cartas do capitão de Ormuz, nas quais era avisado de que o arcebispo tinha chegado a Lisboa e fora recebido com grandes honras por el-rei. E por se terem apartado em discórdia, como ficou dito, diziam que tinha levado isso muito a peito e que temia ter caído em desgraça junto de el-rei, em virtude das informações do arcebispo. Mas passava-se o contrário, como se veio depois a saber pelos navios, pois o arcebispo tinha falecido a bordo, oito dias antes da sua chegada a Portugal, pelo que se acompanharam um ao outro na morte, já que um pouco sobreviveu ao outro, assim terminando a sua discórdia e conflito com a vida.

As exéquias ou cerimónias fúnebres do *vice-rei* realizaram-se com grande solenidade, de acordo com o costume de os *vice-reis* serem sepultados num convento chamado Reis Magos, que pertence à ordem de S. Francisco e que está situado na terra de Bardês, perto da foz do rio ou entrada de Goa. Assim, o corpo do *vice-rei* foi transportado na galé real, que estava toda enfeitada com estandartes negros e coberta de panos negros, sendo acompanhado por todos os fidalgos. E chegando ao convento dos Reis Magos, a três léguas de Goa rio abaixo na direcção do mar, os frades menores vieram recebê-lo e levaram-no para dentro da igreja, onde o depuseram sobre a terra sem o enterrar, celebrando-se então missa com grande solenidade.

Depois disto, ali foram trazidos vários pacotes de cartas seladas, a que se dá o nome de *vias*. Estas vêm sempre seladas e são guardadas nas mãos dos jesuítas, por ordem de el-rei, e nunca são abertas senão na ausência ou morte de qualquer *vice-rei* ou governador. Estas *vias* são enviadas anualmente por el-rei, que as marca com números, a saber, 1, 2, 3, 4, 5, e assim por diante. E faltando o *vice-rei* ou governador, abre-se a primeira *via*, onde está escrito que a pessoa tal governará na ausência ou morte do *vice-rei* ou governador. E no caso de estar ausente a pessoa nomeada na primeira *via*, abre-se a segunda *via* e lê-se quem está nomeado nela, e estando este presente é logo empossado e obedecido como governador. Caso este também esteja ausente, abrem a outra a seguir, uma após a outra, conforme a ordem dos números, e quando encontrarem um governador não abrem mais, sendo os restantes pacotes ou *vias* logo fechados e guardados no convento, pelas mãos dos jesuítas. Em suma, antes das *vias* serem abertas, ninguém sabe quem está lá inscrito, e são abertas com muita solenidade e lidas na presença de todos os fidalgos, capitães, governantes e o resto da assistência. E no caso da pessoa mencionada nas *vias* se encontrar em qualquer lugar da Índia ou do Oriente, como capitão de Sofala, Moçambique, Ormuz, Malaca ou

qualquer outro lugar onde se possa encontrar, como por vezes acontece, é chamada imediatamente e tem de deixar todos os outros cargos, caso os desempenhe, para vir receber o governo, até à altura em que é mandado de Portugal um outro governador da parte de el-rei. Mas caso a pessoa referida na *via* se encontre em Portugal, China, Japão ou além do cabo da Boa Esperança, abrem-se outras *vias* da maneira anteriormente referida.

Terminada a missa, como ficou dito, vieram os jesuítas com os pacotes ou *vias* de el-rei, que estão todas fechadas com o selo real e são abertas antes de se enterrar o corpo do falecido *vice-rei*. Assim, abriu-se a primeira *via* ou número, com grande expectativa dos circunstantes sobre quem seria nomeado. Achou-se então com o título de *vice-rei* um certo Matias de Albuquerque, que tinha sido capitão de Ormuz e que fora no ano anterior para Portugal na companhia do arcebispo, a fim de curar melhor uma perna que tinha quebrado; mas se tinha suspeitado desta sorte, com certeza teria ficado. Estando este ausente, abriu-se, como ficou dito, a segunda *via* ou número com a mesma solenidade, achando-se com título de governador Manuel de Sousa Coutinho, de quem já fizemos menção como sendo a pessoa que tinha descercado Ceilão, para grande admiração de todos, por ser um fidalgo vulgar, mas de uma grande reputação, adquirida em longos anos de serviço. E embora estivessem presentes muitos outros fidalgos excelentes em que se tinha pensado mais cedo, os quais estavam com muita pena, todos se esforçaram por dissimular e mostrar que a escolha era do seu agrado. Abraçaram-no logo e beijaram-lhe as mãos, prestando-lhe homenagem ou juramento como governador. Deixaram todos o corpo morto do *vice-rei* e embarcaram logo na galé com o novo governador, tirando todos os fumos, bandeiras, estandartes e panos de seda preciosa e outros tecidos. E assim chegaram a Goa com trombetas e charamelas, onde o governador foi recebido em grande triunfo e levado para a igreja matriz, onde se cantou o *Te Deum laudamus*, etc. E aí prestou juramento de manter todos os privilégios e liberdades, conforme o costume e uso nestes actos, sendo depois levado para o palácio do *vice-rei*, que foi imediatamente despejado pelos servidores do falecido *vice-rei*, ficando quase destruído. O novo governador mandou logo limpar o palácio, enchendo-o com sua gente e aderentes, como é costume e uso no caso destas modificações. O *vice-rei* defunto, uma vez abandonado, foi enterrado pelos seus servidores, sem que ninguém se lembrasse dele, a não ser aqueles a quem isso interessava particularmente.

Nos meses seguintes, a saber, Junho, Julho e Agosto do ano de 1588, passou-se em Goa e na costa da Índia o maior Inverno que se via desde há muito tempo, embora chovesse sempre todos os Invernos, e geralmente sem cessar durante todo o Inverno, mas não de maneira tão forte como nestes três meses. Com efeito, choveu desde o dia 10 de Junho ao dia 1 de Setembro contínua e constantemente, dia e noite, não se podendo dizer que tivesse parado meia hora sequer, razão pela qual muitas casas se desmoronaram, pois a pedra de que são feitas é muito mole e cimentada com uma mistura de terra.

No mesmo mês de Agosto, aconteceu em Goa um assassínio horrível e espantoso, o qual quero relatar em particular, por se tratar de um neerlandês, para que por este exemplo se possa notar o atrevimento e a impudência das mulheres da Índia, que na sua maioria são todas da mesma laia. A história passou-se do seguinte modo.

Um rapaz novo, natural de Antuérpia, chamado Frans Coningh, lapidário de profissão, muito desejoso de empreender algo, como todos os jovens, foi para Veneza, onde vivia um seu tio. O tio, querendo ajudar este seu primo, mandou-o na companhia de outros comerciantes para Alepo, na Síria, onde os venezianos fazem grandes negócios, como dissemos noutro lugar, para lá ganhar alguma experiência no negócio, principalmente no de pedras, confiando-lhe para o efeito uma certa soma de dinheiro. Este rapaz viajou assim para Alepo, mas uma vez lá chegado deu-se com más companhias, e em vez de aumentar o capital, como o tio esperava, reduziu-o a metade. E terminado o tempo em que os mais da sua companhia fechavam os seus negócios e pretendiam voltar para Veneza com as mercadorias compradas, este Frans Coningh viu que o tempo se passara e que metade do seu capital se gastara na boa vida. Ficou sem saber o que havia de fazer, temendo a fúria do tio se voltasse sem dar melhor conta do recado com que viajara. Tomou conselho com alguns venezianos seus conhecidos, que o aconselharam a juntar-se à *cáfila* ou caravana que estava pronta para partir para Baçorá e daí para Ormuz, na Índia, garantindo-lhe que, dados os seus conhecimentos de pedras, faria um bom proveito e poderia recuperar da perda que, por descuido, lhe tinha reduzido o capital, obtendo ainda por cima um grande lucro para si, descontando os juros para o tio.

De acordo com este conselho, tomou a decisão de assim fazer, não voltando antes de ter recuperado a respectiva perda. Juntou-se a alguns venezianos que também para lá queriam ir, e assim se foram na *cáfila* em longas jornadas até chegarem a Baçorá, a melhor cidade do país, situada no extremo do Sino Pérsico que corre para Ormuz. Daí chegaram por mar a Ormuz, onde cada um armou a sua loja e pôs à venda as respectivas mercadorias. E este Frans Coningh, sendo jovem e inexperiente, e vendo que estava longe do tio, partindo do princípio que o que levava lhe pertencia, meteu-se de novo na boa vida sem pensar mais, não pretendendo outra coisa senão fazer boa figura, até que por fim quase todo o capital que tinha se esgotou. E recomeçando a reflectir, não sabia o que fazer, pois não achava bem voltar, já que não tinha os meios necessários, nem se atrevia a aparecer diante do tio.

Resolveu finalmente ir por mar para Goa, onde calculava que se poderia sempre suster exercendo a sua profissão, até que Deus ordenasse diferentemente. Assim, embarcou para Goa, onde logo depois de chegar montou uma loja, começando a exercer a sua profissão. Mas por causa das companhias, a saber, outros neerlandeses e holandeses que lá se encontravam ao serviço do *vice-rei* como trombeteiros e arcabuzeiros, que o vinham visitar diariamente, não conseguia fazer proveito que não se gastasse de imediato. Vendo isto, determinou lá fixar residência e viver para sempre, por assim ter meios de subsistência, percebendo que se tinha perdido qualquer esperança de algum dia poder voltar para casa.

Com esta resolução começou a procurar uma companheira. Agora deve saber-se que entre outros estrangeiros que em tempos passados tinham chegado a Goa se encontrava um francês natural de Dieppe, chamado Johan du Xena. Este viera outrora para a Índia como tambor de um *vice-rei*, e passado muito tempo tinha lá casado com uma mulher do Balagate, de ascendência mourisca mas cristã. Este sustentava-se honradamente, fabricando tambores e outras obras de marcenaria, de que tinha uma loja, sendo igualmente remolar real das galés, arrecadando assim um bom

rendimento. Este francês tinha com a referida mulher dois filhos e uma filha. E porque os estrangeiros em outros países logo travam conhecimento uns com os outros, principalmente lá na Índia, onde há poucos, e todos os estrangeiros, seja de que nação forem, à excepção dos portugueses, convivem uns com os outros como irmãos, aí encontrando consolo, também este Frans Coningh foi muitas vezes a casa do francês. Ali o receberem muito bem e lhe fizeram muitas festas, pois percebiam bem que assim o iriam apanhar para a filha, assim fazendo um bom casamento, pois a sua profissão era muito boa e de grande valor na Índia, em virtude do grande negócio de pedras que lá existe.

Em suma, não descansaram, como é o costume dos da Índia quando estão muito desejosos de apanhar alguém, antes de o terem levado, com muitas promessas e coisas admiráveis, a dar o seu assentimento, o qual mais tarde lhe viria a custar a vida, como se ouvirá na continuação desta história verídica. Feita essa combinação, fizeram todas as diligências e mandaram recados, e, para encurtar razões, realizou-se o casamento ao modo acostumado, sendo a noiva de onze anos de idade, bela e bonita de corpo e membros, mas em maldade a pior que alguma vez pisou a terra. O marido considerava-se feliz por ter encontrado uma tal esposa, como me contou muitas vezes pessoalmente; mas tinha tantos ciúmes dela que não a confiava a ninguém, nem mesmo aos da sua nação ou aos seus amigos íntimos.

A causadora da sua desgraça, porém, foi aquela em quem mais confiava e de quem menos suspeitava. Por contrato de convenção antenupcial foi determinada, e fora-lhe prometida, uma certa soma em dinheiro, estabelecendo-se que enquanto não lhe entregassem o dinheiro ficaria a viver com a mulher na casa do sogro, montando a sua loja num dos lados da casa e guardando para si o que ganhava. Assim aconteceu e assim ficou por muito tempo, porque o sogro não conseguia reunir a soma prometida. E como a família começava a aumentar e o pai, velho e idoso, morrera de uma enfermidade, o rendimento não era tanto que Frans Coningh não tivesse, também ele, de ajudar a abastecer a cozinha, o que não lhe agradava muito. Pelo que começou a haver discórdia na casa, e ele frequentemente veio ter comigo pedindo conselho sobre o que havia de fazer. Respondia-lhe que não queria ser causa de disputas entre pais e filhos, mas que, se fosse comigo, já que não conseguiam pagar a soma prometida na convenção antenupcial, alugaria uma casa só com a minha mulher, por assim poder gerir a casa melhor, pois com todos os outros nunca conseguiria guardar um tostão. Finalmente, decidiu-se e deixou a casa em discórdia, levando consigo mulher, filho e escravos, e alugou uma casa para si, abrindo uma loja onde desempenhava a sua profissão, começando assim a prosperar e a ser muito concorrido.

Agora deve saber-se que a mãe da mulher, que não conseguia dissimular a sua natureza mourisca, após o falecimento do marido, seja pelo mal que queria ao genro, seja pela sua própria volúpia, persuadiu a filha, à qual, segundo parece, a ideia agradava, a tomar como amante um jovem soldado português. Este era muito estimado lá em casa, pelo que diariamente ali comia e bebia, e Frans Coningh confiava mais nele do que num irmão, não fazendo nada no mundo sem o parecer deste português, chamado António Fragoso. Os dois amantes já tinham este namoro, com a ajuda da mãe, no tempo em que ainda viviam na casa paterna, e há quem afirme que já andavam nisso antes de Frans Coningh a ter recebido como noiva, embora fosse muito nova.

Isto também não é de estranhar na Índia, pois é um costume quotidiano desde que passam os oito anos, e também conhecem um remédio muito bom para dissimular o facto, pelo que são sempre recebidas como virgens honradas. O caso já durava há quase quatro anos, continuando na altura em que o casal vivia na sua própria casa, onde este António Fragoso entrava com a mesma confiança e amizade. E embora o marido sempre fechasse a porta do quarto com um aloquete quando saía, este António Fragoso encontrava-se frequentemente escondido lá em cima, sem que ele disso se apercebesse, dedicando-se então os amantes ao seu jogo.

Aconteceu entretanto que um Dirck Gerritsz, natural de Enkhuizen, que era padrinho desta mulher de Frans Coningh e muito amigo dele, voltou da China, pelo que o convidou a ele e à mulher para uma festa de boas-vindas, a realizar fora da cidade, onde residia. Entre outros, também me convidou a mim. Mas porque esta honrada senhora alegava que pela sua honra não podia estar onde havia homens solteiros, já que não era costume na Índia e seria indigno dela, pediu-me para o desculpar até uma outra ocasião, de modo que não compareci à festa. O convívio deu-se assim em casa do referido Dirck Gerritsz, onde estavam presentes este Frans Coningh, a mulher, a mãe e o irmão, e a família dos seus escravos e escravas. Como é costume na Índia, depois de terminada a refeição e já meios bêbados, foram dar um passeio pelo campo, e não longe daí encontrava-se uma casa de recreio que não tinha porta nem janela, estando totalmente destruída, atrás da qual havia um lindo pomar de árvores e frutos indianos. Esta horta fora em tempos comprada pelo sogro de Frans Coningh, por pouco dinheiro, porque não era, como digo, grande coisa. Todos se dirigiram para esta horta, para onde mandaram trazer potes e panelas com comidas e bebidas, para aí passarem o dia alegremente, como de facto aconteceu.

Deu-se o acaso de eu ter ido passear para o campo com um bom amigo, até ao local dessa casa de recreio, nada suspeitando da companhia que lá se tinha juntado. E ao passar a alguma distância pela porta, o próprio Frans Coningh saiu do portão, bem embriagado, e dando por mim veio-me puxar pelo casaco, forçando-me a entrar e a deixar o meu companheiro. Lá dentro levou-me para a horta das traseiras, onde estavam sentadas a mulher, a mãe dela e outros escravos e escravas, com os seus instrumentos indianos, todos bem alegres. Quando apareci, a mulher foi-se logo embora, escondendo-se para se fingir honrada, como é o costume na Índia quando entra alguém de fora e desconhecido. O marido mandou logo preparar o jantar, embora ainda fosse cedo, com as coisas que tinham trazido, e a mesa foi posta sobre um tapete no chão da horta, pois a casa não tinha, como já referi, nem mesa, nem banco, nem porta, nem janela. Posta a mesa, todos se sentaram à sua volta, com excepção da mulher de Frans Coningh, que se desculpava dizendo que tinha vergonha de mim e que por isso não queria vir, mas que comia lá dentro com os escravos e as escravas. E embora o marido tivesse gostado muito que ela se juntasse a nós, para provar que não ficava ciumento, aceitou a sua desculpa e deixou-a ficar, dizendo que estava envergonhada. Apreciávamos assim o jantar, servido pelos escravos e escravas, que iam e vinham de onde estava a mulher honrada, a qual, segundo acreditava o marido, mandava preparar todas as coisas. Mas longe disso, pois enquanto estávamos alegremente ocupados, sem qualquer suspeita, apareceu ainda em pleno dia na velha casa da frente o referido António Fragoso, com um espadim nu debaixo do

casacão, na presença de todos os escravos e escravas, tanto dos de Dirck Gerritsz como dos meus e dos do próprio marido, sem ter medo de nós, que estávamos sentados na horta, a menos de quatro passos de distância. Pegou na mão da mulher honrada e levou-a para um dos quartos que estava sem soalho, porta ou janela, e ela tirou o pano que trazia no corpo e estendeu-o no chão para não se sujar, e aí fizeram o seu jogo, sem se preocuparem com a presença dos escravos e das escravas, nem com o perigo que correriam se nós nos apercebêssemos disso, ou alguém se levantasse por acaso ou desse ordem para tal a um dos escravos ou escravas. E para o caso de haver qualquer problema, o mesmo António Fragoso tinha mandado esperar, não longe dali, dez ou doze soldados amigos e conhecidos seus que, se preciso fosse, a um assobio ou outro sinal teriam vindo em seu socorro, para nos dar uma tareia e levar a mulher, o que é uma prática muito vulgar na Índia. Mas a nossa sorte foi que ele, uma vez terminado o seu negócio, se foi embora como tinha vindo. E quando as suas escravas lhe perguntaram como ela tinha coragem de fazer uma coisa dessas, visto o grande perigo em que punha a sua vida, ela respondeu bem contente que a sua vida não contava enquanto ela pudesse satisfazer o seu desejo, e que o seu marido era um bêbado que não a merecia, e que já tinha este bom rapaz como amante há mais de quatro anos e desejava de bom grado morrer por ele. E quando isto aconteceu ainda não fazia quatro anos que estava com Frans Coningh, tendo ela então quinze ou dezasseis anos. Um pouco depois, ela veio para a horta, tendo segundo parecia perdido toda a vergonha, e pôs-se a dançar e cantar e a mostrar grande alegria, com o que toda a companhia estava bem contente, principalmente o marido, que se deliciava muito com isso.

Quando já era noite e todos se tinham ido embora para suas casas, viemos a saber a história da ocorrência e do perigo que tínhamos corrido, como nos contavam os escravos e escravas que tinham assistido a todo o negócio com grande espanto. E também o mesmo Frans Coningh começou a aperceber-se, avisado por outros, de que a sua mulher não o tratava bem. Mas não sabia com quem o enganava, contudo, não tendo qualquer dúvida ou a mínima suspeita a respeito deste António Fragoso, que considerava em toda a lealdade o seu melhor amigo do mundo. E o que era mais, não ousava revelar os seus segredos e pensamentos a ninguém a não ser a este António Fragoso, a quem foi às escondidas pedir conselho, dizendo-lhe que tinha ouvido e em parte também notado que a mulher o enganava. Perguntou-lhe o que havia de fazer e confiou-lhe que pretendia dissimular e tentar surpreender os dois juntos e então matar ambos. Foi o que o outro também lhe aconselhou, prometendo-lhe para tal todo o apoio e favor que pudesse precisar da sua pessoa, com todo o segredo, o que prometeram um ao outro firmemente. Depois de se terem separado, António Fragoso foi ter com a mulher, a quem revelou todo o empreendimento, ao que logo resolveram o que fazer a seguir, sempre pensando que agir antes dele seria em seu melhor proveito.

Assim aconteceu que, numa noite do mês de Agosto do ano de 1588, tinham preparado o jantar em casa do mesmo Frans Coningh e assado um porco, sendo convidados este Fragoso e a mãe dela, que, segundo parecia, também estava envolvida na conjura e era a principal causa da tragédia, embora o desdissesse mais tarde atrevidamente. Enquanto estavam assim alegres, eu encontrava-me num certo local, a jantar com um pintor holandês, para onde Frans Coningh nos mandou um quarto do porco

assado, pedindo-nos para o comer em sua honra. E a um dos da nossa casa, que trazia a oferta, tinham lá dado a beber de um certo vinho, onde estava misturada a erva *datura*, pois a pessoa que o tinha bebido vinha meio embrutecida e fora de si, pelo que nos apercebemos de que o negócio não estava direito, como se verificou mais tarde. Tinham preparado esta bebida com a erva *datura* para assim privar o pobre Frans Coningh dos seus sentidos e melhor poderem levar a cabo o seu empreendimento. A erva começou a fazer o seu efeito, pelo que ele teve de se ir deitar, e depois de se ter despedido da companhia fechou a porta da escada interior, como tinha por costume, e pôs as chaves debaixo da sua travesseira. E deitou-se com a sua esposa aparentemente carinhosa, adormecendo logo, em parte pela força da *datura*, em parte porque estava com uma boa bebedeira. Por volta das onze horas da noite, veio António Fragoso todo armado, com um amigo seu que o acompanhava sem saber o que ia fazer, segundo disse. Uma vez à porta da casa de Frans Coningh, bateu levemente e disse aos escravos que lhe abrissem a porta, os quais responderam que o seu amo já estava deitado e que a porta da escada estava fechada do lado de dentro. Ouvindo isto, a mulher lá em cima, que não dormia, veio logo à janela, dizendo que trouxesse uma escada e entrasse pela janela. Assim fez sem demora, entrando com a ajuda dela. Ela abraçou-o e deu-lhe as boas vindas, e levou-o pela mão para dentro, onde o marido dormia bem profundamente, pouco suspeitando da grande traição da esposa e daquele que considerava o seu melhor amigo. Em suma, ela disse-lhe: «Vedes, aí jaz este bêbado e herege, que pensava matar-nos e acabar com o nosso amor e prazer. Vingai-vos agora dele, se me amais.» Ao que ele logo lhe deu um golpe no peito com o seu espadim, de maneira que o atravessou, e a seguir mais um que entrou por um flanco e saiu pelo outro, e ainda mais quatro ou cinco golpes quando já estava morto, pelo que o inocente perdeu a vida durante o sono.

Depois disto, juntaram logo todas as pedras e diamantes que o marido tinha para trabalhar de muitas pessoas e também para vender, que segundo a estimativa comum bem ultrapassavam os quarenta mil *pardaus*, e puseram-lhe o seu espadim na mão, como se se tivesse defendido, para a mulher poder dizer que ele a tinha querido matar e que ela o tinha matado em defesa própria. Mas bem se soube o contrário, pois os escravos que se encontravam lá em baixo tinham ouvido tudo. Assim, os dois amantes pegaram na criança, que teria dois anos, e saíram pela porta, deixando a criança, depois de terem andado um pedaço, algures na rua à porta de uma casa, onde foi encontrada de manhã. E embora os escravos fizessem muito alarido quando a sua ama fugiu e tivessem ido buscar a justiça, os amantes não foram encontrados, porque na mesma noite foram bater à porta do convento dos jesuítas, pedindo-lhes que os escondessem e dando-lhes a maior parte das pedras, dizendo que ele tinha matado o homem em defesa própria. Mas não os quiseram receber, ficando porém com as pedras para as fazerem chegar às mãos dos seus donos. No dia seguinte, a notícia percorreu toda a cidade, com grande espanto, e embora fossem procurados, com grandes penas para quem lhes desse hospitalidade, domicílio e abrigo, nunca mais apareceram. Contudo, foram pouco depois vistos na cidade de Chaul, que fica a 30 léguas para norte de Goa, onde andavam livremente pela rua, sem ninguém os incomodar, pois já tudo eram águas passadas, não se dando muita importância a estas coisas, que acontecem diariamente.

O homem morto ficou assim até de manhã, pelo que nós, os holandeses, nos vimos obrigados a mandar enterrá-lo, pois a mãe da mulher não queria dar um tostão para isso e fazia de conta que ele não lhe era nada. Ainda ajudou o assassino com vitualhas e dinheiro para se ir para Portugal. Veio na nossa armada e ainda o vi na ilha de Santa Helena, onde andava com toda a audácia e presunção, como se nunca se tivesse passado nada de mal com ele. E voltou a Portugal sem que ninguém fizesse qualquer caso, e ainda tinha prometido à mãe e à mulher que voltaria perdoado e casaria com ela, e nem duvido que assim aconteça, se pelo menos assim pretender e tentar.

Assim terminou a viagem deste Frans Coningh, que quis relatar em pormenor para que se notasse e percebesse o atrevimento e a inclinação das mulheres indianas. Pois não há ano que passe sem que na Índia sejam envenenados e mortos vinte ou trinta maridos pelas suas mulheres, apenas para estas praticarem as suas volúpias. Do mesmo modo, são mortas anualmente muitas mulheres pelos maridos por causa de adultério, mas pouco se importam, dizendo abertamente que não há morte mais suave do que morrer assim, pois dizem e afirmam que morrem e são mortas por amor sincero. Deve saber-se também que a tal mulher honrada não era a única pessoa com má inclinação, sendo-o igualmente o seu irmão, o qual, com a idade de catorze ou quinze anos, foi queimado publicamente em Goa por ser sodomita ou bugre[406]. Isto passou-se enquanto Frans Coningh e seu sogro ainda viviam, mas não foi suficiente para o alertar sobre as inclinações da sua mulher, pois parecia até que a sua sorte e os astros tinham ordenado que iria acabar assim.

No dia 16 de Setembro do ano de 1588, chegou a Goa uma nau de Portugal chamada *S. Tomé*, trazendo notícia de quatro outras naus que estavam em Moçambique, todas vindas de Portugal. Estas chegaram poucos dias mais tarde e eram a capitânia *S. Cristóvão*, a *Santa Maria*, a *Santo António* e a *Nossa Senhora da Conceição*. Com estas naus veio a notícia da morte do meu amo, o arcebispo D. Frei Vicente da Fonseca, que morreu durante a viagem para Portugal, no dia 4 de Agosto do ano de 1587, na região entre as ilhas Flamengas e Portugal, onde o navio aportou oito dias depois. Presume-se que tenha morrido de veneno que trazia da Índia, ou de qualquer apostema que lhe rebentou no corpo, porque no dia em que morreu, uma hora antes, ainda parecia forte e saudável. Adveio-lhe um acidente súbito, e morreu antes de poder fazer o seu testamento, expulsando depois uma boa canada de veneno. Em suma, foi posto num caixão com todas as suas roupas episcopais, mitra e anéis, e assim lançado ao mar.

Esta notícia entristeceu muitos na Índia, sobretudo aqueles que lhe queriam bem e que eram amigos da paz. Mas, pelo contrário, contentes estavam aqueles que o odiavam e lhe queriam mal, por ele lhes ter apontado as suas fraquezas e repreendido os seus procedimentos. E quem perdeu mais fomos nós, os seus servidores, que esperávamos grandes proveitos e melhoramentos, que sem dúvida teria obtido de el-rei, pois fora essa uma das razões principais da sua viagem para Portugal. Mas a morte impediu-o e alterou tudo, e embora o meu plano e intento na altura fosse esperar pelo arcebispo meu amo e continuar a minha estada por mais tempo ou lá fixar resi-

[406] Cf. o francês «bougre», do latim medieval «bugari», nome do povo de Bulgari, que era considerado herege. Vulgarizou-se como nome de hereges e, por extensão, sodomitas.

dência de vez, mudei totalmente de vontade e propósito com esta notícia, sentindo um nojo total por tudo o que antes me era agradável. E embora se me oferecessem meios suficientes para aí ter uma boa vida e estivesse suficientemente adaptado, gozando de consideração, sendo respeitado e querido, todas estas coisas nada puderam contra a vontade e desejo que em mim despertaram e cresceram de tentar voltar à pátria. De tal maneira que cheguei a pensar que Deus me tinha aberto os olhos e esclarecido totalmente com a morte do meu amo, para assim tentar voltar à pátria, quando antes tudo estava encoberto e irreflectido, sendo muito duvidoso ter acontecido no caso de o arcebispo meu amo ter regressado com vida. E para me aproveitar da oportunidade que se me oferecia, sem esperar por nenhum outro inconveniente ou razão de demora, que diariamente me apareciam diante dos olhos e me tentavam fortemente, resolvi de vez tratar da viagem e do regresso, procurando por todos os meios que me pareciam necessários levar isto a efeito. E o que, além do acima referido, mais me persuadiu a isso, foi a notícia da perda do meu irmão Willem Tin, que tinha estado comigo na Índia, numa viagem de Setúbal em Portugal para Hamburgo, por trás de Inglaterra, onde (por vontade de Deus) ficaram todos com o navio e ninguém escapou, nunca mais se recebendo notícia ou sinal deles.

Tomada esta resolução, aconteceu que estava a ser aprontada uma nau, por ordens do *vice-rei* e por requerimento dos rendeiros da pimenta, por as naus que tinham chegado de Portugal não poderem carregar toda a quantidade de pimenta que fora acumulada. E embora as naus e as suas cargas estivessem arrendadas individualmente, por obrigação real não podendo ser carregadas ou despachadas mais do que cinco naus, que são anualmente aprontadas e enviadas pelos rendeiros, estes são ainda obrigados, caso haja qualquer pimenta ou outra mercadoria na Índia que as referidas naus não consigam carregar, a pedido dos rendeiros da pimenta e dos oficiais da parte de el-rei, a comprar ou providenciar um ou mais navios que estejam disponíveis e sejam suficientes para o efeito. E no caso de se recusarem a fazê-lo, o *vice-rei* e os oficiais da parte do rei podem fretar qualquer navio ou navios que considerem oportuno e em condições para tal, carregando-o com a pimenta dos rendeiros e quaisquer mercadorias que se ofereçam, desde que isso suceda após a data em que primeiramente forem despachadas as naus dos rendeiros. E tudo isso se faz para proveito de el-rei, sem que os rendeiros tenham quaisquer pretensões a tal respeito.

Assim aconteceu com um navio chamado *Santa Cruz*, que foi construído em Cochim pelo rei dos malabares, que lhe deu o nome da cidade de Cochim, propriamente chamada pelos portugueses Santa Cruz, e fizera-o em honra dos portugueses, por ter com eles uma aliança fraternal e ser chamado «o nosso irmão de armas» pelos reis de Portugal. O dito rei vendera o navio, que armava 800 **last**, a um português, que nele tinha feito uma viagem para a China e Japão. E porque era forte e bom, e capaz de fazer a viagem para Portugal, e por haver mais pimenta do que a que as naus portuguesas podiam carregar, como ficou dito, os mesmos rendeiros fizeram um requerimento ao *vice-rei* para que se comprasse o navio, como estava estabelecido nos seus contratos. Ao que o *vice-rei* mandou chamar os rendeiros das naus, informando-os do requerimento dos rendeiros da pimenta e de que deviam comprar o navio por ordenação régia, já que a necessidade assim exigia. Mas eles recusaram-se a fazê-lo, dizendo que não lhes convinha, e que se ele o quisesse comprar para pro-

veito de el-rei e da pimenta, lhe dariam autorização para tal, desde que se cumprisse a ordenação régia de que as suas naus fossem as primeiras a receber carga e a serem despachadas. Mais tarde, porém, vieram a arrepender-se, pois apesar de julgarem que não se encontrariam mercadorias suficientes para carregar o navio, veio a carregar pouco menos do que as outras naus.

O navio foi comprado a pronto por dez mil ducados em dinheiro, tendo para o efeito os rendeiros da pimenta adiantado a quantia em nome de el-rei, com a condição de continuarem nele, no mesmo ofício, o condestável e o contramestre que tinham feito a viagem para a China e Japão. O condestável era um Dirck Gerritsz de Enkhuizen que, depois de ter residido vinte anos na Índia, contava aproveitar a ocasião para preparar o seu regresso a Portugal. E por ter companhia de bons amigos e conhecidos, tentei obter um lugar no dito navio. E como os rendeiros da pimenta têm os seus próprios feitores na Índia, que eram holandeses por parte dos Fugger e Welser de Augsburgo, os quais na altura tinham uma quota na pimenta e mandavam um feitor em cada navio, ao qual el-rei concedia um lugar a bordo para a sua pessoa e provisões, foi-me concedida esta feitoria da pimenta no navio *Santa Cruz* pelos ditos rendeiros ou seus representantes, por serem meus conhecidos particulares. Com o que logo me preparei e despachei todos os meus negócios, obtendo o passaporte do *vice-rei* ou governador, sem o qual ninguém pode partir da Índia, e também com os meus certificados da casa de contos de el-rei e da *matrícula geral*. Nesta estão inscritos todos os que vêm para a Índia, com o respectivo soldo, que é liquidado por ordem do *vice-rei*, tendo direito à emissão de uma certidão declarando aquilo que el-rei fica a dever, assim como outra do tempo de residência e serviço na Índia, a fim de assim, caso queiram, requererem em Portugal alguma recompensa e eventualmente voltarem de novo para a Índia. E embora não fosse essa a minha intenção, tive de fazer todas estas coisas na mesma, segundo o costume e a ordenação, dando a entender que pretendia voltar de novo, para assim obter autorização com mais facilidade, a qual me foi prontamente concedida pelo governador, com todos os referidos certificados. Após o que me despedi de todos os conhecidos e amigos, com bastante pesar e tristeza, como quem ia abandonar a sua segunda pátria, em virtude do grande e prolongado convívio e habituação, já que a afeição deles me incentivava frequentemente a esquecer a viagem pretendida. Mas as recordações e velhas afeições da pátria verdadeira foram mais fortes e venceram os últimos laços e fizeram com que deixasse de pensar neles, para assim seguir o meu propósito, pondo os meus negócios nas mãos de Deus, uma vez que só ele nos pode guiar a bom porto e dar um bom fim a todos os nossos empreendimentos.

No mês de Novembro do ano de 1588, os navios partiram de novo de Goa para tomarem carga na costa do Malabar e em Cochim. No dia 23 do mesmo mês, fizemo-nos à vela no navio *Santa Cruz* para darmos início à nossa viagem. No dia 28 chegámos a Onor, a primeira fortaleza dos portugueses na costa do Malabar, situada 18 léguas a sul de Goa, que era o lugar que nos fora indicado para tomarmos a nossa carga de pimenta. Neste lugar não se costumava carregar pimenta, sendo o nosso navio o primeiro que alguma vez aí carregou. Tencionava-se a partir de então carregar aí um navio todos os anos, por a rainha de Baticalá (que fica ali perto, fazendo Onor parte da sua jurisdição ou reino) se ter obrigado a fornecer anualmente sete ou

oito mil *quintais* de pimenta. Isto com a condição de que lhe fosse entregue metade do dinheiro com seis meses de antecedência, mandando então entregar a pimenta aos poucos, para o qual efeito os rendeiros da pimenta têm já o seu feitor em Onor, para a receber e armazenar por conta e por peso, até à altura do carregamento dos navios. Do mesmo modo, têm os seus feitores em todas as outras fortalezas situadas na costa do Malabar, que recebem e armazenam a pimenta da mesma maneira, como em Mangalor, Barcelor, Cananor, Cochim, Coulão, etc.

E para que se entenda bem a maneira do arrendamento da pimenta, eis a forma como se procede. Os rendeiros ficam com o contrato ou arrendamento da pimenta por cinco anos, comprometendo-se a enviar anualmente o capital em dinheiro para carregar trinta mil *quintais* de pimenta, obrigando-se el-rei, por sua vez, a despachar anualmente cinco naus para carregar essa pimenta. Os rendeiros têm o risco do perigo e da fortuna do mar, e devem comprar e carregar a pimenta na Índia à sua custa, tendo de novo o risco tanto do dinheiro na ida como da pimenta na volta. E à chegada fornecem toda a pimenta a el-rei a 12 ducados o *quintal*, sendo qualquer perda em prejuízo dos rendeiros, sem el-rei ser obrigado a mais nada, a não ser a comprar a pimenta que lhe for entregue seca e limpa na Casa da Índia em Lisboa, que apenas paga a 12 ducados o *quintal*. E el-rei não lhes entrega o dinheiro antes desta pimenta ser vendida, pagando aos rendeiros com o produto da venda, de forma que tem sempre o seu dinheiro seguro, sem qualquer perigo ou risco, sem perder um tostão. Por isso, os rendeiros têm grandes e poderosas ordenações, a fim de que ninguém, qualquer que seja a sua qualidade ou condição, tanto em Portugal como em qualquer lugar na Índia, possa tratar do negócio da pimenta, sob pena de castigo corporal, o que é observado com o maior rigor. Tão-pouco se pode, por nenhum motivo ou necessidade, movimentar ou diminuir o capital da pimenta, nem colocar qualquer impedimento no carregamento da mesma, o qual é feito com toda a fiscalização e zelo possíveis, pondo de lado todos os outros interesses, mesmo que digam respeito às possessões ou à pessoa de el-rei, para favorecer tudo o que diz respeito à pimenta. O *vice-rei* e os outros oficiais e capitães da Índia devem proporcionar para esse efeito todo o apoio, favor e auxílio, incluindo vigilância e todas as coisas necessárias que lhes forem solicitadas pelos mesmos rendeiros para segurança e benefício da pimenta. Além disso, os mesmos rendeiros podem também mandar, para benefício e serviço da mesma pimenta, um certo número de feitores, servidores e assistentes seus, seja de que nacionalidade forem, com excepção de ingleses, franceses e espanhóis, pois outros estrangeiros não podem lá ir sem autorização particular de el-rei ou do seu representante na Índia.

Na Índia, a pimenta custa geralmente 28 *pagodes* o *bar*, correspondendo um *bar* a três *quintais* e meio de peso português, de modo que cada *quintal* custará 12 *pardaus xerafins* e 4 *tangas*, equivalendo o *quintal* a 128 libras de peso, e cada *pardau* a três *tostões* ou 30 soldos, e cada *tanga* a 60 *réis* ou 6 soldos, pelo que seriam 12 táleres de 60 meio-soldos flamengos cada, calculado segundo a moeda portuguesa, mais 24 soldos da mesma moeda, fora todos os custos e o perigo do mar. Mas o que faz o proveito é a grande quantidade, desde que chegue a salvo após a viagem.

As próprias naus e o respectivo frete, com a obrigação de as construir, aprontar e prover de todas as coisas necessárias, são também arrendadas, tudo com risco dos

rendeiros. Estes pagam a el-rei uma certa soma por cada nau que chegue a salvo. Para tal devem aprontar as naus à sua custa e despachar anualmente cinco delas, e além disso devem transportar e sustentar os soldados gratuitamente, sendo os oficiais e os marinheiros designados por el-rei ou seu almirantado, a seu bel-prazer, com o que os rendeiros se têm de dar por satisfeitos. Em suma, tanto na pimenta como nas naus, el-rei não arrisca um tostão nem empenha um cabelo, não tendo prejuízo senão quando as naus se perdem, perdendo então o que lhe for devido pelo arrendamento da nau, juntamente com a pimenta que lhe seria entregue a preço fixo, se chegasse a salvo, e o lucro da revenda da mesma. Por esta razão, o almirantado de Portugal pouco se preocupa em providenciar comboios que acompanhem ou esperem as naus, como se costumava fazer em tempos, por ordens dos reis de Portugal, quando todas as naus e toda a pimenta por eles eram financiadas. E embora el-rei prometesse mandar sempre as suas armadas para as ilhas Flamengas, para aí todos os anos esperarem as naus da Índia e as acompanharem até Lisboa, poucas armadas foram mandadas e pouco se fez a esse respeito, desde a altura em que começaram a ser arrendadas. Mas nas contas dos pagamentos, el-rei não quer perder nem perdoar um tostão, etc.

No dia 6 de Dezembro terminámos o carregamento de 6700 *quintais* de pimenta, que era da melhor que existe em toda a costa do Malabar, pois era muito grande e cheia. No mesmo dia fizemo-nos de novo à vela, navegando sempre perto da costa, devido ao facto de soprar de manhã, a saber, desde a meia-noite, um vento de leste que vem da terra e que continua até ao meio-dia, altura em que começa a soprar um vento de oeste, do mar para a terra. Com estes dois ventos fizemos a nossa viagem, mas como o de leste é sempre mais forte do que o de oeste, as naus mantêm-se normalmente mais perto da costa, porque se forem mais para o mar alto, dificilmente conseguirão voltar para a costa, por o vento oeste ser sempre mais fraco, coisa que nos sucedeu a nós. Tínhamos corrido um pouco para longe da costa e tivemos de nos esforçar bastante para nos chegarmos de novo a ela, correndo o risco de perder a viagem para Portugal por este motivo, como já tem acontecido.

Toda a costa do Malabar é muito agradável de contemplar, pois se navega tão perto dela que se podem contar todos os montes e outeiros, e até mesmo as árvores. É uma terra muito verde e bonita, e muito fértil. No dia 11 de Dezembro chegámos a Cananor, outra fortaleza dos portugueses, como referimos na descrição desta costa. Aqui ficámos ancorados dia e meio, tomando alguns mastros de que precisávamos, assim como outros refrescos, os quais ali existem todos em grande abundância. E assim continuámos o nosso caminho, sempre correndo perto da costa, passando por Calecute, Panane e certos outros lugares, até chegarmos a Cochim no dia 24 de Dezembro. Aí ficámos até ao dia 20 de Janeiro do ano de 1589. Entretanto, consertámos o nosso navio, provendo-o de todas as necessidades, à espera da nossa vez de partir, porque as outras naus de contrato tinham de sair antes de nós, uma de cada vez. E aqui contaremos em poucas palavras a sua ordenação.

Deve entender-se que quando a nau toma a sua carga de pimenta, que é carregada com boa fiscalização e vigia, tanto da parte de el-rei como da parte dos rendeiros, ela é armazenada por baixo das duas cobertas inferiores, a saber, em cima do lastro e na coberta seguinte, colocando-se tábuas em cima do lastro e ficando tudo dividido em pequenas câmaras, desde o mastro grande para trás, deixando-se um

certo espaço desde o mastro grande até um pouco além da escotilha. E a partir daí fica de novo dividido em câmaras, cada divisão ou câmara tendo um pequeno buraco ou escotilha na coberta de cima, por onde se verte a pimenta até a encher por completo. Em suma, por vezes existem trinta câmaras ou divisões, a que chamam *paióis*, por baixo das duas cobertas inferiores. Quando estas todas estiverem cheias até acima, os buracos ou escotilhas das câmaras são calafetados com estopa e breu, e numerados com números, fazendo-se assim o registo de quantos são e referindo-se o peso total de cada. Assim ficam carregadas e fechadas as duas cobertas inferiores, mantendo-se livre apenas um espaço desde o mastro grande até um pouco além da escotilha, onde guardam a água, o vinho, a madeira e outras pequenas coisas necessários ao navio, e para onde se pode descer diariamente. Em cima da segunda coberta encontram-se de ambos os lados as câmaras dos oficiais do navio, e nomeadamente do capitão, mestre, piloto, feitor, escrivão, etc., assim como as dos marinheiros, as quais câmaras são vendidas e arrendadas aos comerciantes para nelas carregarem mercadorias, negócio que proporciona bom dinheiro. Nesta mesma coberta, do mastro grande para trás, encontram-se as câmaras onde são guardadas a pólvora, o biscoito, velas, panos e outras coisas do navio.

As outras cobertas e lugares do navio são carregadas pelos comerciantes com todo o género de mercadorias, que vêm todas em caixas, barris, fardos e pacotes. Isso faz-se da seguinte maneira: mal se tenha carregado a pimenta, são mandados para dentro do navio dois guardas reais e um estivador da parte de el-rei, tendo este dez ou doze auxiliares. Só estes têm de estivar e carregar o navio, sem que o mestre nem ninguém do navio tenha nada a ver com isso, com excepção do contramestre, que apenas ajuda na fiscalização, sem dar qualquer ordem. Não se pode carregar nada, quem quer que seja o proprietário e por mais pequena que seja a quantidade, sem que tal seja registado no livro e registo de el-rei, sendo necessária uma certidão do *vedor da fazenda*, que é o controlador-mor dos bens de el-rei, na qual se deve declarar, peça por peça, o que se quer mandar e em que navio vai ser mandado. De outra forma, os guardas e os estivadores não o aceitarão. E mesmo trazendo uma tal certidão e passaporte, devem untar-se as mãos dos guardas para se obter um bom lugar, pois caso contrário deixarão as coisas no cais, e quem mais pagar é quem obtém melhor lugar no navio. Estivam o navio de tal maneira que não há espaço que não seja preenchido, tudo para o seu próprio proveito. Acontece frequentemente um estivador-mor, que apenas fiscaliza e dá ordens, tirar da estiva de um navio setecentos ou oitocentos ducados, obtendo os guardas igual soma, a maior parte da qual em presentes e dádivas. O exercício destes ofícios, que são todos adjudicados graças ao favor do *vice-rei* e do *vedor da fazenda*, é motivo destes navios serem sempre carregados até ao ponto de se afundarem, de tal modo que se diria que não se conseguiriam mexer nem sair do seu lugar. O mestre e os oficiais não têm qualquer palavra a dizer, a não ser à última hora, quando o navio se faz à vela. Este é-lhes então entregue pelos guardas e estivadores, que saem do navio deixando-o repleto por todos os lados, até à coberta superior ou convés, onde ficam normalmente sete ou oito caixas, umas em cima das outras, da proa até à popa. Além disso, também os ovéns, o castelo da proa, o tombadilho, onde o piloto tem a sua cadeira, ficam repletos em volta de grandes jarras, barris, caixas e galinheiros, tal como um labirinto. E assim se fazem ao mar

com a graça de Deus, acontecendo frequentemente, como foi o caso no nosso navio, menos de dez dos cinquenta marinheiros saberem manobrar o leme, para além de, o que é pior, a maioria deles nunca ter estado no mar, tendo os ofícios a bordo sido todos concedidos por favor, mesmo no caso dos grumetes e dos arcabuzeiros. E quando há problemas no alto mar, entreolham-se miseravelmente, clamando «*misericórdia*» e «Nossa Senhora», para que lhes acudam.

Em Cochim existe uma boa frota de barcas, chamadas *tones*, que são escavadas numa só peça de madeira. Algumas têm um tamanho tal que podem carregar 20 pipas de água, as quais levam assim até junto dos navios, que ancoram sempre a cerca de uma légua pelo mar dentro. Aí vendem a água por pouco dinheiro, vindo eles próprios encher com jarras as pipas ou barris no lugar onde estão no navio, o que é uma grande comodidade. Esta água é trazida do rio de Cochim, chamado Mangate, e é muito boa. As coisas da terra e da cidade de Cochim foram relatadas na descrição da costa do Malabar. E com isto disse-se o suficiente a respeito da Índia. Agora quero tratar da ordenação das naus na viagem de volta, sobre a qual já falei em parte, e igualmente dos acontecimentos ocorridos na nossa viagem da Índia para Lisboa.

Capítulo 93

Da minha viagem e dos acontecimentos no caminho da Índia para Portugal.

No primeiro dia de Janeiro do ano de 1589, a nau *Santa Maria* fez-se à vela, saindo em primeiro lugar por ser uma das naus mais velhas. Isto faz-se porque quanto mais cedo se partir de Cochim, melhor tempo e clima se encontra no cabo da Boa Esperança, e quanto mais tarde, pior o tempo e mais frequentes as tormentas, em virtude de o sol passar do sul para o norte. Por esta razão, costumam-se deixar as naus melhores e mais fortes para o fim, por serem mais resistentes, ficando à espera umas das outras na ilha de Santa Helena até ao dia 25 de Maio e não mais tarde, que é o dia fixado por el-rei. As que aí se encontrarem, vão em companhia para Portugal, não sendo necessário qualquer conserva da Índia para Santa Helena, por não haver perigo de corsários, e conservando-se também toda a artilharia no fundo do navio, para assim passar melhor as tormentas do cabo da Boa Esperança.

A 6 de Janeiro fez-se à vela a nau chamada *Nossa Senhora da Conceição*, no dia 10 a capitânia, chamada *S. Cristóvão*, no dia 12 a nau *Santo António*, no dia 15 a nau *S. Tomé*, que era a maior e melhor da armada e também a mais rica. A 20 fizemo-nos à vela na nossa nau *Santa Cruz*, que era a última, seguindo a bordo cerca de duzentas pessoas, pouco mais ou menos, incluindo marinheiros, soldados e escravos, pois poucos soldados partem da Índia, a não ser com autorização do *vice-rei*, para apresentarem os seus serviços e receberem alguma recompensa. Isto sucede depois de terem servido durante alguns anos, e também quando têm meios para a passagem, pois os que são pobres e desprovidos de apoios são frequentemente obrigados a ficar na Índia, por não terem nem conseguirem meios para a passagem, razão pela qual muitos lá permanecem, casando com mulheres pretas e indianas para se sustentarem, e

mesmo assim com bastante miséria. A passagem custa sempre, no mínimo, duzentos ou trezentos *pardaus*, e isto só em comidas e bebidas, soma que um soldado dificilmente pode juntar, a não ser que tenha quaisquer parentes que o ajudem ou o favor de qualquer fidalgo, capitão ou outras pessoas poderosas e oficiais, cujo apoio e assistência lhe possam valer, para assim levar a cabo a sua jornada. Na viagem de volta el-rei não dá mais do que a passagem livre para soldados e passageiros, com uma caixa de quatro palmos de altura e largura e sete de comprimento, a que chamam a sua *liberdade*, depois de terem estado na Índia ao serviço de el-rei por mais de três anos. Desta caixa não pagam quaisquer fretes ou direitos, tendo ainda direito a uma outra caixa no porão, também livre de frete, e com poucos direitos, a qual, se assim o quiserem, podem vender na Índia aos comerciantes, como normalmente costumam fazer. Este lugar e isenção, quando vendidos, valem frequentemente 40 a 50 *pardaus*. Estes lugares são chamados *liberdades*, e quem as comprar faz o registo em nome da pessoa a quem a comprou, para assim em Portugal gozar a *liberdade* e o privilégio. Do mesmo modo, todos os marinheiros, grumetes e oficiais do navio que forem registados para a viagem para Portugal dispõe, além das suas câmaras e quintaladas, de uma caixa das mesmas dimensões, livre de fretes e direitos, sendo tudo isto rigorosamente mantido, embora, desde que as naus e direitos estão arrendados, todas as caixas tenham de ser entregues na Casa da Índia em Lisboa, onde são vistoriadas para ver se contêm quaisquer produtos proibidos, tais como pimenta, *anil* ou índigo, ou outros concessionados, os quais são logo confiscados se forem encontrados. Também se avaliam os bens das caixas, e no caso do valor de tais bens ultrapassar os cem *mil-réis*, devem pagar-se direitos sobre o excesso, o que não se costumava fazer no tempo dos reis[407], pois então as caixas eram levadas do navio para casa, apenas sendo mostradas aos guardas no navio. E embora os marinheiros e as gentes do mar se queixem muito de que as suas *liberdades* e privilégios são desrespeitados, ninguém lhes dá ouvidos.

Assim, pelos motivos referidos, poucos soldados voltam da Índia, pois bem creio que dos 1500 soldados que anualmente vão para a Índia, e por vezes mais, nem 100 voltam para Portugal, parte porque lá morrem e desaparecem, e outra parte porque devido à sua pobreza não têm meios para voltar, pelo que frequentemente têm de lá ficar contra a sua vontade, aí fixando residência, embora muitas vezes desejassem estar de volta a Portugal. E se alguns conseguem regressar, é graças a algum *vice-rei*, capitão ou qualquer outro fidalgo ou pessoa que tenha desempenhado qualquer ofício. Quando estes voltam para Portugal, levam sempre consigo alguns soldados dos seus amigos particulares e de pessoas a quem estão obrigados, os quais para esse efeito já muito antes estão ao seu serviço, seguindo-os por todo o lado e lisonjeando-os. E fazem isto a maior parte das vezes por soberba e para granjearem autoridade. Deste modo, podem vir em cada navio, anualmente, no máximo, cerca de vinte ou trinta soldados, que têm os seus escravos e pretos, pelo que vêm todos bem servidos e bem limpos de camisas e linho, por o linho na Índia ser muito barato. E os navios vêm mais limpos na viagem de volta do que na ida, porque vem menos gente e todos os que vêm trazem consigo todas as suas necessidades e serviço, enquanto que o

[407] I.e., no tempo em que os reis de Portugal ainda controlavam directamente a carreira da Índia, sem o intermédio dos rendeiros.

navio vem bem cheiroso em virtude das especiarias, de que está repleto por toda a parte, como ficou dito.

A divisão do navio é da seguinte maneira: o piloto tem os seus aposentos em cima, na parte de trás do navio, do lado direito, onde tem duas ou três câmaras. Nunca vem para baixo e ocupa-se em dar ordens ao mestre para que ice ou arreie as velas, em desempenhar o seu regimento, indicar o rumo a seguir, tomar o sol, e escrever e anotar diariamente tudo o que se passa e qual a rota que seguem, com os sinais, vento e tempo que tiveram nesse dia. O mestre tem os seus aposentos no mesmo lugar, em cima e atrás, ao lado esquerdo, junto do piloto, com o mesmo número de câmaras e espaço igual ao do piloto. Fica de pé e dá ordens com um apito de prata, governando apenas o mastro grande com as suas velas e daí para trás, mas tendo também o comando e o cuidado de todo o navio e de tudo o que diz respeito aos apetrechos do navio. Tem também o comando sobre outras coisas, como mandar fazer velas quando houver necessidade, as quais são cortadas por ele e cosidas pelos marinheiros, e igualmente verificar no navio se falta alguma coisa, para logo a providenciar, e mandar descer ou trazer para cima a artilharia quando tal for necessário, etc. Se precisar de algumas coisas, tais como pano para as velas, pregos, cordas ou outras semelhantes, tem de as requerer ao feitor e ao escrivão do navio, que lhas entregam com uma anotação no livro, para disso prestarem contas.

O contramestre tem os seus aposentos no castelo da popa e tem o comando e governo do mastro do traquete e das velas da frente. Também tem um apito de prata, tal como o mestre. É responsável por tudo o que toca ao mastro do traquete e à manobra das âncoras. O *guardião* tem os seus aposentos perto do mastro grande, da parte de fora do lado esquerdo, pois do lado direito fica a copa e o local onde se cozinha. Aqui tem uma câmara para si. Este tem também um apito de prata e comanda os grumetes e a bombagem, a limpeza do navio, a provisão, manobra e manutenção das cordas, o cuidado e o governo da chalupa, etc. O condestável tem os seus aposentos do lado de dentro do mastro para o leme, debaixo da primeira coberta, e deve estar sempre sentado à frente do mastro grande com o rosto virado para o mestre, dia e noite, para, quando o mestre apitar, mandar os arcabuzeiros apertar ou soltar a escota grande. Tem igualmente o cuidado da artilharia e da sua manutenção, aprontando-a se necessário. O sota-piloto nada faz senão ajudar o piloto e rendê-lo durante o seu quarto. Têm igualmente sempre dois ou três dos melhores marinheiros que nada mais fazem senão estarem sentados na cadeira do piloto, mandando e comandando enquanto o piloto repousa. A maioria dos marinheiros tem os seus aposentos no castelo da proa ou nas proximidades, e os arcabuzeiros na parte de trás junto do condestável, debaixo da coberta. Não fazem outra coisa senão apertar ou soltar a escota grande com o cabrestante, quando tal lhes é ordenado. Os grumetes devem fazer tudo o que todos os oficiais lhes mandam, mas não manobram o leme. Só os marinheiros manobram o leme e governam o navio, onde for preciso, deixando para os soldados e escravos a manobra das bombas e o içar da vela grande. Os grumetes tratam de bombear, o carpinteiro ocupa-se da sua carpintaria, o tanoeiro da sua tanoaria e o *calafate* da sua calafetagem, em suma, mesmo se o navio estiver a ponto de se afundar, ninguém faz mais do que o respectivo ofício, limitando-se a ficar a olhar para tudo o resto. O capitão tem a sua tolda e a câmara na parte de trás, e apenas comanda os soldados e os que vigiam durante a noite.

O piloto, o mestre e o contramestre deixam-se servir muito magnificentemente, com as suas canecas, bacias, copos e travessas de prata, cada qual por si, conforme a sua posição, pelos seus escravos e servidores, tendo grande abundância de todas as coisas. Mas os outros marinheiros e gente do mar não têm tanta fartura e passam mais misérias, pois cada qual deve cuidar de si, como dissemos noutro lugar. Também deve entender-se que nestes navios não há seguros, pois se houver qualquer dano ou bens lançados ao mar ou qualquer outra perda, o dono é o prejudicado, sem ter direito a qualquer indemnização. E estes são normalmente os pobres grumetes, cujas caixas e poucos haveres se encontram na maioria das vezes mais acima, por não terem nada para dar aos estivadores a fim de obterem um bom lugar, como fazem os outros de algumas posses. E quando vem alguma tormenta ou desastre, tem de ser lançado ao mar o que está mais à mão, sem ter em consideração as pessoas ou tomar em conta os danos.

Navegando assim, governámo-nos pela direcção sul-sueste até à linha equinocial, durante 150 léguas, e daí com o mesmo rumo até 7 graus, e a seguir sudoeste quarta a oeste na nossa rota para o cabo da Boa Esperança. Nunca se tinha navegado por este caminho, pois costumam ir de Cochim para sudoeste e sudoeste quarta a sul, por entre as ilhas Maldivas e outras mil ilhas e baixios, para a ilha de São Lourenço e assim para o Cabo. E fazia-se isto segundo as indicações do piloto que com a nau *Santiago* tinha ficado nos baixos da Judia e tinha escapado, e que agora ia como piloto da nau *S. Tomé*, a melhor da armada. Este tinha tomado na viagem anterior a esta o caminho por fora, correndo duzentas ou trezentas léguas para além de todas as suspeitas de ilhas, baixios ou outros escolhos, presumindo que a causa da perda de tantos navios, dos quais nunca mais se recebia notícia nem sinal, nem havia qualquer conhecimento, era que na sua maioria se perdiam nos baixios, como lhe tinha sucedido a ele. E para evitar isto e de novo ganhar alguma benevolência junto de el-rei e do almirantado, foi o primeiro a ousar descobrir este caminho, na mesma nau em que ia o arcebispo meu amo. E este é quase o mesmo caminho por onde as naus de Malaca vêm para Portugal, onde não se vêem ilhas nem baixios nem outra coisa nenhuma, a não ser única e exclusivamente mar limpo. E assim chegou a Portugal, dando notícia deste caminho, e embora fosse preso, foi de novo libertado por favor. E notando o almirantado que havia tanto perigo em navegar por entre os baixios, o que consideravam ser a causa principal da perda de tantos navios, ordenaram expressamente que se devia seguir este novo caminho por fora, segundo as informações deste referido piloto, para evitar todos os perigos. Mas não é bem aqui que se encontram os problemas, embora por vezes fossem causa bastante de muito mal. A maior e principal causa, porém, é a desordenação do carregamento e a sobrecarga dos navios, em segundo lugar a inexperiência da gente do mar, e em terceiro lugar a falta de fiscalização e a má vistoria dos navios, para apurar se estão em condições de fazerem a viagem e se estão providos de todas as necessidades. Devido a estas e similares carências, diariamente se perdem navios, como em parte temos provado em vários lugares por exemplos e histórias verídicas, e como o mesmo piloto, inventor deste mesmo caminho, bem percebeu na nau *S. Tomé*, não sendo os baixios ou ilhas que lhe faziam mal, mas a carga excessiva, pois o seu navio desmantelou-se junto do Cabo, sendo assim devorado e destruído pelo mar, como declararemos mais tarde.

Não obstante, este caminho não é de menosprezar por essa causa, embora represente um considerável desvio, pois é muito bom e liberto de preocupações de baixios e ilhas, evitando as ilhas Maldivas e todas as outras à sua volta, e os baixios e bancos de areia que se seguem.

No dia 30 de Janeiro, à noite, passámos a linha equinocial, e um dia depois avistámos um navio, presumindo-se ser a nau *S. Tomé*. No mesmo dia, um dos nossos moços caiu ao mar. Fizemos tudo para apanhá-lo com a pequena chalupa, mas por esta estar cheia de bens e tralhas do mestre, o rapaz ficou algumas léguas para trás e afogou-se, antes de a mesma ser posta na água.

No dia três de Fevereiro aproximámo-nos até bem perto do navio e vimos que era a nau *S. Tomé*, após o que nos chegámos a ela para falarmos. Mas quando os da nau nos conheceram pelas nossas cordas, que eram todas brancas de *cairo* da Índia, sabendo bem que tínhamos partido de Cochim depois deles, enquanto no início tinham pensado que fôssemos um dos primeiros navios, e porque a sua nau era considerada a melhor em navegação e em tudo, por soberba não quiseram falar connosco e desviaram-se. Vendo isto, os nossos oficiais também mandaram desviar, a seguir fazendo cada qual o seu melhor para ultrapassar o outro. Por estes e similares pontos de soberba, os portugueses perdem-se frequentemente, podendo-se considerar esta uma das causas principais da perda da nau *S. Tomé*. Com efeito, fizeram todas as diligências para *compassar* o navio, a fim de melhor navegarem e passarem o Cabo antes de nós, pois isso sempre é razão para se vangloriarem quando se encontram na ilha de Santa Helena, como se tal acontecesse devido à sua sabedoria.

Assim, aconteceu que este navio, à chegada ao cabo da Boa Esperança, encontrou *vento contrário*, pelo que arriaram todas as velas e ficaram assim a pairar, como costumam fazer para passar o Cabo mais rapidamente, batendo-se com as ondas do mar, que desabavam contra o navio como se fossem montanhas, e teriam partido rochedos, quanto mais navios feitos de madeira. Como o nosso navio não podia suportar esta força, deixámo-lo correr para trás com o vento o menos possível, evitando sempre a violência do mar tanto quanto podíamos. Mas a *S. Tomé* fiava-se na sua robustez e pretendia em tudo levar a dianteira, para, segundo acreditavam, nos ultrapassarem. E assim (como bem se pode imaginar) ficou parada a flutuar sem velas, ao que chamam *pairar*, e pela grande força do mar e a excessiva sobrecarga, foi feita em pedaços e devorada pelo mar, com gente e tudo[408], como claramente vimos perto do Cabo, onde encontrámos muitas caixas, barris, escotilhas, pedaços de mastros e pessoas mortas, atadas a tábuas, e outros sinais pavorosos semelhantes, como os outros navios mais tarde em Santa Helena também contaram terem visto. Era uma coisa lastimosa de contemplar, mais ainda se se tiver em conta a perda de tantas preciosidades, gente e almas, e o facto de nós, ao vermos este espectáculo, não nos considerarmos livres de sofrer a mesma sorte. Era uma das naus mais ricas que em muitos anos tinha partido da Índia, e isso em virtude da boa fama que tinha de bem velejar, e era nova, pois fazia então a sua segunda viagem, e todos nela queriam viajar e carregar os respectivos bens. Neste navio seguia D. Paulo de Lima Pereira, que tinha descer-

[408] Ver «Relação do naufrágio da nau *S. Tomé* na Terra dos Fumos, no ano de 1589», de Diogo do Couto, na *História trágico-marítima*.

cado Malaca, servido el-rei na Índia durante trinta anos e obtido muitas vitórias gloriosas, considerando-se então no apogeu da sua glória e muito digno de ser enaltecido por el-rei. Levava consigo um grande tesouro em jóias e riquezas, assim como a mulher, os filhos e um irmão. Na sua companhia iam muitos outros fidalgos e soldados, que com ele faziam a passagem, considerando-se com muita sorte, assim como dez ou doze mulheres fidalgas, algumas com o marido, outras que tinham marido em Portugal. Em suma, o navio estava cheio de gente, em tudo a fina flor da Índia e de toda a armada. Frequentemente havia quem se queixasse, quando estávamos em perigo, que teria ido melhor e mais seguro na nau *S. Tomé*, acreditando ser impossível esta perder-se. De onde se pode ver claramente que toda a obra do homem não é senão vaidade e vento, e que devemos apenas confiar em Deus, pois todo o esforço e toda a ciência, se Deus não o quiser, não são nada.

Voltando ao nosso propósito, cada um fazia o seu melhor para passar primeiro, até ao dia seis de Fevereiro, altura em que a ultrapassámos, estando então na altura de 7 graus da banda do sul, e desde então nunca mais a vimos, com excepção dos mencionados sinais, perto do cabo da Boa Esperança, recebendo mais tarde, em Santa Helena, a notícia da sua perda, como ficou dito.

No mesmo dia tivemos uma grande tempestade de chuva e vento, pelo que se partiu a verga do nosso mastro grande. E desde a linha equinocial tivemos sempre ventos do norte e noroeste, com chuvas, tempestades e trovoadas todos os dias sem cessar, o que durou até à altura de 20 graus, que passámos no dia 25 de Fevereiro, altura em que recebemos um vento de sudeste com tempo melhor, ao qual vento os portugueses chamam *vento geral*. Este vento chega normalmente por volta dos 12 graus, mas só nos veio nos 20 graus, o que se atribuía ao facto de estarmos tão metidos pelo mar dentro, afastados do caminho vulgar. Este vento mantém-se geralmente até aos 27 ou 28 graus, pouco mais ou menos, podendo então esperar-se todo o género de ventos e tempestades, até para além do cabo da Boa Esperança, sem se ter certeza dos ventos.

No dia 5 de Março, em 25 graus, tivemos um vento de leste com grande tempestade e chuva, pelo que se partiu o governalho do leme. Tínhamos ainda dois outros governalhos, que também se partiram, juntamente com a cavilha e o parafuso que passa pelo governalho e pelo leme, que ficaram igualmente em pedaços. Em suma, ficámos parados e a flutuar sem governo, tendo arriado todas as velas e sendo assaltados pelo mar de todos os lados, de maneira que não restava um cantinho seco em todo o navio. Ficámos assim a pairar dois dias e duas noites, com tempestade, trovoada e chuvas contínuas.

Na mesma noite vimos na gávea, no vergão e em muitos outros lugares um sinal a que os portugueses chamam o *corpo santo* de frei Pedro Gonçalves; os espanhóis chamam-lhe *santelmo*, e os gregos costumavam chamar-lhe na antiguidade, segundo refere Ovídio, «helle» e «phrixus». Acreditam que quando este sinal aparece na gávea, no vergão ou num outro lugar, é um sinal da melhoria do tempo. E logo que o vêem, vem o mestre ou contramestre, que apita e manda que cada um o saúde com um «*salve corpo santo*», seguido por um «*misericórdia*», em altos berros. Este fenómeno produz-se, como provam os astrónomos, em virtude da grande humidade e vapores, e aparece de repente como uma vela que arde veladamente, sempre saltando de um

lugar para outro sem parar. Vimos também cinco deles juntos uns aos outros, todos idênticos à luz de velas, o que a mim também me espantou muito, e dificilmente o teria acreditado se não o tivesse visto pessoalmente e reparado nele com muita atenção. E embora a tempestade tivesse dado pouco vagar para pensar em curiosidades, não obstante, por sua causa muitos subiram expressamente para o verificar. Os portugueses chamam a estas cinco luzes *coroa de Nossa Senhora*, e têm muita confiança nelas, quando as vêem, pelo que no nosso navio, onde anteriormente reinava tristeza e grande abatimento, se produziu grande comoção e alegria, como se dali tirassem a certeza de todo o seu bem e salvação.

No dia 7 tivemos melhor tempo, sendo então necessário bom conselho para consertar o nosso leme. Alguns eram de opinião que devíamos aportar a Moçambique, governando o leme com uma corda, outros, pelo contrário, queriam que o consertássemos para podermos terminar a viagem. Em suma, tiraram três ou quatro cravos das vigas do navio, porque não tínhamos trazido nenhum sobresselente que se pudesse aproveitar. Estes, uma vez tirados, eram pequenos de mais e não serviam. Por fim concordaram e ordenaram que se fizesse uma bigorna da câmara de um pequeno canhão, se queimasse carvão e se fizesse um fole de duas peles de boi. Assim governando o nosso trabalho, fizemos de uma fateixa velha dois ou três parafusos, dos quais apenas um servia, estando ainda por cima meio partido. E sobre o governalho rebentado pusemos um reforço de ferro e assim remendámos tudo, pondo o resto nas mãos de Deus. Este trabalho ocupou-nos durante dois dias. Depois, içámos de novo as velas, com grande alegria, e recolhemos muitas esmolas para muitas santas e santos, com grandes promessas de romarias e emendas, como a necessidade costuma sempre produzir[409].

Um dia mais tarde, tomámos a altura do sol, e achámo-nos em 28 graus e dois terços, à altura da Terra do Natal, embora nos encontrássemos ainda a mais de 400 léguas da costa pelo mar dentro. Tivemos bom tempo com um vento do sudeste. Esta região da costa da Terra do Natal, a qual continua até aos 32 graus, é a parte mais difícil da viagem, juntamente com a passagem do cabo da Boa Esperança, e muitas vezes teme-se mais esta Terra do Natal do que o próprio Cabo. Aqui costumam encontrar-se normalmente muitas tempestades e trovoadas, sendo muitos navios destruídos e devorados, estando os memoriais portugueses cheios desses episódios. Nesta região encontrámos também os sinais da perdição da nau *S. Tomé*. Em resumo, de um modo geral é aqui que os navios pagam o seu tributo ou deixam tudo o resto, razão pela qual se lhe chama Terra do Natal[410]. Por esse motivo passam aqui sempre com grande temor, boa vigia e muito cuidado, com todas as cordas fixas e tesas, a artilharia em baixo no lastro, lançando ao mar todas as caixas, jarras, barris e pequenas mercadorias que não têm lugar em baixo, e com todas as outras coisas bem seguras no seu lugar, pois aqui tem-se numa hora tempo claro e limpo e noutra hora uma tempestade tal que parece que céu e terra vão acabar. Aqui aparece com tempo claro e limpo uma pequena nuvem que parece ser do tamanho de um punho, a que os portugueses chamam *olho-de-boi*, e mesmo que não corra uma única aragem e as velas

[409] A segunda parte da frase não figura na tradução latina.

[410] Raciocínio estranho.

estejam quietas nos mastros, logo que se note e veja esta pequena nuvem devem-se arriar todas as velas ao mesmo tempo, a toda a pressa, pois num ápice está sobre o navio, com tanto vento e tumulto que sem dúvida lançaria no abismo qualquer navio que não se tivesse apercebido dela. Assim aconteceu à segunda armada que partiu para a descoberta da Índia, que era composta por dez ou doze navios que navegavam juntos. Com um tempo tão claro e calmo como este, deixaram desfraldadas todas as velas, sem se preocuparem com nada, como têm por hábito nesta nossa navegação. Então apareceu de repente esta pequena nuvem com esta terrível tempestade, que desabou sobre eles antes que tivessem tempo de reagir, pelo que se afundaram sete ou oito, dos quais nunca mais houve sinal ou notícia, escapando os outros com grandes danos e dificuldades. Desde então tiveram mais cuidado e reconheceram o fenómeno, pelo que agora mantêm boa vigia contra ele, embora continue a dar bastante que fazer. Estas tormentas repentinas continuam por toda a região da Terra do Natal, até para além do cabo da Boa Esperança.

No dia 12 de Março, estando em altura de 31 graus, tivemos de novo vento de frente, seguido de uma calmaria, pelo que amainámos todas as nossas velas, ficando assim a flutuar durante quatro dias, ao que os portugueses chamam *pairar*. Fomos todos estes dias muito incomodados pelo mar, que atormentava o nosso navio fortemente, razão pela qual os mestres o temem mais do que a tempestades e trovoadas, pois as ondas do mar cruzam-se de todos os lados, apertando o navio entre elas de tal maneira que fazem estalar e deslocam todas as suas vigas, fazendo perigar enormemente os navios. Estivemos sempre muito apreensivos com o nosso mastro de proa, pelo que amarrámos os mastros e todo o navio com grandes cabos e cordas o melhor que podíamos. Isto continuou até ao dia 17, altura em que tivemos de novo algum vento, de forma a poder içar de novo as velas. Mas isto durou pouco, porque no dia seguinte tivemos outra vez vento contrário com uma tempestade, com o qual se partiu o nosso vergão, forçando-nos a amainar todas as velas e a ficar assim a *pairar*, para podermos consertar a nossa verga. Ficámos deste modo a pairar sem velas até ao dia 20 de Março, com grandes embates das ondas do mar, que nos atacaram e danificaram fortemente, como sempre costumam fazer neste lugar. Todo este tempo andámos pelos 31 graus, sem fazer qualquer progresso. Vimos diariamente grande número de umas aves chamadas *antenais*, que são do tamanho de patos. No dia 20 de Março tivemos de novo algum vento, e embora fosse ponteiro, içámos as velas e navegámos à bolina. Na noite seguinte tivemos de novo uma grande calmaria, que continuou até ao dia 22. Então tivemos de novo vento, com uma tempestade tão forte que nos vimos obrigados a amainar todas as velas, o que apenas conseguimos a grande custo, não conseguindo manter o navio a *pairar*, pois estávamos em grande perigo, pelo que fomos forçados a atar o bonete em volta do castelo de proa, não se podendo usar qualquer outra. E assim navegámos outra vez para trás, para onde o vento nos levava, para assim ficarmos mais aliviados. Apesar de estarmos a fazer tudo o que era necessário, tivemos de lançar ao mar a nossa chalupa grande e todas as caixas, jarras e barris que estavam no convés, e ainda outras coisas que se encontravam mais à mão. Esta tormenta durou dois dias e três noites sem parar.

No dia 25 de Março, véspera do Domingo de Ramos, tivemos de novo vento e tempo melhores, depois de termos dado grandes esmolas para Nossa Senhora da

Anunciação, cujo dia se celebrava. Içámos novamente as velas, seguindo o nosso caminho para o Cabo. Por esta altura reinava no navio uma doença da boca e dos lábios, da garganta e da língua, que inchavam e pelavam, pelo que poucos dos que estavam no navio conseguiam comer, a não ser com grandes dificuldades e dores.

Na manhã do dia 8 de Abril, após termos navegados 15 dias com vento de popa na direcção do Cabo, avistámos alguns sinais de terra, a saber, água esverdeada. Mas não conseguimos encontrar fundo, embora sempre estivéssemos a menos de 40 léguas de terra, segundo as estimativas do piloto, e víssemos igualmente umas aves a que chamam *mangas de veludo*, por terem as pontas das asas pretas como veludo, sendo de resto brancas e pardas, as quais são consideradas como sinal seguro da terra do cabo da Boa Esperança para dentro, a saber, da baía da Alagoa, que está situada em 33 graus e meio, na costa que se estende para Moçambique.

No dia 9 de Abril, de noite, apanhámos de novo vento contrário, estando em 35 graus e um terço, com uma grande tempestade e trovoada que continuou até ao dia 14 do mesmo mês, pelo que, não podendo suportar a violência do mar e a trovoada e a tempestade contínua, fomos forçados a correr de novo para trás com o vento, levando apenas metade da vela do traquete içada, porque não nos considerávamos suficientemente fortes para *pairar* sem velas, como os navios costumam fazer. Esta é frequentemente a causa da sua perda, como bem se pode imaginar pela grande força que o mar e as ondas ali têm, pelo que parece impossível um navio poder suportar tamanha força, tendo de se desfazer e partir, mesmo que fosse de ferro. E embora corrêssemos com o vento em popa, ainda passávamos algum perigo, pois as ondas batiam no navio pela popa e cobriam todo o convés, e tivemos de amarrar os nossos mastros, ovéns e todo o navio com cordas e cabos bem tesos e seguros, para que nada cedesse e se soltasse com a enorme violência. E tivemos também de bombear dia e noite. A cada ponta da verga do traquete tínhamos uma corda que ia até atrás, até junto do piloto, e em cada corda havia quinze ou dezasseis homens, com o piloto sentado na sua cadeira e o sota-piloto atrás dele, para observar as ondas e o avisar. Ao leme havia dez ou doze homens, enquanto os outros marinheiros estavam no convés, governando a vela. E quando as ondas rebentavam e cobriam o navio, o sota-piloto gritava, e a seguir o piloto gritava para os do leme e mandava puxar a corda da verga do traquete para um lado ou para outro, acontecendo o mesmo com os marinheiros do convés e o contramestre, para assim manterem o navio direito contra as ondas, pois se estas tivessem conseguido atingir-nos de lado, poder-se-ia dizer de nós «Requiescat in pace». E ao mesmo tempo estava quase tanto frio como nos nossos países no Inverno, quando se aproxima o ponto de congelação, pelo que todos estavam em muito mau estado e abatidos, quase perdendo todo o ânimo, pois cada um por sua vez tinha de vir do leme para cima e de lá para as bombas, sem qualquer excepção, de maneira que nunca tinham tempo para dormir, descansar ou comer, nem tão-pouco para mudar de roupa. E para maior confusão, ainda se nos partiu a cavilha do leme, que quase teria matado dois ou três se Deus não acudisse, pelo que apenas alguns ficaram maltratados, sem quaisquer outros danos.

E ainda neste mesmo dia 14, sem vermos qualquer melhoria, juntaram-se todos os oficiais do navio e outros mais para tomarem conselho sobre o que se havia de fazer. E vendo que o navio não era capaz de passar o Cabo, resolveram por unanimi-

dade, com um auto que todos assinaram, navegar novamente para Moçambique, para aí invernarem, e abastecerem e consertarem o navio de tudo o que era necessário, o que dava grande aflição à gente comum, pois achavam que o perigo seria o mesmo voltando para Moçambique ou passando o Cabo, já que teriam de passar novamente pela Terra do Natal, que temiam tanto como o Cabo. Além disso, quando se aporta a Moçambique, a viagem pode ser considerada como perdida, pois tem de se ficar lá até ao ano seguinte, gastando-se tudo o que se tem, porque todas as provisões têm de vir da Índia, valendo assim o seu peso em ouro. Isto não agradava nada aos pobres marinheiros e grumetes, pois não dispõem de meios e teriam de vender e desfazer-se dos poucos haveres que traziam por metade do preço, e ainda por cima estavam a bem mais de 500 léguas de Moçambique. Por todas estas razões, havia grande comoção no navio, maldizendo-se o capitão e os oficiais por o navio ir tão mal aviado, pois não havia uma única corda sobresselente se alguma se viesse a partir. O capitão culpou o mestre por não ter feito os necessários pedidos em terra. E o mestre, por sua vez, dizia que os tinha feito e que o *cairo*, do qual na Índia se fazem as cordas, fora entregue ao capitão, mas que ele vendera metade (para encher a própria bolsa), e que por essa razão estávamos agora carenciados. Com semelhantes futilidades tratam das suas coisas, sem pensarem em mais nada a não ser quando estão em apuros. Então é ouvi-los clamar «*misericórdia*» e «Nossa Senhora», para que ela lhes acuda. E quando estávamos neste perigo, ainda o capitão foi dizendo que não havia coisa que o espantasse mais do que dar Deus Nosso Senhor aos que eram bons e católicos cristãos grandes tormentas na passagem do Cabo, apesar de terem navios tão grandes e fortes, enquanto que os ingleses, que para todos os efeitos eram hereges e blasfemadores, passavam o Cabo em navios tão pequenos e fracos com enorme facilidade, como, dizia-se na Índia, o tinha feito um inglês havia pouco.

Assim, rumámos novamente a Moçambique com grande desespero, porque ninguém tinha vontade de pôr as mãos no que quer que fosse, mal querendo obedecer aos oficiais. Navegando assim, vimos flutuar muitos barris, tábuas e pessoas mortas, com o que nos consolámos um pouco, acreditando que havia um outro navio que sofria o mesmo que nós, o qual tinha lançado ao mar alguns bens e rumava também a Moçambique à nossa frente. Consolou-nos saber que tínhamos companhia e não éramos os únicos desafortunados, pois costuma dizer-se que dois infelizes se consolam um ao outro. Assim ocorreu connosco, mas Deus quisesse que fosse como pensávamos, porque foi bem pior do que voltar atrás, pois eram os sinais da malograda nau *S. Tomé*, como viríamos a saber mais tarde em Santa Helena.

No dia 15 do mesmo mês tivemos novamente uma grande calmaria que durou até ao dia 17. E quando se tomou a altura do sol, encontrámo-nos em 37 graus, para grande espanto de todos no navio, já que depois de atingirmos os 35 graus tínhamos rumado cinco dias na direcção de Moçambique, e com tanto vento e tempestade que segundo toda a razão humana deveríamos encontrar-nos, pelas nossas estimativas, em 30 ou 32 graus. O motivo que fez o nosso navio rumar na direcção do Cabo contra o nosso rumo, quando julgávamos seguir na direcção de Moçambique, foi a força das correntes, que nesta região sempre puxam para o Cabo, segundo nos afirmava o piloto, que já o tinha notado mais vezes. Porém, nunca tinha pensado que a água tivesse tanta força como agora tinha observado por experiência. De modo que pare-

cia que Deus nos quisera fazer passar o Cabo milagrosamente, quando menos pensávamos nisso e contra todo o engenho e razão humanas e todas as forças de tempestades e ventos. De onde se pode perceber claramente que todas as coisas humanas se resumem a vaidade quando desprovidas da mão e da obra de Deus.

No mesmo dia voltámos a ver água verde e as aves chamadas *mangas de veludo*, que são sinais certos do cabo da Boa Esperança[411], pelo que nos renasceu a esperança de passarmos o Cabo. E ao cair da noite veio uma andorinha a bordo, a qual ficou a andar às voltas, pelo que houve grande alegria no navio, pois dizia-se que era um augúrio e sinal de Nossa Senhora, que a tinha mandado para nos consolar, e que íamos conseguir passar o Cabo. Houve então nova reunião e decidiu-se acometer de novo o caminho para passar o Cabo, já que tantos e tão bons augúrios eram um sinal para termos bom ânimo e confiarmos em Deus. Assim decidido, cantámos as ladainhas com o *Ora pro nobis* e demos muitas esmolas, com grandes promessas de romarias e coisas similares, coisa que era nosso hábito diário. As pessoas ficaram mais reconfortadas e recobraram ânimo, mostrando cada um vontade de fazer o seu serviço e estando todos mais dispostos a aventurar o corpo e a vida no caminho para o Cabo, do que a voltar para Moçambique com a certeza da salvação. Fomos contudo grandemente incomodados pela força do mar, que não abrandou até chegarmos ao outro lado do cabo da Boa Esperança.

No dia 18 de Abril apanhámos novamente vento contrário, com uma tempestade e trovoada tão grandes que nunca tínhamos visto igual, e julgámo-nos perdidos de todo, pois a cada momento o mar cobria o nosso navio, que frequentemente se enchia de água. Para ter algum alívio, tivemos de lançar ao mar muitas caixas, com canela e outras mercadorias, que se encontravam mais à mão. Em suma, todos os que estavam no navio desanimaram e cada um se confessava e pedia perdão aos outros, acreditando sem mais esperança que vivia a última hora. Esta tormenta continuou assim por mais de vinte e quatro horas. Davam-se no navio muitas esmolas para muitas santas e santos, com grande devoção e promessas de fazer coisas milagrosas se chegássemos a terra. Por fim, Deus apiedou-se de nós e deu-nos algumas abertas, pois o tempo começou a melhorar ligeiramente na noite do dia 19, de forma que cobrámos mais algum ânimo.

No dia 20 tomámos a altura do sol e achámos 36 graus. Vimos de novo água esverdeada e algumas aves chamadas *alcatrazes* e muitos lobos-marinhos, que são considerados como sinais certos do cabo da Boa Esperança. De acordo com as nossas estimativas, estávamos perto de terra, embora não conseguíssemos ver nenhuma. No mesmo dia voltámos a ter vento mais forte e tivemos grandes esperanças de passar o Cabo, começando as pessoas a ficar mais contentes pelos sinais que se viam. Todos os dias vimos água esverdeada até ao dia 22 de Abril. Neste dia lançou-se o prumo duas vezes durante o dia e na noite seguinte, mas não se achou fundo, o que é sinal de se ter passado o chamado cabo das Agulhas. Este cabo das Agulhas está situado em 35 graus e fica ainda a 20 léguas do cabo da Boa Esperança, o qual jaz em 34 graus e meio. E por sempre se achar fundo perto deste cabo das Agulhas, até 30 ou 40 léguas da costa, perceberam que o tínhamos passado, tanto pela cor da água como

[411] O trecho seguinte, até «hábito diário.», foi omitido na tradução latina.

pelas aves que sempre se encontram nestas paragens. E para maior segurança, deixámos para trás as grandes ondas e o mar revolto que nos tinham atormentado tão continuamente, encontrando um mar chão, muito diferente do anterior, pelo que nos parecia termos chegado do inferno ao paraíso, com uma alegria tal que parecíamos ter renascido. Também tivemos bom vento, embora muito frio.

No dia 23 de Abril passámos o cabo da Boa Esperança com grande e geral alegria, 3 meses e 3 dias depois de nos fazermos à vela de Cochim, sem nunca termos avistado terra nem areia, a não ser certos sinais do Cabo, o que raramente acontece, pois os pilotos fazem sempre o possível para ver o Cabo e avistar terra, para assim terem a certeza que o dobraram. Pois daí em diante têm de subir em altura, e como tanto poderiam rumar a Moçambique como a Santa Helena, mesmo que distinguissem e notassem com facilidade o rumo pelo mar e pela cor da água, ainda precisam de avistar terra, para assim marcarem a sua rota para Santa Helena. E devem manter esta ilha sempre à mão esquerda, pois caso contrário não lhes seria possível lá chegar se perdessem o rumo, já que depois de a passarem não podem lá voltar, porque aí sopra sempre e unicamente um vento sudeste. Uma vez passado o Cabo, ficámos logo com o vento à popa.

No dia 24 de Abril, o piloto, seguindo um velho costume, mandou que se desse a *boa viagem* do cabo da Boa Esperança, com grande alegria e gritaria de todos os que estavam no navio, pois desde então tem-se a certeza de que a viagem continuará para Portugal, não sendo necessário voltar à Índia, porque enquanto não se passar o Cabo sempre se fica na dúvida. Nessa altura estávamos a cerca de 50 léguas para lá do Cabo. Os sinais que se têm por mais certos e mais fidedignos de se ter passado para o outro lado são muitas *trombas* ou arbustos de cana grossa, que lá boiam sempre em grande quantidade a quinze ou vinte léguas de terra, assim como certas aves a que os portugueses chamam *feijões*, que são um pouco maiores do que gaivotas, brancas e cheias de pintas pretas por todo o corpo, deixando-se conhecer e distinguir de outras aves muito facilmente. Estes são sinais certos em que os pilotos se fiam muito, pois nunca enganam. Uma vez passado o Cabo, dirigem-se a Santa Helena, rumo a noroeste e noroeste quarta a oeste. No dia 27 de Abril apanhámos um vento contrário que durou até ao dia seguinte, em que tivemos calmaria, encontrando-nos a 30 graus do lado de Portugal. No dia 29 tivemos vento de popa, que é o *vento geral* que aí sopra sempre, durante todo o ano, até à linha equinocial, sendo um vento contínuo de sudeste, pelo que se podem bem largar as velas e repousar, porque o vento mais forte que aí sopra apenas exige que se amaine a vela do traquete a meia-haste.

Na alvorada do dia 12 de Maio, avistámos a ilha de Santa Helena, ao que houve tamanha alegria no navio que era como se tivéssemos visto o céu. Estávamos a cerca de duas léguas de terra, ficando a ilha a oés-sudoeste de nós, e aproximámo-nos tanto que a podíamos atingir com um tiro de arcabuz. Perto dela, contornámos um canto que ficava a noroeste de nós, e a seguir corremos junto com terra para oés-noroeste, sendo a terra deste lado tão alta e íngreme que parecia um muro que ia até ao céu. Assim corremos cerca de légua e meia, contornando depois um outro canto que estava a oeste de nós.

Contornado este canto, vimos logo os navios que estavam no ancoradouro, que eram aqueles que tinham partido da Índia antes de nós. Pousam a cerca de meia légua

deste referido canto, perto de terra, de maneira que a terra lhes fica a sudeste, e em virtude da grande altura da terra, os navios ficam como se estivessem num porto, pois embora se ouça o vento soprar por cima dos mastros, este não lhes consegue tocar. Os navios ficam tão perto de terra que quase se pode atingi-la com uma pedra, havendo aí um bom fundo de 25 ou 30 braças de profundidade. E caso se desviassem ou deslizassem um pouco mais, teriam de continuar viagem sem poderem voltar a terra, por o vento lhes ser contrário. Por essa razão, chegámo-nos tão perto de terra que a altura da mesma nos tirou o vento, e como o navio não se deixava governar sem vento, deu contra a costa, batendo com o gurupés em terra. Todos julgávamos que era o fim do navio e das mercadorias, mas pela grande profundidade, que ali atingia as 10 braças de fundo, e graças a todas as chalupas com gente dos outros navios que vieram em nosso socorro, conseguimos afastar-nos de terra sem quaisquer danos. Levaram-nos para o lugar onde os navios lançam ferro, que fica em frente a um vale, entre dois montes altos, onde está uma pequena igreja chamada Santa Helena.

Encontrámos aqui cinco navios, a saber, o galeão que tinha vindo de Malaca e a nau *Santa Maria*, que ali estavam há quinze dias e se tinham encontrado junto do cabo da Boa Esperança, a nau *Santo António* e a capitânia *S. Cristóvão*, que ali estavam há dez dias, e a nau *Conceição*, que tinha chegado um dia antes de nós. Só faltava a nau *S. Tomé*, e pelos sinais que nós e os outros navios tínhamos visto, presumia-se que se tinha perdido, como se soube mais tarde, pois nunca mais houve notícia dela. Os outros navios tinham visto mastros, pranchas, barris, caixas, escotilhas e muita gente morta que se tinha amarrado a tábuas, e mil outros sinais semelhantes. A nossa capitânia também tinha estado em grande perigo de se perder, porque embora fosse um navio novo na sua primeira viagem, fora roído pelo busano, pelo que tinha dentro quase 20 palmos de água. Perto do cabo da Boa Esperança, tinham lançado ao mar metade da carga, e tiveram de bombear com duas bombas dia e noite, sem parar um momento, e teriam ido ao fundo junto a Santa Helena se os outros navios não lhe tivessem acudido. Os outros navios poderiam relatar igualmente todos os perigos e necessidades que tinham passado.

Três meses antes da nossa chegada, tinha-se feito à vela desta ilha um navio que tinha partido de Ormuz no ano anterior, com as pessoas e bens que se haviam salvo da nau *S. Salvador*, que tinham sido recolhidas perto da costa de Abex e levadas para Ormuz pela armada dos portugueses, como antes relatámos. Este navio tinha invernado em Moçambique e passado o Cabo bem cedo, para continuar sozinho para Portugal. Deixaram na ilha alguma gente doente, como se costuma fazer sempre, a qual mais tarde é levada pelos navios que vêm a seguir.

Esta gente deu-nos a notícia de que quatro meses antes tinha estado em Santa Helena um navio inglês que tinha atravessado o estreito de Magalhães e navegado pelo mar do Sul até às Filipinas[411]. Depois, tinha passado pelo estreito chamado de Sunda, que demora em frente de Malaca, entre as ilhas de Samatra e Java, tomando de caminho uma dessas embarcações da China a que chamam *juncos*, carregada com

[412] Trata-se do navio de Thomas Cavendish, que partiu de Plymouth em 21 de Julho de 1586 e lá voltou em 9 de Setembro de 1588. Embora o calendário de Linschoten registasse a visita em Janeiro de 1589, esta ocorreu em Junho de 1588.

prata, ouro e todo o género de sedas. E os ingleses tinham mandado uma carta ao bispo de Malaca, juntamente com um presente de pouco valor, dizendo que a mandavam em sinal de amizade, pois ainda contavam ir visitá-lo. Deste navio da China ou *junco*, levaram um piloto português, com o qual navegaram para além do cabo da Boa Esperança até à ilha de Santa Helena, onde tomaram água fresca e outras coisas. E aqui deitaram por terra o altar da pequena igreja e as cruzes, deixando em troca uma caldeira e uma espada, que os portugueses tinham encontrado, sem que no entanto se soubesse até então o que significavam. Alguns pensavam que seria um sinal para outros navios da sua companhia. Cada qual pode julgar o que melhor achar.

No galeão de Malaca que se encontrava em Santa Helena vinha como feitor da pimenta um Gerrit van Afhuysen, natural de Antuérpia e residente em Lisboa, que dois anos antes tinha partido de Lisboa no mesmo navio, o qual, por causa da guerra e do cerco, tivera de ficar retido em Malaca durante 14 meses, até esta cidade ser descercada, como contámos num outro lugar. Por isso, tinha passado muitas misérias e tido grandes despesas. E por ser uma terra muito insalubre, e também pelas dificuldades enfrentadas e pelo tempo prolongado que tiveram de lá ficar, das duzentas pessoas que estavam no navio apenas tinham sobrado dezoito ou vinte, tendo morrido todas as outras, pelo que ali tiveram de contratar pessoal sem experiência para trazer o navio de volta. Este Gerrit van Afhuysen era meu conhecido e amigo antes da minha partida de Portugal para a Índia, pelo que nos saudámos um ao outro com grande admiração e alegria, pois estávamos longe de suspeitar que nos iríamos encontrar nestas paragens. Lá conversámos um com o outro sobre o que nos acontecera no tempo decorrido desde a nossa despedida. Dele recebi, entre outras coisas, muitas informações fidedignas sobre Malaca e sobre as regiões e ilhas vizinhas, tanto a respeito dos costumes, negócios e mercadorias, como sobre outras coisas notáveis.

Nas gravuras que se seguem[412], podem ver-se os desenhos fidedignos da ilha de Santa Helena e dos seus três lados, como quando lá chegámos e a contornámos até ao ancoradouro, assim como da ilha de Ascensão, podendo-se a seguir encontrar a descrição destas duas ilhas, tal como eu próprio as pude observar.

Capítulo 94

Uma breve descrição da ilha de Santa Helena.

A ilha de Santa Helena chama-se assim porque foi descoberta pelos portugueses no dia da Santa Helena, que é o dia 21 de Maio[413]. Tem cerca de seis léguas de circunferência, pouco mais ou menos, e está situada em 16 graus e um quarto da banda sul da linha equinocial, a 550 léguas espanholas do cabo da Boa Esperança. Dista 350 léguas da costa chamada de Angola ou Etiópia[414] e 510 léguas da costa do Brasil, que

[413] Gravuras n.os 33 a 35.

[414] A ilha foi descoberta por João da Nova em 21 de Maio de 1502.

[415] O termo Etiópia designou durante muito tempo a África Negra, até se vir a circunscrever apenas à região da Abissínia.

são as duas terras mais próximas dela. É uma terra muito alta e montanhosa, pelo que normalmente está coberta de nuvens. A terra em si é como cinza e muito seca, assim como todas as árvores que ali existem, que são muitas, como uma mata, cuja madeira se aproveita para pouco mais do que para lenha, pois não tem qualquer substância e é como se fosse meio queimada. Parece assim fora de dúvida que anteriormente ali existiu um *vulcão*, pois como todas as ilhas vulgarmente estão muito sujeitas ao fogo, encontra-se ali em alguns lugares súlfur e enxofre.

Quando os portugueses a descobriram pela primeira vez, não havia lá animais de todo, nem qualquer fruta, mas apenas água doce em abundância, que é muito boa e vem dos montes. Cai em grandes quantidades no vale onde está a pequena igreja, correndo assim por alguns ribeirinhos para o mar, onde os portugueses enchem os seus barris de água e lavam a sua roupa, de modo que é uma grande comodidade. É um prazer ver a clareza e quantidade da água que cai por entre os montes para o vale, e dir-se-ia ser milagre, atendendo à aridez da terra e aos rochedos que ali existem. Com o tempo, os portugueses trouxeram para lá muitos animais e plantaram todo o género de frutas no vale, que ali se multiplicaram e cresceram em tamanha abundância que parece incrível, pois está tão cheia de cabras, bodes, javalis, faisões, perdizes e pombos, aos milhares, que se podem caçar e matar à vontade, pois existem em quantidade suficiente. Por mais navios que ali aportem, sempre se poderão matar destes animais à pedrada e à paulada, devido à sua enorme abundância. E muitas frutas ali cresceram espontaneamente, tais como figos portugueses, romãs, laranjas, limões, limas, etc., sem serem plantadas ou transplantadas, estando todos os vales repletos, coisa muito deleitosa de ver, como semelhanças de um paraíso terrestre. Existe fruta durante todo o ano, porque chove todos os dias cinco ou seis vezes em aguaceiros, voltando o sol logo de seguida, de modo que tudo o que ali se plantar crescerá muito bem. E só pelo pouco cuidado dos portugueses lá não existem todas as frutas de Portugal e Índia, porque sem dúvida cresceriam bem, em virtude da qualidade do ar e da terra. E o que é mais, têm tanta abundância de peixe perto da costa e em volta da ilha, que parece milagre divino, pois com um prego ou cravo torto pode pescar-se tanto peixe quanto se quiser, pelo que todos os navios se enchem e abastecem de peixe, que penduram para secar. Há muitas espécies diferentes, com o melhor sabor que já alguma vez provei, como afirmam também todos os que por lá passaram. E para maior comodidade, encontra-se sal nos rochedos à beira-mar, em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades. Resumindo e concluindo, esta ilha é um paraíso terrestre para os navios portugueses, e parece que a sua descoberta foi um milagre, para o abastecimento e serviço dos navios, pois atendendo ao tamanho diminuto e à altura da terra, situada no meio do mar Oceano, a uma tal distância da terra firme ou de quaisquer outras ilhas, mais parece uma bóia no meio do mar espanhol. E se não fosse esta ilha, não seria possível os navios fazerem uma viagem tão boa e tão segura, pois tem sucedido que alguns navios não a encontram, passando então as maiores misérias do mundo e sendo obrigados a rumar à costa da Guiné, onde esperam pelos aguaceiros para assim obterem água, chegando a Portugal meio-mortos e desfeitos.

É costume deixarem ficar na ilha todos os que estão doentes e que não estão em condições de viajar. Dão-lhes algum arroz, biscoito, azeite e algumas especiarias, pois

peixe e carne existem ali em abundância, porque quando os navios se vão embora, todos os animais (que ao verem as pessoas fogem para cima dos montes) voltam de novo para os vales, onde são caçados à mão e mortos. Estes doentes ficam aí até ao ano seguinte, esperando por outros navios que os levem consigo. De modo geral, conseguem curar-se rapidamente, porque esta ilha tem um ar muito sadio e suave, e raramente acontece morrer alguém. A ilha tem sempre, durante todo o ano, clima ameno e vento temperado, sempre dando fruta, sem grandes mudanças.

El-rei não autoriza ninguém a viver lá, para que não destruam a terra nem se apoderem dela, para que todos possam comodamente usufruir das coisas em pé de igualdade. Há algum tempo atrás viveu lá um eremita durante alguns anos, a pretexto de fazer penitência e manter a pequena igreja. Este matava muitas cabras e bodes, pelo que anualmente vendia quinhentas ou seiscentas peles, fazendo com isso bom proveito. Mas isto chegou aos ouvidos de el-rei, que logo o mandou trazer de volta a Portugal. Do mesmo modo, uma vez fugiram dos navios dois *cafres* ou pretos de Moçambique e um javanês com duas escravas. Tinham-se escondidos nos montes, que são muito altos e agrestes, pelo que dificilmente se conseguem escalar. Lá conviviam uns com os outros, procriando, de forma que já tinham uma descendência de quase vinte pessoas. E quando os navios partiam, percorriam toda a ilha, fazendo grandes estragos. Tinham construído as suas casas e habitações entre uns montes onde nunca tinha ido português algum, pois dificilmente lá se podia chegar, e aí se escondiam no tempo em que os navios ancoravam junto à ilha. Por fim, os portugueses deram por eles e fizeram tudo para os apanhar, mas eles sabiam proteger-se e esconder-se tão bem que não os conseguiram apanhar durante vários anos. Finalmente, temendo que com o tempo se pudessem tornar nocivos e causar incómodos, levaram-nos presos para Portugal, por ordem expressa de el-rei, depois de muitos esforços e trabalhos, pelo que hoje em dia lá não vive ninguém, com excepção dos doentes, como ficou dito.

Quando os navios lá chegam, cada um hospeda-se debaixo de uma árvore, fazendo uma tenda em volta dela. E porque lá existem tantas árvores, logo se forma uma cidade ou acampamento. Cada qual abastece-se de caça, fruta, peixe, lenha, etc., pois há o suficiente para todos. Cada um lava e limpa a sua roupa branca, todos se confessando, comungando e participando nas missas diárias, que lá se celebram devotamente, com procissões e cânticos e outros hinos, agradecendo a Deus tê-los salvo do cabo da Boa Esperança e conduzido até ali. E cada um tenta gravar o seu nome e marca nos troncos e ramos das árvores, para memória eterna, ali se achando muitas centenas de inscrições, cujas letras crescem com o crescer das árvores e ficam maiores. Encontrámos lá nomes dos anos de 1510, 1515 e todos os seguintes, que estavam inscritos em figueiras, sendo cada letra do tamanho de um palmo, devido ao crescimento e à idade das árvores. E com isto disse-se o suficiente para entender em poucas palavras a situação da ilha de Santa Helena.

No dia 21 de Maio, dia de Santa Helena e de Pentecostes, depois de termos carregado todos os nossos refrescos e provisões, fizemo-nos de novo à vela, todos em conserva, rumo a Portugal, deixando na ilha cerca de quinze doentes e alguns escravos que tinham fugido dos navios.

No dia 26 de Maio, à noite, falámos com a nau *Santa Maria*, e no dia seguinte com o *galeão* de Malaca, e de manhã e à tarde com a capitânia, a qual nos ordenou

que a seguíssemos até à ilha de Ascensão. No mesmo dia um dos nossos escravos caiu ao mar, e embora fizéssemos tudo o que podíamos, não o conseguimos apanhar, por termos o vento à popa. Na noite do mesmo dia avistámos a ilha de Ascensão, pelo que toda a noite bordejámos, para não passar além da ilha. Na manhã do dia seguinte, que era 28 de Maio, demos a volta à ilha para vermos se podíamos encontrar fundo para lançar ferro, por a capitânia estar com um rombo tal que não conseguia manter-se a flutuar por mais tempo, requerendo a tripulação aos oficiais do navio que se descarregasse a carga na ilha de Ascensão e ali se deixasse com boa vigia e tudo o necessário, para mandar o navio vazio para Portugal, a fim de se tentar depois recuperar a carga. Todos acreditavam que a carga estaria bem guardada, porque nenhum navio ali aportava há mais de vinte anos, por não haver nada para levar.

Aproximámo-nos até muito perto de uma grande e bonita praia branca, lançando a capitânia o prumo, tal como nós, e achando de 80 até 50 e 40 braças. E embora se pudessem chegar mais à terra, os oficiais desculpavam-se, dizendo que não podiam aproximar-se mais e que era demasiado profundo e perigoso para se lançar ferro. Faziam isto para contentarem as pessoas, dizendo-lhes que pediriam emprestadas algumas bombas aos outros navios e assim poderiam levar o navio sem perigo; e embora fosse difícil, teriam de ter paciência, pois o capitão-mor e todos os fidalgos do navio faziam também dia e noite o respectivo turno às bombas, tal como a gente inferior, e tudo isto para dar mais ânimo e coragem às pessoas. O capitão-mor pediu emprestada uma bomba da nau *Santa Maria*, mandando também pedir-nos uma das nossas. E embora o nosso navio não fosse dos melhores, e muitos achassem que não se devia emprestar nenhuma bomba, pois não sabíamos o que nos poderia acontecer, já que ainda tínhamos um longo caminho para percorrer, por fim, vendo a necessidade em que estavam e as súplicas que nos dirigiam, fez-se-lhes a vontade. Alguns diziam que o capitão-mor tencionava, se encontrasse bom tempo, descarregar algumas mercadorias e carregá-las em outros navios, para assim ter algum alívio, mas tal não aconteceu, pelo que fizeram a passagem com muitas misérias e dificuldades.

Capítulo 95

Da ilha chamada Ascensão.

A ilha foi descoberta no dia da Ascensão, razão pela qual lhe deram este nome[416]. À primeira vista parece algo maior do que Santa Helena, mas não tão alta, embora seja também cheia de montes e outeiros. Está situada em 8 graus e meio da banda sul da linha equinocial, distando 190 léguas espanholas de Santa Helena para noroeste e 140 léguas da linha equinocial. Toda a ilha é desprovida de água doce, não tendo uma única folha ou ramo verde. Tem muitos montes de cor vermelha, que à vista parecem ser de uma terra avermelhada que em espanhol se chama *almagra*. De resto, é uma

[416] Descoberta por João da Nova em 1501, mas não no dia de Ascensão, pois pôs à ilha o nome de ilha da Concepção. O nome de Ascensão foi dado por Afonso de Albuquerque, quando lá aportou em 1503.

terra muito rochosa e queimada, tal como Santa Helena. Ali vieram ter alguns navios que tinham falhado Santa Helena, acreditando aí poder encontrar água, mas nunca conseguiram encontrar nenhuma. Tem bonitas e grandes praias brancas, e muitíssimo peixe, nisso ultrapassando Santa Helena, mas em terra não existem outros animais além de aves, que, devido à abundância de peixe, ali se encontram em tamanha quantidade que parece milagre. Estas aves são do tamanho de gansos novos e vieram voar em volta dos nossos mastros aos milhares, com grande gritaria, dando voltas por cima do navio. E não tinham qualquer receio das pessoas, pois vinham pousar nos nossos ombros e braços, de maneira que apanhámos e torcemos o pescoço a muitas. Mas não são boas para comer, pois sabem a peixe. Penso que não têm medo por verem pouca gente.

Aqui, nas proximidades desta ilha, e também de Santa Helena até à linha equinocial, encontram-se muitos peixes voadores do tamanho de arenques. Voam juntos em grandes cardumes ou multidões, a duas ou três braças acima da água, e conseguem percorrer assim uma distância de um quarto de légua, até as suas barbatanas ou asas ficarem secas. Então, não aguentando mais, caem no mar e voltam a molhar-se, logo se levantando de novo para fora da água. A razão disto é que são perseguidos pelos peixes grandes que os comem, e apenas lhes conseguem escapar levantando-se da água e voando. Por vezes entram nos navios, pois no nosso caíram muitos que se tinham elevado de mais e que foram forçados a cair quando as asas ou barbatanas secaram.

Desta ilha de Ascensão costuma-se seguir rota para noroeste quarta a oeste até a 1 grau da banda norte da linha equinocial, onde jaz um rochedo chamado penedo de S. Pedro, que por vezes é avistado e que dista por esta rota 300 léguas da ilha de Ascensão.

No dia 5 de Junho passámos de novo a linha equinocial e começámos novamente a ver a Estrela do Norte, que tínhamos perdido à altura de dez graus, depois de sairmos de Cochim, e a partir de então deixámos de avistar a Estrela do Sul, ficando agora com o sol da banda do sul durante a tarde, quando antes, do outro lado da linha equinocial, nos tinha ficado a norte. No dia 8 de Junho, estando à altura de quatro graus da banda do norte, perdemos o nosso *vento geral* de sudeste, que nos tinha levado até ali desde o Cabo, de vento em popa. E então começaram as calmarias e os aguaceiros, pois íamo-nos aproximando das alturas da costa da Guiné, que se estende até aos 9 graus. Estas calmarias e aguaceiros continuaram até aos 11 graus, que atingimos a 20 de Junho. Entretanto, os navios tinham-se afastado um do outro, não podendo ser governados por causa da calmaria, juntando-se de novo em 11 graus. E aí tivemos um vento de nordeste, a que se chama *vento geral*, por soprar sempre nestas regiões, o qual continua até aos 30 ou 32 graus, frequentemente começando em 6 ou 7 graus. Nós, porém, apenas o encontrámos aos 11 graus. Este vento é um pouco ponteiro, pois tivemos de navegar sempre à bolina, devido à rota que tínhamos de seguir, que era na maior parte nor-noroeste.

No dia 23 passámos à altura do Cabo Verde, que demora em 15 graus, e a seguir, no dia 26, passámos as ilhas de Cabo Verde, que são dez. Estas começam em 15 graus e estendem-se até aos 19 graus. Jazem desde 70 até 160 léguas, pelo mar dentro, da terra firme de Cabo Verde. Entrámos então no chamado mar do Sargaço, que está todo coberto de uma planta, como se fossem campos inteiros, por vezes quase

não se conseguindo ver a água. Os navios têm de se esforçar para o passar, pois têm de rasgar através dele com a força do vento. É uma planta semelhante à salsa-do-mar, mas de cor amarelada e com bagos como groselhas, ocos por dentro. Os portugueses chamam-lhe *sargaço*, em virtude da sua semelhança com umas ervas que crescem nos poços a que chamam *sargaço*, de onde vem este mar chamar-se mar do Sargaço. Desconhece-se a sua origem, pois não existem terras ou ilhas nesta região, que fica a mais de 400 léguas da costa da África. Presume-se que venha do fundo, embora nunca se conseguisse encontrar fundo neste lugar. Na ida para a Índia não se passa por entre estas plantas, pois os navios então navegam mais perto da costa, pelo que nessa viagem não há memória de tal coisa, mas apenas na viagem de volta. E esta planta não existe em nenhum outro lugar da carreira, a não ser nesta região, começando nos 20 graus e continuando até aos 34 graus, tão espessa e farta, aglomerada em ilhas inteiras, que é uma coisa admirável de contemplar.

Nesta região está tanto frio como nos nossos países no Inverno, quando não gela, o que os portugueses consideram um frio enorme, contra o qual se protegem e agasalham cuidadosamente. No último dia de Junho estávamos em altura de 23 graus, com o sol directamente por cima de nós, porque estava na mesma altura, encontrando-nos por baixo do trópico de Câncer, que é o ponto mais extremo da banda do norte onde o sol chega, voltando então novamente para a linha equinocial e daí para sul. Também passámos por duas vezes a linha do trópico de Capricórnio, a saber, da banda do sul, uma vez no fim da ilha de São Lourenço e outra vez em 23 graus, após termos passado o cabo da Boa Esperança. No dia 2 de Julho estávamos à altura das ilhas Canárias, que estão situadas em 28 ou 29 graus, jazendo desde 30 até 80 léguas da costa de Berberia e África, ficando à nossa mão direita. E porque nestas ilhas há algumas coisas dignas de nota, não quis deixar de fazer um breve relato delas.

Capítulo 96

Uma breve descrição das ilhas Canárias.

As ilhas Canárias são sete e foram anteriormente chamadas Afortunadas, sendo hoje em dia chamadas pelos espanhóis Canárias, em virtude da grande quantidade de cães que ali encontraram quando as descobriram pela primeira vez[417]. Os nomes das ilhas são os seguintes, a saber, Grã-Canária, Tenerife, La Palma, La Gomera, Ferro, Lançarote e Forte Ventura. Na ilha de Tenerife há um monte chamado pico de Teide, que se julga ser o monte mais alto, que não parece ter igual em parte nenhuma e que pode ser visto clara e nitidamente do mar, a uma distância de mais de 60 léguas. Não se pode subi-lo a não ser nos meses de Julho e Agosto, pois em todos os outros meses está cheio de neve, embora nunca se visse neve em baixo na ilha, nem em todas as outras ilhas vizinhas. Leva-se três dias a subi-lo. O topo é liso, e com tempo

[417] O nome Canária e a derivação de «a multitudine *canum* ingentis magnitudinis» vem, segundo Plínio, do rei Juba. Os espanhóis ajudaram o normando Jean de Béthencourt a conquistar estas ilhas em 1402, baseando nesse facto o seu direito de posse.

claro e calmo podem ver-se dali muito nitidamente todas as ilhas vizinhas, não obstante algumas delas ficarem a 50 léguas e terem outro tanto de circunferência. Nos dois meses referidos, quando se pode escalá-lo, tira-se do cume deste monte muita pedra-de-enxofre, que dali é levada em grande quantidade para Espanha. Foi-me mostrada, quando estive na ilha Terceira, por um mestre que vinha de Tenerife, que me deu por lembrança uma destas pedras-de-enxofre.

Uma destas sete ilhas, chamada de Ferro, é uma coisa espantosa e estranha de contemplar, e até penso ser uma das coisas mais estranhas do mundo. Esta ilha é uma das maiores[418] de todas as sete. É uma terra árida e incultivada, e tão seca que não se encontra por toda a ilha uma gota de água doce, a não ser em alguns locais à beira-mar, onde fica fora de mão, pelo que é de pouco ou nenhum proveito para os habitantes. Mas nesta carência de água quis Deus providenciar, para a necessidade dos habitantes e do gado, da seguinte maneira: existe lá uma árvore que ninguém conhece, pois não se encontra em nenhuma outra parte, cujas folhas são delgadas e compridas, e que está sempre verde, sem nunca mudar[419]. Esta árvore está coberta e cercada por uma pequena nuvem que mantém sempre a mesma forma, sem nunca mudar ou aumentar. Esta nuvem deposita orvalho nas folhas da árvore, que continuamente, sempre sem cessar, deixam cair gotas de uma água clara e fina, que é apanhada em depósitos para o efeito construídos pelos habitantes em volta da árvore, para aí conservarem ou guardarem a água. E desta água há tanta quantidade, que serve para satisfazer todas as suas necessidades, não só das pessoas, mas também de todo o gado e animais da ilha. E não há ninguém que saiba a origem deste sinal milagroso.

À mão direita destas ilhas, a cerca de 100 léguas, ainda há outro milagre considerável. É que frequentemente lá se avista uma ilha a que chamam San Borodon[420], onde desembarcaram muitas das pessoas que inesperadamente se encontraram à sua frente. Afirmam que é uma terra muito verde e aprazível, cheia de árvores e vitualhas, e que é habitada por gente que é cristã, mas não sabem dizer de que nação nem qual a língua que falam. Os espanhóis das ilhas Canárias navegaram para lá muitas vezes, para a investigar, mas nunca conseguiram encontrá-la. Por isso, existem várias opiniões, pois alguns acreditam que é enfeitiçada e apenas pode ser vista em certos dias, e outros pensam que é pequena e sempre coberta de nuvens, e que por essa razão não pode ser vista ou encontrada, e também que as grandes correntes e a força da água afastam dela os navios. Em suma, sempre se tem por verdadeiro que a ilha existe, segundo o que dizem todos os que de lá vieram.

As ilhas Canárias são muito férteis e cheias de todas as coisas, como vitualhas e víveres. Também têm muitos cereais de todo o género, e principalmente vinhos excelentes, que são levados de lá para toda a parte. Também ali se produz muito açúcar e de muita estima, que tal como os vinhos é comercializado e levado por toda a parte, pelo que lá há grande comércio, tanto com Espanha e Portugal como com outros

[418] Bem ao contrário, é a mais pequena.

[419] Parece tratar-se de um exemplar da *Laurens foetens*, que se encontrava nas proximidades de Vilaverde. A árvore manteve a particularidade até finais do século XVIII, altura em que, por velhice, começou a perder a sua densa folhagem e, por consequência, a sua característica peculiar.

[420] Ilha mítica, com o nome do santo irlandês Brandão (Brennan), a que se aplicava a lenda das «ilhas encantadas». As viagens de Brandão foram descritas em muitos livros medievais, em várias línguas europeias.

lugares. E costuma ser o entreposto dos navios que vão de Espanha para a Índia espanhola, que ali vêm sempre tomar os seus refrescos, abastecer-se de todas as necessidades e prover-se de vinhos, que são comercializados na Índia espanhola. Também têm gado e camelos em abundância.

Todas estas ilhas são actualmente habitadas pelos espanhóis, e também por muitos dos naturais da terra, a que chamam *guanches*, os quais, pela prolongada comunicação, tomaram os hábitos dos espanhóis. A capital destas ilhas é Grã-Canária, onde residem o bispo, a inquisição, a audiência ou tribunal real e o governo de todas as ilhas chamadas Canárias.

No dia 6 de Julho estávamos à altura de 32 graus e perdemos o *vento geral* de nordeste. Tivemos uma calmaria e ainda vimos muitas das plantas chamadas *sargaço* que cobrem todo o mar. No dia 10 do mesmo mês apanhámos novamente vento de popa, por altura dos 34 graus, deixando então para trás o *sargaço* e navegando de novo em mar e águas claras e limpas. No dia 18 de Julho estávamos em 39 graus, à altura da ilha chamada do Corvo e da ilha Terceira, e também do rio de Lisboa. Durante todos estes dias tivemos muitas calmarias. No dia seguinte tivemos um vento de oeste pela popa e vimos muitos peixes voadores, quase do tamanho de pescadas, que voavam a três ou quatro braças acima da água. No dia 22, ainda continuando com o mesmo vento, por volta do meio-dia, avistámos as ilhas chamadas das Flores e do Corvo, que ficam juntas e que distam 70 léguas para leste da ilha Terceira.

Por esta altura, muitos dos nossos começaram a adoecer, a saber, dos olhos e do peito e de escorbuto, por causa da longa viagem e por a comida e vitualhas começarem a perder todo o seu sabor e substância, escasseando também a maior parte dos víveres e havendo no navio quem, por falta de água e por necessidade, tivesse de cozer o arroz com água salgada. Também tinham morrido alguns das privações, os quais eram por vezes encontrados mortos e rijos debaixo do convés, dois ou três dias depois, sem que ninguém soubesse deles, o que é uma coisa miserável de ver, atendendo aos muitos infortúnios que se passam nestes navios. Até então tinham morrido no nosso navio, durante toda a viagem, mais de 24 pessoas, entre brancos e escravos.

No mesmo dia, ao anoitecer, estando perto das ilhas das Flores e do Corvo, vimos virem ao nosso encontro três velas, que saíram do abrigo da terra. Fizeram-nos assaz confusão e medo, pois aproximaram-se muito da nossa capitânia e trocaram tiros com ela e com um outro navio da nossa companhia por muito tempo, pelo que percebemos logo que eram ingleses, porque cada um tinha no mastro grande uma bandeira inglesa, sendo o tamanho de cada um estimado em mais de 30 **vaten**. Ao cair da noite vieram atrás de nós, fazendo durante a noite quatro sinais do traquete uns para os outros. Na mesma noite, que era de lua cheia, passámos perto da ilha chamada do Faial.

No dia seguinte, estávamos entre a ilha de São Jorge, que ficava à nossa mão direita, e a ilha Graciosa, que ficava à nossa mão esquerda. Os navios ingleses continuavam atrás de nós e juntaram-se para deliberar. Um deles deixou-se descair, crendo talvez que alguns dos nossos navios tinham ficado para trás com problemas, e desapareceu algum tempo da nossa vista, mas logo se juntou aos outros. Juntaram-se de novo para deliberar, vindo os três juntos na direcção do nosso navio, quando nos

encontrávamos a sotavento de todos os outros navios e com a ilha de São Jorge a barlavento, acreditando que assim nos tornariam inofensivos e nos empurrariam para terra, o que pouco faltou para conseguirem. Aproximaram-se alegremente com bandeiras desfraldadas e música de trombetas, e fizeram um círculo à nossa volta por três vezes, atingindo-nos à discrição com mosquetes e arcabuzes e também com alguma artilharia ligeira, fazendo no entanto poucos estragos no navio, além de inutilizarem todas as nossas velas e ovéns. Em suma, estávamos tão pasmados que ninguém ousou pôr a cabeça de fora, e quando disparámos uma peça, demorámos mais de uma hora a carregá-la de novo. E havia tanta gritaria e comoção no navio que parecia que estávamos perdidos de todo, pelo que os ingleses zombaram de nós, gritando mil palavras ofensivas.

Todos os outros navios puseram as velas ao alto, fazendo o que podiam para rumar à ilha Terceira, sem se preocuparem uns com os outros, nem sequer olharem para trás, em direcção a nós, julgando que não teriam tempo de nos socorrer, e pensando que se sairiam bem desta se conseguissem escapar com vida. Daqui se pode ver e perceber a ordem e companhia que os navios portugueses têm entre si. Por fim, os ingleses, vendo que nada aproveitavam, mas sem saberem o quanto estávamos abalados e desanimados, e também porque estávamos a aproximar-nos da ilha Terceira, deixaram-nos em paz, com o que não foi pouca a nossa alegria. Parecia-nos que tínhamos ressuscitado da morte, embora ainda não nos sentíssemos completamente seguros, nem deixássemos de ter medo enquanto não ancorámos na barra em frente à Terceira, sob a protecção da fortaleza portuguesa, tudo fazendo para lá chegar atempadamente. Por outro lado, estávamos muito aflitos por não sabermos como estavam as coisas nestas ilhas, não sabendo se eram amigas ou inimigas, e ainda mais apavorados ficámos por lá não encontrarmos armada nenhuma nem quaisquer *caravelas* com aviso de Portugal, como sempre tínhamos contado encontrar, para nos acompanharem ou pelo menos avisarem, como sempre se costumam encontrar nestas regiões. E o facto de os ingleses por ali andarem tão insolente e triunfalmente deu-nos más suspeitas de que as coisas em Espanha não estariam a correr muito bem.

Os da ilha Terceira não estavam menos confusos e pasmados, pois vendo a nossa frota pensavam que éramos ingleses e que vínhamos assaltar a ilha. Isto porque os três navios ingleses tinham içado as bandeiras e vinham-se assim aproximando na nossa companhia. Os da ilha mandaram então duas *caravelas* que ali estavam com aviso de el-rei para os navios da Índia que lá chegassem. Estas, depois de nos reconhecerem, dirigiram-se a nós. Os ingleses, então, ultrapassaram-nos e rumaram a elas para as assaltarem e tomarem, aproveitando o facto de as *caravelas* pensarem que éramos todos amigos e não suspeitarem de nada, já que os ingleses vinham na nossa companhia com aparência de amigos. Mas nós atirámos quatro ou cinco vezes e fizemos-lhes sinais para que se abrigassem na ilha, o que de facto fizeram.

Os ingleses, vendo isto, rumaram ao mar alto, e assim as *caravelas* chegaram junto a nós, dizendo que todos na ilha estavam em armas, pois tinham recebido aviso de Portugal de que o capitão Drake estava preparado para assaltar as ilhas. Também nos deram a notícia da perda da grande armada[421] junto de Inglaterra e de como os ingle-

[421] A «Invencível Armada» de 1588.

ses tinham estado às portas de Lisboa. Por isso, el-rei mandava-nos estacionar no ancoradouro da Terceira, sob protecção da fortaleza, até recebermos aviso em contrário, dizendo que nos mandaria avisar sobre o porto de chegada, porque Lisboa lhe parecia demasiado perigosa. Esta notícia pôs a nossa frota em grande aflição e pavor, e entreolhámo-nos sem saber o que dizer. E embora todos fossem de opinião que seria perigoso lançar ferro no ancoradouro, por estar situado em mar aberto — razão pela qual nunca navios da Índia tinham ousado lá ancorar, por ordem expressa de el-rei, pois apenas costumavam bordejar ao largo, mandando chalupas a terra para buscar refrescos —, forçados pela necessidade, tanto pela ordem de el-rei como por termos notícia de que lord Cumberland passava diariamente pela ilha com alguns navios de guerra, escolhemos perante tudo isto rumar ao ancoradouro e chegarmo-nos até perto de terra, sob protecção da fortaleza, onde todos lançámos ferro ao mesmo tempo, esperando aviso e ordem de el-rei para terminarmos a nossa viagem.

Foi isto a 24 de Julho, dia de S. Tiago, sendo a nossa frota de seis navios, a saber, cinco da Índia oriental e um de Malaca. Pousámos no ancoradouro fronteiro à cidade chamada de Angra, de onde logo mandámos três ou quatro *caravelas* para Portugal, avisando el-rei da nossa chegada. Continuámos no mesmo ancoradouro com grande medo e perigo, porque no início do mês de Agosto começa a época das tormentas, tornando-se perigoso ali permanecer. Aquele ancoradouro está protegido de todos os ventos, com excepção dos ventos sul e sudeste, pois quando estes sopram os navios passam mil perigos, principalmente os da Índia oriental, que são muito grandes e pesados, além de virem carregados até ao limite, pelo que são difíceis de manobrar.

No dia 4 de Agosto apanhámos um vento marítimo de sul, desencadeando-se uma tal tempestade que todos os navios ficaram em grande perigo de se perderem e darem em terra. Todos estavam em grande aperto e não faziam outra coisa senão mandar tiros a pedir socorro, tanto mais que os oficiais e a maioria da gente do mar se encontravam em terra, estando nos navios apenas alguns grumetes e escravos, pois os portugueses têm sempre por hábito, onde quer que cheguem, logo saltarem todos em terra, deixando o navio nas mãos de um ou dois moços. Tocavam-se na cidade todos os sinos para pedir socorro, e havia tanto barulho e gritaria por toda a cidade que não se entendia nem ouvia ninguém, não conseguindo os de terra chegar aos navios, nem os dos navios chegar a terra, pelo grande estrondo e fúria do mar. A nossa nau *Santa Cruz* estava em grande perigo, e todos pensávamos que sem dúvida daria em terra, mas Deus impediu-o. O galeão de Malaca quebrou os cabos e não tinha gente suficiente a bordo, nem pessoas capazes de lançar um outro cabo e âncora. Enfim, tiveram de cortar os mastros e foram dar nos rochedos, onde o navio se partiu e assim ficou, afundando-se logo na água até à coberta superior. E com isto o vento mudou repentinamente para noroeste, cessando a tempestade e ficando a água novamente calma. Não fosse este o caso, todos os navios teriam tido o mesmo fim, pois alguns já estavam preparados para cortarem mastros e cabos, para assim salvarem a vida, mas Deus não o quis.

Neste galeão de Malaca perderam-se muitas mercadorias preciosas, pois é sempre mais rico do que qualquer outro navio da Índia. Vem sempre cheio de preciosidades da China, Molucas, Java e todas estas regiões, pelo que foi uma lástima ver todas estas peças valiosas, tanto de seda e damasco como de obras de ouro e prata, porcela-

nas ricas e outros produtos similares, feitas em pedaços e espalhadas em volta no mar e na costa. Ainda se salvaram muitas coisas que estavam mais perto da superfície, e após algum tempo, com mergulhadores, resgatou-se ainda alguma pimenta, cravo e flor de noz-moscada; mas a maior parte da carga ficou perdida e destruída, e aquilo que se conseguiu salvar estava quase tudo estragado e pouco estimado.

Tudo foi logo confiscado na ilha pelos oficiais régios e registado com a ajuda dos respectivos proprietários, sendo tudo armazenado na *alfândega* para salvaguardar os impostos e direitos de el-rei. E de nada valeu a esta pobre gente a perda sofrida, nem a sua prolongada e perigosa viagem de três anos, com todos os contratempos e trabalhos passados em Malaca, como referimos noutro lugar; pois nunca conseguiram de el-rei, nem dos seus oficiais, um único tostão pelas restantes mercadorias meio estragadas e resgatadas que estavam retidas, embora se oferecessem para pagar fiança sobre os direitos, ou deixar em penhor a mercadoria necessária para perfazer o valor dos direitos. E embora se lamentassem e se queixassem diariamente de falta de meios para viver, oferecendo-se mesmo para fretarem naus ou *caravelas* à sua custa e risco para entregarem as mercadorias com boa fiança na alfândega de Lisboa, tudo isto lhes foi negado. Apenas obtiveram como resposta que el-rei, para salvaguardar os seus direitos e toda a mercadoria, ia mandar uma armada de alguns navios de guerra para transportar as mercadorias, e embora esperassem perto de dois anos e meio, nunca se concretizou a vinda da armada. E entretanto iam perecendo os pobres diabos do navio, que por desespero se amaldiçoaram a si próprios e a el-rei, mais os seus oficiais.

Finalmente, el-rei, depois de muito instado pelos rendeiros da pimenta, deu autorização a cada um para embarcar as respectivas mercadorias num navio de sua escolha, depois de terem passado dois anos e meio, contanto que se prestasse fiança de entregá-las na Casa da Índia em Lisboa, onde seriam devidos direitos com o valor de mais de metade das mercadorias, sem qualquer consideração por todos os infortúnios e misérias que aquela gente passara. E quem quiser desalfandegar pronta e rapidamente as suas mercadorias, deve continuamente untar as mãos aos oficiais da alfândega com presentes e dádivas, pois caso contrário pode levar até três ou quatro meses antes de os ter desalfandegado. E as melhores curiosidades ou quaisquer coisas bonitas que se tenham trazido da Índia para usufruto próprio, se forem do agrado ou interesse dos oficiais, serão por estes confiscadas, com promessas de pagamento nunca cumpridas, devendo os espoliados dar-se mesmo assim por satisfeitos, calando-se e dissimulando.

No dia 8 de Agosto, os navios tomaram conselho com o governador da ilha sobre o que haviam de fazer, pois não acharam bem esperar pelo aviso de el-rei, dado a grande demora e também por temerem outro acidente se ficassem lá muito mais tempo. E porque ali se encontrava então um *galeão* grande e forte em que vinha o governador do Brasil, que aportara devido ao mau tempo, ordenaram que este *galeão*, que estava bem artilhado, navegasse com os navios para Lisboa, embora isto se fizesse sem aviso e ordem de el-rei. Mas antes se queriam aventurar no mar do que ficarem lá à espera de novos perigos no porto, pois cada dia o ano ia avançando, pelo que não se podiam esperar melhoras do tempo. Feito este acordo e abastecidos de todas as necessidades, fizeram-se à vela todos juntos no mesmo dia, com a graça de Deus, assaz receosos de encontrarem qualquer contratempo no caminho.

Devido à perda do galeão de Malaca, muitos lá ficaram para salvar e registar a mercadoria que fosse possível, e entre estes encontrava-se o feitor da pimenta, meu conhecido e bom amigo. A seu pedido, e também porque toda a pimenta deste navio e de todos os outros pertencia ao mesmo rendeiro, ao qual eu estava obrigado como feitor, tendo em conta a necessidade e o facto de ele dificilmente se poder desenvencilhar sozinho, recomendei os meus negócios particulares, despachando-os nos outros navios, e fiquei lá por sua causa, para assim juntos salvarmos e registarmos o que nos fosse possível, até ordem e aviso contrários dos rendeiros e proprietários da mesma pimenta e outras especiarias e drogas. Conseguimos recuperar uma boa quantidade, tanto com mergulhadores como por outros meios, tendo recebido aviso e ordem dos rendeiros e de el-rei que logo nos mandariam buscar, mandando-nos entretanto esperar com boa vigia das mercadorias salvas, tendo esta espera e busca durado, como ficou dito, dois anos e meio. Deste modo se pode avaliar a boa ordenação e polícia do almirantado de Portugal, assim como o empenho com que zelam pelo proveito comum, pela prosperidade do país e pela protecção e ajuda aos que lhe estão sujeitos, que deveriam fomentar e favorecer em tudo. Mas aqueles que têm os seus negócios diários em Portugal, e que conhecem estas práticas quotidianas, hão-de experimentar bem o contrário disso.

No dia 30 de Agosto, os mesmos navios chegaram novamente todos juntos à ilha Terceira, sem ancorar, por terem tido sempre *vento contrário*, tendo de voltar para trás por falta de água. No dia anterior, lord Cumberland tinha passado pela ilha Terceira com seis ou sete navios. Por sorte de todos já se encontrava fora de vista, pelo que se despacharam rapidamente, levando consigo para segurança e protecção 400 espanhóis que estavam aquartelados na ilha Terceira. Assim partiram de novo, apanhando vento de feição, pelo que chegaram ao rio de Lisboa em onze dias, com grande alegria e triunfo. E se tivessem esperado mais um dia para entrar no rio, todos teriam sido capturados pelo capitão Drake, que apareceu em frente a Cascais no momento em que os navios da Índia levantavam ferro e eram levados para dentro a reboque das galés. Por isso, do decorrer desta longa e perigosa jornada se pode perceber sobejamente como estes navios apenas terminam a viagem por graça e particular favor de Deus, com assaz de misérias, trabalhos, perdas e danos, dos quais se pode entender suficientemente a sua navegação diária, a sua ordenação, o uso e o estilo dos seus navios, governo e comércio. E ainda se pode considerar esta uma viagem verdadeiramente próspera e feliz, pois acontece frequentemente terminarem a passagem apenas dois dos cinco navios que anualmente são despachados, como se tem visto nos últimos anos, sendo os outros em parte tomados, em parte perdidos, e tudo isto, na maioria das vezes, por causa dos seus próprios abusos e falta de ordenação, como se mostrou e provou claramente neste caso, etc.

Capítulo 97

Descrição das ilhas dos Açores ou ilhas Flamengas.

As ilhas dos Açores ou ilhas Flamengas são sete, a saber, Terceira, São Miguel, Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Pico e Faial. Além destas há ainda duas outras ilhas,

a saber, Flores e Corvo, que não estão incluídas no nome dos Açores, mas que actualmente estão também sob a sujeição e governo das outras ilhas, pelo que, com estas duas, todas juntas fazem nove. São chamadas Açores porque quando foram descobertas ali se encontraram muitos açores, dos quais tomaram o nome, embora actualmente não haja nenhuns. São também chamadas ilhas Flamengas, a saber, por nós, neerlandeses, em virtude de os primeiros habitantes da ilha do Faial terem sido neerlandeses. Muitos dos seus descendentes ainda lá vivem hoje em dia, sendo todos eles na feição, na pessoa e no cabelo como neerlandeses. E na mesma ilha existe também uma corrente de água ou ribeiro chamada a ribeira dos Flamengos, que vem das montanhas e desemboca como um rio ou ribeiro no mar, no local onde habita esta comunidade.

A capital de todas estas ilhas é a ilha Terceira, chamada ínsula de Jesus Cristo da Terceira. Mede cerca de quinze ou dezasseis léguas em redor e é uma terra alta e rochosa, verdadeiramente inexpugnável, pois em volta parece toda cercada, e onde existe uma pequena praia logo se acha uma boa fortaleza. Não tem portos nem enseadas para segurança e salvaguarda dos navios, excepto frente à cidade principal, chamada Angra, que tem um porto aberto. É como uma boca aberta ou meia-lua, a que os portugueses dão o nome de *angra*, de onde a cidade toma o seu nome. De um lado tem uma língua de terra com dois montes altos chamados Brasil, que ficam um bom bocado pelo mar dentro, pelo que de longe parecem soltos da terra. Estes montes são muito altos, pelo que, com tempo limpo, dali alcança a vista bem dez ou doze léguas, e por vezes até quinze léguas ou mais, pelo mar dentro.

Nestes montes estão dois pequenos pilares de pedra, onde fica um guarda para vigiar os navios que se vêem no mar e para avisar os da ilha. Por cada navio que vê aparecer de oeste, de onde vêm os da Índia espanhola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné, da Índia portuguesa e de outras partes de sul e oeste, põe uma bandeira no pilar de oeste, e caso os navios que avista sejam mais de cinco, põe um estandarte grande, que quer dizer uma frota inteira de navios. Faz o mesmo no pilar que fica a leste para todos os navios que vêm de Portugal ou de outras partes de leste ou norte. Por causa da altura dos montes, estes pilares podem ser vistos facilmente por toda a cidade, pelo que não há navio ou vela que possa aproximar-se da ilha sem que se tenha logo conhecimento em toda a cidade e por toda a ilha, porque não se mantém esta vigia apenas nestes montes no canto da ilha, mas igualmente em todos os outros cantos, montes e outeiros da ilha, de onde quer que se possa ver o mar. E mal se avista qualquer coisa, imediatamente são avisados o governador e os outros governantes, para se tomarem todos os cuidados que lhes pareçam necessários. No sopé do referido monte alto chamado Brasil, no ponto extremo junto ao mar, está situada uma fortaleza, que corresponde a uma outra fortaleza que lhe fica fronteira, de maneira que estas duas fortalezas fecham e protegem a embocadura ou porto aberto da cidade onde os navios ficam ancorados, pelo que não há navio que possa entrar ou sair sem autorização destas fortalezas.

Aqui fica a cidade principal de Angra, que não só é a capital da ilha Terceira, mas também de todas as outras ilhas vizinhas. Aqui se encontram a sé da diocese e o governo e o tribunal de todas as ilhas dos Açores. A três léguas desta cidade, para nordeste, fica uma outra cidade, chamada Vila da Praia, porque fica junto de uma *praia* grande, razão pela qual há lá pouco comércio e navegação, pois não tem condições

para receber os navios. Contudo, por vezes lá aparece um que devido a *vento contrário* não consegue chegar diante de Angra, ali descarregando então as suas mercadorias por necessidade, as quais são assim levadas para Angra e em parte lá vendidas. É muralhada e de boa carpintaria, mas tem pouca gente, sustentando-se a maior parte dela do trabalho agrícola, porque tem bonitos campos de trigo. A ilha também é muito fértil e aprazível. Tem muito trigo e vinho, mas os vinhos não são muito bons para serem levados, porque são menos fortes e duráveis. São bebidos lá na terra pela gente comum, mas os de algumas posses bebem mais frequentemente vinhos da Madeira e das Canárias. A ilha tem abundância de carne, peixe e outros animais, e tem quantidade suficiente de todas as coisas úteis, mantimentos e comidas, para delas se poderem sustentar, caso fosse necessário. Não têm azeite, o qual tem de vir de Portugal. Também o sal, potes, panelas e toda a louça, cal e matérias similares têm de vir de fora. De fruta têm muitíssimos pêssegos, de tantas variedades e em tamanha abundância que é um milagre. De cerejas, ameixas, nozes, avelãs e castanhas têm pouca quantidade. De maçãs, pêras, laranjas, limões e espécies semelhantes têm o suficiente.

Durante uma certa parte do ano, têm de todos os géneros de vegetais e plantas, tais como couves, rabanetes, etc. Têm lá uma fruta especial que cresce debaixo da terra como rabanetes ou outros tubérculos, mas as folhas ou plantas são árvores como vides, embora de folha diferente, e são guiadas por cima da terra. Dão uma fruta a que chamam *batatas*, que são muito boas, do tamanho de uma libra, algumas mais outras menos. São pouco estimadas, mas é um importante mantimento e comida da gente comum. Em Portugal fazem muito caso delas, para onde por vezes são levadas como presente, mas os da ilha, pela grande abundância que delas há, apreciam-nas pouco. Ainda há uma outra planta, que é semeada como outros cereais, e que dá uma fruta que cresce na raiz da erva ou folhas. São uns grãos redondos, do tamanho de uma ervilha grande, mas não tão redondos. Comidos são doces como castanhas-subterrâneas, mas mais duros ao trincar. Também são um bom alimento e muito estimados em outros lugares, mas pela grande quantidade, usam-nos na ilha para engordar os porcos. Chamam-lhe *junça*. Na ilha ainda existe outra planta que se encontra bravia por toda a parte. É do tamanho de um homem e não dá outro fruto a não ser a sua raiz. É uma matéria da grossura de um par de punhos, e ao natural assemelha-se a cabelo amarelo dourado, tendo um toque semelhante à seda, a qual lá usam para encher os colchões em vez de penas e lã. Estou convencido de que, se lá houvesse alguém que se interessasse por isso, dela bem se poderia fazer qualquer obra de tecelagem.

O negócio e sustento principal de todas estas ilhas é a comercialização do pastel, que é usado para tingir. Dele se produz grande quantidade, pois é procurado pelos ingleses, escoceses e franceses, que ali o resgatam diariamente em troca de panos e outros produtos, embora com o actual embargo os ingleses tenham sido proibidos de lá irem. Contudo, fazem os seus negócios na mesma, por intermédio de franceses e escoceses.

A terra não tem animais bravios em especial, nem aves bravas, com raras excepções. Apenas existem canários aos milhares, razão pela qual lá se encontram muitos passarinheiros, que diariamente tratam da sua exportação. Também há grande quantidade de umas aves chamadas *codornizes*. Há muitas aves domésticas como galinhas

e perus. De caça não há lá quase nada, a não ser coelhos, de que se faz muita criação. Lebres, veados, perdizes e outros animais semelhantes não há, ou quase não há, pelo pouco interesse dos habitantes. Peixes há muitos, de muitas espécies e muito bons. São apanhados em grandes quantidades no Verão, pois no Inverno dificilmente se pode ir ao mar.

Os principais meses de Inverno, com tempestades, chuvas e trovoadas, são Janeiro, Fevereiro, Março e Abril. Também o mês de Setembro costuma ser tempestuoso. Durante todos os outros meses o tempo é geralmente bom. A terra é montanhosa e agreste em muitos lugares, cheia de matas e árvores. É muito difícil de atravessar, pois existem escolhos e rochedos por todo o lado, pelo que frequentemente durante uma légua ou légua e meia não se vê outra coisa senão rochedos e escolhos para cima e para baixo, que se parecem a pontas de diamantes, agudos e irregulares, sendo difícil distinguir um palmo de terra e quase impossível andar, pelo receio de cortar os sapatos e os pés. Contudo, todo este terreno está plantado com vinhas, tão cheio que no Verão não se pode ver de um lado ao outro. Têm a raiz entre as pedras, de maneira que parece impossível poder crescer ali alguma coisa, e o que é mais, parece impossível que alguém possa por ali andar, tal é o aspecto bravio e agreste, tudo repleto de escolhos e rochedos. E a vinha não cresce em terra boa, mas apenas nestes lugares bravios e pedregosos, que por essa razão são muito estimados. Na terra boa e nos campos rasos, que existem em alguns lugares, principalmente perto da Vila da Praia, semeia-se trigo e pastel. E há tanto trigo que não precisam de o mandar vir de fora, muito embora, para além dos naturais e habitantes, ainda tenham de alimentar catorze companhias de espanhóis, que todos comem do trigo da mesma ilha. Apenas em anos menos férteis, como por vezes acontece, têm de recorrer a trigo estrangeiro, e isto principalmente por causa dos soldados que têm de sustentar.

Mas o que é mais estranho é que o trigo, tal como todos os outros produtos da ilha, apenas dura um ano, e passado um ano já não serve ou é de pouco valor. E para mesmo assim conservarem ou guardarem o trigo, devem enterrá-lo debaixo da terra durante quatro ou cinco meses, tendo para esse efeito cada cidadão o seu poço a alguma distância da cidade, por baixo do caminho ou rua que foi ordenada para isso, cada um tendo a sua marca no seu poço. Este é simplesmente escavado na terra, ficando redondo por dentro depois de tirada a terra, e por cima tem um buraco de tamanho suficiente para um homem poder passar por ele, com uma pedra de tamanho apropriado a servir de tampa para fechar. Alguns destes poços podem conter dois ou três **last** de trigo, sendo outros mais pequenos e ainda outros maiores, dependendo da quantidade de trigo que a pessoa tem. Logo depois do trigo ser ceifado e malhado, no mês de Julho, cada um guarda o seu trigo nestes poços, pondo um pouco de palha por baixo e em volta, e enchendo-o assim completamente ou até metade, como for conveniente, tapando o poço com a pedra ou tampa e de seguida cobrindo esta com terra. Assim o deixam ficar até passado o Natal, podendo então quem quiser levar o respectivo trigo para casa, alguns deixando-o ficar por mais tempo e tirando-o aos bocados, quando dele têm necessidade. E quando tiram o trigo, é tão bom como na primeira hora em que o puseram lá dentro, embora por cima deste local passe o tráfico comum de carros, cavalos e pessoas, e caia a chuva, sem que, no entanto, entre uma única gota de água ou qualquer humidade. E se não enterrassem o trigo assim,

nem quatro meses duraria antes de se estragar. Mas depois de o terem deixado enterrado durante o tempo referido, pode durar um ano inteiro. Então, guardam-no em caixas ou constroem um género de dorna, feita de esteiras de palha, onde é guardado sem ser virado ou remexido uma única vez, mantendo-se optimamente.

A maior comodidade e o melhor serviço que têm na ilha são os bois. Quer-me parecer que são os maiores e mais bonitos que se podem encontrar na Cristandade. Têm cornos muito grandes e temíveis, e cada boi tem o seu próprio nome, tal como pessoas, e mesmo se andarem com mil juntos num prado, se se chamar um deles pelo nome, sai logo do rebanho para vir ter com o dono que o chamou.

A terra é muito alta e montanhosa, e parece oca, pois muitas vezes se passa por montes que são de rochedos maciços, e ao andar vem de baixo um som como se fosse de uma cave, pelo que parece ter em muitos lugares cavernas e grutas escondidas, pelo que também é muito sujeita a terramotos. E isto vale para todas as ilhas, porque os terramotos são ali coisa comum e muito frequente. E a maior parte das ilhas tiveram igualmente *vulcões*, pois ainda se encontram em muitos lugares, como na Terceira e em São Miguel, locais de onde diariamente saem fumos e vapores, sendo a terra em volta árida e queimada, e existem também locais onde se encontram águas ou fontes que permitem cozer um ovo como se estivesse pendurado por cima de uma fogueira. Na ilha Terceira, a três léguas de Angra, existe uma fonte num lugar chamado Agualva. Esta tem a particularidade de, ao fim de muito tempo, converter toda a madeira que cai lá dentro em pedra e escolhos duros, como eu próprio vi por experiência uma árvore que tem metade da raiz debaixo da água desta fonte, a qual se transformou em pedra tão dura que parece aço, enquanto a outra metade da raiz, onde a água não chega, ainda é madeira e raiz como todas as raízes de árvores deviam ser.

A ilha tem muita madeira excelente, nomeadamente cedro, que abunda de tal forma que dela se fazem todos as barcas e carros e outras obras grossas, e na sua maioria é lenha, pelo que é considerada como a madeira de menos estima, e isso pela grande abundância. Há outro tipo de madeira a que chamam *sanguinho*; é muito bonita, de uma cor avermelhada. E ainda outro tipo a que chamam madeira branca, pois é tão branca como giz. Existe também uma outra que é perfeitamente amarela de seu natural, sem ser tingida. Por essa razão vivem na Terceira muitos bons artesãos de marcenaria, que fazem coisas bonitas com grande mestria, tais como escrivaninhas, guarda-louças, caixas e mil outras obras, que são levadas em quantidade para Portugal e muito estimadas, tanto pela beleza da madeira como pela habilidade da obra, principalmente pela gente da armada da Índia espanhola, que lá vai sempre tomar os seus refrescos. Vendem-se muitas destas peças, que são das melhores e mais cuidadas que se fazem em Espanha e Portugal, embora não se comparem com as escrivaninhas e obras artísticas de Nuremberga e tais regiões. Porém, em quantidade de madeira a ilha ultrapassa todos os outros lugares, pois as mencionadas armadas espanholas trazem também, além das madeiras já ditas, mil outras variedades de madeira, coisa milagrosa de ver, pois vêm em todas as cores que se podem imaginar, sendo difícil pintá-las mais formosamente. Na ilha do Pico, a 12 léguas da Terceira, existe uma madeira chamada *teixo*. É uma madeira primorosa e real, pelo que o seu corte é interdito, se não for feito da parte de el-rei ou por um seu oficial. É uma

madeira dura como ferro, que quando trabalhada tem por dentro uma cor como chamalote vermelho, com as mesmas águas, e quanto mais velha e mais usada, mais bonita fica a cor, pelo que é digna de ser estimada, como na verdade também o é.

Todas estas ilhas são habitadas pelos portugueses, tendo, porém, após as alterações em Portugal, sido para lá mandados soldados espanhóis com um governador espanhol. Estes ocupam e dominam todas as fortalezas e fortificações, embora os portugueses não tivessem com isso quaisquer custos ou incómodos, pois os soldados são bem controlados, nenhum deles podendo ir para o interior, fora da cidade, sem autorização, de maneira que se pode viajar livremente por toda a ilha, dia e noite, mesmo sem companhia, sem correr qualquer perigo. Do mesmo modo, não autorizam os estrangeiros a dar uma volta à ilha para a ver, não tendo esta ordenação sido introduzida pelos espanhóis, pois já os próprios portugueses não o consentiam, mesmo antes das alterações; e o que é mais, costumavam indicar ao estrangeiro uma certa rua para vender as suas mercadorias, sem que pudesse ir para além desta rua, fosse onde fosse.

Actualmente, isto não é observado com tanto rigor, porque agora podem ir por toda a cidade e para o interior da ilha, mas não em volta da ilha para ver a costa. Isto foi-nos no entanto consentido pelo governador, que nos emprestou cavalos para este efeito, para assim darmos uma volta por toda a ilha e vermos todas as fortalezas, o que hoje em dia nem aos próprios portugueses naturais é consentido e confiado. Demos a volta à ilha por duas vezes, graças à amizade particular que tínhamos com o governador. E também os portugueses não nos podiam impedir, por estarmos ao serviço e feitorizando as mercadorias de el-rei, e também por sermos considerados quase como naturais e habitantes de Portugal. O governador teria tido muito gosto em que eu desenhasse toda a ilha, para mandar o desenho a Sua Majestade, do que me escusei. Mas fiz-lhe um desenho da cidade de Angra, com o seu porto, fortalezas e entrada, o qual foi enviado a el-rei, tendo eu conservado uma cópia fiel, que aqui se pode ver a seguir[422]. Por isso, o governador ficou-me muito afeiçoado, dando-me muitas mostras de amizade. Tínhamos connosco, na nossa hospedaria, um comerciante francês e um escocês, que teriam tido muito gosto em ir ver a ilha na nossa companhia, mas nunca conseguiram autorização para isso, porque os portugueses pensavam que assim iam desenhar a ilha para depois a conquistarem.

Voltando ao nosso propósito, estas ilhas são muito boas e de ar sadio. Entre as enfermidades que ali são comuns, embora não muito frequentes, antes uma aqui e outra ali, existe uma doença a que chamam *o ar*, com a qual se fica apanhado do ar, de maneira que a pessoa por vezes fica total ou parcialmente paralisada, por vezes apenas em alguns membros. Existe também uma outra doença a que chamam *o sangue*, que toma uma pessoa repentinamente sob a forma de um inchaço nos olhos ou noutros lugares do rosto ou do corpo, o qual é vermelho como sangue, pois segundo dizem contém apenas sangue. Estas duas doenças são como pragas, e são lá as mais comuns, e isto pelo facto de as ilhas serem muito ventosas e sujeitas a todas as tempestades e tormentas, e também extremamente húmidas. Pode presumir-se que tais são as principais causas destas duas pragas ou enfermidades, pois os ventos lá são tão

[422] Ver gravura n.º 36.

fortes e perigosos que comem completamente e reduzem a pó o ferro e a pedra das casas. Eu próprio vi como as grades de ferro da grossura de um braço da alfândega real e as pedras, todas de rochedos cortados, estavam tão consumidas pelo vento que o ferro em alguns lugares ficou da finura de uma corda, o mesmo sucedendo à pedra. Por essa razão costumam fazer as fachadas das casas de pedras que tiram do fundo do mar e de debaixo da água nas margens da ilha, as quais o vento não tem força para consumir. E, na altura, não havia ainda mais de seis ou sete anos que a alfândega fora construída, e toda de novo.

Além das duas cidades, a ilha ainda tem muitas aldeias consideráveis, tais como São Sebastião, Santa Bárbara, Altares, Agualva, Vila Nova, e muitas outras freguesias e lugares, pelo que na sua maioria está coberta de construções e habitada, com excepção dos lugares rudes e desertos, onde dificilmente se pode passar, quanto mais viver. O seu maior sustento e principal negócio é, como ficou dito, o pastel, a saber, para aqueles que vivem do comércio e para os agricultores que o cultivam. As outras pessoas limitam-se a ficar à espera das armadas da Índia espanhola e portuguesa, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné e de todas estas regiões, que costumam vir tomar refrescos na Terceira, por a ilha ter uma situação muito propícia para tal, daí se sustentando todos os habitantes ricamente, através da venda a estas armadas de todos os seus produtos, tanto artesanais como de vitualhas. E nesta altura vêm de todas as ilhas vizinhas para a Terceira com os seus produtos, para os venderem, razão pela qual os ingleses e os corsários sempre pairam por entre estas ilhas, bem sabendo que todos os navios têm de lá aportar por necessidade, embora actualmente haja muitos navios que evitam as ilhas por essa razão, para prejuízo das ilhas e também para incómodo dos navios.

A 27 ou 28 léguas para sudeste da Terceira jaz a ilha de São Miguel. Tem cerca de 20 léguas de comprimento e também está cheia de cidades e aldeias de portugueses, com o mesmo ar e todas as outras coisas como a Terceira. A cidade principal chama-se Ponta Delgada, onde há grande comércio com ingleses, escoceses e franceses, mais do que na ilha Terceira, por causa do pastel, que lá é mais abundante do que em qualquer das outras ilhas, produzindo-se anualmente mais de 200 mil *quintais* dele. Tem também grande abundância de campos de trigo, pelo que por vezes ajudam a alimentar todas as ilhas vizinhas. Também não tem quaisquer outros portos ou rios para além do mar aberto, e os navios ainda têm menos protecção do que na Terceira, pois não ficam sob o domínio de fortalezas e podem levantar ferro e fazer-se ao mar com todos os ventos, o que não podem fazer no ancoradouro da Terceira. Por isso, a maioria dos navios estrangeiros prefere ir para São Miguel, onde só podem ser dominados quando querem. Também ali existe uma companhia de espanhóis, aquartelados no castelo, para protecção da cidade de Ponta Delgada.

A 12 léguas para sul da ilha de São Miguel jaz a ilha de Santa Maria. Tem 10 ou 12 léguas em redor e não tem qualquer comércio a não ser de barro, que os das outras ilhas vão lá buscar. Não tem pastel, mas está tão cheia de todas as vitualhas como a Terceira, sendo toda habitada por portugueses. Não vivem lá espanhóis, pois tal como a Terceira é rochosa e de difícil acostagem, razão pela qual os habitantes podem defendê-la facilmente. Na altura em que estava na Terceira, lord Cumberland foi lá para tomar água e algumas vitualhas, o que lhe foi impedido pelos habitantes,

de maneira que feriram muita da sua gente, incluindo ele próprio, pelo que tiveram de recolher-se sem nada fazer.

A 7 ou 8 léguas para noroeste[423] da Terceira jaz a pequena ilha chamada Graciosa. Tem apenas 5 ou 6 léguas em redor e é uma ilha muito aprazível e formosa, cheia de todas as frutas e vitualhas, razão pela qual não só se alimenta a si mesma mas também abastece a Terceira e as outras ilhas de todas as vitualhas, não tendo outros produtos negociáveis. Está coberta de construções e muito povoada pelos portugueses. Não tem soldados, por não compensar a despesa. Lord Cumberland[424] foi lá durante a minha residência na Terceira, e desembarcou na ilha com sete ou oito pessoas, exigindo uma quantidade considerável de gado e galinhas e outras vitualhas e vinhos, com água fresca, o que lhe deram de bom grado, após o que partiu novamente, sem fazer qualquer dano, razão pela qual os habitantes lhe ficaram muito agradecidos, louvando altamente a sua cortesia e polidez.

A 8 ou 9 léguas para oeste[425] da Terceira jaz a ilha de São Jorge. Tem mais de 12 léguas de comprimento, mas é estreita, com 2 ou 3 léguas, no máximo. É agreste e montanhosa. Não tem qualquer comércio em especial, mas tem também algum pastel, embora pouco. Os habitantes sustentam-se na sua maioria de gado e agricultura, levando os víveres para a ilha Terceira para vender. Também tem muita madeira, de cedro e outras variedades, que é toda levada de lá para a Terceira e vendida entre os marceneiros, que só vivem na Terceira, pela respectiva situação.

A 7 léguas para oés-sudoeste de São Jorge jaz a ilha do Faial, que tem 17 ou 18 léguas em redor. É uma das melhores ilhas a seguir à Terceira e à de São Miguel. Tem grande abundância de todas as vitualhas, assim como carne e peixe, de maneira que desta ilha vem para a Terceira diariamente a maior parte das vitualhas e todas as coisas necessárias, em *caravelas* inteiras. Tem também muito pastel, de modo que frequentemente ali aportam navios ingleses para fazerem negócio. O principal ancoradouro e lugar é a chamada Vila da Horta. Os navios também ancoram em mar aberto ao abrigo da terra, como fazem em todas as outras ilhas. Perto desta cidade está uma fortaleza de pouca importância. E porque os habitantes se ofereceram para proteger a ilha de todos os assaltos e inimigos, foram retirados os soldados que lá estavam aquartelados, pois as pessoas queixavam-se de que os não podiam sustentar nem alojar. Na mesma altura em que lord Cumberland foi à ilha Graciosa, veio também ao Faial, onde no início lhe mostraram alguma resistência. Mas pelo desacordo que havia entre eles, acabaram por o deixar desembarcar, tendo os ingleses arrasado o castelo, afundado toda a artilharia no mar e tomado algumas naus e *caravelas* que estavam lá ancoradas. Em suma, levaram tudo o que quiseram e foram-se embora. Por isso, el-rei mandou castigar os principais chefes e enviou de novo uma companhia de soldados dos da Terceira, com todas as munições e artilharia, os quais reconstruíram o castelo para melhor proteger a ilha, sem se fiarem mais nos portugueses. Nesta ilha, a maior parte dos habitantes são descendentes dos neerlandeses, mas usam a língua portuguesa, por viverem misturados com portugueses desde há muito

[423] Linschoten diz «nor-noroeste».

[424] O resto deste parágrafo foi omitido na tradução latina.

[425] Linschoten diz «oés-noroeste».

tempo e por aqueles que usavam a língua neerlandesa já terem morrido. São muito afeiçoados aos neerlandeses e estrangeiros.

A 3 léguas para sudeste do Faial, a 4 léguas para sudoeste de São Jorge e a 12 léguas para sudoeste quarta a oeste da Terceira, jaz a ilha chamada Pico, que tem mais de 15 léguas de comprimento. Chama-se assim por causa de um monte alto, a que chamam *pico*, que tem uma tal altura que alguns crêem que ultrapassa o pico das Canárias. Frequentemente, com tempo claro, pode ser visto tão nitidamente na ilha Terceira como se nem ficasse a meia légua, ficando no entanto a uma distância de 25 léguas, pois está no ponto extremo da ilha, do lado do Faial. Vê-se o seu topo surgir no ar claro, enquanto por baixo está coberta das nuvens do céu e do horizonte, pela qual razão esta ilha é muito famosa. É muito fértil em todas as vitualhas, tal como o Faial, e tem muitas madeiras, tal como cedro e outras variedades, e a madeira preciosa de *teixo*. Aqui, por vezes, constroem-se muitas *caravelas* e barcos pequenos, por causa da abundância da madeira, e aqui se provêem também as outras ilhas de madeira. Além disso, esta ilha é habitada como as outras, sendo o seu negócio gado e agricultura, pois tem muito vinho, que é o melhor de todas estas ilhas. Tem laranjas muito saborosas, que são consideradas as melhores de todo o Portugal, pelo que são trazidas para a Terceira como presente, sendo muito estimadas. Tanto quanto eu saiba, são as melhores que alguma vez comi.

E porque a cidade de Angra, na ilha Terceira, é a capital e sede do governo de todas as ilhas Flamengas, quis juntá-la aqui retratada do natural, com todas as suas ruas e fortalezas e seu ancoradouro ou porto aberto, com os montes chamados Brasil, onde se mantém vigia sobre os navios, tudo desenhado como melhor pude, conforme a respectiva situação real.

Capítulo 98

Das ilhas do Corvo e Flores.

Da Terceira para oeste, até à ilha chamada das Flores, são 70 léguas. Deve medir à volta de 7 léguas em redor. É também habitada pelos portugueses. Não tem nenhum produto especial, mas tem igualmente algum pastel, e está cheia de gado e outros víveres. Está aberta a todos os que queiram lá ir, tanto ingleses como outros, por os habitantes não terem forma de o impedir. A cerca de uma légua para norte desta ilha, jaz uma pequena ilhota de 2 ou 3 léguas em redor, chamada Corvo. Tal como as Flores, é habitada pelos portugueses.

Por entre estas ilhas e à sua volta costumam pairar os ingleses, à espera dos navios que vêm de oeste, pois são as primeiras ilhas buscadas e conhecidas dos que querem navegar para a Terceira, razão pela qual os habitantes prosperam pouco, pois estão lá à mercê de todos os que os querem visitar e tomar-lhes as riquezas, como acontece frequentemente. Mas pela sua pobreza e para não terem de deixar terra e bens, têm de ter paciência e virar a casaca para todos os ventos.

A ilha Terceira demora em 39 graus, na mesma altura de Lisboa, e dista desta cidade 250 léguas espanholas no sentido oeste-leste. Com isto disse-se o suficiente

sobre as ilhas Flamengas chamadas dos Açores, que ficaram sobejamente conhecidas pela experiência diária, pois actualmente têm também muita navegação da nossa nação, pelo que são suficientemente divulgadas entre os comerciantes vulgares. Quis apenas dar esta breve descrição para aqueles que não se sustentam de negócios e as não conhecem, a fim de assim, em poucas palavras, as dar a conhecer a todos, etc.

Capítulo 99

De alguns acontecimentos notáveis do tempo da minha residência na ilha Terceira.

No dia 2 de Outubro do ano de 1589, na ilha Terceira, na Vila da Praia, duas pessoas foram mortas por um relâmpago quando se encontravam no campo fora da cidade.

No dia 19 do mesmo mês, chegaram à Terceira catorze navios da Índia espanhola, carregados de *cochinilha*, peles, ouro, prata, pérolas e outras mercadorias. Tinham partido de Havana numa companhia de cinquenta, onze dos quais se afundaram numa tormenta à saída do canal, sendo os outros dispersados pela tempestade. No dia seguinte, apareceu ainda outro navio da mesma companhia perto da ilha, em busca de ancoradouro, encontrando um navio inglês que tinha apenas três peças ligeiras, enquanto o navio espanhol tinha doze. Lutaram muito tempo, o que pudemos ver da ilha, pelo que o governador da ilha mandou para lá dois batéis com mosqueteiros para libertar o navio. Mas antes de estes lá chegarem, os ingleses já o tinham metido no fundo, e vimos afundar o navio perante os nossos olhos com velas içadas, sem que ficasse à vista fosse o que fosse, de modo que os ingleses ainda conseguiram salvar cerca de trinta pessoas, com o capitão, no seu batel, sem um tostão da mercadoria, sabendo-se que o navio levava bem duzentos mil ducados em ouro, prata e pérolas. As restantes pessoas afogaram-se, sendo ao todo cerca de cinquenta, entre as quais alguns monges e mulheres, que os ingleses não quiseram salvar. E largaram em terra os que tinham salvo, voltando de seguida para o mar alto. No seguinte dia 27 os catorze navios partiram da Terceira para Sevilha, depois de terem tomado refrescos, sendo tomados perto da costa de Espanha pelos navios ingleses (que lá estavam à espera) e todos levados para Inglaterra, à excepção de dois que conseguiram fugir.

Nestes mesmos dias pairava perto destas ilhas lord Cumberland com um navio da rainha, mais cinco ou seis outros. Passaram frequentemente tão perto da ilha e do ancoradouro de Angra que facilmente se podia contar e conhecer toda a sua gente, que andava a passear no convés, sem que os da ilha alguma vez atirassem sobre eles, o que bem podiam ter feito, pois por vezes passaram a menos de um tiro de mosquete da ilha e das fortalezas. Permaneceu nestas regiões por mais de dois meses, sempre andando de um lado para outro e saindo em terra nas ilhas Graciosa e do Faial, como dissemos na descrição das mesmas. E tomou muitas naus e *caravelas*, as quais mandava todas para Inglaterra, pondo a tripulação em terra, pelo que os das ilhas nem ousavam pôr a cabeça de fora.

Na mesma altura, três ou quatro dias depois de lord Cumberland ter estado na ilha do Faial e partido novamente, chegaram a esta ilha seis navios oriundos da Índia espanhola, em que vinha por capitão-mor um Juan Doryues. Descarregaram na ilha quarenta milhões em ouro e prata, provendo os navios à pressa de mantimentos, pelo medo que tinham dos ingleses. Fizeram-se de novo à vela e chegaram a salvo a San Lucar, sem encontrarem nada no caminho, por grande sorte dos espanhóis e infortúnio dos ingleses, porque nem dois dias depois de terem carregado e levado novamente a prata e o ouro, lord Cumberland passou de novo por ali, pelo que parecia que Deus não quisera que os ingleses ficassem com este tesouro, pois mal lhe pusessem a vista em cima ter-se-iam apoderado dele, como os próprios espanhóis reconheciam.

No mês de Novembro chegaram à Terceira duas grandes naus, que eram a capitânia e vice-capitânia da armada da prata, que numa tormenta se tinham separado da armada. Tinham estado em grande perigo de irem ao fundo, pelo que tiveram de se manter a flutuar à força das bombas, de maneira que tinham desejado mil vezes encontrar os ingleses, pois ter-lhes-iam dado de bom grado toda a prata (e tudo que levavam mais) para eles lhes salvarem as vidas. E embora lord Cumberland ainda andasse às voltas nesta região, nunca o tinham encontrado, pelo que só depois de prolongados trabalhos conseguiram chegar ao ancoradouro de Angra. Aí foram descarregadas com toda a pressa e presteza, e verificou-se que traziam mais de cinco milhões em prata, tudo em peças do tamanho de oito e dez libras, pelo que todo o cais e a praia ficaram cobertos de placas de prata e de caixas cheias de reais-de-oito, coisa milagrosa de ver, cada milhão valendo dez mil ducados, fora as pérolas, o ouro e outras pedras que não vêm registadas.

O capitão-mor destes navios e desta armada, chamado Álvaro de Flores de Quiniones — que sofria do *morbo napolitano*, razão pela qual teve de ser levado a terra, e de que mais tarde morreu em Sevilha —, trouxe patente e plenos poderes de Sua Majestade como general e almirante do mar e de todas as armadas ou navios e de todos os lugares, ilhas ou países onde chegasse, pelo que foi grandemente honrado pelo governador da Terceira. Decidiram entre si, vendo o fraco estado dos navios e também o perigo dos ingleses, que se mandassem os navios vazios, com uma escolta de soldados, para Lisboa ou Sevilha, dependendo de onde pudessem chegar primeiro, para avisarem Sua Majestade do que se passava, a fim de que se dessem ordens para irem pôr a prata a bom recato, com uma boa escolta. Com isto, o mesmo Álvaro de Flores ficou lá, sob pretexto de guardar e não deixar a prata, mas era mais por causa da sua doença e do medo que tinha dos ingleses. Este Álvaro de Flores tinha, só na sua posse particular, mais de sessenta mil ducados em pérolas, as quais nos mostrou e pôs em leilão, para ver se havia quem lhas comprasse contra pagamento em especiarias ou letras de câmbio. Estes dois navios referidos partiram com cerca de trezentos ou quatrocentos homens, entre a tripulação dos mesmos e a escolta de soldados, e no caminho apanharam uma tempestade, de maneira que a capitânia rebentou e foi ao fundo com gente e tudo, sem que ninguém se salvasse. A vice-capitânia cortou os mastros e deu à costa perto de Setúbal, onde o navio se fez em pedaços, conseguindo alguns dos que seguiam a bordo escapar a nado, trazendo a notícia, e afogando-se os restantes.

No mesmo mês, dois grandes navios da Índia espanhola chegaram a cerca de meia légua do ancoradouro da ilha Terceira, prontos para entrar, quando encontraram um

navio inglês que os tomou a ambos. Defenderam-se com a artilharia durante muito tempo, pelo que todos nós vimos da ilha o combate. Sete ou oito meses antes tinha chegado à Terceira um navio inglês que vinha comerciar e carregar pastel em nome de franceses, mas sendo isto detectado, o dito navio foi confiscado, sendo toda a mercadoria vendida em nome de el-rei e toda a tripulação aprisionada. Andavam soltos pelas ruas para ganharem o seu pão trabalhando como escravos, pois estavam suficientemente bem guardados na ilha, a qual quase equivale a uma prisão. Finalmente, todos os marinheiros foram num domingo dar um passeio até para além do monte chamado Brasil, onde encontraram um barco de pesca. Saltaram para dentro e remaram para o mar alto, antes que alguém desse por isso, e foram ter ao navio de lord Cumberland, que, por sorte deles, por ali passava, tendo lançado ferro com os outros navios a meia légua do ancoradouro de Angra, perto de duas ilhotas que ficam a cerca de um tiro de camelo da ilha, as quais estão cheias de cabras, bodes e carneiros dos habitantes da ilha Terceira, coisa bem sabida destes marinheiros. Saíram em terra com os seus batéis, ficando confortavelmente ancorados o dia inteiro, e tiraram de lá tantos carneiros e cabras quantos precisaram, à vista de todos os da ilha e da cidade, sem que eles fizessem nada para o impedir ou ousassem sair com um navio. Assim, só ficaram em terra o piloto e o comprador do mesmo navio inglês, que prestaram fiança.

Este piloto tinha um cunhado, irmão da sua mulher, em Inglaterra, o qual recebeu notícia da sua detenção e prisão. Conseguiu então autorização da rainha para aprontar um navio e tentar recuperar as perdas causadas pelos espanhóis, prendendo alguns deles para resgate e libertação do seu cunhado que, como ficou dito, estava preso na ilha Terceira. Foi ele que tomou os dois navios espanhóis perante os nossos olhos, encontrando-se o dito piloto inglês ao meu lado, a observar este empreendimento, pois era um meu conhecido particular. Uma vez tomados os navios, que traziam mais de 300 mil ducados, mandaram toda a tripulação para terra, com excepção dos dois principais fidalgos, que o tal inglês reteve consigo, para com eles resgatar o cunhado. Pelo piloto dos navios da Índia capturados, mandou uma carta para o governador da Terceira, onde declarava a sua intenção de libertar os dois fidalgos em troca da entrega do seu cunhado. Caso contrário, pretendia levá-los consigo para Inglaterra, como de facto fez, pois o governador recusou a troca, dizendo que os mesmos fidalgos podiam requerer a sua libertação a el-rei de Espanha. Tivemos este piloto espanhol connosco como convidado, encontrando-se presente o piloto inglês, e ele descreveu a batalha, enaltecendo muito a ordem e maneira de lutar dos ingleses, assim como a forma cordial com que haviam sido tratados. Este piloto inglês acabou igualmente por fugir, num navio francês, sem pagar resgate nem nada.

No mês de Janeiro do ano de 1590 chegou à Terceira um só navio da Índia espanhola, trazendo notícia de como uma armada de 100 navios tinha partido da terra firme da Índia espanhola e fora lançada por uma tempestade contra a costa chamada da Florida, onde todos se perderam, com excepção deste navio. Ali se perdeu um grande tesouro e também muita gente, como bem se pode imaginar. Enfim, calculava-se que dos 220 navios que no ano de 1589 haviam seguramente partido da Nova Espanha, de Santo Domingo, de Havana, de Cabo Verde, do Brasil, da Guiné, etc., para Espanha e Portugal, apenas catorze ou quinze teriam chegado a salvo, tendo todos os restantes sido afundados, naufragado ou sido tomados.

No mesmo mês de Janeiro, chegaram à Terceira quinze ou dezasseis navios de Sevilha, que na sua maioria eram flibotes neerlandeses e alguns bretões, que para o efeito haviam sido arrestados. Vinham cheios de soldados e bem providos de todas as munições, para carregarem prata e levarem Álvaro de Flores, por ordem de el-rei. E porque esta época, nestas ilhas, costuma ser de muitas tempestades e trovoadas, não ousavam entrar no porto ou ancoradouro, pois o temporal soprava continuamente, pelo que alguns destes navios que tinham lançado ferro, foram obrigados a cortar os mastros, ficando em mil perigos de se perderem. Um navio biscainho da companhia fez-se em pedaços na costa, tendo no entanto toda a sua tripulação conseguido salvar-se. Os outros navios tiveram de manter-se no mar, afastando-se uns dos outros na direcção para onde o vento os levava. Isto durou até 15 de Março, não havendo em todo este tempo nenhum dia em que pudessem lançar ferro ou entrar no ancoradouro, pelo que passaram grandes misérias e sobejamente maldisseram a prata e as ilhas.

Quando estas tormentas se tinham acalmado um pouco, encontraram um pequeno navio inglês de cerca de 20 **vaten**, que em virtude da força do vento não podia desfraldar todas as velas, pelo que o assaltaram e tomaram à força, chegando-se com ele ao ancoradouro, com a bandeira inglesa na popa do navio, com tanta ufania como se tivessem conquistado toda a Inglaterra. Mas estando perto do ancoradouro, prontos para entrar, foram apanhados por duas navetas inglesas, que os bombardearam tão intensamente por detrás, que todos gritavam «*misericórdia*». E sem qualquer dúvida tê-los-iam tomado, se tivessem estado uma légua mais afastados; mas como se meteram logo debaixo da fortaleza da ilha, que também começou a disparar, os ingleses tiveram de deixá-los e voltar ao mar, tendo matado cinco ou seis homens.

Os ingleses capturados estavam todos postos a ferros, dois a dois, e depois de terem ficado presos durante três ou quatro dias, um porta-bandeira espanhol que se encontrava no mesmo navio, e que tinha perdido um irmão na armada de Inglaterra, quis vingar-se da sua perda e mostrar a sua coragem aos ingleses presos e algemados que se encontravam a bordo do referido navio inglês que fora tomado. Pegou num punhal e foi para debaixo do convés, onde estavam os ingleses, e apunhalou seis deles em fila, enquanto dois outros, vendo isto, se abraçaram um ao outro, saltando assim para o mar e afogando-se. Este acto foi muito criticado e levado a mal pelos outros espanhóis. Levaram o porta-bandeira preso até Lisboa, onde el-rei sentenciou que fosse mandado preso para Inglaterra, para a rainha lá proceder com ele como bem entendesse. Isto não foi levado a efeito em virtude dos pedidos dos seus amigos. Porém, mandou que fosse degolado sem clemência. Mas sendo Sexta-Feira Santa em Lisboa, todos os outros capitães e comandantes imploraram ao cardeal de tal forma que obtiveram o perdão. Quis relatar este caso em particular para que se entenda a sede de sangue e a coragem dos espanhóis quando dominam uma situação.

Os dois navios ingleses que perseguiram a capitânia da armada até debaixo da fortaleza, como ficou dito, voltaram ao mar e encontraram um outro navio espanhol da mesma armada, que também se tinha desviado por causa da tempestade e que era o único que faltava de toda a armada, pois todos os outros já estavam no ancoradouro. Este navio foi tomado pelos ingleses, que puseram toda a tripulação em terra, sem fazerem mal a ninguém; mas se tivessem sabido o que lá se tinha passado com os ingleses capturados, estou convencido de que se teriam vingado, como mais tarde

o fizeram com muitos inocentes. Este pequeno navio, que os ingleses retomaram, era o mesmo que tinha sido interceptado e confiscado aos ingleses desviados na Terceira, como acima ficou referido, e fora vendido aos espanhóis que lá tinham chegado da Índia espanhola. Nele tinham ido para San Lucar, onde fora também arrestado pelo duque[426] para ir em busca da prata, pois havia sido uma naveta com fama de bom navio veleiro quando estava nas mãos dos seus donos ingleses. Mas nas mãos dos espanhóis foi o pior de toda a armada, pelo que fora retomado e levado para Inglaterra, onde o seu dono e proprietário o recebeu de volta, quando já deveria ter perdido a esperança disso acontecer.

No dia 19 de Março, os referidos navios, que eram dezanove, fizeram-se à vela, depois de carregarem a prata de el-rei, com o general Álvaro de Flores de Quiniones e sua companhia, todos bem providos de todos os mantimentos, munições e soldados, decididos a defenderem-se e protegerem-se até ao último homem, se necessário fosse. E não obstante tomarem a rota para San Lucar, o vento empurrou-os para Lisboa, parecendo querer ajudá-los à força e pô-los a salvo, muito embora Álvaro de Flores quisesse ir para San Lucar contra tempo e contra vento. Mas, forçado pelo vento e pelos requerimentos da sua companhia, que chamavam a sua atenção para todos os prejuízos e interesses, entrou no rio de Lisboa, de onde a prata foi levada por terra para Sevilha. E isto quando junto do cabo de São Vicente vinte navios ingleses estavam à espera desta armada, pelo que teria caído directamente nas suas mãos se o vento a tivesse deixado, de maneira que bem podiam dizer que o vento lhes tinha concedido uma viagem favorável. Pois se tivessem encontrado os ingleses, teriam passado grande perigo e talvez poucos tivessem escapado, considerando o medo que os tinha tomado por a sua fortuna estar em tudo contra eles, o que é razão bastante para meter medo aos espanhóis, acontecendo bem o contrário com os ingleses, que se sentem vitoriosos e se mostram grandemente ufanos, destemidos e corajosos, vendo que todos os seus empreendimentos têm um fim feliz, com o que são donos e senhores do mar, não temendo ninguém, como consta claramente e se pode entender neste memorial.

No mês de Março do ano de 1590, foi visto na ilha Terceira um cometa ou estrela de cauda, durante 4 noites, estendendo-se a cauda na direcção sul.

No mês de Maio, chegou aqui à Terceira, ao porto ou ancoradouro de Angra, uma *caravela* da ilha do Faial, carregada de bois, carneiros, galinhas e outros víveres, e cheia de gente. E uma tormenta partiu-lhes o leme, de maneira que foram virados pelo mar, afogando-se deles três crianças e um frade menor. Todos os outros conseguiram salvar-se a nado e com ajuda de terra, dando todo o gado e as galinhas à costa afogados. O frade menor foi enterrado com grandes procissões e rosários, sendo considerado santo por ter sido apanhado na água já morto, com o seu breviário nos braços, pelo que todos o vieram ver como coisa milagrosa, com grandes oferendas para se dizerem missas por sua alma.

No dia 1 de Agosto, veio uma carta de Portugal e Espanha para o governador da Terceira, de como mais de dois anos antes tinham partido de Inglaterra doze navios bem armados, sete deles com a resolução de navegarem para a Índia portuguesa e os outros cinco para Malaca. Destes cinco, dois perderem-se na passagem do estreito de

[426] O cardeal-arquiduque Alberto de Áustria.

Magalhães, chegando os outros três à terra de Malaca. Mas a carta não referia o que lá fizeram. Os outros sete passaram pelo cabo da Boa Esperança, e chegados à Índia foram para a costa do Malabar, onde tomaram seis *fustas* aos próprios malabares, libertando-as mais tarde. Tomaram igualmente duas galés dos turcos, que vinham do estreito de Meca ou mar Vermelho, despedindo-as igualmente de seguida. E carregaram os navios com especiarias e abalaram de novo, continuando o seu caminho. Mas nunca se conseguiu tirar a limpo onde e em que lugares tomaram a sua carga, apenas se sabendo que isto fora escrito assim pelo governador da Índia e enviado por terra para Veneza e daí para Madrid[427].

No dia 7 de Agosto, chegou à vista da Terceira uma armada de ingleses. Eram vinte navios no total, cinco dos quais navios da rainha, em que vinha como capitão-mor um Martin Frobisher, como ficámos a saber mais tarde. Vinham com intenção de esperar a armada da Índia espanhola e os navios vindos de outras regiões a oeste, o que causou grande comoção entre os da ilha e principalmente nos da ilha do Faial, pois os ingleses mandaram lá um trombeteiro ao governador, exigindo vinho, carne e outros víveres contra pagamento e em boa amizade. Os do Faial não só ignoraram o pedido, mas ainda por cima mataram a tiro o embaixador ou trombeteiro, o que os ingleses levaram muito a mal, avisando-os para estarem de prevenção, pois tencionavam ir visitá-los, a bem ou a mal. O governador mandou responder que lá estava da parte de Sua Majestade de Espanha e que faria o que pudesse para o impedir, como era sua obrigação. Não aconteceu nada, mas os do Faial estavam bem receosos e mandaram pedir assistência aos da Terceira. Os da Terceira mandaram algumas barcas com pólvora e outras munições de guerra, assim como biscoito e outras coisas necessárias.

No dia 30 de Agosto, recebemos notícia de Portugal de que tinham partido de La Coruña oitenta navios com vitualhas, munições, dinheiro e soldados para a costa da Bretanha, para apoiar os católicos e «ligueurs»[428] de França contra o rei de Navarra[429].

No mesmo tempo, vieram de Portugal para a Terceira duas urcas neerlandesas, que a meio caminho encontraram quatro navios da rainha, cujo capitão-mor era mestre John Hawkins. Estes detiveram as urcas mas deixaram-nas seguir sem lhes fazerem mal nenhum. Deram notícia de que cada navio tinha cerca de 80 peças de artilharia e de que o capitão Drake se encontrava no Canal de Inglaterra com quarenta navios, à espera da armada de La Coruña, enquanto dez outros navios ingleses se encontravam junto do cabo de São Vicente, para lá tomarem quaisquer navios que se escapassem das ilhas. Com esta notícia, os das ilhas ficaram altamente consternados, pois temiam que os ingleses, no caso de perderem a armada espanhola e ficarem sem presa, fizessem pagar as ilhas, para não voltarem a casa de mãos a abanar. Por isso, mantiveram uma forte vigia contínua, avisando el-rei do que se passava.

No dia 1 de Setembro, chegou à ilha de São Miguel uma naveta portuguesa do Brasil, do porto de Pernambuco, trazendo notícias de como àquela cidade tinha chegado o capitão-mor da armada da Índia portuguesa, que, por ter falhado a ilha de

[427] Não se sabe de qual viagem Linschoten fala. O primeiro navio inglês a chegar à Índia após ter passado o Cabo era o de James Lancaster em 1592.

[428] Membros da liga de católicos franceses fundada em 1576.

[429] Henrique IV (1553-1610).

Santa Helena, fora obrigado pela necessidade a aportar a Pernambuco, embora el-rei tal tivesse proibido sob grande pena, por causa dos vermes que ali danificam os navios. Este capitão-mor, chamado Bernardim Ribeiro, tinha partido de Lisboa para a Índia no ano passado de 1589, com cinco navios, dos quais apenas quatro chegaram à Índia, sem jamais se ter tido notícia do quinto, que foi considerado perdido. Os outros quatro chegaram a Portugal a salvo, embora a capitânia fosse muito maltratada, por se ter encontrado com duas navetas inglesas, que a combateram por muito tempo, matando muita da sua gente, mas não a impedindo de chegar a salvamento.

No dia 5 do mesmo mês, chegou à Terceira uma *caravela* da ilha do Corvo, trazendo 50 pessoas, provenientes de um navio da Índia espanhola que fora capturado pelos ingleses, que as tinham posto em terra no Corvo. Trouxeram notícia de como os ingleses tinham (para além deles) ainda tomado quatro outros navios e uma *caravela* com avisos de el-rei de Espanha para as naus da Índia portuguesa. Tinham-se juntado até perto de quarenta navios ingleses, incluindo os que foram capturados, pelo que não escapava uma barca que não lhes caísse nas mãos. Por essa razão, os navios da Índia portuguesa não ousavam tocar as ilhas, passando a uma altura de 40 e 42 graus, rota que lhes permitia seguir para Lisboa, evitando também o cabo de São Vicente. Não fazendo isto, dificilmente teriam concluído uma viagem a salvo, pois o mar estava coberto de ingleses por todos os lados, razão pela qual el-rei mandava avisar a armada que se encontrava em Havana, na Índia espanhola, pronta para voltar a Espanha, para lá ficar esse ano até ao ano seguinte, pelo perigo que havia dos ingleses. Isto trazia grande prejuízo e custos para a dita armada, pois os navios ficam ali a estragar-se, quase se comendo uns aos outros pela multidão de gente e falta de todas as coisas, pelo que muitos navios, cada qual por si, preferiam arriscar a viagem a ficar lá à espera. Todos eles vieram parar às mãos dos ingleses, e muita da sua gente foi levada para a ilha Terceira, onde continuamente se via gente roubada a chegar, de um navio atrás de outro, o que é uma verdadeira lástima. Estes, então, não fazem outra coisa senão maldizer os ingleses e a sua fortuna, e também os que foram responsáveis pela guerra com os ingleses, queixando-se do pouco remédio que contra isso proporcionaram os oficiais de el-rei de Espanha.

No dia 19 do mesmo mês, chegou à Terceira uma *caravela* de Lisboa, com um oficial da parte de el-rei para fazer carregar a mercadoria e as especiarias salvas do galeão de Malaca, pelo qual há muito esperávamos. D. Alonso de Bazan tinha partido de La Coruña com quarenta grandes navios de guerra, para vir até às ilhas esperar as armadas da Índia espanhola e portuguesa, e entretanto carregar-se-ia a mercadoria do galeão de Malaca na caravela, que seria escoltada até ao rio de Lisboa. Mas já estavam há alguns dias a caminho, sempre com *vento contrário*, e não conseguiam chegar às ilhas, com excepção de dois navios que se tinham desviado da armada. Quando estes não encontraram a armada nas ilhas, voltaram para trás para a ir buscar. Entretanto, el-rei mudou de vontade e conselho, e mandou esperar a armada da Índia, como ficou dito, pelo que enviava aviso a D. Alonso de Bazan para que voltasse de novo a La Coruña. Este logo cumpriu ordens, sem nada fazer, nem chegar perto das ilhas, com excepção dos dois navios referidos, e apesar de saber bem que os ingleses estavam junto da ilha do Corvo, não os chegou a visitar. Voltaram de novo para o porto de La Coruña, de onde durante esse ano não mais saíram, de maneira que o

despacho da nossa mercadoria do navio de Malaca ficou de novo suspenso até uma melhor oportunidade, sendo nós obrigados a ter paciência.

No dia 23 de Outubro, chegou à Terceira uma *caravela* com aviso de Lisboa, trazendo notícia de como dos cinco navios que no mesmo ano de 1590 tinham partido de Lisboa para a Índia, quatro tinham voltado a Portugal, depois de terem estado quatro meses fora, e que apenas a capitânia, em que ia o *vice-rei* Matias de Albuquerque, tinha passado à Índia, conforme a notícia do mesmo que mais tarde se recebeu por terra. Tinham gasto onze meses no caminho, sem nunca avistarem terra, chegando a Malaca com grande desolação, pois haviam-lhes morrido 280 pessoas, segundo constava de um memorial que o próprio vice-rei tinha escrito para o cardeal em Lisboa, referindo o nome e o apelido das pessoas falecidas e os sucessos de todos os trabalhos e misérias que tinham passado, o que apenas tinha acontecido para que ele não perdesse o governo da Índia, pelo que tinha jurado perecer ou chegar à Índia, como de facto fez, para prejuízo dos seus companheiros que o pagaram com a vida, e isto devido às privações, como bem se pode presumir. O vice-rei bem sabia que se tivesse voltado para Portugal, como os outros navios, teria sido afastado do seu governo da Índia, porque já se começava a murmurar muito do seu atrevimento e soberba. Entre outras bizarrias, tinha mandado pintar na popa do navio, por cima do toldo, a Fortuna, com ele ao lado com um pau na mão, como se ameaçasse a Fortuna com as seguintes palavras: «*Quero que venças*». O que o cardeal e os outros fidalgos que para o honrarem o acompanharam até ao navio tiveram oportunidade de ler, considerando que não passava de uma parvoíce vã, o que não é de estranhar na nação portuguesa, pois sempre têm de exceder todos os outros em fazerem figura de parvos, principalmente se tiverem algum lugar de chefia. Pois conheci este Matias de Albuquerque na Índia, sendo soldado e capitão, e era respeitado e estimado como um dos melhores e muito querido de todos, porque se mostrava muito amigável com todos, pelo que geralmente todos queriam que fosse *vice-rei*. Mas quando recebeu de el-rei a patente e os plenos poderes do governo, mudou tanto de condição, que todos começavam a temê-lo e caluniá-lo pela sua presunção, mesmo antes de se fazer à vela de Lisboa, o que se vê frequentemente acontecer com muitas pessoas, no caso de promoções de condição ou ofício.

No dia 20 de Janeiro do ano de 1591, chegou à Terceira aviso de Portugal sobre a captura pelos ingleses de um navio que el-rei tinha mandado para a Índia portuguesa para avisar o *vice-rei* do regresso dos navios. E por estes navios terem regressado, este navio estava ajoujado de mercadorias, tendo só em dinheiro a pronto 500 mil ducados em reais-de-oito, fora as outras mercadorias. Saiu do rio de Lisboa no mês de Novembro do ano de 1590, logo encontrando os ingleses, com os quais lutou por algum tempo, acabando por ser tomado e levado para Inglaterra com tripulação e tudo. Porém, todos os tripulantes foram lá libertados, voltando a Lisboa, onde o capitão foi preso; mas tendo-se declarado inocente foi de novo libertado. Ele próprio me contou tudo isto, quando o encontrei. Os ingleses, na mesma altura, tomaram igualmente um navio que vinha da Mina, carregado de ouro, e ainda dois outros navios que iam com pimenta e especiarias para Itália, valendo só a pimenta 170 mil ducados, todos os quais foram levados para Inglaterra.

No mês de Julho do ano de 1591, houve um terramoto na ilha de São Miguel, que continuou do dia 26 ao dia 12 de Agosto, pelo que durante todo este tempo nin-

guém ousou ficar em casa, todos fugindo para o campo, com jejuns, orações e grandes lamentações, pois muitas casas foram deitadas por terra, sendo uma povoação chamada Vila Franca arrasada quase por completo e todos os conventos e casas destruídas, onde algumas pessoas sufocaram. A terra abriu em alguns lugares e os escolhos mudaram de um sítio para outro, e alguns montes caíram e ficaram arrasados. E as sacudidelas e tremores eram tão fortes que tanto os navios que estavam no ancoradouro como o mar sacudiam e tremiam como se o mundo se quisesse voltar. Também surgiu da terra uma fonte, da qual jorrou durante quatro dias água limpa e clara, que parou logo a seguir. Ouvia-se também tanto barulho de trovões e estrondos debaixo da terra, que parecia que todos os demónios lá se tinham juntado, pelo que muitos desmaiaram e morreram de medo. Também a ilha Terceira tremeu por quatro vezes, mas lá não houve grandes estragos. Estes terramotos são muito vulgares nestas ilhas, de maneira que vinte anos antes deste tempo houve outro terramoto, durante o qual desabou metade de um monte alto, situado perto da mesma povoação de Vila Franca, cobrindo de terra toda a cidade e sufocando muitas pessoas.

No dia 25 de Agosto, chegou à Terceira a armada real vinda de Faro, com 30 navios grandes, tanto biscainhos como portugueses e espanhóis, e ainda dez flibotes neerlandeses que foram arrestados em Lisboa para servir el-rei, fora outras navetas pequenas e *patachos*, que vinham em serviço da armada, para correr de um lado para outro e descobrir todas as coisas. Esta armada vinha para esperar e escoltar a armada da Índia espanhola, e os flibotes estavam ordenados para na viagem de volta carregarem na Terceira a mercadoria do galeão perdido de Malaca e trazê-la para Lisboa.

No dia 13 de Setembro, a referida armada chegou à ilha do Corvo, onde estavam os ingleses com cerca de dezasseis navios à espera da armada espanhola, da qual já tinham chegado alguns ou a maioria, tendo eles já tomado boa parte. Quando viram a armada real, que era tão poderosa, o almirante Thomas Howard, comandante dos ingleses, mandou que não se atacassem navios nem se separassem dele sem ordem explícita. Não obstante, o vice-almirante Richard Grenville correu com o navio chamado *Revenge* por entre toda a armada espanhola, disparando à sua volta e fazendo grandes estragos, pensando que os outros da sua companhia o seguiam, o que não fizeram, antes o deixando em apuros e fugindo, não se sabe bem porquê. Vendo isto, os espanhóis abordaram-no com sete ou oito navios ao mesmo tempo, mas mesmo assim ainda conseguiu defender-se, lutando por mais de doze horas, atirando dois navios ao fundo, a saber, um flibote duplo, ainda novinho em folha, de seiscentos **vaten**, que era a capitânia dos flibotes, e um navio biscainho. Mas por fim o navio inglês foi dominado pela multidão, que o tomou muito a seu custo, pois perderam, entre afogados e mortos, mais de 400 pessoas, tendo morrido quase uma centena de ingleses, enquanto o próprio Grenville foi atingido no cérebro, acabando por morrer mais tarde.

Este vice-almirante foi trazido para o navio *S. Paulo* de D. Alonso de Bazan, capitão-mor da armada espanhola, onde foi tratado pelo cirurgião espanhol. D. Alonso nunca o quis ver nem falar-lhe, mas todos os outros capitães e fidalgos vinham visitá-lo e consolá-lo na sua desgraça, e admiravam-se da sua firmeza e grandeza de coração, pois nunca deu qualquer sinal de fraqueza, nem mudança de disposição, e sentindo aproximar-se a hora da sua morte, disse em espanhol as seguintes palavras:

«Eu, Richard Grenville, morro em alegria e paz de alma, pois acabo a minha vida como cabe a um bom soldado que lutou pela sua pátria, rainha, religião e honra, com o que a minha alma se separa alegremente deste corpo, deixando para sempre a fama eterna de um soldado perseverante e corajoso, que cumpriu tudo aquilo a que era obrigado. Mas os outros da minha companhia agiram como traidores e sabujos, pelo que serão vituperados toda a sua vida e deixarão um nome eternamente vergonhoso.» Proferidas estas palavras, expirou com uma grande firmeza, pelo que nunca se lhe notou qualquer mudança de disposição perante as suas aflições. Depois de morto logo foi lançado ao mar.

Este Richard Grenville era um grande e rico fidalgo em Inglaterra, tendo grandes rendimentos anuais do seu património, mas tinha um espírito muito irrequieto e grande afeição à guerra e à tirania, pelo que por vontade própria se ofereceu para servir a rainha, fazendo muitos feitos corajosos e sendo temido em todas as ilhas e conhecido por todos. Mas tinha uma natureza cruel, razão pela qual a sua gente o odiava pela sua tirania e o temiam grandemente. E logo que chegaram por entre a frota ou armada espanhola, vinham com a vela grande preparada, quando se poderiam ter afastado com facilidade, pois este era um dos navios mais experimentados de Inglaterra. E o mestre, vendo que a sua companhia não os seguia, mandou largar a vela grande para fugir, mas Grenville ameaçou mandar enforcar todos os que se encontravam no navio se houvesse um que deitasse mão à vela, razão pela qual foram obrigados a lutar, tendo sido capturados. Grenville era de uma natureza tão dura, que por vezes acontecia, quando tinha outros capitães como convidados, que por piada, depois de ter bebido três ou quatro copos de vinho, punha o copo entre os dentes e o mastigava em pedaços, engolindo-o assim, pelo que o sangue lhe saía da boca, sem disso sofrer qualquer outro ferimento, como me contaram pessoas fidedignas, que o tinham visto fazer aquilo em muitas ocasiões.

Os restantes ingleses, a saber, o capitão da infantaria ou soldados do mesmo navio, e o mestre e outros, foram divididos entre os navios que os tinham tomado. E nisso quase se deu uma nova luta entre os biscainhos e os portugueses, porque cada qual queria ter a honra de ser o primeiro a abordar o navio, pelo que surgiu grande questão e controvérsia, pois um tomava as bandeiras, outro os estandartes e o capitão, e assim cada um ficou com a sua parte. Os navios que tinham feito a abordagem estavam totalmente destroçados e partidos, e tinham muitos feridos, pelo que foram forçados a aportar à ilha Terceira para se consertarem. À sua chegada, fui com o meu camarada ver os navios, por curiosidade, para ouvir o que se tinha passado. Ao chegarmos a um navio, que era um biscainho grande, um dos doze apóstolos, o capitão, que era um tal Bertandono, que tinha sido almirante dos biscainhos na armada para Inglaterra, ao ver-nos, mandou-nos chamar acima à tolda. Ali nos recebeu cordialmente, convidando-nos, porque ainda estava à mesa com o capitão inglês preso, que estava a comer a seu lado, vestido de veludo preto. Mas não nos podia contar nada, pois não falava outras línguas senão inglês e latim, falando Bertandono um pouco desta última.

O capitão inglês conseguiu autorização do governador para sair em terra com a sua arma à cinta, e foi ter à nossa hospedaria com um inglês que tinha ficado na ilha, do navio cujos marinheiros tinham fugido, como ficou dito. O governador da

Terceira convidou-o para uma visita e deu-lhe muitas honras. Também o mestre inglês saiu em terra, com autorização de Bertandono, e foi à nossa hospedaria. Tinha dez ou doze feridas e lesões, tanto na cabeça como no corpo, das quais morreu mais tarde, entre as ilhas e Lisboa. O capitão escreveu uma carta, na qual contou em particular tudo o que tinha acontecido, deixando-a com o referido comprador inglês que estava hospedado connosco, para a entregar ao almirante de Inglaterra. Este capitão, chegando mais tarde a Lisboa, foi bem recebido sem lhe ser feito mal nenhum, sendo com boa escolta enviado para Setúbal e assim de volta a Inglaterra, com todos os outros ingleses presos.

A armada espanhola permaneceu junto da ilha do Corvo, para juntar o resto dos navios, até ao fim de Setembro, de maneira que se juntaram mais de 140 navios, tanto da armada da Índia espanhola como da própria armada. Encontrando-se assim juntos para em boa companhia regressarem à Terceira, surgiu de repente e subitamente uma tamanha tempestade e trovoada, que os das ilhas afirmam não haver memória de se ter visto ou ouvido tal coisa, e parecia que o mar iria devorar a ilha Terceira, pois a água saltava por cima dos recifes e da terra, que é tão alta que mete medo olhar para baixo; até a essa altura chegava o mar, deitando para terra peixes vivos. E esta tormenta não foi de um ou dois dias com o mesmo vento, mas de sete ou oito dias contínuos, dando o vento duas voltas largas à bússola, e sempre com tempestade e trovoada contínuas, causando grande temor aos que se encontravam em terra, e tanto mais àqueles que vogavam no mar nos navios. De maneira que só na costa e recifes da ilha Terceira se perderam mais de doze navios, e não só num lado ou local da ilha, mas em toda a volta, por todos os cantos e lugares, de modo que não se ouviam senão queixas, prantos e lamúrias, dizendo: «para cá ficou um navio feito em pedaços nos recifes, e para lá um outro, e toda a gente afogada», de maneira que até vinte dias largos depois desta tormenta não se fazia outra coisa senão apanhar pessoas mortas que vinham dar aos recifes e praias. Entre estes também se encontrou o navio inglês tomado, o *Revenge*, que ficou num recife perto da costa da Terceira, de modo que foi ao fundo feito em cem pedaços. Levava a bordo 70 homens, entre galegos, biscainhos e ainda alguns ingleses presos. De todos eles apenas um chegou a subir com vida pelos rochedos acima, com a cabeça e o corpo totalmente desfeitos e cheios de feridas mortais dos embates contra os recifes. Chegando a terra, este deu a notícia e pediu para ser confessado, morrendo logo a seguir. Este navio *Revenge* tinha a bordo muito boas peças de cobre, que foram todas ao fundo, esperando ainda os da ilha podê-las salvar lá mais para o Verão.

Entre os navios que se perderam na Terceira, encontrava-se também um flibote dos arrestados em Portugal, chamado *die Witte Duyve*, do mestre Cornelis Martensz, de Schiedam, na Holanda. Este, tendo a bordo perto de cem soldados, como tinham todos, e sendo usurpado pelo seu capitão, de modo que nem ele nem os seus tinham qualquer domínio no navio, correndo na tormenta para cá e para lá, à mercê de Deus, chegou à vista da ilha Terceira. Os espanhóis, vendo-a, pensavam que a sua única salvação seria aproximarem-se da ilha, e forçaram o mestre e os marinheiros a dirigirem o navio para a ilha, muito embora o mestre os contrariasse, dizendo que seria perdição segura e ruína total. Mas o capitão chamou-lhe bêbado e herege e bateu-lhe com um pau para que fizesse o que lhe mandava. Vendo-se forçado a isso, o mestre disse:

«Bem, já que vós todos estais determinados a ir desta para melhor, a mim apenas me custa uma só vida.» E assim se aproximaram em desespero do lado da ilha onde só se encontram recifes e rochedos íngremes e altos, tal como montes, pelo que é assustador olhar para baixo. Aí se encontravam alguns habitantes com cordas com pedaços de cortiça atados ao cabo, para lançarem às pessoas para que elas se pudessem agarrar, mas poucas conseguiram, pois na sua maioria já estavam mortas e despedaçadas antes de darem em terra.

Quando este navio, indo como ficou dito, se chegava perto da costa, o mestre, que era um homem velho e de idade, foi ter com o filho, que estava no mesmo navio, e abraçaram-se um ao outro e despediram-se pela última vez, mandando o velho pai ao filho que não olhasse por ele mas apenas se salvasse a si próprio, pois, dizia ele, «sois novo e ainda podeis ter alguma esperança de salvar a vida, enquanto a minha já pouco importa». Dizendo isto assim, com lágrimas abundantes, como qualquer coração paterno com amor pelos filhos pode imaginar, o navio deu nos recifes e foi feito em pedaços, caindo o pai para um lado e o filho para outro, cada um agarrando o que estava mais à mão. Mas foi de pouco proveito, pois o mar estava tão picado e furioso que a maioria deles se afogou, de maneira que de toda a tripulação escaparam apenas catorze ou quinze, e estes ainda com braços e pernas partidas e desfeitas, entre os quais se encontravam o filho do referido mestre e ainda quatro outros moços holandeses. Os restantes espanhóis e marinheiros, assim como o capitão e o mestre, lá ficaram. Quem não choraria no seu coração perante um tal espectáculo, mais ainda vendo que as suas causas principais haviam sido a brutalidade e inexperiência dos espanhóis, como largamente se pode concluir? E daqui se pode imaginar que o mesmo sucedeu também com os outros, como vimos acontecer amiúde perante os nossos olhos e ouvimos dos sobreviventes, e como também podem testemunhar os nossos compatriotas que se encontravam no mesmo cativeiro e miséria.

Nas outras ilhas, os estragos não eram menores do que na Terceira, porque na ilha de São Jorge pereceram dois navios, na ilha do Pico dois navios, na ilha Graciosa três navios, e fora estes por todo o lado deram à costa destroços, dos quais o mar estava coberto por todos os lados, coisa terrível de contemplar. Junto da ilha de São Miguel ficaram quatro navios, e entre a Terceira e São Miguel foram ao fundo três, que estavam bem à vista, tanto que se podiam ouvir os gritos, não havendo quaisquer sobreviventes. Outros foram para o mar alto sem mastros e todos desaparelhados, de maneira que de toda a frota e armada de 140 navios que lá se encontravam juntos, apenas 32 ou 33 chegaram a Espanha e Portugal, e estes ainda com tamanhas misérias, estragos e trabalhos, que nunca entraram dois ao mesmo tempo, mas hoje um e outro amanhã. Todos os outros pereceram, tanto junto às ilhas como naufragados no mar.

Cada um pode imaginar os danos e as perdas sofridas, que foram tais que se dizia terem superado a perda da armada na Inglaterra, pelo que se pode claramente deduzir que tudo não passou de uma mera praga e castigo de Deus contra os espanhóis. Pode dizer-se com todo o direito que a tomada do *Revenge*, que quer dizer «vingança», foi bem vingada neles, não por esforço humano mas pela obra e força de Deus, tal como alguns deles disseram publicamente na Terceira, pois não acreditavam senão que Deus queria destruí-los completamente, favorecendo antes os hereges

e luteranos. Alguns mostravam-se convictos de que após lançarem ao mar o corpo morto do vice-almirante Richard Grenville, este, possuído de uma fé diabólica e por isso mesmo bem-querido dos demónios, logo se afundou para os abismos do mar e do inferno, daí instigando todos os demónios a vingar a sua morte, de forma que eles tinham feito todas estas tormentas e destruições entre os espanhóis, só por serem promotores da fé católica e romana. Estas e outras blasfémias semelhantes foram pronunciadas publicamente, sem que ninguém elevasse a voz contra esta calúnia pública a Deus e contra a falsidade de tais convicções, antes concordando e afirmando quase todos que na verdade assim teria sido.

Quando uma destas armadas da Índia partiu da Nova Espanha, dela pereceram numa tempestade e tormenta 35 navios de uma companhia de 50, todos se afundando no mar, de maneira que apenas sobraram 15. Da armada de Santo Domingo ficaram 14 navios na saída do canal de Havana, entre os quais a capitânia e a vice-capitânia. E da terra firme da Índia vieram dois navios carregados de prata e ouro que foram tomados pelos ingleses. E antes da armada de Espanha chegar ao Corvo, os ingleses já tinham tomado mais de 20 navios em várias ocasiões, vindos nomeadamente de Santo Domingo, Índia, Brasil, etc., os quais foram todos mandados para Inglaterra. E isto mostra claramente que Deus apenas os quer atormentar, cegando-os completamente, de modo que nada entendem, continuando tão obstinados como dantes. Mas é uma causa perdida querer lutar contra Deus e confiar na inteligência humana, pois tudo são fundamentos pousados na areia, levados para cá e para lá pelo vento, como vemos todos os dias suceder perante os nossos olhos e como de há pouco tempo para cá claramente se tem mostrado em muitos lugares. E cada um pode reparar em si mesmo e tomar a nossa própria pátria como exemplo, para ficarmos a saber que apenas o podemos imputar aos nossos pecados, que nos cegam de tal maneira que nos esquecemos de todos os benefícios e favores divinos, ficando submissos ao demo e sob o seu jugo. Queira Deus abrir-nos os olhos e corações para que conheçamos em Cristo a nossa única salvação e redenção, pois apenas Ele nos pode ajudar, governar e guardar, dando um bom fim aos nossos empreendimentos. Com esta destruição e sucesso, foi de novo adiado na Terceira o carregamento, e posterior envio, do galeão perdido de Malaca, de modo que tivemos de ser pacientes, aguardando outras ordens e aviso de Sua Majestade de Espanha.

Vendo os rendeiros da pimenta e os outros comerciantes que tinham na Terceira a sua mercadoria do galeão perdido de Malaca que isto se tinha passado assim, e também que estava perdida toda a esperança de vir a armada ou de chegarem quaisquer navios da parte de el-rei, requereram a Sua Majestade autorização para cada um trazer a respectiva mercadoria particular por seu próprio risco e conta, o que foi concedido por el-rei depois de prolongadas solicitações, desde que cada um garantisse que as ditas mercadorias seriam entregues na Casa da Índia em Lisboa, para salvaguarda dos impostos e direitos reais, e que se desalfandegasse a mercadoria na Terceira com registo, etc. Após isto, os rendeiros da pimenta, em conjunto com muitos outros comerciantes, fretaram e despacharam um navio de Flissinga para transportar as respectivas quotas de cravo, noz-moscada, maça ou flores de noz-moscada e outras especiarias, com excepção da pimenta, para a qual ainda não tinham conseguido autorização régia.

O referido navio chegou à Terceira no fim do mês de Novembro, e por ser perigoso, porque já se estava no fim do ano, fizeram todo o possível para carregar o navio, pois estava mais seguro dos ingleses. Uma vez o navio carregado com a maior parte da mercadoria, fora a pimenta, fizeram-se à vela para Lisboa. Passaram algumas pequenas tormentas, sem encontrar ninguém, a não ser dez navios holandeses junto à costa, que seguiam a caminho de Livorno e Itália com carregamento de trigo. Com a ajuda de Deus, chegámos no dia 2 de Janeiro do ano de 1592 ao rio de Lisboa, cumprindo-se então nove anos desde que eu de lá tinha partido. Ali fiquei até Julho para despachar os meus assuntos, e a 17 viajei para Setúbal, onde estavam alguns navios holandeses, num dos quais embarquei e parti de Setúbal.

A 22 de Julho, tomámos o rumo da Holanda, sendo a nossa companhia de doze navios, e tivemos de ir para o mar alto, por termos *vento contrário*. A 27 do mesmo mês, durante uma prolongada tempestade, veio ao nosso encontro um outro navio, de modo que estivemos em sérios riscos de ambos irmos ao fundo, não tendo embatido por menos de um palmo. Mas Deus providenciou para que nos afastássemos de novo um do outro, o que nos tinha parecido impossível quando o gurupés do outro navio embatera na verga do nosso traquete, partindo-se o dito gurupés em pedaços e logo a seguir caindo o mastro do traquete ao mar, pelo que foi obrigado a deixar a nossa frota. Do mesmo modo, um outro da nossa conserva fez um rombo e voltou para terra, onde encalharam o navio na praia para salvar as pessoas, como mais tarde ficámos a saber. Assim sobraram dez navios na nossa companhia.

No dia 1 de Agosto, estando a 90 léguas pelo mar dentro, porque o vento estava sempre contrário para seguirmos a nossa rota, avistámos três navios estrangeiros, que depois perdemos de vista. No dia 4 aproximaram-se novamente três navios, e suspeitámos que seriam biscainhos. Fomos ao seu encontro e disparámos alguns tiros contra eles, após o que nos deixaram. No dia 16, continuando ainda a soprar *vento contrário*, e por levarmos mais de 15 passageiros, começaram a faltar-nos os víveres, sobretudo as bebidas, pelo que tivemos de impor uma regra e usar de moderação na respectiva distribuição, pois estávamos ainda a 120 léguas de Ouessant pelo mar dentro, à altura de 46 graus, em pleno alto mar. No dia 18 apanhámos uma tempestade, com a qual ficaram para trás três navios da nossa frota, porque não conseguiam acompanhar-nos. No dia 24 lançámos o prumo e encontrámos fundo, pelo que houve grande alegria no navio, pois achávamo-nos na entrada do Canal de Inglaterra e França. No dia 27, encontrando-nos no referido canal, duas navetas inglesas vieram por entre a frota para nos ver, mas voltaram de novo para a costa de Inglaterra. No dia 28 avistámos terra do lado de barlavento, tendo identificado Start Point e Dartmouth. No dia seguinte passámos pela ilha de Vecta, sempre correndo ao longo da costa. A 30 passámos entre as Cabeças[430], onde estava ancorado um navio da rainha, o qual levantou ferro e se foi para a costa de Inglaterra sem nos visitar. Perto de Dover pusemos em terra quatro homens, apanhando logo de seguida um vento forte, com o qual entrámos no mar do Norte, sem incómodo de ninguém.

A 1 de Setembro, apanhámos um tempo escuro e um vento tempestuoso do noroeste, pelo que não conseguíamos reconhecer a terra. Mas de noite encontrámos

[430] As pontas de Inglaterra e França, ou seja, os cabos Dungeness e Gris Nez.

dois navios que vinham do mar de Leste e que diziam terem reconhecido terra, a saber, Texel, recomendando-nos que os seguíssemos. Nisto reconhecemos terra, que era Vlieland, embora pensássemos que era Texel, pelo que não quisemos seguir os outros navios. Aproximámos-nos dela e chegámo-nos tão perto da costa que nos vimos em grande perigo, pois percebemos que nos tínhamos enganado e vimos os outros navios seguir uma outra rota para Texel, enquanto estávamos com um vento tão ponteiro e tão descaídos, que dificilmente podíamos afastar-nos de terra; ainda por cima apanhámos uma tempestade súbita e rápida, que nos rasgou o nosso mastro do traquete, tendo-se partido pouco antes também o nosso mastro grande, pelo que estávamos de todo decididos a aí ficar a pairar, o que teria sido o nosso consolo e esperança. Mas Deus providenciou, de modo que o vento abrandou um pouco, e ainda fizemos tanto que, com grandes esforços e preocupações, entrámos em Texel mesmo ao pôr do sol, sem piloto portuário, pois ninguém se atrevia a sair por causa do vento forte. Em suma, conseguimos entrar e acabámos por lançar ferro, com muitos agradecimentos a Deus. De manhã, estando-se a 2 de Setembro, querendo o nosso condestável descarregar e limpar a artilharia, para dar uns tiros de saudação frente à cidade, ao carregar o lume chegou-se-lhe à colher de pólvora, pelo que lhe foi amputada a mão direita e ficou queimado em muitos lugares do corpo, circunstância que abrandou e amorteceu a nossa alegria.

A 3 do mesmo mês de Setembro, chegámos à cidade de Enkhuizen, onde encontrei a minha mãe, irmão e irmã em boa saúde, fazendo treze anos menos dois meses e meio que dali tinha partido, pelo que seja louvado e adorado o Senhor Deus todo-poderoso, por seu filho Jesus Cristo, único detentor do poder, da honra e da glória, para todo o sempre, AMEN.

FIM.

PRINCIPAIS MOEDAS, PESOS E MEDIDAS NO *ITINERÁRIO*

Nota: marcados com * são referidos os valores mencionados em *Francisco Javier* (4 vols., Pamplona, 1992) de Georg Schurhammer.

MOEDAS

BAZARUCO (Índia)

1 bazaruco = 1 **duit** (46)
25 bazarucos = 2 soldos ou 1 **stoter** (54)
15 bazarucos maus ou 18 bons = 1 vintém (170, cf. nota)
3 bazarucos = 2 réis (170)
375 bazarucos = 1 pardau ou xerafim (170)
105 a 108 bazarucos = 1 larim (170)
75 bazarucos = 1 tanga (171)

* 1 bazaruco = 1,2 réis (vol. 3, p. 171)

CAIXA (Sunda)

200 caixas = 1 sata (118)
1000 caixas = 1 cruzado português = 3 florins Carolus (118)

CRUZADO (Portugal)

1 cruzado = 3 florins Carolus (118)

* 1 cruzado = 400 réis (vol. 1, p. 967)

DUCADO (Espanha, Portugal, Países Baixos)

3 ducados = 1200 réis (75)
300 mil ducados = 900 mil florins de ouro (82)
4 ducados = 12 florins Carolus (126)
1 milhão de reais-de-oito = 10 mil ducados (346)

FLORIM CAROLUS (Países Baixos)

7 florins Carolus = mil-réis (74)
1 florim Carolus = 160⅔ réis (74 e nota)
3 florins Carolus = 1 cruzado português (118)
12 florins Carolus = 4 ducados (126)
1 florim Carolus = meio pardau (149)

(1 florim Carolus = 20 soldos)

LARIM (Índia)

1 larim = meio florim (109)

1 larim = 105 a 108 bazarucos (170)

* 1 larim = 60 réis (vol. 3, p. 708)

MARAVEDI (Espanha)

40 maravedis = pouco mais do que 1 real (205)

* 1 maravedi = 27 réis (vol. 1, p. 967)

PAGODE (Índia)

1 pagode = > 8 tangas (170)

PARDAU (Goa)

1 pardau = 1 táler real holandês (92)

100 pardaus = 100 táleres (100)

meio pardau = 1 florim Carolus (149)

meio pardau = 1 tostão e meio (252)

1 pardau xerafim = 3 tostões = 300 réis (170)

1 pardau xerafim = 5 tangas (170)

1 pardau xerafim = 375 bazarucos (170, 171)

2 pardaus xerafins = 1 veneziano (170, 282)

1 pardau xerafim = 3 tostões = 30 soldos (309)

1 pardau de reais = 1 real-de-oito (170)

1 pardau de larins = 5 larins (170)

* 1 pardau de ouro = 360 réis (6 tangas); de prata = 300 réis (vol. 3, p. 709)

REAL/RÉIS (Portugal)

1 real = 2 dinheiros (74)

mil-réis = 7 florins Carolus (74)

160⅔ réis = 1 florim Carolus = 4 reais de prata (74)

1200 réis = 3 ducados (75)

300 réis = 3 tostões = 1 pardau xerafim (170)

2 réis = 3 bazarucos (170)

436 réis = 1 pardau de reais (170)

60 réis = 6 soldos = 1 tanga (309)

REAL DE PRATA (Espanha)

1 real e meio = > 4 ducados = 12 florins Carolus (113)

REAL-DE-OITO (Espanha, Portugal, Países Baixos)

1 real-de-oito = 1 táler real holandês (133)

1 real-de-oito = 436 réis (170)

(moeda espanhola corrente nos Países Baixos, em 1594 equivalente a 2 florins e 5 soldos)

SÃO-TOMÉ (Índia)

1 são-tomé = > 7 e, às vezes, 8 tangas (170)

* 1 são-tomé = 1000 réis (vol. 3, p. 709)

SATA (Sunda)

1 sata = 200 caixas (118)

5 satas = 1 cruzado português = 3 florins Carolus (118)

SOLDO (Países Baixos)

2 soldos = 25 bazarucos (154)

30 soldos = 3 tostões = 1 pardau (309)

6 soldos = 60 réis = 1 tanga (309)

(20 soldos = 1 florim)

TÁLER REAL (Países Baixos)

1 táler real = 1 pardau (92, 100)

1 táler real = 1 real-de-oito (133)

TANGA (Índia)

5 tangas = 1 pardau xerafim (170)

1 tanga = 4 vinténs bons ou 5 vinténs maus (170)

> 8 tangas = 1 pagode (170)

7 a 8 tangas = 1 são-tomé (170)

1 tanga = 75 bazarucos (171)

1 tanga = 60 réis = 6 soldos (309)

* 1 tanga = 60 réis (vol. 3, p. 709)

TOSTÃO (Portugal)

> 5 tostões = 1 real-de-oito (134)

3 tostões = 1 pardau (151, 170, 252)

1 tostão = 100 réis (170, 309)

3 tostões = 30 soldos (309)

VENEZIANO (Índia)

1 veneziano = 2 pardaus xerafins (170, 282)

VINTÉM (Portugal)

1 vintém = meio real de prata (85)

4 vinténs bons ou 5 maus = 1 tanga (170)

1 vintém = 15 bazarucos bons ou 18 maus (170, cf. nota)

* 1 vintém = 20 réis (vol. 1, p. 967)

PESOS E MEDIDAS ORIENTAIS

BAR

China:

1 bar = 300 cates = 200 cates de peso miúdo de Malaca (133)

Goa:

1 bar = 3½ quintais de peso português (171)

Malaca:

1 bar = 3 picos = 200 cates (133)
1 bar de peso graúdo = 200 cates (133)
1 bar de peso miúdo = 200 cates (133)

Sunda:

1 bar = 330 cates da China (118)
* 1 bar = 141-330 kg (vol. 3, p. 712)

CANDIL (Goa)

1 candil = 14 **schepel** (109, 171)
1 candil = 20 mãos (171)
* 1 candil = 214-235 kg (vol. 3, p. 712)

CATE

China:

1 cate = 20 onças portuguesas (133)
1 cate = 16 taéis chineses = 14 taéis de Malaca = 20¾ onças portuguesas (133)
3 cates = 2 cates de peso miúdo de Malaca (133)

Malaca:

1 cate de peso miúdo = 22 taéis (133)
12 cates de peso miúdo = 1 mão (133)
1 cate de peso graúdo = 26 taéis (133)
66⅔ cate = 1 pico (133)

Sunda:

1 cate = 20 onças portuguesas (118)
* 1 cate = 625 gr (vol. 3, p. 713)

FARDO (Goa)

1 fardo = três mãos e meia (171)

MÃO (Goa)

1 mão = 12 cates de peso miúdo de Malaca (133)
1 mão = 12 libras (171, 220)

20 mãos = 1 candil = ca. 14 **schepel** (171)
* 1 mão = 1-75 kg (vol. 3, p. 712-713)

MAZ (Malaca)
10¼ mazes = 1 onça portuguesa (133)
16 mazes = 1 bar de peso miúdo (133)
16 mãos e 8 cates fazem 200 cates = 1 bar de peso miúdo (133)

MEDIDA (Goa)
24 medidas = 1 mão (171)

PICO (Malaca)
1 pico = 66⅔ cate (133)
3 picos = 1 bar (133)
3 picos = 200 cates, tanto de peso graúdo como de peso miúdo (133)
* 1 pico = 61 kg (vol. 3, p. 713)

TAEL
China:
16 taéis = 1 cate = 14 taéis de Malaca (133)

Malaca:
1 tael = 16 mazes (133)
1 tael de peso graúdo = 1½ onças escassas portuguesas (133)
1 tael de peso miúdo = 1½ onças largas portuguesas (133)
14 taéis = 1 cate = 16 taéis da China (133)
* 1 tael = 48 gr (vol. 3, p. 713)

ÍNDICE TEMÁTICO E ONOMÁSTICO

O Índice funciona, simultaneamente, como 1. glossário de lusitanismos, da terminologia luso-asiática e dos demais termos provenientes de outras línguas (árabe, latim, malaio, neerlandês, etc.); 2. roteiro geográfico; 3. catálogo de personagens e embarcações; 4. listagem de produtos orientais, flora e fauna, moedas, pesos e medidas (no anexo anterior ao Índice encontra-se ainda um resumo comparativo das principais moedas, pesos e medidas referidos no *Itinerário*).

Símbolos utilizados:
* = lusitanismo/termo luso-asiático
entre « » = palavras em outras línguas
entre < > = ortografia no texto original (só onde existem diferenças e limitado aos lusitanismos, termos luso-asiáticos e exóticos e aos nomes geográficos, de personagens e de embarcações do ambiente (luso-)oriental). Nos casos onde Linschoten forneceu uma tradução holandesa do termo, esta encontra-se no fim, marcada com «:»
= erro tipográfico no texto original
a negro = palavra holandesa
palavras em itálico = nomes de embarcações/nomes botânicos
números em itálico = páginas onde se encontra um capítulo dedicado ao assunto

A

*abada: (malaio «badak») rinoceronte. 110, *199-200*

Abex(im), costa de: Abissínia ou Abexia, chamada costa de Melinde pelos portugueses. 79, 83, 84, 181, 215, 243, 291, 296, 324

*abexins <Abexynes/Abexijns/Habassijns/ /Abessijns>: 83, 84, 163, *179-180*, 183, 247

Abrolhos <Abrolhos/Abrollios>: baixos extremamente perigosos e muito temidos pela navegação, situados nas proximidades do litoral brasileiro. *76*, 79

Acem Naique <Acem Nayque>: personagem não identificada. 144

*achar <achar/achâr>: palavra de origem persa, adoptada em quase todas as línguas da Índia para designar «conservas». 208, 234, 236, 238, 261

Achém <Dachem/Achei(j)n>: sultanato do norte de Samatra, pertinaz oponente da presença portuguesa na região. 116, 295, 297, 299

aço: 122, 124

Açores, arquipélago dos <Açores/los Assores>: 13, 23, 33, *336-344*, 345

Acosta, José de: jesuíta espanhol (1540-1600), autor de uma célebre *Historia natural y moral de las Indias* (Sevilha, 1590). 22, 28, 29, 40

açúcar: 125, 130, 171, 331

*açúcar candi <suyker candil>: 93

Adão: 104, 215

Adém <Aden>: 30, 84, 87, 254, 255

*adiantado <adelantado: overste>: 116

«adil» <adel>: (árabe «adil») justiça. 143
Adil Khan <Idalham/Adelham/#Dialcan>: Yusuf Adil Khan, soberano do Bijapur (r. 1489-1510), também chamado o Sabaio. Os portugueses aplicaram o mesmo nome aos sucessivos governantes de Bijapur. 141-145
Adilxá <Adelxa>: Adil Shah, outra designação para Adil Khan. 143, 144
«adrac»: (hindustani «adrak») gengibre verde. 236
Afhuysen, Gerrit van <Gerrit/Gerardt van Afhuysen>: amigo flamengo de Linschoten, feitor do galeão de pimenta de Malaca. 13, 32, 325
«afiom» <affion>: nome do anfião entre árabes, mouros e indianos. 254
Afonso, Diogo: piloto português. 24
Afortunadas, ilhas: i.e., as Canárias. 330
África: 10, 16, 24, 29, 30, 127, 286, 294, 330
«agallochum xylo»: lenho aloés. 251
«agalugem» <agalugen>: (árabe «agaladjin» , derivado do sânscrito «aguru») lenho aloés. 251
ágata: pedra preciosa. 95, 269
Agualva <Gualva/Gual(u)a>: localidade na ilha Terceira. 340, 342
*águila brava <aguilla brava>: 251
Agulhas, cabo das: 322
Ahmadnagar <Madanagor>: cidade do Industão. 207
Ainão, ilha de <Ayn(a)o(n)>: 123, 124, 128, 265
Alagoa, baía da <Baya de Lagoa: bay van 't lack>: 320
Alambater: antiga designação não identificada de Diu. 93
*alambre: âmbar. 269
*alaqueca <alakecca>: (árabe «al-'akik») cornalina. 269
Alba, duque de: Fernando Alvarez de Toledo, duque de Alba (1507-1582). Foi desde 1566 comandante das tropas espanholas nos Países Baixos e desde 1567 também governador (até finais de 1573). 10, 12, 37, 70, 71
Alberto Magno: 245 nota 324
Albuquerque, Afonso de: 142 nota 182, 328 nota 416
Albuquerque, Matias de <Mathias Dalburquercke/Dalburker(c)ke>: capitão de Ormuz de 1585 a 1588, vice-rei da Índia de 1590 a 1597. 292, 300, 352
Alcácer Quibir: 73 nota 17
*alcachofra <alcacoffren>: 218
*alcatifas <alcatiffas/alcatyffas>: 56, 89, 95, 140
alcatrão: 93
*alcatrazes <alcatrases>: aves marítimas. 322
*alcorão <alcoran>: 143, 187
alemães: 85, 127
Alemanha: 10, 56, 70
Alençon ou Anjou, duque de: Francisco (1556-1584), duque de Anjou e Alençon, aliado dos Países Baixos contra Filipe II. 286
Alepo <Al(l)ep(p)o/Alleppen>: 56, 89, 90, 278, 279, 281, 282, 286, 301
Alexandre Magno: 93
Alexandria: 15
*alfândega <#alsandega: tolhuys>: 335
*algália <algallia>: 110, 133, 245
*algália, gatos-de- <algallia>: 124
algodão: 78, 93, 95, 97, 107, 109, 118, 122, 124, 127, 174, 176, 181, 182
alho: 94, 117, 120, 208
Ali: genro de Maomé, fundador do xiismo. 143 nota 190, 229
«aliá» <aliaa>: (malaio «halia») nome do gengibre em malaio. 236
*aljôfar <aliaffel/aljoffar>: (árabe «al-djauhar»: pérola) variedade de pérolas pequenas. 58, 124, *265-266*
«alma»: nome turco do jambo. O turco «alma» é a designação vulgar para a maçã. 210
*almadias: (árabe «al-madia») embarcações ligeiras, feitas de troncos de árvore escavados. 85, 178
*almagra <almagro>: 328
«almaz» <almas>: (árabe, persa e turco «almas») diamante. 267

almíscar <*almusqueren/*almiscar/mos-s(ch)eliaet>: produto aromático, segregado pelo gato almiscarado tibetano, que é utilizado em perfumaria e como analgésico. 58, 124, 133, *244--245*, 246, 256
aloés: suco de diversas plantas xerófilas, utilizado como unguento medicinal e aromático. 84, 261
*aloés socotorino <aloe Socotorina/aloes Socotrino>: mais estimada e valiosa variedade de aloés, proveniente da ilha de Socotorá. 84, 261
*alparcas <alparcos>: 176, 187
Alsaharavius <#Alsaharanius>: o médico hispano-árabe Abul Kasim-al-Zahrawi (m. 1106 ou 1107). 91
Altares: localidade na ilha Terceira. 342
«amba»: nome turco e persa da manga. 207
«ambar»: nome árabe do âmbar. 244
âmbar <*ambar/ambra/amber/ambre>: substância sólida, de cheiro almiscarado, proveniente do intestino do cachalote. 58, 78, 124, 133, 229, *243-244*, 246, 256
âmbar amarelo: 95, 269
âmbar pardo: 82, 95, 244
«ambarium»: nome latino do âmbar. 244
«ambili» <ambilij>: (marata «ambali») nome do tamarindo entre os guzerates. 257
«ambo»: nome canarês da manga. 206
Amboíno <Amboyna>: 118, 119
amêndoas: usadas como dinheiro. 171
América(s): 10, 13, 23, 30
Amesterdão: 9, 11, 17-19, 21, 22, 26
ametista: pedra preciosa. 95, 269
anacardo: fruto do *Semecarpus anacardium*. 261
*ananás <ananas>: *203-205*, 206-208, 213
«ananasa»: ananás em canarino. 203
*anfião <amfion>: 95, *254-255*, 256
Angediva <#Angedina>: as Angedivas (Anjadip), grupo de ilhas a sul de Goa. 141
*angelins <angelina>: (tamil «anjili») a *Artocarpus hirsuta*. 223
Angola: 24, 27, 29, 82, 325
*angra: 337
Angra: actual Angra do Heroísmo, na ilha Terceira. 13, 37, 334, 337, 338, 340, 341, 344-347, 349
angúrias: a *Citrullus officinarum*. 213
Anhalt: ducado na Alemanha, na província prussiana da Saxónia. 35, 63
*anil <anyl/an(n)il>: (árabe «an-nil»: azul). 58, 96, 174, *242-243*, 313
*antenais <antenalen>: aves marítimas. 319
Antilhas: 24, 27, 29, 212 nota 277
António, Prior do Crato, D.: filho natural do infante D. Luís, duque de Beja, irmão de D. João III e do cardeal-rei D. Henrique. 37, 70, 72
Antuérpia: 10, 20, 26, 57, 148, 301, 325
anumarana: costume hindu de a «mulher fiel» («sati») se deixar queimar viva com o marido falecido. 173 nota 213
«anvale» <amuale>: (concani «amvalo», pl. «amvale») mirabólano êmblico. 260
Apianus, Petrus: cosmógrafo alemão (1495--1552), autor de uma célebre *Cosmographia* (1524). 17
*ar, o <o ax>: paralisia, estupor; ar-de-vento. 341
árabes: 80, 84, 94, 95, 100, 101, 141, 163, *179-180*, 181, 183, 229, 246
Arábia: 84, 87, 88, 89, 144, 215, 224, 233, 236, 241, 246, 247, 258, 261, 263, 279, 291
Arábia Deserta: 84
Arábia Feliz ou Fértil: antiga designação do Iémen. 30, 84, 87, 168, 247
*araca <vraca>: (concani «urak») espírito fraco da palmeira. 220
«arare»: (concani «arali») a *Terminalia chebula*. 260
«arata»: palavra não identificada. 262
Árctico, oceano: 23
«areá» <area>: (talvez uma corrupção do hindustani «elwa» ou do bengali «elia») nome do aloés entre os decanins. 261
*areca <arecca/arrequa>: (malaiala «adekka») noz da *Areca catechu*. 158, 159, *227-230*, 233, 256
«aretca» <aretcan>: (sânscrito «haritaka») mirabólano québulo. 260

Arima <Arryma>: potentado na ilha nipónica de Kyushu. 138
Arménia: 89, 144, 241
arménios: 89, 94, 95, 147, 163, 279, 286
*armezim <armesyen>: tecido de seda, cujo nome parece derivar de Ormuz. 97
Arracão <Aracan>: antigo reino do litoral do golfo de Bengala, em parte correspondente à actual Birmânia. 108, 110-112
*arroba: peso português. 1 arroba = 32 arráteis ou libras = 14,5 kg. 75, 171
arroz: 78, 95, 96, 98, 107, 109, 117, 120, 124, 134, 138, 147, 157, 164, 165, 171-175, 177, 208
Arsínoe <Arsynoe>: cidade fundada pelo rei Ptolomeu II, no istmo de Suez. 84
*árvore-de-raízes <arvore/arbore derays: wortelboom>: *Ficus Indica*. *222-223*, 230
*árvore-triste <arbor trista/arbore triste: droevighe boom>: a *Nyctanthes arbor tristis*. 58, 63, *225-227*, 230
Arzira, serra d' <Darsira>: serra de Asir, no Iémen. 87
Asaboro <Asabora>: antigo nome de Moçandão. 87
Ascensão, ilha de <Ascension/Ascension: Hemelvaert>: 325, *328-329*
Ascensão, nau (Nossa Senhora da) <Acension/ /Nossa Senhora da Sencao>: 293, 294
«asi» <assij>: 241 nota 315
Ásia: 36, 64, 143
Ataíde, conde de Atouguia, D. Luís de: vice-rei da Índia de 1568 a 1571 e de 1578 a 1581. 161
Atlântico, oceano: 23
Augsburgo: 308
Áustria, cardeal Alberto de: cardeal-arquiduque (1559-1621), neto de Carlos V, irmão do imperador Rodolfo II, e que foi vice-rei de Portugal entre 1583 e 1598, depois de Filipe II de Espanha ter regressado a Madrid, após dois anos de residência em Lisboa. 12 nota 1, 73, 349 nota 426
Áustria, Ana de: quarta esposa de Filipe II de Espanha. 71
avás <Avas>: habitantes do reino de Avá que tinha como capital a cidade do mesmo nome na actual Birmânia.
Avicena: médico árabe (980-1037), autor de tratados célebres que corriam em latim na época. 16, 216, 217, 224, 229, 238, 247
Avis, dinastia de: 70 nota 1
azeite: 97, 134
*azevre <azeure>: (do árabe «as-sibar») aloés. 261

B

Babilónia: 56, 88, 90, 286
Baçaim <Basaijn/Bassaym/Bacaim>: ou Vasai, porto do litoral indiano, a norte de Bombaim. 96, 188, 211, 236, 237
«bache» <vache>: (hindustani «bacha») nome do cálamo-aromático no Decão. 262
Baçorá <Balsora/Bassora>: 56, 88-90, 248, 265, 268, 301
Badajoz: 12, 70, 71
Bagdade: 88 nota 51, 90
*bailadeira <balliadera>: dançarina e prostituta indiana. 179
*baju: (malaio «baju») camisa ou jaqueta. 156, 160
«balador»: (árabe «belader») anacardo. 261
Balagate <Ballag(u)at(t)e>: nome dado pelos portugueses aos planaltos centrais da Índia, que ficavam para lá dos Gates. 97, 140-142, 144, 167, 175, 179, 207, 213, 219, 233, 242, 246, 259, 262, 269, 271, 298, 301
*balax <ballax/ballays(en)>: pedra preciosa originária da Balássia ou Badakhshan. 268, 277
Bali, estreito de: 117 nota 126
«balimba» <bolunba>: (malaio e javanês «belimbing») nome da carambola em malaio. Deve tratar-se da espécie vizinha *Averrhoa bilimbi*. 211
bálsamo: 87
bálsamo: i.e., petróleo. 116
bálticos, países: 86
*bambu <bambus>: a palavra, embora comum

no malaio, parece de origem marata («bambu»: bambu oco). A palavra indígena malaia é «buluh». 153, 224, 225, 230
«ban»: ver «bon»
banana: ver figo-da-índia.
«bananas»: nome da banana na Guiné. 215
*bancais <banquays>: plural de «bancal», pano para cobrir bancos e mesas. 95
Banda, ilha de: 21, 114, 118, 119, 239
*baneanes <Banianen/Benjanes/Banianes/ /Banjanen/Banyanen>: (guzerate «vaniyan») jainas de Cambaia/ /Guzerate, que tradicionalmente se ocupavam da mercancia. 94, 95, 97, 147, 163, 165, 172, *174-175*, 176, 179, 190, 257, 267
Banganin <Banganijn>: fonte de água doce em Goa. 147
*bangue: (sânscrito «bhanga») a *Cannabis indica*, o cânhamo-indiano. 95, *255-257*
Bantam: porto na ilha de Java. 21, 117 nota 128
*bar <bhar(en)>: (malaio «bahara») medida de peso que variava muito nas diferentes regiões, oscilando entre 141 e 330 kg. 118, 133, 171, 309
Barassin, J.: 39
*baratas <barrattas>: 195
Barbosa, Duarte: viajante português (m. c. 1545), autor do *Livro das Coisas da Índia* (c. 1516). 115 nota 116, 125 nota 149, 184 notas 227 e 228
«barca»: ou «bárica», melhor variedade da jaca. 205
Barcelor <Bars(s)elor>: Basarur, perto de Coondapoor. 98, 309
Bardês <Barde(e)s/#Bordes>: 85, 145, 146, 147, 162, 177, 281, 292, 299
Barém <Barem/Bareijn/Bareyn>: Bahrain, ilha no golfo Pérsico. 88, 91, 104, 265
Barentsz, Willem: navegador holandês (c. 1550-1597). 22, 23
Barriga, João <Ioan Barriga>: «segundo capitão-mor» na primeira expedição contra Sanguiseo. 284
*barrigões <barrigois: groote buijcken>: designação para homens ociosos na Índia. 169
barro: 342
Barros, João de: cronista português (c. 1496--1570), autor das *Décadas da Ásia* (vols. I-III, Lisboa, 1552-1553; vol. IV, Madrid, 1615). 34
*bastão <baston: romp>: pecíolo do cravo. 118, 237
«batang» <batan>: (malaio «batang»: tronco). 221
*batatas: 216, 338
*bate <batte>: (concani «bhat») arroz em casca. 171
Baticalá <Batycola/Baticola/Batecala/ /#Balequala>: Bhatkal, a sul de Onor. 98, 211, 260, 308
Bazan, D. Alonso de <Don Alonso de Bassan>: capitão-mor espanhol. 351, 353
*bazarucos <basaruco(s)/bazaruco(s)/ /basaruken>: moeda de estanho corrente na Índia. 375 bazarucos = 1 pardau. 154, 170, 171, 218, 270
*beatilhas <beatillias>: 109
*beirames <beyramen>: (persa «bairam») tecido muito fino de algodão. 118
Belém: 15
*belléricos <bellericos>: (árabe «balilidj») a fruta da *Terminalia bellerica*, um mirabólano. 260
Bélgica: 14
«bellericas»: a *Terminalia bellerica*, um mirabólano. 260
Bengala <Bengal(l)en/Bengala>: 28, 58, 92, 96, 97, 103, 107, *108-110*, 114, 118, 141, 144, 148, 171, 176, 179, 189, 196, 199, 200, 207, 215, 220, 233, 236, 237, 245, 259-261, 266, 267
Bengala, golfo de <golfa/Golfe van Bengala/ /Bengalen>: 108, 115
bengalis <Bengalen/Bengales/Bengala>: 108, 110, 114, 240, 245
*benjoim <benjoin/benjoim/benjuin>: resina aromática produzida pelo benjoeiro, árvore comum no Sudeste Asiático. 113, 118, 133, *246*, 247

*benjoim amendoado <benjuin amendoado: benjuin van amandelen>: 246
*benjoim de boninas <benjoin van Boninen/ /benjuin de boninas: benjuin van bloemen>: 117, 246
Benzo, Jerónimo: Girolamo Benzoni, escritor e viajante italiano, autor de uma controversa *Historia del Mondo Novo* (Veneza, 1565). 16
Berberia <Barbaria/Barberia>: designação atribuída ao Norte de África. 127, 286, 294, 330
*bergantins <bergantynen>: 123
*berilo <berylo>: pedra semipreciosa. 268
«bernavi»: (árabe «bernawi») bangue. 256
«bers»: (árabe «bers») preparado de ópio. 256
Bertandono <Bertandono/Bartandono/ /Bartendono>: capitão biscainho. 354, 355
*beso las manos <besolas manos>: forma espanholada de «beijo-lhe as mãos», fórmula de saudação cortês. 152, 153
*bétele <bet(t)ele>: (malaiala «vettila») folha do *Piper betle*. O mesmo nome era aplicado ao masticatório usado na Índia. 158, 159, 220, *227-230*, 233, 241
*betre <bettre>: i.e., bétele. 227
bibó <bibo>: (concani «bibó»: árvore do anacardo) nome indiano do anacardo. 261
*bichos-de-palmeiras <bichos depalmeyras>: trata-se do *Sciurus palmarum*. 195
Bidar <Beder>: cidade do interior do Industão. 142
Bihar: 144 nota 192
Bijapur <Visapor>: cidade do interior do Industão. 142, 144 nota 195
Biscaia: 243
biscainhos: 348, 353-355, 358
biscoito: 122
Bisnagar <Bisnag(u)ar>: ou Narsinga, o reino de Vijayanagara. 58, *105-107*, 143, 189, 190, 224, 260, 267, 269
Boa Esperança, cabo da <C(abo) de boa Esperance/bona Esperansa/bo(n)a Esperança>: 21, 24, 75-77, 79, 81, 117, 181, 287, 290, 293, 300, 312, 315-320, 322-325, 327, 330, 350
*boa viagem <bo(n)a viagen: behouden reijs>: 295, 323
Boa Viagem, nau <Boa Viagen>: 285, 293
bodes: 193, 326
*bofetas <boffetas>: (persa «bafta») tecido de algodão muito fino. 95
bois: 80, 94, 122, 134, 193, 340
«bolla» <bola>: nome indiano da mirra. 247
«bon» ou «ban»: (árabe «bunn») grão de café. 136
«boniama»: variedade do ananás. 204
*bonzes <bonses>: (japonês «bozu», a partir do chinês «fang chu») termo que designa os sacerdotes budistas no Japão e na China. 138
Borneu <Borneo/Borneu´>: 121, 257, 265
Bósforo: 241
«boza» <bosa>: (turco «boza») preparado de bangue. 256
*braceletes <braselettes/braseletten>: 156, 176, 185
Bragança, duquesa de: 70 nota 2
*brâmanes <#dermedes/bramanes/ /bramenes/Bramenes>: 59, 100, 106, 147, 163, 164, 165, *172-174*, 175, 176, 179, 186, 191, 192, 251
*bramás <Bramas>: habitantes do reino de Birmânia. 121
Branco, mar: 19
Brasil: 10, 16, 24, 27, 29, 76, 203, 204, 208, 236, 335, 337, 342, 347, 350, 357
Brasil, monte(s) <Bresijl>: monte na ilha Terceira. 337, 344, 347
brasileiros: 118, 120
Brava: ou Barawa, localidade na costa somalí. 84, 291, 296
Bretanha: 350
bretões: 348
breu: 93
Brielle: localidade holandesa situada a oeste de Roterdão. 11
*brindões <brindoi(j)ns>: (concani «bhiraud») fruto do brindoeiro, *Garcinia purpurea*. 212
*brocado: 124, 156, 283
Brocardo: provavelmente o frade dominicano

Brocard (séc. XIII), autor de uma *Descritio Terrae Sanctae*. 215
Broecke, dr. Berent ten: ver Paludanus. 15, 63
Bruges: 279
Bry, irmãos De: 39
Buchel, Arnout van: historiador neerlandês. 55
Buda: 104 nota 89
Buda, dente de: 189 nota 236
budismo: 100 nota 81
búfalos: 122, 193, 194
«bunapala» <buna palla>: (malaio «bunga pala») maça. 239
«bunga»: (malaio «bunga»: flor). 221 nota 294
Bungo: potentado na ilha nipónica de Kyushu. 137, 138
Burcherts, Bernardt: colega de Linschoten em Goa, nascido em Hamburgo. 286
«burladora» <burla dora>: nome espanhol de datura. 158
«buah» <buaa>: (malaio «buah»: fruta). 221

C

*cabaia <cabaja>: roupão ou túnica. 172
Cabaceira <Cabasera>: lugar situado na terra firme junto à ilha de Moçambique. 80
cabedais: 93
*cabo <cabo/#capo: hoec(k), caep>: *passim*
Cabo Verde: 24, 81, 236, 329, 337, 342, 347
cabras: 80, 90, 122, 147, 193, 326
*cabras-de-mato <cabras demato: wilde geyten>: 200
*cachundé <cachunde>: (malaiala «kachchundi») um extracto da madeira da *Acacia catechu*, engrossado e seco, a que em português se dá o nome de «cate». 159
«cacollá ceguer» <saccolaa seguer>: (árabe «kakolah çaghir») cardamomo pequeno. 240
«cacollá quebir» <saccolaa quebir>: (árabe «kakolah kebir») cardamomo grande. 240
«cadegi indi»: (árabe «sadhadji indi») fólio indo. 264
*cadolins <cadolijns>: (sânscrito «kadali») variedade de bananas. 215
café: 136 nota 161
*cáfilas <caffyla/caffylen/caffiles>: 89, 279, 286, 301
*cafres <Caffres>: *181-183*, 196, 299, 327
*cairo <cayro/cairo>: (malaiala e tamil «kayuru»: corda) filamentos de noz de coco utilizados no fabrico de cordame e de vários outros produtos. 102, 218, 220, 316, 321
Cairo: 15, 91, 215, 254, 255, 259, 269, 290
«caismão» <caysman>: (malaio «kayu manis»: pau doce) canela. 234
*caixa(s) <caixa(s)>: (sânscrito «karsa») moeda de cobre de valor ínfimo, com um orifício no centro, e que corria em fiadas. 118
*caju(s) <caju(s)/#cajons/#cagius>: *Anacardium occidentale*, levado pelos portugueses da América para a Índia. *208-209*, 213
Calábria: 248
*calafate(s) <callaf(f)at(t)e(n)>: 75, 314
«calafur»: (árabe «garanfal») nome do cravo entre turcos, persas, árabes e indianos. 237
*calaim <calaem>: (malaio «kalang») estanho de Quedá. 113
*calamba: (malaio «kelembak») a melhor qualidade de lenho aloés. 121, 122, 133, *251*
«calambac» <calamba>: (malaio «kelembak») nome malaio da melhor qualidade de lenho aloés. 251
*cálamo-aromático <calamo aromatico>: o *Acorus calamus*. 262
«calamus aromaticus»: cálamo-aromático. 262
*calão <callao>: (malaiala «kalam») bilha de barro ou cobre. 219
Calecute <Calecut>: 99, 101, 205, 240, 261, 269, 310
«calvegiam» <calvegian>: (corrupção do árabe «khalanjan») galanga. 264
camaleões: 195
Câmara, Rui Gonçalves da <Rioy/Ruy Gonsalues da Camara>: capitão-mor da expedição contra piratas turcos. 290, 296
Camarão <Camaron>: Kamaran, ilhota no mar Vermelho. 265

«camariz» <camarix>: (hindi do Decão «kamrak») nome da carambola em decani e canarês. 211
Cambaia <Cambaya/Cambaja/Cambajen>: ou Guzerate. 93, 94, *95-96*, 97, 99, 118, 140, 141, 144, 147, 148, 166, 174, 176, 197, 217, 218, 243, 255, 259-261, 263, 264, 268, 269, 283
Cambaia, golfo de <inganck>: 94, 96, 270
Camboja: 121, 122, 251
Cambraia, pano de. 118
«cameá» <camea>: (malaiala «karuva»: canela) nome da canela no Malabar. 234
camelos: 89, 332
Camerarius: o alemão Joachim Camerarius (Jr.), autor do *Hortus Medicus et Philosophicus* (Frankfurt, 1588), referido por Paludanus. 243
Camões, Luís de: autor dos *Lusíadas* (Lisboa, 1572), fonte de Linschoten. 32, 84 nota 40, 87 notas 47 e 49, 92 nota 62, 93 nota 65, 100 nota 81, 105 nota 92, 115 notas 117 e 121, 117 nota 125, 120 notas 136 e 137, 121 notas 140-142, 184 nota 226
Campar: pequeno reino na costa oriental de Samatra. 116
canada: antiga medida de capacidade. 102, 218
*cana-da-índia <riet van Indien>: bambu. 222
*cana-de-açúcar <suyker rieden/stocksuyker/ /suijcker riet/suycker-riet>: 78, 95, 224, 254
*canafístula <canna fistula>: 259
Canal (da Mancha): 350, 358
Cananor: Cannanore, na costa do Malabar. 31, 86, 98, 99, 101, 188, 240, 261, 269, 287, 309, 310
Canará <Canara/#Canam>: 141, 229
*canarás <Canaras>: habitante do Canará. Linschoten usa o termo mais frequentemente para designar os canarás que habitam em Goa. Cf. «canarins». 97, 105, 141, 163, *175-177*, 178, 179
Canárias, ilhas <Canarien>: *330-332*, 344
*canarins <Canarijns>: «habitante do Canará», nome desde o princípio aplicado erroneamente pelos portugueses ao povo de Goa. Linschoten usa o nome para designar a casta de lavradores. 145, 149, 171, *177-179*, 184, 193, 217, 218, 261
canários: 338
*canas-de-bengala <canas de Bengala>: 110
Cândia: Iráklion, na ilha de Creta. 56
*candil <candil/candijl/candylen>: (malaiala «kandi») medida de peso asiática, que oscilava entre 214 e 235 kg. 109, 171
canela: 58, 99, 100, 104, *234-235*, 294
*canela-do-mato <canella de mate/cannella de mato: woeste canneel>: 99, 235
*canequins <cannequi(j)ns>: (concani «khanki») tecido grosso de algodão. 95, 118
cânfora: 95, 117, 118, 121, 133, 229, 256, *257*
Cantão <Canton/Cantao>: 123-125, 127, 128, 131-133
*cão <Cam>: versão aportuguesada de «khan». 143
*capitania <capiteinyen: capiteijnschap>: 92
*capitão-mor <oversten capiteijn>: 284
«carabeli»: nome da carambola em canarês. 211
*carambola <carambolas>: (concani «karambal») fruto da caramboleira, *Averrhoa carambola*. 211
Caranja, nau *Bom Jesus de* <Bom/Bon Iesus de Caranja>: 285, 286, 293
*caravela(s) <carveel(en)>: 197, 203, 333-335, 343-345, 349, 351, 352
carbúnculos: melhor variedade de rubis. 268
cardamomo: *240-241*
Cardoso, Manuel Godinho: 32, 287 nota 396
*caril <carrijl>: (tamil «kari») molho feito com várias especiarias. 200, 219, 258
Carlos V, imperador: 10, 46, 72 nota 11, 120 nota 134, 253
Carmânia: região do sul da Pérsia, correspondente ao actual Quirman. 92
carneiros: 80, 90, 94, 117, 127, 134, 193
carneiros de cinco quatros: 80, 193
Carpela <Carpella>: designação ptolemaica do cabo de Jasque. 92

cartazes: 98 nota 76
Carvalho, Bernardim de <Bernaldijn de Carvalho>: capitão-mor da primeira armada enviada para descercar Columbo. 297
Cascais: 336
«cassab aldirira» <cassab ende aldirira/cassab elderira>: (árabe «kasab al-dharirah») o cálamo-aromático. 262
*cassas: (malaio «kasa») tecido transparente de algodão ou linho. 109, 118
cássia(-fístula): 259
casta <geslacht>: 166, 176, 184 nota 227
castanhas: 122
Castanheda, Fernão Lopes de: cronista português (m. 1559), autor da *História do descobrimento e conquista da Índia* (Coimbra, 1551-1554), possível fonte de Linschoten. 34, 101, 111 nota 110, 115 nota 120
Castela, reino de: 78
*castiços <castisos>: 148
Castro, D. João de: 84 nota 39
Castro, ínsula de D. João de <Insula van Don Ian de castro>: Grande Comore, no arquipélago das Comores. 83
Castro, D. Pedro de: capitão de Sofala, cujo mandato terminou em 1583. 83
Cataio <Cathay>: 123
Catarina, D.: filha de Filipe II. 72 nota 10
*cata-ventos <cattaventos>: 91
*cate <kaate/cate>: (hindi «kath») extracto da madeira de catechueira, *Acacia suma*. 228, 229
*cate <ca(e)t(t)e(n)>: (malaio «kati») medida de peso equivalente a 625 gr. 118, 133
«catecomer» <cate, comer>: (possível corrupção de «ghrita kumari», antigo nome indiano da planta, do sânscrito «kumari») nome do aloés entre os canarins. 261
Catifa <Catijffa>: Al-Qatif. 265
*cativos <captyven/capti(j)ven>: 109, 148, 160, 179, 182, 183, 294
Cáucaso <Caucasso>: 92
cavalos: 87, 89, 92, 124, 148, 170
Cavendish, Thomas <Thomas Candish>: almirante inglês (1560-1592) que fez uma viagem de circumnavegação nos anos de 1586-1588. 117, 324 nota 412
«cebar» <sebar>: (árabe «as-sibar») aloés. 261
cebola: 94, 117, 120
cedro: 340, 343, 344
Ceilão <Seylon/#Seylan>: 32, 58, 99, 100, 102, *103-105*, 115 nota 120, 189, 196, 197, 234, 235, 240, 250, 251, 265, 268--270, 297, 300
*cenorins <senorijns>: etimologia desconhecida, variedade de bananas. 215
«cepule» ou «chebulae»: a *Terminalia chebula* ou québulo, um mirabólano. 260
cera: 125
«cercandá» <sercandaa>: (sânscrito «çrikhanda») (árvore de) sândalo. 249
cetim: 97, 124, 127, 165, 175
cevada: 78
*chá <chaa>: 136 nota 161, 137
*chaderes <chautares>: (persa «chadar») tecido branco de algodão. 95
Chagas, nau *As* <As Chagas: die vijf wonden>: 286
«chaiarxambar»: (persa «chiar-shambar») nome egípcio da canafístula. 259
Chakan <Charanna>: cidade do Industão. 207
Chale: Chaliyam, um pouco a sul de Calecute. 101
chamalotes: 89
«chamaroch»: nome da carambola em persa. 211
*chambaçal <chambasal>: (tamil «chambasal») variedade inferior de arroz, sendo a palavra utilizada também para designar a qualidade inferior de outros produtos. 171, 206
Champá <Champâ>: antigo reino do litoral do actual Annam. 121, 122
«chandam» <#chandanacon>: (sânscrito «chandana» ou malaio «cendana») sândalo. 249

Chandor <Quindor>: cidade do Industão. 207
«chanque» <chamke>: (malaio «cengkih») nome do cravo nas Molucas. 237
«chanquo» <chanca/chanco>: (sânscrito «çankha») concha da *Turbinella pyrum*. 266
«chaoua» <#chaona>: (árabe «kahwah») café. 136
Chatigão <Chatigan>: Chittagong, no oriente de Bengala. 109
*chatins <chatijns/chatijnen>: (malaiala «chetti») membro da classe negociante. O termo aplicava-se, por analogia, aos portugueses que se dedicavam à mercancia. 155
Chaul: porto do litoral indiano, a sul de Bombaim. 92, 96, 97, 174, 211, 290, 297, 305
«checani» <checanijn>: i.e., «chikni supari» (areca vermelha). 227
Chekiang <Chequeam>: província da China. 128
Chersoneso Aurea: designação antiga da Península Malaia. 115
*cheilas <cheylas>: (hindustani «chela») espécie de tecido axadrezado. 108
«cheripo»: (tamil «chippi») ostra que contém a melhor qualidade de pérolas. 266
China <China/Chyna>: 13, 19, 21, 24, 32, 57, 97, 114, 116, 121, 122, *123-131*, 132-136, 139, 144, 148, 149, 170, 176, 179, 220, 233, 236, 237, 239, 242, 244, 246, 247, 248, 252-254, 262, 264, 266, 270, 283, 293, 295, 297, 300, 303, 307, 308, 334
*chincapalões <chincapoloyns>: (tamil «s'inga(n)valei») melhor variedade de bananas. 215
Chinchéu <Chincheo/Chincheu>: 124, 257
chineses <Chinen/Chinas/Chynen>: 123, 126, 128, 129, 131, 140, 189, 244, 245, 254, 263
Chipre: 56
Chitarau: personagem não identificada. 144
Chitor <Sitor>: antiga praça-forte no reino de Mewar (Guzerate). 261, 263
chumbo: 124, 133
*cidras <cydren>: 212
*cidrões <cidroenen>: 212
Cieza de León, Pedro: cronista espanhol (c. 1520-1554), autor de uma *Crónica del Perú*, cuja primeira parte foi impressa em Sevilha, em 1553. 16
Cifardam <Siffardan>: Srivardhan, a sul de Bombaim. 141
*cingalás <C(h)ingalas>: (sânscrito «simhala») cingaleses. 103, 104, 109
«cinnamomum» <cynnamomun>: nome latino da canela. 234
Cinosura, ponta de <Sinosura>: 120 e nota, 121
«ciri» <Siri>: (malaio «sirih») bétele. 229
Cisne: navio holandês. 19
«citrinas»: a *Terminalia citrina*, um mirabólano. 260
*citrinos <citrinos/#serrinos>: mirabólano, fruta da *Terminalia citrina*. 260
civeta: i.e., algália. 110, 245
civeta, gatos-de-: i.e., gatos-de-algália. 122, 245
Claesz, Cornelis: editor do *Itinerário*. 16-18, 23, 33, 38
Cloppenburch, Jan Evertsz: livreiro holandês. 38, 39
Clusius, Carlos: botânico francês (1526-1609) que publicou traduções comentadas em latim dos *Colóquios* de Garcia de Orta (*Aromatum et simplicium*, Antuérpia, 1567) e do *Tratado* de Cristóvão da Costa (*Aromatum et medicamentorum*, Antuérpia, 1582), ambas utilizadas por Paludanus. 15, 16, 33, 204 nota 259, 206 nota 266, 208, 216, 223, 226, 229, 262
*cobrança <cobransa>: 294
cobras: 164, 195
cobre: 116, 122, 124, 133, 147, 298
«coccolucio»: i.e., coqueluche. 70
Coccus laca: 241 nota 319
Cochim <Cochi(j)n>: 13, 28, 31, 78, 79, 86, 93, 94, 99, 100, 101, 106, 167, 174, 175, 185, 186, 187, 188, 193, 198, 201, 203,

223, 235, 283, 285-287, 293, 294, 297, 307-310, 312, 315, 316, 323, 329
Cochim de Cima <Cochin Dacyma>: Ernakulam, cidade fronteira a Cochim. 99
«cochin»: (chinês «tsjung-sju»?) governador provincial na China. Os autores portugueses da época dão-lhe o nome de «tutão» (chinês «hsün-fu-tu-t'ang»). 128
Cochinchina <Cauchinc(h)ina/ /Cauchinchyna>: 122, 123, 265
Cochinchina, golfo da <inwijck van Cauchinchina>: golfo de Tonquim. 121, 122
*cochinilha <cochenillie>: 345
*cocos <coquos/cocus/cocos/kocken/ /coquen/coccen>: 58, 93, 102, 104, 113, 145, 149, 177, 195, *217-221*, 227. ver nozes-da-índia
*codornizes <codornysen: quackels>: 338
coelhos: 104, 193, 339
*colchas godorins <godorijns colchas>: (hindustani «gudri») colcha estofada. 95
*colerica passio: cólera. 224
*coles <colles>: (guzerate «koli», de onde vem a palavra «cule») casta inferior do Concão e do Guzerate, que se dedicava à pesca, à caça e aos assaltos. 140
Columbo <Columb(i)o/Colombo>: 103, 297
*comadre(s) <com(m)ere(s)>: 153, 154
Comagena <Comagens>: Kommagene, região a nordeste de Antioquia. 241
«cominhan» <comingion>: (malaio «kemenyan») benjoim. 246
*comissário apostólico romano <commisario apostolico Romano>: 294
Comores, ilhas dos <Comaro>: 237
Comorim, cabo de <C(abo) de Comori(jn)>: ponta mais meridional do Industão. 96, 97, 98, 100, 102, 141, 166, 167, 201, 233, 243, 256, 266
Comoro, ínsula de <Insula de Comora>: Anjovan, no arquipélago das Comores. 83
*compadre(s) <compero(s)/compere: ghevader>: 154, 157
Companhia das Índias Ocidentais: companhia comercial holandesa. 23
Companhia das Índias Orientais: companhia comercial holandesa. 21
Companhia dos Países Longínquos: companhia comercial holandesa. 19, 20
Companhia inglesa: a Companhia do Levante. 279
Companhia Velha: companhia comercial holandesa. 21
*compassar <compasseren>: 316
*comsas: nome de tecido não identificado. 109
Concão <Cuncam/Cuncan>: região costeira do Industão, que se estende de Bombaim a Goa. 96, 140, 141, 144
Concílio Provincial: terceiro Concílio Provincial de Goa (1585). 106
«conder»: (árabe «konder») incenso. 247
Congo: 27
Coningh, Frans: lapidário flamengo, natural de Antuérpia, amigo de Linschoten em Goa. 301-306
Constantinopla: 90
*contramestre <contrameester: hooghboots-man>: 75
*copra: 219, 220
Coraçane <Coracone/Corasone/Carrassone>: Khorasan, província persa. 89, 140, 270
coraçones <Corasonen>: habitantes de Coraçane. 141, 142
corças: 104, 122, 193
Córdova: 212
Coreia <insula de Core>: 139
Cori <Corij>: antigo nome do cabo de Comorim. 98
*corja(s) <corgia(s)>: palavra de etimologia não apurada que indica uma vintena. 269
Cornelisz, L.: gravador holandês. 26
*cornudo(s) <cornudo(s): hoorn-dragers>: marido de adúltera. 231, 232
coroa <**croonen**>: moeda de ouro francesa (écu d'or), na altura corrente nos Países Baixos. 137
Coromandel, (costa de) <Choramandel>:

faixa costeira do sudeste do Industão, que se estende de Negapatão até Masulipatão. 96, 97, 103, 105, 107, 108, 114, 118, 141, 167, 190, 224, 249, 251
*corpo santo de frei Pedro Gonçalves <corpo santo: heyligh lichaem>: fogo-de--santelmo. 317
Correntes, cabo das: 78, 79
Cortes de Lisboa: 72 nota 12
Cortes de Tomar: 71 nota 7, 72 nota 9
Coruña, La: 350, 351
Corvo, ilha do: 332, 337, 344, 351, 353, 355, 357
«cost» ou «cast»: (árabe «kost») costo. 262
Costa, D. Álvaro da: 56 nota 1
Costa, Cristóvão da: médico português (1525-1593), autor do *Tratado das Drogas e Medicinas das Índias Orientais* (Burgos, 1578), fonte de Linschoten e, na versão latina de Clusius, de Paludanus. 16, 33, 196 nota 250, 204, 206, 211, 219 nota 288, 220, 221 nota 293, 225 notas 297 e 298, 226, 231 nota 307
*costo: raiz aromática da *Saussurea lappa*. 263
costus: i.e., costo. 262
«cota»: (árabe «kutb»: estrela polar, pólo). 143
Cotal-Maluco <Cotalmaluco/Cotal Maluco>: Kutb al-Mulk, soberano de Golconda ou Telingana. 142
*cotonias <cotonias/cotonyen>: (árabe «qutniya») roupa de algodão, linhagem, tecido de linho ou de seda. 95, 165
Cotumixá <Contumixa>: talvez Khatif Shah, governante de Bihar. 144
Coulão <Coulon>: Quilon, a sul de Cochim. 100, 101, 309
Coutinho, António de Azevedo <#Anto Dazevedo Coutinho>: capitão de Ormuz. 292
Coutinho, Manuel de Sousa <Manuel de Sousa #Courinho>: capitão-mor da segunda armada enviada para descercar Columbo, governador da Índia de 1588 a 1590. 297, 300
Couto, Diogo do: cronista português (1542--1616), autor das *Décadas* IV (1602), V e VI (1612), VII (1616), etc., continuação da obra de João de Barros. 32, 34, 35, 189 notas 236-238, 243 nota 321, 283 nota 390, 284 nota 391, 285 notas 392 e 393, 290 nota 397, 291 nota 398, 295 nota 401, 296 nota 402, 297 notas 403 e 404, 316 nota 408
côvado: 91, 104, 118
Cra, istmo de: 112 nota 114
Cranganor: porto da costa do Malabar, a norte de Cochim. 99, 225
cravo(-da-índia) <(gyroffel-)nag(h)elen>: 57, 104, 117, 118, 120, 133, 233, *237-238*, 256
*crises <cryses>: (malaio «keris») punhal malaio. 117
crisólitos: pedra preciosa. 95, 269
cristal(-de-rocha) <(bergh-)cristal>: 95, 134, 268
cristãos: 99, 101, 103-105, 108, 112, 122, 123, 137-139, 145, 150, 152, 155, 156, 160, 163, 166, 171, 174, 175, 177, 179, 181, 185, 187, 190, 268, 298, 301
*cristãos-novos <nieuwe Christenen>: 289
cristãos renegados: 116, 298
crocodilos: 108, 202, 225
Cruz, Fr. Gaspar da: viajante português, autor do *Tratado das cousas da China* (Évora, 1569-1570). 125 nota 150
*cruzado <crusaet>: moeda portuguesa de ouro, na altura corrente nos Países Baixos como moeda equivalente ao ducado. 118
Cuama: território por onde corre um dos braços do rio Zambeze. 81, 82
*cubebas <cubeben>: fruto da *Piper cubeba*. 263
Cumberland, lord <millort Commerlandt>: George Clifford Cumberland (1558--1605), almirante inglês. 334, 336, 342, 343, 345-347
«cumucos» <cumuc>: (malaio «kemukus») cubeba. 263
Cunhale: de facto, Vadakara ou Badagara. Kunhali era o nome de um pirata malabar. 101

*cunixu: (japonês «kuni-shu») termo japonês aproximadamente correspondente a fidalgo. 137, 138
Curtio: Quintus Curtius Rufus, historiador romano (séc. I). 223
*curumbins <corumbijns>: (concani «kunbi») lavrador indiano. 177, 179, 184
«cuurdo» <curdo>: (cingalês «kurundu»: madeira) nome da canela em Ceilão. 234

D

Dabul: ou Dabhol, porto do litoral indiano, a sul de Bombaim. *96*, 237
*daias <dayas>: (persa «dajah») parteira indiana. 264
Dalgado, S. R.: 50
Damão <Daman>: *96*, *97*
Damasco: 56, 215, 286
damasco: tecido. 127, 130, 156, 165, 175, 334
Damiata: 15, 259
«daracht moris»: (persa «daracht»: «árvore» e árabe «moris»: «banana») bananeira. 215
«darchini» <darchyna>: (persa «darchini»: pau da China) nome persa da canela. 234
«daringó» <daringoo>: (malaio «jerangau») o cálamo-aromático. 262
Dartmouth: 358
dátiles: i.e., tâmaras. 89, 90, 122
«datula»: persa e turco para datura. 158
*datura <dutroa>: (sânscrito «dhattura») a *Datura alba*, planta com propriedades narcóticas. Linschoten usa sistematicamente a palavra «dutroa», enquanto Orta só fala em «datura». 157, *230-232*, 305
«daturo»: datura em canarês. 158
Daulatabad <Dultabado/Vltabado>: cidade do Industão. 207, 271
*decanins <Decanijns/Dekanijns>: habitantes do Decão. 97, 105, 141, 146, 148, 163, 172, *175-177*, 178, 179, 191, 213, 227, 233, 240, 246, 261
Decão <Decan/Decam>: 95, 97, 140-144, 175, 229, 236, 251, 255, 261, 267
Deli <Deli/Dely>: sultanato de Deli. 140, 141
«derelside»: palavra não identificada, seria o nome egípcio do tamarindo. 258
diamantes: 58, 117, 121, *267-268*, 271-275, 277
Dias: região não identificada na Pérsia. 89
Diego, D.: filho de Filipe II. 72
Dieppe: 301
dinheiros <**penninghen**>: moeda holandesa de cobre. 16 dinheiros = 1 soldo. 74
Dioscórides: médico grego (c. 40-c. 90) referido por Paludanus. 241, 264 nota 357
Diu: *93-94*, 96, 97, 167, 174
Doetechem, irmãos Van: Joannes e Baptista van Doetechem, gravadores/cartógrafos holandeses. 18
donderbaert: barbas-de-Júpiter (*Sempervivum tectorum*). 243
«dor de boi»: praga de vermes. 91
Dordrecht: cidade na Holanda, a sudeste de Roterdão. 220
«dore» <dors>: seria o nome do cardamomo entre os gentios indianos. Palavra não identificada. 240
Doryues, Juan: capitão-mor espanhol. 346
Dover: 358
dracma: peso antigo, usado na medicina, equivalente à oitava parte de uma onça. 238
Drake, Francis <Draeck>: famoso almirante-corsário inglês (?1540-1596). 24, 282, 333, 336
dromedários: 89
ducado: moeda de ouro corrente em Espanha, Portugal e nos Países Baixos, onde equivalia a 3 florins. 75, 126, 132, 133, 137, 168, 182, 183, 190, 272-278, 292, 308, 309, 345, 346, 352
duit: moeda holandesa de cobre. 8 duiten = 1 soldo. 146
*durião <duryoens/dvryoen/duriaoen>: (malaio «durian») fruta do *Durio zibethinus*. *221-222*
*durindois: fruta não identificada. 212
«dutroa»: i.e., datura. 158

E

ébano: 82
Egipto: 84, 108, 121, 179, 256, 259, 262

«elachi» <helachij/elachi>: (hindustani «elachi») cardamomo. 240
elefantes: 57, 58, 78, 81, 103, 104, 111, 124, 182, 190, *196-200*
elefante branco: 111, 113, 196
«elevi»: (malaiala «eleni») nome do coco verde no Malabar. 217
Elichpur <Lispor>: cidade no reino de Berar. 267
Elvas: 71
«emblicas»: a *Phyllanthus emblica*, um mirabólano. 260
*êmblicos <emblicos>: (do sânscrito «amalaka») a *Phyllanthus emblica*, um mirabólano. 260
Emden: 10
Enkhuizen: na altura um dos principais portos de pesca e comerciais da República Neerlandesa, situado na Frísia Ocidental. 9-20, 26, 36, 55, 57, 64, 65, 69, 302, 359
«ençal» <ensal>: (cingalês «ensal») nome do cardamomo em Ceilão. 240
*enseada <enseada: inganck>: 93
enxofre: 104, 122, 124, 326
*erva-babosa <herba baboza: quijlcruijt>: erva de que se extrai o aloés, *Aloe vera*. 261
erva-de-bengala <cruijt van Bengalen>: 110
*erva-sentida <herba sentida: ghevoel-cruyt>: a *Caesalpina mimosoides*, também chamada erva-mimosa ou vergonhosa. 231
ervilhas: 94, 95, 96
Escalda, rio: 20
escarlate: 134
escoceses: 338, 341, 342
Escócia: 95
escravos/-as: 82, 109, 147, 149, 152, 157, 159, 160, 167, 169, 179, 182, 193, 303, 304, 313, 315, 327, 328, 334
escrópulo: peso antigo, usado na medicina, equivalente a 24 grãos. 256
esmeraldas: 58, 269, 273
esmeraldas orientais: esmeraldas oriundas do Oriente, por oposição às esmeraldas da Índia espanhola. 269, 272, *276-277*
Espanha: *passim*
espanhóis: *passim*
especiarias: ver pimenta, cravo, etc.
espelhos: 134, 279
Esperança de Enkhuizen: navio holandês. 21
*espinelas <(e)spine(l)len/espinellas/ /spynellen>: pedra preciosa da cor do rubi. 95, 104, 111, 268, 277
*espinelas da Roca Nova <espinellas da rouca nova: nieuwe rootse>: 277
*espiquenardo <spiconardus/spiconardi>: o *Nardotachys jatamansi*. 261, 263, 264
Estados Gerais das Províncias Neerlandesas Unidas: 14, 18, 21, 22, 28, 29, 63
estanho: 124, 133
Estrabão: geógrafo grego (64 a.C.-14 d.C.). 223
*estreito <estre(y)cho/estreyto: straet, enckte/enghte/enghde>: *passim*
*estrinqueiros <strinceros>: 75
etíopes: 87
Etiópia <Aethiopia(e)>: na altura, o nome era frequentemente utilizado para designar toda a África Negra. 29, 81, 179, 181, 196, 197, 325
Etna, monte: 262
«etremilly» <etremilly/etremelli>: (corrupção do malaiala «elattari») nome do cardamomo no Malabar. 240
Eufrates, rio: 88
Eugenia malacensis: 209 nota 270
Europa: 97, 104, 110, 124, 128, 130, 139, 175, 183, 184, 187, 193, 261, 270

F

Faial, ilha do <Fayael>: 336, 337, 343, 345, 346, 349, 350
Falcão, Luís Figueiredo: 34
Falso, cabo: 77
«fanax»: nome da jaca em persa. 205
*fardos <fardo/farden: packen>: quantidade de arroz embalado, equivalendo a um peso de cerca de três mãos e meia. 138, 171
farinha: 122
Faro: 353

«faufel» <fauffel>: nome árabe da areca. 227
*fava-de-malaca <fava de Malacca: boon van Malacca>: o anacardo. 261
*febres contínuas <febres continuas>: 168
Fedrici, C. de: viajante italiano, autor do *Viaggio nell' India Orientale et oltra l'India* (Veneza, 1587). 112 nota 111
feijão: 94
*feijões <feysoins>: ave marítima. 323
Ferrária: 138
ferro: 104, 122, 124
Ferro, ilha de <(d)El Hierro>: 330, 331
*fidalgo da casa de el-rei nosso senhor <fidalgo da caza del rey nosso senhor: eelman van des coninghs huijs>: 150
*fidalgo, cavaleiro <cavalheiro fidalgo>: 150
*fidalgos, escudeiros <escuderos fidalgos: schiltknecht>: 150
*fidalgos, moços <mosos fidalgos>: 150
figos: 326
*figos-da-índia <Indiaensche vyg(h)en/vyghen van Indien>: i.e., bananas. 80, 164, 178, *214-216*
*figos de Cananor <vyg(h)en van Cananor>: variedade de bananas, proveniente de Cananor. 98, 215
*figos de horta <figos dorta: hof-vijghen>: a banana vulgar. 215
figueiras-da-índia <vijghboomen>: bananeiras. 221
«filfil»: nome da pimenta em árabe. 233
Filipa, Dona <Dona Fellipa>: rainha de Ormuz convertida à fé cristã. 292
Filipe, D.: filho de Filipe II, mais tarde Filipe III de Espanha (II de Portugal). 72
Filipe II: rei de Espanha e dos Países Baixos, desde 1580 rei de Portugal (Filipe I). 10-12, 14, 19, 25, 37, 70, 71 nota 7, 72 nota 14, 73, 102, 104, 122, 200, 201, 283, 286, 292, 297, 341, 346, 350, 357
Filipinas <Phil(l)ip(p)inas/Fellippinas>: 24, 117 nota 126, 122, 124, 212, 324
Finisterra, cabo de: 69
Fitch, Ralph: viajante inglês (?1550-1611). 32, 281 nota 385
Flamengas, ilhas <Vlaemsche Eylanden>: os Açores. 72, 298, 306, 310, *336-344*, 345
flamengos: 107
Flamengos, ribeira de <Aribera dos Framengos: Vlaemsche Beecke/Beecke vande Vlaminghen>: ribeira na ilha do Faial. 337
Flandres: 10, 279
«flavas»: outro nome da *Terminalia citrina*, um mirabólano. 260
flibote <**vlieboot**>: na altura, um novo tipo de embarcação holandesa: um navio pequeno de três mastros, de popa alta, beque comprido e casco achatado, destinado à navegação nas águas de pouca profundidade de «Vlie», a norte da província de Frísia. 348, 353, 355
Flissinga: cidade portuária na Zelândia. 13, 357
Florença: 138, 282
Flores (de Quiniones), Álvaro de: capitão-mor espanhol. 346, 348, 349
Flores, ilha das: 332, 337, 344
flores de noz-moscada: maça. 121, 133, 233, *239-240*
Florida, costa da: 347
florim <**gulden**>: moeda holandesa de prata. 109
florim Carolus <**Karolus gulden**>: na altura, o nome comum para o florim de prata de vinte soldos. Originalmente, o nome designava uma moeda de ouro, introduzida por Carlos V em 1517. As sucessivas quebras fizeram dela a pior de todas as moedas de ouro da época, razão pela qual, em 1543, Carlos V introduziu um florim de prata, que equivalia ao florim de ouro, valendo 20 soldos. 74, 118, 126, 149
florim de ouro: moeda holandesa de ouro, equivalente a 28 soldos. 82, 283
folium Indum: fólio indo, folha de várias espécies de *Cinnamomum*. 263
Fonseca, arcebispo D. Frei Vicente da: frade dominicano, antigo pregador de D. Sebastião, foi nomeado arcebispo de Goa em 1583, exercendo o cargo até 1587, data da sua morte. 12, 13, 73, 77,

85, 86, 92, 104, 106, 112, 201, 280, 286, 294, 299, 306
Fonseca, Roque da: irmão do arcebispo de Goa. 285
formigas: 194
Forte Ventura, ilha de <Fuerte Ventura>: 330
Fragoso, António: soldado português em Goa. 302-305
França: 56, 86, 350
franceses: 72, 90, 279, 338, 341, 342, 347
Frísia: 14
Frísia Ocidental: 10, 11, 17, 29, 64
Frísia Oriental: 10
Frobisher, Martin <Marten Furbischer>: almirante inglês (1535?-1594). 350
Fugger e Welser: importantes casas comerciais alemãs, desde cedo envolvidas no tráfico com o Oriente. 13, 308
Fukien <Foquiem>: província da China. 128
*fula <fulle>: (sânscrito «phull»: flor) provavelmente a mogarim, *Jasminum sambac*. 213
*fula: (concani «phul») aguardente. 220
*fusta(s) <fuste(n)>: 101, 151, 156, 185, 197, 284, 285, 290, 292, 295, 297, 350

G

Gaastra, F.: 20
galanga: 264
*galeão <gallioen/galleon/gallioenen>: 79, 292, 297, 327, 335
galegos: 355
Galeno: médico grego (131-201) referido por Paludanus. 16, 240, 241, 256
«gali»: palavra desconhecida. Seria o nome do «anil» em Guzerate. 242
galinhas: 80, 90, 94, 98, 104, 117, 124, 147, 177, 193, 338
Galle, Francisco de: piloto espanhol. 24
*gamela <gamello>: 178
Ganges: grande rio asiático, que nasce nas vertentes do Himalaia. 92, 107, 108, 199, 202
gansos: 124
«garro»: (malaio «gaharu») lenho aloés. 251
Gaspar, D.: D. Gaspar de Leão Pereira, primeiro arcebispo de Goa (1560-1576). 190
Gate <Guate>: a cordilheira dos Gates. 141
gengibre: 57, 78, 97, 208, 213, *236-237*
gentios: 105, 126, 140, 146, 147, 150, 158, *163-166*, 168, 170, 171, 172, 179, 186, 240, 298
Gerum, ilha de <Geru>: 88
Gibraltar, estreito de <estrecho van Gibraltar>: 55, 278
gierst: painço ou milho-miúdo. 257
«gimzibil» <gengibil>: (árabe «zendjibil») nome árabe do gengibre. 236
*giraçal <girasal(s)>: (marata «jiresal»), i.e., «arroz de cominho», assim chamado em virtude do seu cheiro peculiar. Era a melhor qualidade de arroz, sendo a palavra utilizada também para designar a melhor qualidade de outros produtos. 171, 206
Goa: 20, 28, 31-33, 35, 37, 55, 78, 86, 92-94, 96, 103, 106, 107, 113, 114, 132, 138, 140-142, *144-148*, 161, 170, 172, 173, 175, 177, 179, 183, 186, 197, 205, 213, 217, 218, 226, 233, 248, 259, 262, 265, 267, 269, 279, 283, 285, 286, 287, 289, 295-297, 299-301, 306
Goa Velha <Goa Velha: oudt Goa>: 145
*golfo <golfo/golfa/Golfe>: *passim*
Gomera, ilha de La: 330
Gonçalves, Pero: capitão da nau *S. João*. 33
gorgorão: tecido encorpado, de seda, algodão ou lã. 97
*gorgoleta <gorgoletta>: 157
Grã-Canária <Groot Canarie>: 330, 332
Graciosa, ilha <Gratiosa>: 332, 336, 343, 345, 356
gralhas: 163, 193
*granadas <gramandes/granadis/granaden/ /granaten>: 58, 95, 104, 111, 269
grão: peso antigo, equivalente a um quarto de um quilate e à vigésima parte de um grama. 255, 266, 267, 272, 277
Grão-Turco: designação atribuída ao sultão otomano. 90, 279, 290, 296
Gregório XIII: papa de 1572 a 1585. 138 nota 166, 287

Grenville, Richard <Richart/Richert Groenvelt>: vice-almirante inglês (1541?-1591). 353, 354, 357
Grimaldi, Cipião <Sypriaen Grimaldo>: italiano a bordo da nau *Santiago*. 288
Groffa: 56 e nota
Groninga: 14
Grynaeus, Simon: 20
«guaiacam» <gwaycan>: (ameríndio «guaiacan») i.e., a *Guaiacum officinale*. 252
*guanches <Guanchas>: 332
Guardafui, cabo de <Guardafum>: situado na extremidade nordeste da África, à entrada do mar Vermelho. 84, 87
*guardião <guardiaan/guardiaen: schimman/ /schieman>: 75, 314
Guéldria: 10, 14
*gueos <Gueos>: povo não identificado que habitava nos montes do norte do Sião. 121
Guiné (costa da) <Guinea/Guyne(a)>: 24, 27, 30, 76, 77, 79, 84, 216, 245, 326, 329, 337, 342, 347
«gul»: seria o nome persa da árvore-triste. A palavra significa «rosa». 226
Gunsalan: a ilha Pulo Salang ou o cabo Udjung Salang, ambos à altura do actual Phuket (Tailândia). 113
«guti» <gutij>: (concani «goting») mirabólano belérico. 260
Guzerate <Guzaratte(n)/Gusarat(t)e>: 207, 229, 236, 242, 251
*guzerates <Gusaratten/#Gusaretten/ /Gusarat(t)es/Gusuratten>: muçulmanos cambaieses. 94, 95, 97, 147, 163, 172, *174-175*, 176, 179, 227, 233, 240, 257, 262, *267*

H

«hager armini»: (árabe «hadjar Armanti») pedra arménia. 271
Hakluyt, Richard: 39, 281 nota 385
Hakluyt Society: 39
Hamburgo: 20, 286, 307
Hammas, lago: 88 nota 50
Hangchou: 129 nota 154
Hanuman: macaco venerado pelos hindus. 189 nota 238
haraquiri: 135 nota 160
Harlemo: uma das grandes cidades da província da Holanda Setentrional, situada a oeste de Amesterdão. Cidade natal de Jan Huygen van Linschoten. 9, 64, 287
«haud»: (árabe «ud»: madeira) lenho aloés. 251
Havana: 345, 347, 351, 357
Hawkins, John <Iohan Harckles>: almirante inglês (1532-1595). 350
«haxixe» <assis>: (árabe «hashish») nome egípcio para um preparado de bangue. 256
«heger»: (persa «eger») o cálamo-aromático. 262
«helle» <Hello>: fogo-de-santelmo. 317
Henrique, rei D.: o cardeal D. Henrique, arcebispo titular de Évora e administrador de Braga, tio-avô de D. Sebastião, que reinou entre 1578 e 31 de Janeiro de 1580, data da sua morte. 12, 37, 70
Henrique IV: rei de Navarra. 350 nota 429
«hil»: (sânscrito «ela») cardamomo. 240
hipopótamo, dentes de: 95
Hispaniola: a ilha de Haiti. 203
Holanda: 10, 11, 13, 14, 29, 55, 64, 355, 358
holandeses: 127, 280, 298 e nota 405, 301, 304, 306, 308, 358
*homens honrados <#homes overados: mans met eeren/eerlijck man>: 150, 151
Honan <Hona>: província da China. 128
Hondius, Jodocus: gravador/cartógrafo holandês. 18, 26
Hoogerbeets, Petrus: médico-escritor holandês. 17
Hoorn: cidade portuária na Frísia Ocidental. 17
Hospital Real: hospital em Goa. 168
Houtman, Cornelis de: navegador holandês. 19, 20, 37
Houwens Post, H.: 20, 45 e nota, 46-48
Howard, Thomas <Thomas Hauwer>: almirante inglês. 353
Hukuang <Oquiam>: província da China. 128
Huygen, Jan: ver Linschoten, Jan Huygen van

I

«iaca»: nome malaiala da jaca. 205
«iaiagna»: variedade do ananás. 204
«iaiama»: nome de uma variedade do ananás em Hispaniola (Haiti). 203, 204
«iamboli»: nome do jambo entre os malabares e canarins. 210
Idalcão <Hidalcam/Hydalcan>: versão aportuguesada de Adil Khan, generalizada como título dos governantes de Bijapur. 141-145, 179, 298
Iémen: 84 nota 41
«Igelskolbe» <Igel kolben>: nome alemão da datura. 158
ilhas encantadas: 35, 331 nota 420
«imad»: (árabe «imad»: pilar, esteio). 143
Imad-Maluco <Imademaluco/Imade Maluco>: Imad al-Mulk, governante de Berar. 142
«imgi»: (malaiala «inji») nome do gengibre no Malabar. 236
incenso: 87, 89, 117, 158, 159, *247*
«indas»: mirabólano índio. 260
Índia: *passim*
Índia, carreira da: 9, 74, 85 nota 45, 112, 283, 313 nota 407
Índia, Casa da <huys van Indien>: 309, 313, 335, 357
Índia espanhola: 58, 203, 212, 236, 252, 259, 269, 278, 332, 337, 340, 342, 345-347, 349-351, 353, 355
Índia portuguesa: 236, 337, 342, 349-351
indianos: *passim*
Índias Orientais ou Portuguesas: 28, 63, 65, 69, 73, 203, 208, 212, 334
índigo: o mesmo que anil. 96, 133, 242, 313
*índios <indius/inda>: (árabe «hindi») mirabólano, fruta verde do *Phyllanthus distichus*. 260
Indo, rio: rio que nasce na cordilheira de Korakorum e desagua junto a Carachi. 92, 93
Indus: o rio Indo. 92
Inglaterra: 56, 86, 278, 286, 345, 347, 349, 352, 355, 358
ingleses: 90, 278-283, 324, 325, 332, 333, 338, 342-354, 357, 358
*inhames <iniamos>: designação atribuída a várias espécies de dioscóreas. O termo é de origem africana, provavelmente da Guiné. 216
Inquisição: 144
Insulíndia: 20, 115, 117 notas 126 e 129
Invencível Armada: 13, 333 nota 421
«iraa» <yraa>: (sânscrito «hira») nome indiano do diamante. 267
Isabel Clara Eugenia, infanta: filha de Filipe II. 72 nota 10
Ismael Adil Khan: filho de Yusuf Adil Khan. 142 nota 181
Itália: 12, 56, 70, 138, 282, 352, 358
italianos: 147, 279, 283, 287, 298
«itam»: (malaio «intan») diamante. 267

J

*jaca <iaqua/iaac(c)a(s)/iaca/iaka>: (malaiala «chakka») fruto da jaqueira, *Artocarpus integrifolia*. *205-206*, 212, 213, 221
*jacata <iacatay>: do japonês «yakata», que não significa «rei», mas sim «palácio, residência de um fidalgo». 137
jacinto: pedra preciosa. 95, 111, 269, 277
«jacut» <iacut>: (árabe «jakut») rubi. 269
Jaggarnath, carro de: 190 nota 240
*jagra <iagra>: (malaiala «chakkara») açúcar grosso mascavado de palmeira. 220
«jaifol» <iayfol>: (hindustani «jaiphal») noz-moscada. Linschoten, seguindo Orta, atribui o nome, erradamente, à maça. 239
Jailolo <Geloulo>: ou Halmaeira. 119
jaina: sectário do jainismo. 174 nota 215
*jambeiro <iambeiro>: 210
*jambo(s) <iambos>: (sânscrito «jambu», adoptado por muitas línguas indianas). Fruto do jambeiro, *Eugenia jambos*. *209-210*, 213
*jambolões <iamboloens/iambolijns>: (do sânscrito «jambula») fruto do jamboleiro, *Eugenia jambolana*. 212
*jangadas <iangadas>: 289

*jangomas <iangomas>: (concani «zangam») fruto do jangomeira, *Flacourtia cataphracta*. 211
janízaros: soldados turcos. 89
Japão <Iapon/Iapan/Japan>: 13, 21, 24, 32, 57, 115, 124, 132, *134-140*, 179, 181, 282, 283, 293, 295, 296, 300, 307, 308
Japão, carreira do: 132, 134
«japatri» <iapatry>: (hindustani «jaipatri») maça. Linschoten, seguindo Orta, atribui o nome, erradamente, à noz-moscada. 239
japoneses <Iapon(en)/Iapanen>: 139
Jaquete, enseada de <Iaqueta>: golfo de Kutch. 93
Jasque, cabo de <cabo de Iasque>: Jask, no litoral iraniano. 92, 93
«jauzialindi» <Iausial indi>: (árabe «djauz-al-hindi»: noz da Índia) nome vulgar do coco entre persas e árabes. 217
Java (Maior) <Iava (major/mayor): (groot) Iava>: a ilha de Java. 24, 115, *117-119*, 144, 233, 238, 240, 263, 264, 324, 334
Java Menor <Iava minor: cleijn Iava>: a ilha de Sumbawa. 118
javalis: 104, 193, 326
javaneses <Jauwen/Javen/Iava>: 115, 117, 118, 263, 327
Javas, ínsulas <Insulas/eylanden (van) Iavas>: Java e Sumbawa. 114, 115, 235, 246, 249
Jeremias: profeta bíblico. 90
Jerusalém: 15, 56, 138, 187, 215, 286
jesuítas: 134 nota 159, 138, 139, 162, 168, 181, 202, 266, 279-283, 288, 299, 300
João III, rei D.: 120 nota 134
*jogues <iogos>: ascetas hindus. 164
Johore <Ior/Iôr/Ioor>: sultanato malaio, junto ao estreito de Singapura. 116, 295, 297, 298
Joosten(szoon), Huig: pai de Jan Huygen van Linschoten. 9, 55, 287
*jorins <iorijms/iorijns>: (persa «jarin») brocados da Índia. 93, 95
judeus: 100, 147, 163, *186-188*
judeus sefarditas: 187 nota 281
Judia, baixos da <Baixos de Iudia/drooghte(n) van Judea/Iudia: drooghte van de Judinne>: 79, 287, 290, 294, 315
Julfar <Iulfar>: 265
jumento indiano: 78
*junça <iunssa>: 338
*junco(s) <iuncko(s)>: embarcação chinesa. 324, 325

K

Kaerius, Petrus: gravador/cartógrafo holandês. 18
Kampen: cidade holandesa na província de Over-Yssel, situada na margem do rio Yssel. 259
Kara, mar de: 19, 21
*khan <Ham>: (turco-persa «khan») príncipe ou senhor. 143
Kiangsi <Saxi>: província da China. 128
Koeman, C.: 39
Kuangsi <Aucheo>: província da China. 128
Kueichou <Quicheo>: província da China. 128
Kunhali: pirata muçulmano do Malabar, conhecido entre os portugueses por Cunhale. 101 nota 83

L

lã: 127
«lac»: nome da laca entre mouros e indianos. 241
laca: 58, 95, 97, 111, 165, *241-242*
«lada»: nome da pimenta em malaio. 233
lagartixas: 78
lagartos: 195
«lampatam» <lampaton>: palavra desconhecida, que transcreveria o nome chinês da raiz-da-china. 254
Lançarote, ilha de <Lansarotte>: 330
Lancaster, James: navegador inglês. 350 nota 427
«lancuaz» <lanquas>: (malaio «lengkuas») galanga maior. 264
*lancoa <lancua>: (malaio «lengkuas») galanga maior ou galanga de Java, *Alpinia galanga*. 133

Langren, irmãos Van: Arnoldus e Henricus van Langren, gravadores/cartógrafos holandeses. 18
*lanha <lanha/lanhos>: nome do coco verde em Goa. 217, 218
laos <Laos>: os Laus, habitantes da zona montanhosa do Leste da Birmânia. 121
laranjas: 78, 80, 104, 125, 212, 326, 338, 344
Lari <Lary>: a cidade persa de Lar. 89
*larim/larins <larijn/larynen/larrijns>: moeda de prata cunhada na cidade persa de Lar, muito bem cotada no Índico ocidental, onde valia de 105 a 108 bazarucos. 89, 109, 149, 170
*lascarim <lascarijn>: (persa «lashkari») soldado indiano. 179
Lasso, Bartolomeu: cartógrafo português. 18
last: antiga medida holandesa de capacidade de navios, equivalente a cerca de 2 toneladas. 73, 132, 145, 167, 198, 307, 339
latão: 124, 133
Laurens foetens: 331 nota 419
«lavandou»: palavra não identificada, que transcreveria o nome chinês da galanga menor, *Alpinia officinarum*. 264
lebres: 104, 193
Legazpi, expedição de: 122 nota 143
léguas espanholas: 71 nota 6
léguas germânicas: 71 nota 6, 78
léguas italianas: 78
Leida: 15
*leilão <leylon: uyt-roep>: 148, 152
leite: 94, 147, 177, 193
*lenho aloés <linaloes/lignum aloes>: 133, 229
leões: 124
Lepisma niger e *Lepisma niveo-fasciata*: 194 nota 247
Léqueo Maior <Lequeo major: groot Lequeo>: o arquipélago de Ryukyu. 140
Léqueo Pequeno <Lequeo pequeno: cleijn Lequeo>: provavelmente a Formosa. 139
Lerius: Jean de Lery, viajante e escritor francês (1534-1613), autor de uma *Histoire d'un voyage en terre de Brésil* (Genebra, 1578). 16
Leste, mar de: 359
Liampó <Liampoo>: 124
*liberdade(s) <vryigheden/vrydom/ /lyberteyt(en)>: 74, 75, 313
libra: medida de peso, correspondente a pouco menos de meio quilo. 75, 86, 171, 252, 257, 269, 309
*líchias <lechyas>: (chinês «li-chi») fruto do *Nephelium litchi*. 125
«licium» <lyciun>: i.e., cate. 230
licorne: i.e., rinoceronte. 57, 199, 270
lignum aloes: lenho aloés. *251*
ligueurs: membros da liga de católicos franceses fundada em 1576. 350
limas: 78, 80, 104, 212, 326
limões: 78, 80, 104, 212, 326, 338
linho: 104, 125
Linschoten, Jan Huygen van: 9-59, 125, 227, 245, 250, 256
Linschoten, Marietje Jansdochter van: filha de Jan Huygen van Linschoten. 21
Linschoten-vereeniging: 39
Lisboa: 10, 12, 13, 19, 32, 37, 69, 71-74, 85, 146, 200, 202, 235, 287, 299, 310, 312, 313, 325, 332, 334-336, 344, 346, 348, 349, 351, 352, 355, 358
Livorno: 358
lobos-marinhos: 322
«locsumutri» <loc Sumutri: lack van Samatra>: palavra não identificada. Seria o nome da laca em árabe, persa e turco. 241
Lodoicea seychellarum: 102 nota 84
Londres: 55, 90, 286
*loutea <loitia>: (chinês «lo-tieh»: venerável pai) designação respeitosa que era utilizada para os funcionários chineses. 126, 129
«lovam» <lovan>: (árabe «lovan») incenso. 247
«lovanjavy»: (árabe «luban djawi») nome árabe para benjoim. 246
Luções, ilhas <Lus(s)on(e)s>: nome por que eram conhecidas as Filipinas, derivado de Lução (Luzon), nome de uma das ilhas, que tem Manila por capital. 122, 124, 212

Luçon, cidade e ilha de <Lusson>: 122
Ludovicum Romanum: Ludovico di Varthema. 206 ver Varthema
«lulu»: nome árabe da pérola. 265
Lutero, Martinho: 10

M

maça <*massa/fo(e)lie(n)/folye>: 58, 117-119, 133, *239-240*, 256
maçãs: 338
«maçãs do paraíso»: outro nome para a banana. 215, 216
Macau <Macao/Maccau/#Maçau/Machau/ /Makau>: 24, 32, 106 nota 95, 123, 127, *131-134*, 139
Macuwa: região dos Macuas, no oeste de Moçambique. 81
macuwas: habitantes da região dos Macuas. 81
Madagáscar, ilha de: 22, 24, 78. ver ilha de S. Lourenço
Madeira, ilha de <Madera>: 74, 76, 79
Madre-Maluco <Madremaluco>: Imad--Maluco. 142
madrepérola <*madre perola: peerlemoeder>: 93, 266
Madrid: 11, 70, 73, 138, 200, 282, 350
Maelson, Dr. Françoys: Frans Pieterszoon Maakschoon, magistrado neerlandês (1538-?1600) e médico municipal de Enkhuizen. Participou em várias legações como conselheiro de Guilherme de Orange, sendo mais tarde nomeado conselheiro do príncipe Maurício. Nos seus últimos anos, foi um grande defensor do caminho para a Índia pelo Norte. 16, 17, 25, 64
Maffei, Giovanni Pietro: célebre historiador jesuíta (1533-1603), autor dos *Historiarum Indicarum libri XVI* (Florença, 1588). 33
Magadoxo: Mogadiscio, na actual Somália. 24, 84
Magalhães, estreito de <(e)strecho van Magallianes>: 21, 24, 324, 350
Magalhães, Fernão de: 120 nota 134, 122 nota 143
Magastar: outro nome para a ilha de Madagáscar. 78
*mainatos <maynattos>: (malaiala «mannatti») lavador ou branqueador. 177
Malabar, costa do <Malabar/Malavar>: 86, 96-100, *100-102*, 117, 193, 205, 215, 217, 218, 224, 229, 232-237, 240, 242, 259, 260, 287, 293, 308-310, 350
malabares <Malabaren>: 98, 99, 100-102, 150, 156, *183-186*, 188, 227, 255, 283, 284, 350
«malabatrum» <malabatrium>: nome latino do fólio indo. 264
Malaca <Malacca>: 20, 24, 28, 32, 79, 96, 102, 106-108, 113, *114-115*, 116-119, 132, 133, 144, 148, 179, 200, 202, 207, 209, 212, 215, 220-222, 224, 226, 233, 238, 239, 246, 251, 259, 271, 279, 295, 297, 299, 335, 349, 350
Malaca, estreito de <enghde/estrecho van Malacca>: 116, 297
Malaca, galeão/nau de: 13, 292, 297, 315, 324, 327, 334, 336, 351-353, 357
malaiala: língua do Malabar. 183 nota 224
malaios <Malayos/Malayen>: 114, 115, 117, 118
Malamocco: 56
Maldivas, ilhas <Mal(e)dyva/Maldiua/ /Maldiva/#Maldina>: *102-103*, 217, 220, 243, 315, 316
Malta: 15
«maluco»: corrupção portuguesa do árabe «mulk» (estado, reino, país). 143
Maluco Verido: o mesmo que Melique Verido. 143
«mambu»: bambu. 224, 225, 230
maná: parece tratar-se da seiva segregada pelas folhas do tamarisco, arbusto vulgar na Península Arábica. 87, 89, *247-248*, 258
*mandarim/ns <mandorijn(s)>: (malaio «mantrin», a partir do sânscrito «mantrin») magistrado ou alto funcionário no Extremo Oriente. 126, 129-131
Mandu <Mandor>: antiga capital do reino de Malwa, situado a leste do Guzerate. 261, 263

*manga <mangas>: (malaiala «manga») fruto da mangueira, *Mangifera indica*. 157, *206--208*, 209, 213
*manga brava <mangas brauas>: 207
Mangalor <Mangalor/#Mangalar>: Mangalore, na costa do Malabar. 86, 98, 309
*mangas de veludo <mangas de velludo: fluweelen mouwen>: ave marítima. 320, 322
*mangas recheadas: 208
Mangate, rio <Mangatte>: Mangatti é o nome de uma terra pequena a norte de Cochim. Não se sabe qual o rio a que Linschoten se refere. 312
*mangelim/ns <mangelijn(s)>: (concani «manjadi») medida de peso equivalente a cerca de 5 grãos. 267, 268
*mangostães <mangestains>: (malaio «mangistan») fruto da *Garcinia mangostana*. 212
«manica»: (tamil «mannikam», do sânscrito «manikya») rubi. 269
Manila <Manillia>: 122
Manilas, ilhas <Las Manillias/Manillios>: outro nome para as Filipinas. 122
*manilhas <manil(l)ias/manillien: armringhen>: 156, 173, 197, 267
*manjar branco <mangiar blanco/mangier blanco: witte eeten>: 221, 222
manteiga: 93-96, 98, 171, 193
*mantilhas <mantilien>: 110
Mântua: 282
«manu codiatas»: (malaio «manuk dewata»: ave dos deuses), designação atribuída à chamada ave-do-paraíso. 120
*mão(s) <mao: hant/hand(en)>: i.e., o peso indiano «man», variando de 1 a 75 quilogramas, conforme a localidade e o produto. 133, 171, 220
Maomé: 84, 101
Maomé, lei de: 81, 84, 87, 88, 94, 98, 100, 126, 163, 179, 181, 292
maometanos: 78, 80, 81, 84, 100, 101, 140, 163, 164, 175, 179-181, 188, 233, 298
Mar Abraham: arcebispo nestoriano de Angamale. 105 nota 93
«marana»: seria árabe para datura. No entanto, o nome árabe é «djauz masal». 158
*maravedis <malvedisen/maluadisen>: moeda espanhola de cobre. 205, 222
Marees, P. de: navegador holandês. 30
marfim <*Marfyn/yvo(o)ren(-been)>: 58, 82, 95, 104, 133, 134, 181, 197
«margarita» <margaritas>: nome latino da pérola. 265
Maria, D.: irmã de Filipe II. 72 nota 11
mar Índico: 82 nota 35, 84
mar Mediterrâneo: 10, 84, 89
*marmelada(s) <mermellade(n)>: 89, 288, 289
mármore: 84
«maro»: nome do coqueiro na Índia. 217
Marselha: 90
*martabanas (jarras) <martavanas/potten van Martavan>: 80 nota 28, 112, 113, 180
Martavão <Martavan>: porto do antigo reino de Pegu, identificado com a actual cidade birmanesa de Martaban. 110, 112, 113
Martensz, Cornelis: mestre holandês. 355
Martins, D. Pedro de: segundo bispo do Japão (1591-1598). 139 nota 168
Mascarenhas, D. Francisco <Don Francisco Mascarenias/Mascharenhas>: vice-rei da Índia entre 1581 e 1584. 85, 284, 286
Mascarenhas, D. Gil Eanes <don Iulianes/ /Iulianus Mascharenhas>: capitão-mor na primeira expedição contra Sanguiseo. 284, 286
Mascarenhas, D. Jerónimo <don Ieronimo Mascharenhas>: capitão-mor na segunda expedição contra Sanguiseo. 285
Mascate <Mascatte/Masquate>: 89, 92, 97
«maslac»: nome turco do ópio. 255
Masulipatão <Musulepatan>: Machilipatnam, também chamado Bandar. 105, 107
Mata-Vacas <matavaquas>: lugar perto de Goa. 232
*matrícula geral <matricola generael>: 150, 151, 308

Mattioli: Pietro Andrea Mattioli, médico italiano (séc. XVI), autor de *Discordi*, livro de comentários sobre Dioscórides, provável fonte de Paludanus. 259, 260
Maurício, príncipe: (1567-1625) filho e sucessor de Guilherme de Orange, desde 1587 chefe militar dos holandeses na luta contra os espanhóis. 14, 17, 19-21, 29
Maximiliano, imperador: Maximiliano II, imperador de Alemanha de 1564 a 1576. 71, 72
May, Jan Cornelisz: navegador holandês. 23
*maz(es) <maes-masen>: (malaio «mas») 16 mazes = 1 tael, medida de peso muito variável (entre 1 e 75 kg), conforme as regiões. 133
Meca: 84, 101
Meca, estreito de <estreyto/estrecho/enckte de/van Mec(c)a>: i.e., o mar Vermelho. 84, 94, 261, 290, 350
«meceri» <mecerij> (anfião): (árabe «misri»: egípcio).
Mecom, rio: 121
«meconium»: (grego «mekónion»: suco de dormideira) variedade de ópio. 255
*medida <medida: maet>: 171
Medina: 84 nota 38
Medina, Pedro de: cosmógrafo e cartógrafo espanhol (1493-1567), autor de uma célebre *Arte de Navegar* (Valladolid, 1545). 17
*meirinho <merinho>: 75
mel: 78, 90, 98, 122, 125, 171
*melão-da-índia <meloen van Indien>: i.e., a pateca ou melancia. 213
Meliapor: 104, 106, 107
Melinde: cidade situada na costa oriental africana. 84
Melinde, costa de: nome que os portugueses dão à costa de Abex. 24, 79, 83, 96, 181, 243, 291, 296
«melique» <melique/melice>: (árabe «malik»: rei). 143
Melique Verido: Melik Berid («melik»: reizinho). Trata-se de Kasim Berid, governante de Bidar. 142, 143
Melo, Martim Afonso de <Martijn Afonso de/da Mello>: capitão-mor da expedição para a costa de Melinde. 296
melões: 213
Menancabo <Manancabo>: região na ilha de Samatra. 117
Mendonça, Fernão de <Fernando de Mendossa>: capitão-mor na nau *Santiago*. 288
Mendoza, Frei Juan González de <Iuan Gonsales deMendoça>: (1545-1618) frade da Ordem de Santo Agostinho, que a pedido do Papa Gregório XIII e em resposta ao interesse considerável e crescente pela China na Europa, compilou uma história da China, baseando-se em autores anteriores, tais como Galiote Pereira, Gaspar da Cruz e Martín de Rada. A *Historia de las cosas más notables, ritos e costumbres del gran Reyno de la China* (Roma, 1585) teve um êxito retumbante, contando até ao fim do século 46 edições, em sete línguas europeias: espanhol, alemão, holandês, italiano, francês, inglês e latim. A obra ganhou grande prestígio e autoridade, influenciando por muito tempo a imagem da China na Europa. 17, 20, 33, 108 nota 101, 123 nota 145, 125 nota 150, 128 nota 153, 129 nota 154, 131
Meneses, D. Duarte de: vice-rei da Índia de 1584 a 1588, data da sua morte. 285, 286, 299
Meneses, D. Gonçalo de <don Gonsalo de Meneses>: capitão de Ormuz. 279
Meneses, D. Jorge Tubal de <don Iorge Tubal de Meneses>: porta-bandeira-mor do estandarte real. 285
Mercator, Gerardus: cartógrafo flamengo (1512-1594). 17
mercúrio: 122, 124, 133
Mercúrio: navio holandês. 19
«meriche»: (do sânscrito «maricha»: pimenta preta) nome da pimenta em Cambaia e no Balagate. 233
Mesopotâmia: 88 nota 52

*mesquita(s) <mesquiten/meskytas>: 100, 186, 187, 193
*mestiços <mestis(t)en/mesticos/mestiços/ /mestice/mestisse>: 81, 148, 149, 152, 155, 156, 160, 167, 176, 185, 282, 289
México <Mexico>: 24, 122
Midelburgo: cidade portuária na Zelândia. 19, 21, 26
mikado: 137 nota 164
*milho: 257
*mil-réis <mil(e)reys/mileresen/milrees/mijl reijs>: 74, 75, 230, 235
Mina <Myna>: 30, 245, 352
*mirabólanos <myrabolanen>: nome dado a cinco espécies de glandes empregadas para usos farmacêuticos. *259-260*, 262
mirra: 87, 89, *247*
*misericórdia <misericordia>: 312, 317, 321, 348
mitical: peso antigo, usado na medicina, equivalente a c. 73 gr. 257
*mocadão <mocadon: schipper>: (árabe «mukaddam») arrais ou patrão de uma embarcação. 180
Moçambique, (ilha de) <#Nacombique/ /Mossambijcke/Mos(s)ambique/Moçambique>: 31, 77, 78, *79-83*, 84-86, 91, 92, 96, 114, 145, 181-183, 215, 243, 283, 286, 287, 289, 292, 296, 306, 318, 321-324
Moçandão, cabo de <C. de Moncadon>: ponta da península de Musandam, fronteira ao estreito de Ormuz. 87-89
*moços da câmara, do número e do serviço <mosos da camara, do numero, e do serviço: des coninghs dienaers van sijn camer, van 't getal ende vanden dienste>: 150, 151
*mogarim, água de <water de mogli>: (concani e marata «mogri»: planta) i.e., a *Jasminum sambac*. 227
*mogores <Mogoren>: povo de origem turco-mongol, que a partir do século XVI dominou vastas áreas do norte do Industão e da Ásia Central. A capital do império Mogol seria estabelecida em Agra. 141
Mohadum Coja: governante de grande parte da região de Sholapur. 142
Moisés: 84, 215
«molanga»: (malaiala «mulagu») nome da pimenta no Malabar. 233
Moluca, ilha <Moluco/Maluco>: não identificada. 119
Molucas, ilhas <Moluco(s)/Moluca/Maluco/ /Maluca>: 21, 114, 116, 118, *119-120*, 144, 195, 237-239, 334
Mombaça <Mombassa>: 84
*monção/ções: <monssoen/monson/ /mons(s)oyns>: 82, 83, 92, 114, 132, 283
Monomotapa: grande império da África oriental, visitado na época por muitos portugueses. 24, 82
Monte de St. Michel: 189
Morais, D. Sebastião de: primeiro bispo do Japão (m. 1588). 139 nota 168
*morbo napolitano <morbo Napolitano: Fransoysche maselen>: i.e., sífilis. 252--254, 346
morcegos: 193
*mordexim <mordexijn>: (concani «modxi») cólera. 168
*mordixim <mordexijn>: (concani «murdoxi») peixe-madama. 200
«moris»: nome árabe da banana. 215
«morois» <moroys>: (do sânscrito «maricha»: pimenta preta) nome da pimenta em Bengala. 233
*morxi: o mesmo que «mordexim». 206
«moti»: (do sânscrito «m(a)uktika») nome persa da pérola. 265
Moucheron, Balthasar de: armador flamengo. 19
mouros: 78, 81, 84, 98, 99, 116, 140, 146, 147, 163, 164, 179, *186-188*, 240, 241, 246, 256, 263, 271, 279, 298, 301
mulas: 89
«musa» ou «amusa»: (árabe «mauz» ou «al-mauz») nome árabe da banana. 215
Musa, António: António Musa Brasavola

(séc. XVI), célebre escritor médico italiano. 236
musselinas: 93, 133
«mutu»: (malaiala/tamil «muttu») nome da pérola no Malabar. 265

N

Nagasáqui <Nangasache>: Porto nipónico frequentado pelos portugueses desde c. 1570. 134
*naifes <nayffes>: (latim «nativus») o diamante bruto. 267
*naique <nayque>: (hindustani «nayak») condutor, chefe, capitão. 144
*naires <naires/nayros/nairos/nayres>: (malaiala «nayar») membro da casta militar do Malabar. Embora os naires possam ser considerados a classe governante, os brâmanes são seus superiores em casta. 100, *183-186*, 188
«nana»: nome do ananás no Brasil. 203
Nandi: touro de Xiva. 191 nota 241
Nanquim <Nanquijn/Nankijn/Tolanchia>: capital da área metropolitana de Nan-Chihli. To = a capital; lanchia = forma dialéctica de Lamking (Nanquim). 124, 128
Nápoles: 15
«narel»: (hindi e marata «narel») nome vulgar do coco no Oriente. 217
Narsinga: nome que os portugueses deram ao reino de Vijayanagara ou Bisnagar, derivado do nome do rei Narasimha, fundador de uma nova dinastia (c. 1490). *105-107*, 143, 190
Nassau, Straet de: estreito de Yugor. Na primeira viagem em busca da passagem marítima para a Índia pelos mares do Norte (1594), os holandeses — entre os quais Jan Huygen van Linschoten — puseram o nome «Straet van Nassau» ao estreito, em honra de Maurício de Nassau, «stadhouder» da República dos Países Baixos e um dos patrocinadores da viagem. 19, 64
Natal, Terra do <#Tarra/Terra donatal/do Natal/landt van Natal>: 77, 78, 318, 319, 321
Navarra: 350
Neck, Jacob Cornelisz van: navegador holandês. 21
neerlandeses: 279-282, 285, 287, 291, 298 e nota 405, 301, 337, 343, 344, 348, 350
Negapatão <Negapatan/#Nagapatan>: Nagappattinam, na costa do Coromandel. 102, 103, 105, 107
Negotana: Nagathana ou Naghthan. 141
Newbery, John <Iohan Nhubers>: mercador inglês. 281
Nicolu: provavelmente Nachiluh, localidade situada na costa de Fars, no golfo Pérsico. 291
nicolus: piratas árabes, habitantes de Nicolu. 32, 291
Níger, rio <Niger>: 82
«nihor»: (malaio «nyior») nome do coco em malaio. 217
«nil»: (do sânscrito «nila»: azul) nome indiano do anil. 242, 243
«nilácandi» <nilcandi>: palavra de etimologia incerta (talvez do sânscrito «nila»: safira e «khanda»: defeito numa pedra preciosa), seria o nome indiano de uma pedra preciosa de duas cores, meio safira e meio rubi. 269
Nilo, rio: 82, 84, 108, 121, 179, 259
*nipa <nype>: (malaio «nipah») bebida fermentada obtida de uma palmeira malaia, a *Nipa fruticans*. 113, 220
«niza»: (árabe «nizam»: soberano). 143
Niza-Maluco <Nisa Maluco/Nisamaluco/ /#Nisamalucode>: Nizam ul-Mulk, fundador (1490) da dinastia de Ahmadnagar. O nome aplicou-se depois aos governantes desta região. 141, 142
Nizamoxá <Nisamoxa/#Misamoxa/ /Nizamoxa>: Nizam Shah, outra das designações do Niza-Maluco. 143, 144, 207, 230
*nores <noyras>: (malaio «nuri») espécie de papagaio da Insulíndia. 195

Norte, mar do: 358
Noruega: 98
Nossa Senhora da Ascensão, nau: ver Ascensão
Nossa Senhora da Conceição, nau <Nossa Senora da #Conseprao/de Consepcao/ /Consepçon>: 306, 312, 324
*Nossa Senhora, coroa de <coroa de nossa Senhora: ons lief Vrouwen croon>: 318
Nossa Senhora da Nazaré, nau <Onse Lief Vrouwe van Nazareth>: 297
Nova, João da: navegador português. 325 nota 414, 328 nota 416
Nova Espanha <Nieu Spa(e)n(g)ien>: 29, 117, 119, 122, 125, 347, 357
Nova Guiné: 120 nota 135
Nova Zembla, ilha de: 19, 21, 23
noz-moscada: 58, 104, 117, 118, 119, 121, 133, *239-240*, 256
nozes: 89, 122
*nozes-da-índia <Indi(aen)sche noten/noten van Indien>: i.e., cocos. 78, 102, 113, 117, 145, 149, 192, 195, *217-221*, 227
Nuremberga: 340

O

Ofir: 115
Ogyris: seria o nome antigo da ilha de Gerum. 88 e nota 53
*oitava <octaven>: medida de peso, oitava parte de uma onça. 270
*ola <olla>: (malaiala «ola»: folha) folha de palmeira. 58, 218, 220
Oldenbarnevelt, Johan van: estadista holandês. 19, 21
óleo: 95, 147
óleo indiano: óleo de palma. 98
*olho-de-boi <olho de boy: ossen ooghe>: 318
*olhos-de-gato <olhos de gato: katten oogen>: a pedra preciosa ágata. 95, 269
Omura: potentado na ilha nipónica de Kyushu. 138
*onça(s) <once(n)>: peso antigo que corresponde a cerca de 30 gr. 118, 124, 133, 244, 250, 252, 253, 256, 266
Onor <Onor/Honor>: Onore, Honore ou Honavar, porto do Canará. 31, 86, 98, 308, 309
ópio: 95, 254, 255
«opio» ou «opium»: nome latino do anfião. 254
Orange, príncipe Guilherme de: (1533-1584) desde 1559 «stadhouder» da Holanda, Zelândia e Utreque, desde 1579 «stadhouder» da República das Províncias Unidas, assassinado em 10 de Julho de 1584. 10, 286
órix: 78
Orixa: Orissa, na ponta oriental do Industão. 107, 108, 190 nota 240
Ormuz <Ormus>: 56, 58, 87, *88-92*, 93-97, 114, 149, 168, 179, 207, 215, 217, 218, 220, 236, 248, 265, 269, 277, 279, 282, 286, 290, 291, 292, 296, 299-301, 324
Orta, Garcia de: médico português, autor dos *Colóquios dos Simples e Drogas e Coisas Medicinais da Índia* (Goa, 1563), importante fonte de Linschoten e, na versão latina de Clusius, de Paludanus. As referências nas notas remetem para a edição do Conde de Ficalho (Lisboa, 1891). 16, 32, 42, 50, 119 nota 133, 140 nota 171, 143 notas 183 e 187, 144 nota 194, 174 nota 214, 188 nota 235, 203 nota 257, 206 notas 266 e 267, 208 e notas 268-270, 211 notas 272 e 273, 212 notas 275 e 276, 214 nota 281, 216, 217 notas 286 e 287, 220, 221 notas 291-293, 224 nota 296, 225 nota 297, 226 nota 299, 227 nota 300, 229, 230 notas 302, 303 e 305, 231 notas 306 e 307, 232 nota 308, 234 nota 309, 236 nota 310, 237 nota 311, 239 nota 312, 240 nota 313, 241 nota 315-318, 242 nota 320, 243 notas 322 e 323, 246 nota 325, 247 notas 327 e 328, 248 notas 329 e 330, 249 notas 331 e 332, 250 e notas 333 e 334, 251 nota 336, 252 nota 337, 254 notas 339 e 340, 255 nota 341, 257 notas 342 e 343, 259 notas 345 e 347, 260, 261 notas 349-351, 262 e notas 353 e 354, 263 e

notas 355e 356, 264 notas 357-359, 265 nota 360, 267 notas 363-366, 268 notas 367 e 368, 269 nota 369, 270 notas 370, 371, 373 e 375, 271 notas 376 e 377, 276 nota 381, 278 nota 383
Ortelius, Abraham: cartógrafo flamengo (1527-1598). 17
Osório, Jerónimo: humanista português (1506-1580), autor de uma crónica latina do reinado de D. Manuel. 20
Ouessant: 358
ouro: 82, 104, 111, 116, 121, 124, 129, 147, 165, 170, 176, 181, 279, 325, 334, 345, 346
ouro de Botongo: designação derivada de Botongas, nome da tribo que pesquisava o ouro. 82
*ouro em pó <#onroêpo: stof gout>: 82
Over-Yssel: província dos Países Baixos. 14
Ovídio: poeta latino (43 a.C.-16 d.C.). 317
Oviedo: Gonzalo Fernández de Oviedo, autor da *Historia General de las Indias* (Sevilha, 1535), fonte de Paludanus. 204, 215
ovos: 90, 98, 147, 177

P

«pachec» <pache>: (malaiala «pachcha»: verde) nome indiano da esmeralda. 269
«pacona»: nome da banana no Brasil. 215
Pádua: 15, 17
*pagode(s) <pagode(s/n)>: templo ou ídolo indiano. 100, 106, 163-165, 172, 173, 177, *188-193*, 250
*pagode(s): moeda de ouro corrente no sul da Índia, valendo 360 réis. 149, 170, 309
*paióis <payoos>: 311
*pairar <payra(e)r/payreren: drijven>: 316, 317, 320
Países Baixos: 10, 20, 29, 37, 39, 55, 94, 140, 279
«pala» <palla>: (malaio «pala») noz-moscada. 239
«palam» <palan>: (malaiala «palam») nome da banana (madura) no Malabar. 215, 216
*palanquim(ns) <pallankijn(s)/pal(l)amkijn(s)>: 108, 153, 154, 156, 160, 192, 218, 225
*palegas <pallenges>: (malaiala «palega»: tábua) almadia ou canoa. 294
Palestina: 187
Palma, ilha de La: 330
*palmeiras-da-índia <Palmet/Indiaensche palmboomen>: i.e., coqueiros. 58, 80, 104, 145, 177, 217
*palmito: 220
Paludanus, Bernardus: nome latinizado do médico holandês Berent ten Broecke. 15, 30, 33, 88 nota 53, 110, 111, 120, 130, 131, 220
Paludanus, Anotação de: 15, 87, 90, 91, 125, 136, 158, 195, 203, 205, 208, 209, 211, 212, 218-221, 223, 224, 226, 228, 230, 231, 234-236, 239, 240, 242, 243, 247-251, 254-256, 258, 260-264
«pam»: («pan»: folha) nome do bétele no Decão, em Guzerate e em Canará. 229
Pam <Pan>: Pahang, no litoral oriental da Península Malaia. 121, 271
*pâmpano <pampano>: peixe dos mares da Índia e da China. 200
Panane: Ponnani, porto a sul de Calecute. 101, 283, 310
«panas» <panar>: nome da jaca em canarês e guzerate. 205
«panasa» <panasu>: nome vulgar da jaca em sânscrito. 205
«panax»: talvez «phanax», nome da jaca em árabe. 205
*pangaios <pangajos>: embarcações à vela, de porte médio, armando duas velas latinas e com popa alterosa. 82
Pangim <Pangijn>: Panjim (Nova Goa). 85, 147
pangolim: papa-formigas escamado. 201 nota 252
panicale: «perna grande», forma de elifantíase encontrada na costa do Malabar. 106 nota 96
panos: 78, 279
pantuns: quadras de amor malaias. 115 nota 118
pão: 120, 157
«papa»: variedade menos boa da jaca. 205

Papa: 73, 120, 138, 139, 282
papagaios: 195
*papaia <papaios>: fruto da *Carica papaya*, proveniente das Antilhas. 212
*papo(s): saquinho de pele onde se conservava o almíscar. 124, 244
«paquouer»: nome da bananeira no Brasil. 215
«paradiseas»: ave-do-paraíso. 120
Paraíso (Terrestre): 58, 88, 104, 108
Paranda: cidade do interior do Industão. 142
Parcel, banco: 77
pardais: 193
*pardau(s) <pardau(wen)/pardaw/ /pardouwen/#perdouwen>: moeda corrente na Índia, de ouro (360 réis) ou de prata (300 réis). 92, 99, 102, 149, 170, 171, 193, 195, 200, 204, 218, 220, 235, 252, 269, 280-282, 305, 313
*pardau de larins <pardau van larrijns>: moeda de conta equivalendo a cinco larins. 170
*pardaus de ouro <pardauwen van goudt>: moeda de conta equivalendo a seis tangas ou 360 réis. 170
*pardau(s) de reais <pardauwen de reales>: nome utilizado na Índia para o real-de--oito. 170
*pardau(s) xerafim/ns <pardaus/pardauwen xeraffijns/xeraphijns>: moeda de prata cunhada em Goa com um valor de cinco tangas ou 300 réis. 151, 170, 171, 309
Parenzo: 56
«parizataco» <parisatico>: i.e., «parijatika», nome canarês da árvore-triste. 226
Parr, C. McKew: 14
*pássaros-do-sol <passaros de sol>: ave-do--paraíso. 120
*passo(s) <passo(s): poort(en)>: 146
passo de Banesterim ou Santiago <Benesterijn/S. Iago>: 146, 147
passo de Daugin ou da Madre de Deus <Daugijn>: 147
passo de Norva <Norwa>: 147
passo de Pangim <Pangijn>: 147
*passo seco: 146
pastel: 338, 339, 342, 343, 347
*patachos <pataxos>: 353
*patamar: (concani «pathmar»: devora--caminho) correio, mensageiro. 177, 281
Patane: cidade e reino na costa oriental da Península Malaia. 121, 199
Pate: a ilha de Patta, na costa queniana. 84, 291, 296
*patecas: melancias. 213
patos: 124
pau-brasil: 121
*pau-da-china <hout van Chyna>: raiz-da--china, a raiz da *Smilax china*. 254
*pau-de-águila <pala dagula/palo d(')aguil(l)a>: (malaiala «agil») o mesmo que lenho aloés, madeira odorífera, vulgar no Sudeste Asiático, utilizada como incenso e como estimulante. 121, 122, 133, *251*
*pau-de-cobra <#palo de cebra: slangenhout>: nome aplicado a várias plantas orientais utilizadas como antiveneno, sendo a mais conhecida a *Rauvolfia serpentina*. *250*
pau-do-paraíso <paradijs hout>: outro nome para o lenho aloés. 251
pavões: 104
«pazam» <pazan>: (persa «pazén») cabra selvagem. 270
«pazar»: 270 e nota 372
Pedir: porto na parte nordeste de Samatra. 116
*pedra arménia <pedra Armenia>: o *Lapis armeniacus*, um quartzo azul. 271
*pedra-bezar <steen bezar/bazar>: bezoar (persa «padzhar»: contra-veneno), cálculo intestinal da cabra-selvagem-da--Índia, animal oriundo da Pérsia, onde lhe davam o nome de «pazam», provável étimo de pedra-bazar. A esta atribuíam--se propriedades milagrosas como anti--veneno. 121, 133, *270-271*
Pedra Branca <Pedra bianque>: rochedo no mar perto de Bintão. 120
pedra-de-cevar <*pedra de cevar: seylsteen>: 58, 270
pedra-de-enxofre: 331

pedra-de-jaspe: 95, 269
*pedra-de-leite <melck-steen>: 95, 269
*pedra-de-porco <pedra do porco: vercken steen>: 271
pedra de sal: 88
*pedra-de-sangue <bloet-steen>: alaqueca ou cornalina. 95, 269
pedra-íman: 63, 84, 270
pedra-ume: 95, 133
Pedrotallagalta: monte na ilha de Ceilão. 103 nota 88.
Pegu: 28, 58, 96, 107, *110-113*, 114, 144, 148, 189, 196, 197, 207, 233, 241, 242, 249, 268-270
pegus: habitantes do Pegu. 111, 112, 114
peixe: 94, 120, 122, 124, 134, *200-203*, 326, 329, 338, 339
*peixe-serra <peixe serra>: 200
peixes voadores: 329, 332
«pepilini»: (do sânscrito «pippali»: pimenta longa) nome da pimenta longa no Bengala. 233
pepino: 213
Pequim <Paquian/Paguia>: capital da área metropolitana de Pei-Chihli. 124, 128, 129
Perak <Pera>: cidade e reino da costa ocidental da Península Malaia. 113, 114
pêras: 338
percevejos: 194
*percintas <persintos>: tira de lona. 95
perdizes: 193, 326
Pereira, Nuno Velho <Nuño Velio Pereira>: capitão de Moçambique, que em 1583 começava o seu segundo mandato. 82, 83
Pereira, D. Paulo de Lima <Don Paulo de Lyma (Pereira)>: capitão-mor da armada que descercou Malaca. 297, 299, 316
Pereira, Pedro Homem: tenente-mor na expedição contra piratas turcos. 291
Pernambuco <Pernambuco/Pernanbuco>: 350, 351
pérolas <*perolas/perolen/pe(e)rlen>: 58, 104, 123, 124, 156, 165, 170, *265-267*, 345, 346
pérolas orientais: as pérolas «verdadeiras», distintas das pérolas vindas da Índia espanhola. 88, 89, 265, *278*
persas: 87, 89, 94, 95, 163
Pérsia: 56, 87, 88, 89, 95, 123, 140, 143, 144, 194, 224, 233, 236, 241, 246-248, 258, 261, 263, 269, 270, 283, 293, 296
Pérsia, estreito da <enckte van Pers(i)en>: o golfo Pérsico. 87, 88, 290
Pérsico, Sino <Sino Persico>: o golfo Pérsico. 88, 265, 301
Persicus, Sinus <Sinus/Synus Persicus>: o golfo Pérsico. 87, 88, 265
perus: 339
*pescadas: 77
pêssegos: 338
peste: 71, 127, 169
«phrixus»: fogo-de-santelmo. 317
«phul» <pul>: seria o nome da árvore-triste no Decão. A palavra significa simplesmente «flor». 226
«piçam» <pysan>: (malaio «pisang») banana. 215, 216
*pico: (malaio «pikul») medida de peso, com cerca de 61 kg. 133
*pico <pico: hooghen bergh>: 344
Pico, ilha do: 336, 340, 344, 356
pico de Adão <Picode Adam/Pico Dadam>: monte na ilha de Ceilão. 103, 189
pico de Teide <Pico de Terraira>: monte na ilha de Tenerife. 330
*piloto(s) <pilote(n): stuerman>: 121
pimenta: 20, 57, 74, 86, 96, 102, 104, 113, 117, 118, 133, 149, 171, *232-234*, 241, 293, 307-310, 313, 336
*pimenta canarim <Canarijn>: pimenta de qualidade inferior. 232-234
*pimenta longa <lange peper>: 233
«pinas»: nome do ananás na Índia espanhola. 203
Pinto, Fernão Mendes: viajante português (c. 1510-1583), autor da *Peregrinação* (Lisboa, 1614). 31, 35, 111 nota 109, 190 nota 240
Pio IV: Papa de 1559 a 1565. 105 nota 93
pipa <pijp>: existe em neerlandês uma medida de capacidade chamada «pijp»,

mas Linschoten parece usar a palavra como uma tradução à letra do português «pipa». 75, 112, 223, 312
Pires, Tomé: boticário português (c. 1465--c. 1537), autor da *Suma oriental* (c. 1514). 84 nota 38, 108 nota 101, 111 nota 110
Pitágoras, lei de: i.e., o vegetarianismo. 95, 163, 174
Plancius, Petrus: geógrafo flamengo. 16-18, 21-23
«platanus»: i.e., banana. 215
Plínio: naturalista romano (séc. I). 16, 195, 202 nota 253, 223, 330 nota 417
*poleás <polias/polyas/#pelyas>: (malaiala «pulayan») casta muito baixa e impura no Malabar. *184-186*, 188
Polo, Marco: viajante italiano (1254-1323). 16, 20, 78, 82 nota 33, 129 nota 154, 179 nota 219
pólvora: 122, 130
pombos: 90, 104, 147, 193, 326
Pomp, Dirck Gerritsz: amigo holandês de Linschoten, natural de Enkhuizen, condestável na nau *Santa Cruz*. 13-15, 20, 24, 32, 55, 57, 303, 304, 308
Ponta Delgada <Punta del Gada>: 342
pontas de Inglaterra e França: os cabos Dungeness e Gris Nez. 69, 358 nota 430
porcelanas: 122, 124, 130, 165, 176, 334
porcos: 80, 94, 117, 122, 147, 193
Pori <Pory>: Ghara-puri, a que os portugueses chamavam «a ilha do Elefante». 189
Porto Grande: Chittagong. 109
Porto Pequeno <Porto piqueno>: Satgaon. 109
Porto Santo, ilha de: 76
Portugal: *passim*
portugueses: *passim*
*praia <praya: strant>: 337
Prasio, ilha de: ilha de Moçambique. 79
prata: 78, 104, 116, 124, 126, 129, 130, 132, 134, 135, 165, 170, 173, 176, 325, 334, 345, 346, 348, 349
Prata, rio da <Rio de Plata>: 77
Preste João, Terra do <Paep-Janslandt>: 83, 84, 179, 247
*provedor <proveador: opperste ammeraliteyt van den coningh>: 75
Ptolomeu: 84 nota 37, 92 nota 62
«pucho»: (malaio «pucuk»: rebento) costo. 262
Pula: 56
«puli» <pulij>: (malaiala «puli») nome do tamarindo no Malabar. 257
Purchas, Samuel: célebre coleccionador inglês de relatos de viagem, que editou a volumosa colectânea *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes* (Londres, 1625). 39

Q

«quabeb»: (árabe «kababah») cubeba. 263
«quabebechini» ou «cubabchini» <cubachini/cubabchini>: (hindustani «kabab chini»: cubeba da China) nome indiano da cubeba. 263
*quartel/-téis <quartel(s)>: salário pago trimestralmente aos soldados portugueses. 151
*québulos <quebulus>: (árabe «kaballi») mirabólano, a fruta da *Terminalia chebula*. 260
Quedá <Queda/Keda>: cidade e reino na costa ocidental da Península Malaia. 113, 114
queijo: 94, 193
«quellí» <quelli>: «keli» (sânscrito «kadali»), nome da banana entre guzerates, decanins, canarins e bengalis. 215, 216
*Quero que venças <Queroque Vencas>: 352
«queura»: nome árabe para o sumo do ananás. 204
«quil» ou «quirpele»: (tamil «kirippillei», do qual deriva o malaio «cerpelai») mangusto. 250
*quilate(s) <quilaet/quilaten>: peso equivalente à vigésima parte de uma onça. 268, 272-278
Quíloa <Quiloa/#Quilo>: pequena ilha junto à costa da actual Tanzânia. 24, 79, 80, 84
*quintal/-tais <quinta(e)l/quintalen>: medida de peso, equivalente a cerca de 60 kg.

86, 98, 100, 117, 124, 171, 235, 236, 244, 309, 310, 342
quintaladas: quantidade limitada de mercadorias que oficiais e marinheiros podiam transportar a bordo para negócios particulares, sem pagar frete. 74, 75, 313
Quinzay: outro nome para Pequim. 129
«quirfá» <quirsa>: (árabe «kirfah») o nome vulgar para canela em árabe. 234

R

rabanete: 213, 338
Rada, Fr. Martín de: missionário espanhol (1533-1578) estabelecido nas Filipinas, autor de uma *Verdadera Relacion de las Cosas de China* (1575). 123 nota 146
*raiz-da-china <wortel (van) China/Chyna>: raiz da *Smilax china*, trepadeira asiática utilizada no tratamento da sífilis. 169, *252-254*
Raju <raju/Raju/Ragiu>: Raja Simha, rei de Sitawaka (Ceilão) de 1581 a 1594. 103, 297
Rama: cidade perto de Jaffa. 56
rami: erva asiática, a *Boemheria nivea*. 110 nota 106
Ramos, cabo de: o actual cabo Ramas, a sul de Goa. 98
Ramusio, Giovanni Battista: geógrafo italiano (1485-1557), compilador de um importante conjunto de relatos de viagens, intitulado *Delle Navigationi et Viaggi* (3 vols., Veneza, 1550-1559). 16, 33, 125 nota 149, 204 nota 258
Rasis: médico árabe (850-932), autor de tratados célebres que corriam em latim na época. 216, 224
rato almiscarado: 194
ratos: 194
*rau: (marata «rav») régulo. 143, 144
*real/réis <reijs/reysen>: nota-se que Linschoten parece desconhecer a forma singular da palavra: real. Com efeito, utiliza «reys» como a forma singular, utilizando como plural «reysen», ou seja «reyses». 74, 75, 170, 309
real-de-oito: moeda espanhola de prata, equivalendo a 8 reais, admitida como moeda legal nos Países Baixos, com um valor fixo de 2 florins e 5 soldos. 74, 134, 149, 170, 346, 352
real (de prata): a mais importante moeda espanhola da época. 74, 126, 205
reencarnação: 121 nota 141
*regatas <rechatas>: (sânscrito «raktaka»?) chita encarnada. 108
*reinol <reynol>: recém-chegado de Portugal. 157
*reisbutos <Reysbutos/Reijsbutos>: conjunto de tribos que habitavam uma região fronteira a Cambaia, ocupando territórios dos actuais Afeganistão e Paquistão. 140
Relíquias, nau *As* <Arreliquias/Arrelickias>: 286, 293, 294
relógios: 134
rémora: 35, 202 nota 253
rendeiros da pimenta: 74, 98, 308-310, 335, 357
rendeiros das naus: 293, 307
República das Sete Províncias Neerlandesas Unidas: 14
*respondentes <respondenten>: 100
*retrós <retres>: seda fiada e torcida. 133
Revenge: navio inglês. 353, 355, 356
«rezanvale» <resonualle>: (concani «rozanvalo») o mirabólano índio. 260
Rhapta <Rapta>: antigo nome de Quíloa. 84
«rhinocerotes»: nome latino do rinoceronte. 110
Ribeiro, Bernardim <Bernaldijn Rybeiro>: Bernardim Ribeiro Pacheco, capitão-mor português. 351
Riebeeck, Jan van: 38-39
rinoceronte: 35, 57, *199-200*, 271
*robazes <robassen/#robassem>: pedra preciosa de Ceilão. 95, 104, 111, 269, 277
Roca, cabo da: 69
Roca Velha <Roça Velha: oude rootse>: célebre mina de diamantes situada em Golconda, no reino de Bisnagar. 267, 277
*roçamalha <rosamallia>: (malaio «rasamala»)

estoraque líquido, produzido pela *Liquidambar orientalis*. 133
Rodolfo, imperador: Rodolfo II, imperador da Alemanha de 1576 a 1611. 71
Rodrigues, Vicente: piloto português. 24
Roma: 15, 105, 106, 138, 153, 279, 282, 294
romãs: 326
romp: bastão, o pecíolo do cravo. 237
Rosalgate, cabo de <Rosalgat(t)e: Caep van Roselgate>: (árabe Ras-el-Hadd) cabo situado na costa do actual sultanato de Omã. 87, 89, 168
*rosquilhos: biscoito torcido. 154
*rota: (malaio «rotan»). 110
Roterdão: 21, 57
Roxo, cabo: 76 nota 20
rubis: 58, 104, 111, *268-269*, 272-275
ruibarbo <*ruybarbo/rhabarbo>: *Rheum officinale*. *248-249*, 258
*rumes <Rumos/#Ruynen/Rumen>: turcos europeus. 94, 141, 142, 144

S

Sabaio <Sabayo>: outra das designações para o soberano de Bijapur, talvez derivada da localidade persa de Sabá, de onde Yusuf Adil Khan era originário. 144
Sabóia, duque da: Carlos Manuel, duque da Sabóia de 1580 a 1630. 286
«sacarmambum» <sacar mambu>: açúcar de bambu, tabaxir. 224
safiras: 58, 104, 111, 268, 269
saguis: 195
*saios <sayen>: antiga veste larga, com abas e fraldão. 127
Sakai <Sacay>: existem várias cidades com este nome no Japão, sendo a mais conhecida, e aqui a mais provável, a cidade e porto de Sakai, na baía de Osaka. 137
sal: 125
Salamanca: 12
Salomão, rei: 115
Salona: 56
Salsete <Salsette>: 145-147, 177, 188
Salva Naique <Salva Nayque>: personagem não identificada. 144
*salve corpo santo <salva corpo sancto>: 317
*salvo-conduto <salvo conduto>: 233
Samatra <Samatra/Sumatra>: 99, 114, *115-117*, 233, 241, 246, 251, 257, 295, 297, 324
Samatra, estreito de <enghte ofte straet van Samatra>: i.e., o estreito de Malaca. 295
Samoiedos, península dos: 19
*samorim <samorijn/Samorijn>: título do rajá de Calecute. 99, 101, 283, 284
San Borodon: ou São Brandão, «ilha encantada» nas proximidades das Canárias. 331
San Lucar de Barrameda: grande porto da Andaluzia. 69, 346, 349
«sandal»: nome árabe e persa do sândalo. 249
sândalo (branco) <*sandalo/sandalen/wit Sandalum/sandelhout>: madeira de *Santalum album*. 95, 118, 133, 158, 159, 168, 172, 173, 175, *249-250*
sândalo vermelho <roode sandalen/roodt Sandalum>: madeira de *Pterocarpus santalinus*. 78, 133, 249, 250
Sande, Pe. Duarte de: 138 nota 165
*sangue, o <o sange>: doença comum nos Açores. 341
*sanguinho: madeira avermelhada. 340
sanguis draconis: sangue-de-dragão, nome atribuído a um corante. 89, 133
Sanguiseo <Sangiseo/Sangise(u)>: aliás, Sanguicer, Zinguizar, Cinguiçar, porto a sul de Dabul. 284
sanguiseus: habitantes de Sanguiseo. 284
Santa Bárbara <Sante Barboran>: localidade na ilha Terceira. 342
Santa Cruz <Santa Crus>: nome português de Cochim. 307
Santa Cruz, marquês de: Álvaro de Bazan (1526-1588), almirante espanhol. 72, 73
Santa Cruz, nau <Santa Crus>: 13, 24, 307, 308, 312, 334
Santa Cruz, província de <Santa Croce>: 203
Santa Cruzada <La Santa Crusada>: «jubileu ou indulgência de ouro». 294

Santa Helena, ilha de <San(c)t(a) Helena>: 13, 32, 202, 306, 312, 316, 317, 321, 323, *325-327*, 328, 329, 351
Santa Maria, ilha de: 336, 342
Santa Maria, nau: 286, 297, 306, 312, 324, 327, 328
*santelmo <sant elmo>: fogo-de-santelmo. 317
Santen: Zákinthos. 56
Santiago, ilha de <S. Iacob>: 80
Santiago, nau <S. Iacob/Sant Iago>: 32, 73, 79, 85, 287, 294, 315
Santiago de Compostela: 189
Santo Alberto, nau <Sant Alberto>: 287, 297
Santo António, nau <Sant Antonio>: 297, 306, 312, 324
Santo Domingo (ilhas de) <Santo Domingo(s)>: Hispaniola?. 236, 347, 357
S. Cristóvão, nau <San(t) Christoval/Cristoffel/Christoffal>: 306, 312, 324
S. Filipe, nau <S. Philippus/Philippo/Philippe/ /San Fel(l)ippe>: 73, 76, 79, 86, 282, 283, 293, 296
S. Francisco, nau <S. Francisco/-cus>: 73, 76, 77, 79, 85, 287, 297
S. João, nau: 32
S. Jorge, ilha de <San(t) Iorgie>: nos Açores. 332, 333, 336, 343, 356
S. Jorge, ilha de <S. Ioris>: situada perto da ilha de Moçambique. 80
S. Lourenço, ilha de <S. Laurens(o)/S. Laurenço/San Lo(u)renço>: outro nome da ilha de Madagáscar. 77-79, 237, 286, 287, 315, 330
S. Lourenço, nau <S. Laurens(o)/San Lorenço>: 73, 79, 85, 283, 287, 296
S. Martinho, galeão: 72 nota 15
S. Miguel, ilha de <S. Michiel/San(t)(e) Michiel>: 72, 336, 340, 342, 350, 352, 356
S. Paulo, nau <San Paulo>: 353
S. Pedro, baixos de <drooghten van Sint Pedro>: 203
S. Pedro, nau <San Pedro>: 203
S. Pedro, penedo de <Penedo de sam Pedro>: rochedo na ilha de Ascensão. 329
S. Salvador, nau <S./San(t) Salvator/ /Salvador>: 73, 287, 293, 296, 324
S. Sebastião <San Sebastiaen>: localidade na ilha Terceira. 342
S. Tomé, apóstolo: 105-107
S. Tomé, cristãos de <S. Thomas Christenen>: 106, 107, 188
S. Tomé, ilha de <S. Thome/T(h)omas>: 77, 81, 84, 236
S. Tomé, lugar de <S./Sint Thomas/S(an) Thome>: Meliapor, cidade onde, segundo reza a lenda, o apóstolo São Tomé, que pregava na Índia, teria sido assassinado e enterrado. 104, 107, 118, 167
S. Tomé, nau <San(t) Thome>: 290, 293, 306, 312, 315-318, 321, 324
*são-tomé <santhones/S. Thomas>: moeda de ouro ostentando a efígie de S. Tomé, que valia 1000 réis. 149, 170
S. Vicente, cabo de: 69, 349-351
*sapão <sapon>: (malaio «sapang») madeira da árvore *Caesalpina sappan*, empregada em tinturaria e vulgarmente chamada «brasil». 121, 133
*saraça <sarasso>: (sânscrito «sarasa») tecido colorido de algodão. 108
*saraças de gabares <sarasses de gabares>: (malaio «gebar») cobertor. 118
Sarama Perimal <Sarama Perymal>: Cheraman Perumal, rei do Malabar (séc. IV). 100
*sarampuras: tecidos oriundos de Serampur, nas proximidades de Calcutá. 109, 118
*sargaço <sargasso>: 330, 332
Sargaço, mar do <zee van Sargasso>: 329, 330
*sari <sarrijn>: (hindi «sari») pano de algodão ou seda com o qual as mulheres hindus na Índia se vestem tradicionalmente, enrolando-o em volta do corpo e passando uma ponta sobre a cabeça ou sobre o ombro esquerdo. Linschoten utiliza o nome da peça de vestuário como nome de um tecido. 110
Saris, John: piloto inglês. 39

sarracenos: 78
*sata: (javanês «satak») duas centenas, nomeadamente 200 *caixas* enfiadas num cordão. 118
*sateposas: nome de tecido não identificado. 118
*satopasas <satopasas/satopasen>: nome de tecido não identificado. 109, 118
Scaliger: Joseph Justus Scaliger (1540-1609), célebre professor da universidade de Leida (Países Baixos). 125
schepel: antiga medida holandesa de capacidade. 109, 171
Schiedam: cidade holandesa, situada a oeste de Roterdão. 355
Sebastião, D. <Don Sebastiaen>: rei de Portugal (1554-1578). 73, 286, 294
Sechuan <Sufuam/Susuam>: província da China. 128, 133
seda: 78, 93, 95, 97, 107, 116, 122, 124, 127, 130, 132-135, 156, 165, 175, 237, 325
seda de Fuh-sjan <Fuscan/Fuscam>: o distrito Fuh-sjan, na província de Shantung? Ou Foshan, uma cidade com uma antiga indústria de seda, situada perto de Cantão. 133
seda de Nankhang <Lankam>: ou Nanchang, perto do lago Poyang. 133
seda de Nanquim <Lankijn>: melhor variedade de seda chinesa. 133
Selm, B. van: 38
Semeyns, Reinu Meinertsdochter: mulher de Linschoten. 20
Sena: localidade situada nas margens do rio Zambeze. 81
*senhor: 144
Serápio: médico árabe (séc. X), autor de tratados célebres que corriam em latim na época. 216, 224
serpentes: 78
Setúbal: 10, 14, 307, 346, 355, 358
Sevilha: 10-12, 69-71, 250, 345, 346, 348, 349
Sevilha, Isidoro de: 245 nota 324
Shansi <Xãsay>: província da China. 128
Shantung: província da China. 128 nota 153
Shensi <Sinçay>: província da China. 128
shogun: 137 nota 164
Sholapur <Solapor>: cidade do interior do Industão. 142
siameses <Syanes>: 114
Sião <Sian/Sion/Syon>: 28, 107, *111-114*, 121, 124, 144, 189, 196, 200, 233, 246, 251, 259
Sicília: 15, 262
Silva, João Gomes da <Ioan Gomes da Silva>: 285
Silva, Nuno da: piloto português. 24
Silveira, Francisco Rodrigues: 32, 35, 291 nota 399
Silveira, Gonçalo da: missionário jesuíta (m. 1561) no Monomotapa. 181 nota 220
Sind: 93 nota 63
Sinde, rio <Sinde/Synde>: (sânscrito «sindhu»: rio) aplicado designadamente como nome do rio Indo. 92, 93
Sinde, terra de: topónimo aqui aplicado à região cortada pelo Indo. 93, 97, 148, 176 nota 216
«singadi» <singady>: (malaio «serigading») nome malaio da árvore-triste. 226
Singapura, ponta/cabo de <hoeck/C. de Singapura>: 108, 112, 114, 120
Sintra: 69
Síria: 56, 89, 216, 259, 278, 286
Sisto <Sixtus>: papa Sisto V (1585-1590). 138, 287
Sluis: cidade na Flandres. 107
Socotorá <Socotora/Sacotora>: ilha no estreito de Babelmandebe. 84, 261
Sofala <Sof(f)ala/#Soffalo>: 79, 82, 92, 243, 287, 289
soldo <**stuyver**>: moeda holandesa. 20 soldos = 1 florim. 154, 269, 309
soldo flamengo, meio-<**grooten Vlaems**>: 309
*sota-piloto <seto piloto: onder stuerman>: 75
«spica»: espiquenardo. 261
Staden, Hans: viajante alemão (séc. XVI). 17
Start Point: 358
stoter: moeda holandesa com um valor de 2 soldos e meio. 154

Strozzi, Filipe <Philippe Strossy>: nobre italiano (?-1582), comandante de uma armada francesa de socorro a D. António. 72
«sucte»: (hindustani «sonth») gengibre seco. 236
Suez <Sues>: 84, 290
*Sufi <Suffy/Soffy>: Ismael Sufi, o primeiro rei da dinastia Sufi ou Safávida, que se apoderou do trono em 1499, adoptando a doutrina heterodoxa de Ali, o chiismo, como religião oficial dos Persas. 143, 144
Sul, mar do: 117, 324
súlfur: 122, 326
Sunda: região na extremidade ocidental da ilha de Java. 24, 118, 119, 176, 233, 257, 263
Sunda, estreito de <strate/straet/enghte/ /strecho van Sunda>: 117, 324
Sunda Kalapa <Sunda Calapa>: porto situado perto da actual Jacarta. 117
sunita, seita: 87 nota 48
«supari» <suparij>: nome comum para a areca nas línguas indianas. 227
*sura: (concani «sur») suco extraído de várias palmeiras. 219, 220
Suvarnadvipa: «ilha de ouro», nome sânscrito da ilha de Samatra. 115 nota 121

T

*tabardilho <Tavardilha>: febre acompanhada de exantemas. 70
*tabaxir <tabaxijr>: (persa «tabashir» do sânscrito «tavakshira»: maná de bambu) açúcar de bambu. 224
Tabin, cabo: 19
*tael/taéis <tael/tae(y)s>: (malaio «tahil») onça de prata chinesa. 133
Taemsz, Cornelis: amigo holandês de Linschoten. 17, 33
*tafetá <taffettanen>: 97
Tagus: rio Tejo. 69
*tainha <tatijngo>: 200
táler <**daelder**>: moeda holandesa de prata, que valia 30 soldos. 100, 109, 309
táler real <**rijcksdaelder**>: moeda holandesa de prata, que valia 45 soldos. 92, 133
«tamalapatra»: (sânscrito «tamala-patra», concani «tamal-patr») fólio indo. 263, 264
*tâmaras <tamaras>: 258
«tamarindi»: (árabe «tamar-hindi»: tâmara da Índia) tamarindo. 257
*tamarindo <tamarinio/tamarindo>: fruto do *Tamarindus indica*. 257-259
«tambul»: (do sânscrito «tambula») nome do bétele adoptado com pequenas modificações por várias línguas da Índia. 229
*tanga(s) <tanga(s)/tangen>: moeda de conta na Índia. 5 tangas = 1 pardau xerafim. 170, 171, 309
Tânger: 286
Tanjampur, estreito de <estreycho ofte enghte van Tanjapura>: provavelmente Tanjungpura, localidade na costa sudoeste de Bornéu. 267
*tapen: tecido não identificado. 118
Taprobana: ilha referida por vários autores clássicos, no séc. XVI identificada como a ilha de Ceilão. No entanto, outros autores quinhentistas associaram o nome à ilha de Samatra. 58, 115, 241
Tartária <Tartarie(n)/Tartaryen>: 123, 124, 247
tártaros <Tarteren/Tartaren>: 123, 127, 141
tartaruga, carapaça de: 95, 267
«tatula»: i.e., datura. 158
Távora, Rui Lourenço de <Ruy Lorenso Detavora>: vice-rei que morreu durante a viagem para a Índia (1576). 85
Taybijn: outro nome para Pequim. 129
*teixo: 340, 344
Tejo, rio: 69
«tembul»: i.e., tambul. 229
Tenasserim <Tanassarijn/Tanassaria/ /Tanasserijn>: cidade e principado na costa ocidental da Península Malaia. 112, 113, 249
Tenerife <Teneriffe>: 330, 331
*tenga: (malaiala «tenna», tamil «tengay») nome do coco maduro no Malabar. 217
«tengamaram» <tenga maran>: (tamil e

malaiala «tengamaram») nome do coqueiro no Malabar. 217
tentilhões: 193, 194
Terceira, ilha <Tercera/Tersera>: 18, 31, 37, 38, 116, 202, 298, 331-334, 336, 337, 340, 342, 343, 345-356, 358
Ternate <Tarnate>: 21, 119
Terpstra, H.: 36
Terra Alta <Terra alta: thooghe landt>: 122
Terra Incógnita <Terra incognita>: 117
Terra Prometida: 215
Terra Santa: 215
*terrenhos <terreinhos>: ventos que sopram da terra para o mar. 167
Texel, ilha de: ilha ao norte da província da Holanda Setentrional, com um bom e muito frequentado ancoradouro. 19-21, 69, 359
Thevet, André: autor francês de estudos cosmográficos como *Les Singularitéz de la France antarctique* (Paris, 1557-1558) e *Cosmographie universelle* (Paris, 1575), referidos por Paludanus. 16, 78, 204 nota 261, 208
Tidore, ilha de <Tydor>: 119
Tigre, rio: 88
tigres: 57, 124, 195
Timor <Timor/Tymor>: 118, 249
Tin, Willem: irmão uterino de Jan Huygen van Linschoten. 11-13, 59, 307
Tin Henrixdochter, Marijtgin <Maertgen Henrics>: mãe de Jan Huygen van Linschoten. 9, 55
tinaias <tinajos>: 91
«tiriamjabim» ou «trumgibim» <tiriamjabijn/ /trumgibijn>: (árabe e persa «tarandjabin») variedade de maná. 248
*tone: (tamil «toni») pequeno barco monóxilo. 223, 294, 312
*tonos <tonos/toms>: (japonês «tono»: senhor) termo aproximadamente equivalente a senhor feudal. 137, 138
*topázio <topassen/topassio>: 104, 268
*toques <tockes>: palavra não identificada, seria o nome indiano para o carbúnculo. 268
*tostão <#festoenen/testoen(en)>: moeda portuguesa. 134, 151, 170, 252, 273, 309
Tovar, Simon de <#Tonar>: médico espanhol referido por Paludanus. 250
Tratado de Lérida/Saragoça: 120 nota 134
Tratado de Tordesilhas: 120 nota 134
«trec» <treck>: palavra não identificada. Seria o nome da laca no Pegu. 241
«tricam» <trican>: (javanês «tirisan») nome do coqueiro em Malaca. 217
Tridacna gigas: concha gigante. 202 nota 254
trigo: 80, 94, 120, 122, 124, 134, 147, 171, 173, 174, 338, 339, 342
Trípoli <Tripoli/#Tripele>: 15, 55, 56, 89, 90, 278, 286
*trombas <tromben: struycken van dick riet>: 323
*tubarão <tubaron(es): hayen>: 201, 265
Tunes: 10
«tupha Indi»: (árabe «tuffah Hindi»: maçã indiana) jambo. 210
turcos: 84, 87, 89, 90, 94, 141, 142, 144, 279, 290, 291, 293, 296, 350
*turiães <turiaes>: nome de tecido não identificado. 118
turquesas: pedra preciosa. 269
Turquia: 55, 56, 89, 90, 194, 248, 256, 261, 263

U

«ud» <Vd>: (árabe «ud»: madeira) seria o nome do lenho aloés em Guzerate e no Decão. 251
«udo»: corrupção de «vuddho», nome do benjoim em decani. 246
«unmattakkay» <vnmata caya>: datura em malabari. Do tamil e malaiala «unmattakkay»: «unmatta» (transtornado, doido) e «kay» (fruta). 158
upavita: cordão sagrado, usado pelos brâmanes. 172 nota 212
«uplot» <vlpot>: (guzerate «uplet») costo. 262
Urdaneta, Andrés de: piloto na expedição de Legazpi. 122 nota 143
Utreque: 14
uvas: 212
uvas passas: 89

Uzbeque <Vsbeke>: o actual Uzbequistão. 247, 248

V

vacas: 94, 122, 134, 193
Vacas, ilha das <Insula das Vaquas/Vacas: eylant vande koeyen>: ilha de Arnalon, nas proximidades de Damão. 96
Vacas, ilha das <Insula das Vacas>: ilha junto a Ceilão. 270
«vaicam» <vaycan>: (concani «vaikhand») o cálamo-aromático. 262
Vaipin <Vaypijn>: ilha de Baypin, nas proximidades de Cochim. 99
Varthema, Ludovico di: viajante italiano, autor do *Itinerario* (Roma, 1510), referido por Paludanus. 16, 20, 87 nota 46, 206 nota 264
vat(en): medida de capacidade holandesa de valor muito variável. Media-se o vinho em «vaten» de 913 litros, o que se aproxima do valor de duas pipas portuguesas (ca. de 985 litros). Portanto, a medida «vat» aproxima-se da medida portuguesa «tonel» (= 2 pipas). Para complicar as coisas, «tonel» traduzido para o neerlandês pode bem ser «vat». 75, 332, 348, 353
«vaz»: (sânscrito «vacha») nome do cálamo-aromático no Guzerate. 262
«vazabu» <vasabu>: (malaiala «vas'abu«) nome do cálamo-aromático no Malabar. 262.
veados: 104, 122, 193
Vecta, ilha de: 358
*vedor da fazenda <viador da fazenda/veador da fasenda: oppersten besiender van des coninghs goet>: 295, 311
Veer, Gerrit de: navegador holandês. 22, 23
Velius, Theodorus: médico-escritor holandês. 17
veludo: 127, 134, 156, 165, 175
Veneza: 56, 89, 90, 138, 248, 249, 266, 279, 282, 286, 301, 350
*venezaras <venesares>: (marata «vanjara») comerciantes nómadas do Decão. 140
venezianos: 89-91, 269, 279, 301
*venezianos <Venetianers/venetianders/ /Venetseanders>: moeda veneziana de ouro, corrente na Índia, equivalendo a dois pardaus xerafins. 149, 170, 282
*vento contrário <contrarie win(d)t>: 77, 316, 336, 338, 351, 358
*vento geral <generalen win(d)t>: 76, 77, 317, 323, 329, 332
*verdete <verdette>: 133
Veriche: personagem não identificada. 142
«verido»: (árabe «berid»: ilustre ou «barid»: informador da corte). 143
vermelhão: 133
Vermelho, mar: 24, 81, 83, 84, 87, 94, 97-99, 100, 176, 179, 181, 188, 233, 236, 241, 255, 261, 290, 291, 296, 350
*via(s): 299, 300
*vice-rei <viçorey>: 75, 83, 85, 102, 116, 129, 132, 144, 145, 147, 149, 150, 151, 155, *160-162*, 166, 169, 190, 191, 198, 202, 279-282, 284, 285, 287, 290-293, 296, 299, 300, 307, 308, 310, 312, 313, 352
vidro: 134, 173, 279
Vila da Horta <Villa Dorta>: a actual cidade da Horta. 343
Vila da Praia <Villa da(#n) Praya>: a actual Praia da Vitória. 337, 339, 345
Vila Franca <Villa Francka>: localidade na ilha de S. Miguel. 353
Vila Nova <Villa Nova>: localidade na ilha Terceira. 342
vinho: 134, 331, 338, 344
vinho de arroz: 131, 136
*vinho de palmeira <wijn van palmen>: 147
*vinho de passas <wijn van passa: razynen>: 220
*vinténs <vintijns>: coisas parecidas com escamas de peixe que flutuam no mar. 85
*vinténs <vintijn(s)>: moeda de conta na Índia. 5 vinténs = 1 tanga. 170
*viração <virason>: vento que sopra do mar para terra. 167
Vlieland: ilha holandesa a nordeste de Texel. 359

*volantes: tecido leve e transparente, utilizado para véus de senhora. 93
vulcão <*vulcano/vierighen swevelbergh/ /vuerbergh>: 116, 120, 326, 340

W

Waghenaer, Lucas Janszoon: cartógrafo marítimo holandês. 15, 17, 59 nota 7
Waigatsj, ilha de: 19
«ward» <guart>: seria o nome da árvore--triste em árabe. A palavra significa «rosa». 226
Watergeuzen: os «mendigos do mar», corsários de Guilherme de Orange. 11
Wirtenbergh: provavelmente Wittenberg, pois situa-se em Anhalt. 63
Wit, Pieter Jansz de: holandês residente em Goa. 57
Witte Duyve, die: navio holandês. 355

X

*xá <xa>: do persa «shah» (rei). 143, 144
Xá Ismael <Xa Ismael>: Ismael Sufi, primeiro rei (r. 1499-1524) da dinastia Sufi ou Safávida. 143
Xá Tamas <Xa Thamas/Xathamas>: Shah Tahmasp, filho mais velho de Xá Ismael, que sucedeu ao pai após a sua morte, reinando até 1576. 144, 290, 291, 293
*xarrafos <xaraffos/xaraffes: wisselaers>: (árabe «sarraf») cambistas. 166, 171
Xena, Johan du: francês, natural de Dieppe, residente em Goa. 301
«xeque» <zequen>: (árabe «xaiqh»). 80
xiita, seita: 87, nota 48
«xircast» ou «xirquest» <xercast/xerkest>: (árabe e persa «chirchicht») variedade de maná. 248
Xiva: 104 nota 89, 191 nota 241
Xuntien: outro nome para Pequim. 129

Y

Yugor, estreito de: 19
Yunan <Olam>: província da China. 128
Yzerman, J. W.: 55

Z

Zambeze, rio: 82 nota 32
«zamurrut» <samurrut>: (árabe «zamarrat») esmeralda. 269
Zanzibar, ilha de <Zamzybar>: 296
Zara: porto na costa da Dalmácia. 56
Zárate, Agustín de: cronista espanhol, autor de uma *Historia del descubrimento y conquista de la provincia del Perú* (Antuérpia, 1555). 16
Zelândia: província dos Países Baixos. 10, 14
Zuiderzee: actual Ysselmeer. 10, 11

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO 7

INFLUÊNCIAS PORTUGUESAS E LUSO-ASIÁTICAS NA TERMINOLOGIA DO *ITINERÁRIO* 43

ANEXO: CARTA DE LINSCHOTEN AOS PAIS, GOA 1584 53

DEDICATÓRIA E PROÉMIO DO *ITINERÁRIO* 61

ITINERÁRIO, VIAGEM OU NAVEGAÇÃO DE JAN HUYGEN VAN LINSCHOTEN PARA AS ÍNDIAS ORIENTAIS OU PORTUGUESAS 67

Capítulo 1 69

Capítulo 2 — O princípio da minha viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas. 73

Capítulo 3 — Ordenação dos mesmos navios na sua viagem e carreira da Índia. 74

Capítulo 4 — Descrição de Moçambique, que demora em 15 graus do lado sul da linha equinocial, na costa de Melinde, também chamada Abex ou Abexim. 79

Capítulo 5 — Da costa da Arábia Feliz, ou do mar Vermelho, até à ilha e fortaleza de Ormuz. 87

Capítulo 6 — Da ilha e cidade de Ormuz. 88

Capítulo 7 — Da costa de Ormuz à cidade e ilha chamada Diu, uma fortaleza dos portugueses. 92

Capítulo 8 — Da cidade, fortaleza e ilha de Diu, outrora chamada Alambater. 93

Capítulo 9 — Do reino e terra de Cambaia. 95

Capítulo 10 — Da costa da Índia e dos portos e lugares nela situados. 96

Capítulo 11 — Da costa da Índia, a saber, desde Goa até ao cabo de Comorim e ao ponto extremo, que se chama costa do Malabar. 98

Capítulo 12 — Descrição dos reis e das divisões da terra e costa do Malabar e respectiva origem. 100

Capítulo 13 — Das ilhas chamadas Maldiva ou Malediva. 102

Capítulo 14 — Da ilha de Ceilão. 103

Capítulo 15 — Da costa de Coromandel e do reino de Narsinga ou Bisnagar. 105

Capítulo 16 — Do reino de Bengala e do rio Ganges. 108

Capítulo 17 — Da costa e das terras de Arracão, Pegu e Sião, até à ponta de Singapura e à cidade e fortaleza de Malaca. 110

Capítulo 18 — Da cidade e fortaleza de Malaca. 114

Capítulo 19 — Da ilha de Samatra, outrora chamada Taprobana. 115

Capítulo 20 — Da ilha de Java Maior, assim como dos seus produtos, mercadorias e tratos, e dos pesos, moedas e preços dos mesmos, e de outras particularidades. 117
Capítulo 21 — Das ilhas Molucas. 119
Capítulo 22 — Do cabo de Singapura até à cidade de Sião, e da costa de Camboja e Cochinchina, e das ilhas de Bornéu e dos Luções, Manilas ou Filipinas. 120
Capítulo 23 — Da grande fertilidade, riqueza e poder da terra da China, e de outras coisas notáveis dela. 123
Capítulo 24 — Das províncias, cidades e outras coisas memoráveis do reino da China. 128
Capítulo 25 — Da cidade e ilha de Macau na China, onde os portugueses residem e fazem os seus negócios, e também do seu tráfico, mercadorias e alguns dos seus preços, com os pesos, medidas e moedas, tanto dos chineses como dos malaios, que lá têm os seus negócios diariamente. 131
Capítulo 26 — Da ilha do Japão. 134
Capítulo 27 — Breve relato do país que fica para além de Goa, em cuja jurisdição fica a cidade de Goa, e da origem dos seus reis e senhores, e dos seus nomes, com base em informações verídicas dos próprios indianos e dos seus memoriais. 140
Capítulo 28 — Da cidade e ilha de Goa, a principal capital da Índia. 144
Capítulo 29 — Dos costumes dos portugueses e dos seus descendentes, chamados mestiços, ou meios-sangues, tanto de Goa como de todas as regiões orientais. 148
Capítulo 30 — Do governo da casa e das cortesias, casamentos e outros usos e costumes dos portugueses e mestiços da Índia. 152
Capítulo 31 — Dos usos e costumes das mulheres portuguesas e mestiças na Índia. ... 156
Capítulo 32 — Do vice-rei de Portugal na Índia e do seu governo em Goa. 160
Capítulo 33 — Dos gentios indianos e dos outros estrangeiros residentes em Goa. ... 163
Capítulo 34 — Das estações do ano na Índia e das doenças, etc. 166
Capítulo 35 — Das moedas, pesos e medidas da Índia e de Goa. 170
Capítulo 36 — Dos indianos chamados brâmanes, que são em parte os ministros dos pagodes e ídolos indianos, e dos seus costumes e vida. 172
Capítulo 37 — Dos guzerates e baneanes de Cambaia. 174
Capítulo 38 — Dos canarás e decanins. 175
Capítulo 39 — Dos canarins e curumbins da Índia. 177
Capítulo 40 — Dos árabes e abexins que residem na Índia. 179
Capítulo 41 — Dos pretos de Moçambique, chamados cafres, e dos seus usos e costumes. 181
Capítulo 42 — Dos malabares e naires na Índia e dos seus usos e costumes. 183
Capítulo 43 — Dos mouros e judeus na Índia. 186
Capítulo 44 — Um breve relato geral dos pagodes ou ídolos indianos, das indulgências, romarias, cerimónias e outras superstições. 188
Capítulo 45 — De vários tipos de animais, gado e aves da Índia. 193
Capítulo 46 — Do elefante. 196
Capítulo 47 — Do abada ou rinoceronte. 199
Capítulo 48 — Dos peixes e de vários animais marinhos da Índia. 200

Capítulo 49 — De todas as frutas, árvores, plantas e ervas comuns na Índia, e em primeiro lugar da fruta chamada ananás. 203
Capítulo 50 — Da jaca. 205
Capítulo 51 — Da manga. 206
Capítulo 52 — Do caju. 208
Capítulo 53 — Do jambo. 209
Capítulo 54 — De outras frutas da Índia. 211
Capítulo 55 — Dos figos-da-índia. 214
Capítulo 56 — Das palmeiras onde nascem as nozes-da-índia, chamadas cocos. 217
Capítulo 57 — Da fruta durião de Malaca. 221
Capítulo 58 — Da árvore chamada árvore-de-raízes e do bambu ou cana-da-índia. ... 222
Capítulo 59 — Da árvore chamada árvore-triste. 225
Capítulo 60 — Das folhas de bétele e da fruta areca. 227
Capítulo 61 — Da erva datura e da planta chamada erva-sentida. 230
Capítulo 62 — Das especiarias, drogas, plantas e materiais que dizem respeito à medicina e farmácia, a saber, das mais comuns que são comercializadas na Índia diariamente. Do modo e maneira e dos lugares da sua vegetação; em primeiro lugar, da pimenta. 232
Capítulo 63 — Da canela. 234
Capítulo 64 — Do gengibre. 236
Capítulo 65 — Do cravo. 237
Capítulo 66 — Da maça ou flor de noz-moscada e da noz-moscada. 239
Capítulo 67 — Do cardamomo. 240
Capítulo 68 — Da laca. 241
Capítulo 69 — Do anil ou índigo. 242
Capítulo 70 — Do âmbar, do almíscar e da algália ou civeta. 243
Capítulo 71 — Do benjoim. 246
Capítulo 72 — Do incenso e da mirra. 247
Capítulo 73 — Do maná e do ruibarbo. 247
Capítulo 74 — Da madeira chamada sândalo. 249
Capítulo 75 — Do pau-de-cobra. 250
Capítulo 76 — Da madeira calamba, aliás, lignum aloes. 251
Capítulo 77 — Da raiz-da-china. 252
Capítulo 78 — Do anfião, aliás, ópio. 254
Capítulo 79 — Do bangue. 255
Capítulo 80 — Da cânfora. 257
Capítulo 81 — Do tamarindo. 257
Capítulo 82 — Dos mirabólanos. 259
Capítulo 83 — Das outras especiarias e ervas da Índia. 261
Capítulo 84 — Aqui segue um relato sobre toda a espécie de pérolas e aljôfar, todas as pedras preciosas, tais como diamantes, rubis, topázios, safiras e outras variedades daquelas que são chamadas orientais; e igualmente sobre as pedras chamadas bezares, que servem contra a peçonha, e outras similares, e de como, de que modo e em que lugares são encontradas, etc. 265
Capítulo 85 — Dos diamantes. 267

Capítulo 86 — Dos rubis, espinelas, granadas, esmeraldas e outras pedras preciosas. ... 268
Capítulo 87 — Da pedra-bezar e de outros antídotos. ... 270
Capítulo 88 — Um breve relato e instrução acerca dos diamantes, rubis, esmeraldas, pérolas e outras pedras preciosas, de como saber reconhecê-las devidamente e fazer contas para avaliar o seu preço e valor correctos, etc. Em primeiro lugar dos diamantes. ... 271
Capítulo 89 — Dos rubis. ... 275
Capítulo 90 — Das esmeraldas orientais e velhas, por ainda não se ter resolvido se as das ilhas da Índia espanhola são finas ou não. ... 276
Capítulo 91 — Das pérolas orientais. ... 278
Capítulo 92 — De algumas histórias que se passaram na Índia no tempo em que lá residi, etc. ... 278
Capítulo 93 — Da minha viagem e dos acontecimentos no caminho da Índia para Portugal. ... 312
Capítulo 94 — Uma breve descrição da ilha de Santa Helena. ... 325
Capítulo 95 — Da ilha chamada Ascensão. ... 328
Capítulo 96 — Uma breve descrição das ilhas Canárias. ... 330
Capítulo 97 — Descrição das ilhas dos Açores ou ilhas Flamengas. ... 336
Capítulo 98 — Das ilhas do Corvo e Flores. ... 344
Capítulo 99 — De alguns acontecimentos notáveis do tempo da minha residência na ilha Terceira. ... 345

PRINCIPAIS MOEDAS, PESOS E MEDIDAS NO *ITINERÁRIO* ... 361

ÍNDICE TEMÁTICO E ONOMÁSTICO ... 369

ÍNDICE GERAL ... 409